



CONGRESSO NACIONAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 7

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2023, para "destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília."

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia

RELATORA: Senadora Eliziane Gama

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Duda Salabert, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Carlos Veras e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso e Prof. Paulo Fernando, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Cid Gomes, Omar Aziz, Otto Alencar, Magno Malta, Amanda Gentil, Dagoberto Nogueira, Paulo Magalhães e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva de Marília Ferreira de Alencar. Finalidade: Depoimento de Marília Ferreira de Alencar. Oitiva do Marília Ferreira de Alencar, em atendimento aos requerimentos 37/2023, 321/2023, 329/2023, 669/2023, 740/2023, 818/2023 e 889/2023. Resultado: Oitiva não realizada. 2ª Parte - Oitiva de Marcela da Silva Morais Pinno. Finalidade: Oitiva de Marcela da Silva Morais Pinno, Cabo da PMDF com atuação no Batalhão de Choque no dia 08/01/2023. Oitiva do Marcela da Silva Morais Pinno, em atendimento aos requerimentos 355/2023, 382/2023, 563/2023, 1433/2023 e 1519/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1 de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Marcela da Silva Moraes Pinno – Requerimento 563, de 2023 –, que é convocada na condição de testemunha.

Antes de iniciar esta reunião, quero trazer aqui algumas informações. A primeira delas é a de que estava prevista para a manhã de hoje a oitiva da testemunha, da Sra. Marília Alencar. Entretanto, em função de uma liminar do Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Nunes Marques, essa pessoa ficou autorizada, apesar da convocação deste Colegiado, ficou autorizada de não comparecer a esta CPMI.

É, sem dúvida, lamentável que um episódio como esse aconteça, lamentável em função da condição em que o Supremo Tribunal Federal, através da lavra e de uma decisão monocrática, se coloca contra o conjunto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito formada por Senadores e Deputados, que representa, ao fim e ao cabo, as duas Casas do Congresso Nacional. Não há dúvida de que uma decisão monocrática, superando uma convocação desta Comissão, evidencia a falta de equilíbrio entre os Poderes, porque logicamente uma posição isolada de um único Ministro possa se sobrepor a uma decisão conjunta, unânime, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem, sim, poderes investigativos... Entretanto, cabe a nós cumprir essa decisão.

Por outro lado, eu quero ressaltar mais uma coisa. O Supremo Tribunal Federal, em outras tantas vezes, foi arguido por pessoas que aqui vieram, depoentes que aqui vieram e que também solicitaram a possibilidade de não comparecer a esta CPMI, e os outros ministros denegaram esse pedido, denegaram esse pedido – obrigaram a vir – e aqui até o direito de ficar calado. Tudo bem, agora isso demonstra, claramente, uma falta de isonomia de direitos praticada pelo Supremo Tribunal Federal, porque como é que você pode admitir que o mesmo pedido seja dado a um e negado a outro deliberadamente? O Supremo deveria, ao meu ver, ao meu modesto e humilde ver, ter pelo menos uma posição idêntica, hegemônica, para todos aqueles que solicitassem não vir à CPMI, mas não é certamente, de acordo com as leis, com os princípios constitucionais, que alguns, a depender da sorte, da roleta, da roleta da distribuição de um processo de um *habeas corpus*, um tenha o direito de não vir, e o outro tenha a obrigação de vir. Isso certamente não está de acordo com a melhor justiça. Esse é o primeiro ponto que eu queria destacar aqui.

A segunda questão diz respeito a uma decisão que esta Mesa tomou em relação a um jornalista que havia fotografado a tela do celular de um Parlamentar e que nós havíamos colocado que esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalista deveria colocar a sua posição e se retratar ou então que se comprometesse a não realizar mais esse tipo de atitude, porque certamente isso não é o propósito de alguém que está aqui cobrindo os trabalhos desta CPMI. Os trabalhos desta CPMI são os discursos, as investigações, tudo isso aqui faz parte da CPMI e obviamente que ninguém pode cercear o direito da imprensa de divulgar sem nenhuma censura aquilo que a imprensa assim deseja, e assim tem sido no nosso país. Outra coisa completamente diferente é a violação da privacidade de alguém, e hoje a privacidade, sem dúvida, nessa fase de modernidade e de inovações, está muito vinculada ao aparelho celular de cada pessoa.

Existe no Código Penal, salvo engano, no art. 151, a previsão para crime de violação de correspondência. Isso é previsto no Código Penal como um crime – um crime. Obviamente que, quando o Código Penal foi escrito, não existia WhatsApp e a correspondência, em regra, se fazia através de cartas. Hoje as pessoas não usam mais cartas, entretanto, diariamente todos nós nos correspondemos através do aparelho celular, através do aplicativo do WhatsApp, através do *e-mail*, através do Telegram, através de vários aplicativos nós também trocamos correspondência. Ora, na medida em que alguém, se valendo de uma teleobjetiva potente, do fundo dessa sala, fotografa a tela do celular que não está sendo mostrada a olhos nus – apenas através de um instrumento potente como a objetiva se pode capturar essa imagem – e publica isso em uma rede social, obviamente que essa pessoa está incorrendo em uma previsão do Código Penal.

Entretanto, o Senador Seif, que foi vítima desse tipo de devassa, já representou criminalmente esta pessoa perante o Ministério Público, e esse processo vai correr de acordo com o Ministério Público.

De outro lado, em um primeiro momento, o nobre Ministro Luiz Fux deu uma decisão anulando o ato desta presidência que regulamentava a presença dos jornalistas aqui no ambiente da CPMI e determinava que o jornalista pudesse retornar à CPMI sem nenhum gravame. Foi feito o recurso por esta previdência. No recurso, nós aduzimos as nossas argumentações, mostrando inclusive que nenhum jornalista está aqui individualmente. Os jornalistas que estão aqui, cobrindo de maneira muito competente e eficaz esta CPMI, cada um deles representa uma empresa de comunicação, as principais empresas de comunicação do Brasil. Num país onde nós temos algumas centenas de milhares de *social influencers*, obviamente que esta CPMI não teria, por mais que quisesse, capacidade de dar uma credencial para cada um daqueles que requisitassem a sua credencial. Portanto, foram dadas as credenciais às empresas de comunicação que já têm o seu cadastro aqui no Senado e na Câmara, a nenhum jornalista, aqui, por conta própria. Então é mais do que razoável que nenhum jornalista venha pra cá para fotografar o celular de outrem para publicar na sua rede pessoal, como foi o caso.

Então, no primeiro momento, o Ministro mandava que nós retornássemos imediatamente o jornalista e que, além disso, nós... Estava anulado o ato da Mesa regulamentando a presença do jornalista aqui, ato que, inclusive, impede esse tipo de fotografia, esse tipo de cerceamento da privacidade, de abuso e de devassa sobre a privacidade alheia. O Ministro Fux reconsiderou em parte a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua decisão para manter o ato da Mesa, da Presidência, estabelecendo que aqueles atos todos, aquelas diretrizes todas que estão postas ali estão de fato válidas, que a ninguém aqui é dado – a ninguém é dado – invadir a privacidade alheia e que qualquer jornalista que esteja dentro deste ambiente da CPMI tem que se submeter ao regramento estabelecido por esta Presidência, e isso é o que está prevalecendo.

Quero dizer que o jornalista, dentro dessas condições de respeitar a privacidade alheia, de não devassar a intimidade dos outros, é muito bem-vindo de volta para que possa realizar o seu trabalho, o seu trabalho real, qual seja o trabalho de cobrir os acontecimentos que acontecem no âmbito desta CPMI e não na vida alheia de cada um.

Dito isso, gente, eu quero aqui fazer uma confissão de que, quando eu fiz aquele ato e solicitei que o jornalista, enquanto não se submetesse às regras desta Comissão, não estivesse presente nesta CPMI, eu recebi várias ligações, vários comentários de que era uma briga inglória, que eu estava brigando com a imprensa. Deus me livre de brigar com a imprensa ou com quem quer que seja! Eu não quero briga com ninguém, com ninguém. Agora, por outro lado, eu vou dizer uma coisa a vocês: dentro do meu direito, dentro daquilo em que eu acredito, eu não tenho receio de brigar com ninguém, com absolutamente ninguém, não importa se é a imprensa, se é o Papa, se é o Presidente da República. Isso para mim não faz a menor diferença. Para alguém, minha cara Deputada Jandira Feghali, a senhora conhece a minha história porque eu tenho muito apreço e respeito por você, porque sempre estivemos em lados diferentes: na reforma da previdência, de que eu fui Relator; na reforma administrativa, de que eu fui Relator; na das terceirizações, não, mas eu também fui Relator da lei das terceirizações, de leis, projetos de leis extremamente impopulares... Quantas vezes, Relator da reforma da previdência, me diziam: "Olha, você nunca mais volta para o Congresso Nacional".

Quantas vezes, Relator da reforma administrativa, me diziam: "Você nunca mais vai ser reeleito Deputado Federal". Pois bem, a essas pessoas, eu sempre dizia: "Olha, eu não nasci Deputado. Adoro ser Deputado, mas eu não nasci Deputado nem quero morrer Deputado, mas, enquanto aqui estiver, este modesto mandato de Deputado Federal vai ser cumprido, vai ser exercido de acordo com a minha plena consciência". Eu não mudo, das minhas convicções, um milímetro, Deputado Rogério Correia – um milímetro –, em busca da popularidade do voto. Eu não confundo o voto com o exercício do meu mandato.

Respeito muito todas as pessoas com seus respectivos ideais, muitas vezes completamente diferentes dos meus, e é natural. E eu não quero, absolutamente, ter voto de um eleitor que vote em mim enganado, achando que eu vou fazer uma coisa, e aqui eu faço outra. E só vota em mim enganado aquele eleitor que é absolutamente alienado, Deputada Duda Salabert, porque, se tem alguém que tem posições claras e coerentes no Congresso Nacional, sou eu. Por isso mesmo, fui Relator da reforma da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência, fui Relator da reforma administrativa, fui Relator de tantas outras leis, de acordo com a minha convicção.

É muito importante isso – é muito importante isso –, porque nós vivemos numa época que o Parlamentar, muitas vezes, se adéqua à vontade da sociedade, independente da direção da vontade. Eu não faço isso – eu não faço isso. Eu sou um político que acredita no Estado liberal, um político que acredita no Estado democrático de direito. Estado democrático de direito e Estado liberal são dois conceitos jurídicos casados. O Estado liberal é aquele que acredita na iniciativa privada, que acredita no direito de propriedade, que acredita, sobretudo, nas liberdades e garantias individuais. Para existir Estado liberal é preciso que exista um Estado democrático de direito, regido por uma Constituição que abrigue esses princípios e esses valores, valores em que eu acredito, que eu sei que muitos são contra. Críticas ao Estado liberal, ao Estado democrático de direito não faltam, mas é o meu credo, é o que eu penso, é a minha convicção. E dentro disso é que eu exerço esse meu mandato, é dentro disso que eu faço da minha política, do meu mandato o meu sacerdócio e o meu credo.

No dia que eu tiver que deixar de ser Deputado, eu sairei daqui com uma gratidão infinita à generosidade do povo da Bahia, que já me deu 11 mandatos – 11 mandatos –, muitos dos quais eu até nem exerci. Uma vez, eu fui eleito Vice-Prefeito, e nem assumi, porque continuei Deputado Estadual, mas a generosidade do meu povo está diretamente vinculada a uma ideia que eu tenho na minha alma e no meu coração. E falo isso até para os políticos mais jovens: não sucumbam – não sucumbam – às idiossincrasias e aos casuísmos do momento. Prefiram mirar num norte distante. Não importa o tamanho da onda que venha de lá para cá: se você estiver apegado às suas convicções na política, tudo há de ser superado. Essa é a minha crença, e esses são os valores que eu defendo ao longo dos meus mandatos, das minhas tarefas neste Congresso Nacional, inclusive como Presidente desta CPMI.

Então, quero, dizendo isso, parabenizar o Ministro Fux pela sua decisão, de público, e dizer que o jornalista é muito bem-vindo de volta a esta CPMI, para cumprir o seu papel de jornalista, porque eu sou um intransigente defensor da plena liberdade de imprensa.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Questão de ordem... Pela ordem...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu fiz uma questão de ordem, por escrito... Eu vou resumir rapidamente.

Na última reunião, dia 31 de agosto, a 16ª Reunião da CPMI, eu fiz a seguinte colocação... Estava aqui o depoente, General G. Dias, e, no final, perguntei a ele se ele disponibilizaria o sigilo telemático do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celular particular – V. Exa. teve a oportunidade de confirmar –, e ele disponibilizou o celular. E disse isso... E foi exatamente o mesmo procedimento do Saulo. O Saulo fez exatamente a mesma coisa.

Bem, no dia 5 de setembro foi disponibilizado, então, à Secretaria das Comissões, da CPMI, o "Relatório de Extração Cellebrite", relativo ao sigilo telemático constante do aparelho de telefonia de marca Samsung, de cor preta, etc. Identificou-se que o sistema do aparelho estava configurado na conta Google gdiassmarco@gmail.com, vinculado ao nome de exibição "Marco G. Dias", e que o aplicativo WhatsApp estava vinculado ao número telefônico 55 61 99113-0250, e o nome de exibição era "G. Dias".

O mencionado "Relatório de Extração Cellebrite" apresentou 6.536 páginas de informações, sendo que as conversas de WhatsApp ficaram circunscritas a 4.433 páginas. Ocorre que não foram identificados, nessas 4.433 páginas de conversas de zap do sigilo telemático do G. Dias, registros de mensagens trocadas entre os dias 2 e 8 de janeiro de 2023. Tal fato chamou a atenção, pois, no "Relatório de Extração Cellebrite" referente ao sigilo telemático do Sr. Saulo Cunha, igualmente transferido para esta CPMI, havia nada menos do que 125 páginas de mensagens de WhatsApp trocadas com o número citado, o número do telefone do G. Dias, vinculado ao nome G. Dias, entre os dias 2 e 8 de janeiro.

Parece-nos que os registros de mensagens do WhatsApp de sigilo telemático do Sr. G. Dias, especialmente dos primeiros meses de 2023, janeiro a abril, não estão no material disponibilizado.

Bem, aí vem aqui... eu falo sobre a questão de obstrução da Justiça, que é exatamente impedir, obstruir, dificultar, destruição de provas... e tem aqui também "impedir a atuação regular e a atuação isenta do Poder Judiciário"...

Destruição de provas tem sido reconhecido como um meio grave de obstrução da Justiça, uma vez que impede e dificulta o descobrimento da verdade.

A destruição de provas é uma das mais graves manifestações, pois ataca diretamente a possibilidade de se esclarecerem fatos e, conseqüentemente, se fazer justiça.

O avanço da tecnologia, evidentemente, trouxe novas dimensões ao conceito de destruição de provas. Deletar arquivos, limpar histórico de navegação ou utilizar *software* para apagar rastros digitais são formas modernas de obstrução da Justiça.

Então, eu faço aqui, Presidente, um pedido: nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente aos trabalhos da CPMI, por força do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, eu requeiro à Polícia Legislativa do Senado Federal que promova o exame pericial de todos os dados constantes do aparelho de telefonia celular da marca



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samsung, modelo Galaxy A54 5G (SM-A546E/DS), de cor preta, de IMEI 356544395002709 e 357372675002705.

E, em se contrapondo à conduta de destruição de provas, se constatando isto, a destruição de provas, que a CPMI adote providências no sentido de alcançar o autor penal, civil e administrativamente, a fim de se manter a integralidade do sistema judiciário e garantir que a verdade seja revelada em procedimentos judiciais e administrativos.

Essa é a questão de ordem que faço a V. Exa., Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vejam bem, esperem aí. O Deputado Izalci... Vamos... Posso conceder questão de ordem, sem problema nenhum. O Senador Izalci Lucas fez uma questão de ordem. Alguém quer contrapor a questão de ordem? Então, eu vou responder à questão de ordem do Senador e, em seguida, vou conceder a palavra a outros Parlamentares.

O que V. Exa. solicita é uma perícia no aparelho celular do General G. Dias. Eu quero deixar claro que não foi votado aqui nenhum requerimento para que nós tivéssemos acesso ao conteúdo de mensagens do celular do Sr. G. Dias. Ele realmente, como V. Exa. muito bem colocou, de livre espontânea vontade, autorizou que todas as mensagens do seu celular fossem copiadas, o que foi feito aqui na CPMI. Eu quero dizer que, se ele antes apagou ou deixou de apagar, isso não é nenhum crime. Alguns meses atrás, por exemplo, o meu celular estava... A minha... Eu sou muito ruim nisso. A capacidade de armazenamento do meu celular estava lotada. Muitas... Muitos... Negócio do WhatsApp que a gente recebe e tal. E eu apaguei todas, justamente para que pudesse ter mais espaço para continuar recebendo mensagens. Então, se o General G. Dias apagou antes de entregar o seu celular, isso não configura por si só um crime. Agora, ele deu aqui, Senador... Entregou o seu celular para copiar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, isso é uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não estou falando aqui que ele cometeu crime. O que eu estou pedindo aqui, como questão de ordem, é para que apurem realmente o que aconteceu, porque, se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Então, eu vou submeter ao Plenário...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou submeter aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, esperem aí, vejam só. Não vai mudar, isso é uma coisa muito simples...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Presidente, a minha assessoria consultou a Secretaria da Comissão, que, por sua vez, consultou os peritos que fizeram a captação das mensagens do General G. Dias. E nos foi informado que ele, após a sua demissão, trocou o aparelho de celular. Então, eu também participo da linha do Senador Izalci de que é obstrução de Justiça por destruição de provas, mas nós já temos a resposta para isso. Ele simplesmente trocou o aparelho de celular dele. O aparelho de celular dele foi trocado logo após a demissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu quero contrapor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, para contrapor, o Deputado Rogério Correia. Em seguida, eu vou decidir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para contraditar.) – Presidente, eu vou contrapor, mas eu vou pedir também a V. Exa. uma questão de ordem posterior.

Vou contrapor, porque acho que o encaminhamento que V. Exa. estava por dar parecia que não ia no mesmo sentido do que eu penso em relação a esse tema.

É claro que todo Senador e Deputado têm o direito de ter a sua lógica de investigação. Eu acho esta lógica esdrúxula – de tentar colocar a culpa de um processo de golpe... E V. Exa. falou em Estado democrático de direito. O Estado democrático de direito, por pouco, no país não foi rompido. E, no meu entendimento, isso não se deve apenas ao ato do dia 8. O ato dia 8 foi o término de um processo em que esse golpe estava sendo planejado. E isso não sou eu apenas que digo. Hoje, o próprio Mauro Cid, Tenente-Coronel Mauro Cid está para fazer uma delação premiada ou colaboração premiada, em que certamente vai se envolver o principal responsável por isso, que é o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

E tem gente querendo culpar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu vou chegar à conclusão. Tem gente querendo culpar aquele soldado ou aquele servidor público que esteja no dia, podendo ter cometido alguma falha ou não. Tudo bem, é uma linha de investigação, que eu acho esdrúxula e ninguém acredita nisso, porque houve todo um procedimento no Brasil, que todos conhecem, com falas do ex-Presidente sempre incentivando a quebra do Estado democrático de direito. A CPI devia ter como meta estabelecer e comprovar isso. É esse, eu acho, o papel de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional e não ver culpa de A ou B, de soldado A, de tenente isso ou aquilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nesse caso, extrapola-se ainda mais. O próprio General G. Dias deixou o celular, e foi, então, feito o procedimento, porque ele disse que não tinha nada a negar. Nada se encontrou nesse celular. Se, agora, se quer fazer uma nova investigação, no sentido do que o Deputado quer, que eu acho esdrúxula, mas é um direito dele de fazer, que apresente um requerimento. Esta é a primeira questão de ordem: ele tem que apresentar um requerimento. Não pode simplesmente fazer uma questão de ordem e conseguir algo que não foi aprovado pelo Pleno.

Aliás, pelo Pleno, tem várias questões que eu acho que deviam ser colocadas. Eu pedi, por exemplo – e acho fundamental –, a apreensão do passaporte do ex-Presidente Jair Bolsonaro e da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, que até hoje V. Exa. não colocou em votação. Acho isso fundamental.

E, agora, com a delação de Mauro Cid vindo à tona, a nossa CPMI não pode ficar atrás dos acontecimentos e fazendo... Por isso, eu votaria contra esse requerimento, porque ele vai contra a ordem do que é essencial na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, nós precisamos votar os requerimentos.

Hoje, nós temos a soldado Marcela, que vai dizer aqui, com certeza – porque ela já disse isso nos seus depoimentos –, que este ato do dia 8 foi um ato extremamente violento, porque veio pra cá gente violenta pra fazer o que fizeram. E, portanto, faz parte desse procedimento.

Então, o Senador apresente um requerimento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e V. Exa. podia colocar os requerimentos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está bom, Deputado, eu já entendi. O tempo de V. Exa. já foi.

Eu vou decidir a questão de ordem e, a partir daí...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um detalhe, só um detalhe: primeiro, nós fizemos aqui, também autorizado pelo Saulo, que, pra quem não conhece, era o adjunto lá da Abin, que mandou todas as mensagens... No trecho, no sigilo que foi aberto e foi avaliado, tem mensagens do Saulo com G. Dias – 123...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Várias.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... páginas de mensagens. E ele se colocou à disposição. Não sei por que se tem que apresentar requerimento, se ele mesmo autorizou. Nós queremos checar o que foi dito com um e com outro... Eu sei que vocês...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... Senador Izalci, perfeito.

Eu já entendi, já ouvi as partes.

Realmente, esta CPI não pode decidir além daquilo que o Plenário está colocando. Então, eu peço a V. Exa. que apresente um requerimento pedindo essa...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Mas já sabemos resultado do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, aí, paciência, Deputado. Aí não é culpa minha.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A base do Governo sequestrou a CPI, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, para questão de ordem, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Presidente, a questão de ordem que eu peço a V. Exa. é no seguinte sentido: V. Exa. colocou, e muito bem, que o instituto nosso da Comissão Parlamentar de Inquérito...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... hoje foi desrespeitado, pra dizer o mínimo, pelo Ministro que permitiu que a nossa depoente, Marília...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Alencar, não é?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... Marília Ferreira Alencar, não viesse até a CPMI. Então, foi uma decisão do Ministro Nunes Marques, uma decisão monocrática dele, diferente de todas as outras, como V. Exa. colocou. Mas, no meu entendimento, nós precisamos de recorrer disso, até pelo bem do próprio instituto da CPMI, porque, se a moda pega, nós não teremos mais Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, eu peço a V. Exa. – é a questão de ordem que eu faço – que a gente aprove ou V. Exa. determine, que é o melhor, porque isso não precisa de aprovação, depende de V. Exa... que possa determinar que essa Comissão faça esse recurso, não é? Então, essa é a questão de ordem que eu faria a V. Exa.

E finalmente, aproveitando o ensejo, eu pediria a V. Exa. que nós marcássemos... Eu citei um requerimento, não vou repeti-lo aqui, porque já falei, que eu acho que é fundamental de esta CPMI votar, mas existem outros. O Tenente-Coronel Mauro Cid, também na sua delação, pelo que está posto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na imprensa, vai citar ou já teria citado generais militares que estavam participando deste processo de golpe. Ele citou o General Heleno, o General Braga Netto e citou o general... Se não me esqueço, são três nomes. É muito grave. E nós, até hoje... Vamos escutar o General Dutra na quinta-feira, mas nós precisamos, a par desses acontecimentos, acompanhar de fato o andamento do que é real na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Acho um desperdício nós ficamos olhando o secundário e não avançarmos sobre o essencial. Eu repito, a CPMI tem uma função de...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... desvendar o processo político que queria destituir o direito democrático brasileiro – se trata disso. Foram atos violentos para abolir o processo democrático. Tanto é que começa agora, na quarta-feira, já o julgamento final daqueles que vieram aqui quebrar. E já tem, da Procuradoria-Geral da República, e provavelmente isso vai ser o final do que colocado, que essas pessoas vieram para abolir o sistema democrático brasileiro, porque acreditavam que era necessária uma intervenção militar com Bolsonaro no poder. Essa era a palavra de ordem. Se nós não verificarmos isso, Presidente – eu termino aqui o meu prazo –, realmente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito fica muito aquém das investigações que o STF e a Polícia Federal têm feito, e nós vamos ficar aqui tentando olhar o secundário, se o General G. Dias, estonteado lá dentro, for o culpado de todo mundo que veio aqui fazer esse quebra-quebra e abolir o Estado democrático de direito.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Marcos do Val, eu não posso conceder uma questão de ordem a V. Exa. porque a Mesa me comunica que as questões de ordem são exclusivas para membros da CPMI. Então, peço perdão a V. Exa., mas a Mesa me comunica que o Regimento veda que V. Exa., na condição de não membro, faça questão de ordem.

Questão de ordem do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas, primeiro quero concordar com V. Exa., que lamenta a decisão do Ministro Nunes Marques sobre a oitiva de testemunho dessa CPI. V. Exa. agiu com absoluta correção, e penso que é absolutamente legítimo o questionamento dessa decisão no foro próprio. O que cabe a todos nós aqui é lamentar. A decisão atrapalha o funcionamento da CPI e é uma decisão, me parece, extremamente atípica. Eu já estive na CPI da Pandemia, não tivemos nenhuma decisão dessa natureza, e agora tivemos essa inovação nos HCs. Então, penso que num recurso pode ser corrigida essa decisão.

Agora, com relação ao que está sendo posto aqui, Sr. Presidente, na sessão passada, do ex-General G. Dias, quando eu questionei a ele sobre golpe – estou fazendo isso porque isso foi suscitado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui por diversas vezes e estou a contraditar –, ele disse que não iria responder porque não se trata de golpe, claramente, da cadeira ali. Eu vejo Parlamentares governistas seguindo a lógica da narrativa do golpe, mas o principal aliado deles no Palácio do Planalto, G. Dias, disse aqui que não houve golpe. E aí vêm aqui repetindo: "Ah, houve a tentativa de golpe. O dia 8 era tentativa de golpe pra colocar Bolsonaro no poder". Deixe-me perguntar: o Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O Presidente da República naquele momento era Bolsonaro? Não. Era Lula. Já tinha oito dias que ele era o Presidente da República. Aí eu pergunto: na lógica das estruturas de poder e de uma tomada de poder...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... quem assume Governo, comando, numa situação de tomada de poder, de um golpe, é o capitão? Da onde surgiu essa lógica imbecil? Ou desconhecem o que é uma tomada de poder a fórceps, à força, e quem assume o comando transitório ou permanente em algumas situações mundo afora, que eles chamam de democracia... Tomam o poder e não devolvem mais. Então, a gente fica aqui ouvindo essa conversa aí de "Ah, golpe. Bolsonaro queria dar golpe". O Bolsonaro estava lá nos Estados Unidos. Foi lá um bando de arruaceiros, invadiram, quebraram, cometeram crimes e estão pagando por isso. Agora, querer classificar como golpe, nem o General G. Dias... A não ser que seria o G. Dias a assumir a posição de Presidente da República interino, pós-golpe.

Então, eu queria apenas fazer esse registro pra poder afastar de vez essa narrativa esquizofrênica que a esquerda traz de golpe para Bolsonaro reassumir o poder. "Não, derruba Lula e Bolsonaro volta para assumir o poder após um golpe." É o capitão assumindo o comando pós-golpe. É isso mesmo?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Presidente, é só pra...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, qual é a questão de ordem colocada?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é questão de ordem. Não é questão de ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – É só pra esclarecer aqui, Presidente, que eu faço...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É porque pediram uma questão de ordem, eu não vi questão de ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Eu sou suplente agora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não chegou essa comunicação à mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se é pra fazer discurso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quando chegar à mesa essa comunicação, eu tomarei providências.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se é pra fazer discurso, eu também vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Calma, calma, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou é questão de ordem ou é discurso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, só pra informar ainda a questão de ordem que fiz...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olhe, não vou mais conceder questão de ordem aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu vou apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... pra tratar desse assunto. Já está decidido.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Me desculpe. Eu não posso fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exa. não deu resposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos partir para a oitiva da testemunha.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, V. Exa. não deu a resposta. Eu estou dizendo que vou apresentar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, então pode encaminhar. A questão de ordem de V. Exa. foi... Pode encaminhar o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É um pedido pra que botasse na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não posso fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, para colocar depois na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vou fazer nenhuma questão deliberativa. Na próxima deliberativa, a gente coloca o seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu vou apresentar um requerimento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito, perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu vejo a preocupação da Relatora com relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ela ficou preocupada – não é, Relatora? – de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu solicito que...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... conhecer o teor da mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... a Sra. Marcela da Silva Moraes Pinno, convocada na condição de testemunha, seja conduzida à mesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, V. Exa. me concede um pela ordem, enquanto a Marcela chega ao plenário?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria cumprimentar V. Exa. e os demais colegas e trazer aqui, Presidente, a minha preocupação quanto a esta decisão que foi tomada, que foi deferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal de forma monocrática em relação à Delegada Marília Ferreira Alencar, que eu vejo como uma decisão absolutamente preocupante, como V. Exa. na verdade já colocou, porque abre um precedente muito grave na Comissão Parlamentar de Inquérito. Todas as decisões anteriores versam sobre a obrigatoriedade de vinda do depoente e ao direito, na verdade, do silêncio, que é na verdade um princípio constitucional. No caso específico da Marília, foi dado a ela o direito de não vir a esta Comissão. Isso aqui é um inquérito. A nossa CPI tem autoridade e tem poderes próprios, na verdade, da autoridade judiciária. Se a gente não tem o direito, na verdade, de receber aqui um depoente, é algo absolutamente sério.

O que é mais grave ainda... O Deputado Rogério fez uma referência acerca da decisão de recorrer. Esta Casa já recorreu. A Advocacia geral do Senado já recorreu. Recorreu, aliás, apresentando todos os critérios que são fundamentais para uma decisão por parte do Ministro. Apresentou, por exemplo, além da petição, os memoriais, e o Ministro deveria ou mudar a sua decisão ou remeter ao Pleno, remeter à turma, que é o Colegiado lá de cinco membros, e ele não fez isso. Quer dizer, você tem uma decisão que ele precisa deferir, uma CPI tem um prazo, os procedimentos legais desta CPMI foram tomados, aliás, dentro dos prazos regimentais, e a decisão do Ministro não é tomada. Ou seja, e ainda mais, é uma decisão sigilosa, em que o teor, na verdade, dessa decisão é absolutamente limitado. E outra coisa, acerca da decisão de recorrer, da Advocacia geral do Senado, com uma manifestação do Ministério Público favorável à CPMI. Ou seja, a Advocacia recorre da decisão do Ministro, tem parecer favorável do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Federal e, mesmo assim, o Ministro não toma nenhuma atitude, nem de mudar a decisão, nem de submeter à turma, no Supremo Tribunal Federal. Então, isso é muito grave. Eu acho que esta Comissão tem que tomar uma providência de forma mais enérgica e deixar aqui um apelo ao Ministro. Nós temos a autonomia dos Poderes, nós temos a funcionalidade das instituições, e realmente a decisão dele veio obstruir. Esse é um fato.

Nós temos que ter clareza. A decisão dele obstrui os trabalhos, inclusive desta relatoria, porque veja, Presidente, a Delegada Marília Ferreira Alencar é um ponto central, uma peça-chave no processo de investigação. Ela, no Ministério da Justiça, no Governo anterior, tinha uma posição estratégica, como... Vou ler exatamente aqui a função dela no Governo anterior. Ela era Diretora de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça. Essa era a posição dela durante todo o ano passado, a partir da eleição de outubro até o dia 31 de dezembro. Quando ela sai do Governo anterior e vem para este Governo, ela assume a Subsecretaria da Secretaria de Inteligência da Segurança Pública do Distrito Federal, ou seja, ela tem uma posição estratégica de inteligência no Governo anterior e ela tem uma outra posição estratégica nesta secretaria.

Agora veja, Deputada Jandira, a posição da delegada, porque já que ela não está aqui, eu quero fazer questão de destacar esses pontos aqui. A delegada coloca – e colocou isso, inclusive, várias vezes – que, durante o Governo Bolsonaro, ela passou dois anos fazendo um estudo aprofundado. E é um estudo inclusive importante, que eu quero até destacar aqui. Qual foi o estudo dela? Era fazer um projeto em que pudesse interligar todo o serviço de inteligência brasileiro, ou seja, todo o serviço de inteligência das polícias do Brasil inteiro deveria ser interligado, exatamente para dar fluidez ao processo de investigação e, portanto, de execução e operacional das polícias do Brasil inteiro. Ela passou dois anos executando isso.

Depois, a pedido do próprio Ministério da Justiça, ela elabora, na verdade, um mapa, em que, neste mapa, ela define quais os pontos estratégicos onde havia uma maior prevalência de votos para o ex-Presidente Bolsonaro e também uma prevalência de votos para o então candidato Lula. Este mesmo relatório a Marília leva para aquela reunião, cinco dias antes do segundo turno das eleições, em que ela, com o Almada e o próprio Anderson Torres fazem uma avaliação dos pontos de votação e, portanto, o famoso mapa para automaticamente criar obstáculos para o trânsito dos eleitores, especialmente na Região Nordeste brasileira. Ou seja, para esta reunião, este relatório da Marília, que ela levou dois anos estudando, teve uma efetividade, porque eles foram aos pontos centrais.

Agora vejam, colegas, para o Distrito Federal, Rogério, onde ela também tinha função estratégica de inteligência, olhem o que aconteceu, pasmem: a Marília integrava vários grupos de recebimento, inclusive, de informações. Nos vários grupos – e eu tenho aqui as mensagens que ela recebeu –, ela recebeu mensagem durante o dia inteiro e nos dias anteriores, porque, quando ela toma posse nessa posição estratégica da Secretaria de Segurança Pública, lá por volta do dia 3, precisamente, ela não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muda ninguém, mas ela passa a receber uma série de informações. E, para a Marília, havia a responsabilidade de criar uma célula presencial, porque, vejam, nós tínhamos um plano, um PAI, que é o plano de ação integrada, que foi criado para fazer todo um planejamento, e depois tinha aquele POI, que era o programa operacional, que não foi feito, para que cada uma das organizações, inclusive o BPChoque, de que nós vamos já conversar com a Marcela, e outros órgãos mais fizessem o seu programa operacional. Olha o que é que a Marília faz. No dia 8 de janeiro, quando começou, inclusive, a derrubada e a entrada, por exemplo, através da N1, para o Palácio do Planalto, isso deu por volta das 14h30. Somente às 15h01, ela, então, manda uma mensagem para os seus subordinados e para a sua equipe. Já havia mais de meia hora de entrada do pessoal aqui no Palácio do Planalto. E ela, então, passa: "Boa tarde a todos. Diante dos acontecimentos inerentes à manifestação em andamento que culminou na ruptura da linha de contenção estabelecida pelas forças de segurança, verificamos a necessidade de ativação do CIISP em status operacional pleno", em outras palavras, uma célula presencial. Isso meia hora... Já o povo entrando aqui no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional. "Assim, solicito a indicação de integrantes das seletas agências de inteligência aqui presentes para comparecimento presencial na [...] [Secretaria de Segurança Pública]. Sugestão de horário [Deputado Rogério] = 16h".

Gente, isso aqui é uma piada. Isso aqui é uma piada.

A Marília faz o chamamento de uma reunião para as 16h, quando, naquele momento, a quebradeira aqui já estava generalizada. Uma ação que ela deveria ter feito, no mínimo, no mínimo, às 8h da manhã. E olhe lá! Aliás, ela deveria ter feito no dia 6 e no dia 7, quando os vários alertas já tinham sido apresentados.

E é essa pessoa que tem essa posição estratégica – eu estou apenas citando uma aqui, porque a gente poderia fazer várias outras – que, infelizmente, hoje, não vem a esta Comissão e, fatalmente, não virá até o final dos trabalhos, porque os prazos, na verdade, estão sendo superados.

Portanto, essa decisão do Ministro Kassio inviabilizou a vinda dela a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como Presidente da Comissão, eu quero subscrever, minha cara Relatora, o meu desapontamento.

Vendo que V. Exa., inclusive, estudou profundamente o nível de envolvimento daquela que seria a depoente de hoje, ainda nos deixa mais pasmos essa decisão que foi exarada pelo Ministro Nunes Marques.

Pois bem.

Vamos, agora, iniciar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O recurso foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, sim. Desculpem-me. O recurso foi feito imediatamente.

Tão logo nós fomos comunicados, no fim de semana, porque a representação da CPMI cabe à Presidência – sobretudo, nessas questões de advocacia, eu não posso esperar para consultar o Plenário –, tão logo chegou aqui a decisão do Ministro Nunes Marques, com a sua liminar, nós autorizamos que a advocacia do Senado fizesse o recurso, que já foi apresentado.

Eu espero que o Ministro, apesar da decisão que ele deu, submeta essa sua decisão ao Pleno do Supremo Tribunal Federal. É preciso que o Pleno se manifeste. Não é razoável, entretanto, que um Ministro, monocraticamente, dê uma decisão dessa natureza e, ainda por cima, retenha o processo, nos tirando a possibilidade de recorrer ao Pleno para garantirmos que esse depoimento aconteça.

Bom, vamos iniciar o depoimento.

Sra. Marcela, a senhora está aqui na qualidade de testemunha.

A dinâmica desta reunião acontece da seguinte maneira: a senhora terá quinze minutos para usar da palavra; depois de quinze minutos, a Relatora vai fazer os primeiros questionamentos. Ela não tem um tempo delimitado. Depois que a Relatora falar e a senhora responder às perguntas dela, nós iremos pela lista de inscrição dos Srs. Parlamentares, que têm, cada um, dez minutos. Nesses dez minutos, eles interpelem V. Sa, que responde. Mas o tempo conta para o Parlamentar. Quando ele se der por satisfeito, ele diz que está satisfeito. E a senhora devolve a palavra para aquele que estiver falando. Ao final da lista, a senhora terá mais cinco minutos para as suas considerações finais.

Seja bem-vinda. A senhora está aqui para contribuir. Não há, obviamente, nenhuma acusação contra a senhora, muito pelo contrário. Há gratidão das pessoas pelo trabalho que a senhora realizou aqui, conhecido e dito na imprensa, pelo seu papel heroico aqui, no dia 8 de janeiro.

Então, a senhora é uma pessoa muito bem-vinda a esta CPMI. E tenho certeza de que vai dar uma contribuição importante.

Tem quinze minutos para fazer a sua fala.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente e Relatora.

Sou a cabo Marcela. À época, eu era soldado. Fui promovida por atos do dia 8 de janeiro.

Sou policial militar desde 2019. Desde que me formei, eu já atuo no Batalhão de Choque.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu saí do curso de formação e já fui agraciada com a oportunidade de estar no Batalhão de Choque. Desde então, tenho, sim, experiência em linhas de choque, em atuações de choque, mas quero deixar claro que, jamais, nesses quatro anos de atuação, eu estive diante de tamanha agressividade, como foi no dia 8 de janeiro.

Estou aqui pra cooperar e, de acordo com a minha atuação, estou aqui pra dizer o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Então, eu passo a palavra à Relatora, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Mais uma vez, quero cumprimentar todos os meus colegas e o Presidente desta Comissão.

Quero cumprimentar você, cabo Marcela, e o seu advogado.

Marcela, você tinha o tempo inicial pra fazer a exposição – você usou um tempo muito pequeno – , mas eu quero iniciar, na verdade, enaltecendo os seus atos de bravura no dia 8 de janeiro. Você era soldado apenas, não é? Foi promovida a cabo. Então, eu queria cumprimentá-la. Eu acho que foi uma decisão absoluta justa.

Daqui a pouquinho, a gente vai detalhar, exatamente, como se deu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha cara Relatora, eu cometi uma falha. Eu tenho que tomar o juramento da testemunha e não o fiz, viu? Desculpe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esse termo de compromisso é uma formalidade.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nessa oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Peço perdão.

Continue, por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Então, Marcela, como eu falava, quero cumprimentá-la pelo seu ato de bravura. Você e o Beroaldo, ambos, foram, na verdade, promovidos, não é?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (*Fora do microfone.*) – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o Brasil inteiro, na verdade, acompanhou.

A gente pode afirmar, de forma categórica, pelos relatos que obtivemos de que você esteve cara a cara com a morte... Porque é impressionante, inclusive, como o seu capacete balístico ficou – daqui a pouquinho a gente vai colocar imagens, inclusive, sobre isso –, mas você não esmoreceu. Você foi firme, você lutou até o seu limite físico para conter, de fato, aquelas atitudes que foram absolutamente desumanas, criminosas e que precisam ser, por nós, todos os dias, rechaçadas e precisam ser condenadas.

Então, eu queria cumprimentá-la e dizer que posições como a sua precisam ser valorizadas e enaltecidas, até pra servir de exemplo a tantos outros militares pelo Brasil afora que, em algum momento, foram promovidos, também, através desses atos de bravura.

A minha assessoria fez um texto aqui e eu queria até ler parte. Eles colocam o seguinte: você combateu junto com o Beroaldo de uma forma muito intensa e muito aguerrida, sob o risco de morte, mas se manteve até o final com a sua resistência física.

Eu queria iniciar, Marcela, fazendo um levantamento aqui e que você nos explicasse, primeiramente, sobre o BP Choque. As informações que eu obtive, inclusive, colocadas pelo Tenente Marco Teixeira, ele era... Eu vou fazer umas perguntas e você vai me confirmando ou não...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Hum, hum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele é que estava fazendo, ele era o comandante especificamente ali da sua tropa. Era isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora. O Tenente Marco Teixeira é meu comandante da tropa de choque de 24 horas do dia, o Patamo Alfa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas informações que eu tenho, ele recebeu ordens de posicionar a tropa por volta das 12h30min; às 15h ele posicionou dois grupos: o Patamo Alfa, que é o seu grupo...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e também o Patamo Bravo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para orientar a bancada.) – O Patamo Alfa ficou no Meliá...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... pelas informações dele.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Tínhamos ordem de ficarmos posicionados no Meliá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto! Pelas informações dele, 15 pessoas. É isso, 15 policiais?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós somos 20 policiais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eram 20, não é? No depoimento, ele citou 15. Então, são... Não, na verdade, está certo, 20 policiais. Está correto.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, 20 policiais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está correto.

O segundo grupo veio para o MJ, que seria de 12 pessoas.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Dezesseis policiais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dezesseis policiais.

Na sequência, ele falou que ao perceber, por exemplo, as características dos manifestantes... Eu queria pegar aqui só a parte que ele cita. Quando ele cita a característica dos manifestantes, ele diz o seguinte: ele fala que eles tinham coquetel Molotov, tinham pedras, paus, barras de ferro e usavam estilingues com bolas de ferro. Ele percebeu, então, o perfil desses manifestantes. Ele, então, toma a decisão de retirar esse Grupo Alfa, que seria o seu grupo, lá do Meliá para fazer um ajuntamento com esse outro grupo no MJ. Foi isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso! Sim, senhora. Antes desse posicionamento do nosso comandante, o Tenente, foi feito um patrulhamento de reconhecimento. Ele é de praxe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – É feito em qualquer tipo de manifestação, que é o acompanhamento da manifestação. Aí, ao fazer esse acompanhamento, esse patrulhamento de reconhecimento, por decisão do Tenente, ele solicitou a autorização para que nós nos posicionássemos ali próximo ao Ministério da Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí vocês, então, vieram de lá...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Descemos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... para, exatamente, para o Ministério da Justiça.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, ficou ali um agrupamento de algo em torno de 36 policiais. É isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós não ficamos juntos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – O Patamo Alfa e o Patamo Bravo não aturaram juntos. Nós atuamos em ...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Bota a imagem para mim da N1, por favor.

Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós atuamos em locais diferentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Às 13h.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Por volta de 13h.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não! Eu quero a imagem da descida em frente ao MJ, aproximadamente ali, só para a gente ter noção. Exatamente, só para a gente ter noção aqui.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, esse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, vocês vieram, e ainda não havia manifestantes na vinda de vocês ou já havia manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Quando nós nos posicionamos ali próximo ao Ministério da Justiça já havia manifestante, sim, já tinham...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso era por volta de que hora?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Acredito que às 13h10min mais ou menos já tinha chegado uma parte, boa parte dos manifestantes ao gradil ali, que impede ali próximo à área das bandeiras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto!

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ala das bandeiras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando vocês chegaram, você disse que vocês não ficaram juntos. Então, vocês...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... fizeram uma subdivisão nesse grupo de 36 policiais.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Na verdade são grupamentos diferentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Patamo Alfa e Patamo Bravo são grupamentos diferentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eles são diferentes em quê, Marcela?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No sentido assim: o Patamo Alfa é a tropa de Patrulhamento Tático Móvel ou Choque Ligeiro, que está de serviço 24 horas, serviço ordinário.

O Patamo Bravo entrou ali por volta de, digamos, por volta das 7h da manhã e sairia às 15h. Ele cumpriria uma OS específica de 8 horas de serviço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas qual é o perfil? Você fala que o outro é de uma ação mais ágil, mais rápida. O Bravo...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Os dois são.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Os dois são?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim! O BP Choque é dividido em Choque e Patamo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é a diferença entre o Choque e o Patamo, para que a gente possa compreender?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – O Choque digamos que é a linha de contenção que chega após o Patamo. O Choque seria – nós o chamamos até de Choque Pesado –, que é a tropa que chega em veículos maiores, que chega no blindado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... que vem com os micros. O Patamo atua em viaturas menores. Nós chegamos primeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entendi, pronto.

Nessa chegada de vocês, nessa subdivisão de vocês, você pode me colocar exatamente para onde vocês foram?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Porque eu percebi que ficou uma parte ali na N1, mas também ficou uma outra na S1...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, sim!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... ali na descida do Supremo Tribunal.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós já chegamos, na verdade, nós já chegamos divididos, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Patamo Alfa e Patamo Bravo já chegaram em viaturas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Patamo, Patamo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Patamo, isso.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós já chegamos em viaturas separadas. São grupamentos que são independentes. O Patamo Alfa, em que eu estava, de que fazia parte, nós ficamos na N1.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês ficaram na N1?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, em algum momento você saiu dessa parte da cúpula? Porque a sua queda me pareceu que foi exatamente...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Foi no alto da cúpula, sim, sim!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... do lado da N1.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Quando nós... Quando chegou uma parte dos manifestantes que rompeu os gradis, esses gradis que ficam ali próximos ao gramado do Congresso, nós percebemos que o interesse dos manifestantes era realmente tomar toda a parte do gramado do Congresso. Então, por ordem – por ordem –, o meu comandante, o Tenente nos orientou a fazer um reposicionamento da tropa em cima da cúpula...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... para que, dessa forma, nós pudéssemos repelir de volta os manifestantes para o gramado e de volta para a Esplanada.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Que horas foi isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Por volta de umas 15h, 15h30, umas 15h30!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pede a imagem para mim de 15h30 da cúpula, por favor.

Marcela, neste momento, então, em que você chega à cúpula, então, você fica ali e, quando vocês, então, vêm fazendo, digamos assim, essa ação para repelir os manifestantes, foi na hora em que vocês – e, aí, parece-me que o Marco Teixeira cita aí – tiveram, então, ali, um confronto direto com os manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Foi, foi! Esse foi um dos confrontos mais violentos que nós tivemos, que foi corpo a corpo, praticamente, com os manifestantes. Ele ordenou que nós posicionássemos a tropa ali sobre a cúpula, só que, no momento em que nós assumimos a posição de estarmos diante da cúpula, outros manifestantes começaram a nos cercar pela N1 também, momento esse em que o Tenente ordenou o reposicionamento da tropa novamente, que nós retornássemos para a N1 para que pudéssemos repelir das duas áreas, tanto os manifestantes que estavam sobre a cúpula quanto os manifestantes que estavam na N1.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nesse momento, foi dada a ordem para que nós nos reposicionássemos. Para que nós pudéssemos voltar para a N1... Nós temos diversas funções em uma tropa de choque. Entre elas, nós temos as dos operadores químicos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... que são técnicos nessa área e que fazem uso realmente do material químico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Gás lacrimogêneo...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Exatamente.

Para que nós, os escudeiros, retornássemos para a N1, eles ficaram frente a frente com os manifestantes, para que nós pudéssemos retornar. Foi uma tentativa de segurar realmente os manifestantes para que nós retornássemos. Só que nesse momento eu percebi que três deles estavam sendo agredidos, momento esse em que eu retornei, abandonei o reposicionamento e voltei para poder socorrer esses meus três colegas – os três policiais que tinham ficado para trás – com o meu escudo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesse momento, Marcela, você tem noção de aproximadamente quantas pessoas havia ali, pelo menos por projeção? E, ao mesmo tempo, esse efetivo de vocês, você considera muito baixo para a quantidade de pessoas que estavam ali?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – O efetivo que nós estávamos, nós estávamos na nossa, digamos assim, nossa formação praticamente perfeita de pelotão de Patamo. São 24 policiais, nós estávamos em 20. A nossa formação era...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O seu grupo efetivo estava pleno?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deveria ter outros grupos, digamos, para reforço?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Do meu pelotão de Patamo, os 20 policiais, normalmente, é a nossa formação ideal. A nossa formação ideal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Em torno de quantas pessoas eu não tenho nem como mencionar. Só verificando mesmo por vídeo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas assim...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... para dizer, mais ou menos, umas 300 pessoas sobre a cúpula que estavam nos atacando ali...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... mas em volta de 20 pessoas que estavam realmente mais violentas – mais violentas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Então eles vieram de uma forma muito agressiva.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, nesse momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi nesse momento em que você, na verdade, foi jogada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Nesse momento, foi o momento em que eles nos atacavam com os gradis da própria estrutura, que é feita para impedir que os manifestantes tenham acesso ao gramado, com estacas de pau... Inclusive um coquetel molotov, nesse momento, alcançou o meu escudo, e ele não... Ele falhou. Falhou um dos coquetéis Molotov que nos foram lançados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veio o coquetel deles contra vocês?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, ele bateu no meu escudo, caiu no pé, ele não... Ele falhou. Um deles falhou. Inclusive quem estava comigo, na condição de comandante, o Tenente Marcos Teixeira também estava no momento da falha desse coquetel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, Marcela, neste momento...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – A queda, não é? A senhora quer saber da queda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Neste momento, vocês começam, então, o embate?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, o embate corpo a corpo, para que nós pudéssemos resguardar os nossos policiais, outros policiais, momento esse em que nós fomos jogados, empurrados. Empurrados mesmo do alto da cúpula.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí você cai...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu caio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a 3m de altura.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... a 3m de altura e consigo retornar. No momento em que eu caí, eu retorno pelo gramado mesmo, subindo ali pela lateral, e consigo, tentando retornar para a linha de choque.

Nesse momento, ao atravessar o gradil, foi o momento em que eu fui atacada novamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aquele ataque no capacete, que a senhora vai contar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ele se deu após a queda. Eu caí, subi aquela lateral ali do Congresso, quando já estava na N1, eu estava passando pelo gradil, eu fui puxada novamente. Aí eu estava me defendendo com o meu escudo, nesse momento, eles estavam me arrastando pelo escudo. Eu resolvi soltar o escudo, para que eu pudesse me defender melhor. Quando eu soltei o escudo, foi o momento em que eu tomei um chute e fui jogada no chão.

No momento em que eu caí no chão, é que eu recebi o golpe com a barra de ferro na cabeça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Meu Deus! Ou seja... Me fala desse capacete, Marcela. Ele é um capacete balístico?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele tem capacidade de receber até tiros? É isso? De arma de fogo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, é o nível A2 de defesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O que isso significa do ponto de vista da capacidade de proteção que ele dá?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Significa que ele é blindado, ele é blindado. É um capacete balístico. Ele defende, sim, de disparos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, dessa forma que você foi agredida, não há dúvida nenhuma que, sem o capacete, você não estaria aqui hoje conversando conosco.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Inclusive, quando eu estava no chão, sendo agredida com barra de ferro, com chutes, socos, eles tentavam retirar minha arma. Eles estavam tentando retirar minha arma. Então, com um braço eu fazia a defesa do meu rosto, e com outro braço eu fazia a retenção do meu armamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Marcela, tinha quantas mulheres no teu grupo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No meu grupo, nós éramos duas. Duas PFEMs.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A outra foi, foi...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ela foi também... Ela sofreu... Ela levou... Tomou uma pedrada. Inclusive, ela, ela... Ela tomou a pedrada, não conseguiu permanecer na linha, mas permaneceu na atuação, na contenção até o final também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Depois que você foi agredida, você permaneceu no local por quanto tempo ainda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu fiquei até 1h da manhã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você passou todo o restante do dia, da noite...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Todo. Nós ficamos... Eu, eu atuei do início ao fim, até que o Congresso fosse retomado novamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você falou no início que, no seu período todo como militar, como policial, você nunca viu, na verdade, uma manifestação tão agressiva.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Dessa forma, não. Dessa forma, não. Já tive... Tenho experiência em outras atuações. Reintegração de posse costuma também ser bem violenta. Naquela proporção, jamais, jamais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelos armamentos que eles tinham em mão, pelos instrumentos que eles tinham em mão ou pela quantidade de pessoas, pelo ajuntamento de pessoas? Você pode, assim, destacar o que você poderia diferenciar...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... nesses manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. A violência. A violência. A violência em si.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tinham medo de partir para cima de vocês?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Eles, eles, eles, na verdade, eles se valeram de materiais, do que estava ali à disposição deles, não é? Eles estavam... Usavam as estacas das bandeiras pra nos atacar, os gradis que foram arrancados, os gradis de ferro, eles lançavam também contra a tropa de choque, pedra, pedra portuguesa ali da Praça dos Três Poderes, eles utilizavam também, além dos coquetéis molotov.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Marcela, eu vi na... A gente... Não sei se o pessoal está com essa imagem aqui. E já que você ficou até uma da manhã, não é?... Depois dessa situação, você teve o deslocamento? Porque tem um momento ali do BPChoque onde o Rafael – me corrija o nome: Rafael – vai pedir ao ajuntamento ali, a um agrupamento do Batalhão de Choque, exatamente aqui, ele vem aqui nesse agrupamento que está na S1, solicita um apoio para o Fábio, para o Comandante da Polícia Militar que estava dentro do Congresso Nacional.

Você, em algum momento, esteve aqui nessa linha ou não?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhora. Eu estava atuando na N1. Esse grupamento de que a senhora está falando é o Choque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Choque Alfa. Eu faço parte do Patamo Alfa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu estava do outro lado da via.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, você também não chegou nem a descer, porque foi esse outro agrupamento que desceu...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

Perdão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – N1 é o lado do Ministério...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. N1 é o lado do Ministério da Justiça e do Palácio do Planalto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto. N1 é o Ministério da Justiça e S1, o lado...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Do STF.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... do Ministério das Relações Exteriores.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É. N1, Ministério da Justiça; S1 desce para o Supremo Tribunal Federal.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é isso?

Eu pergunto a você: então, nenhum momento você veio ali para a Praça dos Três Poderes, precisamente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Eu estive, eu estive na Praça dos Três Poderes após passarmos a parte do Congresso, Palácio do Planalto. Nós estávamos tentando reposicionar a tropa de choque ali na Praça dos Três Poderes, mas ali bem em frente ao Palácio do Planalto mesmo. Foi o momento em que nós fomos atacados pelas pedras portuguesas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Qual foi o momento em que você... Porque, assim, o que a gente percebe é que, no momento, havia um efetivo baixo, digamos, havia poucos grupos de choque: o seu, mais um outro, mas, depois, chegou, já por volta de 5h, 6h da tarde, vocês receberam um reforço maior. Foi isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Chegaram umas... O Choque Alfa e o Choque Bravo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Chegou já por volta das 17h, 18h, aproximadamente?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu não, não, não me recordo do horário exato, o horário em que foi chegado para nós nos reposicionarmos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, colegas, eu ontem sentei com a equipe, e a gente viu várias vezes as imagens que eu quero colocar aqui, com vocês, algumas coisas que são interessantes. Vejam: nós tínhamos aqui, ao longo do Ministério da Justiça e também lá do Ministério de Relações Exteriores, nessa área aqui, toda a parte dos gradis. No plano, no PAI, os gradis desta área deveriam ser colocados pela Polícia Militar, Senador Izalci, e esses gradis... Não aqui, eu quero lá em frente à N1 e à S1 a cerca dos gradis. Havia... Veja bem: aqui, nessa área, que é a S1, você tem um reforço. Veja que você tem ali dois gradis. Você tem um e você tem o segundo. Então, você faz um reforço. Mais na frente, você vai ver um volume grande de pessoas. Ó, veja, você veja que está bem claro aqui: você tem dois gradis, e ali você tem um volume de manifestantes, que é bem maior. A imagem aqui está aproximada, mas, na verdade, é bem maior o agrupamento de pessoas.

Deste outro lado do Ministério da Justiça, olha como está. Aproxima aí. Tem a imagem mais próxima dos gradis da N1, que é... Vejam que você, além de só ter uma faixa de grade, você tem uma abertura, está vendo? Você tem ali essa abertura, que fica... É como se fosse uma porta de entrada no Ministério da Justiça.

Agora, veja, por volta...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – O Plano Escudo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não. O Plano Escudo é um pouco mais lá na frente. É um Plano Escudo executado pela Polícia Militar, Senador Izalci. O Plano Escudo tem fases, ele tem etapas, ele tem faixas, e esta faixa bem daqui é uma faixa executada pela Polícia Militar, entendeu? Então, nessa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área, ela aproxima mais do Palácio do Planalto, porque o Plano Escudo faz a proteção do Palácio do Planalto com algumas outras linhas: tem a linha azul, a linha branca, a linha vermelha.

Então, vamos lá. Aqui você tem praticamente uma porta, só que, por volta das 15h aproximadamente... Ó, um pouco antes, aquela debaixo dos pés de árvores, lá você tem um efetivo.

Aí, Marcela, eu queria que tu me ajudasses nesses detalhes aqui. Você tem um efetivo de militares que não é tão grande, mas você tem alguns... Ó, veja: você tem um volume maior, porque aqui, na verdade, são as imagens paradas. Ali, 2h38, um pouquinho antes da ruptura da barreira. Você tem pessoas com um perfil mais diferente, de fato – não é? –, que essas pessoas, pela imagem, elas vêm se aproximando. Quando elas chegam na parte da S1, que é a entrada para o Ministério da Justiça, é como se elas trouxessem todo o volume de pessoas para o outro lado, onde tinha uma "porta", entre aspas. Eu estou citando "porta" porque tem uma abertura maior.

Então, eles vêm com esses... Todos esses manifestantes, eles correm, inclusive, para cá. E, quando eles chegam aqui, na N1, com uma facilidade muito grande, eles conseguem avançar, porque, além de não ter militar suficiente, não tinha os gradis suficientes. Então, eles têm informação, então, eles acessam para cá e chegam, realmente, ao Palácio do Planalto, enfim. E aí vão para o Ministério da Justiça e também para o Congresso Nacional.

Nos vários levantamentos que nós obtivemos, e a gente vê, por exemplo... Me dá aqui a fala do Naime. O Naime... E aí uma coisa interessante, Presidente Maia, que a gente tem colocado aqui é que o perfil de manifestantes, o que ocorreu no dia 12 de dezembro em relação à invasão da Polícia Federal e também a do 8 de janeiro, parece que são perfis, de fato, parecidos. Por exemplo, o que é que o Naime diz? Ele diz: "Olha, se não foram recrutados, eram pessoas com técnicas de guerrilha e antiguerrilha". Fala do Naime, Marcela. "Com certeza, pelo treinamento militar que tenho, pelos cursos que tenho".

Na verdade, ele fazendo referência que essas pessoas tinham técnicas, de fato, de guerrilha.

Nós temos outra fala aqui, em que, na convocação, eles chamam. Por exemplo: "Evitem trazer crianças e senhores de idade próximo aos dias do confronto, se assim eles quiserem". "CACs, precisamos de vocês para neutralizar qualquer situação que nos trouxer risco de vida". "Área de comunicação via WhatsApp". "Trazer equipamentos como capacetes, luvas, coletes, máscaras de gás e óculos de natação contra efeito de gases, toalhinha, água e soro fisiológico, tênis, botas, joalheiras".

Ó o tipo de orientação para o perfil dos manifestantes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Joelheiras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falei o quê?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Joelheiras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Desculpa. Joelheiras. Você está certa. Joelheiras.

Por exemplo, no relato – ato falho, Jandira... No relatório de inteligência da Abin, no relatório de inteligência da Abin ela traz, na verdade, a mesma definição. Havia um chamamento de CACs, havia um chamamento de pessoas com técnicas próprias da área militar para estarem participando das manifestações, o que bate, Marcela, claramente com a sua afirmação. Ou seja, era um perfil de manifestantes como você jamais viu em outro momento, com técnicas, claro...

Você percebia isso, que eles tinham alguma técnica militar para avanço, para chegar em relação a vocês?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu não posso dizer que eram técnicas militares...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... Relatora, mas era perceptível que eles estavam organizados. Havia em torno de quatro ou cinco manifestantes que estavam à frente da manifestação que possuíam luvas para ter acesso aos nossos materiais, são lançadas granadas, altas temperaturas, que, se forem pegas em mãos livres, vai ter queimaduras seríssimas. Eles estavam... Eles se utilizavam de máscaras, eles se utilizavam de toalhas, de lenços, para cobrir o rosto... Isso sim, sim, eles tinham... Dessa forma, eles estavam organizados sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, eles foram orientados da forma como vieram pra cá.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Provavelmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Provavelmente.

Marcela, eu quero finalizar, perguntando para você o seguinte: na saída, quando houve a dispersão, vocês então tiveram... Vocês chegaram a ir ao QG do acampamento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós ficamos ali próximos, sim, ao SMU. Ficamos na via. Nós não chegamos a entrar no acampamento. Nós não tínhamos permissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas por que é que vocês não entraram?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós não tínhamos permissão para entrar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você pode...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Porque é área federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Ninguém do acampamento permitiu que vocês entrassem.

Então, até aquele momento...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – A Polícia Militar não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... exato – não houve nenhum tipo de prisão próximo ao acampamento. Você sabe dizer?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, nesse momento não. Nesse momento não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. (*Pausa.*)

Não, eu já coloquei esse ponto.

Eu quero só finalizar, Presidente, cumprimentando o senhor, cumprimentando mais uma vez a Marcela, e quero dizer que, por exemplo, nesse chamamento para essa manifestação, eles usavam, na verdade, o código "Festa da Selma", que é, pela forma, na verdade, Laura, que nós fizemos a leitura – inclusive, cheguei a conversar com alguns militares e policiais para entender por que o nome "Selma". Até tentamos rememorar, na história mundial, sobre essa questão do termo "Selma", mas vê-se que seria "selva", ou seja, seria uma forma... Seria um cumprimento, na verdade, em relação a eles. E eles fazem aqui um comparativo tentando não apresentar, de fato, de forma clara o que seria, na verdade, essa... O que seria a festa da Selma. Eles dizem, olhem:

[...] vai acontecer uma festa de aniversário enorme e existe uma organização muito grande para juntar e preparar os convidados. O bolo de aniversário será de milho, precisamos de milhos grandes, pelo menos 5 milhões [...], a organização [ele fala 5 milhões] antes da festa vai ser em um lugar não conhecido, onde as pessoas estão há mais de 65 dias [acampamento, e acampamento sou eu que estou falando]. E de lá todos sairão para a festa. A Selma gosta de tudo limpinho, sem lixo no chão, sem bagunça. Ela não convidou crianças e nem idosos, quer somente adultos dispostos para participarem de todas as brincadeiras, entre elas: tiro ao alvo, polícia e ladrão, dança da cadeira, dança dos índios, pega pega, e outras. É importante que cada um leve suas coisas pessoais de higienização e proteção [Marcela, ele fala], inclusive: máscara [...] para não ficar ardendo com a torta de pimenta [...] na cara e soro fisiológico para se limpar caso espirrem algo que faça vocês chorarem e lacrimejarem, mas não [será] de alegria durante a festa. Preparem-se convidados, a festa será um estouro. A paleta de cores será verde, amarelo, azul e branco. E a galera de uniforme vermelho não foi convidada [ou seja, claramente demonstrando que seria o que ocorreu no dia 8 de janeiro].



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcela, mais uma vez, meus cumprimentos a você. Não há dúvida nenhuma de que você inspira várias outras mulheres, sobretudo militares, no Brasil, com o enfrentamento de uma forma tão intensa, mas que, com a sua altivez, de uma forma muito firme, você se manteve e está aqui para conversar...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... juntamente conosco. Parabéns mais uma vez...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a você.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, ao primeiro autor do requerimento, que é o Senador Randolfe Rodrigues, eu queria... Nem é da minha praxe como Presidente fazer perguntas, mas eu tenho uma questão aqui que eu queria perguntar à senhora.

Nesse episódio do dia 8 de janeiro, a atuação da corporação a que a senhora pertence... Teve pessoas que agiram de uma maneira heroica – é o seu caso – e teve outras que... Já foi mostrado aqui na CPI, como é o caso do Coronel da PM que está preso, o Coronel...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... Fábio, que deliberadamente posicionou sua tropa aqui na entrada da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional de uma forma absolutamente permissiva para que os manifestantes pudessem entrar, ou seja, enquanto a gente vê a senhora, uma mulher em uma condição numérica muito inferior àquela tropa que estava aqui na Chapelaria, na escada da entrada do Congresso... Enquanto a gente vê a senhora ser derrubada de uma altura de três andares e voltar, mesmo depois dessa queda, pra linha de choque, para fazer esse enfrentamento, o que nós vimos foram outros colegas da senhora com um posicionamento muito diferente. A senhora observou... no meio daquela confusão toda, teve oportunidade de observar a parte da tropa que de fato estava entrando em confronto com os manifestantes e aqueles que, de alguma maneira, recuaram e que tiveram uma posição, vamos dizer assim, no mínimo, leniente em relação ao que estava acontecendo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Sr. Presidente, no momento em que nós estávamos atuando, não, não foi possível ter essa percepção, até porque, nesse momento, nós estávamos lutando para, além de resguardar a nossa vida, garantir a ordem. Então, em momento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum, eu pude visualizar algum outro policial com algum outro tipo de comportamento. Eu só tive acesso realmente... posso dizer ao senhor sobre os policiais que estavam ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, certamente, depois, a senhora teve acesso a imagens que mostravam outras equipes da PM atuando, não é? Essas imagens, assim... Para a senhora, causou alguma estranheza a forma como alguns se comportaram?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Então, essa forma de comportamento no teatro de operação... posso dizer da minha tropa, nós temos treinamento para estar naquela posição em que nós estávamos, não é? Nós somos policiais que passamos por um treinamento especializado. Então, eu não tenho condição de falar de outras tropas. Eu tenho condição de dizer para o senhor em relação ao comportamento da minha tropa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

A senhora sabe se aquele posicionamento em que a sua tropa foi posta, foi colocada naquele momento fazia parte do PAI que foi elaborado pelo Comando da Polícia Militar do Distrito Federal, ou foi algo aleatório, uma decisão individual do seu Comandante no momento em que vocês chegaram aqui na Esplanada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhor. Eu não tenho condição de dizer. Na época... Como eu disse para o senhor, eu sou soldado, escudeira, homem base da tropa de choque. Eu não tenho acesso a essas ações de planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Muito obrigado.

Passa a palavra, então, ao próximo orador inscrito, que é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Meus cumprimentos à Senadora Eliziane, nossa Relatora, também.

Marcela, meus cumprimentos, e também a sua assistência, ao Diego, que a acompanha aqui.

Marcela, poderia me informar qual era a sua unidade? Em qual unidade você estava incorporada na data do 8 de janeiro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Batalhão de Choque, BPChoque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Você chegou a ter conhecimento ou sua unidade chegou a ter conhecimento de algum relatório de inteligência sobre os eventos que viriam a ocorrer? A sua unidade tinha informações sobre a dimensão do ato que estava em curso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Então, como eu já disse, a minha função, a minha atribuição não me permite ter acesso a nenhuma situação de planejamento, acesso a algum tipo de relatório. Eu, na função de escudeira, cumpro ordens do meu Comandante. Eu não tenho acesso a nenhum documento nesse sentido, a nenhuma informação dessa forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A sua unidade, especificamente, é composta por quantos integrantes homens e mulheres? Tem uma ideia de quantos integrantes estão na sua unidade? E, antes do 8 de janeiro, teve eventos de igual monta de que você veio a participar?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Hoje, nós estamos por volta de 300 policiais, entre homens e mulheres, comandantes, administrativo... E, antes do dia 8 de janeiro, nós tivemos, sim... O Batalhão de Choque já atuou em diversas... Tivemos já diversas atuações nesse sentido, inclusive de 2017.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

E a sua unidade tem em torno de 300 integrantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Você citou aí o evento de 2017. Você chegou a atuar nos eventos de 2017?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, não. Eu faço parte da Polícia Militar... Eu entrei para a corporação em 2019.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

Nesse período, chegou a participar de eventos de igual natureza?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não teve.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não teve nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Da sua unidade de 300 integrantes, quantos estavam de plantão e quantos chegaram a atuar? Você tinha quantos a acompanhando?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No meu pelotão de serviço, nós éramos 20 policiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, da sua unidade de 300 integrantes, do seu pelotão, tinha 20 nesse dia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso, 300 que eu falo pro senhor, nem todos são atuantes operacionais de rua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós temos sessões no batalhão das quais esses policiais não estão em rua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quantos são de rua?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não sei dizer ao senhor com certeza quantos são.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas nesse dia especificamente...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No dia, o pelotão que estava de serviço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... foram mobilizados 20?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... o meu pelotão de Patamo, nós éramos 20 policiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não mais que 20?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, 20 policiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Vinte policiais, perfeitamente.

Nesse dia, no dia 8, a senhora pode reportar as ordens que recebeu, qual a orientação que recebeu? Eu imagino, a senhora foi chamada a estar de plantão do dia anterior para o dia?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora foi chamada a partir de que horas? Poderia fazer assim...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, claro, claro, posso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... lembrar cronologicamente os eventos do dia 8...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... os momentos do dia 8 até o momento do conflito, do confronto?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Claro, claro, sim. Eu estava de serviço ordinário, 24 horas. Eu entrei 7h da manhã do dia 8 e deveria sair na segunda-feira às 7h da manhã.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito. Ao chegar às 7h da manhã, ao iniciar o seu plantão, vou tratar assim, no dia 8 de janeiro, a senhora chegou a receber alguma orientação dos comandos superiores, algum... Porque eu imagino que próximo, ou antecedendo eventos como o que iria ter, deve ter tido uma ordem de comando, uma orientação.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, tivemos. Tivemos uma orientação por volta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O que dizia a orientação?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Por volta de 11h50, nós recebemos a informação de que em torno de 4 a 5 mil manifestantes iriam descer, estariam descendo rumo à Esplanada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Além disso, teve mais alguma advertência na orientação?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Iminência de confronto?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pessoas armadas? Alguma, algo nesse... A única orientação era isso, 4 a 5 mil manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, a que eu recebi, a ordem que eu recebi, de que eu tenho ciência, é somente isso, que por volta de 11h50 estariam descendo de 4 a 5 mil manifestantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E qual foi a ordem do comando diante disso? Era para fazer uma linha de contenção para...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Como se comportar diante dos manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, em caso de ruptura, nós iríamos atuar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A ruptura, o limite da ruptura, pela orientação que a senhora recebeu...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – São os gradis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Qual gradil?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Os gradis que ficavam ali na alameda das bandeiras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Na alameda...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, a sua linha era posterior à alameda das bandeiras?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ou seja, rompesse o gradil da alameda das bandeiras...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, nós atuaríamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pelo que conseguiu presenciar naquele momento, a linha de contenção que estava na altura da alameda das bandeiras era o suficiente para conter a manifestação?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Da forma com que chegaram, eles conseguiram romper de forma muito fácil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Com facilidade.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, passaram com facilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E a informação que a senhora recebeu do comando é de que eram 4 a 5 mil manifestantes.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Do que presenciou naquele momento, era esta a quantidade? Eram 4 a 5 mil ou era maior o número?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, eu acredito que era isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eram 4 a 5 mil manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, eu acredito que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E romperam com facilidade a primeira linha.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – De quem era a responsabilidade dessa primeira linha?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Essa primeira linha fica... É a Polícia Militar que fica nessa primeira linha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E quantos policiais tinha nessa primeira linha, para fazer a contenção?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não sei informar ao senhor quantos nessa primeira linha

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas sabe que romperam com facilidade?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eles passaram, eles passaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eles emitiam palavras de ordem? Estava... Dava pra perceber qual era a motivação dos manifestantes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, nesse momento, até por causa... até devido aos instrumentos que nós utilizamos, não dava para ouvir muita coisa, não. Só, só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não chegou a ouvir nenhuma palavra de ordem vinda deles?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, nesse sentido não. Só avançando mesmo, avançando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Só avançando?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E dava pra perceber, dava pra identificar qual era a motivação deles? O que eles queriam?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Qual objetivo que queriam alcançar?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Aparentemente sim. Foi o que aconteceu, que foi a questão de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Tomar as sedes dos Poderes.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Em que momento foi o confronto com a senhora?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Foi no momento em que eu estava sobre a cúpula. Acho que foi, acredito que foi por volta das 13h.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora tentou conter?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora tentou agir diante deles e passou a ser cercada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso, nós fomos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Os seus... Desculpe-me. Os seus companheiros, do seu contingente, que a senhora já acabou de relatar que eram 20 pessoas...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora conseguiu acompanhar... Eu imagino, na tensão do confronto aí, a dificuldade... Eu nem imagino a dificuldade que a senhora deve ter enfrentado naquela circunstância, naquele momento, mas a senhora conseguiu perceber como os seus demais companheiros conseguiram agir naquele momento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Todos os demais companheiros agiram da mesma forma que eu agi. Nós passamos por treinamentos pra lidar com essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Tentando conter?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Contenção, dispersão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Aí a senhora foi cercada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Dispersão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Sim. Tentando dispersar?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E aí a senhora passou a ser cercada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O que a senhora dispunha de instrumentos para tentar fazer a dispersão?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu sou escudeira: um escudo e um bastão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Somente um escudo e um bastão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Além de... Eu estava, sim... Possuía uma arma de fogo, sim, além dos outros policiais que estavam atrás da linha, que são os operadores químicos. A minha função de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Os operadores químicos...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – São os que possuem... fazem os lançamentos dos materiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E a linha anterior à sua, a que continha equipamento químico, tentou...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Conseguiu agir?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eram quantos nesse grupo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu acredito que em torno de quatro operadores químicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quatro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quatro pra...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. É a formação ideal de uma tropa de Patamo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito. Eram quatro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, acho que... Provavelmente quatro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quatro para as 5 mil...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eram quatro operadores...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Mas além de operadores químicos, nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Como é que se chamam esses?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Operadores químicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Operadores químicos.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós temos também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quatro operadores químicos.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... atiradores, atiradores. Também temos atiradores que fazem uso de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eram quantos operadores e atiradores?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Atiradores e operadores: um, dois, três, quatro... Mais quatro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, quatro...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Operadores químicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Que, na verdade, quem deveria... A sua retaguarda, digamos assim, eram os operadores químicos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eram somente esses quatro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – São quatro operadores químicos e quatro atiradores, que fazem uso do elastômero, que é a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

A senhora chegou a receber, naquele momento, o comando para o retardamento, algum tipo de comando para o retardamento da tropa?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora chegou a solicitar ou teve oportunidade – que imagino que nem essa oportunidade tenha tido – de...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... chamar um contingente de reforço?

Já concluo, Presidente.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu acredito que isso tenha sido feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora consegue avaliar se a tropa teve problemas operacionais?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas a senhora considera que, se tivesse um contingente a mais, reagindo junto com a senhora, poderia ter tido a contenção?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sobre isso eu não tenho como informar o senhor, eu não faço parte do planejamento nem do alto-comando da Polícia Militar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora chegou a acompanhar, a observar a atuação de outros contingentes naquele momento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós atuamos, sim, em conjunto com o Exército, em conjunto com a Força Nacional e outras tropas da Polícia Militar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Naquele momento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Naquele momento não conseguiu?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Naquele momento, não. Nós passamos a atuar em conjunto com outras tropas, no momento em que nós estávamos na parte ali, digamos, do subsolo do Palácio do Planalto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso aí já depois? Isso aí...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Já. Bem depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E a senhora, mesmo ferida, estava...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, ainda estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora continuou?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Fiquei até o final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Digamos assim, na segunda parte, quando houve uma reação que conseguiu expulsar os vândalos, manifestantes, terroristas...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Eu estava.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A senhora estava... A senhora continuou aí?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Continuei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quero cumprimentá-la... Aí já concluindo, quero cumprimentá-la, cabo Marcela. É isso, né?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu não sei qual é sua opção política, qual é sua opção partidária, não sei para que cores de time a senhora torce, eu não sei quais as cores que começa a vestir, eu só sei que essa... a cor dessa farda que a senhora está usando a senhora honra, porque esta farda aí é igual à Bandeira Nacional, não tem partido, não tem time, tem que cumprir o seu dever.

Eu quero só cumprimentá-la por isso. Obrigado pelas informações aqui prestadas a esta Comissão.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Cabo Marcela, eu gostaria de reafirmar, ratificar a nossa gratidão, o nosso reconhecimento ao seu trabalho. Quando apresentei esse requerimento para que a senhora viesse até esta CPMI, era para que preliminarmente pudesse receber todo nosso carinho, todo nosso respeito, toda nossa homenagem; e toda e qualquer promoção ou honraria que venha a receber não será nada perto do respeito, que não só eu, mas esse Parlamento e o povo brasileiro têm pela senhora e pelas Forças Armadas.

A senhora representa aquilo que as Forças Armadas têm de bom: a coragem, a sensibilidade, a eficiência com que desenvolvem todas as suas atividades. Por isso, quero, em primeiro lugar, lhe agradecer em nome do povo brasileiro. Eu não tenho dúvidas de que os seus pais, a sua família, os seus filhos, todos aqueles que fazem parte do seu convívio mais próximo têm muito orgulho de tê-la por perto.

Parabéns. Aqui todo meu carinho, meu respeito, minha gratidão.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Quero aproveitar também para dizer qual foi o meu segundo objetivo com esse requerimento. A gente assiste a imagens, entrevistas, séries, relatos, documentários tentando retratar aquilo que aconteceu no dia 8 de janeiro. Existem teses absurdas, existem teses que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentam trazer aquilo que ali foi praticado, mas ninguém tem a propriedade para poder aqui descrever o que de fato aconteceu.

Eu gostaria de ouvir o que a cabo Marcela testemunhou naquele momento, não apenas como uma soldado, mas enquanto uma mulher, enquanto uma pessoa que, no exercício das suas atividades profissionais, viu coisas esperadas e coisas até então inacreditáveis. Por isso, eu queria lhe perguntar: o que foi que você viu que mais lhe chamou atenção no dia 8 de janeiro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Claro.

No dia 8, realmente o que nos chamou muito atenção, de fato, foi a violência que foi imposta contra os policiais. Era clara, era nítida a intenção, principalmente em relação a nós, à tropa que estava ali diante deles, que era a linha de frente do momento, de que eles estavam dispostos realmente a tudo, inclusive de atentar contra a nossa vida, como foi feito.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Quando a senhora... Aqui traz todo seu histórico de treinamento, seu currículo. A senhora pode não ter participado de nenhuma outra manifestação. Foi a primeira manifestação que a senhora participou?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Esplanada, naquele... Digamos, nessa proporção de violência, sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas tiveram outras manifestações?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Eu estive presente no Sete de Setembro.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Em comparação da do Sete de Setembro com a do dia 8 de janeiro, a violência daqueles que ali estavam foi o que mais lhe chamou atenção?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Com certeza. Não foi nem o quantitativo, foi a violência.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Foi a violência?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Violência.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ali a senhora pôde perceber a presença de crianças, de recém-nascidos, de idosos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – O senhor se refere ao dia 8?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ao dia 8, aos manifestantes que lá estavam.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não viu crianças?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Inicialmente quem estava... Digamos, na linha de frente dos manifestantes, não havia crianças.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – E aquele ódio com que eles se manifestavam... Na sua conclusão, enquanto testemunha, a senhora percebe que eram manifestantes ou terroristas que tinham como objetivo atentar contra o patrimônio público, contra a democracia?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Naquele sentido, eles já não eram mais manifestantes; eles já eram vândalos.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ultrapassaram o limite?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – E por qual razão a conclusão de que eram vândalos? O que eles fizeram para a configuração da palavra vândalo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Pelo nível de violência e por tudo que se deu, por tudo que ocorreu.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, aqui cai por terra a tese de que ali tinha idosos, crianças, que, num domingo, saíram das suas casas, das suas cidades, para tentar, de algum modo, se manifestar pacificamente. O que a gente percebe pelo relato da cabo Marcela, que lá estava enfrentando esses vândalos, esses terroristas, é que de fato foi uma atuação orquestrada contra a nossa democracia, contra o patrimônio público e, por isso, que se deve responder com todo rigor que a lei prevê.

Eu aproveito esta oportunidade, cabo Marcela, e lhe faço outro questionamento em relação ao pós-dia 8 de janeiro. Quando a senhora observa as imagens, aquelas imagens sobre o dia 8, olhando de fora, você que lá estava e, após, consegue observar aquelas imagens da cobertura, qual a sensação que você tem? Você percebe que ali houve uma atuação orquestrada, estratégica, planejada, ou foi algo açodado, no impulso? Qual é a conclusão a que a senhora chega?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Então, eu tenho condição de responder ao senhor sobre a minha atuação. Como eu disse anteriormente, os poucos que estavam ali à frente, que estavam realmente tentando fazer com que os outros manifestantes avançassem, eles estavam organizados, sim – os poucos que estavam à frente.

E, voltando à questão anterior, havia, sim, idosos, mas um pouco atrás. Havia idosos, havia crianças, mas não na linha de frente. Quem estava... Em embate com a Polícia Militar não tinha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente idosos, mas a manifestação possuía, sim. Tanto que nós fizemos um patrulhamento de reconhecimento antes de solicitarmos o reposicionamento da tropa de choque.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Em termos de quantitativo, tecnicamente falando – eu sei que existe uma hierarquia, mas o seu parecer –, entre aquele contingente que lá estava e o que deveria estar, há uma diferença? Se a senhora pudesse decidir sobre o que seria feito para evitar os atos do dia 8 de janeiro, o que faria diferente?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu posso falar para o senhor em relação à minha tropa.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Claro.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – A minha tropa estava, sim, em uma formação perfeita. Nós éramos 20 policiais de uma tropa ideal de 24 policiais. A minha tropa estava em uma formação perfeita.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É verdade que tentaram tomar a sua arma?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, tentaram.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – A senhora pode dizer mais detalhes sobre este momento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, este momento foi logo após ter sido empurrada do alto da cúpula, no momento em que eu estava tentando retornar para a tropa de choque. Foi o momento em que eu fui agredida novamente, em que eles me agrediam; eu estava no chão, e eles me chutavam. Enquanto alguns me chutavam, me agrediam com barras de ferro, com barras de madeira, outro tentava tomar a minha arma. Momento esse em que, inclusive, eu fui atingida com a barra de ferro na cabeça.

Quando eles perceberam que eu ainda me mantinha ali no embate, no combate, eles começaram a tentar tomar, arrancar meu capacete, tanto que meu rosto ficou machucado, porque o capacete tem um clipe de segurança, para que ele fique bem-posto na cabeça. Eles tentavam arrancar. Machucou. Eles conseguiram arrancar.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Nesse momento, você estava só? E quantos manifestantes, quantos vândalos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Acho que em torno de seis. Seis estavam me agredindo, em torno de seis.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Homens, mulheres, idosos? Quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Homens, homens.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Somente homens?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Homens.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Em idade adulta?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. São adultos.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – A senhora, em algum momento, pediu para pararem?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. A gente dava palavras de ordem, "se afastem", "se afastem", "se afastem", o tempo inteiro.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Quando isso aconteceu, o que passou pela sua cabeça? Em algum momento, pensou que...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Naquele momento, se não fossem, evidentemente – Deus permitisse –, os meus colegas de trabalho, certamente, eu não estaria aqui.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É esse tipo de relato, cabo Marcela, que eu gostaria muito que pudesse ganhar a repercussão de toda a mídia e de toda a imprensa, das redes sociais, porque isso vai muito além da direita, da esquerda. Isso é muito maior do que questão ideológica. É questão humanitária.

Eu posso não concordar com o que algum Deputado aqui venha a falar, algum Senador, mas eu tenho que respeitar o direito de ele se manifestar. A partir do momento em que ultrapassa o limite do razoável, daquilo que é justo, daquilo que é digno, não tem como tipificar como manifestação livre e pacífica. São criminosos. São terroristas.

Quem ainda duvida? A quem ainda tentar discordar daquilo que, agora, nós estamos comprovando, com o seu relato, cabo Marcela, eu peço que faça uma reflexão. E se fosse a sua filha? E se fosse a sua mãe? E se fosse a sua esposa? E se fosse você, exercendo a sua atividade, que você, claro é remunerado para desenvolver?

Mas você...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... não pode, pelo simples fato de ser pago e de fazer o juramento de exercer a sua atividade para proteger o direito do outro, sofrer um atentado àquilo que você tem de mais puro e valioso, que é a sua vida?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, cabo Marcela, nestes 40 segundos que me restam, eu só tenho a lhe agradecer e agradecer a Deus a sua vida, agradecer a todos os policiais militares que lá estavam, fazendo de tudo para proteger a nossa democracia e a nossa soberania.

Parabéns!

Foi graças a Deus e a vocês que hoje nós estamos aqui.

Meu muito obrigado.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Rubens Pereira Júnior não está presente.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a soldado Marcela, que agora teve aí uma patente aumentada para cabo, parabenizá-la pela atuação no dia 8 e também por honrar essa farda da Polícia Militar que a senhora aqui traja com muito brilhantismo.

Quero, em primeiro lugar, parabenizá-la.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu trouxe, cabo Marcela, um vídeo, que eu vou pedir para passar, porque ele é importante porque não é apenas a senhora que deu esse relato. Mas eu escutei muito atentamente. No Tribunal de Justiça do Distrito Federal, houve uma senhora, uma manifestante que moveu uma ação contra o comandante da polícia militar, comandante da tropa da senhora. Essas falas são importantes, porque ele chamou como testemunha a senhora e outros.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E todos eles foram no mesmo rumo.

Então, acho que esse vídeo é importante, porque eu fiz aí um resumo de apenas dois minutos. Mas eu recomendaria a todos os membros desta CPMI que ouvissem, porque ele mostra a violência e o temor que homens e mulheres já testados da polícia militar, tiveram nesse momento do 8 de janeiro – um verdadeiro terror, um pavor do que aconteceu. Eu pediria que a gente escutasse este vídeo. Ele é apenas de dois minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Está sem som.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Está sem som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Muito bem.

Então, o vídeo demonstra o que a cabo Marcela nos colocou quanto ao grau de violência e ainda aponta, nós vamos escutar quinta-feira o General Dutra, qual foi a postura do Exército também, de policiais do Exército, e qual o comando que a direção do Exército deu naquele momento. Isso também é importante.

Mas, cabo Marcela, a pergunta que eu faço é se é isso mesmo, se o relato dos colegas retrata mesmo, como a senhora colocou, todo esse procedimento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim, senhor.

Ali quem está nas falas, inicialmente, é o Major Cunha, que à época era o Comandante do BPChoque. O Segundo-Tenente Marco Teixeira é meu comandante de pelotão. Ele era o Patamo Alfa do dia. E o, hoje, Subtenente Beroaldo Júnior. Ele era o adjunto de pelotão, também comandando à frente do comando do pelotão. E, sim, esses relatos foi o que nós vivemos no dia 8.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Obrigado, cabo Marcela.

Veja bem, a senhora não sabe quem são esses vândalos, que a senhora mesmo disse que passaram a ser vândalos. A senhora não os conhecia...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e não sabia também de onde vieram, embora fosse claro que eles quisessem ocupar os três Poderes no Brasil, provavelmente, como uma revolta contra o Presidente eleito, porque eles não concordavam com o processo que foi feito. Por isso, faziam a ocupação. Eu sei que isso não é da alçada da senhora, mas isso é o que diz toda a imprensa dos motivos que eles estavam lá. Mas seria bom que a gente visse um pouco quem de fato são esses vândalos.

E eu recorri, então, ao Documento 21, que é um documento sigiloso, mas eu vou ler trechos, que nos foi enviado pela Abin. A Abin já sabia que esses vândalos estariam lá e a Abin avisou isso ao comando da polícia militar. Olha o que a Abin dizia, em 5 de janeiro: "Foram identificadas, em redes sociais, mensagens de convocação de organização de caravanas para a capital federal, manifestações, paralisações e greves para os próximos dias". No dia 6, a Abin também enviou ao comando da polícia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militar, e há vários: "Persistem as chamadas de caravanas, com greves e paralisações". No dia 6, às 19h40: "Destaca-se a convocação, por parte dos organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas, CACs, e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional".

Provavelmente, no meio desses tinham CACs, para a senhora entender, a senhora sabe o que são os CACs. Não são pessoas e senhorias que vão lá rezar a Bíblia enroladas em bandeira do Brasil. Os CACs têm treinamento. E veja bem que a Abin já dizia que os CACs já estariam lá. Isso é para que a senhora saiba o risco de fato que vocês correram.

No dia 7, ainda a Abin diz, Presidente: "Em Brasília, há registro de chegada, no QG do Exército, de 18 ônibus. Mantém-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos", também da Abin. No dia 7: "Conforme a Agência Nacional de Transportes, houve aumento do número. Há um total de 115 ônibus com cerca de 3, 9 mil chamados para manifestações violentas".

Depois, ainda no documento da Abin, ele vai citar, cabo Marcela, quem também estaria lá. Ele diz que os manifestantes, as manifestações bolsonaristas estão e incitarão a conexão com outros grupos propensos à violência. Tradicionalmente, a boina bordô é associada à Brigada Paraquedista do Exército Brasileiro. E ele diz: "Seus membros se identificam com militares da reserva, das brigadas. Alguns deles estavam na proximidade da sede da Polícia Federal, no 12 de dezembro, quando houve aquele ataque. E eles estavam também [a Abin diz] no 8 de janeiro". E além dos Boinas Vermelhas, vai dizer dos Kids Pretos, que são também treinados pelo Exército Brasileiro para esses tipos de ações. Todos esses a Abin, Presidente, identificou que estariam lá. Então, essas pessoas que feriram a senhora, os outros policiais vieram aqui como CACs, como Boinas Vermelhas, como paraquedistas aposentados para esse tipo de ato e foram arregimentados por financiadores. Por isso vocês encontraram tanta dificuldade. E o mais interessante, sabendo dessa dificuldade toda, por que o comando da PM não se preveniu para isso, não aumentou o batalhão? Colocou apenas 20 policiais no batalhão da senhora para fazer essa defesa. Olhe o risco que eles colocaram vocês, policiais militares.

E aí, eu vou ler também um trecho que é importante, de como é que essas pessoas agiram, então, durante esse procedimento, para a gente mostrar que não foram apenas coincidências do que aconteceu nisso. Eles vieram, esses vândalos, para agir dessa forma, e os comandantes agiram muito mal.

Olhe, eu tenho ainda 1min15. Dá tempo de eu ler uma pérola do Coronel Paulo José. A senhora conhece o Coronel Paulo José, Comandante da Polícia Militar na época. Olhe o que Paulo José escreveu, para a senhora entender, Sra. Marcela: "Tô aqui novamente em frente ao QG".

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ele escreveu isso para o Casimiro. "Saí do plantão e vim direto para cá. Tô desde 7 horas. Está chegando muita gente".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler rápido porque o meu tempo é pequeno.

"Eu digo, daqui pra amanhã, vai ser uma multidão de gente. E eles não estão falando diretamente, mas, pelo que eu entendo, acho que amanhã eles descem pra Esplanada." O Paulo José sabia que eles iam descer para a Esplanada. "Mas é chegando muita caravana, viu? Eu tô com muita esperança de que vamos conseguir reverter essa lambança que esses petistas malditos fez aqui no nosso país. Com fé em Deus, nós vamos reverter isso aí. Um abraço, meu amigo, fique com Deus!" Ele mandou isso para o Casimiro, ou seja, o Comandante-Geral da Polícia Militar – depois vocês foram atacados por esses vândalos – era favorável aos vândalos, dizia que eles estavam certos e que eles... E ele diz isso ao Comandante Casimiro, que era pra acabar com os petistas e com a eleição do Presidente Lula. E, portanto, eles estavam se congratulando com aquilo. Sabe a resposta que o Casimiro deu pra isso? "Vamos avaliando. No final do dia, conversamos pra tomar as decisões pra amanhã", ou seja, de tudo sabiam: quem eram, o que queriam, e os próprios comandantes da PM, que hoje estão presos e é óbvio que têm que estar presos, atuaram também no sentido golpista.

Então, vocês enfrentaram não apenas os vândalos, mas vocês enfrentaram uma força que agia para que o Brasil tivesse um golpe contra a sua democracia. Vocês realmente foram heróis!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra para a Deputada Jandira Feghali.

Até para descontrair, mas, ao mesmo tempo, para me defender – e como o Espiridião sempre fala em nosso querido amigo Joaci Góes –, eu vou contar aqui uma brevíssima história.

Dizem que, há muito tempo, na Bahia, nos anos 30, um rapaz, uma pessoa muito rica que morava ali no Corredor da Vitória, tinha um daqueles casarões, perdeu um relógio, um relógio Patek Philippe de ouro e foi ao jornal *A Tarde* e colocou um prêmio para quem achasse o relógio, que valia três vezes o valor do relógio.

Um rapaz pobre que tinha ido para Salvador e estava procurando um emprego, encontrou esse relógio ali no Campo Grande. Tinha visto a mensagem, foi à casa do homem e devolveu o relógio dele. O homem ficou felicíssimo e falou: "Olha, agora eu vou pegar a sua recompensa". No que o rapaz, humilde, respondeu: "Absolutamente! O senhor me desculpe, mas eu sou uma pessoa que tem um princípio familiar que me impede de receber uma recompensa por algo que eu achei, sabendo que tem um dono. Então, eu não vou receber". "Não, mas pelo amor de Deus, o senhor vai!" "Não, eu não aceito. O senhor fique tranquilo e tal. Muito obrigado." Apertou a mão do dono do relógio, entregou o relógio e foi embora.

O dono do relógio, não satisfeito com essa recusa, foi ao jornal *A Tarde*, comprou uma página inteira e fez uma homenagem ao rapaz, dizendo: "Olha, ainda existem homens sérios no mundo. Fulano



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tal, um rapaz humilde, desempregado, etc. e tal., achou o meu relógio e não recebeu o prêmio por uma questão de princípio familiar, do conceito que ele tem de honestidade".

Pois bem, o rapaz continuou a procurar o seu emprego e, quando chegou um mês depois, ele entrou numa loja. O cara estava lá precisando de um atendente e aí ele gostou do rapaz, o dono da loja, e falou: "O senhor vem aqui amanhã, mas eu acho que vai dar certo, o senhor vai trabalhar comigo". No que o rapaz sai, o dono da loja vira para uma pessoa que está do lado e fala: "Venha cá, o senhor conhece esse rapaz?". No que o interlocutor responde: "Rapaz, conhecer, eu não conheço. A única coisa que eu sei dele é que ele está aí envolvido com um negócio de um relógio que sumiu e depois apareceu na mão dele, etc. Uma coisa desse tipo". (*Risos.*)

Isso é para dizer, Senador Esperidião Amin, que tem notícias em que, nem falando bem do senhor, é bom estar envolvido. Eu estou respondendo isso, contando e fazendo aqui essa breve palavra, porque já apareceram hoje, em dois ou três *sites* de notícias que eu teria tido um encontro com o filho do General G. Dias. E eu procurei saber, porque eu nunca marquei esse encontro, não sei quem é, não me lembro dessa pessoa.

O assessor aqui da Senadora Eliziane me informou que essa pessoa, esse assessor, esse filho do General G. Dias, trabalha no Ministério de Portos. Eu estive no Ministério de Portos há um mês para tratar do Porto de Ilhéus, que está sendo construído na Bahia, com o Ministro Márcio França. Entrei no ministério, fiquei cerca de uma hora com o ministro, não tratei de nenhum outro assunto além desse assunto com o ministro. Se a pessoa que me recebeu no elevador e me levou até a sala do ministro, e me levou depois da sala do ministro até o elevador, é o filho do General G. Dias, eu estou sabendo agora. Não tratei com ele nenhum assunto de CPMI, nunca soube que ele era filho de G. Dias. Parece que o assessor comentou, através de uma mensagem de WhatsApp com o pai, que estaria comigo; estaria comigo, porque eu estaria indo falar com o chefe dele, que é o Ministro de Portos.

Então, quero deixar claro, se essa pessoa entrar agora aqui neste Plenário, eu não sei se ele é alto, se ele é baixo, se ele é magro, se ele é negro, se ele é branco, eu não faço ideia de quem seja e asseguro que eu jamais... Se estive com ele – que eu não sei se estive –, jamais tratei com ele qualquer assunto referente a CPMI.

Então, nessa questão de *fake news*, é bom a gente matar logo o assunto para que não haja nenhuma dúvida.

Pois não, Deputado?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu queria apenas testemunhar a seu favor pelo seguinte: no dia em que o General G. Dias veio aqui, o filho dele se apresentou a mim e falou: "Eu sou filho do G. Dias". eu falei: "Olha, eu não sabia!". E eu estive com ele exatamente no Ministério de Portos e Aeroportos, quando fui tratar, Duda Salabert, do Aeroporto Carlos Prates, em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belo Horizonte, de que nós estávamos pedindo a desativação para doação da área no Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, e lá ele me recebeu, no Portos e Aeroportos. Eu não sabia que ele era filho do G. Dias, fiquei sabendo no dia.

Então, eu vou só corroborar com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Eu passo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpellar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, a nossa Relatora, Eliziane, e também a depoente, a cabo Marcela da Silva Morais Pinno.

E já de pronto, cabo Marcela, quero me solidarizar profundamente com a senhora e registrar que coragem e determinação são características das mulheres. E foi o que a senhora expressou no dia da ação – principalmente das mulheres, principalmente das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Aí eu concordo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E quero dizer que, da nossa parte, como mulheres aqui do trabalho, o protagonismo das mulheres nem sempre é aceito pelos homens. E a violência com que a senhora foi agredida, atacada, colocou em risco, de fato, a sua vida. Como, aliás, a gente tem dito aqui que o comando da PM do GDF colocou em risco os seus colegas de farda e a Polícia Legislativa aqui no Congresso Nacional.

Então eu quero aqui primeiro registrar a minha solidariedade, a minha admiração pela sua atitude e agradecer, de fato, sua ação, independentemente do sufoco que a senhora passou e do risco em que o próprio comando da PM lhe colocou.

Além disso, eu quero expressar aqui, Presidente, que essa decisão do Ministro Nunes Marques é muito agressiva à CPMI. E, de fato, é uma atipia, porque eu não me lembro de outros casos – talvez tenha um, mas eu não me lembro de outros casos – em que alguém foi impedido de vir a um depoimento da CPMI. É como se dissessem: "Você não vai à Polícia Federal depor, você não vai à polícia depor". Aqui é um espaço de investigação e de inquérito, então não é aceitável que uma decisão dessa prevaleça, porque, de fato, Senadora Eliziane, o que ela faz é uma obstrução de investigação naquilo que nós achamos fundamental, que é o processo golpista.

A cabo Marcela vem aqui pelo dia 8 especificamente. Esse dia 8 já está bastante investigado. O que nós precisamos investigar é o processo golpista, onde a Delegada Marília participou... Da mesma forma como o Tenente-Coronel Mauro Cid deve estar dando tremor nas pernas de alguns aqui e da cúpula do Governo Bolsonaro, porque ele disse que vai falar da construção do golpe – e já tem nomes aí



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de gerais expostos: General Heleno, General Luiz Ramos e tantos outros que certamente ele vai expor, não é? –, é importante a gente colocar aqui que esse ódio que foi expresso e a violência que foi expressa com a cabo Marcela não é do dia 8; isso é um ódio construído, é uma violência construída contra os agentes de segurança que defendem o patrimônio público, é um ódio expresso contra o patrimônio público, contra o Congresso Nacional, contra o Supremo Tribunal Federal, contra o Presidente Lula, contra aqueles que ganharam as eleições. Isso foi um ódio construído, não foi do dia 8, é uma coisa que veio se acumulando no processo e que nós temos que investigar aqui, trazendo, inclusive, aqui, financiadores, trazendo aqui plataformas que ajudaram a difundir, sem controle, e trazendo aqui aqueles que participaram do processo do comando do ódio, da violência, da agressão à democracia brasileira.

Então, eu penso que esse processo é muito maior do que o dia 8. E eu fico pasma e surpresa que ainda tenham aqui Parlamentares experientes que dizem: "Afastamos de vez a narrativa de que houve o golpe. Houve vândalos que isoladamente fizeram acontecer esse processo". Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Chega a ser dramático, se não fosse hilário, a gente ter que ouvir ainda isso aqui, no dia de hoje, dentro desta CPMI.

Voltando aqui à cabo Marcela, que está aqui e nós precisamos falar com ela, ela já trouxe aqui vários relatos, mas eu quero registrar um relato do próprio relatório de operação do serviço diário da Polícia Militar, onde eles dizem o seguinte: "o Pelotão de Choque estava de sobreaviso na presente data" – sobreaviso, não era de prontidão. Nós sabemos aqui, pelo relato da Polícia Legislativa, que é longo, inclusive, do Senado, pelo Sr. Ricardo Sousa, que 14h40 foi rompida a barreira dos gradis – 14h40 –; que, em torno de 15h, o Congresso, o Supremo e o Planalto já estavam em processo de invasão. E aqui nesse relatório da PM está: "o segundo Pelotão de Choque estava de sobreaviso", e isso às 15h30, ou seja, já estava tudo invadido, e só às 15h30 o Pelotão de Choque, conforme o plano de embarque acima, foi acionado para se apresentar no batalhão – no batalhão. Às 16h15, o efetivo, após a equipagem das viaturas com armamentos, equipamentos, etc., etc., seguiu para a área de emergência, e só às 16h50 – Presidente, só às 16h50, uma hora e cinquenta depois de todas as invasões – esse segundo o pelotão chega. Ou seja, nós tínhamos Batalhão de Choque de 20, diante de 4 mil, diante de uma agressividade que o próprio relato aqui diz: "o grupo teria se deparado com manifestantes portando gandolas militares, máscaras de gás, mochilas e bastões, além de coquetéis Molotov, pedras, paus, fogos de artifício, estilingues" – estilingue chega a ser piada, né?, mas ele existia. Tudo isso aqui estava na mão desses manifestantes.

E eu quero que a senhora me diga, pelo menos, se é praxe, sabendo de tudo isso, do que os manifestantes portavam, se é praxe chamar, botar um pelotão de sobreaviso, e ele chegar uma hora e cinquenta depois de um processo já completamente detonado, de agressão, de violência e de invasão do patrimônio público.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Sim, senhora. Normalmente... A questão do caso é que eles estavam de sobreaviso, não é? O tempo para se chegar ao batalhão é de até uma hora, é o tempo previsto de chegar é uma hora. Chegar ao batalhão, fazer toda a equipagem de material, de uniformização, mais uma hora...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas a...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... para chegar até a linha do...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, o que eu pergunto é o seguinte: se é praxe estar de sobreaviso num momento como esse e só ser chamado depois da invasão.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, normalmente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só foi chamado às 15h30.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Normalmente, aos finais de semana, quem está de serviço é o Patamo, o Patamo Alfa. O Choque, sim, ele fica de sobreaviso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele fica de sobreaviso.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E, mesmo sabendo que, desde as 7h da manhã, quando vocês entraram, que está aqui, no relato...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso, nós chegamos por volta das 7h da manhã, mas nós recebemos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E com todos já lá...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... a informação de que havia de 4 a 5 mil manifestantes por volta de 11h30, 11h50.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Onze e meia. Aí, fica de sobreaviso o Batalhão de Choque até 15h30, quando ele é chamado?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Nós... O pelotão de Choque fica de sobreaviso durante todo o dia – todo o dia. Quem está de serviço é o Patamo, quem fica responsável...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, eu já entendi isso, cabo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O que eu estou dizendo é assim: diante dos relatos, desde 7h da manhã, 11h50, rompeu-se o gradil 14h40, se é correto manter apenas 20 policiais do Batalhão de Choque.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Aí eu não tenho condição de responder à senhora, não faz parte da minha competência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Nem pela sua experiência a senhora consegue me responder isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está certo.

O segundo aspecto que eu quero levantar aqui, Presidente, e perguntar a ela é o seguinte: tinha também bomba de gás lacrimogênio na mão de manifestante, pelo relato da Polícia Militar que está aqui, na minha mão. A senhora observou se pessoas ali tinham treinamento militar, desses manifestantes que atacaram vocês?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós observávamos quem estava mais à linha de frente. Nós observávamos que eles estavam... Eles tentavam dar o mínimo de organização aos ataques que estavam sendo feitos. Tinha, sim, os vândalos com máscaras, tinha vândalos com luvas. Eles estavam com blusas de mangas mais compridas, tinha, sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tinha, sim.

Então, a senhora considera que isso era uma manifestação pacífica de patriotas?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Desses que estavam nos atacando, não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está bom.

Terceira questão que eu queria levantar aqui, Presidente, é se, nessa atitude do Exército, que estava sob o comando, no caso, do General Dutra, se eles recuaram...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... e deram a impressão de um acumplicamento com o processo golpista.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No momento em que nós atuamos junto com o Exército, eles se mantiveram ao nosso lado durante todo o tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas foi diferente do que foi o depoimento do outro tenente ali, porque ele disse que o pessoal não agia...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... não prendia, não atuava e...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... mas eles... No momento em que foram feitas, efetuadas as prisões dentro do Palácio do Planalto, eu não estava presente; eu estava presente com a outra linha que estava...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, a senhora não viu?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A senhora não viu.

Por fim, Presidente, digo o seguinte: diferentemente do Tenente Reis que aqui esteve, Sargento Reis, que disse que foi fazer um turismo golpista, que ele disse que estava com o filho, com a mulher, veio fazer um turismo golpista por aqui... Eu acho que essa é a frase que lhe cabe, que ele era um turista golpista na manifestação, subiu na cúpula do Congresso, não é? A cabo Marcela, que é policial militar também, teve uma atuação diferenciada, firme, e colocou a sua vida em risco, como também a Graziela, da Polícia Legislativa, uma outra mulher que também foi profundamente agredida e teve a sua vida colocada em risco. Então, eu quero aqui só afirmar, Presidente, que, para além de nós termos que investigar não só o dia 8, mas o processo, dizer que nós precisamos aqui aprovar alguns requerimentos de deliberação para que a gente faça segurar o passaporte do Sr. Bolsonaro e da Sra. Michelle, para que a gente consiga olhar a movimentação financeira deles de perto, e que a gente traga de volta aqui o Tenente-Coronel Mauro Cid, assim que ele fizer a sua delação premiada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.

Em primeiro lugar, eu fiquei em dúvida: o senhor assistiu a todos esses lances do Patek Philippe? O senhor estava presente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mesmo tendo ocorrido em 1930? (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Não assisti.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Senador, nós estamos precisando de alguém para achar o Patek Philippe que sumiu agora, né? Vamos ver se a gente bota no jornal também.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tá no braço do Lula. Tá no braço do Lula.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Bom, o segundo ponto que eu gostaria de frisar... Quero apresentar aqui a minha saudação à Sra. Marcela...

Eu sou de um estado feminino. Tem o nome de Catarina: Santa Catarina. Portanto, eu sempre aprendi a respeitar a coragem, muitas vezes, serena da mulher, seja ela fardada ou em qualquer outra atividade, e é em nome desse respeito profundo à senhora e a todos aqueles que agiram para preservar a ordem, no dia 8, que eu quero salientar o seguinte: no dia 5, segundo nós fomos informados aqui, foi acionado o Plano Escudo. Foi acionado o Plano Escudo, segundo depoimento do então Ministro G. Dias, e, de um modo geral, nós tivemos a oportunidade de testemunhar aqui um diálogo em que nós não vimos nenhuma manifestação, quer do GSI, quer do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que pudesse explicar se havia ou não havia uma Força Nacional disponível. Então, esta é a minha primeira pergunta: a senhora viu ou soube da existência de um grupamento de cerca de 240 a 250 homens da Força Nacional junto ao Ministério da Justiça, localizado fisicamente no pátio do Ministério da Justiça?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Nós atuamos junto à Força Nacional sim, mas não sei dizer pro senhor o quantitativo de policiais que ali estavam de homens.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas no dia 8 a senhora viu destacamento?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Tinha policiais da Força Nacional ao meu lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E viu algum deles se engajar na...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Na linha, sim. Estavam do meu lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A que horas?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso já quando nós estávamos ali na Praça dos Três Poderes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Depois das 15h49?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Aí não sei informar pro senhor o horário específico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Porque 15h49 foi quando foi acionada, pela primeira vez, a chamada Célula Integrada de Inteligência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Inclusive tem uma foto, que apareceu há pouco tempo, que tem uma linha de escudo em que nós estávamos em que a Força Nacional estava junto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E, além de estranhar todas as outras formas de atuação e de omissão, quer de vândalos, sejam vândalos, sejam golpistas, seja espontâneo ou organizado, eu acho que esta linha de busca daqueles que agiram sob essa forma violenta... Eu acho que isso nós estamos assistindo... Amanhã, vamos ter os primeiros julgamentos, pelo que se sabe, ou seja, isso andou. Agora, não podemos trazer aqui o chefe da Força Nacional pra saber por que que, disponível, ela não foi utilizada?! Porque não foi aprovado esse requerimento! Não foi aprovado. Então, alguém está escondendo alguma coisa. Não tentem dizer que eu estou aqui querendo esconder alguma coisa. Eu não fiz obstrução a nenhuma investigação proposta com um mínimo de legitimidade. Agora, eu acho que este respeito à senhora, ao papel que a senhora desempenhou e que merece o nosso elogio público... Creio, Sr. Presidente, que a omissão de aprovação de requerimentos que possam representar uma contribuição para a confusão que nos foi lançada aqui... Basta citar duas coisas: o depoimento do Sr. Saulo Cunha e o depoimento do Ministro G. Dias. Sabia ou não sabia? Falou ou não falou com outras autoridades? Houve algum contato com a Força Nacional, que estava à disposição do Ministério da Justiça?

Então, eu colho deste momento o seguinte. Primeiro, meus cumprimentos à senhora, à sua farda e a todos aqueles que exerceram a sua missão em prol da ordem. E quero dizer que o que esta CPMI não investigar em matéria de omissão vai se constituir o capítulo seguinte a partir do mês de outubro, quando esta CPMI tiver encerrado seu trabalho, que é quando se prevê... Nós vamos continuar a ver latejar a omissão de todas as autoridades, as que já estão incluídas e as que estão se excluindo, não fornecendo vídeo, não fornecendo imagem e não fornecendo sequer o "sim" para que possamos ouvir quem participou da grande omissão que agravou o desempenho, ou melhor, dificultou o desempenho das forças de segurança que foram engajadas. O não engajamento, a omissão da informação e, apesar de todas as mensagens que circularam no Sisbin entre o dia 2 e o dia 8, especialmente a partir do dia 5 e do dia 6 de janeiro... Essa omissão dolosa vai continuar a ser buscada para resgate histórico que nós do Senado e da Câmara ficaremos a dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito que é o Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e a todas. Bom dia a cabo Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Bom dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Também quero começar manifestando minha total e verdadeira solidariedade à senhora por tudo que passou e enfrentou, até mesmo o risco de morte que enfrentou.

Quero hoje dizer que estou contemplado, Sr. Presidente, Senadora Relatora Eliziane, com perguntas e respostas dadas até agora.

Mas eu queria, então, colocar uma tese para a gente: a agressividade que a Marcela recebeu, o ódio que ela recebeu, a violência que ela recebeu, a depredação do patrimônio público e o risco de morte para algumas pessoas, tudo isso não foi aleatório, circunstancial ou ocasional. Eu quero defender uma tese de que o ódio é motor da extrema-direita, é funcional para a extrema-direita, é lucrativo para a extrema-direita, e é o objetivo da extrema-direita.

Para que pessoas cheguem a essa situação, vou abrir aspas aqui para algo que a cabo Marcela disse: "dispostas a tudo, pessoas que estavam ali dispostas a tudo". Como esse afeto é mobilizado? Como essas pessoas chegam a esse alto grau de irracionalidade e violência?

Então, quero chamar a atenção para uma linha de investigação fundamental desta CPMI que são as milícias digitais e o "gabinete do ódio". Essa violência é intencionalmente provocada e construída.

A denúncia, Sr. Presidente, sobre o "gabinete do ódio" começa com ex-aliados do Presidente Bolsonaro: Joice Hasselmann, Alexandre Frota, Heitor Freire e Gustavo Bebianno. E a existência desse "gabinete do ódio" é que estimula esse tipo de comportamento agressivo e violento e que colocou a sua vida em risco. O "gabinete do ódio" também foi alvo de análise da CPMI das Fake News, porque uma coisa é o ódio generalizado e espontâneo – isso é perigoso! Eu estou chamando atenção para outra coisa: o ódio organizado numa estrutura dentro do Estado e ligada ao ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Segundo as denúncias, o "gabinete do ódio" tinha núcleo operacional, assessores de Deputados Federais e Estaduais; núcleo distribuidor, *sites* e blogs; e núcleo econômico, proeminentes e empresários.

O Facebook, numa investigação interna em 2020, derrubou perfis bolsonaristas, e o relatório do Facebook, Sr. Presidente, diz: "Uma vez eleito o Presidente Jair Bolsonaro, muitos desses canais integrantes do Gabinete do Ódio passaram a atacar as instituições brasileiras, especialmente o Congresso Nacional, o STF e alguns dos seus membros". Esse é um relatório do Facebook falando sobre um "gabinete do ódio" dentro da estrutura da Presidência da República, o ex-Presidente. E o objetivo – tudo a ver com o resultado final, dia 8 de janeiro –: ataque ao Congresso Nacional, ataque ao STF e aos seus membros.

Mas não só relatório do Facebook, não só relatório da CPMI das Fake News, tem inquérito no STF, o 4.781, que busca verificar a existência de esquemas de financiamento e de divulgação em massa nas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes sociais com o intuito de levar e expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e o Estado de direito.

Portanto, o "gabinete do ódio" não é ódio espontâneo nas redes, o que é problemático; é um grupo organizado dentro da estrutura da ex-Presidência.

Mas, agora, caminhando para o final, o Inquérito 4.828, do STF, diz o seguinte. Agora vou ser mais objetivo, porque acredito, Senadora, que essa tem que ser uma linha presente em seu relatório, vou defender essa tese: esse ódio foi praticado, ele foi construído intencionalmente.

Três assessores da família Bolsonaro estavam fomentando páginas disseminadores de *fake news* e ataques contra o Estado democrático de direito: Fernando Nascimento Pessoa, assessor parlamentar do Senador Flávio Bolsonaro, está no inquérito, permanece contratado até hoje; Carlos Eduardo Guimarães, assessor parlamentar do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, permanece contratado até hoje; e Tercio Arnaud Tomaz, assessor especial do ex-Presidente Bolsonaro, que é indicado como um dos grandes operadores do "gabinete do ódio". Mas olha que curioso: Bolsonaro perde a eleição, e ele foi recontratado por Bolsonaro, assessora Bolsonaro, hoje contratado e pago pelo partido de Bolsonaro, o PL. Três nomes que constam no inquérito do STF, que seriam articuladores de uma rede de desinformação, ataques ao Estado democrático de direito e incitação à violência e ao ódio. Três pessoas ligadas diretamente à família Bolsonaro. Eu não consigo dissociar a violência que colocou a sua vida em risco de uma rede intencionalmente feita para produzir esse afeto, essa raiva, essa agressividade, esse ódio e essa violência.

Consta no inquérito, e essa talvez seja a parte mais grave, Senadora, que eles acessavam essas páginas de desinformação, *fake news*, ataque a opositores e ataque à democracia, acessavam essas páginas, Sr. Presidente, em horário de trabalho, utilizando a internet da Presidência, do Senado e da Câmara. Eu vou repetir isso: ex-assessores, assessores atualmente, ligados à família Bolsonaro, indicados como membros integrantes do "gabinete do ódio", utilizando servidores do Palácio do Planalto, da Câmara e do Senado para estimular, de forma intencional e generalizada, desinformação. Sabe qual é o resultado disso lá na ponta? Pessoas dispostas a tudo. Elas receberam informação em algum lugar, elas foram estimuladas em algum lugar, o seu afeto de agressividade e ódio foi mobilizado em algum lugar. Só que esse lugar estava dentro da estrutura do Estado. Esse lugar estava ligado à família do ex-Presidente. Nesse lugar tem pessoas que hoje assessoram Deputados que estão aqui como membros da CPMI.

Eu vou agora citar, para concluir, o relatório da Atlantic Council. Olha, eu citei inquérito do STF, eu citei relatório da CPMI das Fake News, eu citei relatório interno do Facebook. Ou seja, alguém poderia dizer: "É fala ideologizada de um Parlamentar de esquerda". Eu estou aqui dando as fontes. Agora, relatório, Jandira, da Atlantic Council, que fez uma consultoria para o Facebook. Eu vou terminar esses dois últimos minutos abrindo aspas para o que diz o relatório desta consultoria que prestou um trabalho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Facebook. Vamos lá, abro aspas: "Operações executadas por um governo para atingir seus próprios cidadãos. Isso pode ser particularmente preocupante quando combinam técnicas enganosas com o poder de um Estado".

Quem está dizendo isso é uma consultoria que prestou serviço ao Facebook, dizendo o seguinte: tem operações executadas por um governo para atingir seus cidadãos. Isso pode ser mais preocupante ainda porque, além de técnicas enganosas, disseminam *fake news*. Isso estava sendo operado pelo poder de um estado. Então, não é o caso de um indivíduo isoladamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... espontaneamente na sua casa, um dia ele acorda com ódio e pensa: "Vou espalhar *fake news*, vou espalhar notícias contra a democracia, vou chamar para um ato de tomada de poder em Brasília". Isso é uma coisa que é grave, mas não é um indivíduo isolado espalhando *fake news* e ódio. Ao que tudo indica, isso partia, Sr. Presidente, do núcleo dirigente vinculado diretamente ao ex-Presidente Bolsonaro. E pessoas citadas aqui pelo inquérito são assessoras até hoje de dois filhos do ex-Presidente e do próprio ex-Presidente. O 8 de janeiro não se explica aleatoriamente.

Vou abrir aspas para a cabo Marcela: "Pessoas dispostas a tudo: irracionalidade, agressividade, violência e ódio". Isso foi intencionalmente fabricado e tem a ver com milícia digital e "gabinete do ódio". E, no meu entendimento, esta CPMI também precisa, na sua reta final, indicar e responsabilizar quem estimulou essas pessoas para que, lá na ponta, a cabo Marcela corresse risco de vida.

Solidariedade a você.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa., me permite...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... só meus cumprimentos a três mulheres fortes, nordestinas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... Ana Paula, Jussara e Augusta, que são três grandes Senadoras. Chegaram as três juntinhas aqui. E achei muito bonito porque é a força da mulher brasileira, a força da mulher nordestina. Só o registro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou aproveitar e fazer aqui um adendo ao discurso do Senador Esperidião Amin, que, ao dizer que o estado dele é um estado que tem o nome feminino de Catarina, esqueceu-se de dizer que ali também nasceu uma das mulheres que representa o símbolo da coragem da mulher brasileira, que foi Anita Garibaldi.

Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Muito bem lembrado, Presidente.

Então, meus cumprimentos a V. Exa., Deputado Arthur Maia.

Meus cumprimentos a V. Exa., Presidente da Comissão Arthur Maia, a nossa Senadora Eliziane Gama, Relatora, nossa Relatora, e à Marcela e ao seu advogado.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que todas as falas que me antecederam, tanto a da Deputada Jandira Feghali quanto a do Pastor Henrique, já dizem muito do que eu gostaria de dizer no dia de hoje. E eu venho batendo na tecla o tempo todo de que nós estamos numa disputa que não é de narrativas, é uma disputa de como a sociedade deve se organizar: se de maneira democrática ou se de maneira autoritária, ou em que o poder não vem do povo para o povo e pelo povo, mas o poder é uma concessão de uma parte da sociedade para alguém que possa exercer esse poder, em nome de alguma coisa ou de algum grupo específico, e isso se caracteriza como uma ditadura. Então, esse debate está latente, ele não vem acontecendo de agora, ele vem já de antes da eleição.

Por trás disso, quem não lembra quando o ex-Presidente, agora inelegível, Jair Messias Bolsonaro, disse que eliminaria os vermelhinhos, que eliminaria os seus oponentes, que eliminaria movimentos sociais, sindicatos. Ele disse isso antes da eleição. Então, ele estava dizendo, antes da eleição, que não seria representante de uma democracia, mas ele tinha a intenção clara de estabelecer um Estado autoritário, onde ele concentraria o poder. E para isso, todos os meios foram utilizados.

Primeiro, uma guerrilha digital dissimulando ódio, dissimulando mentiras – mentiras –, dissimulando disputas artificiais, na sua grande maioria, ou artificializando diversidade como se fosse antagonismo, para justificar a subjugação de um grupo sobre outro, o que vai caracterizar a violência e que é a base do fascismo.

Então, quando eu digo que alguém que é branco é pior do que alguém que é amarelo, ou que alguém branco é superior a alguém que é amarelo ou que é preto, eu estou fazendo uma discriminação, na sequência subjugação e na sequência a eliminação. Quando eu digo que quem é de esquerda não vale nada e que é pior do que quem é de direita, por este ou por aquele motivo, eu estou discriminando. Ao discriminar, acaba-se o debate e se inicia um processo de subjugação – é a base do fascismo.

Foi assim que o holocausto teve seu início ou seu ápice. Foi quando eliminaram os comunistas, eliminaram os ciganos. Alguns achavam que não chegariam a eles; e aí eliminaram, começaram a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eliminação dos judeus e deficientes, porque eles eram diferentes, porque eles não eram iguais. E, portanto... E esse não igual justificou todas as atrocidades. Como os irmãos, os irmãos hutus e os... lá na África, os... Eu não sei o outro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Não, não. Não eram zulus, não. Hutus e os irmãos... Eles eram irmãos, mas porque uns eram de pele mais clara, então eles se sentiam melhores. Aí essa foi uma diferença construída pelos holandeses que comandavam aquele território. Ou eram os belgas? Eu estou agora... Mas a diferença era que os que se pareciam mais com os europeus eram melhores do que os outros. É mais uma artificialização que gerou e justificou a eliminação de uma etnia, ou a tentativa de eliminar uma etnia.

Então, nós precisamos ficar atentos a isso. E o que nós vimos no dia 8 de janeiro nada mais foi do que um golpe que se frustrou, uma tentativa de golpe que se frustrou, que vem sendo urdida, construída com a participação direta do Presidente e dos seus aliados políticos e dos seus financiadores através de *fake news*, através da contestação das instituições democráticas, através desse diversionismo que se produziu na sociedade, dessas diferenças artificiais que caracterizam classicamente o fascismo, para garantir que pudesse ser eliminado. E a tentativa de golpe foi frustrada.

E eu volto a repetir: nós precisamos manter a nossa vigília, porque, se não mantivermos a vigília, essa tentativa golpista voltará. Se nós não mantivermos essa unidade do campo democrático brasileiro na defesa da democracia, das instituições, das liberdades individuais – aí respeitando o limite que a lei estabelece para essas liberdades, e não a liberdade contra a lei, que é o que nós vimos para justificar atos ilícitos e ilegais: essa defesa da liberdade, falsa liberdade, que, na verdade, é ação criminosa debaixo de um manto de liberdade de expressão... Nós precisamos garantir essa disputa e garantir que a luta, a manutenção desse campo democrático se mantenha unida na defesa do nosso país e da nossa sociedade.

E, agora, quero voltar ao 8 de janeiro. O 8 de janeiro, sargento Marcela, foi... cabo Marcela, eu quero voltar ao 8 de janeiro, porque, no 8 de janeiro, já não havia mais possibilidade de golpe, porque o Presidente já tinha sido eleito, tomado posse. Não havia cenário internacional que permitisse um golpe, que permitisse que fosse dado um golpe de Estado aqui no Brasil, mas eles mantiveram covardemente aquele ato, desmobilizando...

E aqui cai por terra a ideia de que foi uma coisa deixada de lado para poder produzir um fato, que foi a tese que moveu a oposição atual a entrar com esta CPI. A senhora é o retrato de que havia uma horda organizada, violenta, treinada para invadir as sedes dos três Poderes, custasse o que custasse. E a senhora foi vítima da violência, da agressão. E qualquer um que se colocasse à frente seria atingido de forma violenta, seria agredido como a senhora foi, fisicamente. A senhora não morreu porque o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacete a protegeu. Se a senhora, em toda aquela ação violenta, não tivesse a sua proteção, a senhora poderia ter tido um traumatismo craniano fatal, como acontece muitas vezes com quem está desprotegido.

Portanto, o que eu quero dizer é que o ato de 8 de janeiro, Sra. Relatora...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... é preciso que a gente não esqueça. O golpe foi orquestrado ao longo de quatro anos. Todas as provas mostram isso. E o 8 de janeiro foi um ato de terrorismo, foi um ato terrorista contra o Brasil, contra os brasileiros, contra as instituições, principalmente contra o povo do Brasil. Sabem por quê? A agressão que fizeram ao World Trade Center, nos Estados Unidos, foi um ato terrorista. E a agressão que fizeram ao STJ, ao Palácio do Planalto e aqui, ao Congresso Nacional, foi um ato terrorista contra a democracia, contra o povo brasileiro e contra as instituições democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns à senhora pela sua garra e força de lutar contra aqueles que não querem a democracia. A senhora botou a sua vida para defender a vida dos nossos compatriotas brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, resposta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Flávio Bolsonaro pede direito de resposta pela fala do orador anterior.

E eu lhe concedo três minutos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para explicação pessoal.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou me dirigir à Sra. Marcela no momento da minha inscrição.

Presidente, este é um debate sobre *fake news* que está latente no Congresso Nacional, e não se chega a um consenso exatamente porque é difícil se colocar, na letra da lei, a definição do que é *fake news*, porque, para algumas pessoas, pode ser mentira; para outras, não.

É comum a extrema esquerda vir até o microfone e acusar alguém do polo político oposto de ter feito uma *fake news*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, nós sofremos muito na campanha eleitoral quando queríamos mostrar as verdades do Governo Lula, as falcaturas, a roubalheira. E nós fomos censurados pela Justiça Eleitoral de esclarecer o cidadão sobre o pacote que ele poderia estar levando para casa.

Então, ele vem aqui, o Deputado que me antecedeu, e fala que o Senador Flávio Bolsonaro tem assessores até hoje que divulgam *fake news*, mas não fala qual é a *fake news*, porque não tem *fake news*.

Em algum momento, você vê, Senador Jorge Seif, a extrema esquerda dizendo qual é a *fake news* que está sendo publicada?

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Qual é a *fake news* que está sendo disseminada? Não, fala: "propagadores de *fake news*", porque, para eles, *fake news* é falar que o Lula roubou, que o Governo Lula roubou a Petrobras.

E nós vimos... só na Petrobras teriam sido devolvidos mais de R\$6 bilhões por parte de delatores que confessaram os seus crimes e devolveram o dinheiro ao Erário público.

O Deputado que me citou, inclusive, tinha que ter vergonha ao não defender o Rio de Janeiro da roubalheira do Governo Lula, porque, só no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, o famoso Comperj, no bairro de Itaboraí, foram desviados mais de R\$20 bilhões – uma cidade que era para ser pujante no Rio de Janeiro, gerar dezenas de milhares de empregos, Deputado Marco Feliciano.

A cidade se preparou, construiu hotéis, infraestrutura, restaurantes. Pessoas que investiram...

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... seu dinheiro e sua vida lá tiveram seus sonhos destruídos por causa da roubalheira do Governo do PT.

Então, para a extrema esquerda, isso é *fake news*.

Para a extrema esquerda, é *fake news* falar que o Governo Lula defende o aborto.

Para a extrema esquerda, é *fake news* dizer que Lula teve mais de 80% dos votos de presidiários no Brasil – estupradores, assassinos, ladrões, agressores de policiais votando em Lula. Para eles, é *fake news* isso.

Então, agradeço o tempo que o senhor me deu. E, no momento oportuno, Presidente, vou fazer a minha explanação à Sra. Marcela, que é muito bem-vinda a esta Comissão.

Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito bom dia, Sra. Relatora.

Soldado Marcela. Soldado!

Segundo, aqui, o dicionário, não existe sargenta, caba, soldada...

Quero dizer pra senhora que a senhora é muito bem-vinda aqui. E quero só lhe desenhar um cenário. Não tenho nenhuma pergunta pra fazer pra senhora, porque as suas explicações, algumas eu acompanhei aqui no plenário, e outras, acompanhando pelo YouTube. Eu quero só lhe explicar o que está acontecendo aqui pra senhora ter uma visão clara. Não que a senhora não tenha capacidade de entendê-lo, mas pra senhora entender o que são narrativas.

Veja, no dia 8 de janeiro, Sra. Marcela, os policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal escalados foram 200. A Força Nacional, que tem um total de 1,3 mil homens, tinha apenas 214, com o atual Ministro da Justiça, dentro do Palácio da Justiça, vendo a quebradeira e tuitando, em vez de dar uma ordem, como comandante, como gestor. E, por último, Sra. Marcela, o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), que tem cerca de mil servidores, apenas 40 homens atuaram naquele dia.

E qual é a clareza que eu gostaria que a senhora tivesse? Tudo isso aqui, que está sendo falado e dito, é só com um objetivo: acusar a instituição que te honrou, com bravura, de ser a única responsável pelo 8 de janeiro. Eu não tenho dúvidas, e jamais aqui discordamos, independentemente de questões partidárias que existiam ali, realmente, patriotas que oravam, com Bíblia, e tinha realmente vândalos. Eu nunca disse o contrário, tampouco, vândalo de direita ou de esquerda. Queremos proteção, queremos que eles paguem pelos seus crimes, porque nós, diferente deles, não temos bandidos de estimação.

Então, o que eu quero que a senhora saiba aqui é que estão valorizando os ataques que a senhora... Não estou minimizando os seus sofrimentos, viu? E os riscos que a senhora correu. Mas eles aqui estão falando: "Ah, a senhora sofreu e iam te matar. Olhe o teu capacete! Tadinha da senhora! A senhora foi uma heroína...". E foi uma heroína. Sabe por quê? Foi heroína, porque a senhora foi combater, diferente da Força Nacional, que ficou de braço cruzado, dando risadinha, mexendo no WhatsApp, debaixo do Palácio da Justiça, sob a leniência e irresponsabilidade do atual Ministro da Justiça.

Sabe por que a senhora poderia hoje não estar aqui? Podia estar debaixo de sete palmos de terra? Porque o restante das Forças que deveriam ajudar a Polícia Militar do Distrito Federal estava, como o nosso hino diz, "Deitado eternamente em berço esplêndido". Para criar a narrativa do golpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, e eu recomendo pra senhora, não sei se a senhora gosta de filme de história, eu tenho visto bastante filmes históricos sobre guerras, golpes de estado, golpes militares, etc. E ontem eu estava vendo sobre um personagem do Panamá chamado Noriega. Está lá na Netflix, e eu recomendo que a senhora veja o que é um golpe de estado e o que é falado aqui.

O Presidente Bolsonaro, não sei se a senhora sabe, estava fora do país.

Quando existem golpes militares, todos os golpes militares, Sra. Marcela, no mundo, quando houve golpe militar, quem assumiu a cadeira foi o general, não foi o antigo presidente que perdeu na urna, não. Mas eles aqui têm memória seletiva. Eles se esquecem disso. Ou seja, os golpistas que eles falam iam tomar o golpe com bandeira, não é? Iam dar porrada em todo mundo, destruir tudo com bandeira, com Bíblia e com Constituição, e orando para que Deus mandasse chuva de Bíblia, entendeu? E aí iam rapidinho lá com teletransporte, pegar Bolsonaro num teletransporte e colocar na cadeira de Presidente da República. Isso não houve em nenhuma história do mundo.

Outra coisa para a senhora ver como eles têm culpa no cartório, só para clarear, porque eles querem te vitimizar e não querem que a senhora fale o que a senhora viu, por exemplo, de omissões das outras Forças. A senhora lutou sozinha, porque os outros cruzaram os braços.

Nós temos agora, além de um Ministro da Justiça, um apagador oficial de imagens. Sabe por que sumiram? A senhora imagina... Eu duvido, com a sua bravura, se a senhora fosse Ministro da Justiça, um 8 de janeiro, que marcou a história de uma nação, que tivesse não sei quantas imagens, alguns falam em 100, outros falam em 200... Enviou duas ou quatro imagens para cá, e sumiram as câmeras, apagaram, em vez de guardar como objeto de investigação. Então, a senhora trabalhou sozinha, a senhora correu o risco sozinha, porque o restante, Exército Brasileiro, um bando de covardes que, sob o comando do G. Dias, que esteve aqui, cruzaram os braços. E hoje todo mundo aqui, os que a chamam de soldada, sargenta, os mesmos que gritam: "Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar"... É essa galera aqui que canta isso para acabar com a sua profissão. E a senhora falou o seguinte: "Quase que tomam a minha arma". Pergunte para eles aqui a opinião deles sobre a senhora andar armada. E a senhora não foi desarmada porque a senhora é treinada. E arma de fogo é uma segurança para a senhora e para o cidadão de bem.

Então, D. Marcela, para a senhora só ter uma visão clara, aqui querem exaltar a sua bravura, não sem mérito, mas simplesmente esquecer que a Polícia Militar do Distrito Federal naquele dia foi herói.

E outra pergunta que eu faço para a senhora nesses meus três minutos que faltam: sabe quantos militares do GSI e o G. Dias... Quantos deles estão presos? Sabe quantos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Zero.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quantos soldados da Força Nacional estão presos, D. Marcela? Não.

Mas deixa eu te falar aqui, da corporação que a senhora representa e pela qual arriscou a sua vida, já são sete oficiais presos. Alguns deles estiveram aqui, inclusive, com a covardia de cortar seus salários, e as esposas deles estão passando fome. É essa galera aqui, soldada, sargenta Marcela, que deseja que a senhora, sim, narre que existiram, sim, pessoas violentas naquele dia. E as imagens estão claríssimas para nós.

Mas o que eles querem fazer é cortina de fumaça e usar a feminilidade da senhora, a bravura da senhora, a coragem da senhora, a solidão da senhora para ocultar a omissão, a irresponsabilidade, a falta de comando e a torcida para que houvesse quebra-quebra. Os militares estão deitados eternamente em berço esplêndido.

Força Nacional? Eu trouxe aqui imagens. Puxa nas CPMIs, a senhora vai ver todo mundo com o escudinho no chão. Eles tentaram esconder a imagem, mas os nossos internautas, que nos prestigiam, mandaram: um monte de homem lá, marmanjo, colete, capacete, escudo no chão, de braço cruzado, enquanto a senhora – e me perdoe a palavra – se lascando, (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), quase perdendo sua vida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... enquanto eles nada fizeram, D. Marcela.

A senhora é heroína para mim, a senhora tem os meus parabéns; a Polícia Militar do Distrito Federal, que a senhora representa, tem o meu respeito. Mas o GSI e a Força Nacional abandonaram vocês. Para a senhora, a minha continência e o meu muito obrigado por comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço à Taquigrafia que retire qualquer palavra imprópria dos *Anais* da Casa.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Peço perdão para a senhora e para os demais. Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, eu quero cumprimentar aqui a cabo Marcela: parabéns pela promoção merecida, meus reconhecimentos pela sua bravura! E, ao cumprimentar V. Sa., cumprimento também a Polícia Militar do DF.

Eu não vou fazer uma fala aqui concordando com meus colegas nem em um extremo, nem em outro. Eu não acho que a Polícia Militar não tenha errado; eu acho que aquela Polícia Militar que esteve em campo, em ação, enfrentando os invasores, o fez com bravura – com V. Sa., inclusive, colocando em risco a sua integridade física e até mais do que isso –, mas que houve um erro de planejamento, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cálculo quanto à dimensão da ocupação, isso houve. Houve erro por parte da Polícia Militar? Houve, não de V. Sa. V. Sa., naquele momento, era soldado e, mesmo que já fosse cabo. Alguém aqui quer colocar a narrativa do golpe colocando alguém que estava fora do poder e fora do poder na condição de capitão para ser o comandante: "Olhe, se tiver golpe, o capitão vai mandar no Brasil". Aqui querem colocar um cabo, um soldado como responsável por qualquer operação. Repito: V. Sa. cumpriu seu papel!

Mas eu quero subtrair aqui algumas falas que ouvi no seu depoimento. Quanto ao tipo de manifestante que foi encontrado ali, você mencionou homens preparados, equipados e violentos. Onde estão? Quem são essas pessoas? Porque a pergunta é simples: onde estão as pessoas com técnicas militares e que estavam no dia em ação?

E aí depois eu observei que a sua fala aponta para quatro ou cinco naquele momento da violência, mas não eram quatro ou cinco os manifestantes que estavam lá, eram numerosos. Havia muita gente naquele momento, mas V. Sa. menciona quatro, cinco, seis que eram violentos, agressivos, preparados. V. Sa. não fez aqui aquilo que a esquerda gostaria que fizesse: a generalização.

E eu, desde o primeiro dia aqui na minha atuação, tenho dito o seguinte: quem cometeu crime deve pagar pelo crime que cometeu na medida da sua culpabilidade. Quem invadiu, quebrou, cometeu atos de violência é criminoso, mas não dá para colocar todos na mesma régua.

Não sei se V. Sa. teve a possibilidade de ouvir gritos de pessoas que estavam ali naquele momento, gritando para não quebrar, para não agredir, para não cometer atos de violência, mas as imagens dizem isso, as imagens mostram isso. Então, repito, quando nós olhamos para as imagens, as pessoas que foram presas, em virtude do perfil, tanto quanto a questão da idade, compleição física, histórico pessoal, nós não vemos esse perfil relatado por V. Sa. aqui. Significa que essas pessoas não existiram, esses agressores violentos não existiram? Não, eles existiram, mas onde estão? Onde estão? Porque os que foram soltos recentemente – isso o Brasil inteiro está vendo –, senhoras, senhores, adolescentes com problema grave de saúde, não tinham o perfil que V. Sa. mencionou aqui. Repito, não estou dizendo que eles não existiram. Existiram, eu quero saber onde estão. Onde estão? Porque não estão... Porque nós não estamos ouvindo aqui nesta CPI – eu tenho questionado isso reiteradamente – os acusados presos, para determinar quem são, para saber o que pensam, como agiram, a mando de quem agiram? Por que não? Que investigação é essa que tem uma narrativa de trama do golpe, mas que não procura ouvir aqueles que são os acusados para que cheguem aqui e assentem nessa bancada, e a gente possa identificar? Não, olhe aqui, tem as imagens de violência, de agressão, camuflados...

Falaram aqui de pessoas que estavam lá vestidas com fardas militares. E eu pergunto: onde é que está a autoridade das Forças Armadas para determinar se são ou não dos seus quadros? Esses que foram presos, onde estão aqueles que estavam ou... Eu pergunto a V. Sa. – e aí pergunto diretamente, não é uma pergunta retórica –: sabe se aqueles que estavam naquele momento com atos de agressão, de violência foram presos? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não sabe ou não foram presos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não sei, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não sabe.

Pois é, Presidente! Será que o Presidente da CPI sabe, tem essa informação? Será que a Relatora sabe? Por que eu não sei. Do que a gente observa até agora, daquela saída lá do presídio – e a gente fica olhando os vídeos do Magno Malta, porque toda vez que sai alguém está lá o cidadão Magno Malta do lado –, Presidente, nas imagens que eu vejo das pessoas saindo da prisão, não tem essa característica que ela mencionou aqui, Presidente, com todo o respeito. E eu repito: não estou dizendo que eles não existiram; eu quero saber onde estão, quem são, a mando de quem estavam lá. Porque está muito claro que existiam ali dois grupos: um grupo extremamente violento e outro grupo embalado na multidão, acreditando em alguma coisa, e foram lá no estouro da boiada, e esses foram presos – esses foram presos. Então, repito, nós precisamos avançar nessa investigação.

Outra coisa. Eu vi aqui a fala do Senador Esperidião Amin, e está coberto de razão: houve erro da Polícia Militar – eu não tenho dúvida de que houve –, do Comando da Polícia Militar, do setor estratégico da Polícia Militar que ordenou a operação e, ou por erro de cálculo ou por algum tipo de omissão, mas o fato é que, lá na ponta, no enfrentamento, não tinha número suficiente para enfrentar o conjunto das pessoas que estavam ali.

Agora eu pergunto aqui de maneira muito sincera e objetiva: erro da Polícia Militar? Sim, mas onde estava a Força Nacional? Onde é que estava a Força Nacional? Porque estava de prontidão no Palácio da Justiça, no Ministério da Justiça. E por que não atuou? Essa ladainha de dizer que tinha que ter autorização do Governo, do GDF, não cola nem aqui, nem na China, Sr. Presidente, porque a lei diz diferente: a Força Nacional pode atuar a pedido do Governador ou por decisão de Ministro de Estado. Ela estava lá, mas não agiu. Houve uma omissão deliberada.

Mais do que isso, Sr. Presidente: dentro do Plano Escudo, que foi aqui desenhado pela Relatora na última sessão com G. Dias, e ela falava mais na perspectiva de defesa do que de constatação de força tática operacional, eu pergunto: além da Força Nacional, o Batalhão da Guarda Presidencial estava de prontidão, porque sabiam do que ia acontecer? Não, não estava na sua integralidade.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pergunto mais: Batalhão de Polícia do Exército onde estava? O 1º Regimento de Cavalarias de Guardas do Exército onde estava? Porque querem colocar todo peso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de responsabilidade sobre a Polícia Militar. Repito: não estou dizendo que a Polícia Militar não tenha culpa, porque também tem e deve responder na medida da sua responsabilidade, mas o que eu não posso aceitar como honesto, como legítimo é quem estava à frente do Governo...

E quem é que comanda o Plano Escudo? É o Comandante da Polícia Militar? É o Secretário de Estado da Segurança do GDF? Não! Quem é que comanda o Plano Escudo? É o Ministro do GSI. É quem comanda, é quem dá ordem, é quem dá o comando, mas, nesse momento, o Ministro do GSI sofreu um apagão, uma amnésia seletiva. Recebeu informações, ocultou o repasse e, quando emparedado na CPI, ele vai dizer que a culpa não é dele, é do Penteados; terceirizou a culpa.

Mas aqui eu vejo os governistas que dizem que: "Ah, foi golpe, foi golpe, foi golpe". O próprio General G. Dias chegou aqui e disse não teve golpe, nem tentativa disso e que isso nem é objeto de investigação. E eu perguntei diretamente, mas a oposição, os governistas não querem investigar, eles não querem avançar numa investigação profunda, porque, se quisessem, nós estaríamos investigando aqui a omissão da Força Nacional, a omissão das forças de segurança do Palácio do Planalto.

E eu repito, Sr. Presidente: não sou seletivo; houve falha sistêmica no sistema de segurança do Distrito Federal, naquele dia. Da Polícia Militar, sim, mas de todas as principais forças, e, sobretudo, uma omissão deliberada do GSI, que era quem deveria comandar o Plano Escudo.

Finalizo, Sr. Presidente, apenas aqui, mais uma vez, destacando o papel da soldado Marcela, da cabo Marcela e daqueles que, junto contigo, estiveram, naquele dia, fazendo frente aos manifestantes, e agradeço a sua honestidade, ao separar joio do trigo. V. Sa. não fez aqui uma acusação genérica contra todos, mas disse: "Olha, daquele grupo que estava lá, quatro, cinco ou seis tinham treinamento, equipamentos, estavam prontos para tudo, para a agressão".

Parabéns a V. Sa.!

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Bom dia a todos.

Cabo Marcela, acho que é importante destacar que a violência contra a senhora não foi um fato isolado. A violência no dia 8 de janeiro também não foi um fato isolado, porque a violência bolsonarista é sistêmica. Vamos lembrar que os bolsonaristas colocaram uma bomba no Aeroporto de Brasília, no Natal. Esses mesmos bolsonaristas queimaram ônibus aqui, em Brasília, no dia 12 de dezembro. Há que se destacar: onde há bolsonarista, há violência. Repito: onde há bolsonarista, há violência, porque a violência, para o bolsonarismo, é mais do que método; a violência, para o bolsonarismo, é projeto. Basta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver o culto às armas, o culto a torturadores, o culto à discriminação e ao preconceito. Essa é a tônica do bolsonarismo, que se plasmou no dia 8 de janeiro.

E aí, nesse sentido, é uma falácia essa narrativa de que o dia 8 de janeiro foi protagonizado por senhoras indefesas, por crianças que queriam soltar pombas em defesa do Brasil. Na verdade, o seu relato foi fundamental para mostrar a agudeza daquela violência.

Nesse sentido, quero parabenizá-la também pela atitude patriótica e nacionalista, porque o nacionalismo não está na estética; ele está na ética. De nada adianta vestir verde e amarelo e não respeitar as instituições que configuram o ethos nacional.

Por isso, eu parabenizo, por ter colocado a sua vida em risco, em defesa do país. Parabenizo também por seguir aquilo que nós queremos, que são forças de segurança, forças nacionais não ideologizadas, porque nós sabemos – e essa CPMI tem mostrado muito bem – que ideologizar as Forças Armadas é um perigo para o país e para a soberania nacional.

E só uma última questão, Presidente.

Eu sou professora de língua portuguesa e literatura brasileira há mais de 20 anos e me orgulho de ter dado aula nas melhores escolas do país. E um Senador bolsonarista, que me antecedeu, disse que não existe a palavra soldada. Olha o nível de negacionismo que nós estamos passando no Brasil! Se não bastasse negar a ciência, se não bastasse negar a vacina, se não bastasse negar a tentativa de golpe, agora estão negando ou querendo negar os vocábulos que compõem o dicionário da língua portuguesa, o vocábulo ortográfico da língua portuguesa.

Soldada existe. E, se as Forças Armadas optam por não utilizar, isso não quer dizer que essa palavra já não tenha sido dicionarizada. Então, existe a palavra soldada. Então, fica aqui a minha consideração.

E uma última... Só quero lhe fazer uma pergunta, cabo Marcela: o seu colega, o Subtenente Júnior, relatou que a PM tentou efetuar prisões no Palácio do Planalto, mas foi impedida, em alguns momentos, pelo Exército. A senhora presenciou, na sua atuação, oficiais do Exército impedindo, em algum momento, prisões aqui no Palácio do Planalto?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Não, não senhor. Nesse momento, a linha de choque havia sido dividida. Eu fiquei sob o comando de um outro tenente, rumo à Esplanada mesmo, para que esvaziássemos a Esplanada, e o Major Cunha, Tenente Marco Teixeira e o Subtenente Beroaldo Júnior adentraram o Palácio do Planalto. Eu não estava presente.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns novamente pela sua atitude. Sinto-me muito orgulhosa e representada em vê-la na sua atuação.

Obrigada, Presidente.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Por permuta, a próxima oradora inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Bom, primeiro agradecer, Sr. Presidente, ao nobre Senador Girão, porque me concedeu essa possibilidade de falar ainda pela manhã.

Queria começar parabenizando a Relatora e V. Exa. pelo trabalho e, claro, a cabo Marcela pelo que passou, mas tenho aqui algumas perguntas.

Eu vou primeiro repetir algumas frases que você usou, para que você confirme se elas são verdadeiras.

"Era perceptível que estavam organizados". É verdade?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Sim, sim, alguns deles estavam organizados sim. Parte do movimento estava organizado sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E você os considerou não manifestantes.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Vândalos.

Agressores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Isso.

Depois a senhora disse que a Força Nacional estava na mesma linha de atuação que a senhora.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Havia alguns homens sim, da Força Nacional, já em frente à Praça dos Três Poderes...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sim.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Inicialmente, não. Inclusive, tem uma foto que eu falei, que apareceu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É essa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Havia em torno de cinco ou seis policiais ali. Eu acredito que isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Da Força Nacional.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Da Força Nacional.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Bom, uma outra... Agora eu vou perguntar à senhora... A senhora disse também que havia luvas e que eles estavam preparados com luvas, máscaras, e um dos depoentes... Um dos depoentes não, um dos policiais que vieram no vídeo do Deputado Rogério disse que eles também tinham, estavam usando gandolas...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Gandola. Gandola.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Gandolas.

E eram muitos que usavam a gandola? Quer dizer...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Eram esses poucos, que eram organizados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Esses organizados. E foram esses organizados que a renderam, digamos assim.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, senhora, que me atacaram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Que a atacaram.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E aí veio a grande dúvida, a partir da fala do Senador Marcos Rogério. Em algum momento, lhe pediram pra fazer identificação dos seus agressores?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhora, até porque eles não foram localizados.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Esses não foram localizados?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhora. Está...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Nem foram presos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhora, porque está sendo investigada pela Polícia Federal a tentativa de homicídio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas está sendo investigada pela Polícia Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora. Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E a senhora fez alguma descrição dessas pessoas?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ainda não, ainda não. Ainda não fomos chamados pra isso...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ainda não?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ainda não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas a senhora acha que será chamada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Provavelmente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Outra coisa que me causou uma certa espécie... Você explicou que, quando vocês chegaram às 7h da manhã, vocês foram para o Meliá. É isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Às 7h, nós estávamos no Batalhão de Choque.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ainda no batalhão?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Nós recebemos, por volta de 11h50, ainda no batalhão, a informação de que haveria esses manifestantes que desceriam rumo à Esplanada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, às 11h50, vocês sabiam que haveria uma manifestação?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim. Sim, senhora. E por volta de 13h nós estávamos já no terreno.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No Meliá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – No Meliá.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas o Bravo estava lá na...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pelo que eu entendi, na N1.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso, no Congresso. Isso mesmo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O pelotão Bravo e o pelotão Alfa se comunicavam?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, se comunicavam.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, vocês sabiam...?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, que um estava no Congresso e que o outro estava no Meliá, conforme foi ordem, conforme foi ordenado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Claro. Então, vocês já sabiam que, se o Bravo estava no meio do combate, eles eram 16, pelo que você disse.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim. Se tivesse qualquer tipo de atuação em que seria necessário que nós descêssemos, nós desceríamos, sim, em tempo hábil.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Em tempo hábil...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – A que hora vocês desceram?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós estávamos ali, no lado do...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – No Meliá.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No Meliá, por volta de 13h. Já estávamos lá. Por volta de 13h... Acho que por volta de 13h50... Eu não me recordo muito bem dos horários...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Antes de 2h da tarde, vocês desceram?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Antes de eles invadirem, digamos assim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Antes do ataque...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Antes da invasão, nós já estávamos posicionados ao lado do Ministério da Justiça.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, estavam...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – O Patamo Alfa já estava...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Na verdade, tinha 36 homens.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. Ao total... Patamo Alfa e Patamo Bravo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Homens, não; homens e mulheres.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Homens, policiais...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Policiais. Isso.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eram 36 policiais...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Éramos 20 Patamo Alfa e...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... entre homens e mulheres.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Do Alfa e do Bravo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Além desses, que outros policiais você viu na Esplanada?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Tinha os policiais da área, que são do 6º Batalhão... Provavelmente policiais de toda a polícia de todo o Distrito Federal. Eles são, nós somos... Eles são, digamos assim, acionados em caráter geral, mas o quantitativo, de quais batalhões estavam não tenho condição de dizer à senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não, não. É claro que não, é claro que não, mas havia outros batalhões?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, provavelmente, pelo que você explicou, 20 é o número normal de uma...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Do meu pelotão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Do seu pelotão?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – De pelotão da Patamo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas os pelotões... Como eu não sou do ramo...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Nos outros pelotões, isto é normal: 20, 30?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. No pelotão de Patamo, o ideal é 24.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Pelotão de Patamo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O de vocês tinha 20.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Tinha 20. Pelotão de choque, 38...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E, no outro 16, embora tivesse que ter 24...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso, 16...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pelotão de choque?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Pelotão de choque, 38 policiais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, vamos considerar...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Na formação ideal...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E a senhora acha que, na formação ideal, tinha mais de 38 em outro lugar. É isso? Do outro lado talvez.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Do outro lado, estava o Patamo Bravo, 16 policiais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ah, então, tinha um de 16, um de 20. Até aí 36...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. Somos 36, éramos 36, mas não estávamos atuando juntos, no mesmo pelotão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nós atuávamos separados, apesar de conversarmos. Éramos separados. Cada um tinha um posicionamento...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E a senhora disse que a senhora não é responsável pelo planejamento...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Óbvio que não...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhora. Eu sou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não é sua atividade.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Por isso, eu não vou falar agora com a cabo, eu vou falar com a Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Porque quem está depondo não é a cabo, é a Marcela.

A Marcela, que tem uma experiência maior que a minha, maior que a do Presidente nessa área de segurança pública, poderia me dizer se o número de policiais militares para enfrentar 5 mil pessoas era suficiente?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Então, vou responder a senhora como cabo Marcela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Como Marcela. Não, não quero como cabo, quero como Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – No dia 8, eu era soldado Marcela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Isso.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Hoje, eu estou depondo como cabo Marcela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... na minha função de policial militar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Aí a senhora não pode responder a isso, porque a senhora não é do planejamento.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não. Sobre planejamento, eu não tenho condições, porque faz parte do alto-comando da Polícia Militar. São oficiais, são oficiais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É por isso que eu não estou lhe perguntando como policial, estou lhe perguntando como mulher, Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É por isso que eu lhe perguntei como Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, eu estou aqui na condição de falar sobre a minha atuação no dia 8. Então...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não, desculpa. Você está aqui como testemunha para nos ajudar a elucidar o que aconteceu.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu estou aqui na condição de testemunha por ser policial, por ter atuado no dia 8.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não, por ter sofrido no dia 8.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, atuei como policial.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Também.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas a senhora está aqui especialmente porque sofreu uma agressão grave.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, por estar lá dia 8, atuando como policial militar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi. A senhora não quer responder, e eu vou respeitar, mas fica aqui, Presidente, a minha indagação de se pode uma testemunha – e eu tenho o maior respeito por ela, pelo trabalho que ela desenvolveu – simplesmente não responder, porque ela não tem essa atribuição, mas ela tem essa visão, que eu não tenho, porque eu não sou uma mulher da segurança pública.

Mas vamos em frente.

Então, a senhora poderia dizer que, naquele momento, a senhora sofreu ataques horrorosos, discriminatórios e vexatórios, eu diria, sem nenhum respeito pela sua farda, sem nenhum respeito pela sua atuação, mas a senhora se manteve firme, brava, caiu de três metros, continuou andando e se manteve lá até uma da manhã. É isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. Sim, senhora, até 1h da manhã.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E, nessa altura, a senhora pode identificar o que a senhora... Vamos dizer... A senhora vivenciou aquele momento. Em todos esses momentos, a senhora viu se o número de policiais foi aumentando ou ele continuou o mesmo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Na medida em que foi passando o tempo, foram chegando, sim, foram chegando apoios, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ou seja, depois que já tinham invadido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – É, a parte do Congresso... Quando nós estávamos já na Praça dos Três Poderes, ali em frente à Praça dos Três Poderes, começaram a chegar, no caso do meu batalhão, os reforços.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas isso já era o quê? Quatro da tarde?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, já tinha passado a maior parte...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ou seja, já tinham feito...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – A maior parte de violência já tinha passado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – A violência já tinha passado. Está certo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Bom, eu queria, Sr. Presidente, também registrar – eu tenho a obrigação de fazer isso, porque fui Relatora da intervenção federal no Rio de Janeiro – que, infelizmente, hoje nós lemos no noticiário uma denúncia do Governo acho que do Haiti...

(Soa a campainha.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... da existência de superfaturamento na compra de material bélico, por conta do ex-Vice-Presidente Braga Netto; quer dizer, não ele, o responsável, não foi ele que foi intimado, foram as pessoas que trabalhavam com ele, mas eu não posso, tendo sido Relatora da intervenção no Rio, não citar isso, que foi um completo absurdo, porque, se a intervenção foi necessária e aprovada no âmbito da Câmara Federal e do Congresso Nacional, foi pela necessidade de o Rio de Janeiro, naquele momento, ter incremento e possibilidade não de superfaturar, mas de efetivamente contribuir com a segurança pública do Rio.

E quero deixar claro aqui também, até para que não seja malvista pela cabo Marcela, que, em nenhum momento – e aí nem esquerda, nem direita, nem centro, nem nenhum –, nunca fui contra a polícia militar estar armada, muito ao contrário. Muito ao contrário disso, o que partes do Parlamento defendem, como eu, que relatei o Estatuto do Desarmamento, é que a polícia é que deve andar armada, e não o cidadão comum, que não tem a qualificação para isso.

Mas queria parabenizá-la, Marcela, pelo trabalho que você desenvolveu naquele momento, dizer que você não foi só corajosa, mas você honrou, como têm honrado todas as mulheres, a farda que você conquistou a partir do seu trabalho. Parabéns, embora eu fique triste porque você não fez a análise que eu gostaria, como Marcela, e não como cabo Marcela.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhora. Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Na ausência do Senador Fabiano Contarato, do Senador Flávio Bolsonaro, do Deputado Aluisio Mendes, passo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Deputado Marco Feliciano, você pode... Isso, obrigada.

Cabo Marcela, todos os elogios que foram feitos aqui, hoje, ao seu trabalho, à sua atuação, são poucos. Não existem palavras para a gente descrever toda a nossa gratidão pelo trabalho que você fez naquele dia. E não existe palavra para mim, em momento algum eu consigo encontrar a palavra para dizer quão gloriosa é a corporação de que a senhora faz parte. Tenha orgulho, cabo, de fazer parte dessa corporação. Tenha orgulho dessa sua farda. A Polícia Militar do Distrito Federal é, sem dúvida, a melhor polícia do Brasil. Nós temos muito orgulho, nós que somos de Brasília temos muito orgulho de todos vocês. E talvez esse seja o meu maior papel nessa CPMI. Estou investigando, estou lendo, final de semana eu li por volta de 3 mil páginas de tudo que já está chegando na CPMI, mas acho que o meu maior papel é lembrar aos colegas, aos pares dessa Comissão que a nossa Polícia Militar não é vilã. A nossa Polícia Militar não é bandida. A nossa Polícia Militar do Distrito Federal é uma corporação de que nós temos que ter muito orgulho. E como mulher, a gente tem muito orgulho de você.

Quando eu soube das agressões, cabo, a sensação que eu tive, eu estava dentro de casa, a sensação que eu tive, o sentimento que eu tive era de sair correndo, abraçá-la e colocá-la no colo. Acho que toda mãe no Brasil sentiu isso quando soube do que você foi vítima. Foram agressões covardes. Por um momento, eu fiquei muito preocupada com a sua vida, com as sequelas, porque, pelo que a gente viu, era pra você estar sequelada pra vida inteira. Era pra você estar sequelada. Todos nós sofremos com você, todos nós. A gente entendeu aqui exatamente o que a senhora quis falar o tempo todo: era um grupo organizado. Não eram todos os manifestantes. Era um grupo que estava ali disposto a machucar. E a gente precisa identificar este grupo. Como eu queria ver cada um deles preso por muito tempo, muito tempo! O que fizeram com você foi covardia. Foi uma covardia sem tamanho.

Cabo, receba de todos nós a nossa gratidão. Mas eu preciso fazer um registro aqui também. Você estava escalada para o trabalho naquele dia. Você cumpriu sua missão. Mas há um colega, há um militar que não estava escalado para aquele dia. Estava de férias. Não tinha, não estava participando de nenhum grupo de informes. E esse homem chega na Esplanada e também de uma forma brilhante atuou, e da mesma forma foi machucado. É o Coronel Naime.

Eu só vou te fazer uma pergunta: você viu o Coronel Naime lá, naquele momento, agindo de forma tão, tão brilhante, prendendo um monte de vândalos? Deu tempo de a senhora ver a atuação do Coronel Naime?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Não. Não, senhora. Não vi o Coronel.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Mas eu preciso deixar registrado: ele foi machucado, estava cumprindo o papel dele de férias. Chegou lá e atuou de forma brilhante. Diferentemente da senhora, que merece todas as promoções, o nosso Coronel Naime está preso há sete meses. Não era obrigação dele, estava de férias. Não tinha informe nenhum. Foi para lá, apanhou, foi machucado e ele está preso. E ele está preso hoje lá no Complexo da Papuda, lá na Papudinha, que a gente chama de Papudinha. São dois pesos e duas medidas. E isso eu preciso registrar. Registro, por exemplo, que ele não só está com restrição de liberdade, ele está com a honra afetada. A família está pagando um preço, a família está sequelada.

Presidente, quando a gente leu, na semana passada, a decisão do Ministro Alexandre de bloquear o salário do Coronel Naime, fazer bloqueio dos bens... O carro dele, que está em casa, não pode ser usado. A esposa está levando os filhos para a escola como? O Coronel Naime tem uma criança que tem atendimento especial, porque tem problemas de saúde. Com que dinheiro ela vai pagar remédio? O que ela está dando de comer para os filhos? O Brasil não está se perguntando o que está acontecendo aqui em Brasília, não? Nossos coronéis estão com salário suspenso, seus bens estão bloqueados. E isso me preocupa muito porque ele tinha que ter uma promoção pelo que fez. Qual é o preço que ele está pagando? A humilhação, está preso há meses. A gente não entende, é tão emblemático ver os nossos coronéis da Polícia Militar presos. Não há razão, não há justificativa para isso. Aqueles homens tinham que estar sendo promovidos, tinham que estar sendo promovidos e não estarem atrás das grades.

Cabo, era esse meu registro. A nossa Polícia Militar é gloriosa. E eu preciso deixar muito claro aqui, gente: a nossa Marcela não foi promovida porque ela apanhou e é uma coitadinha, ela foi promovida porque ela é corajosa, porque ela cumpriu o papel dela. Uma promoção muito merecida. Ainda quero te ver muito longe, cabo – muito longe. Que Deus te abençoe. Receba um abraço de todas as mães de Brasília. Receba um abraço de todos os brasilienses. Que Deus te abençoe. Que Deus abençoe os nossos coronéis que estão presos e que este momento passe logo, que essa página seja virada. E que os nossos heróis que estão atrás das grades também tenham reconhecimento do Brasil, também desta CPMI, que está querendo encontrar um culpado para tudo.

E meu medo, cabo, é que no final entendam que o culpado é só a nossa Polícia Militar. Eu temo por esse desfecho com certeza e preciso registrar.

Um abraço à família de todos os coronéis que estão presos. Um abraço a toda a família militar do Distrito Federal. Que Deus te abençoe, cabo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Amém. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão. Muito obrigado, minha querida Senadora Damares Alves.

Olha, há aqui uma proposta de alguns Parlamentares, porque nós temos apenas seis oradores inscritos. A proposta seria levar direto sem intervalo para o almoço. Então, pelo que eu vi aqui, todos estão concordando com essa ideia, então vamos dar prosseguimento aqui...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Estão todos aqui menos a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ahn?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Estão todos aqui menos a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá. Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interperlar.) – Agradeço a presença da cabo Marcela e, Marcela, eu já digo à senhora que a senhora já pôde perceber que existe uma tentativa de culpabilizar exclusivamente a Polícia Militar do Distrito Federal por tudo que aconteceu no dia 8 de janeiro. E eu, pelo andar da carruagem, Laura, tenho a consciência de que a Polícia Militar também errou, mas não foi exclusivamente a Polícia Militar que errou. Mas tem algo que precisa ser dito ou falado mais uma vez: que aqueles que erraram, na Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Presidente, foram premiados por esse Governo.

O erro da Polícia Militar talvez tenha sido colocar a tropa de sobreaviso e não de prontidão. Quem colocou a tropa de sobreaviso foi o Coronel Fábio, então comandante, e o Coronel Klepter. O Coronel Klepter foi promovido pelo Cappelli, interventor e braço direito do Dino, e o ex-Comandante Fábio foi inocentado no relatório feito pelo Cappelli, e pelas mensagens que esta CPMI já recebeu, houve um *lobby*, um embargo auricular do Saulo Cunha, da Abin, com o Diretor da Polícia Federal, Andrei, para que soltassem o Fábio.

Então, veja, os responsáveis pelos erros da Polícia Militar foram premiados por esse Governo, Marcela. Mas como eu disse, a Polícia Militar não foi a única que errou. Eu queria que a gente colocasse a imagem que eu preparei.

Cabo Marcela, eu vou reproduzir aqui algumas de suas falas desde o início dessa manhã. A partir das 11h30, a Patamo foi informada, então, de que os manifestantes desceriam para a Esplanada.

Confere?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Isso mesmo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A partir das 13h50, a Patamo e inclusive a senhora chegaram e se posicionaram em frente ao Ministério da Justiça, na Via N1, ali onde está o quadrado amarelo, aproximadamente.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. Isso mesmo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A partir das 13h50.

A senhora disse que se os manifestantes rompessem a barreira ali da Alameda das Bandeiras, a Patamo atuaria.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. O Patamo. O Patamo atuaria.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Patamo.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso. O Patamo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, ali está, em laranja, a Alameda das Bandeiras, ali havia uma barreira. Se os manifestantes ultrapassassem aquela barreira, o Patamo então agiria.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É isso.

Os manifestantes também romperam com tranquilidade aquela barreira da Alameda das Bandeiras?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim. Eles tiveram passagem.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A hora em que vocês chegaram, vocês viram a presença da Força Nacional?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O fotógrafo Adriano Machado, que esteve aqui como testemunha, disse que ele chegou por volta das 15h20, estacionou o seu carro ali no estacionamento do Ministério da Justiça e, naquele momento, a tropa da Força Nacional já estava lá, parada, feito uma estátua, sem agir.

A senhora se lembra a que horas a Força Nacional se posicionou ali?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nesse local em específico, não. Eu lembro... Eu sei da Força Nacional já bem após praticamente o término das agressões. Nós já estávamos na Praça dos Três Poderes, quando a Força Nacional, parte, alguns homens digamos que incorporaram a nossa linha de choque.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mais pro final da tarde, então?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A senhora lembra que horário, mais ou menos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Não faço ideia de horário, mas ao término mesmo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É estranho, Sr. Presidente, porque, desde o dia 7 de janeiro, nós temos a Portaria 272, de 2023, feita pelo Ministro Flávio Dino, que autoriza o uso da Força Nacional desde o dia 7 de janeiro, Relatora. E, no art. 1º da portaria que autoriza o uso da Força Nacional, ele diz o seguinte: "[...] [Autorizo] o emprego da Força Nacional [...] para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União [...]".

Eu pergunto, cabo Marcela, à senhora: o Congresso Nacional é patrimônio público localizado entre a rodoviária e a Praça dos Três Poderes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Palácio do Planalto também?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Supremo Tribunal Federal é patrimônio público localizado entre a rodoviária e a Praça dos Três Poderes?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Também.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Que horas que a Força Nacional passou a agir?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Praticamente ao término das agressões.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, final da tarde, depois que todo...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... vandalismo já tinha ocorrido?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – ... já tinha passado. Quando nós estávamos praticamente já retomando, controlando a Esplanada.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente, é urgente que nós tragamos para cá a Força Nacional. Nós não podemos responsabilizar exclusivamente a Polícia Militar. Todas as forças de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança tiveram os seus erros, e a Força Nacional tem sido blindada aqui. Depois do depoimento de hoje, da cabo Marcela, fica claro que houve uma omissão da Força Nacional. Nós tínhamos uma portaria autorizando o uso da Força Nacional. Isso não foi feito.

Aliás, em um dos documentos que esta Comissão recebeu, o atual representante da Força Nacional, o chefe da Força Nacional diz que sempre esteve à disposição da Polícia Militar, durante todo o dia 8. Essa informação procede, cabo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu posso dizer para o senhor o momento em que eles atuaram junto conosco.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Que foi final da tarde?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Aproximadamente 15h30, o Patamo foi à cúpula do Congresso Nacional. A senhora disse que tinha aproximadamente... é difícil mensurar, mas que tinha...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... aproximadamente 300 pessoas...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... mas umas 20 muito agressivas.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – E que essas 20 pessoas muito agressivas não foram identificadas nem presas.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhor. Eu não fui chamada para identificar nenhuma.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A senhora entrou na Polícia Militar do Distrito Federal em 2019.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Em 2019.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Portanto, participou, ou pelo menos acompanhou, as últimas manifestações que tivemos na Esplanada dos Ministérios nos últimos quatro anos – Sete de Setembro e outras manifestações.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eu estava presente no Sete de Setembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A senhora, nessas outras manifestações, já tinha visto ou presenciado pessoas agressivas como essas 20 pessoas que a senhora relatou?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, até então, era pacífico.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A senhora teve ciência da participação de facções criminosas no ato do dia 8 de janeiro...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... como o PCC e etc...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... como foi relatado pela imprensa nesse último final de semana?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas, nas últimas manifestações que a senhora se fez presente, esse nível de violência a senhora não pôde constatar?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Ele não existia, não tinha.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não existia?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não tinha.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente, foi de suma importância o depoimento da cabo Marcela. Comprova que houve uma omissão da Força Nacional e que nós precisamos trazer a Força Nacional para cá. Digo mais: não só, Laura, uma omissão da Força Nacional, mas uma omissão do Ministro Flávio Dino, que tinha autorizado, desde o dia 7 de janeiro, a utilização da Força Nacional, e isso não se fez presente. A Força Nacional só foi agir no final da tarde.

Repito aqui: quem errou da Polícia Militar foi promovido por esse Governo. Os erros da Polícia Militar foram premiados por esse Governo. E agora querem jogar toda a culpa para cima da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso a gente não pode permitir.

Agora, nestes últimos dois minutos que me restam, eu gostaria que colocassem a apresentação que a minha equipe preparou, para tentar explorar isso o mais rápido possível.

Nós tivemos aqui a conversa entre o General G. Dias e o seu filho, o Gabriel Dias. Nessa conversa, eles relatam um encontro com o Sr. Erlando, que, supostamente, é o chefe de gabinete da nobre Relatora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse encontro, pela conversa – pode passar o eslaide –, foi no dia 29 de agosto, dois dias antes de o General ser ouvido na CPMI.

O Erlando foi nomeado no gabinete da Senadora Eliziane Gama em 2019.

Pode passar.

Nesse mesmo dia em que houve esse encontro, o Coronel Titan, que chama o G. Dias de tio – portanto, não se sabe se é sobrinho ou se chama "tio" de forma carinhosa –, encaminha um documento ao General G. Dias contendo perguntas e respostas a serem feitas durante a oitiva.

Pode passar.

Esse documento que o Coronel Titan encaminha para o G. Dias – e, depois, o General G. Dias encaminha esse documento para o seu advogado, Dr. André Callegari –, que contém perguntas e respostas...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – São basicamente as mesmas perguntas feitas pela Senadora Eliziane Gama no depoimento do General G. Dias.

De um lado, nós temos o documento compartilhado e, de outro lado, a pergunta feita pela Relatora no depoimento do General G. Dias.

Pode passar.

Mais uma pergunta que consta no documento e que é a mesma pergunta feita pela relatora na CPMI.

Pode passar.

Mais uma pergunta que foi compartilhada nesse documento pelo Coronel Titan com o General G. Dias, que, por sua vez, compartilha com o Dr. André Callegari, no mesmo dia em que o chefe de gabinete da Senadora Eliziane Gama encontrou com o General G. Dias. E as perguntas são idênticas, são as mesmas.

Então, Sr. Presidente, é claro que aqui não se aplicam as normas de impedimento e suspensão. Mas, politicamente falando, nós temos que ter a consciência de que o relatório da Senadora Eliziane Gama está eivado de uma grave suspeição. Está eivado de um vício, que não pode ser sanado.

Ela, como Relatora, não poderia se encontrar às escondidas, através de seu chefe de gabinete, com um depoente que estava aqui como testemunha, como investigado. Qualquer outro de nós poderia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, Sr. Presidente, fez a sua fala, mas o senhor poderia se encontrar. O senhor é Presidente da Comissão. Qualquer outro membro desta Comissão também poderia.

Agora, ela, como Relatora, macula o trabalho desta CPMI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de conceder uma questão de ordem a V. Exa., a Senadora Eliziane pediu a palavra porque ela foi citada.

Ela vai falar. Em seguida, eu passo a palavra a V. Exa. para a sua questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para explicação pessoal.) – Presidente, sobre a publicação do Gabriel, sobre, inclusive, o que V. Exa. citou agora há pouco, mais cedo, eu vi, de fato, essas mensagens que foram compartilhadas, me parece que dele com o próprio G. Dias, do próprio Gabriel com o G. Dias, Filipe.

Eu estou aqui, inclusive, com elas.

Eu, depois, fui lendo todos os demais. Além de ele falar do Gabriel, que eu nunca vi na vida, que não faço a menor ideia de quem seja... Nunca troquei qualquer mensagem, nem antes, nem depois, nem nunca.

O G. Dias... a primeira vez que eu vi o G. Dias, pessoalmente, foi aqui nesta Comissão. Nunca troquei qualquer mensagem com o G. Dias e com ninguém, na verdade, do seu entorno. Se o Gabriel fez contato, que é o Gabriel Dias, com alguém do meu gabinete, deve ter ligado como várias pessoas ligam pro meu gabinete. Inclusive, conversei depois com a minha assessoria sobre isso. Da mesma forma também, Deputado Filipe, ele diz aqui, por exemplo, que foi procurado pelo Nikolas Ferreira, foi procurado por V. Exa., Filipe Barros, e por André Fernandes. Quer dizer, ele faz essa citação.

As perguntas que você coloca, dizendo que eu teria combinado pergunta... o que se tem de repetição de pergunta aqui neste plenário, não está no gibi.

Eu perguntar se ele fraudou? Essa é a grande pergunta do debate.

Ora, o que o Amin perguntou aqui – todo o levantamento – era se ele tinha fraudado um documento. Eu não fazer essa pergunta, que é elementar, seria uma intransigência... intransigência, não, seria uma prevaricação da minha parte. A Deputada, agora há pouco, falou até uma coisa interessante pro Presidente. Ela falou: "Presidente, pergunte se as perguntas são as mesmas, que elas não mais serão feitas."

Eu faço todas as perguntas que deverão ser feitas: sobre fraude em documento, sobre a conversa dele com o Saulo... É elementar. Agora, comparar e dizer que eu fiz uma pergunta que alguém sugeriu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As minhas perguntas foram repetidas por vários outros Parlamentares aqui neste plenário, Deputado Filipe.

Então, por favor, da mesma forma como V. Exa. não pode dizer que eu fiz uma combinação, eu poderia dizer que o senhor, junto com o André e com o Nikolas, o procuraram sabe-se lá pra quê? Então, por favor, não tente criar uma suspeição sobre um trabalho que eu estou fazendo, que... Aliás, o Senador Flávio Bolsonaro me fez uma outra acusação, me disse...

Cadê a taquigrafia do Flávio?

Ele já me colocou que eu teria trazido, de uma forma preliminar, uma culpabilidade ao G. Dias, ou seja, vocês da oposição estão se contradizendo entre si, um diz que eu combino e o outro diz que eu acuso.

Então, vocês têm que decidir o que vocês querem, de fato, nesse sentido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Rapidamente, Senador Marcos Rogério.

V. Exa. foi citado, eu vou lhe dar três minutos, mas eu vou passar primeiro ao Senador Marcos Rogério; depois, V. Exa., senão V. Exa. vai responder a sua citação durante os dez minutos que V. Exa. tem. É um favor que V. Exa. vai fazer a este Colegiado nesta reta final da sessão de hoje.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, duas ponderações. E aí eu queria indagar da Relatora, que, com essa situação nova aqui, acabou... Esse servidor Erlando é funcionário do seu gabinete?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Chefe de gabinete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É chefe de gabinete?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Porque, assim...

Mas eu, enfim... Se ele é chefe de gabinete, eu contato, obviamente... Se um chefe do meu gabinete vai procurar algum depoente, eu, na condição de relator de qualquer matéria, eu acho que eu devo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, parece que ele falou que ele procurou. Não foi isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, ele foi com ele.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Ele de fato encontrou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É a mensagem.

Dos demais, eu vi as mensagens também, disse que pediu e não há nenhuma evidência de que tenha concedido.

Mas o que eu queria ponderar, Sr. Presidente... Diante do que nós ouvimos aqui, eu acho que V. Exa., desde o começo, tem procurado agir com coerência e equilíbrio no âmbito desta CPI.

E, mais uma vez, um depoimento que vem a esta CPI nos aponta a necessidade de a gente avançar na investigação para apurar o papel da Força Nacional de Segurança.

Eu sei que V. Exa. tem o desejo de fazer isso aqui, mas não pode impor isso aqui. Mas a Relatora, que está do lado de V. Exa., está aqui, é alguém que eu respeito e tenho tratado com fidalguia no âmbito dessa CPI. Não concordo com muitas posições de V. Exa., mas tenho tido absoluto respeito.

Eu indago de V. Exa. se há, no plano de trabalho da Relatora – e, se a própria Relatora quiser responder, que fique à vontade –, a inclusão da oitiva do comandante da Força Nacional, porque, se isso não estiver presente dentro dos objetivos da Relatora, como aquela que vai representar a Comissão no seu relatório final... se isso não estiver, me parece que toda essa investigação fica absolutamente comprometida, porque a vinda do G. Dias aqui apontou para isso, a vinda do Saulo aqui apontou para isso e agora o depoimento da cabo Marcela também aponta nessa mesma direção, não pela afirmação que ela faz em relação a onde estava ou como estava, mas quanto ao momento em que entrou em atividade e aí, com as informações que nós temos, sabendo que a Força Nacional estava de prontidão.

Eu indago a V. Exa. e à própria Relatora se é desejo da Relatora, é desejo de S. Exa. a Relatora dessa Comissão, Senadora Eliziane Gama, ouvir aqui o comandante da Força Nacional, a par das informações que todos nós temos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Senador, sobre a questão do plano de trabalho, o plano de trabalho foi aprovado aqui em Plenário. No plano de trabalho, eu não fiz citação de pessoas da Força Nacional. Fiz citação de algumas pessoas, inclusive, no plano de trabalho, que foi aprovado por unanimidade. Agora, sobre a questão de requerimentos serem aprovados ou não... não é uma decisão minha, é uma decisão que passa pelo Colegiado. Eu, inclusive, estou fazendo a defesa de a gente ter uma nova sessão aqui, deliberativa, para aprovar vários requerimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Força Nacional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se, na verdade, a Força Nacional for colocada em pauta para votar e aprovar, faremos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Exa. tem o desejo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem nenhum problema ouvi-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A pergunta é objetiva: V. Exa. quer ouvir o comandante?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem nenhum problema, Deputado, Senador, ouvir a Força Nacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, não é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. está querendo colocar palavra na minha boca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não é problema. Não, não quero. Só estou indagando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A minha resposta para o senhor é clara: eu não tenho nenhum problema de ouvir Força Nacional, não tenho nenhum problema de ouvir general, não tenho nenhum problema de ouvir quem quer que seja nesta Comissão. Agora, a decisão não é minha, a decisão é do Plenário, deliberada e conduzida e pautada pelo Presidente da CPMI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A pergunta é simples: se V. Exa. tem o desejo de ouvir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se for aprovado, ouço sem nenhum problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Tem o apoio de V. Exa.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se for aprovado, ouço sem nenhum problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A pergunta é simples: tem o desejo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, Presidente. Eu não sou... Deixa eu falar uma coisa para você, Deputado. Eu não sou investigada. Eu não estou aqui na situação de depoente. Então, eu quero dizer a V. Exa. que o plano de trabalho foi feito. Os requerimentos, em sendo aprovados, serão ouvidos. Às oitivas que serão feitas aqui e aprovadas aqui eu farei todos os questionamentos necessários. Agora, sobre a decisão de acordo, não passa por mim, Senador. A decisão de acordo passa pelo grupo da Oposição e pelo grupo do Governo. Eu integro a base do Governo, mas estou aqui como Relatora. Então, isso aí não é uma decisão minha. É uma decisão que passa pelo Presidente e pelos demais colegas. E não vou mais responder a nenhuma pergunta de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, a pergunta era simples e acho que já estou... Já é compreensível, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar aqui ao Deputado Filipe Barros, que foi citado, por três minutos, e, em seguida, ao Deputado André Fernandes.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu queria lembrar a todos os colegas, Deputados e Senadores, que na CPI dos Correios, CPI do Mensalão, o Deputado Paulo Pimenta, hoje Ministro, foi flagrado trocando informações com o Marcos Valério. Isso foi um escândalo nacional, que fez com que o Paulo Pimenta renunciasse a sua presença naquela CPI.

Hoje nós temos mensagem, Senadora – e aqui eu repito aquilo que eu disse, eu não sou Relator; o Presidente não é Relator, ele é Presidente; qualquer um de nós aqui poderíamos nos encontrar com qualquer pessoa, agora, a senhora é Relatora desta CPMI –, e tem conversas aqui.

General G. Dias com o seu filho: "Oi, você vai trazê-lo aqui [na casa do G. Dias]. É o chefe mesmo?". O filho responde: "Vou. É sim". "Qual é o nome dele?" "O Júlio e o Binho, que entraram em contato com a Senadora. Aí ela disse pra ele ir conversar com você. O Júlio vai me passar o nome da pessoa: Erlando." Nós conferimos no *site* do Senado: Erlando é o seu chefe de gabinete e foi lá a seu o pedido. É o que está escrito aqui na conversa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – "Aí ela [a Senadora Eliziane Gama] disse pra ele ir conversar com você."

E, logo depois da conversa de vocês, circula um documento em que, curiosamente, são as mesmas perguntas que V. Exa. fez para ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E que todos os demais Senadores fizeram, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente, eu preciso que garanta a minha fala.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, V. Exa. está criando, está tentando criar uma suspeição sobre mim que eu não vou aceitar. Eu não vou aceitar, Deputado Filipe!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, deixa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu posso dizer que V. Exa., e o André, e o Nikolas também estão em situação de suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. pode falar depois, pelo tempo que V. Exa. quiser, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não vou ser irresponsável com você nesse sentido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, porque nós não nos encontramos, não é?

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, nem eu me encontrei. Por favor, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, por favor! Espere aí.

Pode concluir a sua fala. A Senadora, se quiser, depois pode...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Estava com 1,5 minuto ali, Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá, eu vou dar mais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, então, mais uma vez, Presidente, eu vou falar, porque ele está tendo direito de tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas é claro que a senhora pode falar, mas ele vai concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Daqui a pouco, a gente vai até o final da CPI falando, respondendo réplica e tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pode concluir, pode concluir, Deputado!

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não adianta, Senadora. E a senhora sabe que eu tenho tratado com respeito a senhora em todos os momentos desta CPMI, mas não adianta dizer que eu, o Deputado André e o Deputado Nikolas também tentamos nos encontrar, porque não houve encontro, agora, diferentemente do caso de V. Exa., que nas mensagens manda o seu chefe de gabinete ir encontrar o General G. Dias. É o que está aqui nas mensagens e, posteriormente a essa conversa, circula um documento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É minha essa mensagem?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... um documento que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É minha essa mensagem?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... reproduz exatamente as mesmas perguntas que a senhora fez.

Então, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... existe uma suspeição, existe uma suspeição de que nós desconfiávamos, mas agora nós temos a certeza. A Relatora, ou o Relator de qualquer CPI, não pode encontrar às escondidas testemunha. Eu me lembro de que, numa das primeiras oitivas que nós fizemos aqui – eu não me lembro quem era a testemunha ou o investigado que estava sentado aqui, Sr. Presidente –, nós fomos, ao final da oitiva, cumprimentar a pessoa. Logo, a assessoria do Senado disse: "Olhe, a gente tem a incomunicabilidade da testemunha. Vocês não podem conversar com a pessoa". Nós respeitamos, saímos de perto e pronto. Agora, a Relatora mandar o seu chefe de gabinete encontrar a testemunha, dois dias antes do depoimento dela aqui nesta CPMI é gravíssimo, e combinando perguntas, porque o documento que circula são as perguntas que a Relatora fez aqui a ele.

Portanto, nós temos, pode não ser neste momento, mas nós temos, nem que seja fora das câmeras, que conversar sobre isso e ver qual é a postura que nós utilizaremos nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. gostaria de falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, é um absurdo o que o Deputado coloca. Eu não vou nem responder mais, porque não tem o menor fundamento. Na hora em que o senhor...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, pronto, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, deixe-me terminar de falar.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Deixe-me lhe responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na hora em que o Deputado faz uma colocação dessa, tentando criar uma suspeição, uma cortina de fumaça, porque fez uma pergunta, tal e tal, é uma coisa que não se fundamenta, não se sustenta em nada. Vocês têm o telefone do G. Dias, eu nunca sequer falei com ele nem com esse rapaz, não faço a menor ideia.

V. Exa., o André e o Nikolas, segundo o André, segundo o rapaz, o Gabriel, vocês procuraram o G. Dias.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Mas falamos com ele?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja... Pois é, ele não recebeu vocês, mas que vocês tentaram chegar a ele chegaram. Se vamos levar ao pé da letra as informações, da mesma forma como o Gabriel disse, que sentou com o Presidente da CPI, e ele explicou as circunstâncias de ter conversado, de ter passado lá, que nem sabe se falou com o cara.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vocês estão simplesmente criando um cenário inexistente, que não se sustenta. A realidade é essa, não se sustenta. Essas mensagens trocadas entre eles não têm nada a ver. As perguntas que eu fiz são perguntas elementares, básicas, como eu fiz dezenas de outras perguntas, aliás, foram as mesmas perguntas que inclusive vocês...

Eu quero até que a minha assessoria levante aí a pergunta dos três Deputados para ver se bate com alguma dessas que eles colocaram ali. Se for também bater, eles estão na mesma situação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, só para iniciar dizendo que a Relatora está mentindo aqui, tá? Ela está mentindo, quando ela vem e fala que os Deputados André Fernandes, Filipe Barros e Nikolas Ferreira procuraram G. Dias, tá? Nem mesmo nesta suposta mensagem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... que vem de uma terceira pessoa, fala que nós procuramos G. Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – É porque eu tenho uma informação importante para passar para ele

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A pessoa que informa... Senadora Eliziane, vai deixar a gente falar? Desde o começo da CPMI, a senhora não estava nem presente, chega no final para bagunçar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Como é que é?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Assim, ela estava agora dando entrevista ali fora, e a gente aqui falando. Aí volta agora e fica interrompendo a palavra dos Parlamentares. Eu pedi só respeito. O Presidente que está aqui acompanhando desde o começo bem sabe, a gente não atrapalhou, a gente não falou, a gente respeitou a fala tudo muito. Então, o que eu peço de V. Exa. é respeito com as nossas falas. Só isso.

Então, isso é uma mentira. Nem mesmo na mensagem que consta lá no celular, fala que nós procuramos G. Dias. E isso não fala. O que tem nas mensagens, que uma pessoa envia de uma terceira, sem conseguir comprovar, é que os três Parlamentares teriam procurado o Gabriel. Não houve encontro, não houve reunião, ninguém combinou absolutamente nada. Diferentemente da Relatora que enviou seu chefe de gabinete para conversar com o General G. Dias e que, dois dias após a reunião,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde esse mesmo documento que estava sob posse do G. Dias, foram as perguntas feitas pela Relatora aqui presente. Mas não vou entrar no mérito.

Só parabenizo aqui a fala do Deputado Filipe Barros e espero que posteriormente a gente possa decidir qual atitude vai ser tomada referente a isso, porque, até mesmo no dia, a gente estava estranhando, quando, durante a inquirição da nobre Relatora ao G. Dias, ela estava com a imagem ali e estava falando sobre as linhas. Aí falou, a linha vermelha é isso, a linha não sei o que é isso. E quando ela parou de falar, aí o G. Dias disse: "E a branca lá, se esqueceu de falar". "Ah é mesmo, e tem a branca". Então, assim, parecia muito algo combinado. Parecia. Posteriormente, quando vem esse documento, a gente vê que isso passa a parecer mais ainda, mas eu não vou nem falar sobre isso, vou dar o benefício da dúvida. Eu não vou fazer uma acusação, vou dar o benefício da dúvida.

Sr. Presidente, repercutiu recentemente, já no final dessa semana que passou, a informação – isso saiu na imprensa – de que, através da 16ª fase da Operação Lesa Pátria, que envolvia o Ministério Público do Estado do Ceará, Polícia Civil do Estado do Ceará, Ministério Público Federal, Polícia Federal, constava que houve...

Senadora, preste atenção. A Senadora fica conversando, atrapalha, tira o foco. É uma investigação tão séria, e a Senadora Relatora não consegue se atentar para ver se isso vai mudar os rumos da investigação!

Mas, enfim, nessa 16ª fase da operação, que envolvia Ministério Público do Estado do Ceará, Polícia Civil do Estado do Ceará, Ministério Público Federal e Polícia Federal, de acordo com a imprensa – a gente buscou essa informação, não conseguimos, até colocamos requerimentos aqui na CPMI –, houve o financiamento, na véspera do 8 de janeiro, houve financiamento de ônibus feito por uma facção criminosa do Estado do Ceará. Isto constou na imprensa, repercutiu em nível nacional: que, durante a 16ª fase da Operação Lesa Pátria, lá no Ceará, encontraram financiamento de uma facção criminosa, uma organização criminosa financiando, pagando ônibus para os manifestantes virem a Brasília.

O que me assusta, Sr. Presidente, é que algo tão grave, algo tão grave não chamou a atenção da nossa Relatora, não chamou a atenção da base governista nesta Comissão, porque, vejamos, é uma oportunidade de ouro – uma oportunidade de ouro – de a Relatora e a base governista tentarem associar o que eles tanto falam de tentativa de golpe de Jair Bolsonaro com uma organização criminosa, uma facção criminosa. Desde o começo, eles estão aqui: "São terroristas, são isso, os golpistas...", e, agora, entra na história uma facção criminosa do Estado do Ceará, o meu estado, uma organização criminosa supostamente financiando ônibus para trazer manifestantes, e eu não vi a Relatora ou nenhum da base governista levantar a voz pra tratar sobre esse assunto. Isso é grave! Isso é grave: tinha facção criminosa financiando ônibus?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, em um passado bem recente vimos aí, quando foram... Quando pegaram grampos telefônicos de um membro de uma facção criminosa denominada PCC em que se fala que, na época, tinha diálogos cabulosos com o PT. Na gestão Bolsonaro, as polícias federais e rodoviárias federais bateram recorde em apreensão de drogas, transferiram chefes de facções criminosas para presídios federais. Jair Bolsonaro foi odiado por facções criminosas, por organizações criminosas. E é notório, é claro – e todo o Brasil sabe – que, com a eleição do bandido, Lula, houve festa nos presídios, os bandidos comemoraram, isso não é segredo pra ninguém, viralizou nas redes sociais, comemoraram abertamente.

E, de repente, na véspera do 8 de janeiro, aparece uma facção criminosa pagando ônibus pro povo vir pra Brasília e, posteriormente, aconteceu o 8 de janeiro que estamos aqui pra investigar, onde a Força Nacional ficou de braços cruzados, onde o braço direito do Flávio Dino vira interventor, coloca outro como Comandante-Geral da Polícia Militar.

Eles vão se escalando, tomando poder. Trava Brasília, e nenhum manifestante pôde entrar em Brasília, nem mesmo pra reivindicar quem aquelas pessoas queriam que os seus representantes eleitos legítimos votassem para Presidente da Câmara e Presidente do Senado. Não. Agora, tudo isso, supostamente, financiado por uma facção criminosa.

Sr. Presidente, nós, da oposição, estamos... Eu protocolei, e aqui estão Flávio Bolsonaro, Marco Feliciano, Filipe Barros, Ramagem, todos que estão aqui, da oposição, apresentaram requerimentos aqui na Comissão, para que busquemos informações no Ministério Público do Estado do Ceará e no Ministério Público Federal, informações sobre esse suposto financiamento de uma facção criminosa. Isso é grave.

Teve dedo de facção criminosa no 8 de janeiro? Qual era a intenção? Qual era o intuito? Qual era a facção? Quem o fez e por que o fez? Eu não entendo. Repito: eu não entendo por que o Governo não está falando sobre isso. Era a oportunidade de ouro de o Governo chegar aqui e dizer: "Teve envolvimento dos patriotas, do povo de direita com facção criminosa. Foi algo arquitetado por eles, com dedo de organização criminosa", mas estão bem caladinhos.

E aí isso coloca uma pulga atrás da orelha. Por que estão calados? Isso é muito grave. Talvez, se eles tivessem a certeza de que as organizações criminosas realmente estavam trabalhando contra o Lula, talvez se eles soubessem disso, estariam aqui, tagarelando. Tem que quebrar o sigilo, temos que saber quem financiou, temos que saber quem tem envolvimento com essa organização criminosa do Ceará, mas, não, estão bem caladinhos.

E, nesse momento, onde a oposição está sendo acusada de participar do 8 de janeiro, nós é que estamos querendo saber qual era a organização criminosa, qual era o intuito. Realmente houve financiamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Qual era a intenção? Qual era a ligação deles com aqueles manifestantes? Organização criminosa, Sr. Presidente, isso pode mudar os rumos dessa investigação, porque aí já não são mais pessoas agindo de forma voluntária, já aparece incentivo de facção criminosa, da alta cúpula da bandidagem do Brasil, que, repito, fizeram festa nos presídios quando o Lula foi eleito.

Então, o que eu peço a V. Exa. é que possa, o mais rápido possível, pautar esses requerimentos, para que possamos saber todos os detalhes sobre esse suposto financiamento por parte de facção criminosa do meu Estado do Ceará.

Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu queria só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputada... Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria só, a título da verdade, primeiramente colocar aqui para o Deputado Filipe que ele expõe, na verdade, de uma forma muito injusta, um servidor desta Casa e que coloca esse servidor numa rota de ser atacado claramente pela extrema direita brasileira. Isso é um fato, Filipe.

Outro ponto que eu quero colocar para vocês é que no mesmo documento que vocês, na verdade, alegam aí, levantam, que são as mensagens... Olha só, o G. Dias diz o seguinte: "Procuraram o Gabriel para conversar – o Nikolas, o Filipe e o André". "Procuraram o Gabriel para conversar". Aí a pessoa pergunta: "A conversa foi boa?". Aí ele diz: "Foi muito boa".

Então, eu quero que vocês expliquem como é que foi essa conversa de vocês aí com o G. Dias antes do...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente, ela está fraudando as...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olhe só, olhe só...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Agora eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas acontece, Deputado... Espere aí, espere aí...

Acontece que, de acordo com o Regimento da Casa, a gente pode conceder direito de resposta duas vezes durante sessão, e já foram dados mais de dois direitos de resposta.

Eu sei que esse tema vai ser recorrente, esse tema vai ser recorrente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. poderão usar o tempo final da Liderança para fazer a colocação final, mas vamos dar prosseguimento aos inscritos aqui.

Eu passo agora a palavra ao Senador Cleitinho, que fez uma pergunta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso aqui é um absurdo, Presidente. Aí, ficam expondo a imagem de um servidor nas redes sociais, sabe...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá: Senador Cleitinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente... Isso aqui é um documento sigiloso, Filipe. Você tem que ser responsabilizado por isso. Você está fazendo uma acusação injusta contra um servidor desta Casa. É inaceitável isso, Presidente!

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas está aqui... A Senadora ficou descontrolada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso aqui não se pode admitir, Presidente.

Porque você está cometendo uma injustiça, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Era só a senhora não ter mandado ele falar com o G. Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso não se faz! Eu não mandei ninguém falar...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas está na mensagem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você continua mentindo, levantando uma calúnia contra mim...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas está aqui!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você está mentindo, Filipe!

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não sou eu!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não posso aceitar uma coisa dessa...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então é o General...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Da mesma forma, eu digo que vocês três sentaram com o G. Dias e tiveram uma conversa...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Está aqui..

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... muito boa, aliás...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Está aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o próprio G. Dias diz isso no celular.

Aliás, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá! Vamos lá!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – O que mais me chama a atenção disso tudo... É a mesma coisa: eu estou com os meus quatro irmãos, a minha mãe vai lá e faz um pudim, e ela pede pra comer no dia seguinte. Aí eu vou lá, como o pudim, um pedaço do pudim, e depois eu fico acusando os meus irmãos de terem comido também. Entendeu? É mais ou menos isso que está acontecendo aqui, sabe?

Infelizmente, a população brasileira, que paga nosso salário em dia, que paga esta CPMI aqui, está vendo uma situação dessa. Infelizmente, pessoas que foram inocentes, que estão presas até hoje, igual a outras pessoas, usando tornozeleiras, que são pagadoras de impostos, que pagam o nosso salário, que bancam o país, estão vendo uma situação dessa.

Mas, Sra. Marcela, eu queria falar pra senhora o seguinte: a população brasileira, gente, é a mesma coisa de vai ter um jogo de futebol no estádio com 60 mil pessoas. Aí, tem um grupo, algum grupo, de 10, 15 pessoas, começa a se manifestar pra ir pra esse jogo, chega lá, faz uma quebradeira lá dentro, e os outros, 60 mil pessoas que estavam lá dentro, têm que pagar por esses que fizeram essa quebradeira, Sra. Marcela.

Queria falar pra senhora o seguinte: nessa situação que aconteceu tudo, que tinha pessoas com máscara de gás, como a senhora mesma disse, com joelheiras e com outras coisas, pra tentar fazer como algumas pessoas falaram, que é terrorismo, eu queria fazer uma pergunta pra senhora: a senhora confirma que também, atrás dessas pessoas, tinha família, tinha idosos, tinha crianças?

É isso que eu quero mostrar pra população brasileira. Tirar essa idolatria, essa ideologia de esquerda e direita, e provar pra vocês que teve inocentes. E esses inocentes não podem pagar por esses vândalos que estavam lá, porque, gente...

Presidente, pelo amor de Deus! A gente tem que identificar essas pessoas que fizeram isso, esses vândalos, que chamam de terroristas também. Se as pessoas terroristas estão soltas, essas pessoas têm que ser convocadas aqui, elas têm que estar aqui! Por que é que não convoca essas pessoas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Marcela foi no chão... Quer dizer, pessoas pegaram e agrediram ela! Cadê essas pessoas que fizeram isso?

Ninguém aqui vai passar pano pra essas pessoas. Tenho certeza de que é unanimidade! Tanto aqui quem é de esquerda e de direita quer que essas pessoas paguem por isso.

Onde é que batem em uma mulher e qualquer pessoa aqui vai aceitar uma situação dessa?! E por que até agora essas pessoas que fizeram isso não foram convocadas até agora aqui?! Fica essa ladainha, essa picuinha aqui, e não querem resolver realmente onde, de fato, é o problema! Pegar essas pessoas que fizeram isso! Esse pessoal que o André Fernandes acabou de dizer que financiou... Vamos convocar essas pessoas aqui! Tem que convocar essas pessoas!

Enquanto isso, tem um cara que vende alface que está com uma torção de tornozelo! Eu estive lá em Lambari, agora, no sul de Minas... Tem um senhor que se chama Marcelo também que está doente para ser convocado! Ele está preso até agora! O que aconteceu? Ele estava na hora da bagunça e viu um rapaz quebrando tudo, roubou a Constituição e queria rasgar a Constituição; ele tomou a Constituição da mão dele. Parece que, na hora em que tomou a Constituição da mão dele, tiraram foto dele, e ele está preso até agora. O advogado está pedindo, implorando pra poder mostrar as imagens pra provar que ele não tomou a Constituição, quem tomou foi outro! E ele está pagando por esse outro e continua preso! E as imagens aqui...

Gente, política pra mim, administração pública se chama transparência. O que menos tem nesta CPMI aqui é transparência. Olhem o que acabou de mostrar isso tudo aqui! Indo atrás de G. Dias, vai atrás de G. Dias, manda assessor ir atrás de G. Dias... Isso não é transparência, gente! CPMI é transparência!

Enquanto isso, tem pessoas, Sra. Marcela, presas e inocentes. Quem quebrou tudo tem que pagar! Essas pessoas que fizeram isso com a senhora aqui têm que estar presas! Mas essas pessoas têm que estar aqui! Essas pessoas vão mostrar pra toda a população brasileira quem financiou, quem motivou... Cadê essas pessoas, Presidente?!

Vamos tomar uma unanimidade aqui, gente! Todos que estão aqui, gente, pelo amor de Deus! Quem é de esquerda, quem é de direita, quem é base governista, quem é oposição... Sentar aqui e falar assim: vamos convocar esse, convocar esse, convocar esse, convocar esse... Essas pessoas que quebraram, que entraram aqui dentro, vândalos, que chamam de terroristas também, têm que estar aqui! Já pensaram se esses terroristas estão soltos?! Já pensaram nisso?

Enquanto tem pessoas inocentes presas! Eu já falei várias vezes aqui e não vou cansar de falar... Eu sou o cara que tenta ser o mais justo possível, e ainda, às vezes, a gente é falho, tem equívoco, tem falha, mas eu estou aqui pelas pessoas inocentes. E não podem pessoas inocentes, como a Sra. Marcela acabou de comprovar, quando tinha um Deputado aqui dizendo que só tinha vândalo, que não tinha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idoso, que não tinha criança... Ela acabou de comprovar aqui, quebra mais uma narrativa de falar que só tinha vândalo no dia 8 aqui! Tinha inocentes! E tem inocentes pagando pelos pecadores! Esses inocentes, população brasileira, esses inocentes, Deputados e Senadores, que pagam os nossos salários rigorosamente em dia, que trabalham pra pagar os nossos salários... Tem pessoas ainda presas. Tem pessoas que foram liberadas que estão sendo humilhadas em usar tornozeleiras, enquanto tem Governador que roubou neste país aqui fazendo turismo, fazendo rede social, fazendo graça no Rio de Janeiro! É isso que me choca aqui neste país aqui! Até quando errado vai ser certo neste país aqui, gente?!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – É esse mesmo! Lalau, Cabral, não sei o que é que é! E mande processar, mande processar! Esse que destruiu o Rio de Janeiro, que tinha prisão de 400 anos, está solto fazendo graça, enquanto o trabalhador que paga imposto rigorosamente em dia, inclusive pra pagar o salário dele e bancar a roubalheira dele, está com tornozeleira!

Enquanto isso, a gente fica aqui brigando. E realmente o que a gente tem, de fato, resolver é defender a população, principalmente quem é injustiçado! E eu estou aqui por eles.

Então, peço, pelo amor de Deus, aqui, Presidente, que estenda esta CPMI até o final do ano, mas vamos convocar... Convoque a Ana Priscila! Convoque aquele cara que quebrou o relógio! Cadê ele pra estar aqui?! Quem quebrou tem que estar aqui, gente! Está na hora de a gente ser produtivo e efetivo nesta CPI aqui. A gente fica pra um lado e pra outro e não resolve! É esquerda, é direita... Olhem pra frente! Vamos começar a olhar pra frente aqui e resolver o problema. Quem tiver quebrado que pague por isso, que seja preso e faça o que for! Agora, a gente tem que identificar aqui essas pessoas e trazer pra CPI! Olhe o tempo que já tem esta CPI aqui já, olhe o custo que fica isto aqui! Será que a gente vai ter a questão de credibilidade e falar, assim "terminou em pizza", mais uma vez?

Então, vamos parar para pensar aqui e refletir um pouco. Está na hora de a gente sentar e falar assim: "Vem cá, pegue as imagens. Esse aqui quebrou, quebrou o relógio; aquela ali gritou, falou que 'missão dada é missão cumprida'. Quem quebrou? Quem agrediu a Sra. Marcela? Traz aqui. São cinco, seis, dez? Traz aqui. Manda prender!". Agora, quem está lá vendendo alface com uma tornozeleira, que nem chegou aqui, Flávio Bolsonaro, na porta, está lá com uma tornozeleira. Isso é justo neste país aqui?

Então, cara, eu falo pra vocês aqui: pelo amor de Deus, Presidente, vamos começar a convocar quem realmente quebrou, quem financiou, quem motivou, porque eu tenho certeza de que todo mundo aqui não vai aceitar uma situação dessa!

Então, fica aqui essa reflexão pra todos nós.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente.

Cumprimentar a todos, cumprimentar a cabo Marcela...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Boa tarde.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... agradecer-lhe pelo seu comparecimento e parabenizá-la por ter honrado sua tropa, sua farda, sua instituição, em sua atribuição, por ter estado em combate. Foi lesionada e ficou no teatro de operações até o final, até a manutenção da ordem.

Cabo Marcela, a senhora trabalhou com o Major Cunha?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – E com o Subtenente Beroaldo?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eles estavam no seu... Junto à sua tropa?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, estavam, sim.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eu quero parabenizar os dois pelo trabalho e todos os policiais da Polícia Militar que estavam em campo trabalhando e dizer aqui que o Major Cunha é mais um dos injustiçados, que acabou perdendo o Comando do BPChoque, tendo lutado tanto contra esses vândalos.

A senhora estava no 8 de janeiro. A senhora consegue dizer quantos manifestantes vândalos estavam ali naquele dia?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Por volta de 11h05, foi quando nós recebemos a informação de que 4 a 5 mil manifestantes estariam descendo, iriam descer rumo à Esplanada. Agora, quantos vândalos eu não tenho condição de dizer ao senhor, mas não era a maioria, era um grupo isolado, realmente, mas organizados. Quantos eu não sei dizer ao senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem.

Esses vândalos que adentraram, estavam tentando adentrar os prédios públicos e causar dano...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, que estavam nos agredindo, somente.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eram quantos, mais ou menos? Cerca de 500, mil?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não, senhor. Eram menos...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Menos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Eram menos...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Menos, não é? Por volta de 5 mil no total, e menos de 500 que eram os verdadeiros vândalos.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – A senhora estava presente no 7 de setembro de 2022?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Qual era a população de manifestantes que estava ali no 7 de setembro de 2022?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não sei dizer ao senhor, mas a Esplanada estava toda tomada.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Cerca de 500 mil, no mínimo, a 1 milhão.

Em 7 de setembro de 2022, houve alguma invasão de prédio público, algum dano ao patrimônio público federal?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Nenhum.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Nenhum.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Ou seja, uma discrepância de número de manifestantes e vândalos que conseguiram entrar nos prédios públicos. Ou seja, houve uma incompetência geral das forças de segurança.

Infelizmente, cabo Marcela, o que a gente vê aqui é que querem botar, colocar a culpa exclusiva na Polícia Militar, mas nós já estamos provando que não é verdade, não é uma responsabilidade exclusiva. Apesar de haver responsabilidade, há uma responsabilidade muito maior das forças de segurança federais, que tinham ciência completa das ameaças, com um efetivo, com manifestantes vândalos com um número muito mais reduzido e não fizeram nada.

A senhora falou que não eram manifestantes, mas vândalos. E aqui é o nosso dilema, cabo Marcela, que nós estamos tentando desvendar, mas, infelizmente, câmeras não são enviadas a nós para individualizar quem é vândalo, quem é manifestante, individualizar condutas e chegar finalmente às



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injustiças das arbitrárias prisões que foram feitas para colocar os cidadãos de bem que poderiam estar ali e não eram vândalos nem adentraram e que perderam a liberdade injustamente...

Mas, cabo Marcela, nós estamos conseguindo, mesmo com essas dificuldades, provar algumas questões.

Vamos à Força Nacional de Segurança Pública, sob o comando do Ministro da Justiça, Flávio Dino. A senhora sabia que eles tinham sete pelotões, quase 300 homens, à disposição no 8 de janeiro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Conforme nós vimos em documentos da própria Força Nacional, apenas dois pelotões foram empregados – apenas dois. Se fossem empregados logo no início, de forma preventiva, teriam auxiliado no conflito.

Eu já percebi que a senhora não quer se manifestar sobre o efetivo condizente. É compreensível, não é atribuição da senhora, mas dessas autoridades elevadas que fizeram essa omissão deliberada e causaram o perigo à vida da senhora. Se tivessem colocado um efetivo condizente, teriam prevenido todos esses ataques.

A Força Nacional de Segurança, os dois pelotões, só, que eles empregaram, tendo sete à disposição, eles empregaram no início para auxiliar na prevenção ou apenas no término das agressões?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Praticamente quando as agressões já tinham sido interrompidas.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Então eles foram empregados praticamente no término, quando as agressões já tinham sido resolvidas. Está aqui mais do que demonstrada a omissão tanto no emprego como na forma de prevenção.

Vamos agora ao Palácio do Planalto.

O que eu trago aqui são algumas declarações do Subtenente Beroaldo, na ação penal promovida pelo Ministério Público, e do Major Cunha. O Sargento – Subtenente agora – Beroaldo:

Durante o recuo nos aproximamos da guarita do Palácio do Planalto, onde um pelotão do Exército [um, apenas, pelotão do Exército] Brasileiro encontrava-se pronto e equipado; solicitei ajuda dos mesmos para nos auxiliar contra a turba, mas recebi a seguinte resposta "não podemos atuar" [não ajudaram a Polícia Militar], insisti para que pelo menos abrisse a [...] [grade] de acesso para que o Pelotão de Choque pudesse se abrigar ali e diminuir, mesmo que de forma precária, o ataque ferrenho que enfrentávamos, e, novamente, recebi como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta que não podiam [...] [atuar]". [Esse foi o nosso Exército Brasileiro no dia 8 de janeiro.]

Diante da aparente inércia do Exército Brasileiro, [...] consegui um espaço na grade de proteção de aproximadamente um metro de largura, onde conduzi a tropa de choque por aquela passagem para a extensão menos conflagrada; já na área (interna) do Palácio do Planalto, onde reorganizamos a tropa e nos salvamos de um massacre certo, com essa atitude, forçamos o Exército [forçamos o Exército] a combater os vândalos também [o que não estavam fazendo na hora].

Na ação penal, o Major Cunha retrata: "Um dos coronéis tentou barrar a nossa entrada quando a gente arrancou as barricadas para se proteger e para poder lutar contra os vândalos, que quem deu a voz de prisão foi a Polícia Militar do Distrito Federal".

A senhora confirma que, dentro do Palácio Planalto, quem deu voz de prisão foi a Polícia Militar que estava enfrentando os vândalos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sr. Deputado, eu não estava presente no Palácio do Planalto, mas, pelos vídeos, sim, foi a Polícia Militar que efetuou as prisões.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem. Voltando ao Subtenente Beroaldo, no Planalto, houve um "embate entre a PM e o Exército". A divergência se deu em razão das prisões dos manifestantes. "O Exército queria libertar todos eles", ou seja, o Exército não ajudou no confronto e, no momento que a ordem estava sendo restabelecida, na hora da prisão, o Exército não queria prender esses vândalos. "O Exército queria libertar todos eles. Inclusive, vários foram soltos pela porta dos fundos do Palácio. Por decisão nossa, da tropa de choque [do nosso Comandante Major Cunha, decidimos que] nós não íamos participar disso. Que quem estava ali estava preso".

A senhora presenciou esses eventos?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Não presenciei, não, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Bem, está muito claro aqui, esses são depoimentos que estão em ação penal, em inquérito policial militar, que as grandes omissões deliberadas foram das instâncias federais, do GSI e do Ministério da Justiça.

Eu agradeço, cabo Marcela, pelo seu comparecimento, pela sua colaboração, que mais faz corroborar todas essas questões que estão tentando ser escondidas desde o começo, essa isenção de responsabilidade das instâncias federais, dos ministros, do Sr. Lula, mas nós estamos aqui demonstrando toda essa verdade ponto a ponto. E, mais que isso, nós vamos chegar a essas arbitrariedades com os manifestantes de bem, que não fizeram nada, mostrar ponto a ponto como foram acusados, presos injustamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Obrigada a V. Exa.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano. V. Exa. tem dez minutos.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caba... Cabo Marcela da Silva, bem-vinda aqui à Casa do Povo.

Antes de começar a minha fala dirigindo a V. Sa., eu quero aqui parabenizar o nosso pequeno, porém grande e aguerrido exército da oposição, que aqui nesta CPMI tem feito a diferença. Nós conseguimos aqui, no alto desses meses, destruir a narrativa de golpe, de terroristas. Nós vencemos aqui, graças a Deus. Não importa como saia o relatório da mão da Relatora, porque nós já sabemos, como eu tenho dito sempre aqui, que o relatório dela já está pronto, nós mostramos a quem era necessário mostrar, ou seja, ao povo brasileiro que, com exceção dos baderneiros que de maneira covarde a agrediram, os nossos irmãos patriotas não são criminosos.

Cabo Marcela, eu estava ouvindo a sua fala e lhe questionaram muito aqui se em alguma outra vez V. Sa. tinha assistido a algum tipo de violência em manifestações e a senhora disse que não. A senhora parece que foi efetivada em 2019, é isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Isso. Sim, senhor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Veja só, Brasília sempre foi palco de manifestações, inclusive manifestações violentíssimas. Em 2013, mais de 1 milhão de pessoas se manifestaram em quase 400 cidades do Brasil, incluindo aqui, houve mais de cem feridos, ninguém foi preso. Em 2014, o MST tentou invadir o Supremo Tribunal Federal aqui de Brasília, 32 policiais da sua corporação foram feridos. Em 2016, mais de 100 mil pessoas tentaram tomar a Esplanada aqui pedindo *impeachment* da Presidente Dilma, e houve violência por parte de algumas pessoas. Em 2017, fizeram uma manifestação contra o Presidente Temer. Mais de 30 mil pessoas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) se manifestaram aqui tentando invadir o Palácio do Planalto e 49 pessoas foram feridas, os prédios públicos foram depredados e 8 policiais da sua corporação, a qual a senhora representa, foram feridos. Então, manifestações sempre tiveram e violência sempre acontece. E para isso vocês estão preparados.

É lamentável ver aqui o testemunho da senhora dizer que tentaram matá-la. É horrível isso. Nenhum brasileiro deve cometer nenhum tipo de crime, nenhum brasileiro; nenhum ser humano deve agredir contra a vida de outra pessoa, principalmente alguém que com farda está lutando pela segurança do seu país, pela segurança do seu povo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me causa aqui espécie é ver a esquerda, essas pessoas que hoje a estão tratando tão bem aqui, estão tratando-a com uma cordialidade, saber que aí onde V. Sa. estava sentada, outros companheiros da corporação estiveram sentados e não tiveram esse mesmo tratamento. Foram xingados, achincalhados, humilhados. Ou seja, aqui é tudo muito seletivo. Quando você fala algo que a Relatora gosta de ouvir, você é aplaudida. Quando você fala algo que o Governo não gosta de ouvir, aí você é achincalhado e humilhado publicamente. Então, nós temos aqui dois pesos e duas medidas.

Desde o início, esta CPMI, contaminada como foi, e hoje, ouvindo aqui os meus amigos, eu ouvi aqui estarecido a fala do Deputado Filipe. Eu estou aqui consternado. Imagine que há suspeição, sobre a Relatora desse caso, que segundo documentos, enviou um seu chefe de gabinete para falar com uma testemunha, em um ato supostamente combinado, ou seja, tudo aquilo que eu venho falando em todas as sessões se cumpre. Isso aqui já está contaminado, já está tudo pronto, foi uma missão dada. E as pessoas que têm juízo têm que obedecer à missão do Governo. Se não obedecerem à missão do Governo, os cargos caem, cargos em seus estados, e coisas mais.

Eu vi aqui uma esquerdista falar aqui atrás, agora há pouco, que em todo lugar que um bolsonarista está há violência. Então, pela lógica, em todo lugar que tiver um esquerdista, um lulopetista, pode também haver corrupção e ladroagem, se esta é a lógica.

Há um velho ditado, que eu aprendi no interior de São Paulo, que diz que a corda sempre arrebenta pro lado mais fraco, e vai acontecer aqui. A sua instituição está sendo mirada, tem um alvo nas costas da Polícia Militar do Distrito Federal. Estão exonerando aqui, tirando qualquer tipo de crime do Exército, da Força Nacional, e por conta disso, trouxeram a senhora aqui, como símbolo de alguém que sofreu agressões. E eu já aqui, não concordo com nada disso. E você... Graças a Deus, você invocou o nome de Deus aqui e disse que Ele a protegeu.

Mas saiba que a maioria das pessoas que hoje aplaudiram-na aqui nem conhecem esse Deus e não temem a Ele. Odeiam tanto a esse Deus quanto aos seguidores deste Deus. E quando se fala no nome dele, cria-se um asco neles, porque o pensamento deles é um pensamento da carta lá do antigo pensamento das escolas da Alemanha, porque Deus para eles é um problema, como o cristianismo é um problema, porque para o socialismo se implementar e o comunismo também, eles precisam matar Deus e a sua religião, porque Deus é um concorrente deles. Porque é sabido que qualquer pessoa que tem fé, quando ela tem um grave problema, antes de procurar o estado, antes de procurar a prefeitura, ela procura Deus. E não se explica, porque o milagre acontece; e exatamente não se explica porque é um milagre! Então, para esse pessoal, esse Deus que invocaram aqui agora, que até aplaudiram a senhora, só presta nesses momentos, quando a narrativa deles está sendo aqui empregada.

Imagine, cabo Marcela, que, se fosse uma outra situação e a senhora estivesse numa luta corporal com um bandido, com um ladrão de celular, com um ladrão de tênis ou com qualquer outra coisa, e a senhora ferisse um bandido desse, essa mesma turma que está aqui ia colocar a senhora no banco dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

réus e ia invocar os "direitos dos humanos", "os direitos dos humanos". Iam querer tirar a sua farda, porque eles têm uma sanha tão grande em prender pessoas... A sanha do esquerdista é essa. Falam em democracia, mas vivem o contrário dela: querem prender pessoas, querem caçar pessoas, querem caçar Deputados, querem caçar Senadores, qualquer um que entre no caminho deles. Olha só o que fizeram com o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

A corda vai arrebentar dentro desse relatório da Relatora para dois lados: primeiro, o do Presidente Bolsonaro – isso já está mais do que claro – e, segundo, o da sua instituição.

Então, não se engane com essa turma, não se engane com eles, porque, amanhã, quando um filho da senhora estiver na escola e estiverem lá vendendo a maconha – porque eles estão lutando aqui para descriminalizar o uso da maconha –, quando todas essas porcarias chegarem à porta da sua casa, eles nunca a irão defender.

Essa CPMI começou contaminada, está contaminada, vai terminar contaminada. Nós aqui acabamos... Só não perdemos tempo, porque, como eu disse no início, nós conseguimos provar para o brasileiro que tudo não passou de uma narrativa da esquerda em tentar colocar na mão ou sobre a cabeça dessas pessoas uma espada de Dâmocles. Querem incriminar inocentes, querem tornar não apenas Bolsonaro, mas todos aqueles que o seguem criminosos, simplesmente porque morrem de medo de que algum de nós acabe se destacando e, no futuro, a direita volte a governar este país.

A sua vinda aqui hoje elucidou mais casos. E eu queria aqui deixar apenas ao Presidente – pena que ele não está aqui, mas espero que ele esteja ouvindo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Onde? Ah, está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Então, quero deixar aqui minhas últimas falas ao senhor.

Sobre o início dessa CPMI, quando o senhor falou sobre a decisão do Ministro Kassio, eu tenho um pensamento, Sr. Presidente: quando esta CPMI se recusa a convocar ou convidar pessoas indicadas pela oposição – pois a CPMI é um instrumento da oposição –, tais como o chefe da Força Nacional, os vândalos, os presos; quando a maioria desta CPMI só conseguiu convocar o General G. Dias aqui depois de meses a fio, sendo ele o pivô da inauguração ou da instalação da CPMI; quando esta CPMI, ao pedir as imagens de dezenas de câmeras do Ministério da Justiça, recebe um "não" diretamente e, depois de reclamarmos muito, eles apelam ao STF, e o STF autoriza a entregar as imagens e mandam para cá duas câmeras, aí reclamamos de novo e mandam mais duas imagens dentre centenas que existem – e isso nós entendemos que é, no mínimo, obstrução da Justiça, prevaricação, destruição de provas importantes, que poderiam inocentar pessoas –; quando esta CPMI coloca sentado aí nesta bancada um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandido confesso, como um *hacker*, e o seu depoimento se torna legítimo e, quando se sentam nesse mesmo banco heróis da pátria, e são eles hostilizados...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... quando esta CPMI aplaude bandidos e espanca psicologicamente soldados; quando a Relatora desta CPMI, sem isenção alguma, trata depoentes de forma desigual – ou seja, quando são inocentes para ela, trata de uma forma bondosa, caridosa, até com olhar de respeito e amor; já os que, segundo ela, são culpados, o tratamento é agressivo, incisivo, com olhar de ódio –, esta CPMI simplesmente cai em descrédito e dá ao STF, Sr. Presidente, o direito também de nos desmerecer, desconsiderar, desprezar e talvez até anular esta CPMI.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Com a palavra, o nobre Senador Girão, por dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente desta sessão.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a cabo Marcela Pinno e seu advogado Diego Pereira. Sejam bem-vindos a esta Comissão.

Minha solidariedade ao que você passou, fazendo o seu trabalho, com muita coragem e ousadia, no bem. Parabéns! Teve uma promoção merecida.

Quero deixar isto muito claro: nós estamos aqui para buscar a verdade, cabo Marcela, sobre o que aconteceu naquele dia.

Tem narrativa política, que a gente percebe, às vezes com o objetivo de confundir a opinião pública, mas os dados estão aí muito claros.

Eu fui um dos requerentes para a vinda da Delegada Marília, que o Ministro do STF Kassio não permitiu, numa decisão inédita em que deixou a possibilidade de não vir. Eu nunca tinha visto isso em CPI, nem em CPMI.

Mas eu não vi essa indignação de alguns que estão aqui.

Vou mudar de lado para olhá-la daqui.

Eu não vi essa indignação de alguns aqui que questionaram. E eu, Presidente Arthur Maia, faço uma crítica forte ao Ministro por não ter deixado a gente fazer o nosso trabalho. Um dos requerimentos é meu. Mas eu não vejo essa indignação, pelo contrário. Eu vi festa, Senador Izalci, na semana passada,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

véspera de feriado, quando o outro Ministro do STF, Ministro Toffoli, anula, numa decisão também monocrática, as provas da Odebrecht da Lava Jato.

Então, houve festa de um lado político. E, aqui, hoje, a gente vê este sentimento de um grupo político ligado ao PT fazendo essa crítica às decisões monocráticas.

Mas eu queria lhe perguntar o seguinte: a senhora, eu estava anotando aqui, estava, por volta de 13h10 – se eu estiver errado, a senhora me corrige –, próxima ao Ministério da Justiça.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Isso mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

A senhora viu, por um acaso, no estacionamento do Ministério da Justiça, a Força Nacional de Segurança?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Nós estacionamos um pouco mais atrás. Eu não identifiquei nenhuma viatura.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não passou pelo local?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Porque, aqui, a gente tem lutado, cabo Marcela, querendo buscar a verdade. E, infelizmente, os governistas ligados ao Governo Lula, que sequer assinaram esta CPMI de que a senhora está fazendo parte hoje, sequer assinaram, que ocuparam esta CPMI para blindar os poderosos – a gente não pode se esquecer disso –, não deixaram a gente chamar o comandante da Força Nacional. Foi negado que a gente ouça da boca dele por que quase 300 homens não ajudaram a Polícia Militar do DF a conter os manifestantes.

Quem liga um neurônio a outro, quem percebe sabe, já entendeu, nestes quase três meses de CPMI que a gente está, que houve omissão do Governo Federal. Se isso vai estar no relatório da nossa Senadora Eliziane Gama ou não...

Me parece que a Senadora já deu até depoimentos, antes de começar a CPMI, de que foi um golpe, uma tentativa de um golpe de um lado político. Eu sei que não estará no relatório dela, mas houve, sim, deliberadamente, uma omissão do Governo Federal, que poderia ter evitado o que aconteceu no dia 8, a depredação, porque, como a senhora já colocou aqui, e eu vi outros colegas lhe perguntando, o grupo não era homogêneo. Tinha um pessoal de linha de frente, violento, que, no pouco que eu conheço dessa área, tinha técnicas de guerrilha, e teve uma turma que foi maria-vai-com-as-outras ali, naquele efeito boiada. O fato é que, esses vândalos, a gente precisa identificar, punir, mas também a omissão de quem poderia ter evitado e não evitou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo respeito à sua corporação, sendo justo, procurando ver toda a verdade, me parece que houve uma omissão também não da senhora, mas de alguns setores da Polícia Militar do Distrito Federal.

Agora, uma pergunta que eu gostaria de lhe fazer. Aquele grupo que a gente vê em imagens, em outros distúrbios que aconteceram, civis... aquele caminhão que joga água, como é o nome dele?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Centurion.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Hã?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Centurion.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Centurion.

Ele estava na Esplanada dos Ministérios naquele dia?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim. Sim, ele estava. Na retomada, os dois Centurions estavam. Nós possuímos dois blindados no Batalhão de Choque.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas ali no início a gente não... Pelo menos nas imagens, a gente não percebeu...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não, não sei informar ao senhor, porque o Centurion atua junto à tropa de choque, Choque "Alfa". Eu sou Patamo "Alfa". Eu não atuo junto ao Centurion.

Eu fui atuar junto ao Centurion quando nós nos tornamos uma tropa só do BPChoque.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

Porque ali, aquele Centurion poderia também ter reforçado e evitado essa quebradeira desse grupo diminuto...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... no meio de 5 mil – 4 ou 5 mil – pessoas.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – É, tanto que a retomada foi feita com os dois Centurions à frente da tropa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

Bom, nós vamos continuar aqui tentando saber onde é que estava a Força de Segurança Nacional, porque tem um Senador da República, o Senador Sergio Moro, que foi Ministro da Justiça e que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregou a Força de Segurança Nacional em alguns momentos, sem precisar de autorização de Governador.

E, dessa vez, o Ministro da Justiça, Flávio Dino, não empregou e não deixa a gente ver as imagens. O que mais podem revelar, Senador Izalci? Além dos pelotões parados, o que mais podem revelar as imagens das quase 200 câmeras que tem lá, dentro do Ministério da Justiça? Pessoas que estavam lá dentro? Autoridades? Será?

A gente precisa saber. Esta CPMI precisa terminar de forma ordeira.

Tem um grupo criminoso... O jornal *Diário do Nordeste*, lá do Ceará... Quero colocar aqui, foi falado já, há pouco tempo, eu entrei até com um requerimento também, querendo saber... Um grupo criminoso no Ceará financiou e organizou atos antidemocráticos no dia 8 de janeiro.

Esse assunto, Sr. Presidente, a gente precisa investigar. Grupo criminoso do Ceará? A gente sabe que a população do Ceará vive um terror. Já teve explosão de ponte, já teve uma série de situações lá totalmente fora do controle – a omissão do Estado do Ceará, inclusive. E crime organizado do Ceará, isso aqui é algo que a gente precisa investigar. Essa CPMI não pode fechar os olhos, não vai fechar os olhos para isso, não. Nós vamos cobrar com relação a isso.

Para finalizar, eu queria passar um vídeo, rapidamente. Eu acho que dá tempo ainda. Um vídeo, para a gente concluir.

Obrigado. (*Pausa.*)

Eu queria só depois que se recuperasse o tempo para eu concluir com o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Olha, o tempo já terminou, mas eu queria, só porque demorou a entrar, Sra. Presidente, voltar a esse assunto, porque tem o diálogo aqui do G. Dias com o Ministro Múcio, que, na próxima reunião da CPMI, quinta-feira, eu quero resgatar – com relação a esse vídeo –, porque a questão está escandalosa: o festival de mentiras para esconder a omissão do Governo Lula no dia 8 de janeiro, que poderia ter evitado tudo que aconteceu, mas deixou acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Obrigada a V. Exa. pela compreensão com o tempo.

Senador Izalci e, depois, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a cabo Marcela e, mais uma vez, dizer da minha admiração pela Polícia Militar, pela instituição da Polícia Militar. Nós já tivemos fatos, como foi narrado aqui pelo Deputado, de eventos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um milhão de pessoas aqui. Tivemos o *impeachment* aqui, lotada a Esplanada também, movimentações de queima, inclusive, aqui do Ministério das Relações Exteriores, quebrando vidros, quebrando tudo, e a Polícia Militar sempre colaborou e sempre deu conta do recado. Então, quero aqui, mais uma vez, reforçar isso.

Agora, hoje, eu nem tinha me inscrito para falar, porque eu... era requerimento da Marília. Eu quero, primeiro, Deputado Rogério, sem citá-lo – para não dar margem a ter que responder –, ninguém está culpando aqui o Governo Federal de ter agido. O que nós estamos aqui... e já está mais do que comprovado que poderia ter sido evitado. Óbvio que teve falhas na Polícia Militar, ninguém nega isso, mas eu fico, assim, admirado – eu tenho a maior admiração pela competência da Relatora, Eliziane Gama; fomos colegas na Câmara Federal e agora no Senado –, mas eu fico, assim, numa CPMI, onde você está aqui... Veio o General G. Dias, que a gente aguardou aqui... Conseguimos aprovar esse requerimento, assim, num milagre – acho que esqueceram, e aprovamos o G. Dias. Ele vem... Antes dele, veio o Saulo, que é da Abin, o adjunto da Abin, que mandou 33 alertas desde sexta-feira. Todo mundo sabe que, sexta-feira, inclusive o Presidente Lula já sabia. Quando o G. Dias ligou para ele, ele disse: "Já sabia".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Agora, nos relatórios, não faltou inteligência, faltaram decisões, porque houve omissões.

Então, veja bem, o G. Dias diz assim: "Vou disponibilizar o meu sigilo, pode pegar meu celular". Aí do Saulo, que já tinha disponibilizado, já tinha ofertado aqui o celular e todo o..., inclusive para fazer qualquer acareação, nós recebemos, vimos o relatório dele, 126 páginas, falando com o G. Dias. Aí você pega o celular do G. Dias; não tem nada até 1º de maio, só tem a partir de 1º de maio! É óbvio que foi tudo... Ele estava muita à vontade para isso.

Agora, o que me constrange – e até chego a ficar indignado com isso, com essas ações – é a CPMI, que tem obrigação de desvendar todo o mistério, chegar à verdade, porque o que a população quer é a verdade... Ninguém quer saber aqui, ninguém está defendendo ninguém aqui que tenha quebrado nada; muito pelo contrário, cada um pague pelo seu erro individualmente. Agora, a CPMI se negar a aprofundar a investigação? Ora, imagine se fosse o celular do Mauro Cid, que tivesse apagado tudo isso. Seria um escândalo nacional, estaríamos aqui, há um mês, falando sobre isso nos jornais todos. Aí o G. Dias chega, com a maior cara de pau, oferece... e a polícia chega e não encontra nada. E, no celular do Saulo, que está aqui, tem esse diálogo, e não há essa correspondência no celular...

Aí eu peço ao Presidente para que a polícia, que é uma das mais competentes que tem no Brasil, que é a Polícia Civil, que é a Polícia Legislativa, se aprofunde nisso. Nós queremos saber. Isso deve estar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas nuvens, estar em algum lugar. Eles não recuperam o celular de todo mundo? Por que não buscar essa verdade?

O Ministro Flávio Dino – que é Senador, foi Governador, foi juiz – se nega a entregar as imagens do Ministério da Justiça. Todo mundo sabe que lá tem câmeras e mais câmeras, em todos os andares, para todo lado; tem câmera, inclusive, que dá todo o visual da Esplanada, inclusive lá da rodoviária para cá, tem tudo! Aí, simplesmente: "Não, só posso entregar com autorização do Supremo". Aí o Supremo chega e diz assim: "Ó, tem que entregar". Ele não entrega, entrega dois vídeos, e a CPI não faz nada. Aí fica indignado quando o Ministro Nunes dá uma decisão dessa. Eu também fico indignado, mas você tem que ter coerência. Você não pode ficar indignado somente com uma decisão; as outras também têm que ser questionadas, como essa do Ministro Toffoli, que é um absurdo total.

Monocraticamente, uma pessoa mete a caneta e destrói todo um trabalho de anos e anos aí. E não foi ninguém que me contou, não, eu participei da CPI. O Paulo Roberto Costa devolveu trezentos e tantos milhões. Ninguém devolve o que não roubou. E eu estive em Curitiba e perguntei lá pro Pedro Corrêa, do PP: Pedro, quem é que indicou o Paulo Roberto pra Petrobras? "O Presidente Lula".

Então, ninguém está... Agora, a CPMI, quando questionaram a questão da decisão do ministro... Eu faço um apelo – não sei se o Presidente está aqui ainda, mas V. Exa. o está substituindo – de que a gente que leve ao conhecimento dos Presidentes da Câmara e do Senado, pra gente tomar providências. A CPMI está ficando desmoralizada, é um instrumento tão importante que eu vejo que agora não tem importância nenhuma. Vem quem quer, faz o que quer, diz o que quer, e a gente não tem... não é? Eu que participei de todas as CPIs até hoje nunca vi um caso como este aqui da CPMI.

A gente fica desmoralizado. Com todo respeito que eu tenho pela Senadora Eliziane, que é muito competente naquilo que faz, mas ela está muito nessa linha de cumprir uma missão. E está buscando fundamentar uma coisa que é insustentável. Você não tem como fundamentar uma decisão pra dizer que o Governo Federal não se omitiu nisso. Foi o Governo Federal que provocou? Não, todo mundo sabe que não. Mas poderia ter sido evitado? Sim, está claro isso.

Então, eu faço um apelo aqui aos membros da CPMI e, em especial, ao Presidente da CPMI, à Relatora, que não omitam as informações principais do relatório. Lógico que nós vamos fazer... eu, particularmente, sempre fiz. Em todas as CPIs sempre tem um relatório independente, é só buscar – Petrobras, Carf e Lei Rouanet, BNDES, está tudo lá, da Covid –, e vou fazer também nesta daqui.

Então, pra não ficar muito essa disparidade de informações, de provas, que a Relatora dedicasse um capítulo, alguma coisa relacionada a essas omissões do Governo Federal. Alguém tem dúvida de que o Governo Federal poderia ter evitado isso? Nenhuma. Nenhuma. E tem comprovação aí: a Força Nacional estava lá no estacionamento do Ministério da Justiça, e não foi acionada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aqui o Comando Militar do Planalto, nós temos a Polícia do Exército, nós temos o BGP, que é o Batalhão da Guarda Presidencial, todos têm obrigação de atender a qualquer chamamento da Presidência da República, ou do Ministro da Justiça. E conforme tem documento também aí, você tem... Após a decisão tomada, são 15 minutos, 25 minutos de deslocamento. Então, como aconteceu aqui, quando a PM chegou, de fato, em cinco minutos, acabou tudo. E eu fiquei: que interessante; o maior golpe do mundo. Eu nunca vi golpe com estilingue. O que tinha mais aí no relatório, hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, tinha estilingue, tinha um negócio de pedra, não sei o quê.

Agora, de fato, o contingente era mínimo.

E eu até perguntaria, cabo Marcela – só uma dúvida que eu tenho –, se V. Sa. tomou conhecimento, antes, é óbvio, ou durante o processo, de se o comando, o comando da Polícia Militar de fato tinha algum indício de que não faria nenhuma ação para evitar tudo isso.

No quartel, onde... lá no centro de formação, V. Sa. percebeu isso ou foi informada de que a polícia não faria nada no dia 8 de janeiro?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ou antes de...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não. Não tenho esse tipo de informação para passar para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem nenhuma...

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tinha nenhuma sinalização com relação a isso?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Na minha competência, nas minhas funções, não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

Então, as minhas considerações, aproveitando a volta do Presidente...

Presidente, eu comentei aqui e, se V. Exa. puder tomar alguma providência nesse sentido, eu vi aqui quando foi apresentada a decisão do Ministro Nunes.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exa. ficou revoltado e eu também, indignado que uma decisão monocrática impeça... Porque a pessoa tem que vir aqui. Acho que pode até ficar calado, mas dizer pro depoente não comparecer é um negócio, assim, fora do normal, nunca vi isso em CPMI. Da mesma forma é com relação ao Ministério da Justiça. Não tem sentido a CPMI não ter informações das câmeras do Ministério da Justiça, não tem sentido o Ministro Flávio Dino não dar, de fato, a resposta que a CPMI pediu, negando informações.

Então, se a gente quiser manter o instituto da CPMI, o instituto da CPI, que é um instrumento importantíssimo do Parlamento, a gente precisa reagir a isso, porque, senão, daqui a pouco, sequer informações vão nos encaminhar, seja qualquer órgão, porque nós estaremos desmoralizados com relação à falta de uma atitude mais forte, não digo que só de V. Exa., mas a Casa precisa reagir, seja o Senado, seja a Câmara, para que a gente possa ter o nosso direito restabelecido, as competências do Congresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o último orador dos membros da CPMI, que é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde a todos, Presidente, Relatora.

Cabo Marcela, Dr. Diego, bem-vindos a esta Comissão.

Eu também começo parabenizando a senhora pela sua atitude de coragem, pela sua disposição de cumprir o seu dever e falo que a senhora hoje foi usada por Deus pra que nós presenciássemos um milagre aqui nesta Comissão hoje, que foi extrema-esquerda elogiar um policial militar. Eu confesso que, assim, eu tenho mais de 20 anos na vida pública e eu já presenciei inúmeras manifestações de partidos da extrema-esquerda pedindo o fim da Polícia Militar. Então, já é uma coisa positiva que esta CPMI conseguiu, Presidente. Eu fico muito feliz com isso.

E eu quero dizer também pra senhora, cabo Marcela, que está errado quando a senhora fala de vândalos, de manifestantes. Quem tentou fazer isso com a senhora é assassino, tentou tirar a sua vida, porque quem bate com uma barra de ferro na cabeça de alguém e o capacete fica daquela forma tem que estar preso por tentativa de homicídio. E eu falo isso com muito orgulho porque, enquanto era Deputado Estadual no Rio de Janeiro ainda, eu participei de uma mobilização gigante no Rio de Janeiro, uma grande mobilização em que eu fui a dezenas de batalhões e delegacias pegar abaixo-assinado dos nossos policiais pra que fosse aprovado aqui nesta Casa o projeto de lei que tornava hediondos os crimes cometidos contra as vidas ou contra a integridade física de servidores da segurança pública. Eu me lembro de que a gente chegou com montanhas de papéis de abaixo-assinado, botamos na mesa do então Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que prontamente pautou o projeto e hoje está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em vigor, Lei 13.142, de 2015, e é aqui que tem que ser tipificado quem fez isso, quem tentou fazer isso contra a senhora. Então, toda a nossa solidariedade.

Eu queria pedir pra botar o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – A senhora já respondeu que esteve aqui no 7 de setembro de 2022 trabalhando. Pra quem não lembrava o tamanho da manifestação, eu não consigo, sinceramente, mensurar quantas milhares de pessoas tinham aí, mas essa é a manifestação do dia 7 de setembro de 2022. E, segundo algumas pessoas dizem aqui, onde há bolsonarista, há violência.

Está aí, acabamos de ver que não.

Pode botar o vídeo 2.

Esse é o padrão das manifestações de direita.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É isso aí, esse é o padrão das manifestações de direita, que querem dizer... Querem associar o 8 de janeiro a essas pessoas, que estavam sempre, por vários anos, nessas manifestações pacíficas. Nós vemos famílias, pessoas de bem; não tem ladrão ali. Você vê que os R\$5 vão e voltam no meio da multidão, pessoas que não se conhecem...

Presidente, eu quero reforçar aqui um pedido, porque eu também fiz o requerimento para que nós pudéssemos pedir o compartilhamento das informações com o Supremo, com a PGR, a Polícia Federal, o Ministério Público do Estado do Ceará, a Polícia Civil do Estado do Ceará, já que lá as investigações mostraram que uma facção criminosa originada no Ceará foi responsável pelo financiamento, pelo apoio, pela organização e pelo fretamento de ônibus na cidade de Fortaleza para Brasília, com o objetivo de participar dos atos violentos que depredaram a sede dos três Poderes na capital federal.

E me estranha muito não haver uma mobilização por parte da bancada de apoio ao Governo Lula aqui nesta CPMI de prontamente não nos apoiar nesse requerimento, porque, se há uma linha propalada por eles próprios de que vamos seguir os financiadores, por que, quando é uma facção criminosa, Deputado André Fernandes, que se constatou que teria financiado, de alguma forma, as pessoas para virem para cá, não há um interesse? Isso pode explicar o perfil da pessoa que agrediu a cabo Marcela. Isso pode explicar por que tinha pessoas com esse perfil, como aqui nós vamos ver no próximo vídeo.

Bota o próximo vídeo aí, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando em facção criminosa, vamos ver...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É, esse aí talvez explique o desinteresse da bancada de apoio ao Governo Lula em termos as informações compartilhadas com os órgãos de investigação, para que a CPMI possa fazer, se for o caso, essa vinculação.

Qual foi a facção criminosa do Ceará que bancou pessoas virem pra cá pra praticar atos violentos, como, por exemplo, quem pode ter cometido essa tentativa de homicídio contra a cabo Marcela?

Cabo, só uma pergunta pra senhora... A senhora falou da... Foi discutido muito aqui sobre os efetivos, e, se a senhora tivesse mais 200 policiais junto com a senhora, a senhora acha que conseguiria evitar essas invasões e depredações?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO (Para depor.) – Se o efetivo do BPChoque estivesse empenhado, nós teríamos evitado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Se o do BPChoque estivesse empenhado.... E seria em torno de mais ou menos o quê? Duzentos homens?

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Um pouco mais: quase 300.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Você vê que era possível evitar o 8 de janeiro. Por exemplo, se a Força Nacional, com os seus efetivos, tivesse sido empregada, talvez nós... Talvez não, com certeza nós não teríamos o dia 8.

Então, Presidente, eu quero só terminar dizendo que eu espero, sinceramente, cabo Marcela, que a Justiça possa reconhecer os seus agressores, para que sejam condenados por terem praticado crime hediondo, com base na Lei 13.142, de 2015, porque o que houve foi uma tentativa de homicídio de um policial militar.

Então, parabéns à senhora, parabéns à PM do DF.

A SRA. MARCELA DA SILVA MORAIS PINNO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia, pelo tempo de cinco minutos, pela Liderança do Governo.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Não, não tem ninguém até agora inscrito. A não ser que alguém se inscreva.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Eu, pela oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. fala primeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, é porque a regra do Parlamento é que o Governo fala por último. V. Exa. fala primeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, isso é regra... Isso é regra da... Isso é regra do Parlamento. *(Risos.)*

O Governo sempre é atacado e, portanto, sempre fala por último. Isso é regra do Parlamento.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É uma regra consuetudinária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Excelência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente e povo brasileiro que nos acompanha ao vivo neste momento, a Relatora, pra se defender, ataca, e ataca mentirosamente. Mas tem mais. Tem mais mensagens.

Em conversas do General G. Dias com o Lula, jornalista... Trata-se do Sr. Luís Costa Pinto, do *Brasil 247*.

O Lula, jornalista do *Brasil 247*, me parece que, pelas mensagens, foi apresentado ao General G. Dias pelo Paulo Okamoto, *Brasil 247*, que passou a receber verbas de publicidade da Secom. E Luís Costa Pinto, do *Brasil 247*, me parece, Senador Flávio, que está prestando uma espécie de consultoria de imagem para o General G. Dias. Será que ele está sendo pago por verba de publicidade da Secom, Sr. Presidente? Acho que nós temos que investigar isso.

Mas, em conversa do General G. Dias com o Lula, jornalista do *Brasil 247*, seu assessor de imprensa praticamente, ele diz o seguinte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General G. Dias: "Bom dia. O João me disse que você faria algumas perguntas que a Eliziane...". Lula, jornalista: "Isso. Mando até meio-dia e meia, nos encontramos lá 16h no João". G. Dias responde com um joinha. O Lula, jornalista, depois de alguns minutos, manda o mesmo documento que eu citei na minha fala, que contém perguntas e respostas praticamente idênticas às que a Relatora fez ao General G. Dias aqui! Aí o Lula, jornalista, após mandar esse documento, diz o seguinte: "Aí, pra falarmos mais tarde e pensar as linhas de respostas. Firmes, diretas e pragmáticas". O General G. Dias responde: "Obrigado".

Isso no mesmo dia em que a Senadora Eliziane Gama pede para o seu chefe de gabinete encontrar o General G. Dias.

Então, em que pese o meu respeito pela Senadora, fatos são fatos, Sr. Presidente. Não adianta ela aqui tentar, pra se defender, atacar, dizer que: "Ah, vocês também procuraram o Gabriel, filho do General G. Dias".

Eu faço um desafio à Senadora. Eu proponho ao senhor, a V. Exa., Presidente desta CPMI – e quero ver se a Senadora Eliziane Gama, Relatora, vai topar –: vamos trazer mais uma vez o General G. Dias, sob juramento, Relatora, e questioná-lo se ele encontrou qualquer um de nós e se ele encontrou o seu chefe de gabinete. A senhora aceita? Porque nós temos mensagens, inclusive, do senhor assessor de imprensa, o Sr. Luís Costa Pinto, do *Brasil 247*, que está recebendo dinheiro da Secom, dizendo o seguinte: "Ah, o Filipe Barros, o André Fernandes, o Nikolas não prestam. Diga ao Gabriel não encontrar ninguém deles. São todos do PL". Então, deixo aqui o desafio público à Senadora Eliziane Gama: vamos trazer mais uma vez aqui o General G. Dias, sob juramento, e vamos questioná-lo, Senadora, se ele encontrou o seu chefe de gabinete ou se ele encontrou qualquer um de nós – ou o filho dele ou qualquer pessoa que seja, cachorro, papagaio, enfim... Vamos questioná-lo, sob juramento, com essas perguntas.

Agora, essa mensagem que eu li agora, Sr. Presidente, é muito ruim para a Senadora e para a imagem desta Comissão. V. Exa. tem tido um trabalho imenso, desde o início desta CPMI – e aqui eu quero parabenizá-lo publicamente –, pra tentar trazer a imparcialidade pra esta CPMI, imparcialidade que o Governo, desde o início, não quis, que tentou comprar Parlamentares com emenda parlamentar...

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... pra retirar assinaturas desta CPMI. E, agora, pelas mensagens do General G. Dias, se revela o combinado da Senadora Eliziane, dito pelo jornalista Luís Costa Pinto, do *Brasil 247*, trocando perguntas e respostas com o General G. Dias, que já haviam sido previamente acordadas com a Senadora.

Isso é grave para a imagem deste Parlamento, grave para a imagem desta CPMI! E a Senadora deve explicação não apenas ao Parlamento, mas ao povo brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Três minutos para a Senadora responder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu só vou... Eu só peço...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que coloquem o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, ela é Relatora, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Não, não, eu vou responder... Ele citou... É só pra eu ler ali pra eles.

De G. Dias para o Gabriel Dias Filho: "Me passa o nome de quem te procurou pra eu passar para o João fazer uma análise".

De Gabriel Dias para o G. Dias: "Nikolas Ferreira, Filipe Barros e André Fernandes".

De G. Dias para o advogado: "Nikolas, André Fernandes e Filipe Barros procuraram o Gabriel para conversar".

"A conversa foi boa?"

"Foi."

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Topa o desafio?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Topa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Era bom vocês falarem da conversa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Topa o desafio?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês querem desviar o foco, vocês estão se desesperando. Vocês estão chegando à reta final da CPI desesperados. Esse é o problema de vocês. Aí vocês estão desesperados.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Aceita o desafio?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O cerco está fechando, e aí vocês criam um cenário para tergiversar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Vai aceitar o desafio?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... pra mudar o foco da CPI, mas a gente não vai mudar, não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Vai aceitar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A CPI está firme, o relatório está firme...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere aí. A Relatora está falando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e nós apresentaremos um relatório conclusivo.

Então, é absolutamente compreensível, diante do desespero dos bolsonaristas.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Aceita ou não aceita?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Aceita?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o último orador inscrito, que é o Deputado Rogério Correia, pela Liderança do Governo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Daqui a pouco, virá a gritaria. Espere, porque a gritaria virá.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – E o vídeo não encontram...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – E o vídeo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Já começou.

É porque é assim: o desespero é tão grande que é preciso tentar fazer com que a CPMI não seja concluída. Então, a gritaria já foi o método feito aqui várias vezes. Agora, o método é da mentira e de desviar evidentemente dos assuntos. Acham que a gente é bobo ou otário. Não.

Esse grupo criminoso do Ceará que nunca foi visto pela Abin em lugar nenhum eles querem trazer aqui. Por quê? Seria uma forma de evitar com que Mauro Cid, este sim, que está delatando e fazendo a delação premiada, fale realmente o que está acontecendo. E Mauro Cid está falando. Ele já disse que generais virão, que eram bolsonaristas, e o próprio Jair Bolsonaro estará delatado por Mauro Cid. É claro que o desespero é imenso, porque não vai ter outra solução nesta CPMI a não ser indiciarmos Jair Bolsonaro como o articulador desse processo golpista que existiu no Brasil e que atacou e quase matou a cabo Marcela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora querem arrumar uma facção criminosa. Como muitos deles são ligados a milícias, é possível que eles tenham esse contato, porque nós não temos o menor contato e não vamos convidar milicianos e muito menos vamos convidar bandidos para virem sentar aqui. Não.

Convidamos o *hacker*, que foi aquele que Carla Zambelli levou para tomar café da manhã com Jair Bolsonaro. E o Jair Bolsonaro não nega... Ele que esteve com ele, segundo vocês, um bandido!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Salvou o Lula.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sentou com ele lá o Jair Bolsonaro, para pedir ao *hacker* para fazer com que as urnas fossem desmoralizadas. Isso que fez Jair Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Salvou o Lula.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Falei que a gritaria iria começar e começa do filho do Bolsonaro. É o que grita mais alto nessa hora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Estou falando baixinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, Presidente, é assim.

Então, é óbvio que nós não vamos cair, Senadora, nas provocações daqueles que não querem que a CPI termine.

Quem atacou a cabo Marcela, quem atacou os policiais...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Descobriram?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... foram bolsonaristas que estavam lá para fazer parte de um processo de golpe. Isso está cada vez mais claro e mais nítido. Não adianta dizer que a responsabilidade disso é do Presidente Lula e que ele, após ganhar as eleições, queria que houvesse uma confusão... Olha que tese mais ridícula! Que tese mais idiota, sem conteúdo, sem processo! Só mesmo quem é negacionista para acreditar nisso.

Aliás, são tão negacionistas que não sabem que existe feminino de soldado, que é soldada. São negacionistas até da língua portuguesa. São negacionistas do feminino. Existe sargenta, existe coronela. Sabiam que existe generala? Isso tudo existe na língua portuguesa. Mas o negacionismo da mulher é tão grande, porque a mulher tem que ser... Segundo eles interpretam na Bíblia, pastores malucos fazem esse tipo de interpretação de que a mulher é ser secundário na Bíblia, porque na verdade, entre os verdadeiros cristãos, isso não pode ocorrer de forma alguma.

Então, veja bem, o desespero vai tomando conta. E aí é preciso tentar achar uma facção criminosa para que ela substitua o Mauro Cid. Mas não vai ter isso. Mauro Cid...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – É a polícia do Ceará, não é a gente, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, aqui o filho do Presidente já veio dizer da facção criminosa do Ceará, sem conhecer. Eu achei que outro é que conhecia.

Então veja bem, começam a querer colocar coisas aqui que realmente tentam melar o processo da CPMI. Mas é preciso que a gente deixe claro, Presidente, apesar da gritaria – eu disse que a gritaria...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... ia começar, o desespero toma conta.

E é claro que haverá na Comissão Parlamentar de Inquérito um relatório, e o relatório irá para o Supremo Tribunal Federal. Esse é o problema seu. Vocês deram um tiro no pé...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e um tiro enorme. E sabendo agora que o relatório vai mostrar o que foi a tentativa de golpe, vocês não querem que tenha um relatório. Mas haverá um relatório da CPMI, ele irá para o Supremo Tribunal Federal. É com ele que Xandão vai ter, inclusive...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Xandão?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Xandão, que é o que vocês temem. Ele terá...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Respeita o Ministro.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ele terá, o Ministro Alexandre, Xandão, ele terá os instrumentos políticos para poder fazer aquilo que eles próprios aqui criaram e que foi a maioria do Congresso Nacional através da sua Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então deram um tiro no pé.

E o Presidente do PL, o honestíssimo Valdemar Costa Neto, outro dia estava apavorado: "Eu falei pra não fazer", e jogou a culpa nos novatos. Falou que foram os novos, que não queria CPMI, mas não, foram os velhacos também, e o próprio Jair Bolsonaro, que ficou pedindo pra fazer CPMI.

Então, não se desesperem. Terá um relatório, e a verdade virá no relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Muito bem.

Eu quero agradecer a presença da nossa depoente e dizer, cabo Marcela, que a senhora me lembrou um personagem emblemático da história da minha terra, que é Maria Quitéria. Maria Quitéria,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante a guerra de independência da Bahia, ela, mulher, teve que cortar os cabelos, se vestir de uniforme de homem para poder combater o exército português pela libertação do Brasil. Foi denunciada pelo seu pai, que a estava procurando há duas semanas, não sabia o seu paradeiro e, quando descobriu, denunciou ao comandante. Mas ela foi uma grande guerreira e hoje, inclusive, é uma das patronas do nosso Exército.

A senhora agiu com bravura, a senhora honrou a sua farda. Aqui nessa CPMI, eu tenho visto às vezes alguns depoimentos de militares que nos envergonham, mas a senhora, sem dúvida, é o modelo do policial de que o Brasil precisa. Parabéns! Continue na sua luta. A Polícia Militar de Brasília e as forças de segurança do nosso país certamente terão a senhora como exemplo.

Quero parabenizar e agradecer aqui a presença do meu colega, Dr. Diego Pereira, que não teve muito trabalho hoje, justiça se faça, mas certamente, se fosse necessário, saberia fazer valer a sua condição de advogado aqui da depoente.

Não havendo nada mais a tratar... *(Pausa.)*

Ah, sim. A senhora quer falar mais cinco... Não.

Não havendo nada mais a tratar, convocando uma nova reunião para a próxima quinta-feira, nesse mesmo recinto, às 9h, para ouvirmos o depoimento do General Dutra, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Duda Salabert, Josenildo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado e Carlos Veras, e ainda dos Parlamentares Wilder Moraes, Jaime Bagattoli, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Carlos Jordy, Prof. Paulo Fernando, Marcel Van Hattem e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Otto Alencar, Duarte Jr., Amanda Gentil, Dagoberto Nogueira, Rodrigo Gambale, Rubens Pereira Júnior e Pastor Henrique Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às treze horas e nove minutos, a reunião é suspensa. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Gustavo Henrique Dutra de Menezes. Finalidade: Depoimento de Gustavo Henrique Dutra de Menezes. Oitiva do Gustavo Henrique Dutra de Menezes, General, em atendimento aos requerimentos 18/2023, 134/2023, 139/2023, 232/2023, 303/2023, 347/2023, 359/2023 e 674/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campanha.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1 de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes da República em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Gustavo Henrique Dutra de Menezes – Requerimento 134. O General Dutra é convocado na condição de testemunha.

Solicito que o depoente, Gustavo Henrique Dutra de Menezes, seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

General Dutra, nós estamos aqui hoje já na 18ª Reunião desta CPMI e temos aqui tido a oitiva de várias pessoas, como o senhor sabe, que, de alguma forma, se relacionaram com os acontecimentos, tanto os acontecimentos anteriores ao dia 8 de janeiro como o próprio dia 8 de janeiro.

Naturalmente, V. Exa. está aqui na condição de testemunha, não pesa sobre o senhor nenhuma acusação. E eu tenho certeza de que o depoimento de V. Exa. vai contribuir muito para o andamento e para a conclusão dos nossos trabalhos.

Portanto, seja bem-vindo!

Quero dizer que, desta Presidência, pessoalmente, a minha sincera e honesta homenagem ao Exército Brasileiro. A minha visão é a de que o Exército Brasileiro teve um papel muito importante para que estejamos, hoje, neste momento, conduzindo a vida democrática do país, com um Presidente da República eleito governando este país, com o Parlamento funcionando, com todas as instituições funcionando. Portanto, eu sei que o Brasil tem esse reconhecimento a essa instituição muito importante, que são as Forças Armadas.

Eu vou ler aqui o termo de compromisso para o senhor responder. Em seguida, nós vamos iniciar o depoimento.

V. Exª. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Prometo, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Exª está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Nós temos aqui um procedimento que se dá da seguinte maneira: passarei inicialmente a palavra ao senhor para que possa falar durante 15 minutos. Em seguida, a Relatora, Senadora Eliziane Gama, fará os questionamentos que desejar; a Relatora não tem um tempo determinado, ela pode usar o tempo que desejar para fazer os seus questionamentos. Em seguida, de acordo com a lista de inscrição, a palavra será passada aos Srs. Parlamentares, que terão dez minutos. Nesses dez minutos, na verdade, há uma inquirição, eles podem perguntar ao senhor. O senhor responde, dentro desses dez minutos, que estão contando no tempo do parlamentar. Então, quando ele estiver satisfeito, ele pode interromper a pergunta e dizer que já está satisfeito.

Portanto, iniciando os nossos trabalhos, eu passo a palavra, então, ao senhor pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu pergunto a V. Exa. se eu posso fazer uso de alguns eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro que sim.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já foi feito.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Exmo. Sr. Deputado Federal Arthur Maia, Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Exma. Sra. Senadora Eliziane Gama, eminente Relatora; Exmas. Sras. Senadoras; Exmas. Sras. Deputadas; Exmos. Srs. Senadores; Exmos. Srs. Deputados; senhoras e senhores aqui presentes; recebam o meu cordial bom-dia.

O Exército Brasileiro se faz presente em todo o território nacional, organizado em oito Comandos Militares de Área, sob a responsabilidade de sete oficiais-generais de Exército e um oficial-general de divisão.

Assumi o Comando Militar do Planalto em 8 de abril de 22, o único Comando Militar de Área comandado por um oficial-general de divisão. O Comando Militar do Planalto possui um histórico de atuação efetiva e coordenada com os órgãos de segurança pública locais.

Nesse sentido, pode-se destacar a atuação do CMP como coordenador de segurança diária na operação pós-atividade, que envolveu a participação de mais de dez mil agentes de segurança e que foi realizada com pleno êxito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa atuação de forma sinérgica não foi diferente durante as manifestações populares que tiveram início em 30 de outubro de 22 na Praça dos Cristais no Setor Militar Urbano. Inicialmente, as manifestações surgiram com uma concentração de pessoas com pautas diversas e evoluíram para um acampamento com estruturas que possibilitaram a permanência por 70 dias, até a sua completa desmobilização, no dia 9 de janeiro de 23.

Independentemente do local onde tenha ocorrido, há que se destacar que, naquele momento, não cabia ao Exército fazer qualquer juízo de valor quanto ao teor das reivindicações ou o controle de legalidade das pautas reivindicadas por tais movimentos, sob pena de caracterizar eventual abuso de autoridade. Vale ressaltar que, em novembro de 22, conforme noticiado na imprensa, a própria Polícia Militar do Distrito Federal encaminhou ofício ao Supremo Tribunal Federal afirmando que as manifestações que ocorriam em frente aos quartéis eram legítimas, conforme o eslaide número um. À época dos fatos, a postura adotada pelo Exército Brasileiro baseou-se na regulamentação das disposições do texto constitucional, trazida pela Lei 14.197, de 1º de setembro de 21, segundo a qual não se constitui crime a manifestação crítica aos Poderes constitucionais, nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.

Deste modo, é importante que as decisões das autoridades sejam interpretadas, valoradas e contextualizadas de acordo com os conhecimentos e informações disponíveis à época em que os fatos ocorreram, a fim de que não se perpetuem versões dissociadas da realidade dos acontecimentos.

Desde o início, nossas ações estiveram baseadas na observância irrestrita do previsto do Decreto-Lei 3.437, de 1941, e no Parecer 484, de 2019, da Conjur-MD/CGU/AGU, que conferem às organizações militares o poder de polícia administrativa para atuar apenas nos casos de crime militar. Nos demais ilícitos, o dever de atuar cabe aos órgãos de segurança pública em coordenação com as unidades militares responsáveis pelas servidões militares adjacentes aos quartéis.

Nesse contexto, foram emitidos documentos solicitando o apoio da Secretaria de Segurança Pública para atuação coordenada com as organizações militares do Exército, com o objetivo de assegurar que a ocupação diária não causasse reflexos negativos para a segurança das pessoas, instalações militares e áreas adjacentes, bem como para assegurar a manutenção do trânsito local e os acessos às instalações militares situadas no SMU.

Quero ressaltar que todas as ações desencadeadas pelo CMP, conforme já destaquei anteriormente, foram baseadas em documentos que desde já encontram-se à disposição para consulta e já foram entregues à Presidência desta Comissão.

Ressalto, ainda, que todos os pedidos de informações e de esclarecimentos de que fomos demandados por órgãos externos à Força, foram prontamente atendidos. As ações realizadas no SMU



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram planejadas e coordenadas com o objetivo de evitar danos advindos de um eventual emprego de tropa.

Nossas ações foram baseadas na doutrina militar vigente na Força Terrestre e, nesse contexto, minha decisão para solucionar essa questão contemplou a estratégia indireta para a desmobilização do acampamento, o que implicou a prevalecência das ações que evitavam qualquer enfrentamento direto com os manifestantes. Essa estratégia se mostrou adequada, na medida em que, por meio de análise de imagens relativas aos acampamentos em três períodos distintos, é possível constatar um decréscimo dos manifestantes presentes.

Por favor, o próximo eslaide.

Aí os senhores veem a primeira fase e vejam, por favor, que já no dia 5 de janeiro a praça estava bem esvaziada.

Por favor, o próximo eslaide.

Os senhores verificam na parte esquerda do eslaide, os senhores verificam na parte direita do eslaide já o total esvaziamento daquelas regiões.

No auge das manifestações, em 15 de novembro de 22, estimou-se a presença de público de cerca de 100 mil pessoas. A partir do final de novembro, fruto das medidas restritivas adotadas pela administração militar, o efetivo constante do acampamento começou a diminuir e gradativamente configurando a tendência de esvaziamento.

O próximo eslaide, por favor.

Nesse sentido, destaco a matéria vinculada pelo grupo UOL sob o título: "Comendo pelas beiradas, Exército diminui a área de acampamento em Brasília", veiculada no dia 6 de janeiro.

Assim, faz-se necessário ressaltar dois pontos fundamentais para que se chegue à exata compreensão acerca da dinâmica dos fatos.

O primeiro ponto refere-se ao fato de que, conforme relatei anteriormente, no dia 6 de janeiro o acampamento contava com aproximadamente 200 pessoas que em quase sua totalidade era composta por indivíduos vulneráveis, que não possuíam condições financeiras para retornar aos seus estados de origem e/ou não tinham para onde ir. A Ordem Fragmentária nº 7, emitida pelo Comando Militar do Planalto, em 5 de janeiro, já havia estabelecido pontos de controle de acesso de veículos e proibida a entrada de ônibus fretados com passageiros e de caminhões com materiais de apoio logístico no SMU. Tal determinação, inclusive, foi alvo de críticas em vídeos que circularam nas redes sociais, que afirmavam que o Exército estava dificultando as manifestações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo eslaide, por favor.

O áudio...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O próximo eslaide, por favor.

O segundo ponto refere-se ao fato de que, por meio de Protocolo de Ações Integradas nº 02, de 2023, a Secretaria de Segurança Pública, sem consulta prévia ao CMP, designou o SMU como ponto de concentração das pessoas para participação nas manifestações que foram convocadas pelas mídias sociais.

Diante dos fatos apresentados, não há como se concluir que houve inércia ou complacência dos militares. Assim, para que se estabeleça a exata compreensão dos fatos, destaco que as nossas relações sempre foram norteadas pela proatividade e pela ação coordenada com os órgãos de segurança e ordem pública do Distrito Federal, desde a primeira semana de novembro até a completa desocupação, no dia 9 de janeiro. Nesse sentido, a partir deste momento, passarei a apresentar uma linha do tempo resumida, que contém os principais eventos que marcaram a atuação do CMP no disciplinamento do acampamento.

Por favor, o próximo eslaide.

Em 31 de outubro de 22, foi expedida a Mensagem Operacional 392-CMP, visando garantir a livre circulação e a segurança na área. Em 4 de novembro, emissão de ofício solicitando apoio da Secretaria de Segurança Pública para atuação dos órgãos de segurança pública no Setor Militar Urbano, DF Legal, Serviço de Limpeza Urbana, Detran, BPTran, policiamento ostensivo e ambulâncias. No dia 22 de novembro, emissão de ofício que solicitou apoio à Secretaria de Segurança Pública para o cumprimento da decisão do Conselho Nacional de Justiça acerca da proteção do direito das crianças e dos adolescentes. Sete de dezembro e 29 de dezembro, planejamento de operações coordenadas com a Secretaria de Segurança Pública e DF Legal para retirar da Praça dos Cristais os vendedores ambulantes, as barracas não utilizadas e as ligações clandestinas de energia, água e internet. Destaco ainda as ações de enfrentamento ao comércio irregular na Avenida do Exército e áreas adjacentes à Praça dos Cristais, detalhadas no Plano de Ação Integrada 215, de 29 de dezembro, da Secretaria de Segurança Pública. Cinco de janeiro, expedição da Ordem Fragmentária nº 7 para estabelecer postos de bloqueio e controle de vias urbanas, com a finalidade de reforçar a segurança na área sob administração militar e impedir o acesso de ônibus e caminhões de apoio logístico ao local.

Cabe ressaltar que a atuação do CMP foi alvo de acompanhamento cerrado pelo Ministério Público Federal, que expediu a Recomendação 44, de 19 de dezembro de 22, a qual foi rigorosamente observada pelo CMP, conforme esclarecimentos prestados por intermédio do Ofício 118 do CMP, de 22



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dezembro, tendo sido adotadas medidas efetivas de disciplinamento para prevenir ou combater atos criminosos eventualmente flagrados no local. No que tange ao envio de tropas para o Palácio do Planalto, atendi a todos os pedidos de tropa realizados pelo GSI, além de ter determinado o acionamento do plano de chamada do CMP ao longo da tarde do dia 8 de janeiro, o que possibilitou o aumento dos efetivos à disposição do GSI para serem empregados no Palácio do Planalto.

Próximo eslaide, por favor.

Há que se destacar ainda que o planejamento e as requisições de tropa devem ser efetuadas diretamente pelo GSI ao CMP, conforme previsão expressamente contida no Plano de Operações Escudo.

A partir deste momento, passarei a apresentar uma linha do tempo resumida com os acionamentos de tropa realizados no dia 8 de janeiro.

Próximo eslaide, por favor.

Às 11h54 da manhã do dia 8, o GSI acionou o reforço de um pelotão de choque que estava de prontidão no Batalhão da Guarda Presidencial desde o início da manhã. Às 12h30, o pelotão chegou ao Palácio do Planalto e estava em condições de ser empregado. Por volta das 14h30 às 14h40, recebi as imagens do rompimento do dispositivo da PMDF, na altura do Buraco do Tatuí, logo após a rodoviária. Liguei então para o chefe do COP-CMP, determinando o envio das tropas em prontidão que estavam no SMU. Na sequência, por volta das 14h45, liguei para o General Penteado, que formalizou o pedido de tropa.

Por volta das 21h, o Comandante do Exército determinou o aumento da segurança no perímetro do SMU, no intuito de dissuadir o retorno dos manifestantes para a Praça dos Cristais. Destaco ainda que os veículos militares empregados eram viaturas blindadas destinadas ao transporte de pessoal utilizados na segurança do perímetro. Enfatizo que essas viaturas não estavam armadas.

Próximo eslaide, por favor.

Por volta das 21h, foi emitida a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal para a desocupação do acampamento e prisão dos manifestantes em flagrante em até 24h. Fiz contato telefônico com o Ministro-Chefe do GSI, à época o General Gonçalves Dias, para reportar os riscos para o cumprimento da ordem judicial durante a noite...

(Soa a campanha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... e ato contínuo, fui colocado em contato direto com o Senhor Presidente da República. Ao tomar conhecimento de todas as variáveis que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderiam agravar o risco da operação, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República concordou que a mesma deveria ser executada após o planejamento adequado.

Destaco que, na noite do dia 8 de janeiro, ainda houve uma reunião no Comando Militar do Planalto com as presenças do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro da Defesa, Ministro da Justiça e Segurança Pública, com o Comandante do Exército e o Comandante Militar do Planalto, com o objetivo de coordenar as ações, levantando as necessidades logísticas para a execução da operação.

Cabe destacar que a decisão exarada pelo STF determinou a desocupação e dissolução total, no prazo de 24h, dos acampamentos realizados nas imediações dos quartéis-generais e outras unidades militares, a prisão em flagrante de seus participantes, a desocupação, no prazo de 24 horas, de todas as vias públicas e prédios públicos estaduais e federais em todo o território nacional. Em nenhum momento houve obstrução ao cumprimento da ordem judicial do STF para desmobilização do acampamento em frente ao QG do Exército ou em qualquer outra unidade do Exército Brasileiro. Chamo a atenção para o fato de que, nos termos da decisão exarada pelo STF, o CMP prestou o apoio necessário à Secretaria de Segurança Pública na desocupação do acampamento na manhã do dia 9, conforme determinação da decisão judicial, e contribuiu decisivamente para que não houvesse danos colaterais ou risco à integridade física ou à vida das pessoas. A ordem judicial foi integralmente cumprida no prazo de 24 horas estabelecido pelo STF.

Próximo eslaide, por favor.

Nesse ponto, destaco as declarações do Sr. Ricardo Cappelli sobre a operação realizada no dia 9 de janeiro, dadas durante uma entrevista coletiva por ocasião da entrega do relatório na intervenção do Distrito Federal, aspas: "mais de mil pessoas retiradas no dia 9 sem nenhum incidente. É isso que eu acho que marca o sucesso da operação, sem nenhum incidente. Não houve um enfrentamento", fecha aspas.

Exmo. Sr. Presidente, Exma. Sra. Relatora, essas eram as minhas considerações iniciais e os principais pontos que eu destaco antes de passar a responder aos questionamentos que serão formulados.

O meu objetivo foi apresentar, de forma sumária, os fatos sob a perspectiva de quem vivenciou intensamente os reflexos dos acontecimentos relacionados aos fatos em apuração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, General Dutra.

Passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, quero cumprimentar o General Dutra, cumprimentar também a sua defesa.

General, o senhor já fez uma exposição aí inicial – inclusive, eu pedi até que a Consultoria fizesse uma avaliação na documentação que o senhor nos trouxe, com vários anexos; alguns deles, inclusive, já em poder da CPMI, não é? Mas, na verdade, vamos analisar... E o ponto central, General, da sua vinda a esta Casa é exatamente... Dentre outros pontos, eu colocaria um que é o que eu julgo o mais fundamental, que seria a ação, por sua parte, de impedir a desmontagem ou a desmobilização do acampamento ali, na Praça dos Cristais, em frente ao quartel-general.

Eu quero iniciar, portanto, com esta pergunta: o senhor impediu desmontar o acampamento ao longo dos meses de novembro e dezembro, eu digo, antes exatamente do dia 8 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senadora Eliziane Gama, não; não, senhora. Em nenhum momento nós impedimos. Nós trabalhamos de maneira extremamente sinérgica e coordenada com os órgãos de segurança pública desde o início das manifestações. Já no dia 4 de novembro, pedimos apoio pra eles no aumento do policiamento ostensivo, do trânsito, tudo pra que nós mantivéssemos, da melhor maneira possível, a integridade e a segurança do SMU.

As operações foram desencadeadas no modo de, como eu mencionei nas minhas palavras iniciais, uma estratégia indireta. Nós fomos dificultando a logística, fomos dificultando a sua circulação no interior do SMU.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós solicitamos a atuação da Secretaria de Segurança Pública conosco para o combate aos ilícitos, para o combate aos ambulantes, para o combate às coisas ilegais que, porventura, acontecessem ali.

Muito se fala do Protocolo de Ação Integrada 215, do dia 29 de dezembro. Ali era uma operação de retirada do ilegal e desmontagem de estruturas vazias, porque nós estávamos realizando aquela desmontagem paulatinamente. Os militares iam ali, e o acampamento, como eu mostrei pro senhor, pra V. Exa., o acampamento estava diminuindo, estava esvaziando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Só que, sem a retirada das estruturas, a fotografia não mudava. E era muito importante nós tirarmos aqueles toldos. Eu estou falando de toldos dez por dez, quinze por quinze; são estruturas grandes. E, naquele momento, nós solicitamos o apoio do DF Legal, particularmente, porque o Exército não tem poder para confiscar o material, e nós desmontávamos aquele material, íamos lá...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá. General, eu vou lhe fazer uma pequena interrupção...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... porque a gente vai ponto a ponto...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... em cada uma dessas suas colocações.

E a minha pergunta inicial seria esta: então o senhor afirma "não", o senhor não impediu a desmontagem?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Em nenhum momento. Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Já, já, vou me ater a cada um desses pontos, pra que a gente possa, na verdade, ouvi-lo e trazer, na verdade, a sua fala.

Então, eu quero iniciar aqui, antes de entrar especificamente nessa decisão ou não de desmontagem do acampamento... O acampamento, ele levou exatamente 69 dias, não é? Chegou, em alguns pontos, que é o ponto central que o senhor afirma, a ter um pico de até 100 mil pessoas, que foi precisamente no dia 15 de novembro, não é? Eu pergunto ao senhor: qualquer movimento social... E, ao mesmo tempo, esse acampamento estava na frente do quartel-general. Ele estava a poucos metros do coração do Exército Brasileiro. Qualquer movimento social conseguiria montar um acampamento semelhante e fazer uma instalação por tanto tempo, a exemplo do que aconteceu com este acampamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senadora, aí nós estaríamos falando em uma suposição, a gente precisaria ver os fatos, e eu não tenho condições de responder isso pra senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem aproximadamente 40 anos, não é isso? Trinta e poucos anos de...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Quarenta anos no Exército.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No Exército. Nesses 40 anos de Exército, o senhor presenciou, em algum momento da história, nessas cerca de quatro décadas, uma manifestação parecida ou semelhante, eu digo, com a concentração e a presença permanente por tanto tempo no entorno do Exército Brasileiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhora. Foi um fato inédito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um fato inédito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, inclusive, colocar aqui – pedi à minha assessoria que me trouxesse – as fotografias de lá, porque, veja, nós temos um acampamento que se concentra a poucos metros do quartel-general, e não era com poucas pessoas, era com uma quantidade, de fato, bem significativa.

Vamos lá. (*Pausa.*)

É exatamente aqui a posição em que estava o acampamento. Veja que está aí, de fato, a poucos metros. Na próxima foto, eu queria conversar com o senhor exatamente sobre essa localização. O que nós temos ali no SMU? Nós temos a presença do quartel-general e nós temos a área, na verdade, do entorno, o perímetro do entorno do quartel-general, que é algo em torno de 1.320 metros. Veja bem...

Dá para aproximar mais um pouquinho essa imagem?

É exatamente isto aqui: essa é a área, na verdade, que consiste a competência pelo decreto, na verdade... Eu queria até pedir aqui o Decreto-Lei, que é o 3.437, de 1941, que dá ao Exército Brasileiro a responsabilidade administrativa, na verdade, em torno desse perímetro. Então, de toda essa área em torno do Quartel-General do Exército Brasileiro, a responsabilidade administrativa é exatamente do Exército, ou seja, das Forças Armadas. E esse acampamento que estava ali na Praça dos Cristais, como eu disse, permaneceu aí por 69 dias.

Nós temos, General, vários fatos, nós temos relatórios de inteligência, inclusive, nós temos depoimentos, na verdade, que atestam claramente – daqui a pouquinho eu vou apresentar pro senhor – uma série de ilicitudes e de crimes, na verdade, cometidos ali naquele acampamento. Eu pergunto pro senhor, em algum momento houve alguma prisão em flagrante por parte do Exército Brasileiro, em relação a algum manifestante?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Prisão em flagrante, por parte do Exército Brasileiro, não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não.

O furto de água, de que o senhor, inclusive, falou agora há pouco – teve, na verdade, furto de água, furto de energia –, esse furto de água, o senhor conseguiu detectar de onde eles furtavam essa água e essa energia?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ali das fontes locais, e foram combatidos o tempo todo com a presença dos órgãos de segurança pública, do DF Legal, das agências competentes. Na medida em que eles executavam, nós imediatamente combatíamos. E não houve uma facilidade na execução disso, não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perdão, eu falava aqui com a minha assessoria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O roubo de energia veio, ocorreu de onde, exatamente? Do quartel-general, de algum órgão?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. Não, senhora. Dos postes existentes ali na Praça dos Cristais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, na verdade, não houve de lá... Mas vocês tiveram a informação da existência, na verdade, dessa...?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós combatemos o tempo todo. O tempo todo, esses ilícitos foram combatidos, foram desmontados. E não foi permitido que eles tivessem tranquilidade nessa execução.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas que tipo de combate, General, foi feito, por exemplo? Quando a gente fala de furto, você está falando de uma ação criminosa; quando você fala, por exemplo, de vários outros tipos de crime... Eu já quero, inclusive, adiantar e passar aqui, na verdade, esses outros crimes que são... Que era o perfil dos manifestantes... *(Pausa.)*

Ainda não está?

Esses outros crimes... O senhor, inclusive, chegou a falar, no seu depoimento, na Câmara Legislativa, do DF, que alguns mandados – inclusive de prisão pela Lei Maria da Penha – chegaram a ser executados naquele momento.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora. Um no lado, nas adjacências, e um em que a pessoa não foi encontrada, no interior da Praça dos Cristais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando... Também na sua fala, por exemplo, na Câmara Legislativa, o senhor disse que ali é uma área – essa área do SMU – e qualquer ação que representasse algum tipo de perigo para as Forças Armadas haveria, por parte do Exército, uma autorização para intervir... Em nenhum momento, vocês não viram esse acampamento com atividades ou colocando em risco, por exemplo, a vida das pessoas como um todo? Vocês não chegaram a perceber isso em nenhum momento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Havia uma tranquilidade absoluta?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O acampamento era uma manifestação pacífica, não caracterizou nenhum...

A senhora citou o decreto. Essa área de 1,32 mil metros dá o direito de polícia administrativa para combate aos crimes de natureza militar. Quando não, aí os órgãos de segurança pública permanecem com as suas atribuições, tanto é que nós solicitamos apoio à Secretaria de Segurança Pública já no dia 4



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de novembro, para o aumento do patrulhamento ostensivo, para o aumento da presença do BPtran, para o aumento da presença do Detran. Houve diversos carros rebocados, multados. Então, a participação da Secretaria de Segurança Pública foi fundamental.

E, durante todo o período do acampamento, que – eu faço questão de ressaltar, como mostrei nas imagens –, no dia 6, já não existia... Eram pessoas ali em situação vulnerável. Essas pessoas estavam ali realizando a sua manifestação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando o senhor fala, por exemplo, de crimes militares, ou seja, têm uma característica própria... Daí eu perguntei em relação a... O crime é militar, mas, se um civil comete algo contra o patrimônio militar, caracteriza-se também como crime militar, é o que diz lá no Código Penal Militar, claramente. Não é isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora, mas não houve nenhum crime contra o patrimônio militar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dentro do acampamento, havia, inclusive, a presença de militares da reserva. Tinha lá, por exemplo, no relatório de inteligência da Abin... Apresentava, por exemplo, os chamados boinas vermelhas ou os chamados paraquedistas, que eram pessoas que, claramente, dentro do acampamento, inclusive, conversavam e tratavam, segundo esse relatório da Abin, de questões relativas a ações mais militares. Vocês não chegaram, por exemplo, a detectar, ao longo desse processo, a presença desses militares que faziam algum tipo de orientação, inclusive criminosa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A presença de militares ali da reserva eu não vou negar, porque, inclusive, alguns até se fotografaram naquela participação. A execução de alguma atividade criminosa não foi detectada por nós.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja: nós temos aqui... No relatório de inteligência, fala claramente que seus integrantes eram chamados de boinas vermelhas ou paraquedistas, o grupo não tem nome oficial e tal, sendo composto por reservistas autônomos que compartilham posição política e ideológica semelhante, discurso radical e de deslegitimação do Estado de direito e, portanto, propensão à ação violenta.

São membros que se identificam como militares da reserva da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro.

General, veja, todos os dados que nós recebemos até o presente momento, seja relatório de inteligência, sejam depoimentos, apontam claramente que, dentro daquele espaço, dentro daquele acampamento, havia um debate, havia uma discussão, havia uma orientação em torno de ações criminosas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem um centro específico também de inteligência, que é exatamente o Centro de Inteligência do Exército, o CIE, se não estou falando a sigla correta, mas é o Centro de Inteligência do Exército. O Centro de Inteligência do Exército, ao longo desse processo, em nenhum momento apontou para vocês essa existência, por exemplo, dessas pessoas, sobretudo militares da reserva, que incentivavam...? Veja só o que diz aqui no depoimento.

Me dá o depoimento do George Washington, que ele fala... Olha o que ele fala, é um absurdo, quando ele trata, por exemplo, da presença dessas pessoas, inclusive fazendo uma negociação de serviços. Eu não posso compreender, General, que o Centro de Inteligência do Exército Brasileiro não tenha detectado em algum momento a presença dessas pessoas, com esse tipo, na verdade, de tratativa.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não faço parte do Centro de Inteligência do Exército, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu sei que você não faz parte, mas você era o Comandante Militar do Planalto. O senhor é um general três estrelas.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora, eu não recebi nenhuma informação nesse sentido que a senhora está mencionando, e essa presença desse grupo Boinas Vermelhas que a senhora menciona, eu tomei conhecimento da existência desse grupo na leitura também do relatório da Abin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, veja: o senhor disse que o senhor não faz parte do serviço de inteligência, mas o serviço de inteligência é para servir às Forças Armadas, é para atender, na verdade, ao Exército. Então, eles não lhe passaram... Significa o quê? Não lhe passaram por qual razão? Por qual motivação? Não há relatórios permanentes?

Ou seja, vocês estavam ali diante de um acampamento enorme, com a presença de milhares de pessoas. Não havia, em nenhum momento, a apresentação de relatórios de indicativos que apontavam para o perfil daqueles manifestantes que estavam ali?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Que eu tenha participado ou recebido, não, senhora. O Centro de Inteligência do Exército está diretamente ligado ao Comando do Exército.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou ler para o senhor aqui o fragmento do George Washington.

Vários manifestantes...

Ele fala no dia 22 de dezembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários manifestantes do acampamento conversaram comigo e sugeriram que explodíssemos uma bomba no estacionamento do aeroporto de Brasília durante a madrugada e, em seguida, fizéssemos denúncia anônima sobre a presença de outras duas bombas no interior da área de embarque. E, no dia seguinte, uma mulher desconhecida sugeriu aos manifestantes do QG que fosse instalada uma bomba na subestação de energia de Taguatinga para provocar a falta de eletricidade e dar início ao caos que levaria à decretação do estado de sítio. Mas o plano não evoluiu. Um homem chamado Alan, que eu já tinha visto algumas vezes no acampamento, se mostrou mais disposto e se voluntariou para instalar a bomba nos postes de transmissão de energia que ficam próximos à subestação de Taguatinga, já que era mais fácil derrubar os postes do que explodir a subestação, como foi pensado originalmente.

Duda, veja o absurdo, na verdade, dessas colocações!

Eu disse aos manifestantes que tinha a dinamite, mas que precisava de espoleta e de detonador para fabricar a bomba. No dia 23, por volta das 11h30, um manifestante desconhecido que estava acampado no QG me entregou um controle remoto e quatro acionadores.

Quer dizer, tudo isso, General, estava acontecendo dentro do acampamento, General!

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A senhora... É importante destacar que o Sr. George Washington eu não conheço, mas ele caiu em várias contradições ao longo do depoimento dele, e ele, inclusive, afirmou no depoimento que a dinamite que ele possuía no apartamento no qual ele foi detido, no dia 24 de dezembro, no setor Sudoeste... ele afirmou que aquela dinamite tinha vindo de uma pedreira no Pará. Ele foi detido em um apartamento no Sudoeste e a dinamite que ele havia recebido e que pretendia – eu não sei – usar, teria sido fornecida para ele diretamente em uma pedreira no Pará. Os dois fatos não têm nenhuma ligação com o acampamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, o George Washington estava dentro do acampamento, General.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ele usava tornozeleira eletrônica e foi preso, no dia 24, em um apartamento no Sudoeste. Ele não estava no acampamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele tem fotografias dentro do acampamento, General! Por favor, gente, me mostrem a foto aqui. Ele está dentro, nas proximidades, tem outra foto em que ele está exatamente dentro, está aqui no acampamento. Coloque as outras fotos.

Ele, na verdade, o Alan Diego tinha tornozeleira. Eu estou falando do George Washington, ele apresentou claramente, está aqui ó, no acampamento. Ou seja, ele estava dentro do acampamento.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Quem é esse que está borrado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não sei nem por que está borrado, mas do outro lado é George Washington.

Ele estava dentro do acampamento, ele disse... Tudo isso que eu estou colocando aqui, ele disse que ocorreu exatamente dentro do acampamento. Olha só, aí vem o Alan Diego, que é o da tornozeleira eletrônica, que é o que o senhor está dizendo. Olha o que o Alan Diego diz, colegas Parlamentares.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – "Os extremistas – chamados de "boinas vermelhas" ou "paraquedistas" – andavam armados e cobravam por serviços. Eles se ofereceram para fabricar e instalar o explosivo no caminhão-tanque, em dezembro, mas Alan Diego disse que resolveu fazer isso por conta própria, com a ajuda de George Washington de Oliveira Sousa". Essa aqui é a fala do Alan Diego em depoimento. Ou seja, ele está dizendo que dentro do acampamento, na porta do quartel-general, eles faziam a orientação, andavam armados e cobravam por serviços. E nessa construção saiu de lá, do acampamento, pelos depoimentos e pelas fotografias que nós estamos aqui, o planejamento para a bomba do 24 de dezembro.

Agora, o senhor dizer, na verdade, que não recebeu informação do serviço de inteligência, pelo amor de Deus, ou é incompetência ou é subestimar a nossa capacidade de pensar. O senhor era comandante de toda a parte do Planalto que estava ligada ao Comando-Geral do Exército. Ora, se o serviço de inteligência do Exército passou para o Alto-Comando e não passou para o senhor, por que então não enviou ao senhor? Por que o Alto-Comando do Exército não informava ao senhor e aos demais membros, na verdade, da corporação, acerca do perfil desses manifestantes e da presença clara de criminosos dentro do acampamento? O senhor pode me responder?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu repito, eu não recebi nenhuma informação, eu não tenho conhecimento dos produtos do Centro de Inteligência do Exército.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, no Ofício 86, eu queria que o senhor me respondesse, inclusive, isso aqui é um pouquinho mais lá atrás.

No dia 4 de novembro, quando houve, na verdade, a implantação – acho até que o senhor está com esse ofício aqui no documento –, quando houve o início da instalação do acampamento, o senhor solicita apoio para o Governo Federal de uma série, na verdade, de elementos, inclusive pede a ação permanente do Corpo de Bombeiros, do Samu, o senhor pede, na verdade, está aqui, serviços de limpeza urbana, manutenção, limpeza. Por exemplo, pede que seja disponibilizado para estacionamento dos veículos um espaço próprio para esses caminhoneiros que estavam lá, além do serviço do Corpo de Bombeiros e também do Samu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No próprio ofício que o senhor envia ao Governo do Distrito Federal, o senhor disse que não tem previsão de término. Ora, se o senhor aqui no ofício já está dizendo que não tem previsão de término, o mais adequado não seria buscar uma estruturação para a retirada e não para dar conforto de permanência por tanto tempo? Quer dizer, acaba que o senhor, pelo ofício que eu recebo, me diga se isso é verdade ou não, mas a sensação que eu tenho é de que o senhor dava as condições pra que esse acampamento permanecesse pelo tempo que eles acharem necessário. Quer dizer, o senhor não usa uma outra estruturação, o senhor não usa uma outra atitude; a atitude que o senhor usa é exatamente de dar essa estrutura. O senhor acha que o senhor fez a forma, a coisa certa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senadora, o acampamento na manifestação não era considerado ilegal, nenhum dos órgãos competentes o declarou ilegal. Nós não tínhamos condições, nós não tínhamos competência pra declará-lo ilegal, nós não poderíamos atuar sem uma ordem sob pena de cometermos abuso de autoridade, uma operação muito complexa, e, por outro lado, essa solicitação à Secretaria de Segurança Pública pedindo apoio do policiamento, pedindo apoio do trânsito era no sentido de manter a integridade e a segurança do SMU.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Inclusive deixando naquela área uma região própria para o estacionamento dum volume muito grande de caminhões, que se perdurou aí até o dia 9 de janeiro, quando teve uma decisão mais ostensiva.

Nesse período, General, vocês chegaram a fazer alguma avaliação, por exemplo, de risco da presença desse volume, de fato, muito grande de pessoas lá? E, aí também, quando o senhor fala que não há... Eu até pensei que o senhor tivesse mudado de ideia, mas eu vi o seu depoimento na Câmara Legislativa, e o senhor reforça, ou seja, era um acampamento, na sua perspectiva, legal.

É legal fazer pedido de intervenção militar? Veja o que diz o documento do Ministério Público Federal, a recomendação, que é aquele que prevê antes da ação civil. Diz o seguinte:

"[...] coibir [...] manifestações que incitem a prática de violência contra candidatos eleitos, que estimulem a obstrução do exercício regular dos poderes constituídos, ou que incitem a sublevação violenta ou estimulem a animosidade das Forças Armadas contra os poderes constituídos.

"Intervenção federal", "Intervenção militar". Olha as outras fotos aqui; me diga se isso daí não vai na contramão...

Volta, vamos lá, vamos na sequência, mais lentamente. Aqui, vamos lá. Essa aqui: "Intervenção".

A próxima: "Intervenção federal".

A próxima: "Povo armado jamais será escravizado" – num estou conseguindo ler, estou precisando de um óculos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue, segue, segue. Segue com as fotos, por favor.

Gente, essas fotos estão muito pequenas. Eu tenho que ter um óculos. Não estou conseguindo enxergar. Ah, é a idade. É verdade.

"Assina, Presidente. Nós fizemos a nossa parte". Assina possivelmente o golpe ou aquela interpretação louca do 142, não é?

"Acione as Forças Armadas contra A fraude eleitoral". Fraude eleitoral? Processo eleitoral brasileiro tendo o processo democrático.

"Intervenção federal já! com o Presidente no poder". "Moraes, Gilmar, Fachin, Barroso...". Aí vai.

Continua.

Enfim, eu pergunto para o senhor. Na recomendação do Ministério Público ele diz: "coibir manifestações que incitem a prática da violência contra candidatos eleitos que estimulem a obstrução do exercício regular dos Poderes constituídos". Isso não é estimular a obstrução do exercício regular dos Poderes constituídos, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Essas faixas foram combatidas o tempo todo, foram retiradas. Elas realmente retornavam. Nós não tínhamos a competência para desmontagem do acampamento ou para dizer que aquilo ali era legal ou ilegal. Não cabia ao Exército dizer a legalidade dos atos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês retiraram esse material? Mas como? Porque a gente vê o tempo todo essas fotos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Voltavam. Elas voltavam. Inclusive, várias faixas citavam nomes de oficiais gerais, e as faixas eram constantemente retiradas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem alguma coisa que aponta para isso? Vocês filmaram, tem imagens que mostram a retirada desse material?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Especificamente das faixas eu não me recordo de ter.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mais uma vez falando aqui sobre o perfil desses manifestantes. Vamos ouvir esse vídeo aqui. Vejam.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês receberam, vocês chegaram a ver esses vídeos, esse vídeo ao qual o Naime se refere?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu estou vendo agora, mas o próprio Coronel Naime, aqui na CPMI, citou ali o dia 12. No dia 12 ele responde aqui para a senhora: "Outro ponto que ficou muito claro para a gente que quem participou desses ataques no dia 12 estavam hospedados nos hotéis do Setor Hoteleiro. Eles não estavam no acampamento. Um quantitativo muito pequeno estava no acampamento. Eles não iam nem no acampamento".

Isso foi uma declaração do Coronel Naime...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, o quantitativo... Mas ele afirma que havia um quantitativo no acampamento.

De fato, inclusive nós temos aqui de posse da CPI o levantamento das pessoas que se hospedaram nos hotéis. E de fato havia muitas pessoas nos hotéis, mas também tinha muitas pessoas no acampamento.

Olha, veja, no relatório que foi apresentado pelo Interventor Capelli, você vê a presença de furtos, crimes contra a honra, lesão corporal e vias de fato, e aí vai... Enfim, vários outros atos na verdade que foram apresentados.

Olha, a consultora me avisa aqui que há um outro fato que inclusive nem está aí, que o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Júlio Danilo, vem exatamente na mesma linha, no depoimento em que ele diz:

Parte desses manifestantes, a gente não pode garantir que [...] todos [estivessem] [...] lá porque alguns podem inclusive residir [...] [em Brasília] [...], mas parte realmente estava no QG, no acampamento, participaram desses atos. Quem for ali identificado será responsabilizado.

Ou seja, ele também aponta para isso. Todo mundo disse que tinha pessoas ligadas aos atos do 12 de dezembro e do 24 de dezembro no acampamento, juntando toda essa situação aí... Porque, General, o que tenta às vezes se colocar é que o acampamento era um lugar de pessoas absolutamente ordeiras, pessoas que estavam ali em oração, em preces, em rezas ou coisa parecida; mas, quando você chega diante da realidade, você vê que não é isso. A gente vê aqui os dados, na verdade, tanto dos depoimentos, General, quanto dos levantamentos registrados. Por exemplo, o dado que eu coloco aqui para o senhor é um dado que foi apresentado pelo interventor Cappelli, com números claros sobre isso.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Os dados do Dr. Ricardo Cappelli mostram esses crimes comuns, da mesma maneira que o Delegado Leonardo de Castro, da Polícia Civil do Distrito Federal, diz que, do dia 2 de novembro até 4 de janeiro, foram registradas 47 ocorrências. São crimes de furto de celular, crime de ameaça, crime de vias de fato, lesão corporal, furtos diversos e crime de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injúria – são crimes comuns. São crimes comuns, que aconteceram, conforme está no relatório do Dr. Ricardo Cappelli, na área do SMU e adjacências – crimes comuns.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, perfeito, crimes comuns. A Polícia Militar deveria atuar nessa natureza.

Mas vocês, enquanto integrantes do Exército Brasileiro, das Forças Armadas do Brasil, de conhecimento, na verdade, que aquele lugar estava sendo um catalisador, um processador de atos violentos, como eu disse, na porta, na frente, no coração do Exército Brasileiro, e vocês não tomarem nenhuma atitude?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós não tínhamos... No dia 12, não há indícios das pessoas... A Polícia Militar, depois que atuou contra os atos que aconteceram no dia 12... Nenhuma pessoa foi presa. A Polícia Militar realizou prisões, e nenhuma pessoa foi presa voltando ou entrando no acampamento. As pessoas, como disse o Naime, estavam, na maioria, no setor hoteleiro. No dia 24, o acampamento já estava bastante esvaziado, e o Sr. George Washington foi preso num apartamento no Sudoeste, com um arsenal bélico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá. O senhor já falou isso.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... no Sudoeste, maior do que ele havia usado no atentado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, no dia 5 de janeiro – me dá os dois documentos aí, que foram feitos, inclusive, pelo seu Comando –, por exemplo, no dia 5 de janeiro, você tem aqui um volume de 300 manifestantes. Está aqui no documento...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... no documento que foi feito, inclusive, pelo Comando Militar do Planalto, portanto pelo seu Comando. No dia 5 de janeiro, havia 300 pessoas. No dia 7 de janeiro, veja bem, dois dias depois, o mesmo Comando Militar do Planalto, portanto o seu Comando, aponta uma presença de 5,5 mil manifestantes – mais de 1.000% esse crescimento. Diante desse aumento exponencial, vocês tomaram alguma medida específica neste momento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual foi?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu citei, nas minhas palavras iniciais, a ordem fragmentária do dia 5, na qual nós determinamos o fechamento do SMU para ônibus fretados com passageiros e para caminhões com apoio logístico, a partir das 13h30 do dia 6. E isso foi executado. O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aconteceu é que, no dia 6, houve uma reunião da Secretaria de Segurança Pública. Dessa reunião, resultou o Protocolo de Ação Integrada nº 02.

Como eu mencionei nas minhas palavras iniciais, o CMP não foi convidado para essa reunião e tampouco questionado. A Secretaria de Segurança Pública, eu não sei por quais motivos, determinou o ponto de concentração das pessoas no desembarque, na área do SMU. Se a senhora verificar no Protocolo de Ação Integrada, está lá: "As pessoas desembarcarão no SMU e os ônibus serão estacionados na Granja do Torto", porque eles sabiam que o SMU estaria fechado. Então, os ônibus chegaram ao longo do dia 7 – cerca de cem ônibus chegaram, cem, cento e poucos chegaram –, na região de Brasília. As pessoas foram levadas para o SMU, para desembarque, e os ônibus foram – inclusive onde foram apreendidos posteriormente no dia 8 – estacionar na Granja do Torto.

Para dificultar o acesso dessas pessoas, nós inclusive fizemos aquele bloqueio com viaturas de choque, que eu mostrei para a senhora no vídeo, aqui, durante a minha apresentação inicial, mas o SMU é uma área muito aberta, ela é uma área muito permeável. Eu não tinha como cercear o direito de ir e vir das pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – As pessoas voltaram para lá? Porque o senhor faz o registro aqui da presença de 5,5 mil pessoas, que estavam lá no acampamento.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, elas chegaram, elas chegaram nos ônibus, elas chegaram... Eu gostaria de deixar bem claro, a essa pergunta da senhora, que são dois momentos distintos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, há muito barulho. A gente não consegue...
(Pausa.)

Pois não, pode falar, General.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado, Senadora.

Eu gostaria de deixar bem claro para os senhores que são dois momentos muito distintos.

Na semana do dia 1º de janeiro até o dia 6, o acampamento terminou, o acampamento estava vazio. As pessoas que estavam no dia 6 eram pessoas com situação muito vulnerável, eram pessoas em situação de rua e pessoas que haviam vindo de outros estados e não tinham dinheiro para retornar para seus estados. Essa era a situação do acampamento no dia 6.

No dia 7, houve um fluxo muito grande de ônibus para Brasília, e essas pessoas chegaram no dia 7. As pessoas que estavam no dia 7 não eram as pessoas que estavam durante novembro e dezembro, no acampamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Como é que o senhor tem certeza do que o senhor está dizendo, que não eram as mesmas pessoas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu vejo os ônibus. Eu mostrei no vídeo para a senhora as pessoas chegando em ônibus fretados, chegando de outros estados, tanto é que o relatório da Abin mostra essa chegada das pessoas, e a senhora verifica que as pessoas que foram retiradas da praça, na noite do dia 8 para o dia 9, de manhã, consolidada a operação, em sua maioria, são pessoas de fora de Brasília.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, exato, mas só que nós chegamos a ter, no dia 15 de novembro, 100 mil pessoas, ou seja, houve realmente, houve uma escalada. No acampamento, foi diminuindo a quantidade de pessoas. Quando o senhor diz: "Olha, as pessoas que vieram no dia 7 não são as mesmas pessoas que estavam lá atrás", quem que garante que não eram?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, agora eu entendi. Pode ser que alguém que tenha estado em Brasília...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Gente, há muito barulho, Presidente. Fica difícil desse jeito. *(Pausa.)*

Pois não, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Pode ser que alguém que tenha estado em Brasília, em novembro, dezembro, tenha retornado. Eu não tenho esse conhecimento. Eu só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, General, o senhor tinha conhecimento da manifestação do dia 8, a tomada do poder?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu tive conhecimento, como a maioria dos senhores aqui, dos fôlderes que foram enviados em mídias sociais, chamando para uma manifestação na Praça dos Três Poderes e na Esplanada. Nenhuma das manifestações citava o SMU.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, para as manifestações do dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Houve uma convocação nas mídias sociais, convocando para uma manifestação no dia 8, na Praça dos Três Poderes e na Esplanada. Nenhuma das duas áreas é o SMU.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, eu vou elencar aqui alguns pontos para eu entrar, agora, na questão da desmobilização do acampamento.

Primeiro, as convocações foram amplamente difundidas nas redes sociais. Então, na verdade, esse era um conhecimento que as pessoas comuns tinham, sobretudo as pessoas que são dos sistemas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança como um todo, as pessoas do poder público, que naturalmente tinham esse acesso de uma forma até muito mais intensa pelos vários disparos que eram feitos, pelos vários serviços de inteligência, para além da Abin – o serviço de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o serviço de inteligência do próprio Exército Brasileiro. E aí, portanto, o movimento chamado "tomada do poder" passou a ter conhecimento de todos.

A inteligência do Exército estava nos grupos de difusão de informação, que é o Centro de Inteligência do Exército. E lá, inclusive, havia a presença de três membros – não é? –, o que foi informado aqui pelo documento da Abin.

Os mais de cem ônibus que chegaram em Brasília para o 8 de dezembro desembarcaram exatamente lá, como o senhor coloca muito bem, lá no acampamento. Portanto, o Exército sabia da convocação, o Exército sabia do evento em si, que era a tomada do poder, sabia da dimensão do público, porque, de uma forma, em 24 horas ou em menos de 48 horas, houve um aumento absurdo da presença desses manifestantes, e mesmo assim o Exército manteve o acampamento nas mesmas condições e, portanto, dando guarida a esses manifestantes, que depois vieram aqui para a Praça dos Três Poderes.

O senhor não concorda que houve uma leniência, General? Quer dizer, não houve uma ação enérgica, não houve uma atitude por parte do Exército Brasileiro em relação a esses manifestantes.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Nem da Força Nacional.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não... O CMP não faz parte desse grupo de difusão, que a senhora citou, das mensagens. Nós não recebemos nenhuma mensagem. Como eu disse para a senhora – e a senhora também –, as mídias sociais divulgaram... As mídias sociais divulgaram, e os serviços de inteligência acompanharam. E a competência do Exército é muito clara de acordo com a Constituição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos lá para a questão da desmobilização do acampamento.

Eu fiz a pergunta para o senhor, inicial, se o senhor na verdade teria impedido essa desmobilização. Quando o senhor foi questionado, inclusive, na Câmara Legislativa, o senhor afirmou que não tinha... Olha, o senhor coloca o seguinte: como Comandante Militar do Planalto, não solicitou a reintegração de posse da área. O senhor disse que a responsabilidade não era sua, mas sim de seu comandante, portanto do Comandante do Exército Brasileiro. O senhor continua afirmando isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora. O Exército Brasileiro possui cerca de 680 organizações militares localizadas ao longo do território nacional. Na frente de praticamente 100% dessas organizações militares havia acampamentos. Os acampamentos que foram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirados, foram retirados com ordem judicial, como aconteceu em Belém, como aconteceu em Belo Horizonte. A determinação do Comandante do Exército era que somente mediante ordem judicial os acampamentos seriam retirados. Essa situação foi o que aconteceu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, nessas reuniões...

Eu quero até que deixe para mim aí o vídeo; tanto aquele vídeo em que a Coronel Cintia fala, em que o Naime fala, em que o ex-Ministro da Justiça fala, o Anderson Torres, deixe aqui. Já, já eu vou pedir que se solte esse vídeo.

Mas a minha pergunta para o senhor...

Não; vamos primeiro ouvir o vídeo aqui, Coronel. Eu queria que o senhor me explicasse isso aí, porque não bate. Não batem as peças aqui.

Abre aqui para mim...

Olhe o que diz a Coronel Cintia...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, os três estão mentindo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As ações sempre foram demandadas pelo CMP, as reuniões foram no CMP, os protocolos de ações integradas traziam exatamente o que o CMP solicitava, protocolos de ações integradas para a retirada do comércio ilegal, combate às ilegalidades, combate às estruturas vazias, desmontar as estruturas vazias – desculpe-me –, e sempre foram nesse sentido. O Protocolo 215 me foi enviado por um ofício no dia 28 pelo Secretário Júlio Danilo, trazendo justamente esse Protocolo de Ações Integradas 215, e a senhora tem também no...

E essas operações de desocupação, eu tenho certeza, a Polícia Militar segue esta doutrina, essas operações de desocupação são operações muito complexas, que colocam em risco a integridade da segurança das pessoas, tanto as que vão ser desocupadas, quanto as da tropa que vai executar a operação. Então ela demanda um planejamento muito específico, e ela vai ser feita em três fases, conforme os manuais de doutrina preveem. A primeira fase é o isolamento da área a ser desocupada, para evitar danos colaterais daquela desocupação em áreas que não estão sendo afetadas até aquele momento. A segunda fase é a negociação. E a terceira fase, caso a negociação não ocorra, é a intervenção da tropa.

Essa operação não foi planejada, tanto é que, como diz o Coronel Naime, o primeiro agente de ordem pública a entrar na praça foi o agente do DF Legal. Era esse o planejamento. O primeiro agente a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar é um agente civil que não está armado, um agente civil que não é militar. Jamais uma operação dessa iniciaria com emprego em primeiro escalão do DF Legal.

E o Coronel Naime fala aqui para a senhora também, no depoimento, quando a senhora pergunta para ele – se a senhora me permite ler –: "Não, o que eu fiquei a entender é que nós faríamos, primeiro, uma retirada de todas as barracas que estavam sendo utilizadas pra ambulantes, não é? Já faríamos uma retirada, retirariamos a cozinha que estava dando suporte àquela manifestação e depois o Exército iria, aos poucos, retirando os manifestantes que estariam ali sem essa questão de venda [...]". Então, isso foi o que o Coronel Naime respondeu para a senhora aqui quando perguntado disso. E o próprio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, General, veja, ele respondeu isso e ele falou isso na Câmara. A Cintia falou na Câmara o que a gente acabou de ouvir. O ex-Ministro da Justiça, então Secretário de Segurança daquele momento, falou o que nós acabamos de ouvir. Para mim, eu não consigo entender, General, que você, com o Secretário de Segurança Pública trazendo uma informação... Não é só o Naime que está falando, não é só o Anderson Torres que está falando, não é só a Cintia. Quer dizer, os três estão no mesmo alinhamento. Eles dizem: "Olha, nós reunimos, nós planejamos, nós criamos um grupo muito grande de trabalho, um efetivo, fora de um trâmite normal". Ele fala de 500 homens, depois de 300 homens. Quer dizer, eles fazem tudo isso, é acionado pela madrugada, e quando chega lá não funciona. Quer dizer, "não funciona", não: eles são desautorizados a continuar.

E aí eu vou lhe dizer com franqueza aqui: eu li os planos, o PAI 215, eu li todos os demais, e a sensação que eu tenho eu vou lhe dizer qual é, é que faziam uma reunião; na hora da formalização, não fazia – e me parece algo muito proposital, e nós estamos investigando claramente esse ponto específico –, não se formalizava de uma forma transparente e clara; e, na hora que se chegava pra fazer a parte operacional, pelas informações, o senhor desautorizava; quer dizer, não é só uma pessoa que diz, são várias pessoas que falam isso.

E eu queria lhe fazer uma pergunta, General, porque, pelos levantamentos aqui – a Cintia fala inclusive de três momentos –, se fala que se tentou, por exemplo, no dia 7 de janeiro, aí não foi possível; foi levado para a possibilidade de uma nova ação no dia 13 de janeiro, um dia depois do 12... Perdão, perdão. No dia 7 de dezembro seria a primeira tentativa. Não conseguiram ter resultado. E aí, portanto, foi adiado. Tentaram mais uma vez uma nova desocupação no dia 13 de dezembro, um dia depois do famoso 12 de dezembro aqui de tentativa de invasão da PF. Mais uma vez, que é essa de que o Naime fala, em que ele foi inclusive acionado pela madrugada. Depois desse dia, vai para o dia 29 de dezembro. Nesse do dia 29 de dezembro, mais uma vez o senhor teria desautorizado a desmobilização. E aí, depois, vai para uma outra reunião, sobre a qual eu quero já que o senhor me responda, do dia 6 de janeiro, que seria uma outra tentativa de uma outra desocupação; e, na verdade, em todas elas, o senhor, pelas informações que eu tenho, obstruiu e impediu. Então, fica isso de uma forma muito clara.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero perguntar pro senhor, especificamente, sobre o dia 29, porque eu recebi uma informação – e eu quero que o senhor me esclareça isso – de que, no dia 29, precisamente, quando havia toda uma mobilização e uma organização policial para desmontagem do acampamento, o senhor, naquele momento – informação que chega a esta Comissão, e estarei consignando inclusive de forma documental –, o senhor teria recebido uma ligação, naquele momento, ainda do então Presidente Bolsonaro, dizendo ao senhor que não era para desmontar o acampamento, porque ele poderia, naquele momento, assinar o decreto do 142. Houve essa ligação pro senhor?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, não, não. O que aconteceu no dia 29 de dezembro, quando se iniciou a operação, quando o DF Legal chegou na praça... E é interessante fazer aqui uma observação: a praça, naquela semana, entre o Natal e o Ano Novo, amanhecia todos os dias com cerca de 300 a 400 pessoas; a praça já estava bem esvaziada. Naquele dia 29, a praça amanheceu com mais de mil pessoas. Então, houve um fluxo fora do normal pra aquele período de pessoas na praça. Quando o DF Legal iniciou a sua atuação, ele realmente foi muito mal recebido e foi hostilizado pelos manifestantes que ali estavam. A PE fez a proteção imediata do DF Legal e eu recebi uma ligação, sim, do Comandante do Exército, porque, como a senhora mostrou na fotografia, a Praça dos Cristais fica exatamente na frente do QG do Exército. Ela não fica na frente do quartel do CMP. A Praça dos Cristais fica, geograficamente, exatamente na frente do Comando do Exército.

Então, o Comandante do Exército estava acompanhando, viu que o clima na praça havia ficado mais tenso. Ele me perguntou o que estava acontecendo, eu expliquei pra ele o que estava acontecendo e ele determinou que a operação fosse cancelada com a presença da PM e continuasse somente com o Exército, como estava previsto, até nas palavras do Coronel Naime aqui pra senhora, que nós agradecêssemos a presença da PM, que, naquele momento, dia 29, nós não poderíamos ter um enfrentamento, que nós estávamos nas vésperas da posse, e um enfrentamento nas vésperas da posse poderia atrapalhar para a normalidade daquele evento que aconteceria logo depois.

Então, essa ligação não teve absolutamente nada a ver com o art. 142, absolutamente nada disso, essa ligação teve a ver com evitar um confronto. O Comandante do Exército me ligou, determinou que a operação fosse cancelada com a participação da Polícia Militar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o General Freire Gomes ligou para o senhor e determinou que o senhor suspendesse a desmobilização do acampamento.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Com a participação da PM e que continuasse desmontando somente com o Exército, como já vínhamos fazendo ao longo do período, e eu mostrei para a senhora, o acampamento bem desmontado lá no dia 5, 6 de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Naquele momento do dia 29, qual foi a ação prática, então, que o Exército Brasileiro fez do ponto de vista de desmontar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve desmonte de barracas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Houve sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode me precisar quantas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, naquele momento, você ainda tinha manifestantes de uma forma significativa, nem tanto, mas tinha algo em torno de 300, 400 pessoas ainda?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

Sim, senhora, entre a semana do Natal e do Ano Novo, como tem um dos vídeos, nós desmotivamos muito a presença de manifestantes, muita gente foi embora antes do Natal e a praça, na semana entre o Natal e o Ano Novo, já estava em uma decrescente bem grande.

No dia 29, houve essa coincidência de a praça ter amanhecido com bastante gente, que depois que a Polícia Militar se retirou e somente o Exército continuou na desmontagem das barracas, aí realmente ela voltou à normalidade das 300 pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois é, na verdade, o que você percebe aqui claramente, o Exército diz: "não, vocês vão, ficam só nós aqui que somos uma quantidade menor".

Dispensa, na verdade, o efetivo dia 29, dois dias... dois, três dias antes da posse do Presidente Lula, a pedido do General do Exército, o Freire Gomes.

Um dado muito importante, Deputada Jandira Feghali, que chega a esta Comissão.

General, no dia 6 de janeiro o senhor teve uma reunião com o Anderson Torres e também com a Secretária do DF da área de ação social, a Ana Paula.

Me fale dessa reunião.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senadora, como eu mencionei nas minhas palavras iniciais, a coordenação do CMP com a Secretaria de Segurança Pública é muito grande, trabalhamos de maneira sinérgica em diversos eventos e o meu contato com o Secretário Júlio Danilo sempre foi muito próximo.

Hoje, o Secretário Júlio Danilo ficou na função até, se não me equivoco, o dia 3 de janeiro, porque ele participou da posse. A posse foi um grande evento, como todos nós acompanhamos, demandou muita coordenação e ele tinha participado de todas as reuniões de coordenação e o Governador, acredito, manteve o Secretário Júlio Danilo até após a posse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Secretário Dr. Anderson Torres assumiu a secretaria, se não me equivoco, no dia 3 de janeiro. Eu não conhecia o Dr. Anderson Torres e aí eu fui convidado para um café de cortesia para nós nos conhecermos.

Quando houve esse convite para que nós nos conhecêssemos, foi inclusive a primeira vez que eu fui na Secretaria de Segurança Pública, porque as outras reuniões sempre foram no CMP...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... eu solicitei a presença da Dra. Ana Paula. Eu não a conhecia. Eu convidei, eu solicitei a presença de alguém da área social, porque, como eu mencionei para a senhora, naquela semana depois da posse, naquela semana de janeiro, as pessoas que estavam no acampamento eram pessoas em situação de vulnerabilidade. Eram muitos moradores de rua e pessoas que haviam vindo de outros estados e não tinham recursos pra voltar. Então, eu apresentei isso.

Naquela reunião, a Dra. Ana Paula mencionou: "Eu não tenho recurso da minha secretaria pra ajudar as pessoas que são de outros estados a retornarem pros seus estados. No entanto, dos moradores, das pessoas em situação de rua, nós temos que fazer uma verificação, um levantamento pra verificar as características de cada um". Essas pessoas têm características muito peculiares. Cada grupo seria levado para um local.

Nós marcamos uma visita dela ao CMP, com a equipe dela, para o dia 9 de janeiro, quando ela levantaria que tipo de vulnerabilidade existia ali, pra poder saber pra onde encaminhar as pessoas. Nós nos despedimos. Quando eu levantei, estava saindo, o Dr. Anderson Torres disse assim: "General, não tiro férias há não sei quanto tempo. Quem vai... Eu vou viajar hoje à noite com a minha família para os Estados Unidos. Quem vai ficar aqui é o Subsecretário" – se eu não me equivoco, o Dr. Luiz Fernando. Não tenho certeza do nome. Eu o cumprimentei e fui embora. Foi uma reunião de 20, 25 minutos, na qual o foco principal foi tomar um café para nos conhecermos e levantar uma vinda do pessoal da defesa social para o CMP, pra levantar as vulnerabilidades existentes e para saber pra onde direcionar aquelas pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

General, então, o Anderson Torres mente quando ele diz que nessa reunião foi tratada a retirada total do acampamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu mostrei pra ele umas fotografias, mostrei pra ele... Essas fotografias que eu mostrei aqui pros senhores são as fotografias que eu mostrei pra ele, o acampamento estava praticamente vazio, mostrando pra ele que as pessoas que estavam ali eram pessoas de que eu precisava de apoio pra tirar porque tínhamos que saber pra onde levar. As pessoas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade têm uma característica muito marcante, e eu precisaria... Foi esse o motivo da reunião, principal, e por isso que eu mostrei que o acampamento estava totalmente desarticulado, como eu mostrei pros senhores aqui agora, e solicitei esse apoio da área social.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja bem, o senhor está me dizendo que foi um café, uma reunião rápida, de 20 minutos, basicamente pra se conhecerem, por conta de eles estarem chegando, de uma forma inicial.

O Anderson Torres disse uma outra coisa. Ele fala que ele esteve lá, numa reunião com o senhor e com a Ana... com a Secretária de Desenvolvimento Social, a Ana Paula – não é? Ana Paula, não é isso, gente? Isso, com a Ana Paula – e, na verdade, vocês três – e a Cintia, inclusive, a Coronel Cintia –, vocês teriam discutido a retirada total dos manifestantes, ou seja, o senhor está me dando uma outra informação que não bate, de fato, com a informação dele.

Agora, a minha outra pergunta pro senhor é ainda sobre essa reunião. A Coronel Cintia diz o seguinte: "Olha, nesse dia da reunião, foi acertado que a gente faria, na verdade, a retirada dessas pessoas para o dia 7 ou dia 8", ou seja, o final de semana, que era o sábado e o domingo. Segundo ela, o senhor, na verdade, teria aconselhado a não fazer, porque, abro aspas, "A Praça dos Cristais já estava virando um ponto turístico". O senhor falou isso pra ela?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, não, senhora. O que nós falamos foi dessa questão... Nós conversamos. Eu fui conversar, conhecer o Dr. Anderson Torres. Tomamos um café, conversamos com ele da praça, conversamos com ele das manifestações; mostrei as fotografias de que a praça estava em grande decréscimo, mostrei a situação.

A Secretária de Desenvolvimento Social se voluntariou, na mesma hora se prontificou a montar uma equipe pra ir lá no dia 9, segunda-feira, fazer o levantamento das características das pessoas e tirar da praça cada um, pro seu encaminhamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor também disse que a Cintia mentiu.

Presidente, a gente tem tão pouco tempo ainda na CPI, e eu acredito que a gente deveria ter acareações nesta Comissão, porque é impressionante... (*Palmas.*)

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Porque é impressionante como a gente percebe que alguns depoentes conflitam de uma forma drástica um com o outro; um diz uma coisa e o outro diz outra coisa. Se a gente pudesse inclusive ter essas acareações, seria de fato muito importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel, pra gente... General, pra que a gente, na verdade, chegue à finalização aqui do nosso depoimento, do seu depoimento conosco, eu queria mostrar aqui pro senhor que havia, por exemplo, parentes de militares frequentando o acampamento, era constante a presença desses familiares.

Você vê aqui, por exemplo – só um minutinho, pessoal, por favor –, a esposa do General Villas Bôas aí presente.

Passa mais. Tem vídeo dela aí. E tem outros familiares, inclusive nas conversas, por exemplo, do Naime. Pode deixar passar. Pode deixar passar sem som mesmo, se for o caso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, sobre a presença de familiares de militares, o senhor recebeu pressão ou houve uma pressão pra que esses acampamentos, na verdade, não fossem desmontados em função da presença desses familiares de generais, de pessoas do alto-comando, na verdade, do Exército Brasileiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senadora, eu não recebi nenhuma pressão. E os órgãos, as instituições competentes nunca declararam o acampamento ilegal. A senhora... Na própria recomendação do Ministério Público Federal, que a senhora mencionou, ali, na recomendação, a Procuradora deixa para combater as ilegalidades que acontecem no acampamento. Então, ela não diz que o acampamento era ilegal e nenhuma instituição competente pra isso, em nenhum momento, disse que o acampamento era ilegal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – E não houve, tampouco, ordem judicial para a desmontagem do acampamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, inclusive sobre a questão da ordem judicial, o senhor disse que o senhor atenderia ou a ordem judicial ou uma decisão do alto-comando, ou seja, do Comando-Geral do Exército, ou seja, se naquele momento o General Freire Gomes lhe desse uma autorização, o senhor desmontava o acampamento? Se lhe desse uma ordem, o senhor desmontava o acampamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Exército é baseado na hierarquia e na disciplina. Se eu recebesse ordem do Comandante, com certeza, eu cumpriria. Mas a única ordem judicial que houve aconteceu no dia 8 de janeiro e foi cumprida na integridade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, é bom lembrar que eu li – não vou voltar, mas eu li –, eu li o que a recomendação da PGR diz e eu li o que estava lá. A recomendação fala, na verdade, de atos de hostilidade, de se contrapor. E estão lá todas as faixas apresentadas. Se aquilo dali não é ilegal e se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquelas faixas não estão na contramão da decisão do Ministério Público Federal, da recomendação do Ministério Público Federal, então, não sei o que é que é aquilo!

Quer dizer, é só você bater: você ler a recomendação e ver as fotos. Está vendo que as fotos estão exatamente enquadradas na ilegalidade apontada pela recomendação, mas vamos aqui em frente.

General, agora, sobre o dia 8 especificamente, o Coronel Naime, o Coronel Fábio e o próprio Anderson Torres... E também depois eu vi uma publicação – de que, daqui a pouquinho, vou falar – nas redes sociais do Gerson Gomes, que faz uma análise política, do Instituto Civitas, que é, na verdade, do Exército. Eles falam que houve uma tensão, de fato, muito grande ali na noite do dia 8 de janeiro. Eu queria que o senhor me explicasse como é que se deu essa reunião. O senhor fala que estava o Chefe da Casa Civil, estavam o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa, estavam...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Comandante do Exército e eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... o Comandante do Exército e o senhor, ou seja, me conte como é que foi. Eles falaram, nos depoimentos deles, que houve uma tensão, de fato, muito grande naquela noite. O que aconteceu naquela noite? Ao mesmo tempo, juntando a essa pergunta, o senhor disse que recebeu, que falou com o Presidente Lula, e ele o orientou, na verdade, a não promover nenhum ato de prisão naquela noite porque o senhor teria advertido que poderia haver um banho de sangue. Então, se deixou, de fato, para o dia seguinte, mas estava lá a Polícia Militar, estava o interventor Cappelli... Onde está o problema aí? Eles também não receberam a mesma orientação? Explique melhor o que aconteceu nessa noite.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

Por volta das 8h30 da noite, eu recebi uma ligação do Coronel Fábio Augusto dizendo que ele estava com o Dr. Ricardo Cappelli e toda a Polícia Militar se dirigindo para a Praça dos Cristais pra prender todo mundo. Eu respondi ao Fábio: "Essa operação é muito complexa, necessita ser coordenada. Onde é que vocês estão, que eu vou conversar com vocês?". Aí ele me respondeu, naquele momento, que estava no estacionamento do Estádio Mané Garrincha. Eu disse: "Eu estou indo pra aí". Em seguida, ele me ligou e disse assim: "O Dr. Ricardo Cappelli prefere falar com o senhor no estacionamento da Catedral Rainha da Paz". Aí eu fui pra catedral, fui pro estacionamento, encontrei o Dr. Ricardo Cappelli.

Conversamos de maneira muito amistosa, neste tom de voz com que estamos falando aqui agora. E eu conversei com ele sobre a complexidade daquela operação e disse que, naquele momento, nós teríamos um risco muito sério de colocar em risco a integridade das pessoas e a vida das pessoas, que era uma operação muito complexa que nós teríamos que planejar. Ele me perguntou se as pessoas estavam armadas, e eu disse que não, que as pessoas ali estavam com pedra portuguesa, que estavam... E que não tinha iluminação necessária na Praça dos Cristais, que o dispositivo a ser adotado é um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo que demandava planejamento, que nós ali poderíamos ter risco da integridade das pessoas e da vida das pessoas. Ele me falou: "Vou ligar para o Ministro" – o Ministro Flávio Dino – "e o que ele decidir será executado". Eu: "Sim, senhor. Eu só lhe solicito que leve ao Ministro as minhas considerações". Ele se afastou pra ligar. Nesse momento, eu resolvi ligar para o General Gonçalves Dias.

Conversei com o General Gonçalves Dias e disse: "General, por favor, ligue para o Presidente Lula, explique a situação". Ele disse: "Dutra, não preciso ligar, o Presidente Lula está aqui na minha frente". E: "Explique a situação, porque dessa operação sem planejamento nós vamos ter problema". Ele desligou, ligou logo em seguida e disse assim: "O Presidente está muito irritado e vai entrar". Eu disse: "General, vai dar problema". Ele: "Fale com ele". E me surpreendeu, passou o telefone para o Presidente Lula. Naquele momento, eu conversei com o Presidente Lula e expliquei pra ele... Eu nunca usei o termo banho de sangue, eu disse assim: "Até este momento, nós estamos somente lamentando dano ao patrimônio. E, se nós fizermos a operação sem planejamento, nós poderemos ter mortes". Na mesma hora, o Presidente Lula respondeu: "Isso seria uma tragédia", e autorizou que a operação fosse planejada.

Para haver esse planejamento, houve a demanda de uma reunião com a presença dos Ministros. Vieram os Ministros da Justiça e Segurança Pública, o Ministro da Casa Civil, o Ministro da Defesa. Nós entramos, foi uma reunião extremamente... Obviamente, estavam todos tensos, mas houve uma reunião que começou e foi ao tempo uma conversa muito, muito social, uma conversa civilizada, uma conversa civilizada onde nós começamos a levantar, por exemplo, para onde, "como vamos tirar essas pessoas daqui"... Aí, um dos ministros, não me lembro qual, me falou: "General, quantas pessoas tem na praça?". Eu disse "Em torno de 1.200". Ele falou: "Tudo isso?". Eu disse: "Sim, senhor, tudo isso". "Então, quantos ônibus vão precisar?" "O senhor raciocina uma média de 40 pessoas por ônibus. Vamos precisar de uns 40 ônibus, 30 ou 40 ônibus." Ele: "Que horas, General?" Eu disse: "Ministro, 5h30". Ele ligou para alguém, que eu não sei quem, e, em seguida, perguntou "6h30?". Eu: "6h30, sim, senhor".

Então, a reunião transcorreu num ato normal de uma reunião, numa situação grave – numa situação grave –, onde nós coordenamos o início da operação para o dia seguinte.

No dia seguinte, às 6h da manhã estavam todos a postos. Às 6h da manhã, os ônibus, os 40 ônibus chegaram, e eu ressalto que foram necessários mais 12. Foram 52 ônibus. Foi cumprida na integridade...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está bom, Coronel. Só para a gente ganhar tempo. Essa frase – o Naime, inclusive, colocou isso – "a minha tropa é maior do que a sua"... Teve essa frase? Quem disse essa frase pra quem?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, eu nunca falei essa frase. Eu, sinceramente, nem lembro do Coronel Naime nessa noite no CMP. Nós estávamos lá, o Dr. Ricardo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cappelli, o Fábio Augusto, os Ministros, o Comandante do Exército, eu... Eu não lembro nem de o Naime estar dentro do CMP nessa hora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A referência teria sido ao General Arruda, que ele teria feito essa frase de que a tropa dele seria maior do que a tropa da PM.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não ouvi essa frase.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A imprensa coloca, General, com muita frequência, e até tentei levantar aqui pra ver se a gente conseguia, na verdade, ter algum, algo em nível de depoimento, mas se coloca muito que... Veja só, o que nós tínhamos lá?

Coloca aqui para mim.

Olha a imagem que nós temos. Você tem os tanques e você tem um efetivo muito grande ali das Forças Armadas virados para a Polícia Militar. "Aqui você não vai entrar". Quer dizer, a Polícia Militar estava aqui, e eles estavam lá com tanques blindados, voltados pra cá. E chega-se a colocar que essa ação de não se permitir – por favor, deixe aí – a presença... Tem outra maior. Estão aqui alguns militares aqui... De não se permitir o acesso e se colocar esse efetivo e esses carros blindados numa demonstração clara de força... O senhor disse que aí não tinha ninguém armado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, Senadora, eu falei, nas minhas palavras iniciais, que, por volta das 21h, o Comandante do Exército determinou o aumento da segurança do perímetro do SMU para dissuadir a volta dos manifestantes para o interior do SMU. Por isso que a tropa está voltada pra fora. Eu disse que as viaturas que tinham sido usadas, são esses dois Guaranis que aparecem na foto, são viaturas blindadas de transporte de pessoal. Essas viaturas...

As organizações militares mecanizadas, a viatura que tem pra transportar a tropa é essa daí. E eu disse que essas viaturas não estavam armadas – conforme a senhora vê ali na foto –, fica mais claro ver no Guarani da esquerda, atrás ali dos fotógrafos. Eu não sei se a senhora consegue ver em cima, tipo um "U". Ali, a senhora está vendo ali um...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Aquilo ali é o local onde se colocaria a arma, se o Guarani estivesse artilhado. O Guarani foi usado exclusivamente para transportar os soldados do quartel para o perímetro do SMU e a tropa está voltada para fora, para dissuadir a volta dos... Inclusive, naquela noite, quando aconteceram os fatos do dia 8, eu recebi ligação de várias pessoas falando: "Vocês vão permitir o retorno?". Então, nós tentamos... Vários retornaram, mil e poucos, mas é que o SMU é muito permeável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quer dizer, vocês estão com... Veja só, vocês estão aí, dá até medo de chegar perto, não é? Quem olha um monte de blindado desse aí... de passar por cima.

Então, está todo esse efetivo aí, com blindados, e ainda entraram mil pessoas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O SMU é muito permeável.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Permitiram ou o que é isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O SMU é muito permeável. O SMU é muito permeável, o SMU é muito grande. O SMU tem um perímetro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas tinha as barracas, General, os acampamentos, quer dizer, eles estavam lá, eles passaram. Vocês estão obstruindo uma entrada com um arsenal aí, ó, de guerra.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Há quatro entradas oficiais no SMU.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês só fecharam uma então?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, não, nós fechamos todas. E as entradas fechadas, e tem o campo, tem o terreno ali, que é permeável, entre a Avenida do Exército e a Avenida Duque de Caxias, que são as duas paralelas que cortam o SMU, há um perímetro muito grande, tanto por um lado quanto por outro, tanto pelo lado sul como pelo norte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, quer dizer, se tinha esse monte de acesso, por que a Polícia Militar não entrou? Os manifestantes entraram, mas a Polícia Militar não entrou.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A Polícia... A Polícia Militar veio com o Dr. Ricardo Cappelli. Eles pararam ali, enquanto nós conversávamos, e nós coordenávamos a operação. Foi uma operação extremamente coordenada, tanto é que eu mencionei as palavras do Dr. Ricardo Cappelli, que nós conseguimos fazer cumprir a ordem judicial. E a ordem judicial foi cumprida no prazo de 24 horas. A ordem judicial estava bem clara, dando a determinação para a Secretaria de Segurança Pública, para a Polícia Militar cumprir a desativação, a desocupação da praça, a prisão, com o auxílio do Exército. Foi exatamente o que foi feito. E nós tínhamos que coordenar, porque uma operação dessa, de desocupação, é uma operação muito complexa. É uma operação que envolve na primeira fase, como já mencionei aqui, isolarmos a área.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito. O senhor já explicou.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, porque tem um monte de Parlamentar ainda para perguntar, eu quero só – que eu iniciei o raciocínio, acabei não concluindo... Há, por exemplo, uma colocação na imprensa, de uma forma muito frequente. Houve essa estruturação dos tanques com esses militares para que, dentro do espaço onde havia ali manifestantes, inclusive parentes de familiares de militares da alta cúpula do Exército Brasileiro, pudessem, na verdade, sair, antes da chegada da Polícia Militar, que afetou as prisões no dia seguinte?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Isso não aconteceu, porque acontece o seguinte: fica bem claro nas imagens que as pessoas que participaram dos atos do dia 8 não vieram somente do acampamento. Várias pessoas vieram de próprio da cidade de Brasília. As imagens das pessoas chegando pela N2, pela S2, passando através dos prédios dos ministérios. E essas pessoas são moradoras de Brasília. A praça, como eu mostrei para a senhora, já estava desarticulada no dia 6. Ela já não tinha mais apoio logístico. Ela já não tinha mais estrutura de água. Ela já não tinha mais estrutura de banheiro químico.

As pessoas que retornaram pras praças, pra praça, desculpe, eram pessoas de fora de Brasília. Se eventualmente houve algum parente de militar, algum militar que participou dos atos do dia 8, essas pessoas moram em Brasília, essas pessoas não retornaram para o acampamento. Não teria motivo minimamente coerente uma pessoa ir pra praça quando, no meio do caminho, entre a Esplanada e o SMU, estão as quadras residenciais onde moram os militares aqui de Brasília.

Então, não houve isso; muito pelo contrário, nós não tivemos contato com ninguém dos manifestantes durante a noite. Naquela noite do dia 8, num primeiro momento, eu estive em reunião com o Dr. Ricardo Cappelli; no segundo momento, eu estive em reunião com os ministros, como já mencionei; num terceiro momento, nós estávamos planejando; num quarto momento, nós emitimos a ordem pros elementos subordinados pra execução. Então, não houve contato com o pessoal da praça, muito menos facilitar a saída de ninguém de lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, foram encontradas diversas informações golpistas nos telefones celulares. Por exemplo, no do Tenente-Coronel Mauro Cid e também do ex-Major do Exército Ailton Barros. Esse diálogo que foi revelado à época mostrou que o Coronel Elcio Franco estaria tramando um golpe de Estado com o Ailton. Inclusive, aqui nesta Comissão nós temos um relatório da Polícia Federal que aponta uma série de troca de mensagens. O Ailton Barros dizia que era preciso convencer o General Carlos Alberto Pimentel, do Comando de Operações Especiais, com sede em Goiânia, a mobilizar 1,5 mil homens, ou seja, do Grupo de Operações Especiais, para prender o Ministro Alexandre de Moraes. O Comando de Operações Especiais era subordinado ao Comando Militar do Planalto, portanto, ao seu comando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas mensagens vazadas à imprensa, havia uma divisão dentro do Exército entre os que apoiavam o golpe e os que não apoiavam. Inclusive essa coisa de ter alguém que não apoia no Exército, ou melhor, na área militar é uma coisa que se perdura ao longo inclusive da história brasileira.

Na troca de mensagens do Lawand com o Coronel Cid, ele também diz isso. Ele disse que havia parte do Exército Brasileiro que apoiaria uma decisão de um golpe militar no Brasil, ou seja, aponta, pelas informações que nós temos, que havia parte, na verdade, das Forças Armadas do país apoiando e torcendo e querendo de uma forma muito clara um golpe de Estado.

O senhor concorda com esse mesmo entendimento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senadora, a senhora mencionou conversa... Eu tive acesso a essa conversa do Ailton por intermédio da imprensa. O Ailton não representa o Exército, o Ailton foi considerado indigno, foi excluído do Exército, se eu não me equivoco, em 2014. Ele não tem nenhum respaldo pra falar sobre o Exército. Das outras situações que a senhora mencionou eu não tenho conhecimento, são ilações. Eu não vi, em nenhum momento, nenhum comentário disso; muito pelo contrário, o Exército é uma instituição de Estado, pautada pela sua missão constitucional, e o tempo todo nós estamos cumprindo nossa missão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o Lawand também? O Lawand, aliás, era o que mais incentivava nas mensagens que nós recebemos. Dava pressão, inclusive, no Mauro Cid.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu tive conhecimento pela imprensa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou finalizar, Presidente.

General, o Gerson Gomes, que, como eu falei, é um coronel da reserva, postou um Twitter no mês de maio em que acusa o senhor de distorcer fatos ocorridos nos dias 8 e 9 de janeiro. Inclusive é esse tuíte que está aqui, mas, pra ganhar tempo, não vou ler todo. Mas ele afirma, como eu acabei de ler, que o Exército teria conhecimento prévio dos acampamentos e que a autorização para permanecer no local, concedida pelo ex-Comandante do Exército General Freire Gomes e mantida pelo General Arruda, teria um motivo posterior.

Seria, ou melhor dizendo, teria sido posterior à razão aí da exoneração do Arruda.

O Coronel Gerson Gomes está mentindo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Coronel Gerson Gomes eu não conheço pessoalmente. Eu vim a saber que ele era militar na época em que ele trabalhava na Jovem Pan. Eu sei que ele mora nos Estados Unidos, em Miami, está bem longe da Praça dos Cristais. Não sei de onde ele tirou essas conclusões dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele responde a uma sindicância, né?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não sei, não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não responde?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, não tenho conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não vejo com credibilidade para falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu quero agradecer, Presidente, mas quero só mais uma pergunta porque eu tenho várias perguntas, na verdade eu estou cortando aqui porque acabou que, como o General acaba fazendo uma exposição...

Ainda citando, por exemplo, o caso de generais, de integrantes do alto comando. Nesses vários debates e de conversas na verdade entre militares, nós chegamos, por exemplo, à conversa do Mauro Cid, do Lawand, do General Augusto Heleno, do Eduardo Pazuello, do Eduardo Ramos, onde todos eles faziam transmissão de mensagens entre si.

E nessas mensagens inclusive diziam que havia aqueles generais mais convictos ou coronéis mais convictos e outros menos convictos, né? Eu pergunto ao senhor: havia de fato essa divisão, havia um sentimento golpista, digamos assim?

Eu não estou falando nem da divisão para baixo, eu estou falando dos generais, desse alto comando. Havia esse sentimento? Não precisa nem o senhor citar nomes, General, mas havia esse sentimento de colegas seus?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhora. O tempo todo o Exército é uma instituição de Estado, pautada pela legalidade. Estivemos o tempo todo, estamos o tempo todo preocupados em cumprir nossa missão constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada. General, eu quero só finalizar perguntando ao senhor. O senhor permite deixar o seu telefone para que a gente possa ter acesso às suas mensagens de compartilhamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Com certeza absoluta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero comunicar que os memoriais distribuídos pela defesa do depoente já se encontram disponíveis no computador dos Parlamentares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também informar que, como sabemos, tem Parlamentares que são mais assíduos aqui, que comparecem mais à CPMI. Uma delas, desses Parlamentares, sem dúvida, é a Senadora Soraya Thronicke, que neste momento se encontra numa viagem de missão oficial em Singapura.

A Senadora me pediu para ter a oportunidade de fazer a sua inscrição e falar por via remota. Sendo assim, a Mesa deferiu o pedido da Senadora e baixamos um ato dizendo que qualquer dos membros da CPI que estiver em viagem de missão oficial terá também esse direito de falar por via remota.

Então, como ela está num fuso horário de... Apenas os membros.

Como ela está numa viagem com fuso horário de 11 horas, primeiro eu vou passar a palavra aos autores de requerimento e depois ela será a primeira a falar. Portanto, depois do último autor de requerimento.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, que é o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, a Relatora deu uma saidinha, mas eu tenho, de alguns depoimentos para cá, mais observado a Relatora, a parcialidade.

Você tem dois generais. O General Dutra está aqui e o General G. Dias, na última reunião. É totalmente diferente a forma, a abordagem, a colocação.

Espero que o celular do General Dutra, que colocou à disposição... Ela faça a mesma coisa com o General G. Dias, para a gente apurar exatamente por que ele deletou as mensagens principais.

Mas eu quero aqui... Eu tenho várias indagações, Presidente, mas eu vou fazer, só para as pessoas lembrarem aqui, uma retrospectiva que eu acho que é interessante aqui para a CPMI.

Olha só, Senadores, Deputados: no dia 8 de janeiro, o Palácio do Planalto foi invadido e depredado. Dia 9 de janeiro, a Polícia Federal, leia-se Ministro Flávio Dino, e o Presidente Lula tiveram acesso às imagens. Imediatamente colocaram sob sigilo as imagens. Depois disso, o Governo fez de tudo para evitar a instalação de uma CPMI no Congresso Nacional. Passados alguns meses, a CNN vazou as imagens. Não teve jeito, a CPI foi aberta. O Governo tratou de controlar a CPMI: colocou a bancada, principalmente do Maranhão, para proteger o Ministro Flávio Dino. Por um descuido da base governista, foi aprovada a quebra das imagens do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Ministro Flávio Dino protelou o quanto pôde o envio das mensagens. Disse que dependia da Justiça para enviar as mensagens. Depois de uma determinação do Supremo Tribunal Federal, foi obrigado a enviar. Mandou imagens de apenas duas câmeras. Depois de cobrado novamente pela CPMI, enviou imagens de mais três câmeras. Dessa vez, alegou que o resto das imagens foram apagadas; disse que as imagens só ficaram disponíveis por 30 dias. Na sequência, o Saulo Cunha prestou depoimento e disponibilizou o seu sigilo telemático. Havia várias mensagens trocadas com o G. Dias – 126 páginas apenas. G. Dias foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocado, prestou depoimento e também disponibilizou o sigilo telemático, mas não foram encontradas as mensagens trocadas com o Saulo Cunha. Dois dias antes do depoimento do G. Dias, o chefe de gabinete da Relatora, Senadora Eliziane, aliada incondicional do Ministro Flávio Dino, esteve reunido com o G. Dias. Esse encontro está no sigilo telemático de G. Dias. Tudo indica que o depoimento de G. Dias foi uma farsa, houve combinação de perguntas e respostas. Conclusão: estão protegendo o G. Dias – tanto o Presidente Lula quanto o Ministro Flávio Dino e o próprio Supremo Tribunal Federal. Os motivos todos sabemos.

Eu aqui não vou fazer nenhuma pergunta aberta. Eu vou colocar aqui... Vou formular algumas colocações objetivas e darei oportunidade, então, para o General dizer se concorda ou não, pedindo a ele para apontar as responsabilidades.

O Plano Escudo, General, é uma estratégia ou conjunto de ações destinadas a proteger e conter manifestações, especialmente em relação ao Palácio do Planalto. Se os alertas da Abin tivessem sido entregues corretamente aos destinatários, o Plano Escudo teria sido eficaz em conter a manifestação. A falha ou interrupção do fluxo de informações levou à implementação inadequada do Plano Escudo, contribuindo para os eventos do dia 8 de janeiro. Eu pergunto a V. Sa.: concorda com essa colocação? Se concorda, quem deve responder pelo fato e o que deveria ter sido feito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Izalci Lucas, bom dia.

O Plano Escudo é um plano confeccionado a quatro mãos, entre o GSI e o CMP. Ele tem o objetivo da proteção das instalações presidenciais, quais sejam, Palácio do Planalto, Alvorada, Jaburu e Granja do Torto. O Plano Escudo determina bem que a missão do GSI é fazer o planejamento, levantar a necessidade de meios e empregar aqueles meios, e ao CMP cabe disponibilizar os meios para cumprir o planejamento realizado pelo GSI.

No final de semana do dia 8, o que foi solicitado pelo GSI foi atendido pelo CMP. Aos fatores da decisão que levaram o GSI a solicitar aqueles meios eu não tenho acesso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim, mas o senhor concorda que, se a informação tivesse chegado aos órgãos responsáveis, evidentemente que o tratamento seria outro, não teria um esvaziamento completo do que aconteceu aqui no dia 8 de janeiro.

Bem, Comandante, o Comando Militar do Planalto não estava no grupo do WhatsApp da Abin e não tinha conhecimento prévio das manifestações. Segundo o Plano Escudo, o GSI determinaria o efetivo necessário. Até as 11h54 do dia 8, o GSI não viu a necessidade de reforços. Havia um pelotão do RCG, 36 homens e 15 agentes do GSI presentes. Com o aumento da movimentação na Esplanada dos Ministérios, o GSI pediu reforço de um pelotão, 36 homens, para o controle dos distúrbios, que chegou ao Palácio do Planalto, às 12h30, apesar de o General G. Dias ter recebido uma ligação do Saulo, no dia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8, 8h da manhã, dizendo: "Olha [e ele disse], vamos ter problema". Então, era tempo suficiente para resolver.

Por volta das 14h30, houve confronto entre os manifestantes e a Polícia Militar do DF. A situação saiu do controle, levando ao envio da tropa de prontidão por decisão do próprio CMP. Havia 120 homens de prontidão no BGP e 120 no CMP. Desde o início, 240 homens estavam em prontidão no Setor Militar Urbano. O BGP é o responsável pela segurança das instalações presidenciais. Registre-se que o tempo de deslocamento da tropa até o Palácio do Planalto seria de, no máximo, 40 minutos, no máximo!

V. Sa. concorda com essa colocação? Assim, de uma forma bem objetiva, porque tenho mais algumas colocações aqui. Se concorda, quem deve responder pelo que deveria ter sido feito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Com tudo que V. Exa. falou eu concordo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

Bem, eu vou fazer aqui, pular algumas aqui.

Em 2017, Sr. Presidente – há uma diferença em relação a 2023 –, o então Presidente Michel Temer decretou GLO, o que facilitou bastante a contenção daqueles eventos. Isso não foi feito agora em 2023, por algum motivo que escapa à nossa compreensão. Aliás, o Presidente Michel Temer decretou GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para evitar uma possibilidade de golpe em 2017. E a GLO deu conta do recado.

Sobre essa medida, inclusive, o *Globo.com*, no dia 13 de janeiro de 2023, informou:

Lula diz que não decretou GLO para evitar 'golpe' após ataques. Presidente deixa clara sua desconfiança em relação a militares e critica mercado.

Quer dizer, sabia-se, tinha-se conhecimento da possibilidade de eventos gravosos e danos a prédios públicos no dia 8.

O Ministério da Justiça sabia. A Presidência da República sabia. [E houve...] [Não há a menor] [...] dúvida que houve erro, mas é um erro coletivo, que não pode ser atribuído só às forças de segurança do Distrito Federal.

Se não tivesse havido erro, não teria havido o quebra-quebra que houve no dia 8. Os crimes que foram cometidos não teriam sido cometidos. Portanto, sabia-se do que havia possibilidade de acontecer, e não foi tomada nenhuma providência.

E isso está no diálogo da Abin com o G. Dias, que não teve o mesmo tratamento da Senadora Relatora, da mesma forma com que está fazendo com V. Sa. E eu espero, da mesma forma com que ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está pedindo o sigilo de V. Sa., que ela faça exatamente aquilo – e eu já fiz o requerimento, Presidente, para que a gente realmente faça uma busca nas informações de Saulo e G. Dias.

Eu pergunto: V. Sa. concorda com essa colocação que fiz? Se eles... Se o Ministério da Justiça tivesse recebido as informações que recebeu...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sr. Senador, o senhor desculpe aí... Eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A GLO... O senhor estava no comando em 2017?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É porque houve, realmente, exatamente, a forma que deveria acontecer.

Agora, V. Sa. tomou essa iniciativa mesmo não participando do grupo? Como é que foi essa...?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Por volta das 14h30, 14h40, como eu mencionei nas minhas palavras iniciais, eu recebi as fotografias do rompimento da barreira da polícia, ali, na altura do Tatu, logo depois da rodoviária. E imediatamente mandei acionar as tropas e liguei para o General Penteado, solicitando que ele formulasse o pedido, porque eu só tenho autorização legal para mandar a tropa mediante demanda. Imediatamente o Penteado solicitou, e essas tropas que o senhor mencionou, cumprindo os prazos, conforme também procedimento administrativo que chegou aqui... A primeira tropa chegou às 15h30, a segunda tropa chegou às 15h50. E imediatamente após isso, cerca de vinte, vinte e poucos minutos depois, o General Gonçalves Dias me ligou solicitando tropa. Eu informei para o General Gonçalves Dias que as tropas que estavam de prontidão eu já estava enviando, já estavam em deslocamento para o Palácio do Planalto, e que eu já havia acionado o plano de chamada, ou seja, já tinha mandado chamar os militares que estavam em casa para vir para o quartel.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

Só pra... Presidente, só pra... Com relação à citação do General – ele falou do General Penteado. O General Penteado era o 02 e que disse agora, na Câmara Legislativa, exatamente... Ele disse que, se tivesse recebido as informações do General G. Dias, não teria acontecido o que aconteceu no dia 8 de janeiro. Só pra dizer...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... do General Penteado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o próximo orador inscrito, que é o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Um bom dia a todos.

Quero cumprimentar o General Dutra, General de Divisão do Exército Brasileiro, agradecer pelo comparecimento e pela colaboração.

General, posso vir a fazer algumas perguntas semelhantes às já feitas, mas é muito para corroborar e consolidar fatos e conclusões aqui para o nosso relatório.

Eu vou iniciar meus questionamentos trazendo o relatório de intervenção que relata que, desde o dia 1º de janeiro, houve uma intensa desmobilização no acampamento em frente ao QG do Exército.

[...] o acampamento do [...] [QG do Exército], instalado desde 1º de novembro de 2022, havia sofrido expressiva redução de público, barracas e de veículos no local a partir de 02 de janeiro de 2023. Frisa-se que no dia 06 de janeiro de 2023, o público era de aproximadamente 300 pessoas, com desmobilização de várias tendas e o estacionamento, que era destinado a veículos, estava totalmente desocupado.

O senhor confirma que houve essa gradual desmobilização e um número de 300 pessoas no dia 6 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Bom dia, Deputado Ramagem.

Confirmo.

Conforme mostrei fotografias, na semana do dia 2 de janeiro, houve uma intensa desmobilização. E, no dia 6 de janeiro, as barracas já estavam praticamente desmontadas, e o público presente era basicamente de pessoas com vulnerabilidade, como eu já expressei aqui.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, General.

Às vezes eu posso vir a interrompê-lo para dosar o meu tempo – e eu aviso à Mesa, por favor, que o meu tempo não está correndo ali, para que eu possa dosá-lo.

O senhor falou que havia pessoas com vulnerabilidade, moradores de rua, que eram, dessas 300 pessoas, uma parte, metade delas, que estavam ali pelo auxílio e generosidade dos brasileiros que estavam ali. O senhor confirma?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eles estavam ali, sim, para aproveitar as benesses, como a comida do acampamento.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós todos sabemos que a Abin avisou com antecedência, não apenas as ameaças, mas que diversos ônibus viriam, que trouxeram quase que 5 mil pessoas. A ANTT também fez diversos avisos a toda a Esplanada nesse sentido. Nós verificamos, inclusive pela própria Polícia Militar, que chegaram por aqui cerca de 4,5 mil pessoas, 5 mil manifestantes, mas que apenas 500, no máximo, eram esses vândalos.

General, cai por terra, então, que se tratava ali, em frente ao QG do Exército, de um núcleo embrionário de caos para invasão e causar danos? Ou a movimentação que estava ali era pacífica e ordeira?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o acampamento foi pacífico, nenhuma instituição declarou ele ilegal. Os crimes ali levantados foram crimes comuns, conforme levantado no relatório do Interventor, e também pelo Delegado da Polícia Civil. E o acampamento, como o senhor mencionou, no dia 6, ele já estava praticamente desmobilizado, e as pessoas que participaram do ato do dia 8 chegaram a Brasília, basicamente, nos ônibus do dia 7.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, General.

Adentrando o acontecido no dia 8 de janeiro, houve algum auxílio do EB a esses 500 vândalos que invadiram e depredaram patrimônio público?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma, Delegado.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Os vândalos, General, conseguiram invadir os três prédios públicos, poucas pessoas, inclusive diversos deles entraram em mais de um prédio. Eles entraram, inclusive, em diversos gabinetes de altas autoridades. Eles chegaram ao máximo que eles poderiam de entrar e poder causar dano. Em algum momento o senhor viu, como Comandante Militar do Planalto, o seu comando ser interrompido ou destituído por essas pessoas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Desculpe-me, não entendi a pergunta.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O senhor perdeu o seu comando sob a sua tropa em razão desses vândalos?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O senhor teve alguma ordem superior, militar ou política, para apoio a esses vândalos?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Então, General, está comprovado aqui, pelo Comandante do Comando Militar do Planalto, que todos os requisitos indispensáveis a qualquer golpe de Estado não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam preenchidos. Eram vândalos que entraram na estrutura e depredaram, e por isso têm que ser responsabilizados.

Vamos aqui, agora, General, às omissões, omissões sem as quais o resultado não teria ocorrido, conforme o art. 13 do nosso Código Penal.

Os delinquentes têm que ser punidos em suas medidas. Ontem houve uma condenação de 17 anos a um delinquente, quando a gente sabe que a Elize Matsunaga esquartejou e matou seu marido e pegou 16 anos. É evidente que há algo muito errado com a nossa Justiça brasileira. Será que as omissões terão correspondência de responsabilidade como com esses delinquentes? É o que nós queremos verificar.

A defesa do Palácio do Planalto, General, o Plano Escudo: cabe ao GSI o acionamento do Plano Escudo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O Plano Escudo foi acionado, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Às 11h54 da manhã, o GSI, vendo o aumento de pessoas na praça, solicita um pelotão. Esse pelotão foi enviado, chegou no Palácio do Planalto às 12h30 e estava em condições de emprego. Em seguida, às 14h30, 14h40, quando foram rompidas as barreiras... a barreira da Polícia Militar, eu entrei em contato com o General Penteado; o General Penteado imediatamente solicitou o envio de tropa – por acaso havia tropas de prontidão no SMU –, e foram enviadas essas tropas. Ato contínuo, pouco tempo depois, o General Gonçalves Dias me ligou solicitando tropa, eu informei que as tropas que estavam de prontidão já tinham sido deslocadas para o Palácio do Planalto e que o plano de chamada do CMP já tinha sido acionado. Ao final do dia, nós tínhamos cerca de 400 militares no Palácio do Planalto.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, General. Então, até cerca de meio-dia, o GSI não tinha visto necessidade de reforço nenhum. E depois do meio-dia, ou 11h54, que eu tenho ciência aqui, ele pediu apenas um pelotão. Então, com a crise instalada, eles possuíam à frente um único pelotão portando equipamento de controle de distúrbio, o único com reforço preventivo. Esse único pelotão estava sob comando, no *front*, do senhor ou do GSI?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O pelotão... O Plano Escudo é bem claro: o planejamento e o emprego das tropas ficam a cargo do GSI; o CMP provê os meios. Então, quando nós mandamos a tropa pro GSI, a partir daquele momento a tropa é comandada pelo GSI, ela é... o emprego dela é coordenado pelo GSI.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, General. Coordenada pelo GSI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ao inquérito policial militar, às suas conclusões:

[...], é possível concluir que, sendo realizado um planejamento das ações de segurança adequado, com o acionamento de valor de tropa suficiente, a execução das ações de segurança por parte das tropas do CMP teria melhores condições de êxito. Nesse sentido, a invasão ao Palácio do Planalto poderia ter sido evitada ou minimizado os danos [...].

O senhor concorda?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, isso aí está na conclusão do IPM. Aos fatores da decisão que levaram o GSI àquela demanda, àquela solicitação, nós não temos acesso. Agora, realmente, o pelotão se demonstrou... Quando houve a invasão, a tropa que havia lá era um pelotão que se demonstrou bastante insuficiente...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, General. A nossa conclusão aqui é que os fatores foram total incompetência e uma omissão deliberada que aconteceu pelo GSI, que está cada vez mais comprovada.

Vamos a outro ponto, por favor.

O senhor é um General de Divisão do Exército, três estrelas, o senhor já comandou batalhões, o senhor já comandou brigadas, mais de uma organização militar, o senhor tem uma formação de estrutura de combate. Havendo sete pelotões a 50m do evento, abrigados, cientes das demandas, preparados para ameaça, o senhor entende que esses sete pelotões, se empregados, auxiliariam de alguma forma a evitar o conflito, a minimizar o conflito e a solucionar e colocar ordem na Esplanada dos Ministérios?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, eu não posso emitir juízo de valor de uma situação de que eu não participei do planejamento.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – General, qualquer planejamento de combate é juízo de valor, é especulativo, é suposição e reclama uma decisão.

Estou lhe trazendo aqui premissas válidas, verdadeiras, fatos, em razão de uma lógica dentro do seu treinamento, da sua experiência, para que tenha um adequado silogismo.

Qualquer leigo sabe que quase 300 homens militares ou policiais, civis ou militares, ajudaria de qualquer forma a evitar o conflito, a não causar o dano, mais ainda, que os policiais militares não corressem risco de vida. Então, é com muita tristeza...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... que uma questão como essa, tão importante para o cenário nacional, o senhor se furte de uma análise decisória.

Então, nessa questão, que já está bem colocada para todos, essas graves omissões, eu digo ao senhor, General, que os generais têm que mudar a sua postura, do contrário, a credibilidade das Forças Armadas, em grave crise neste momento, não mais retornará. O povo brasileiro conta com ela para a defesa da nossa soberania.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Mauricio Marcon.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exª...

Presidente, é só uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... porque o depoente colocou sobre não conhecer os integrantes do Exército Brasileiro, no grupo do Sisbin, que era exatamente quem recebeu os alertas.

Eu vou aqui colocar, Comandante.

Tem um que é do Ministério da Defesa mesmo, que é o Alexandre de Castro, é Coronel, Chefe da Divisão de Inteligência, mas tem o Luiz Carlos Aguiar, que é do Exército Brasileiro, Tenente-Coronel, Comandante do 6º Batalhão de Inteligência Militar, e tem o Rodolfo de La Vega, que é assessor de inteligência do Exército Brasileiro, que é assessor do Centro de Inteligência do Exército.

Então, esses três integrantes da inteligência do Exército Brasileiro estavam no grupo do Sisbin, que era o grupo que recebeu os vários alertas acerca dos atos do 8 de janeiro.

É só título de informação para que fique consignado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

Deputado Mauricio Marcon, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não precisa ser 20 minutos não... (*Risos.*)

Agradeço ao Girão que trocou comigo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Dutra, é uma pergunta bem importante que eu vou lhe fazer agora e peço que o senhor responda com a maior clareza possível.

O senhor recebeu ou combinou perguntas com a Relatora?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado Mauricio Marcon: não, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor não recebeu, então, a visita de Erlando? Ele não lhe mandou mensagem? Ele não mandou perguntas que seriam respondidas? Não houve uma combinação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, Sr. Deputado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Então, o senhor foi prejudicado pela Relatora, porque com o G. Dias ela fez essa combinação.

Só ia alertá-la, parece que não está ouvindo.

Mas eu esperava da Relatora hoje, caros colegas, povo brasileiro, que ela tivesse a grandeza de ter renunciado ao cargo dela.

Afinal, para o povo brasileiro entender, a Relatora, nesse papel que ela faz aqui, ela é como juíza, General. Ela vai fazer um relatório final sobre os acontecimentos dos atos do dia 8 de janeiro. E ela, ao contrário do que fez com o senhor, combinou perguntas e respostas com o G. Dias, para que, provavelmente, ele não fosse comprometido.

Aliás, disso... Além disso, ela também falou que ainda nós temos pouco tempo da CPMI.

A oposição é a favor que seja postergada a CPMI, inclusive, daqui a pouco, para fazer uma acareação entre o senhor e G. Dias.

Aí eu não sei se ela vai mandar as perguntas também da acareação para o G. Dias, se vai ser combinado, mas fica esse questionamento.

Então, Relatora, com toda a sinceridade, depois do que foi exposto na reunião de semana passada, eu esperava que a senhora teria a grandeza... Até porque já ficou mais do que claro que, nessa CPMI, o relatório final é produzido e será produzido por Flávio Dino.

Senão, vejamos, vamos relembrar alguns fatos aqui. A irmã da Relatora, brasileiros, ganhou um cargo. Olha o dia, Pastor. No dia que ela apresentou o plano de trabalho aqui, ela ganhou um cargo no Governo Federal. Coincidência, né? Como o colega André falou, uma coincidência normal. Nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobrimos a irmã, porque tem o mesmo nome – a irmã –, mas sabe-se lá mais quantos cargos a nossa Relatora, que deveria ser imparcial aqui, tem no Governo Federal.

A Relatora desde o começo trabalha pra proteger uma pessoa aqui: Flávio Dino, General. Flávio Dino, que destruiu as provas de 185 câmeras que lá estavam, no Ministério da Justiça, e zombou dessa Casa, dizendo que só no prédio dele; só, em mais nenhum ministério, nada... Todas ficam, por mais de ano, guardadas, mas no Ministério da Justiça as 185 câmeras foram apagadas.

Essa Comissão aprovou, por unanimidade, que nós tivéssemos acesso às câmeras. Não vi, em nenhum momento, movimento nenhum da Relatora para que nós tivéssemos acesso a essas câmeras. Por que será? Talvez porque tenha cargos, talvez porque combine com alguns que vêm aqui prestar depoimento. Talvez por isso, não é, Senador Seif? Fica muito claro que o relatório da Senadora não tem valor nenhum, afinal completamente será enviesado.

Um juiz que combina perguntas e respostas com alguém que vem depor não vale de nada.

Se a gente for mais adiante ainda, a gente pode lembrar que essas imagens, Sr. Presidente... que essa CPMI está completamente desmoralizada por causa dessas imagens. Eu lhe cobrei publicamente. Não vou mais fazer, mas eu acho que as imagens que hoje nós temos – como o Delegado Ramagem falou agora –, de pessoas sendo julgadas no STF, que deveriam estar sendo julgadas em primeira instância, que é o que manda a nossa legislação, pegando 17 anos de cadeia, sendo que corruptos que estiveram aí no petrolão, mensalão, não pegaram nem um décimo disso; assassinos não pegam isso...

Então, essas imagens destruídas por Flávio Dino, ao zombar também dessa CPMI, que poderiam comprovar que algumas dessas pessoas que estão sendo julgadas não estariam dentro dos prédios, destruindo nada, foram apagadas. O mesmo Flávio Dino que mentiu agora, essa semana – não é? –, sobre a Odebrecht. Escondeu que na questão da Odebrecht não houve cooperação internacional. Depois, teve que voltar atrás, porque o fiasco era muito grande. Fez, por óbvio, para salvar o seu mentor – não é? –, Luiz Inácio Lula da Silva, chefe da gangue que assaltou o Brasil, que aparentemente tem tentáculos por tudo ainda.

Mas, General Dutra, eu gostaria de lhe fazer um questionamento: quantas pessoas, no dia 8 de janeiro, o senhor teve informações ou calcula que estivessem na manifestação do dia 8? O Exército tem essa informação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, bom dia.

Não, não, eu... Pelo que eu li na imprensa, em torno de 10 mil pessoas.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Dez mil pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós tínhamos a informação – e eu não sei se o senhor tem essa informação também – de que a Força Nacional estava estacionada ao lado do Ministério da Justiça, com mais de 200 homens. Na sua experiência, 200 homens ajudariam a impedir o ataque à Praça dos Três Poderes ou seria algo inócuo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, eu não tenho acesso... eu não conheço essa tropa, eu não conheço as suas capacidades, eu não participei do exame de situação do comandante; eu não tenho condições de levantar uma suposição pro senhor no tocante a essa tropa.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor chegou a receber algum... Participava de algum grupo pelo qual a Abin enviou 33 avisos de que poderia haver esse atentado contra os prédios aqui em Brasília?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Se o senhor tivesse recebido 33 avisos, o senhor teria feito alguma coisa ou teria permanecido inócuo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, essa é uma conjectura. Eu não fiz parte do grupo...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – É bem simples, General. Se o senhor tivesse recebido, numa situação de guerra, 33 avisos de que um país iria invadir o Brasil, o senhor teria ficado olhando, cruzando, oferecendo água pros colegas, abrindo porta, dormindo, não falaria nada pro seu superior ou o senhor tomaria providência? Vamos colocar na situação de guerra, então.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Falando o fato com o senhor, de acordo com a movimentação, nós deixamos, preocupados com o SMU, duas companhias de prontidão no SMU.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Quem poderia acioná-las seria G. Dias?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Essas tropas estavam no SMU por decisão do Comando Militar do Planalto para serem empregadas em eventualidades, nós imaginávamos, no SMU, se houvesse a necessidade.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Essas duas tropas que o senhor menciona seriam quantas pessoas, quantos soldados?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Foram duas companhias, dois grupos de aproximadamente cem homens, 120 homens.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – E quem daria a ordem pra eles intervirem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. O Plano Escudo, que é o plano que está de acordo com a segurança dos palácios presidenciais, é feito a quatro mãos. O GSI faz o planejamento, coordena o emprego e solicita os meios necessários para aquela execução; o CMP provê os meios necessários. Então, no tocante aos palácios presidenciais – Planalto, Alvorada, Jaburu e Torto –, o Plano Escudo tem essa característica de planejamento/execução com o GSI e meios... O envio a meios...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor oferece, então, as provisões necessárias?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu entrego os meios que me são solicitados.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Perfeito. Então, a gente pode chegar à conclusão que quem não empregou a força de forma correta... O senhor ofereceu essa força, e quem não a empregou foi o General Gonçalves Dias, é isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, eles solicitaram...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Mas, ao empregar...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O pelotão foi empregado e...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Estava à disposição pro General Gonçalves Dias colocá-lo pra proteger os prédios, é isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O pelotão foi empregado, era a tropa que estava lá quando do início da manifestação no Palácio Planalto, e as outras subunidades que foram solicitadas chegaram lá a partir de 15h30.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – 15h30, então.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Já estava acontecendo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Então, já tinha acontecido, a gente pode... Mais uma vez, o senhor reafirma – mesmo que entrelinhas – que houve uma completa omissão do General Gonçalves Dias.

Bom, General, estou satisfeito.

Só fica aqui o meu pedido para que a Senadora Eliziane Gama tenha a grandeza, Senadora... A senhora foi pega com o seu chefe de gabinete mandando mensagens pra um depoente aqui nesta Casa. Isso em qualquer país sério, minimamente decente, a senhora sairia por cima e diria: "Olha, realmente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errei, e estou me retirando da CPMI porque não faz mais nexos nenhum eu estar aqui". Existem provas disso, Senadora. É um constrangimento pros seus colegas que aqui estão tentando fazer um trabalho transparente saber que a senhora combina perguntas com depoentes. Então, fica aqui o meu...

Infelizmente, o senhor, General Dutra, não recebeu esses afagos da Senadora. O senhor veio aqui de peito aberto, talvez porque o senhor não faça parte da patota de Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, que é o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste...

Caro General Dutra, bem-vindo aqui à Casa do Povo.

Antes de começar aqui as minhas indagações, eu quero aqui só fazer coro ao meu querido amigo Marcon e perguntar se mais alguém aqui nesta CPMI, neste Colegiado, além de mim e dele, estão admirados com a permanência da Relatora na CPMI após ela ter sido exposta aqui ontem pelo competente Deputado Filipe Barros.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. *Fora do microfone.*) – Eu estou...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Eu estou...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu estou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Todos nós estamos admirados, admirados, Sr. Presidente, porque conversar com depoente, tudo bem, outros aqui fazem, mas combinar perguntas e respostas?! Isso é estranho, isso é esgrachar com a CPMI. A imprensa ontem divulgou isso, a peito aberto.

A Senadora ontem, sentada onde V. Exa. está, do seu lado, Presidente, se descontrolou, partiu pra cima do nosso querido amigo Filipe Barros, não deixando ele falar. Ele fez uma proposta, talvez a proposta mais republicana de todas, e ela não aceitou. E ela permanece sentada aí!

O senhor mesmo viu ontem a forma tão gentil e acalorada... Ontem, não! Na última reunião, na terça-feira... Como ela tratou a pessoa que estava sentada aí do seu lado. E, desta vez, olhe como ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte pra cima de um General três estrelas, acusando ele, já dizendo que ele é um criminoso! É um vexame! Isso é missão, ela está cumprindo missão pelo Governo do Presidente Lula.

Vou começar aqui as minhas indagações.

General Dutra, na mesma linha do meu amigo Marcon, o senhor combinou suas perguntas e respostas com a Senadora Eliziane Gama ou com o assessor dela chamado Erlando Alves, só para que fique registrado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado Pr. Marco Feliciano, bom dia.

Não, senhor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Muito obrigado pela resposta.

Sabe, Sr. General, esta CPMI virou aqui uma guerra de narrativas.

E eu estava aqui observando o número de Parlamentares que vieram do Estado do Maranhão para cá. É claro que nem todos do Maranhão podem ser englobados no que eu vou dizer aqui, mas eu comecei a fazer aqui um estudo sobre o Estado do Maranhão e eu fiquei assustado, porque o Maranhão já deu pro Brasil Presidente da República, ministros de Estado, Senadores, Deputados... E olhe o que eu li no IBGE deste ano. O povo maranhense é dono de riquezas minerais, ele exporta na casa de bilhões de dólares, mas, mesmo assim, mesmo sendo um estado tão rico, ele tem o pior IDH do Brasil – o Índice de Desenvolvimento Humano –; é a menor renda *per capita* da nação, tendo o maior indicador de pobreza, onde quase 60% da população vive abaixo da linha da pobreza; seis em cada dez maranhenses vivem em miséria extrema. Isso é dado do IBGE de 2022. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil diz que o Maranhão tem a maior porcentagem de internação por doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado. Ele ocupa, Sr. Presidente, o nono lugar em morte infantil no Brasil.

Eu disse isso aqui só para dizer que, se os ilustres representantes aqui na CPMI e no Governo Federal que são do Estado do Maranhão, enviados aqui pelo povo, usassem a força e a coragem que usam aqui para cumprir esta missão que é fazer com que pessoas inocentes permaneçam presas, acusar o Presidente Bolsonaro de tudo e criar essa historinha de golpe de Estado, se usassem essa força para ajudar o seu povo, o povo lindo do Maranhão e abençoado, com certeza, seria muito mais assistido, mas infelizmente aquele povo extremamente sofrido não tem sido representado aqui à altura pelos seus.

Voltando aqui ao General Dutra, o senhor tem alguma ideia do porquê homens e mulheres honestos e famílias acamparam em frente aos QG's, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Uma manifestação política.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor sabe quais os motivos? O senhor tem noção de quais os motivos? É uma manifestação política, mas quais os motivos? O senhor sabe?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Uma manifestação política de cunho aí no resultado eleitoral.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu tenho aqui algumas informações para... Será que não foi em repulsa aos boicotes sofridos pelo Presidente Bolsonaro durante seu Governo, em que ele sequer conseguia nomear um diretor da Polícia Federal? Levaram nove meses para se sabatinar um indicado ao STF, coisa que nunca antes havia acontecido aqui!

Será que foi porque, por conta da eleição, durante a eleição, o TSE proibiu, por exemplo, as imagens do Presidente Bolsonaro em Londres, onde foi ovacionado, o discurso dele na ONU, que foi um discurso histórico, das viagens internacionais dele aos Estados Unidos? O TSE proibiu ele de transmitir *lives* da sua casa, onde ele morava. Mais de um milhão de inserções em rádios de propaganda de Bolsonaro foram simplesmente boicotadas. O TSE proibiu a fala de um Ministro do STF em que ele dizia que Lula nunca havia sido inocentado. O TSE proibiu chamar Lula de ladrão. O TSE proibiu atrelar Lula à questão do aborto. O candidato Bolsonaro guiava milhões às ruas. O outro candidato tinha que fechar os eventos e não aparecer em nenhum lugar, a não ser na TV, porque, além de não juntar gente, quando ele era visto, ele era vaiado publicamente.

General Dutra, essas situações que eu citei são razões preocupantes em uma democracia que tem um candidato conservador boicotado em tudo que ele fazia e que enfrentava todo o sistema sozinho. Sozinho, não, ele tinha milhões de brasileiros ao seu lado. O senhor acha que cidadãos acamparem em frente aos QGs, por terem assistido a tudo que eu falei aqui, configura algum tipo de crime?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o Exército não tem competência pra dizer se aquele acampamento era legal ou ilegal. Nenhuma das instituições que teria essa competência se manifestou nesse sentido.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Se o Exército visse que houvesse crime, ele agiria?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Os crimes... Nós solicitamos, desde o início, o apoio da Secretaria de Segurança Pública para coibir os crimes comuns, e, dentro daquela área de servidão militar, se houvesse qualquer crime militar, o Exército teria autonomia para cumprir.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Ou seja, não houve crime nenhum, e as pessoas estavam ali legitimamente se manifestando. Senão, o Exército teria tirado aquelas pessoas dali.

O senhor acredita que houve, de fato, uma tentativa de golpe no Brasil?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, aí a gente entra em conjecturas. Eu prefiro, eu não tenho condições de levantar isso agora.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Então, eu faço uma outra pergunta. O senhor, como general três estrelas, deve ter estudado muito sobre batalhas e guerras. O que seria preciso para dar um golpe de Estado em uma nação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Normalmente, precisa de força.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Força? Que tipo de força?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Arma.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Arma? Arma bélica? Armamento pesado. Metralhadoras, revólveres, tanques de guerra.

Foi encontrado algum tipo... O senhor teve noção de se foi encontrado algum tipo de arma pesada com aquele pessoal que estava na frente do QG ou mesmo nas manifestações de 8 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Que eu tenha conhecimento, não, Sr. Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sim, porque a resposta é essa. Não houve tentativa de golpe. Houve brasileiros desesperados, e, entre eles, alguns vândalos, que deveriam estar sentados onde o senhor está. E esta CPI sequer conseguiu trazer um deles aqui. Tiraram os nomes dessas pessoas daqui. Nós não conseguimos aprovar o requerimento para trazer aqui as pessoas que foram vistas em vídeos e coisas mais. Mas trazem o senhor, um general três estrelas, aqui, humilhando o poderoso Exército Brasileiro.

General, o senhor já participou em desfiles de 7 de setembro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Do ano passado, em 2022, o senhor chegou a participar?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu era o comandante das tropas.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Aqui em Brasília?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor sabe, mais ou menos, quantas pessoas tinha no desfile?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A nossa previsão, na Esplanada, era, aproximadamente, 600 mil pessoas.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor participou deste ano de 2023?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Somente como assistente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor, o senhor, vocês têm noção de quantas pessoas estiveram neste ano?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não, não levantei.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor, como cidadão, não como general, notou alguma diferença da manifestação do 7 de setembro, do desfile do ano passado, para este ano?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, foi um desfile muito bonito.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Foi um fiasco.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Em número de pessoas? Em número de participantes, número de patriotas, brasileiros?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, talvez...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É difícil, né, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Talvez houvesse menos gente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É difícil, né, porque o Sete de Setembro é glorioso para o brasileiro, é glorioso para o Exército, onde o Exército passa suas tropas em revista, e o povo está ali com orgulho.

Esse ano o povo não foi no Sete de Setembro porque não tem mais orgulho, nem do Sete de Setembro e nem do Exército Brasileiro. No ano passado o senhor disse com a sua boca: 600 mil brasileiros estavam lá de verde e amarelo. Esse ano, gato-pingado, eu fiz no dia 7 de setembro uma *live* à noite que deu mais pessoas do que a manifestação ou do que o desfile. Tinha 30 mil pessoas na minha *live* de oração, Presidente, e aqui não chegou a ter 10 mil pessoas. Uma vergonha isso.

Pois bem, eu perguntei se o senhor notou alguma diferença e o senhor não pôde falar. Então eu quero aqui fazer uma pergunta com três opções de resposta e o senhor fique à vontade pra responder...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... se quiser ou não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se Lula teve maioria dos votos dos brasileiros, por que eles não compareceram no desfile do Sete de Setembro? Opção A, seriam os eleitores de Lula antipatriotas e por isso não foram ao Sete de Setembro, porque não gostam do Exército Brasileiro? Opção B, teriam os eleitores de Lula vergonha de mostrar o seu rosto, o que validaria os seus votos e então seriam reconhecidos por todos os seus amigos? Ou item C, os 59.563.912 eleitores do PT que não iam aos comícios de campanha eleitoral e não foram no dia 7 de setembro, será que não foram porque eles não existem?

Fica aí a pergunta no ar, e eu termino fazendo uma última pergunta. O senhor acredita que seria importante a Força Nacional estar sentada aqui na CPMI, onde o senhor está, prestando informações?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, isso aí não cabe à minha competência decidir.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Pois bem, nós achamos que sim, mas até agora ninguém foi convocado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Marco Feliciano.

Na ausência do Deputado Duarte Jr. e do Senador Jorge Kajuru – eu não sei se já temos condição aí pela... de entrar já com a próxima oradora inscrita, que vai falar de maneira remota, que é a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora, pode falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Para interpelar. Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, aqui em Singapura agora são 22h52min. Eu agradeço imensamente pela oportunidade de comparecer a mais uma reunião dessa CPMI. Não é fácil, eu estou aqui com *jet lag* e cumprindo a missão oficial, mas, mesmo assim, nós sabemos – e todo mundo sabe – da importância de defendermos a democracia no nosso país.

O assunto sobre o golpe de Estado ou a tentativa de golpe de Estado que ocorreu no nosso Brasil, no dia 8 de janeiro de 2023, é assunto que está na boca de todo mundo. A gente precisa sair da nossa bolha pra compreender realmente o que é importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não vou tomar todo o tempo, não, Sr. Presidente, principalmente por conta da dificuldade aqui até mesmo de acompanhar o que estava acontecendo desde o início da reunião, mas eu gostaria de destacar algumas questões importantes.

O que nós estamos assistindo é vergonhoso e nos choca. Nos choca ver Parlamentares, primeiramente, desrespeitando sobremaneira a nossa Relatora quando muitos aí têm culpa no cartório e conversaram com o General G. Dias – e nós já temos essas conversas, de WhatsApp, de G. Dias com Parlamentares membros da CPMI. Impressionante a cara de pau, Presidente e todos que estão nos assistindo, de simplesmente jogarem, sem cessar e o tempo inteiro, contra a nossa Relatora, Eliziane Gama. É triste ver essa situação. E eu peço aqui, encarecidamente, pra V. Exa. que coíba esse tipo de comportamento, até mesmo... Eu sei que ao vivo é difícil, mas o senhor tem uma proximidade com vários Parlamentares que estão presentes nessa CPMI e o senhor tem, sim, condições de coibir, nem que seja nos corredores, pra que parem com isso, pra que parem com isso.

Escutamos do depoente de hoje que o Exército não tem competência – e não tinha competência – para acabar com os acampamentos à frente dos QGs. Disse, inclusive, que não havia necessidade de se declarar o acampamento ilegal. Eu quero dizer para o General Dutra que o acampamento, aquela espécie de acampamento na frente dos quartéis-generais era ilegal *per se*. Se vocês não conhecem a legislação, eu sinto muito. A legislação deve ser cumprida, independentemente do conhecimento de V. Exas., do que eu duvido obviamente, do que todo o Brasil duvida. Então, a obrigação de vocês como membros das Forças Armadas seria, sim, coibir.

E, sim – e sim! –, o Coronel Naime disse inúmeras vezes, como a nossa Relatora já expôs, que, quando a PM chegou para desarticular os acampamentos, membros do Exército disseram que não e que era melhor que a PM do DF saísse. Por quê? Porque o número de membros do Exército era muito maior. Disseram assim: "Nós somos maiores do que vocês, portanto, virem as costas e finjam que aqui não há nada". Nós já sabemos, a presença de vocês é inócua perto de tudo que nós já levantamos; perto de tudo o que a CPI do Distrito Federal, sob a Presidência de Chico Vigilante, também já levantou – estamos todos juntos em prol da nossa democracia –; perto de tudo que a Polícia Federal já levantou – e nós já sabemos disso, daquilo que nos foi aberto –; perto do que o STF já levantou e, principalmente, de tudo que os brasileiros estão tendo a condição de analisar e de verificar.

Eu digo mais: quando falam do número de pessoas nas ruas no dia 7 de setembro, eu quero lembrar o seguinte. É muito estranho, é muito estranho quando um Presidente da República já no primeiro ano de mandato, mesmo sem uma oposição que seja notável, assim como aconteceu em 2019, o próprio Presidente provoca manifestação de apoio. As pessoas vão às ruas quando elas estão descontentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Governo tem pouco tempo e eu sou da oposição, tenho inúmeras críticas, mas é impressionante como o ex-Governo não quer sair do palanque, não quer sair da mídia e continua nos provocando.

O dia Sete de Setembro não é um dia para fazer competições de palanque. Nós descemos desse palanque. Tem gente trabalhando em prol do nosso país. E, se o Presidente Jair Bolsonaro fosse tão grande assim, como dizem uns aí, ele teria conseguido montar o partido dele.

Dá um Google, dá um Google simplesmente pra analisar quantas assinaturas ele teve para montar o tal partido dele. Quantas pessoas eles mobilizaram pra tanto. Não conseguiu. Não conseguiu.

Então, é o tipo da coisa assim, enfiem a viola no saco. Está feio demais. Está fora de parâmetro. Nós entramos no ponto do ridículo. Todos os dias a gente tem trabalhado pra tirar as pessoas desse transe coletivo. E é muito triste ver brasileiros numa situação vexaminosa, vexatória, como aconteceu, como está acontecendo agora no STF, no julgamento, momento em que advogados perdem a linha e passam a prejudicar os seus próprios clientes.

Vocês conseguiram fazer, assim, algo que nós jamais imaginaríamos. E sim, hoje vocês são uma seita, uma seita que nos envergonha. Esses membros do Exército, como é o caso do General Dutra, a quem foi dada a confiança de permanecer no cargo até abril, nos envergonhar dessa forma...

Sim, são traidores da pátria. O senhor, General Dutra... Nós perdemos inclusive assim até mesmo o respeito. Membros como o senhor e como outros precisam estar no banco dos réus, realmente onde o senhor está, porque é chocante o que nós estamos vendo.

E para terminar, Presidente, eu quero destacar aqui a vergonha de Parlamentares, de políticos, de pessoas usarem o nome de Deus, usarem a religião pra fazer o que estão fazendo. Em nome de Deus, numa total falta de coerência das palavras com os atos, fazerem essa manobra vergonhosa, ardilosa, sub-reptícia no nosso país.

Em nome de Deus, pastores, líderes religiosos dão conta de plantar ódio entre nós, brasileiros.

Quero dizer aqui que é tão difícil explicar o que está acontecendo no Brasil, até mesmo falam aqui – e olha que eu estou em um evento de abertura de mercado, falando sobre *e-commerce* e com gente de vários países... O triste, mais triste do que isso, é, assim, que nós somos uma cópia muito vulgar, muito banal, que tentaram aí copiar dos Estados Unidos de Trump, da invasão do Capitólio.

Eu só posso terminar, Presidente, dizendo aqui: que vergonha e que pena! Que triste para nós, brasileiros, termos de estar vivendo tudo isso. Mas, enfim, eu acredito nas instituições, porque sim, sou conservadora, diferente desse povo que mente tanto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente, pela oportunidade de participar. E conte comigo para que a gente defenda sempre a nossa democracia.

Muito obrigada.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente. Só para pedir para V. Exa. para que retire das notas taquigráficas as palavras de baixo calão com que a Senadora se referiu ao Exército Brasileiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ela não falou palavra de baixo calão.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ela disse que o Exército Brasileiro é uma seita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Qual foi a palavra?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ela disse que o Exército Brasileiro é uma seita.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não falou isso.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Falou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isso é palavra de baixo calão?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Que o Exército Brasileiro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Isso é palavra de baixo calão?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Ela não falou o Exército.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isso é palavra de baixo calão?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante, só um instante.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Faz a verificação. Se falou, retira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Disse que o Exército Brasileiro é uma seita?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ela disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Uma seita?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não falou que o Exército era uma seita. Falou que aqui tinha uma seita.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Exa. peça para a assessoria retirar das notas taquigráficas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aqui tinha uma seita.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Falou que o bolsonarismo é uma seita; aí é mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Chamar de seita não é ofensa para ninguém.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aí cada um se responsabiliza pelos seus atos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Não sabe interpretar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou ser...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O termo seita é extremamente perigoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu não vou entrar nisso, Deputado, porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – É o *jet lag*.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o que o Regimento autoriza é você tirar palavras imorais, indecentes, etc., o que não é o caso.

Eu passo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro a minha solidariedade à Senadora Soraya, porque ficaram fazendo risadas aqui enquanto ela falava, num total desrespeito a ela.

E quero prestar minha total solidariedade à Senadora Eliziane Gama, Relatora desta CPMI, que tem tido uma atitude íntegra, competente, dedicada, para, de fato, aprofundar as investigações dos atos golpistas do 8 de janeiro.

E quero, inclusive, dizer que, se tem alguém que tem que explicar aqui, não é a Senadora; são, de fato, três Parlamentares daqui que estiveram com o filho do G. Dias antes do depoimento dele. Ela não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteve com ele. Então, é importante que isso, sim, seja explicado; e não a Senadora Eliziane Gama, nessa tentativa de desqualificação porque falta argumento. Essas pessoas não estão aqui para investigar nada; estão aqui para desqualificar um relatório que, objetivamente, será muito firme nessa apuração. Então, essa tentativa de desqualificar, de pedir renúncia, isso é falta de argumento. É discurso vazio, mas é discurso desrespeitoso e de quem não quer investigar nada aqui.

Hoje já apareceu aqui preconceito com o Nordeste; já apareceu aqui... com o Estado do Maranhão; já apareceu aqui preconceito com a Relatora. E já estão tentando, em redes bolsonaristas, desqualificar o trabalho da Relatora e da CPMI. Isso é um desrespeito ao Congresso Nacional e ao Parlamento Brasileiro.

Então, minha solidariedade, Senadora Eliziane.

Eu gostaria aqui, Presidente... Fiquei esse tempo todo aqui calada, e estamos aqui há quase três horas, e eu fiquei olhando aqui para o General Dutra.

General, eu fico primeiro pensando no significado de esta farda estar numa CPMI, para as Forças Armadas. O senhor é um General da ativa do Estado-Maior das Forças Armadas... E eu fico aqui me lembrando – e faço questão de registrar, Presidente, porque eu, como Parlamentar do PCdoB e dirigente do meu partido, posso afirmar que nós sempre fizemos a defesa do papel constitucional das Forças Armadas.

Nós já demos ao Estado brasileiro um ministro, o então ex-Deputado Aldo Rebelo, respeitado pelas três Forças. Nós já tivemos, por duas vezes, a presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; defendemos a indústria da defesa, a pesquisa, o orçamento e o papel constitucional das Forças Armadas. Portanto, a minha fala aqui é insuspeita em relação ao papel constitucional e a defesa dessas Forças pelo papel que elas têm que cumprir.

Mas é importante a gente ler aqui qual é o papel das Forças Armadas na Constituição. Art. 142: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". A Constituição não diz que as Forças Armadas são um poder moderador; em nenhum momento, isso foi definido na Constituição brasileira.

Eu quero aqui, por causa disso mesmo, registrar, Presidente, a minha repulsa e a minha indignação toda vez em que as Forças Armadas tiveram um desvio do seu papel constitucional. E eu quero falar aqui do golpe de 64, quando houve um desvio do papel constitucional das Forças Armadas e deram um golpe contra um Presidente eleito. Torturaram, mataram jovens estudantes; tem, até hoje, centenas de desaparecidos políticos sem serem encontrados e as famílias sem poder enterrar seus entes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queridos. Houve o desvio do papel constitucional das Forças Armadas, quando foram lá planejar e ajudar a executar o golpe contra o Presidente Allende, mandando inclusive oficiais do Exército para ensinar tortura para aqueles militares.

Quero falar aqui também do desvio do papel das Forças Armadas quando o Sr. Villas Bôas, então Comandante do Exército, pressionou e ameaçou o Supremo Tribunal Federal se desse o *habeas corpus* do então ex-Presidente Lula. Quero falar aqui do entorno do Sr. Bolsonaro, dessas chamadas Forças Especiais, de quem ele se assenhoreou, militarizou o Governo e politizou as Forças Armadas; falar que essa turma estava toda estimulando e insuflando o golpe de Estado na eleição do Presidente Lula de 2022. E eu não vou falar nem de patentes abaixo da sua; vou falar dos generais: General Heleno, que disse que não deixaria, não permitiria que um ladrão subisse a rampa, isso em redes sociais e na mídia. Quero falar aqui do Sr. Braga Netto, então candidato a Vice-Presidente do Sr. Jair Bolsonaro, que disse: "Aguardem nos acampamentos, porque nós teremos novidades; aguardem que a eleição não está resolvida", e já tinha tido o segundo turno das eleições no Brasil, e o Presidente Lula nomeado Presidente eleito. Quero falar aqui do General Guilherme Theophilo, que ajudou a construir a estratégia de impedir os eleitores do Presidente Lula irem para o segundo turno; do General Ridauto, que também faz parte dos *kids* pretos, que estava no 8 de janeiro, na manifestação fazendo vídeo, enroladinho numa bandeira verde e amarela, como se estivesse defendendo o Brasil. Quero falar do General Mario Fernandes e do General Rosty, todos insuflando o golpe em 2023, no 8 de janeiro; todos generais, sem falar de tantos outros que nós aqui conhecemos e pudemos ver na quebra de sigilo telemático do Sr. Mauro Cid e também das conversas telefônicas do Sr. Lawand.

Esses desvios de conduta golpistas é o que nós estamos investigando aqui, General.

E o senhor é um General, Comandante Militar do Planalto. E o que nós estamos investigando aqui é suposta omissão, leniência ou cumplicidade do senhor nesse processo golpista. O senhor era Comandante Militar do Planalto já em abril de 2022 e sabe, acompanhou todo esse processo. Estava lá em novembro e dezembro, quando os acampamentos aconteceram. Como é que vocês podem chamar de legal um acampamento que diz: um dos focos das diversas manifestações ocorridas desde 12 de dezembro, passando por 24 de dezembro e o 8 de janeiro, foi o acampamento do QG? Não se tratava de uma manifestação legal, posto que pretendiam um golpe de Estado, a abolição do Estado democrático de direito. Por quê? Questionavam os resultados das urnas, legitimamente homologados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o resultado eleitoral com o Presidente Lula eleito. Eles pediam uma intervenção federal, um golpe de Estado. Eles atentavam contra a democracia com violência política, com sabotagem, pedindo às Forças Armadas que fizessem a sua intervenção. Isso pode... Isso aqui cobre todo o art. 359. O senhor falou de um inciso ali, que foi o "t, uma alínea. Eu diria que, da "i" até a "t", esse QG cobriu todas as alíneas do Código Penal brasileiro – todas as alíneas do Código Penal brasileiro – , e nada foi feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 19 de dezembro, General, a PGR pediu ao Comando Militar do Planalto para prevenir ou combater atos criminosos, eventualmente flagrados naquele local, principalmente porte ilegal de armamentos, de explosivos e outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio, citando botijão de gás, líquidos e gases inflamáveis. A PGR lhe pediu isso em 19 de dezembro, e isso não foi feito. O senhor diz aqui que não sabe de nenhum relatório de inteligência do Exército.

No dia 24, tentaram botar esse explosivo no Aeroporto de Brasília, explosivo esse montado no acampamento. Tem provas disso! O próprio George Washington veio aqui e confirmou isso. Como é que vocês não atuam numa coisa dessa? Como é que vocês impedem a Polícia Militar de desmontar esse acampamento por três vezes? Três vezes!

O senhor leu essa indicação da PGR, General Dutra, do dia 19 de dezembro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputada Jandira Feghali, bom dia.

Nós lemos, nós respondemos pra PGR todas as medidas que estavam sendo adotadas, no dia 22 de dezembro, por ofício do CMP. Todas as irregularidades que foram comprovadas foram debeladas, foram combatidas.

E o Exército – a senhora mencionou a legalidade – o Exército não tem a competência de dizer se era legal ou ilegal. Os órgãos competentes não o fizeram, e assim... E nunca houve uma ordem judicial. No momento em que houve a ordem judicial, no dia 8 de janeiro...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu já entendi, General.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... ela foi integralmente cumprida.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Já entendi. Só que, no dia 24...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... colocaram um explosivo no Aeroporto de Brasília, e foi montado lá dentro. Portanto, vocês não desmontaram o que estava acontecendo ali.

Eu ia botar um vídeo, Presidente, mas não vai dar tempo, pra dizer o seguinte: o vídeo, no dia 5 de janeiro, colocado num negócio chamado Prints Bolsonaroistas, mostrava que o Exército Brasileiro, a partir do CMP, estava entregando colchões, barracas e madeiras para auxiliar quem estava chegando ao acampamento naquela data. Tem um vídeo ali mostrando as pessoas do Exército entregando colchão e barracas para os manifestantes.

Eu pergunto: qual foi o apoio que o Exército Brasileiro deu a esses acampamentos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada, a senhora desculpe... Nunca aconteceu isso. No dia 5...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem o vídeo. Tem o vídeo, General.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 5 de janeiro, o acampamento...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É porque não dá mais tempo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Em 5 de janeiro? Em 5 de janeiro, o acampamento...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Em 5 de janeiro.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... o acampamento estava sendo desmontado, em ritmo acelerado. As pessoas chegaram no dia 7. As pessoas chegaram de ônibus no dia 7.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Mostre o vídeo...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O vídeo está aí, você mostra, então, Rogério. Na outra fala vocês mostram então, porque eu não tenho mais tempo.

E por fim, Presidente, quero dizer o seguinte. Está claro para mim aqui – está claro para mim – que houve uma cumplicidade de parte do Exército Brasileiro com o que aconteceu. E o processo só está no Supremo Tribunal Federal porque há Deputados aqui investigados que puxaram para o Supremo Tribunal Federal todo esse processo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, acabou o tempo. Presidente, pela ordem. Presidente! Pela ordem, pela condução, Sr. Presidente!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Abilio, você nem é membro, fique quieto, fique na sua.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pela ordem!

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Eu sou membro: acabou o tempo, Sr. Presidente!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Quem tem que cortar a minha palavra é o Presidente da Mesa. Se ele não cortou, você fique na sua.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a Mesa está controlando o tempo, e não adianta esse clima, porque tanto um lado quanto o outro extrapolam regularmente o tempo. Então, eu não vou levar a sério essas reclamações que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecem, é verdade, de um lado e de outro. Eu estou aqui conduzindo com justiça. É claro que às vezes as pessoas estão concluindo um raciocínio, eu não vou ter a indelicadeza de interromper um colega. Não faço isso nem com um lado nem com o outro.

Eu peço à Deputada Jandira Feghali que conclua o seu pensamento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Estou concluindo. É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas eu peço também que não se manifestem sobre o tempo extra que eu dou a todos aqueles que estão concluindo seu raciocínio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Apenas respondendo aqui a uma questão que foi levantada, esse processo está no Supremo porque tem Deputado investigado que puxa – e que está nesta CPMI e que puxa o inquérito pro Supremo Tribunal Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, a próxima oradora inscrita, a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Em permuta com o Deputado Rogério Correia.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Primeiro, quero agradecer ao Deputado Rogério Correia pela troca. Muito obrigada pelo apoio.

Já que vou pegar o gancho na fala da Deputada Jandira, gostaria que passassem o vídeo que ela citou. Tem disponível o vídeo? *(Pausa.)*

Podem passá-lo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Estavam tirando as barracas...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Esse é o vídeo? Ainda bem que mostrou o vídeo. Ainda bem. Obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Não estavam tirando, não...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Duda Salabert, pode continuar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada, Presidente.

O senhor quer fazer alguma consideração sobre o vídeo, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputada, muito obrigado por abrir a oportunidade. Esse vídeo comprova o que eu falei: que nós estamos desmontando as barracas. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira Feghali, quem está falando é a Deputada Duda Salabert, que abriu parte do tempo dela para o General responder.

Por favor, Deputada.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Olha, o que aconteceu no dia 8 de janeiro, e esta CPMI tem mostrado, foi uma relação simbiótica entre Forças Armadas e forças golpistas no Brasil. Aquela quebradeira seria impossível sem a cumplicidade das Forças Armadas. E esse fato descortina um problema estrutural sobre o qual o Brasil tem que investir nos próximos anos, que é uma reforma profunda nas Forças Armadas brasileiras. E, nessa reforma, há que se discutir que os generais que estiveram alinhados ao bolsonarismo vão para a reserva, isso porque o próprio G. Dias aqui comentou como que o Exército mudou nos últimos anos. E mudou para pior, porque setores foram bolsonarizados. E toda vez que há ideologização das Forças Armadas, isso é um risco pra soberania nacional, um risco pro país. Porque o que nós vimos na última gestão Bolsonaro foi uma tentativa de transformar setores da polícia em partidos políticos, e ele também tentou fazer isso com o Exército. E é algo danoso, porque, como o próprio General disse, o Exército tem que ser uma força de Estado, e não de governo.

E aí, nesse ponto da reforma, a gente tem que discutir algo importante também, que nós não podemos repetir...

Eu peço silêncio, por favor, Presidente.

(Soa a campainha.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada, viu, Presidente?

Nós não podemos repetir no presente um erro que nós cometemos no passado, em que generais que participaram de um trágico momento da história brasileira, que foi a ditadura militar, saíram impunes da ditadura. Generais que participaram de torturas, violações de direitos humanos na ditadura militar saíram impunes. E nós não podemos presentificar esse erro do passado, que generais que agora participaram de uma tentativa de golpe também saíram impunes. Por isso, esta CPMI tem revelado cada vez mais a relação entre Forças Armadas e a tentativa de golpe no Brasil. E eu fico...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – ... incomodada quando eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, a Deputada está falando aqui e está tendo muita zoadá aqui na frente. Eu peço que a gente a ouça com atenção.

Por favor, Deputada.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada, Presidente.

E me incomoda muito quando eu vejo que o que se estava discutindo no dia 8 de janeiro, naquelas manifestações, além de uma tentativa de golpe, era também um discurso falacioso de questionar o resultado das urnas. E eu vejo alguns Parlamentares aqui insistindo no discurso de questionar o resultado das urnas, endossando, além do discurso fantasioso falacioso, algo que, do ponto de vista ideológico, motivou a quebradeira no dia 8 de janeiro.

E aí, General, eu tenho três perguntas pra lhe fazer.

A primeira: foi noticiado e dito por alguns membros da Polícia Militar que eles não poderiam prender quem ali estava, porque o Exército estava dificultando essa prisão por uma estratégia que adotou. Isso é verdade ou não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Não, senhora, Deputada. As forças de segurança pública todas tiveram livre acesso ao acampamento. Inclusive, por intermédio de ofício, nós solicitamos o aumento do policiamento ostensivo, a presença da polícia, do BPTran, para que nos ajudassem a coibir os crimes comuns que aconteciam na área.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Eu me refiro ao dia 8 especificamente. O Exército, em algum momento, deu alguma orientação pra que a Polícia Militar não prendesse os manifestantes?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma, Deputada.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Tá.

Uma outra questão é que uma estratégia pra se instaurarem golpes, já que estavam falando aqui de modelos de golpe, é instaurar o caos, pra que depois houvesse uma intervenção militar. E, no dia 12 de dezembro, nós tivemos uma tentativa de se instaurar o caos aqui no DF, queimando ônibus por aqui. No Natal, uma tentativa de bomba no Aeroporto de Brasília. E, no dia 8 de janeiro, também, a quebradeira nos Três Poderes. O senhor interpreta esses três atos como tentativas de se instaurar um caos no país?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Foram coisas de ordem pública graves e que foram combatidas pela Polícia Militar, tanto o primeiro como o segundo caso.

O terceiro caso foi motivo de uma ordem judicial integralmente cumprida tanto pelas forças de segurança pública como pelo Exército, que tinha a responsabilidade de auxiliar.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

Uma última questão.

A história do Brasil comprova – e não há negacionismo para isso – que nós tivemos uma ditadura militar, um período trágico para a história nacional, e a partir desse momento há sempre o medo de esse episódio se repetir, e o dia 8 presentifica esse passado trágico para a história do Brasil. Então, está, além dos livros de história, no imaginário popular, essa ilação entre setores do Exército e tentativas de golpe.

A pergunta que lhe faço enquanto General é: o que o Exército pretende fazer para superar essa imagem de que é um risco para a democracia e de que há setores...

(Soa a campainha.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – ... que podem colocar em risco a soberania nacional, porque há sempre o fantasma do golpe?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada, nós estamos cada vez mais, como sempre estivemos, nos dedicando à nossa missão constitucional, estamos na fronteira norte, na Operação Acolhida, estamos na terra ianomâmi realizando missões de apoio aos indígenas, estamos nas diversas obras de infraestrutura do Brasil, estamos nas diversas atuações sociais, como o projeto Forças no Esporte, o Soldado-Cidadão.

O Exército é uma instituição de Estado, está sempre cumprindo sua missão constitucional.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Em relação a essas ações, não há dúvida de que há relevância do Exército, mas a gente se refere a setores que podem... que estão relacionados a uma tentativa de golpe.

E a pergunta que faço é: havendo esses setores, há dentro do próprio Exército investigação para punição desses grupos que têm esse lado mais ideologizado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Após o 8 de janeiro, foram instaurados diversos inquéritos administrativos, um IPM, que foi citado, inclusive, pelo Deputado Ramagem, sindicâncias de acordo com... *(Ininteligível.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... e IPMs, que já, inclusive, transformaram em réu dois militares que se conduziram de maneira totalmente inadequada no dia 8.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E a última pergunta.

As invasões de 8 de janeiro causaram grande indignação...

(Soa a campainha.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – ... mais ainda em relação ao debate sobre as omissões.

O senhor acha que o Comando Militar do Planalto demorou para abrir uma sindicância, já que ela foi aberta só no dia 31 de março?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, houve várias sindicâncias.

O IPM foi aberto no dia 11 de janeiro, as sindicâncias foram abertas imediatamente após... Não sei exatamente que sindicância a senhora está mencionando, até porque, no dia 31 de março, eu não estava mais na situação de Comandante Militar do Planalto.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Passo a palavra para o próximo orador inscrito, que é o Senador Esperidião Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, eu quero saudar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora tem uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – É porque, na verdade, eu acho que a colocação da Jandira, Presidente... A gente tem que esclarecer aqui sobre o vídeo.

E eu pediria, como Relatora, porque eu preciso dessas informações para o relatório, eu pediria mais uma vez o vídeo, porque eu fiz questão de ir lá ver, e não é desarmando não, General, eles estão apoiando.

Tem como aproximar mais?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, espera aí...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui corta a imagem...

Olha, vamos lá...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está aqui ó.

Eles estão indo e eles estão descendo com o material. Descendo, ó. Voltam e descem com o material do caminhão e colocam debaixo da barraca.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Desmontando o quê, gente? Desmontando seria se estivessem pegando da barraca e colocando dentro do carro.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Passa de novo, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A própria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... declarante, digamos, ali, ela conta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já está feita a colocação da Relatora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – ... se estivesse desmontando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está feita a colocação da Relatora. O vídeo está aí, posto, para cada um fazer a sua interpretação.

Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o General Dutra, os seus advogados e destacar aqui o meu apreço por ver entre os advogados um ilustre catarinense, que tem como primeiro nome o nome de um ex-Governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda – como seu neto.

Eu gostaria de dizer, neste primeiro momento, que eu procurei acompanhar todas as exposições e indagações. Nós estamos repetindo, a cada ocasião, que quem não se ajustar à narrativa oficial vai sofrer muito nessa Comissão e quem puder contrariar não será convidado.

Exemplo. Nós não conseguimos a convocação de quem comandava a Força Nacional. Por quê? Porque se desajusta com a narrativa, porque fere, é mais uma ferida na chaga da omissão. E a narrativa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficial não pode contemplar a omissão do atual Governo. Tudo o que não confirmar a narrativa oficial aqui vai se encontrar com uma muralha, que não é da China, mas é parecida com a cortina de ferro.

De forma que eu gostaria de, mais uma vez, salientar: o filme da omissão tem como ponto de partida a expressão que o Ministro Gonçalves Dias utilizou conversando com o Saulo Cunha – acareação que também nós não vamos conseguir... Às 8h50 da manhã do dia 8 de janeiro, depois de conhecer a notícia do Sisbin de que haveria a invasão do Congresso Nacional e de outros prédios na Esplanada dos Ministérios, o que disse o então chefe do GSI? "Vamos ter problemas". "Vamos ter problemas", portanto, é a ciência de que haveria problemas. E qual foi o passo seguinte? "Não conta pra ninguém. Deixa acontecer". Este é o fato.

E eu gostaria de me valer deste momento para cumprimentar a participação do General Dutra e lhe dizer o seguinte: aquele diálogo seu com o Presidente da República, ponderando que desocupar à noite aquele espaço poderia acrescentar, a prejuízo materiais, o prejuízo de vidas, isso é a maior condecoração da sua vida de militar e deveria ser objeto de gratidão eterna do Presidente Lula e de quem é seu aliado, porque, no impulso de acabar com esse problema, tomar uma decisão de dispersar não sei se 800, mil ou 1,2 mil pessoas, de noite, sem planejamento, é impossível não haver confronto e é impossível que, desse confronto, não decorram ferimentos, e não há limite para ferimentos. O Supremo está consagrando agora a expressão "crime de multidão". Seria um confronto de multidões, à noite, no escuro, em que qualquer pessoa, inclusive infiltrada, poderia produzir uma vítima. E todos sabem quanto vale uma vítima na oportunidade adequada.

Então, eu quero dizer que, respeitando a hierarquia, o senhor fez uma ponderação inteligente, humanitária e politicamente digna de aplauso, e é o que eu estou fazendo aqui.

Eu gostaria de ter – e tive – alguns auxiliares, numa outra escala de Governo, que me advertiram: "Olha, isso aí não vai dar certo". E o senhor teve a coragem de, respeitando a escala hierárquica e a disciplina, ponderar isso perante o Chefe Supremo das Forças Armadas do Brasil. E me congratulo também com o Presidente Lula, porque ele teve a humildade de pensar, e o senhor destacou isso, demonstrando uma expressão humanitária de poder: "Vamos deixar para amanhã". Pode ter até frustrado alguns de linha mais dura que o cercam, ou cercaram, ao reconhecer que o risco era maior do que o benefício. Considero este ponto um ponto da sua carreira que enaltece o militar.

E, como eu não tenho nenhuma razão para não reconhecer o que valem as Forças Armadas num momento de calamidade, eu fui Governador de Santa Catarina, em 1983 e 1984, diante das maiores calamidades que o nosso Estado já sofreu – quando eu vejo a situação do Rio Grande, Deputado Arthur Maia –, 65% do território catarinense sob água, cinco enchentes sucessivas, paralisação do parque industrial do Vale do Itajaí durante 52 dias, e eu sei o que foram as Forças Armadas para salvar vidas no meu estado e para nos permitir recomeçar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como foi comentado, a sua farda, a mim, não assusta, porque ela sempre trouxe para a situação em que eu tinha responsabilidade a atuação do verdadeiro patriotismo e do espírito comunitário.

E quero lhe dizer que, mesmo que não se conformem com a narrativa oficial, o Presidente Lula e a sua biografia lhe devem pela capacidade de exercer, sim, o poder moderador. Isto é que é o poder moderador de verdade: "Olhe, fazer isso hoje à noite não vai dar certo e fazer de manhã tem menos chance de errar". Acho que essa sua intervenção, que sobreleva quaisquer tentativas de insinuação, de desajuste com a narrativa oficial, me faz lhe dizer aqui o seguinte: este é um momento muito alto da nossa CPMI.

E, mais uma vez, diante dessa perspectiva de condenações no Supremo Tribunal Federal – é expectativa, não estou dizendo que já aconteceu –, de rito sumário, de rito sumário e decisão por multidão... Não é preciso individualizar o que a pessoa fez?! É isso que está sendo feito lá! O que está sendo gerado no Supremo é a decisão por coletivismo, até lembra comunismo, se bem que essa foi sempre uma...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... marca dos regimes totalitários, ou seja, decide que aquele rebanho cometeu um erro e, por isso, tem que ser igualmente penalizado, se possível, com a acumulação de penas que melhor convier.

De sorte que eu agradeço pela oportunidade de poder participar.

Quero dizer para o meu amigo...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Deputado Arthur Maia, eu vou retirar os pontos da minha cirurgia e, por isso, não vou poder continuar acompanhando, mas cumpri o prazo e não pedi antecipação, nem pude permutar com o meu amigo Rogério Carvalho, como eu faria se não tivesse essa premência médica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o General Gustavo Henrique Dutra de Menezes e seus advogados; cumprimentar a Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria chamar a atenção pra um fato que tem se repetido com muita frequência aqui na CPI, que são acusações desrespeitosas à figura da nossa Relatora. Eu faço isso, porque... Quando alguém agride outro ou quando parte pra agressão, é porque faltou argumento. E, quando falta argumento, é porque a tese que propuseram, de que o 8 de janeiro é fruto de uma negligência de um Governo que acabara de assumir – um Governo há oito dias, sete dias na prática –, responsável por um evento construído a partir de um entendimento de que a democracia não importa, de um entendimento de que o país deveria seguir e continuar com o Presidente que estava custasse o que custasse, que deveria continuar independente das urnas darem a ele a vitória... E eles se organizaram inclusive para questionar as urnas. Se organizaram para questionar, sistematicamente, através da tal milícia digital, as instituições democráticas: o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal... Passaram quatro anos fazendo isso. E trabalharam nesse período, o próprio Presidente trabalhou e tentou mostrar que o Exército não passava de um puxadinho que ele colocaria onde quisesse. Ele passou essa ideia para a sociedade. Ele passou essa ideia, reforçada por algumas manifestações do General... Do General Boa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Villas Bôas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Villas Bôas. Desculpem-me, porque eu sempre travo quando falo do Villas Bôas, por conta das declarações que ele deu que levaram e que estimularam a prisão do ex-Presidente Lula, que tentou intimidar as instituições...

Então, a gente vem acompanhando que parte de oficiais do Exército da reserva e da ativa se submeteram a esse papel de serem um puxadinho, ou de fazer das Forças Armadas um puxadinho de um Governo que pretendia continuar no cargo um Presidente, ou manter no cargo um Presidente a qualquer custo, inclusive ao custo de milhares de vidas de brasileiros, porque não me digam que aquele decreto de armas que estimulou armar e tirar do próprio Exército, e o Exército permitiu que tirasse do seu controle o controle das armas que estariam com os CACs. O Exército permitiu, perdeu o controle da quantidade de armas no Brasil. Então, não me diga que esse Exército, Exército não, que essas Forças Armadas não tinham algum grau de convivência com algo que a gente já experimentou ao longo de toda a história do século XX, que foram várias tentativas de golpes militares no Brasil, e que nós achávamos, todos nós brasileiros achávamos que o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as Forças Armadas tinham encontrado seu lugar da defesa da democracia, do Estado democrático de direito, da garantia da integridade do nosso território e da nossa sociedade. Mas não; a gente viu essas Forças Armadas reforçarem atitudes antidemocráticas, atitudes de agressão às instituições democráticas todo o período.

E, vejam, nós estamos falando de quatro anos de tentativas de desmoralizar a sua Casa, a Câmara dos Deputados; a minha Casa, o Senado Federal; a nossa Casa, que é a Casa do povo e dos estados que representam a Federação deste país. E me causa estranheza que membros dessas Casas não consigam entender a importância do voto que receberam para estarem aqui representando o povo num Estado democrático de direito e numa democracia e assumam a defesa de uma tentativa de golpe que se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frustrou; se frustrou porque parte das Forças Armadas não toparam a aventura de um golpe. E o 8 de janeiro virou, na prática, um ato terrorista daqueles que não se conformaram em não haver o golpe de Estado.

Não havendo o golpe de Estado civil-militar – que era assim que era chamado –, tem, na prática, um ato terrorista no dia 8 de janeiro. E querem transformar esse ato terrorista, que é uma sequência da frustração de um golpe cívico-militar que estava urdido, numa responsabilidade de quem está chegando. Eu disse aqui que parte – parte, não estou falando da instituição – dos oficiais e dos componentes tiveram o cérebro comido por uma bactéria autoritária que definiu um novo caráter para esses oficiais e que passaram a defender e a urdir contra a democracia e contra o povo brasileiro.

No meu Estado, General, ninguém pode ficar parado na frente do quartel, porque ninguém deixa. Por que deixaram acumular pessoas em frente de quartéis, que é área de segurança nacional? Por quê? Essa é a pergunta que ninguém responde. Por quê? Manifestação pacífica na frente do quartel não pode, porque aquilo é área de segurança; então, não se justifica ter ali um aquartelamento sob a proteção do próprio Exército. Porque membros da corporação da Polícia Militar disseram que não tinham acesso e que não poderiam ter acesso e que não poderiam desmobilizar, porque o Exército não permitia – o Exército não permitia. O General G. Dias, assim como a nossa... E eu quero aqui fazer um desagravo, porque é desrespeitoso, é machismo, é achar que o povo é besta e, como não tem argumentos para justificar o injustificável, que era um golpe de Estado, agride a nossa Relatora, que é zelosa em tudo aquilo que faz.

E quero concluir dizendo que o General G. Dias estava com a cabeça de 2000...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... 2010, e achava que a instituição, da qual ele faz parte e que ele ama, agiria do mesmo jeito. E acreditou. E parte daqueles que foram para lá traíram o Exército e se colocaram a favor deste ato terrorista.

A pergunta que eu faço é: na noite do dia 8, quantos fugiram? Quantos deixaram aquele acampamento que jamais – jamais! – deveria ter sido permitido, porque é área de segurança nacional, Sr. Presidente? Em quartel-general, quartel, batalhão, qualquer lugar, não se pode nem parar o carro; você tem que parar lá na frente pra descer e se deslocar pra poder entrar, quanto mais se amotinar na frente de um quartel-general contra a democracia.

Portanto, é preciso explicar muito ao Brasil e aos brasileiros esses fatos, porque, de fato, aconteceu um ato terrorista e uma tentativa de golpe. Não adianta vir com outras narrativas mentirosas que o povo não engole mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, que seria o Senador Flávio Bolsonaro, que não está presente. Passo, portanto, ao orador seguinte, em permuta com a Deputada Duda Salabert, ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Senadora Eliziane, parabéns! V. Exa. fez as perguntas que precisavam de ser feitas pra esclarecer. E não se incomode com aqueles que a criticam agora, porque o medo e a birra deles não é com V. Exa.; é com o relatório que virá, que será um relatório dos fatos. E, se hoje 17 anos de cadeia é o que espera aquele que sentou à mesa do Congresso Nacional e disse que estava lá pra dar um golpe – 17 anos de cadeia! –, imagine quem foram os mandantes e quem, por cima, articulou o processo de golpe. Então, o medo deles é do seu relatório, é do relatório que nós vamos votar aqui no CPMI. Parabéns pelo seu trabalho e não leve em consideração as ofensas que lhe são feitas, porque tem muito de machismo, mas tem também o terror do relatório e dos fatos. Parabéns pelo desenvolvimento de suas ideias no dia de hoje e sempre!

General Dutra de Menezes, me diz o seguinte, sinceramente me responda. Houve toda essa confusão, quebra-quebra; o senhor assistiu, quebraram o Senado, a Câmara, quebraram o Supremo Tribunal Federal e o Palácio. A culpa foi do G. Dias? Me responda sinceramente.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado Rogério Correia, bom dia!

O GSI tem o Plano Escudo, juntamente com o CMP, para defender as instalações presidenciais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – As instalações presidenciais, mas da culpa de tudo isso, desses movimentos, a quebradeira. O G. Dias é culpado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não tenho como responder para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não tem como responder.

O senhor é culpado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não sou, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não é. E o G. Dias é ou o senhor não tem como responder? Eu digo da quebradeira toda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, eu estaria sendo leviano emitindo juízo de valor em uma pergunta dessa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ora, o senhor tem que saber! Se o senhor não é culpado e tinha o Exército lá que podia ter evitado, por que o G. Dias é o culpado de toda essa quebradeira? Eu pergunto de tudo: o G. Dias era culpado disso tudo que aconteceu? Se o G. Dias tivesse agido, não teria tido isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, a situação...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu vejo que o senhor tem lado. Está bom. Foi bom saber. Eu quis perguntar isso.

Eu faço outra pergunta: o Presidente Lula queria que isso acontecesse?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Acredito que nenhum brasileiro quisesse que isso acontecesse.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Alguém queria, porque aconteceu! Como o brasileiro não queria? Tanto que fizeram!

Eu perguntei para o senhor se o Presidente Lula queria, se o senhor acha que ele tinha intenção, se gostou disso.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Acredito que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Acredita, não é?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor tem lado mesmo.

O Ministro Dino tem alguma responsabilidade sobre isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o senhor está fazendo perguntas que fogem à minha competência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não fogem, não fogem. É porque quando eu pergunto ao senhor... Por exemplo: o Presidente Bolsonaro teve alguma responsabilidade sobre isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Na mesma linha, foge da minha competência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas ele poderia ter evitado e sugerido ao senhor que colocasse o Exército e retirasse aquele pessoal de lá. Por que ele não fez?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não tenho os motivos, eu não participei das reuniões, eu não tinha contado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Muito bem, General G. Dias... General Dutra. Muito bem.

Eu pergunto para o senhor e faço essas perguntas iniciais pelo seguinte. Eu pediria que colocasse uma faixa que está lá, uma foto de uma faixa que está lá no acampamento, por favor.

Essa faixa é uma faixa simples, todo mundo já viu. Pode aumentar bastante. "Generais, confiamos nos senhores. Novas eleições já. Voto auditável".

A Relatora colocou várias outras. O senhor passava lá e via essas faixas. Estavam lá, em frente do senhor.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – E essas faixas nós constantemente retirávamos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Retiravam?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E qual era a pauta de reivindicações desse movimento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eram diversas pautas, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Quais eram as pautas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Tinha as faixas que foram mostradas aí pedindo intervenção federal, pedindo *impeachment* de ministro do STF, pedindo novas eleições. Eram pautas nessa direção.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pautas sociais, alguma? Alguma reivindicação feita para o senhor? Melhoria de condições de vida, reforma agrária.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, senhor? Só essas que o senhor disse? Voto auditável. Todas essas se referem a um golpe de Estado. O senhor há de condizer isso.

Eles não queriam eleições, não queriam os ministros do Supremo, todas elas eram pautas, portanto, ofensivas ao regime democrático. Ou não?

O senhor concorda com essas faixas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Com essas reivindicações deles?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não me cabe concordar ou discordar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Cabe, o senhor é um General do Exército. Olha o que cabe ao General do Exército: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares [o senhor está de farda, o senhor está aqui de farda; não devia ter vindo de farda pra responder isso], organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República [...] [do Presidente da República, o eleito, não é o que perdeu as eleições, não] e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais [...]".

O Supremo é um Poder constitucional?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O Congresso é um Poder constitucional?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O que tinha nas faixas? "Fora os ministros do Supremo. Fora o Presidente Lula porque as eleições não eram legais".

"[...] e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem." Isso o senhor devia ter levado em consideração.

O Plano Escudo diz o seguinte – o senhor fala no Plano Escudo, mas não leu ele direito –: "Ser proativo [ser proativo, o senhor devia ter sido proativo], impedindo a invasão, depredação e outros ilícitos nas instalações do Palácio do Planalto e seus arredores durante manifestações na Praça dos Três Poderes".

O senhor mesmo disse que as faixas queriam tirar o Presidente da República, não queriam eleição democrática, etc. O senhor tinha que defender o Palácio.

Manifestação nos arredores do Palácio do Planalto, hipótese configurada. Isso está no Plano Escudo, Presidente. Hipótese configurada, manifestação nos arredores do Palácio do Planalto, dirigida contra ele e caracterizada por atitudes de desrespeito da lei e da ordem pública ou que, pelo número de manifestantes ou pelos meios empregados, apresenta capacidade para invadir suas instalações ou depredar o patrimônio público. Isso estava no Plano Escudo, pelo qual o senhor poderia ter sido proativo.

Eu peço para colocar uma nova foto agora, que é a foto que o senhor não sabia, diz que não sabia nada que estava acontecendo naquele acampamento, que no meu entender era uma incubadora de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpistas. Não sou eu que digo isso, não, é a Abin que diz. O senhor leu o relatório da Abin. O senhor sabe que estava lá uma incubadora de golpistas, e o senhor não agiu.

Olha lá quem está lá. O senhor sabe quem é esse aí? Esse é o tal do índio, como é que o nome dele, Serere. E eu vou dizer para o senhor, olha a pérola que tem aqui no telefone do George Washington. George Washington é aquele que tentou botar uma bomba lá.

O George Washington diz o seguinte. "Pelas apurações da Polícia, descobre-se que o cacique sabia da existência do grupo de George Washington." Isso aqui é da Polícia Federal. "[...] Solange teria participado de algumas reuniões [...] dentro do [...] [quartel-general], [...] [e] não foi muito claro quanto à sua participação sobre o uso dos explosivos. No entanto, no diálogo [...] [de] George, Solange faz algumas citações sobre 'peças de caminhão'. Como dito anteriormente, esse seria o código para se referir aos explosivos. Portanto, a seguir serão expostos alguns trechos [...] [que foram de] contato [...] [de] 'Solange Patriota [...]'".

E, aqui, eu não vou ter tempo de ler tudo, mas nós vamos ver a presença do Cacique Serere, que é esse que está ali. E o Cacique Serere pede o seguinte: "Bento diz que está em [...] missão servindo como motorista de índio". Bento é um dos patriotas, ou "patriotários" que estavam lá. "Em seguida, envia uma imagem em que é possível observar o índio Serere, preso pela polícia federal no dia 12". Ele foi preso depois, no dia 12. "Depreende-se pela mensagem [ou antes, não é?]: 'cacique quer os CACs', que Serere tinha alguma importância nas ações do grupo". Isso dentro lá do acampamento.

Dentro do acampamento, tinha a presença, como já foi colocado aqui, além do George Washington, do Cacique Serere – um no dia 12, o outro no dia 24, um para colocar bomba no aeroporto, o outro para invadir sede da Polícia Federal, tudo articulado ali dentro deste acampamento –, fora disso, tinha os boinas vermelhas e, agora, até a presença de CACs que foram pra lá, que falam até dos atiradores que poderiam – já vimos isso aqui na CPI – atirar até no próprio Presidente da República, como foi colocado aqui quando vimos o George Washington. Tudo isso, General, estava exatamente neste local. E o senhor, realmente, mesmo sabendo que poderia ter agido para tirá-los, não o fez.

Quem disse que poderia tirá-los? O Coronel Naime, que esteve aqui – foi colocado ali –, dizendo claramente que esteve lá com 500 soldados da PM para retirar, com tudo pronto para retirar; o senhor não retirou. Esteve outra vez com 300, o senhor recebeu um telefone – o senhor confessou aqui – do Coronel, Comandante do Exército – este tem que vir aqui também –, que falou para o senhor...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que não era para tirar, porque podia ter algum risco, aí o senhor resolveu não tirá-los. Ou seja, havia toda uma possibilidade de ter retirado de lá, e não foram retirados. Então, na verdade, é isto que aconteceu neste acampamento, que o senhor teria a responsabilidade de ter evitado esse golpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como o senhor diz aqui – é muito engraçado –, não sabe se a culpa é do G. Dias. Isso o senhor não sabe, não pode dizer. A culpa é de tudo, imagina... mas a do senhor não foi, a do Bolsonaro não foi; mas a do G. Dias pode ser. O senhor tem lado até hoje. Então, eu pergunto ao senhor, o senhor não sabe da pauta de reivindicação dele... O senhor disse. Era pauta de golpe, e o senhor não agiu. O senhor não quer colocar a responsabilidade a não ser naquilo que hoje dá continuidade.

Eu pergunto ao senhor: as eleições foram limpas no Brasil? O senhor acredita nisso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Acredito que sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Acredita?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, o senhor acha que essas pessoas, que estavam pedindo o fim das eleições e pedindo um regime militar, ou a intervenção, não teriam que sair de lá?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Elas estavam com manifestações... Os órgãos competentes, que poderiam determinar a saída do acampamento ou determinar que aquele acampamento era ilegal, não o fizeram. A única ordem judicial que houve para a retirada do acampamento foi cumprida integralmente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu já aqui termino, porque o meu tempo acabou.

Mas apenas quero dizer o seguinte: o senhor poderia ter tirado. E, pelas respostas que o senhor me deu, o senhor é um desses generais que é da tese do golpismo. O senhor é um General golpista.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Último orador agora da parte da manhã. Passo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

Aí faremos, a partir da fala do Senador, um recesso de uma hora para o almoço, como tem sido sempre aqui nas nossas reuniões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero cumprimentar aqui o depoente, o General Dutra.

Eu inicio, Sr. Presidente: eu vejo aqui uma movimentação da parte dos governistas em defender a Relatora e acho absolutamente natural, especialmente depois do que nós ouvimos na última sessão. É algo que nós temos que observar, porque questionar a imparcialidade de Relator não é impróprio e não é ilegal. Relator que tem contato ou combina linha de interrogatório de investigação perde a legitimidade; Relator que, para evitar se posicionar sobre convocação de quem teve participação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquilo que investigamos no âmbito desta CPMI, ao dizer que é da base do Governo – repito: ao dizer que é da base do Governo –, coloca sob suspeição a linha de investigação e o seu próprio relatório. Então, estou sublinhando isso para dizer que nós estamos caminhando para uma fase da investigação em que essas coisas devem ser tratadas com maior seriedade, mas eu passo a perguntar ao General Dutra algumas questões.

General, quem comanda o Batalhão da Guarda Presidencial?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Marcos Rogério, bom dia!

Atualmente é o Coronel Bertolino; na época dos fatos; era o Coronel Fernandes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O Batalhão da Polícia do Exército?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Coronel Bruno Fett.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O 1º Regimento de Cavalaria do Exército?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Coronel Guilherme.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Qual era a função do senhor no dia 8 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Comandante Militar do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Sa. e esse conjunto de comandantes receberam informações acerca do que estava para acontecer no dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor. Nós recebemos a tramitação de mensagens. Uma primeira mensagem do GSI, no dia 6 de janeiro, dizendo que seria um final de semana de normalidade e que qualquer eventual mudança no cenário seria informada com oportunidade.

No dia 8 de janeiro, às 11h54 da manhã, nós recebemos uma mensagem informando o aumento de fluxo de pessoas na Esplanada e na Praça dos Três Poderes, solicitando o acionamento de um pelotão do BGP, que foi enviado e chegou às 12h30. A partir daí, às 14h30, 14h40, como eu já mencionei, houve o rompimento da barreira. Houve o acionamento por parte do GSI. Nós mandamos as duas subunidades que estavam de prontidão. A partir daí, o General Gonçalves Dias me ligou. Eu expliquei para ele que as tropas que eu tinha de prontidão já tinham sido enviadas. Acionamos o plano de chamada do CMP e as tropas foram chegando. À medida que iam chegando, nós íamos mandando para o Palácio Planalto. Ao final do dia, nós tínhamos cerca de 400 militares no Palácio Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, eu estou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o efetivo aqui – para poder facilitar o papel dos investigadores aqui; todos somos, não só a Relatora –, qual o efetivo total dessas três forças de segurança à disposição do Palácio Planalto?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Cerca de 5 mil homens.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, é óbvio que fica evidente aqui uma negligência. E a negligência pode ser interpretada sob dois aspectos: uma negligência por desconhecimento ou uma negligência por opção, uma cegueira deliberada ou uma omissão dolosa.

Eu já perguntei aqui, anteriormente, a quem esteve na condição de interrogado, mas eu vou perguntar à V. Sa. também: o GSI acionou o Plano Escudo a tempo para colocar de prontidão todo esse efetivo – mais de 5 mil homens?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O efetivo... O Plano Escudo levanta as necessidades. Existem no Plano Escudo os cenários e os efetivos a serem levantados, de acordo com o estudo feito pelo GSI e a solicitação feita pelo GSI.

Eu não tive acesso aos fatores da decisão que o GSI teve – ele chegou às conclusões. Eles solicitaram, a partir das 11h54, um pelotão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, Sr. Presidente, está mais do que evidente que a informação existia: dois dias antes, já se tinha a informação da mobilização; no dia anterior, sabia-se da chegada dos ônibus transportando manifestantes; a Abin informou ao comandante do GSI, ao Ministro do GSI o tipo de manifestante que estava vindo nesses ônibus. Havia informação, havia tempo disponível para a mobilização das forças de segurança. E aí o depoimento do General Dutra aqui hoje, mais uma vez, coloca, de maneira muito clara a todos nós, que não houve o acionamento das forças de segurança disponíveis no Palácio do Planalto.

Da mesma forma que a Polícia Militar alega que também não recebeu o comando, porque o Plano Escudo, o plano de contingência, o plano de ação parte... A ação, a decisão, o acionamento é do chefe do GSI. E olha que ele próprio, pelas informações que temos levantadas, apuradas no âmbito desta CPI, dois dias antes, encaminha a informação, recorte de informação ao chefe da Abin, para alertar sobre o que estava a acontecer, sobre o movimento, mas, quando a Abin começa a alertar sobre o desdobramento desses fatos, a chegada dos ônibus, os tipos de manifestantes, há um apagão, uma amnésia seletiva por parte do chefe do GSI. Sabia dos movimentos, sabia da existência de pessoas violentas entre os manifestantes – isso está nos relatórios da Abin, e foram compartilhados com o Sr. G. Dias.

A pergunta é: o que fez o Ministro G. Dias? Qual foi o papel dele em tudo isso? Está muito claro aqui que houve uma omissão. Eu não retiro – já disse aqui anteriormente e reitero aqui –, eu não retiro a responsabilidade da Polícia Militar, o erro de cálculo, porque segurança pública é um problema



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistêmico; não é apenas o efetivo do Palácio do Planalto, não é apenas a inteligência do Palácio do Planalto – que diz Lula que nem existia. Não, a Polícia Militar tem seus meios próprios, tem suas fontes, sabia do que estava acontecendo; também cometeu erro ao não estruturar um planejamento capaz de atuar naquele dia. Mas a questão é que, ainda que a Polícia Militar não tendo agido, em razão da ausência de informação, com o efetivo disponível no Palácio do Planalto e com a informação que chegou a tempo e hora, se a decisão do chefe do GSI fosse acionar as forças disponíveis, nada do que aconteceu teria acontecido. Isso é um fato evidente.

Eu estou aqui a defender manifestantes? Não. Quem invadiu o Palácio do Planalto, o Palácio do Congresso Nacional, o Palácio da Justiça cometeu crimes.

Cada um deve responder na medida da sua conduta, da sua culpabilidade. E é preciso separar, porque muitos ali foram no bando – o estouro da boiada. A cabo que esteve aqui na semana passada dando seu depoimento fez distinção entre pessoas que estavam lá movidas por um sentimento, mas eram manifestantes pacíficos, e grupos menores que eram violentos, tecnicamente preparados, com habilidades, e alguns até, segundo mencionado, com vestimentas que se podia identificar, inclusive, vínculos militares.

Então é preciso que a gente encare os fatos, mas sem criar essa narrativa, essa cortina de fumaça de que tudo foi uma trama golpista, um golpe.

Eu pergunto a V. Sa...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... qual é a definição de golpe?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Tomada abrupta do Poder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Aquilo que aconteceu no dia 8 pode ser classificado como golpe dentro das circunstâncias em que ocorreu?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ali, para que se caracterizasse o golpe, faltava uma instituição armada apoiando aquilo ali. Era uma coisa sem... Como o Deputado falou recentemente, um ato que parece muito mais de ordem pública, um terrorismo, do que qualquer coisa que pudesse ter futuro, uma vez que não havia força, não havia instituição armada apoiando aquilo dali.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu lhe pergunto, por fim: numa tomada a força do Poder, num caso de golpe, quem assume a posição de Chefe do Governo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senador, desculpe-me, aí depende do movimento revolucionário, o movimento golpista que está sendo conduzido. Eu não tenho condições de dizer isso para o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, veja que novamente nós temos aqui uma fala que afasta... E, veja, ao afastar o golpe por absoluta incompatibilidade, por absoluta irracionalidade, por absoluta impossibilidade... Nem o depoente aqui afasta a conduta criminosa daqueles que invadiram, e nem este Parlamentar. Já disse aqui reiteradas vezes: quem invadiu o Palácio do Planalto e os demais palácios naquele dia cometeu crimes e deve responder pelos crimes que cometeu.

Mas é preciso duas coisas, Sr. Presidente. Primeiro, afastar essa narrativa mentirosa de golpe; e, segundo, é preciso fazer uma investigação com seriedade apontando para todos que tiveram participação e que têm culpa dolosa ou culposa nos atos do 8 de janeiro. Está evidente para mim que o Palácio do Planalto, na figura do seu Ministro do GSI, agiu de maneira equivocada ou dolosa para produzir o resultado que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O General Dutra pede para consignar – e esta Presidência o faz – que ele discorda e não aceita a colocação feita pelo nobre Senador Rogério Carvalho, que o chamou de golpista. Quero deixar isso registrado aqui, para não ter que passar a palavra...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Rogério Correia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Rogério Correia. Não, é Rogério Correia. Rogério Correia, perdão.

Então, não havendo mais aqui, neste primeiro momento, espaço para prosseguirmos, vou suspender a nossa reunião, e retomaremos às 14h10.

(Suspensa às 13 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem um bocado de gente aqui inscrita, mas pouca gente presente. Mas vamos retomando aqui os nossos trabalhos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Se quiser adiantar e me chamar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá, porque tem... Só está aqui... O Deputado Rafael Brito está aqui, depois... Vamos lá.

Vou passar ao primeiro orador inscrito nesta tarde de hoje, o Deputado Rafael Brito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, General Dutra, queria iniciar agradecendo, General, por estar participando, respondendo, contribuindo com esta CPMI.

E eu queria iniciar com o seguinte: General, o senhor há pouco relatou, falou aqui pra nossa Relatora que não agiu porque as manifestações eram manifestações pacíficas e que o acampamento fazia parte de manifestações pacíficas. Na verdade, o acampamento estava batendo álbum ou batendo bingo mesmo do Título IX do Código Penal, no que diz respeito aos crimes contra a paz pública. E aí tem o art. 286, incitação a crime; o art. 287, apologia ao crime; e o art. 288, associação criminosa; além de estímulo e incitação a ato criminoso.

Diante disso tudo, General, o senhor ainda acredita que o acampamento e as manifestações eram manifestações pacíficas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado Rafael Brito, obrigado, boa tarde.

Os acampamentos aconteceram em frente a todos os quartéis... praticamente todos os quartéis do Exército ao longo do Brasil. O Comando do Exército determinou que, onde não houvesse ordem judicial, não caberia a nós decidirmos se aquele acampamento era legal ou ilegal. O Comando do Exército determinou que as manifestações seriam tiradas...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Perfeito.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – E onde houve ordem judicial – no caso de Belém, no caso de Belo Horizonte –, esses acampamentos foram retirados.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Perfeito. Fico satisfeito em saber que houve essa ordem, e evidentemente o ambiente militar respeita muito a hierarquia. O senhor, enquanto Chefe do Comando Militar do Planalto, agiu em algum momento para desmobilizar o acampamento em frente ao seu quartel comandado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós agimos o tempo todo na estratégia indireta, evitando o enfrentamento. Não havia uma ordem judicial. Esse tipo de desocupação é uma operação muito complexa, que coloca em risco a integridade das pessoas. A diretriz era que, sem ordem judicial, não deveria haver emprego de tropa. Então, o tempo todo nós trabalhamos no sentido de dificultar a logística e dificultar os acessos e a mobilização dos manifestantes.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Deixa eu dizer, General: aqui, quando estive o Coronel Naime, que faz parte aí dos coronéis que estão presos, da Polícia Militar do Distrito Federal, ele disse que tentou, pelo menos por três vezes, desmobilizar o acampamento, e que foi nessas três oportunidades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedido pelo Exército. Por que razão a PM foi impedida por repetidas vezes, inclusive pelo senhor, como afirmou o Coronel Naime, de desmobilizar o acampamento?

Aí eu só queria dizer aqui o que ele falou, tá? Abre aspas: "Foi do próprio General Dutra desmobilizando as tropas e dizendo que não seria necessário. Inclusive ele fez até algumas alegações, dizendo: 'Não, vocês trouxeram efetivo demais'. Como assim 'trouxeram efetivo demais'?". Isso são palavras dele, fecho aspas.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, nós tivemos a reunião no dia 28, planejamos a desocupação das coisas ilegais, a desmontagem das barracas...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Vinte e oito de dezembro de...?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Vinte e oito de dezembro, sim, senhor. A retirada do ilegal, a desocupação das barracas vazias.

Eu relembro que o Exército não tinha autorização para confiscar aquelas barracas.

Naquele vídeo que foi mostrado, nós estamos desmontando uma barraca, um toldo de 10 por 10. Então, aquilo ali... Nós queríamos que aquilo ali fosse confiscado, porque estava muito prático a gente desmontar e depois a pessoa dona só vir buscar.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Agora, General...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Desculpe eu estar interrompendo...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, sim, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... mas é por causa do tempo.

Mas o senhor acabou de falar da reunião do dia 28, e eu tenho aqui a ordem de serviço do dia 29, da Polícia Militar do Distrito Federal.

Na ordem de serviço do dia 29, eles não falam só de ações de enfrentamento de um possível comércio irregular, ele fala de ações de enfrentamento ao comércio irregular na Avenida do Exército e adjacências da Praça dos Cristais, mas também ele fala de ações de ordem pública e controle de massas. E, no mesmo documento, fica dizendo que ficou combinado, nessa reunião do dia 28, que a coordenação situacional será exercida pelo Comando Militar do Planalto do Exército Brasileiro.

Então, se estava combinado na reunião do dia 28 e se tinha ordem no dia 29 para que isso fosse feito, o que é que aconteceu que nesse dia o acampamento não foi desmobilizado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Pelo que eu entendo, esse documento é um documento interno da polícia e eu não tive acesso.

Eu tive acesso ao protocolo de ação integrada, que é a coordenação entre as instituições e, nesse Protocolo, falava, o 215...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas, no dia 28, nessa reunião, ficou definido que o comando situacional seria do quartel que o senhor era comandante?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, sim, senhor.

Ficou coordenado que nós iríamos trabalhar em cooperação, que a polícia, juntamente, o primeiro... como o ilegal era o que ia ser retirado, era o DF Legal a primeira instituição a ser empregada. *(Pausa.)*

E aí o que está registrado no protocolo seria essa situação da atuação do DF Legal na retirada do ilegal.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu vou, sabe, General, após a minha fala, lhe entregar esse documento.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ele fala, inclusive, que o Coronel Boueri, que era o Chefe do Centro de Operações do Comando Militar do Planalto, do qual o senhor era o Comandante-Geral, seria o responsável, participou da reunião, inclusive, e tratou sobre a desmobilização completa do acampamento.

E, nesse dia, tanto o Coronel Naime como, acho que foi, uma outra militar chamada Cíntia, que disseram que o senhor não permitiu a desmobilização, mas o senhor hoje esclareceu muito essa situação porque nos trouxe uma informação nova que o senhor não tinha colocado ainda, inclusive na ida à outra CPI da Câmara Legislativa, que havia uma ordem acima, superior, do comando do Exército para não desmobilizar os acampamentos.

Aí, no dia 8 de janeiro, por conta dos atos de vandalismo, a Polícia Militar do Distrito Federal tentou desmontar o acampamento no Setor Militar Urbano, mas a ação foi realizada só no dia seguinte, a partir de uma ponderação do Exército Brasileiro.

Logo após esses atos, o Interventor Federal Cappelli afirmava que a ordem da PM era entrar e prender os vândalos, mas que o senhor dizia que não permitiria aquela entrada do Exército.

O senhor já explicou aqui a sua ideia, que falou com o Presidente da República, mas o que eu acho, General, que não ficou muito claro foi como e o porquê foi montada uma fila da Polícia do Exército



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em frente ao local onde os policiais militares do Distrito Federal estavam tentando entrar para fazer essas prisões.

O senhor...

Inclusive, a Relatora mostrou uma foto.

O que é que o senhor pode contribuir sobre isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, como eu comentei também nas minhas palavras iniciais, em torno de 21h...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Em torno de 21h, o Comandante do Exército determinou o aumento da segurança do perímetro do SMU para dissuadir o retorno dos manifestantes para o interior da Praça dos Cristais. Então, aquela tropa que estava ali estava nas extremidades do SMU e não era, de maneira nenhuma, para se opor à polícia, era para... Inclusive, quando tem aquela fotografia, eu estava do lado de fora, conversando com o Dr. Ricardo Cappelli.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É porque não... a gente não vê ninguém, mas, enfim, tudo bem. Eu vou aceitar suas colocações.

Mas o senhor também alegou, em algum outro momento, que não deu vida fácil aos manifestantes acampados – não, é? –, que pediam esse golpe militar, enfim. E o senhor chegou, inclusive, a autorizar carros de som no acampamento, em área militar.

Eu queria entender, então, já que eles não tinham vida fácil, que estavam o tempo todo com o Exército tentando desmobilizar, tirar as barracas, por que é que foi autorizado o uso de carros de som dentro desse acampamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Esse carro de som, em coordenação com a Secretaria de Segurança Pública – inclusive, quem tinha o contato do empresário lá, proprietário, era a Secretaria de Segurança Pública –, foi autorizado nos dias 2 e 15 de novembro, e aí, depois, ele não mais participou das atividades dentro do acampamento.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É porque é muito sério, sabe, General? Inclusive, eu queria lembrar – outros colegas já lembraram – que deste acampamento, que foi, por alguns momentos, protegido, sim, por algumas pessoas do Exército, saiu uma tentativa de atentado à bomba na noite de Natal, no aeroporto de Brasília.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, é algo sério.

Podia ter acontecido uma série de mortes e, graças a Deus, isso não aconteceu.

Inclusive, eu queria dizer o seguinte: que acampados, em vários momentos, gravaram vídeos dizendo que o Exército estava ajudando. "O Exército está com a gente, ele está ajudando a montar tenda, barraca". E eu não consigo entender por que que o Exército, em vez de zelar pelo Estado brasileiro, protegeu criminosos e os acolheu em área militar, enquanto, em algum momento... em nenhum momento, nenhuma autoridade se manifestou contra isso.

Na verdade, o que me parece é que muita gente do Exército Brasileiro não só deu vida fácil a esses manifestantes, mas deu vida boa, vida longa e deu ao golpe um lar, uma casa – e a casa eram os acampamentos em frente aos quartéis.

Só... No meu minuto final, Presidente, eu queria só lembrar que aqui, no Distrito Federal, servidores da Secretaria de Educação fizeram uma manifestação pacífica, isso, sim, ontem, e foram recebidos por alguns policiais militares com gás de pimenta.

Então, é esse tipo de diferença que a gente vê hoje na nossa sociedade. Criminosos pedindo intervenção federal, crime previsto no Código Penal, sendo acolhidos durante 70 dias na porta do quartel-general, em todo o país, e professores, servidores da educação, pedindo salários justos, recebidos, ontem, com gás de pimenta e bala de borracha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente

General. General Dutra, eu acho que o Brasil inteiro sabe o que eu vou falar aqui. O Brasil inteiro sabe que eu vou falar que o senhor é um homem honrado. Eu fico olhando aqui para a sua expressão, os seus cabelos brancos, e fico imaginando o tamanho das suas guerras, das suas lutas, para chegar aonde o senhor chegou, com tanta condecoração que está aí na sua farda.

O Brasil agradece tudo o que o senhor fez pelo Exército Brasileiro, por esta nação. Não saia dessa audiência, dessa sessão aqui... Depois de ouvir tanta coisa – Golpista! Golpista! –, não saia daqui menor do que o senhor é, saia daqui maior. O Brasil agradece todo o seu trabalho.

Que Deus abençoe o senhor, General.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Abençoe muito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa fase vai passar. Eu só me preocupo com as palavras jogadas ao vento, mas essa fase vai passar.

Nós agradecemos tudo que o senhor tem feito.

Mas, Presidente, eu precisava registrar aqui a minha preocupação com os excessos desta Comissão.

Eu entrei nesta Comissão e eu tinha um alvo: ajudar pra que mais direitos não sejam violados, ajudar pra que mais pessoas não sejam expostas mais que o necessário. Hoje a gente viu ser exposto aqui nesta Comissão o rosto de D. Cida Villas Bôas. O Brasil sabe quem é D. Cida Villas Bôas? Uma das mulheres mais incríveis que esta nação tem. Por que mostrar o rosto dela? Ia mudar o que o convencimento dos colegas aqui nesta Comissão? Uma senhorinha, uma senhorinha que gasta o seu tempo fazendo almofadas pra mulheres com câncer. Foi uma das fundadoras de uma das instituições mais sérias que eu conheço, que se chama Rompendo Mais Fronteiras.

Sabe por quê, Presidente? Porque as mulheres desses militares, que às vezes são mandadas lá pro meio do mato, no Brasil inteiro, porque atrás, atrás de tudo o que acontece nesse Exército, às vezes a gente esquece da contribuição das mulheres dos militares. Ao lado de um grande militar tem uma grande mulher. Pra eles chegarem aonde eles chegam, se não fosse o companheirismo, a parceria de suas esposas, não chegariam aonde eles chegam. Aí a gente vem aqui hoje e expõe o rosto da mulher de um dos homens que tem a mente mais brilhante nesta nação, que é o General Villas Bôas. Isso vai mudar o quê? O relatório? Isso vai mudar o quê? O que a gente pensa, ao expor o rosto de D. Cida?

Quando eu olhei pra D. Cida, eu resolvi fazer uma homenagem a todas as mulheres de militares do Brasil, que, com certeza, estão me assistindo agora. Abraço e honra a todas essas mulheres que pagam um preço por esta nação, que interrompem seus sonhos, suas carreiras, pra seguir seus maridos em suas missões. Aí, quando chega à idade a que chega a D. Cida, o rosto dela é exibido pra quê, aqui nesta Comissão?

D. Cida Villas Bôas, meu respeito, minha admiração, meu amor. O Brasil conhece D. Cida; a cidade de Brasília conhece D. Cida. E nós precisamos fazer essa homenagem, e eu precisava fazer esse desagravo ao General Villas Bôas, ao General Dutra e à D. Cida.

E aí, Presidente, talvez tenham algumas pessoas se perguntando: "E por que ela foi lá?". Os manifestantes estavam no quintal da casa delas. Tinha mulher de militar lá, sim, levando comida pra criança, levando água, ajudando. E por que elas foram? Porque os manifestantes estavam orando, Presidente. Não se viam aqueles manifestantes como golpistas, não. E eles tinham motivo pra estar orando? Claro que tinham. Ou não tinham? As pessoas que estavam lá no acampamento, nos acampamentos no Brasil inteiro, estavam com medo da legalização das drogas no Brasil, estavam orando por isso, pra que no Brasil não se legalizasse droga. Esse medo parece que se concretizou. Essas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas estavam orando pra que não se legalizasse o aborto no Brasil. Eles não tinham razão de ter medo? Olha o que está acontecendo essa semana! Essas pessoas estavam orando pelo Brasil, Presidente, com medo do aumento da criminalidade. Não aumentou a criminalidade em 2023? Essas pessoas estavam orando com medo da fome no Brasil, e, pelo que a gente está vendo, em 2023 as empresas estão fechando. Elas estavam orando pela nação. E essas mulheres de militares viam pessoas orando pela nação, não viam golpistas, não viam golpe de Estado. Então, eu precisava fazer esse registro aqui. Se alguma mulher de militar foi lá, foi também pra orar, porque acreditavam que ali eram manifestantes pacíficos.

E aí o General Dutra hoje trouxe uma informação de que até dia 6 era um grupo de pessoas, depois era um outro grupo; que o pessoal do dia 8 não era o pessoal do dia 6. E aí o senhor, com essa fala, destrói uma grande narrativa: não foi nos acampamentos que se organizou o possível golpe; as pessoas nem se conheciam.

Então, aqui, General, eu confesso que eu entrei nesta Comissão querendo ajudar muito. Até riram de mim esta semana que eu falei que nós lemos 3 mil páginas. Li! Na verdade, hoje estamos chegando a 4 mil páginas.

E aí, Presidente, vou alertá-lo para mais um detalhe. Nas páginas que eu estou lendo, eu estou vendo coisa que eu não queria ver: conversas íntimas entre esposa e marido sendo expostas – esposas estão sendo expostas nesses nossos documentos sigilosos que estão aqui. E eu estou muito preocupada com mais exposição de mais gente inocente nesta CPMI. Presidente, que Deus lhe dê sabedoria para conduzir o final. Eu fico imaginando uma esposa que tem uma conversa dela trocada com o marido vazada, o que vai causar de danos a essa mulher. Esta CPMI veio pra encontrar verdades e não pra destruir e assassinar reputação.

Essa é a minha fala.

General, siga firme!

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O senhor é uma pessoa amada pelo Exército Brasileiro e pelos brasileiros.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, em permuta com o Senador Sergio Moro, o Senador Cleitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, General. Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e servidores desta Casa aqui.

Eu queria que o pessoal que trabalha aqui, pra eu fazer a pergunta pro senhor, General, colocasse esse vídeo que eu vou mostrar agora aqui, por favor. Se puder colocar alto...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então, General, a pergunta que eu faço – hoje, ele é Ministro do STF, Ministro da Justiça, já foi Ministro da Justiça também aqui –: o senhor concorda com as palavras dele?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Cleitinho, boa tarde.

O Palácio do Planalto, a defesa do Palácio do Planalto é regulada pelo Plano Escudo, que é um plano assinado a quatro mãos entre o GSI e o CMP. Esse plano, um plano proativo, como disse o Deputado mais cedo, é um plano onde proativamente o GSI faz a leitura de cenário, faz o levantamento dos meios necessários para enfrentar aquele cenário e solicita os meios para o CMP. O CMP provê os meios para que o GSI execute as ações e comande as tropas ali.

Eu não tive acesso a fatores da decisão que fizeram com que o GSI fizesse a leitura de cenário que foi feita para o final de semana do dia 8.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – General, quero lhe fazer outra pergunta aqui.

Pela experiência que o senhor tem, o senhor acha que naquele momento poderia ter sido evitada toda a situação? Pela experiência que o senhor tem.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Normalmente, o Plano Escudo é um plano de muito sucesso, as tropas levantadas de acordo com as necessidades...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor pode falar "sim" ou "não" pra mim?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então, poderia ter sido evitado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Houve um equívoco da leitura de cenário, provavelmente. Se esse cenário não tivesse lido de maneira equivocada, as tropas lá presentes estariam de acordo com o cenário que se apresentou.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então, é importante saber que teve omissão. A cada momento a gente procura essas informações, e o senhor, com a experiência que o senhor tem, tem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa é que eu sempre estou aqui pelos inocentes. Por mais que algumas pessoas, alguns Deputados e Senadores, não concordem, achem que coloca todo mundo no mesmo balaio, e eu não acredito nisso, eu queria fazer outra pergunta para o senhor, porque o senhor é do Exército. O senhor é um General, o senhor pode ir para a guerra. Numa situação daquela que o senhor viu ali, o senhor viu vândalos que teve... Eu estou aqui também para falar que teve manifestantes que quebraram, que fizeram palhaçada, e vão pagar por isso, já estão pagando. Agora, o senhor não concorda também que teve pessoas que não teriam vontade, interesse nenhum de fazer nada, a não ser de se manifestar?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ali, naquelas cenas que aparecem, eu só vi pessoas depredando.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – As que o senhor viu?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As que eu vi.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sim.

Então, eu queria falar uma coisa, que esse que ele falou, que entrou, que fez vândalo... Inclusive, o Aécio agora acabou de ser julgado com 17 anos de prisão. Aí, eu queria falar para a população brasileira, para eles entenderem... Dezesete anos de prisão. Ele vai pagar por isso.

Eu aprendi que certo é certo e errado é errado. Agora, esse que invadiu, esse Aécio que esteve aqui nos Três Poderes, invadiu e falou, foi um inconsequente. Os três Poderes também... Gente, eu vou falar não é de atual, não, mas de passado. Esses políticos dos três Poderes que foram representantes do povo, que entraram aqui para defender o povo também, fizeram corrupção. Esses que fizeram corrupção no passado, no presente ou, quem sabe, no futuro pegaram 17 anos de prisão? Hoje, até a Lava Jato virou o malvado da história aqui. A Lava Jato hoje... Está tudo errado. A Lava Jato mostrou a maior corrupção deste país aqui e hoje não é não! A Lava Jato está errada. É o malvado da história.

Então, eu queria falar para este país aqui, para a população brasileira, que é assim que funciona este país aqui. Tem ex-Governador aí que pegou mais de 400 anos de prisão e precisava ressuscitar umas cinco vezes para poder pagar a pena dele. Ele já está solto. Ele já está solto.

Aqui, a pena para político que rouba, que põe dinheiro na cueca... Ele pode continuar sendo candidato, inclusive candidato a Presidente, e ganhar a eleição. Aqui é assim: ladrão vira herói! Ladrão vira herói! Ele está errado, o Aécio, tem que pagar 17 anos que sejam, que sejam dez, cinco...

Mas eu falo desse pessoal que acabou com este país aqui, que destruiu este país aqui, esses mesmos que defendem que representam os três Poderes, no passado, no presente, no futuro. O que foi feito com esse pessoal que acabou com este país aqui, que destruiu este país aqui, que roubou? O que foi feito com eles? A quantidade de ex-político e que é político atual aí. O prêmio deles é continuar sendo candidato. Não tem pena, não tem justiça para eles, não tem nada para eles. A gente fala aqui, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tá errado, a gente é sensacionalista. A pena para esses caras que roubam dinheiro público deveria ser de pena de morte. Golpe? Eu sou contra golpe. Mas ir para a campanha de eleição e falar que vai defender o povo, que é do povo, e rouba dinheiro do povo, isso também não é golpe, não, gente? Tomar dinheiro da saúde também não é golpe, não, roubar dinheiro da saúde? Muita gente morre na fila do SUS esperando uma cirurgia. Muita gente morre por falta da educação, que roubam dinheiro da educação. Muita gente morre numa estrada cheia de buraco, porque roubam dinheiro da infraestrutura. É um monte de coisas superfaturadas. É a tal da Codevasf, que está todo mundo falando aí. Corrupção mata, e a corrupção no país aqui para político, a maior pena... Não tem pena, não. Não tem pena nenhuma para eles. Sabem o que tem para político que rouba no país? Poder ser candidato, poder ser eleito novamente, poder ser Presidente da República.

Então, que o Aécio ou outros que fizeram a palhaçada que fizeram aqui, que quebraram e fizeram o que foi feito, pague por isso, mas que a gente comece agora, os representantes do povo, e aí eu falo para todas V. Exas., que comecem a mudar essas leis também, comecem a colocar pena de morte para quem rouba neste país, para quem faz corrupção neste país aqui, para quem ri da cara do povo, para quem desvia até auxílio-paletó, auxílio-isso, auxílio-merenda, auxílio-moradia, por aí vai. Dinheiro público é sagrado. Os três Poderes aqui são os primeiros a dar bom exemplo. Se os que entraram aqui nos três Poderes e fizeram baderna têm que pagar, os representantes dos três Poderes também. Se fizerem sacanagem e covardia com o povo, têm que pagar mais ainda, têm que ter a pena de morte.

Eu queria finalizar, população brasileira, porque eu sempre penso o seguinte, a Bíblia é a mais atual de todas, e a Bíblia sempre fala, já falava: "A justiça é posta de lado, e o direito é afastado. A verdade anda tropeçando no tribunal, e a honestidade não consegue chegar até lá". Eu quero falar que eu não vou desistir. Tenho vários defeitos, não sou o salvador da pátria, longe disso, não sou o paladino da justiça, mas eu aprendi, desde pequeno, meu pai falou: "A única coisa que você tem é o seu nome". Honestidade não é qualidade, é obrigação. Então eu vou lutar por isso aqui até o fim. O mal incomoda, mas ele não vence, o bem sempre prevalece.

E eu vou até o fim com a justiça nesse país aqui, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Próxima oradora, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Presidente, desculpa, eu estava ouvindo a sessão da Câmara, que acabou de começar. Aliás, acabamos de votar todos.

Primeiro, eu queria pedir desculpa, General, por não ter estado durante a manhã, mas eu participei da reunião de Líderes, na coordenação da Bancada Feminina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ouvi um pouco à tarde – no final da manhã, perdão – do que foi explanado aqui, e me restam algumas dúvidas que eu acho que para mim são essenciais.

O que eu tenho ouvido nessa Comissão é que a Força Nacional seria a grande omissa. E aí eu pergunto ao General, que sabe mais do que eu – e eu posso dizer isso, tenho o maior respeito, sou neta de um general, não brasileiro, mas peruano, portanto tenho o maior respeito às Forças Armadas de qualquer país... Aí a minha pergunta é a seguinte, pelo que eu ouvi aqui V. Sa. falando com o Rafael – com o Deputado Rafael –, houve uma ordem do comando – e eu anotei aqui para não ser leviana – de que não poderia ser feita a desocupação sem ordem judicial, perfeito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Perfeito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Porque isso poderia causar algum dano à integridade física de alguém e isso teria consequências graves, perfeito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Perfeito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então eu lhe pergunto, da mesma maneira, sobre a Guarda Nacional, a informação é a seguinte: para que a Guarda Nacional tivesse tido o comando do Ministério da Justiça e não do GDF, haveria que ter uma decisão judicial, sob pena de que, não havendo, e havendo algum dano à integridade física, a União fosse punida. É correto esse raciocínio?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada Laura Carneiro, eu não tenho conhecimento de qual era a situação jurídica da Força Nacional de Segurança Pública em Brasília.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então eu estou lhe dizendo: a Força Nacional no Brasil, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, só pode funcionar desde que o governo autorize, aquele governo. Então o senhor concorda comigo que a situação é exatamente a mesma?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, perfeito.

Bom, em considerando isso, eu diria o seguinte: a responsabilidade sobre o Palácio do Planalto seria da Força Nacional e do Exército Brasileiro, perfeito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A responsabilidade do Palácio do Planalto, pelo Plano Escudo, é do GSI, com as tropas providas, de acordo com a demanda, pelo Exército Brasileiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, seria do GSI com as forças do Exército Brasileiro, o senhor concorda comigo?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Concordo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E de quem é a responsabilidade sobre o Congresso Nacional e sobre o Supremo Tribunal Federal?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Dos órgãos de segurança pública.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Do Distrito Federal?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, quem tinha que resguardar a Casa do Povo, o Congresso Nacional... Quem tinha a obrigação de resguardar o Congresso Nacional e a obrigação de resguardar o Supremo Tribunal Federal não era nem o GSI, nem o Exército, nem a Força Nacional. Estou certa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, a responsabilidade de resguardar o nosso Congresso Nacional, a Casa do Povo brasileiro, e o Supremo Tribunal Federal, portanto o Poder Judiciário brasileiro, a grande Corte, a maior das Cortes, era da Polícia Militar do Distrito Federal. É isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Está bom.

O senhor já ajudou muito a Comissão, porque a retórica aqui é exatamente o contrário. Fica parecendo que a culpa de tudo é do Exército, do GSI, enfim, e que o resto não aconteceu. Então, vamos deixar claras as responsabilidades.

Aí eu pergunto o seguinte: o senhor é um general e conhece muito mais de guerra do que eu. O que nós vimos, e V. Exa. concordou com isso na sua fala respondendo ao Deputado Rafael, é que aquelas pessoas que estavam ali, na sua grande maioria, eram depredadores.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As que apareceram nas cenas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Foi o que o senhor pôde constatar do que o senhor viu, claro, da mesma maneira que nós que vimos o que nós vimos.

A pergunta é a seguinte: bom, se aqueles eram depredadores, malfeitores, aquilo era uma guerra, uma miniguerra; cinco mil pessoas, uma guerra!

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Só com depredação, porque eles não tinham nenhum apoio de armas, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não. Pelo que a gente viu, tinham. Eu até recebi hoje uma que eu até fiquei assustada; tem granada bailarina. Eu nem sabia, eu não sou desse ramo. Mas granada bailarina é arma, não é uma arma?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Mas bailarina você é.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Bailarina até sou, mas granada bailarina é uma arma, General?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É uma granada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É uma granada, portanto é uma arma bélica. Estou certa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, era uma guerra. Onde tem arma tem guerra, na minha concepção. É isso? Seja ela uma guerra urbana ou não. Nesse caso, a gente tinha uma guerra.

O senhor acha... Aí é uma pergunta de cunho pessoal mesmo. O senhor tinha a responsabilidade... Embora não tivesse recebido o comando, o senhor chegou a mandar tropas do Exército. Perfeito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Quando nós vimos a situação lá no Tatuí, eu liguei para o General Penteado e pedi para ele demandar, porque, sem demanda, eu não tenho amparo legal.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O senhor não pode fazer. Mas aí ele demandou?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Imediatamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Isso. Ele demandou imediatamente, e o senhor mandou homens para fazer...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Duas companhias. Cerca de 200 homens.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Duas companhias.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Quantos homens?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Cerca de 200.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E 200 homens... O senhor esperava encontrar quantos homens da Polícia do Distrito Federal e quantos homens de qualquer outra companhia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não tinha noção do dispositivo da Polícia Federal, da Polícia Militar – desculpe. Eu não participei da reunião do protocolo de ação integrada do dia 6, a gente não foi convidado; eu não conhecia o dispositivo da Polícia Militar; eu mandei os homens para atuarem no Palácio do Planalto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O senhor apenas... E o senhor acha que os 200 homens, com 5 mil homens, eram capazes de manter a não depredação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ali, eles, infelizmente, quando esses 200 homens chegaram ao Palácio do Planalto, já estava invadido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já estava invadido...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eles foram fundamentais, vamos falar, na retomada do Palácio do Planalto. Quando o Palácio do Planalto foi invadido, o que havia lá de tropa em condições de participar de controle de distúrbio era um pelotão com cerca de 36 homens.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ou seja, um pelotão com de 36 homens não seria capaz...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Extremamente ineficiente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ineficiente.

Então, o senhor concorda que houve um erro estratégico no envio das tropas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, o que acontece é que o Plano Escudo, como eu já falei aqui algumas vezes, ele tem um planejamento por base do GSI e uma solicitação por parte do GSI.

O que foi solicitado, em cima da leitura de cenário que o GSI realizou, foi solicitado um pelotão a partir das 11h54 da manhã de domingo. Esse pelotão chegou lá às 12h30.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Imagino, mas todo mundo... Eu não sei de que grupo de WhatsApp o senhor participa, quer dizer, o senhor ou sua instituição, a sua antiga instituição.

Eu não sei em qual grupo, mas de alguma maneira, pelo que a gente ouviu aqui em vários depoimentos, existia um grupo onde as pessoas estavam dizendo: "Olha, amanhã, alguma coisa vai acontecer, 43 ônibus estão chegando na cidade". Né? As pessoas estão agitadas.

Eu acho que todos nós sabíamos. Imagina quem era das forças de segurança, enfim, das forças públicas. A minha pergunta é: em nenhum momento era nítido que ia acontecer o que aconteceu?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu recebi, o CMP recebeu na sexta-feira uma mensagem do GSI dizendo que a situação era de normalidade, que não havia sido levantado nenhum



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco, que se houvesse qualquer mudança de cenário, nós seríamos alertados com tempo oportuno para acionar as tropas.

Isso aconteceu na sexta-feira em torno de 3 horas da tarde. E a próxima mensagem que nós recebemos do GSI foi no domingo, às 11h54 da manhã, solicitando o reforço de um pelotão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi. Bom, eu queria só agora fazer uma consideração, Presidente, que é importante.

O nobre Senador Cleitinho começou um vídeo. Só que ele não terminou o vídeo com a continuação da fala. Logo depois do Ministro, fala o Ministro Alexandre de Moraes, que explica a questão dos crimes. Então, talvez fosse interessante no meu último minuto a gente poder passar o vídeo, para que as pessoas tenham a informação completa.

Eu não gosto de nada pela metade. Eu acho que a informação completa é muito importante para a gente poder fazer o juízo de valor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já pode terminar. Não, mas aí vocês vão ver tudo na minha fala?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não, gente. Na boa. Eu só quis deixar claro...

Presidente, eu já vou terminar, porque a votação está rolando lá na Câmara e eu tenho que encaminhar pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Era só para efetivamente deixar claro que, da mesma maneira como para o Exército era necessária, segundo a afirmação do General Dutra, a determinação do GSI, da mesma maneira para a Força Nacional era necessária a determinação do Governador do estado, no caso, até a intervenção, que ocorreu. No momento em que ela ocorreu, pronto; cessa a necessidade de uma determinação à Força Nacional, e a Força Nacional sai em campo.

Muito obrigada, General, pelos seus esclarecimentos. V. Exa. não sabe como contribuiu para esta Comissão. O que mais me angustia, General, é a retórica. Eu não sou uma mulher de retórica – o Senador Magno Malta me conhece bem. Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputada, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... para mim é preto no branco – preto no branco. V. Exa. ajudou no esclarecimento da nossa CPI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

O próximo orador inscrito seria o Senador Fabiano Contarato, que não está presente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos ao próximo orador...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... eu cometi uma gafe.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Presidente, questão de ordem aqui.

Sr. Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu não agradei ao meu querido amigo, Deputado Filipe Barros, que me permite...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, perfeito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... voltar ao Plenário para poder encaminhar pelo meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

Com a palavra o próximo orador inscrito...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Presidente, só uma questão de ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que é o Deputado André Fernandes.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Pela ordem.

É porque a Deputada Laura me citou, com todo respeito, só que ela fala, no início da fala dela, que às vezes a gente não mostrou a verdade. Que verdade é essa? A verdade é a do Ministro Alexandre de Moraes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu não falei nenhuma mentira, não; eu só mostrei uma fala do Ministro André Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – ... pergunta para o General Dutra se ele concorda com a fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está claro.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu não vim aqui com mentira, não. Não vim aqui fazer palhaçada aqui, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – ... pelo amor de Deus...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Respeito a senhora, mas a senhora falou que eu estou falando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Está esclarecido, Senador.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Apenas para esclarecer que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Deputado André Fernandes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... em nenhum momento, eu ia ofendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A palavra é com o Deputado André.

Deputado André Fernandes, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Nem comigo. Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é? Não entendi. Aqui quem está inscrito agora... seria André Fernandes.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Podemos permutar eu e ele?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Permutar? Claro que pode.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Eu falarei na vez dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, pronto.

Então, nós vamos... Agora não será o Deputado André Fernandes. Falará, agora, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

General Dutra, povo brasileiro que nos acompanha ao vivo neste momento...

General Dutra, o Comandante da Marinha, o Comandante do Exército e o Comandante da Aeronáutica, no dia 11 de novembro de 2022, soltaram uma nota oficial chamada Às Instituições e ao Povo Brasileiro. O senhor tem ciência dessa nota oficial?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Boa tarde, Deputado Filipe.

Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Nessa nota, os Comandantes das três Forças, como não poderia ser diferente, dizem que manifestações pacíficas podem ocorrer em qualquer ambiente do nosso território.

Naquele momento – a nota foi no dia 11 de novembro, ou seja, em 11 de novembro –, o atual Comandante do Exército, o nobre General Tomás, ocupava o cargo de Comandante Militar do Sudeste, confere?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – E ali na frente do Comando Militar do Sudeste também tinha manifestações, confere?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Outros militares – hoje também generais de quatro estrelas – que hoje compõem o Alto-Comando do Exército também ocupavam outros cargos anteriormente e também permitiram manifestações em frente aos comandos de outras regiões. Confere?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Ministro Mucio disse, inclusive em entrevistas, que parentes dele próprio estiveram presentes em manifestações.

O senhor tem ciência se militares da ativa também participavam dessas manifestações?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, eu não tenho ciência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu ouvi aqui, durante a fala, ou as falas anteriores às minhas, que houve uma incitação ao golpe – uma fala mentirosa. Inclusive, a Relatora, Eliziane Gama, mostrou uma imagem da esposa do General Villas Bôas, que talvez seja hoje um dos homens mais respeitados dentro do Exército Brasileiro, dando a entender a Relatora que a participação da esposa do General Villas Bôas a caracterizaria como golpista, o que eu repudio veementemente. Mas eu quero lembrar aqui, General Dutra, o livro, Presidente Arthur Maia, escrito pelo General Villas Bôas, em que, na p. 181, ele afirma que, quando do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, Parlamentares da esquerda o procuraram – e, à época, ele era o Comandante do Exército Brasileiro –, o procuraram para sondá-lo sobre uma possível decretação de estado de sítio ou estado de defesa. Ali não era golpe? Ali era democracia? Justamente esses, que agora estão lá defendendo Venezuela, defendendo Cuba, sondaram o General Villas Bôas para que ele decretasse, ou para que ele aceitasse uma decretação de estado de defesa ou estado de sítio.

Em relação à desmobilização dos acampamentos, General Dutra, o General do Lula Sr. G. Dias esteve aqui e disse o seguinte: "O Governo que assumiu herdou a situação. Ela era incômoda [...]. Seja no Governo, seja no Comando das Forças Armadas e das forças federais de segurança estávamos decididos a pôr fim àqueles acampamentos".

Pergunto ao senhor, General Dutra. No dia 1º de janeiro, quem era o Comandante Supremo das Forças Armadas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 1º de janeiro, assumiu o Presidente Lula.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 2 de janeiro, quem era o Comandante Supremo das Forças Armadas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Presidente Lula.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 3?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Também.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 4?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Presidente Lula.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 5?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Presidente da República.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 6?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Presidente da República.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Presidente da República.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Também.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Por que é que o Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, não desmanchou o acampamento até o dia 8?

O senhor recebeu alguma ordem de Luiz Inácio Lula da Silva para desmanchar o acampamento do dia 1º ao dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não teria contato direto com ele. O Comando do Exército não recebeu.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não recebeu.

Aliás, General Dutra, se houvesse, porque qual é a narrativa, Sr. Presidente? A narrativa é: "Olha, se houvesse a decretação de GLO, se houvesse a decretação de estado de defesa, se houvesse a decretação de estado de sítio, previstos no art. 142 da Constituição Federal, isso seria golpe". É a narrativa da esquerda, do governo aqui, dos governistas.

Agora, do dia 1º, a partir do dia 1º de janeiro, General Dutra, se houvesse a decretação de uma GLO, de um estado de defesa, de um estado de sítio, quem comandaria? Quem é que seria o chefe supremo das Forças nesse período?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o senhor desculpe, eu não entendi. Eu tenho que ver é... Dentro da minha esfera de competência, eu sou um General de Divisão, não tem...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, mas eu estou lhe fazendo uma pergunta técnica.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Eu não...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Presidente da República é ou não é o chefe supremo das Forças Armadas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É, sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sim. Se houvesse uma decretação de uma GLO, de um estado de defesa, de um estado de sítio, a partir do dia 1º, quem seria o chefe supremo da GLO ou da decretação do estado de defesa ou de sítio? O Presidente da República?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – GLO, normalmente, é quando há necessidade de emprego da tropa no estado, e a tropa atua em proveito de um dos estados da Federação.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Presidente da República, sendo o chefe supremo, teria o comando sobre isso.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, eu não consigo entender, Sr. Presidente, porque eles pegam aqui instrumentos constitucionais e dizem que o Bolsonaro queria dar golpe através desses instrumentos constitucionais, sendo que, se esses instrumentos constitucionais fossem colocados em prática, quem seria o chefe supremo? Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, existe uma divergência aqui, General Dutra, que eu gostaria que o senhor, objetivamente, explicasse. Porque o General G. Dias – o General do Lula – veio aqui e disse que não foi o senhor que acionou os pelotões para irem até o Palácio do Planalto; que ele é que acionou. Quem está mentindo, o senhor ou o G. Dias?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, ninguém está mentindo. Eu liguei para o General Penteado, às 14h45, e pedi que ele solicitasse tropa. Ele imediatamente solicitou. Cerca de 20, 30 minutos após essa ligação, eu recebi uma ligação do General Gonçalves Dias pedindo tropa.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, o senhor acionou primeiro.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu acredito que ele não soubesse que eu já tinha falado, que o Penteado já tinha falado comigo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Tudo bem, mas, então, o senhor acionou primeiro. Portanto, o General G. Dias mentiu, Relatora, nesta CPMI. Mentiu!

O Plano Escudo...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não estou dizendo isso. Eu estou dizendo que ele me ligou...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não; a conclusão é minha.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Porque a conclusão é óbvia. Ele veio aqui e disse algo diferente do senhor. Eu estou acreditando na versão do senhor e concluindo que ele mentiu, porque é o que as provas demonstram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Escudo, General Dutra, havia sido acionado? Porque nós temos aqui – e faço essa pergunta –, nós recebemos aqui nesta Comissão o ofício do Comandante do Exército Brasileiro, que disse que o Plano Escudo não havia sido acionado previamente. O Plano Escudo havia sido acionado previamente?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Plano Escudo é um plano preventivo, que, a partir do momento em que eles nos solicitaram, às 11h54 da manhã, um pelotão, considera-se que já está dentro da atribuição do Plano Escudo. Então, às 11...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas antes disso, não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, Sr. Presidente, nobre Relatora Eliziane Gama, fica aqui consubstanciada mais uma mentira do General G. Dias, porque o General Dutra acaba de confirmar que o Plano Escudo foi acionado no dia 8, a partir das 11h53min. O General G. Dias veio aqui e disse que o Plano Escudo estava acionado desde o dia 4 ou 5. Mentira...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Fora do microfone.) – Desde o dia 6.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... do General G. Dias. Dia 6? Mentira do General G. Dias.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Fora do microfone.) – Ainda mostrou as cores.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – E, pra concluir, Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Para concluir, o senhor, na fala na CPI do Distrito Federal, disse que as pessoas que estavam aqui na Esplanada dos Ministérios eram diferentes daquelas pessoas que estavam nos acampamentos. Confere isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Cem por cento, Deputado. As pessoas que chegaram no dia 7 foram as pessoas que participaram dos atos do dia 8.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor disse, inclusive, que a gente consegue... Abro aspas: "[...] a gente consegue ver pessoas que estão entrando por meio dos ministérios, ali atrás".

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Disso tem as imagens. A imprensa mostrou várias pessoas chegando pela S2, pela N2...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Que não estavam no acampamento.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Que não estavam no acampamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor tem consciência se essas pessoas, eventualmente, foram presas ou não? Não dá para saber...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não sei.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Agora, pra concluir, Sr. Presidente, se me permite apenas mais um minuto, a nobre Relatora Eliziane Gama, durante sua inquirição inicial ao General Dutra, ela fez uma série de questionamentos em relação ao senhor ter ou não ter recebido informações. E, na fala da Senadora Eliziane Gama – eu estou aqui com as notas taquigráficas –, ela conclui fazendo uma crítica ao Exército Brasileiro, dando a entender que o senhor foi leniente ou negligente. Agora, pau que dá em Chico dá em Francisco, porque o Ministério da Justiça também tinha informações, aliás, tinha mais informações do que o senhor, e a Força Nacional ficou parada. O GSI, que era hierarquicamente superior à Abin, que era quem detinha todas as informações, o GSI também tinha todas essas informações e não fez nada, Senadora Eliziane Gama. O General G. Dias se limitou, no dia 8, Senador Magno Malta, a dizer: "Vamos ter problemas", e sumiu do mapa. Só foi ser encontrado depois, às 14h, no Palácio do Planalto.

Então, Senadora, pau que dá em Chico dá em Francisco: a mesma lógica e a mesma exigência – e rigor – que a senhora cobrou da inteligência do Exército têm que serem aplicadas também para a Força Nacional, do Sr. Flávio Dino, que nós precisamos ouvir aqui, e também para o General do Lula, o Sr. G. Dias.

Obrigado, General Dutra, pelos esclarecimentos.

E fica comprovado aqui, mais uma vez, que o General G. Dias mentiu e precisa ser indiciado por esta CPMI. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, General, é muito tempo, um longo tempo, e são narrativas, lampejos de verdade, narrativas, lampejos de verdade, desencontros de palavras. O General G. Dias esteve aqui e ele foi muito bem treinado pros primeiros 45 minutos do jogo, mas o jogo era de 90, não treinaram ele pros outros 45, ele já não tinha mais perna, não sabia onde estava a bola, não sabia nada nos 45.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E aí teve um bom treino, mas esta palavra "escudo", acho que ele falou bem mil vezes no depoimento dele. Tudo dele dava uma volta e vinha ao Plano Escudo; começava no Plano Escudo, dava uma volta e voltava para o Plano Escudo; Plano Escudo, dava uma volta, e era Plano Escudo. A nobre Relatora colocou ali um mapa, e ele começou a explicar as cores do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Escudo, não é? E, como disse agora o Deputado Filipe, ele mente, e, com a confirmação da Relatora, é que ele diz aqui que estava a postos desde o dia 6. E também se sabe do Penteado que, no depoimento dele, ele diz que não recebeu os alertas que o G. Dias tinha recebido – não foi repassado.

Então, há uma série de colocações, até porque são colocações que foram feitas numa CPI, outras colocações que são extraídas de depoimentos e também extraídas de notas taquigráficas de outros depoimentos que acontecem por aqui. Então, a gente já ouviu de tudo.

O Exército Brasileiro já foi odiado pela esquerda; odiado, escrachado. No Governo Dilma, com a Comissão da Verdade, assim, vocês eram o nojo do planeta, o nojo do Brasil; assim, generais escrachados. E eles dão números de pessoas que morreram nos porões, pessoas que foram torturadas. E, assim, eles se importam com esses números, não se importam com os números das mortes de Cuba, o que fez Lenin no mundo, o que a esquerda matou e continua matando... Porque todos esses países que são adorados matam homossexuais, e aqui no Brasil se respeita; embora eles achem que não, a opção sexual de alguém é problema dele. Mas lá se mata. Lá se mata.

Mas aquela Comissão da Verdade foi um escracho; um escracho. E a gente via uma voz solitária, Senador Cleitinho, do então Deputado Federal Jair Bolsonaro, gritando todo dia no Plenário, defendendo as Forças Armadas. E aí, nadando de braçada, assim, artistas, *shows* maravilhosos, porque eles foram esquerdistas que foram deportados... O Daniel Silveira está preso porque falou em AI-5, sem ter AI-5, não é? Falou em AI-5, foi preso pelo AI-11. Os palavrões já não interessavam mais, mas tudo... Aí vem o golpe lá em 64. Mataram, jornalistas desaparecidos, advogados desaparecidos, no golpe de 64. Queriam o poder de qualquer maneira. Estão no poder: golpistas de 64.

Bota pra mim o vídeo de Fernando Gabeira. *(Pausa.)*

Põe o som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eduardo Jorge.

Põe o som.

Pode colocar do início? Colocar do início. Coloque do início, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – "Nós éramos pela ditadura".

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – "Até pior".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pode tirar.

Agora, no julgamento do Aécio, Barroso vota pra condenar o réu por quatro crimes e absolve no crime, que eu também nunca tinha ouvido falar, neste tipo penal, abolição violenta do Estado democrático de direito. Quem fala em democracia hoje? As testemunhas oculares de 64 estão aí, dizendo que nunca lutamos por democracia. Falácia, nós lutávamos por uma ditadura também, do proletariado. E se os militares nos fizeram mal, nós fizemos mais – nós fizemos mais. Me desminta? É a história. E aqui, Barroso: abolição violenta do Estado democrático de direito.

Quer dizer, o que era antidemocrático agora virou democrático. Nós somos antidemocráticos, falar em GLO é um crime. É um crime, não é? Eu fui recomendado por muita gente a não falar em GLO quando eu estava sem mandato, falar em 142. O art. 142 da Constituição era um crime.

Mas GLO, depois que Lula ganhou, deixou de ser crime, pode decretar GLO. Agora, antes não, e quem falou em GLO antes, sabe Deus o que vai ser da vida dessa gente daqui pra frente com esse novo tipo penal.

Bom, pra mim é novo. Eu não sei se o advogado, Presidente aqui, esse novo... É um tipo penal novo, Presidente? É um advogado competente da Bahia, lá de... Você, lá de... Calma, calma, Bom Jesus da Lapa – Bom Jesus da Lapa.

Esse tipo penal...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Abolição...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... abolição violenta do Estado democrático de direito. Nunca ouvi na minha vida esse tipo penal, mas foi aplicado ao Aécio, uma pena menor, que é aplicada a traficantes no Brasil, assassinos. Uma pena menor que foi aplicada ao terrorista Cesare Battisti, esse não teve nem pena porque saiu absolvido como cidadão de bem.

Então, veja o senhor, hoje, em que situação vocês estão, as Forças Armadas? Porque não têm... Foram escarnecidos a vida inteira pela esquerda, hoje não têm o respeito do poder vigente, são obrigados a dar continência pra ditador – pra ditador – e, com muita tristeza, sem o respeito da nação brasileira.

Eu queria que vocês colocassem esse vídeo pra mim, do depoimento do General na CPI aqui do Distrito Federal.

(Procede-se à execução de vídeo.)

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O que seria inteligência emocional para quem diz: "tem que prender todos porque são todos criminosos"? Se ele é o Comandante em Chefe das Forças Armadas, quem mandou prender todos?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Magno Malta, boa tarde.

O que aconteceu? Tinha uma ordem judicial para cumprimento em 24 horas. Essa ordem judicial devia ser cumprida pela Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, com o auxílio do Exército. Essa ordem foi...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – General... General, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Só para concluir.

Não tem nada a ver com a Polícia Militar. Estou lhe perguntando... fazendo uma pergunta pontual. O senhor falou com o Presidente. O senhor o admira pela inteligência emocional. Eu gostaria de saber que inteligência emocional, quando... O senhor recebeu ordem de quem para prender todos, e o senhor disse "positivo"? O senhor já sabia quem era baderneiro e quem era inocente? Porque prender todos, porque todos são bandidos... Todos eram bandidos? Quem deu a ordem ao senhor e qual a sua dedução da inteligência emocional do Presidente?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A ordem... a ordem judicial determinava a prisão... o encaminhamento daquelas pessoas para triagem, como foi feito.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – General, a sua fala...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador... Senador, veja só, ele está respondendo a sua última pergunta. Seu tempo já acabou, então, quando ele concluir, vamos...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu concluo, mas eu quero pedir que ele responda. Ele está falando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sim, mas ele está respondendo. Se ele não responder, não podemos fazer nada.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sim, ele pode ficar calado também, não responder.

Mas quem deu a ordem para prender todos, porque todos são criminosos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Foi a ordem judicial do Supremo Tribunal Federal?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Minha mãe...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, por favor, conclua sua fala, porque a gente não pode ficar aqui, o tempo inteiro, nessa polêmica. Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, não é polêmica, não, Presidente. Desculpe, não é polêmica, são as palavras dele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o tempo, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sim, eu estou respeitando o tempo. Eu lhe agradeço, porque é uma afirmação dele, não é? E lá na Bahia, lá em Bom Jesus da Lapa e Macarani, na nossa Bahia, o povo dizia o seguinte: quem fala pelo cotovelo é obrigado a desmentir pela boca.

Eu não estou falando nada de mim, é uma fala do General na CPI do Distrito Federal, em que ele afirma a inteligência emocional do Presidente; fala com o Presidente. O Presidente dá a ordem: "prenda todos, porque todos são criminosos". E o senhor mesmo é testemunha – e falou aqui ao longo do seu depoimento – de que tinham pessoas ali que chegaram naquele dia, que não eram pessoas que estavam ali para poder cometer qualquer tipo de crime. Essa palavra é que eu queria entender, não é a questão judicial, de que havia ordem judicial. O Presidente da República, Comandante em Chefe das Forças Armadas, é ele. Não é ele?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, pelo amor de Deus! Eu já falei com o senhor aqui: tem cinco minutos que o senhor passou do seu tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, já acabou. Já está encerrada aqui a fala do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não. Ele não respondeu, Senador. Ele não respondeu.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Mauricio... o Senador Eduardo Girão.

Na ausência do Senador Eduardo Girão, passo ao próximo orador inscrito, o Senador Jorge Seif.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Pede a ele para responder para mim "sim" ou "não"?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Senador Magno. Boa tarde, General. Boa tarde, senhores advogados.

General, sou filho de militar. Cresci com uma foto do meu pai enquanto servia as Forças Armadas. Toda vez que eu ia tomar um esporro, um safanão, um puxão de orelha... Quando eu levantava da minha cama e não arrumava a minha cama, meu pai: “Tu vais servir o Exército, tu vais virar homem, tu vais ter responsabilidade! Uma criança que levanta da cama tem que arrumar a cama!”.

Então, na minha cabeça, General: Deus Pai, Filho e Espírito Santo, porque eu sou cristão, e a quarta pessoa da trindade é Forças Armadas Brasileiras, e eu não estou exagerando ao senhor. Endeusava as Forças Armadas, porque fui criado... Sempre que meu pai me dava lição de moral, sempre me dava esporro, citava a bendita das Forças Armadas como a entidade... Jesus é o Santo dos Santos, mas vocês eram... Meu pai era aquele cara duríssimo, correto, não aceitava mentira, não aceitava brincadeira na mesa; se falava um palavrão, tomava-lhe outro esporro; se chamava um senhor, uma senhora, se chamasse de você, era esporro. Assim que eu fui criado: com uma visão das Forças Armadas de profundo respeito. E eu agora vendo uma pesquisa, se eu não me engano de 2020 ou de 2022, não era só comigo, não; a entidade com mais respeito no Brasil se chamava Exército Brasileiro, que, lógico, das Forças é a que se sobressai.

E eu tenho muita tristeza no que eu vou falar pro senhor agora, até porque eu tenho um pai militar, o senhor está com a farda da gloriosa, glorioso Exército Brasileiro. O senhor é mais velho do que eu, o que eu, por minha natureza, minha educação e minha religião, devo e sempre vou respeitá-lo. Mas por onde eu tenho passado e utilizado a minha primeira prerrogativa enquanto Parlamentar é lembrando a todos que hoje somos governados por um ladrão, de isso aí ninguém duvida – pode falar a porcaria que quiser, ladrão é ladrão –, e cito o senhor, e agora coloco as Forças Armadas de lado, porque as pessoas são uma coisa e as Forças são outras, e chamado o senhor – falo com vergonha nos seus olhos, sou homem como o senhor, sou pai como o senhor, sou brasileiro como o senhor e amo as Forças Armadas como o senhor – de *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.)*. E vou lhe explicar o porquê.

Coloca o meu vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – O senhor tem coragem agora de chamar essas pessoas, que clamavam por vocês, que clamavam por justiça, de criminosos, General?!

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Houve os atos do dia 8, as pessoas – algumas delas – retornaram pra praça. Houve uma ordem judicial do Supremo Tribunal Federal. O Exército, nessa ordem, recebeu a incumbência de auxiliar as forças de segurança pública na desmontagem, na desocupação e desmontagem, prisão em flagrante das pessoas e condução por parte



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Secretaria de Segurança Pública para triagem. Ontem, houve na Câmara dos Deputados uma audiência pública, e um dos advogados mencionou: ele foi levado para triagem, os ônibus enfileirados foram levados para triagem...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Eu quero repetir para o senhor: o senhor é um (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) e o senhor presta continência pra comunista! E o senhor hoje serve a um ladrão e o senhor traiu o seu povo! O senhor tinha todas as condições de desmobilizar os acampamentos e não fez, pra deixar depois Flávio Dino... Vocês não desmobilizaram, mas, depois que virou o Governo, pra adular este Governo de ladrão, de desgraçados que arruinaram nosso país e vão arruinar de novo, o senhor encaminha senhoras, senhores, famílias e crianças pra serem presos e agora terem pena, General, (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), de mais de 20 anos de cadeia!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, Senador, eu vou interrompê-lo, e é a segunda vez que o senhor ofende aqui o depoente. Isso não é razoável. Eu vou pedir para que a Taquigrafia retire essas ofensas do texto.

Passo a palavra ao próximo...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Tem três minutos e meio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele encerrou a conversa, pelo que eu entendi.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não? Então, pode concluir, Senador, mas, por favor, eu peço que o senhor não ofenda mais o depoente.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Eu quero que o senhor conviva, daqui para o resto dos seus dias, com a imagem do 7 de setembro deste ano. No ano passado, um milhão de pessoas, prestando continência, levantaram a nossa bandeira, enquanto os que estão aqui cospem na bandeira que o senhor fez juramento, tocam fogo, pisoteiam... Quero que o senhor conviva com isso. Que os senhores... Que a esquerda que destruiu a imagem dos senhores durante todos esses anos... Agora, hoje, aqui, um chamou o senhor de golpista. Lula não é Presidente? Como é que o senhor é golpista?! Aí eu preciso te defender também. Se o senhor é golpista, quem tinha que estar no poder é o senhor ou, sei lá, algum outro general, mas, aqui é pro senhor ver, infelizmente, que vocês, mais uma vez, por falta de coragem, pra não ofendê-lo, escolheram o lado errado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o TSE, que os senhores – e falo agora como instituição – recomendaram várias coisas pra ter mais segurança na nossa eleição, ignorou solenemente o grande Exército Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, sim, ao próximo orador inscrito, o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou pegar um gancho aqui na fala do Senador Seif porque ele fez uma pergunta, e não houve resposta, e a gente queria ouvir essa resposta. O senhor hoje chamaria aquelas pessoas do que o senhor chamou na CPI do Distrito Federal? Sim ou não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado André Fernandes, boa tarde!

Eu não vou emitir juízo de valor sobre aquelas pessoas.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, eu estou perguntando se o senhor repetiria o termo que usou para os manifestantes.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As pessoas foram levadas pra a triagem...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A gente sabe da história, General. O senhor está aqui porque a gente sabe de toda a história. Por isso está acontecendo a CPMI.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Naquele...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu só estou perguntando se o senhor, hoje, vendo essas pessoas que estavam lá clamando pelo Exército Brasileiro, e o senhor repetiu a fala do Lula na CPI do Distrito Federal... E eu só gostaria de saber: hoje, o senhor ainda repetiria essa frase? Sim ou não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As pessoas que estavam no acampamento até o dia 6, eu estou fazendo questão de deixar isto bem claro, e no dia 6 o acampamento estava desmobilizado, eram diferentes das pessoas que chegaram nos ônibus no dia 7. E as pessoas que estavam no acampamento no dia 8, em sua maioria...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem, General. Eu já entendi, então, que o senhor não vai responder. Então, eu não vou nem gastar meu tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou, no começo da fala, que foi um sucesso o que aconteceu no 9 de janeiro, que conseguiu ali tirar quase duas mil pessoas sem acontecer nenhum incidente, não houve uma negativa. Como isso foi feito?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Isso foi feito com negociação, uma operação muito bem-planejada, uma operação muito bem-executada pela Polícia Militar, com o auxílio do Exército, a negociação conduzida por três militares da Polícia Militar, dois homens e uma mulher, que conduziram a negociação explicando o tempo todo o que ia acontecer. As pessoas embarcaram nos ônibus e foram conduzidas para a triagem.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – As pessoas estavam entrando no ônibus cientes de que passariam aproximadamente três dias em um local que mais parecia um campo de concentração, onde tinha banheiro, um banheiro para duas mil pessoas, onde não tinha estrutura para as pessoas dormirem, comerem, beberem água... O Exército falou isso, e quase duas mil pessoas aceitaram entrar nos ônibus pra serem presas, inclusive até hoje ainda estarem presos alguns desses?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Exército cumpriu a ordem judicial, e o que aconteceu a partir do deslocamento das pessoas não cabia mais à responsabilidade do Exército.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, tudo bem. Então, vou refazer aqui a pergunta.

Tinha quase duas mil pessoas em frente ao QG. Tinha lá mais de 50 ônibus. O senhor afirmou aqui que conseguiu pegar essas quase duas mil pessoas e colocar dentro de mais de 50 ônibus sem um incidente, sem nada?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sem o uso de força?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nenhum, graças a Deus.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Como é que isso foi feito? O que foi prometido? Como é que esses manifestantes entraram sem questionar, sem ter incidente, sem ter negativa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A negociação foi muito bem-conduzida pelos negociadores da Polícia Militar. Explicaram pra eles. Tanto é que, ontem, na Câmara dos Deputados...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A Polícia Militar explicou pra quem?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Para os manifestantes, durante...

Eu expliquei que essa fase, essa operação de desocupação é feita em três fases. A primeira fase é o isolamento da área. A segunda fase é a negociação. Se a negociação não der certo, a terceira fase é o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento. Felizmente, a negociação deu certo e não houve necessidade de investimento. As pessoas embarcaram nos ônibus, e é prova disso que ninguém chegou machucado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem, General. Eu estou perguntando isso e eu achei que o senhor traria a resposta, porque até circulam alguns vídeos já nas redes sociais. Porque, na verdade, o que aconteceu é que tinha pessoas – inclusive, supostamente oficial do Exército Brasileiro, isso eu não consigo confirmar, mas tinha pessoas – falando para os manifestantes que eles deveriam sair da frente dos quartéis, entrar nos ônibus, que eles iriam passar por uma simples triagem e seriam soltos, e cada um iria seguir a sua vida. E, por esse motivo, não houve incidente, não houve negativa. Eles entraram no ônibus e somente dentro dos ônibus eles descobriram que estavam sendo presos. Ao meu ver isso é perfídia, isso é grave.

As pessoas foram induzidas, de forma desleal, achavam que estavam fazendo algo, quando, na verdade, estavam sendo detidas – perfídia. Eu não entendo como é que o senhor tem coragem de chegar aqui e dizer que foi uma ação exitosa, sem incidentes. Não, o povo foi enganado. O povo foi enganado.

O senhor fala lá na CPI do Distrito Federal: "Eles achavam que a gente estava defendendo". Mas o povo estava sendo enganado. Entraram nos ônibus de forma enganada. Parabenizaram o Exército Brasileiro de forma enganada. General, não repita isso, dizer que foi exitosa, foi vergonhosa – foi vergonhosa. Antes tivesse usado de força para prender, mas com mentira, deslealdade, perfídia?! Isso é uma vergonha. Isso é uma vergonha.

Eu vejo aqui o Governo reclamando que o Exército não retirou os manifestantes, que deveriam ter retirado. Ora, o Governo que grita, dia após dia: "Somos contra o golpe de 64, somos contra o AI-5", mas o mesmo Governo defende que o Exército Brasileiro tenha juízo de valor sobre qual manifestação pode ou não acontecer. Olha que contraditório: "Somos contra o golpe de 64, somos contra o AI-5", mas o Exército falhou porque não coibiu a manifestação. E daqui a pouco, quem é que vai ter que definir qual é a manifestação correta, qual é a manifestação incorreta? O Exército Brasileiro? Então, quer dizer que foi uma mentira até hoje o Governo estar dizendo que era contra o AI-5? Porque isso é AI-5.

São somente narrativas, somente narrativas.

E, para finalizar, eu gostaria muito de, mais uma vez... É raro a gente estar aqui, e a Relatora estar presente. Fica ali conversando no canto.

Sra. Relatora, Sra. Relatora Eliziane! Senadora, preste atenção, como é que a senhora vai fazer um relatório sem ouvir os questionamentos, sem...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, não está ouvindo, está conversando. Isso é triste demais, Sr. Presidente. A gente deu o voto de confiança lá atrás, mas a Relatora, quando não está lá fora dando entrevista – porque ela está gostando demais desse holofote –, fica conversando e não presta atenção. Ela só presta atenção na hora em que vão falar alguns governistas, porque o relatório parece que já está feito, e depois dane-se o que está acontecendo aqui na CPMI.

Aliás, na apresentação, no dia da apresentação do plano de trabalho, a Relatora conseguiu emplacar a irmã na Superintendência de Pesca e Aquicultura. Aí, no último dia 3 de agosto, em que a Relatora conseguiu aqui aprovar trazer RIF de Cid, Silvinei, quebra de sigilo bancário de Cid de 2020 até hoje, no 3 de agosto, em que aprovou a convocação do *hacker* Walter Delgatti, no mesmo dia, a Relatora vai e consegue emplacar, mais uma vez, um familiar. Dessa vez ela emplaca o marido. Sabe onde? Na SGP, a empresa estatal que é ligada ao Ministério de Minas e Energia. Aí hoje ele está lá como Presidente. Basta entrar aí no Portal da Transparência. Foi anunciado no dia 3 de agosto! A Relatora aprova, chama o *hacker*, quebra o sigilo do Cid e emplaca o marido numa estatal do Lula.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Pro povo que está nos assistindo, rapaz, eu confesso – e eu não estou aqui fazendo acusação; longe de mim fazer alguma acusação; são só coincidências –, mas, se no plano de trabalho conseguiu uma superintendência pra irmã e no dia de requerimentos importantes conseguiu emplacar o marido, eu estou curioso pra saber o que que a Relatora vai ganhar quando vier o relatório. Será que ela vai virar Ministra?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Fora do microfone.) – Será o 39º ministério.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas, repito, Sr. Presidente, longe de mim fazer qualquer acusação; são apenas coincidências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o próximo orador inscrito, que é o Deputado Nikolas Ferreira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora. Fora do microfone.) – Chora, bebê!

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. General Dutra, boa tarde a todos que estão aqui.

Assim como outros Senadores e Deputados disseram aqui anteriormente com relação à parcialidade da Relatora, que foi pega, através do seu assessor, conversando com o G. Dias, que veio aqui como investigado... Disso tem uma prova documental de que as mesmas perguntas ali enviadas foram as perguntas feitas pela Relatora aqui. E os Deputados e Senadores questionaram isso, e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquerda ficou em polvorosa, como se questionar a parcialidade da Relatora fosse imoral ou impróprio ou até mesmo um crime, sendo que isso não é. Eu, pelo contrário, se estivesse sentado como Relator e essa situação viesse à tona, eu realmente ficaria bastante envergonhado e faria o mesmo que a Eliziane, não ficaria sentado aqui, porque realmente é uma situação vexatória.

Agora, pra poder tentar mascarar isso, foi se colocado, como se André, Filipe e eu tivéssemos conversado com o G. Dias, conforme a Relatora aqui nos acusou. E Jandira Feghali também disse. Eu faço um desafio aqui pra ambas: que, caso comprove isso, eu renuncio ao meu mandato. Agora, caso seja mentira, que elas renunciem, que vocês renunciem aos seus mandatos. Então, eu estou tranquilo quanto a isso. Aguardo. Nós três estamos tranquilos quanto a isso, e aguardo aqui, na próxima reunião, uma resposta tanto da Relatora quanto da Jandira Feghali, se vão ter peito, porque pra poder falar "chora, bebê", fora dos microfones, têm coragem. Eu quero ver aqui na frente.

Agora, indo com relação ao que está acontecendo hoje, o réu Aécio tomou 17 anos de cadeia: por abolição violenta do Estado democrático de direito, cinco anos e seis meses de detenção; golpe de Estado, seis anos e seis meses; dano qualificado, um ano e seis meses; deterioração do patrimônio tombado, um ano e seis meses; associação criminosa, dois anos. Isso somado dão 17 anos de prisão.

Agora, eu faço alguns questionamentos.

Abolição violenta do Estado democrático de direito? O Estado democrático de direito do nosso país é tão sensível assim? A ponto de uma janela, várias janelas quebradas, etc., quebras aqui do prédio... O Estado democrático de direito está completamente abalado por conta de uma pessoa que gravou o vídeo dizendo: "Olha, o pessoal aqui caga [foi o que ele disse], caga no Brasil durante anos, eu acho que eu vou cagar ali naquela água que tem ali".

Faz um discurso ridículo lá dentro do Senado, dizendo para o povo acreditar, etc., no Brasil. Infelizmente, um tolo, um baderneiro que fez aquilo dali. E que, sim, deveria pagar e deve pagar pela deterioração do patrimônio tombado e tudo aquilo ali que ele fez.

Mas, oras, golpe de Estado? Russo olha isso e tem que rir. Porque, quando eles tentaram dar o golpe, tinham de fato tanques de guerra na rua, tinham liderança determinada, coordenação, tinham armas, comando. Agora, colocar golpe de Estado em cima de uma pessoa, um bobo qualquer? Realmente é muito mais um âmbito de uma vingança judicial do que de fato tentar fazer justiça.

Até mesmo porque, quando nós olhamos criminosos, como, por exemplo, o André do Rap faz parte de uma facção criminosa. Ele tomou 15 anos de cadeia, Senador Magno Malta. Menos do que o bobo do Aécio, que veio aqui dentro aqui, numa sensação de manada, quebrou as coisas e falou que ia dar um golpe de Estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Lula, que foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, tomou a mesma pena do Aécio, o bobo. Ou seja, Aécio, você, para a Justiça tem o mesmo peso do canalha que roubou os cofres públicos. Você tem um peso maior, olha só, Aécio, para a Justiça do que José Dirceu, que tomou dez anos e dez meses de reclusão pelo mensalão. Dinheiro seu, do povo brasileiro, que foi colocado em cueca, em mala, como o foi o Geddel. Mas a Justiça diz que isso é justiça.

O crime de estupro, senhores, é de seis a dez anos. Para a Justiça, o Aécio deve ficar mais tempo na cadeia do que o estupro. Ou seja, isso não pode ser justiça. Pelo contrário, isso para mim, de fato, é um anseio muito grande de taxar a direita, que nunca quebrou um vidro em nenhuma manifestação de milhões de pessoas, colocar agora como se nós fôssemos terroristas.

Agora, aconteceu aqui hoje cedo uma situação surreal, General Dutra, que é uma Senadora e uma Deputada pressionando um General e o Exército Brasileiro, afirmando que deveriam reprimir a livre manifestação das pessoas.

Agora, é o Exército que define onde, quem e qual o tema pode ser feito de manifestação? Essas pessoas ali estavam pedindo *impeachment* de ministro. A Casa que pode fazer isso é esta Casa em que nós estamos aqui. O que há de crime nesse pedido de reivindicação?

Não são eles que, até pouco tempo, ficaram ali na porta do descondenado Lula na Polícia Federal? Eu não pedi ninguém para sair dali, nunca chamei Exército para eles. Agora, são os mesmos, Magno Malta, que dizem que a ditadura militar foi repressiva e estão pedindo para o Exército ir lá e tirar as pessoas pacificamente.

Porque me veio aqui um... Parece que tem dois neurônios, só um a favor e um contra; não consegue pensar, analisar as coisas de maneira mais concreta,, dizendo que "não pode ter manifestações na porta de quartel". Oras! Como assim que não pode? Ali na rua, ali onde as pessoas estavam, por exemplo, em BH, pode. MST não faz dentro da casa dos outros e fala que é manifestação, que é ocupação social? Então, toma vergonha na cara, porque é um duplo padrão moral absurdo.

Agora, gostaria muito que ela estivesse aqui, mas enfim... A Deputada Jandira Feghali, que faz parte do Partido Comunista do Brasil, sempre tenta colocar uma aura moral muito grande. Inclusive, o seu parceiro, ao lado, o chamou de golpista, acusando aí o senhor de fazer parte de uma trama golpista. Só que, ao se referir ao senhor e à instituição Exército Brasileiro, a qual eu respeito – muito embora eu creia que o prestígio, de fato, precisa ser recuperado, General; mas isso eu deixo para o final –, aqui acusou que em 64 foi um golpe.

Dia 31 do 3 – quem souber aqui eu dou um docinho – aconteceu o quê? Nada. A história não relata nenhum Presidente tomando posse aqui. Dia 2 de abril de 64, o que acontece? Congresso – este Congresso – vota pela vacância de João Goulart. Quem votou? Ulysses Guimarães. Quem assumiu? Nenhum militar. Foi um Deputado Federal, Presidente desta Casa: Deputado Ranieri Mazzilli. Dia 11 de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abril de 64, acontece o quê? Eleições indiretas, sob a égide da Constituição Federal de 1946. E quem é eleito? Marechal Castelo Branco, com voto também de Ulysses Guimarães. E quando ele tomou posse? Dia 15 de abril de 1964.

A adoradora aqui de Nicolás Maduro, de Hugo Chávez, de Che Guevara, de Fidel Castro fala que a ditadura aqui no Brasil é mais horrenda do que aquilo que ela defende. Segundo a Comissão Nacional da Verdade – que nada tinha de verdade, mas que era deles, lá da esquerda – atestou, foram 434 mortos e desaparecidos durante 21 anos de ditadura aqui no nosso país.

Se a imagem estiver aí, por gentileza, coloca aí quem a democrática Jandira Feghali apoia.

Você tem ali ela apoiando, por exemplo, o Che Guevara. Olha lá: "*Hasta siempre, Comandante Che Guevara*". Desse daí, se estivesse vivo hoje, ela não ia pedir prisão. Mas a senhora – como é que ela se chama?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Irmã Ilda.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – A irmã Ilda tinha que ir presa para a cadeia, porque estava com a Bíblia na mão.

Passa aí, por gentileza.

O próximo, que ela também defende, aí – olha só se não é o Nicolás Maduro –: "Todos somos Venezuela"...

(Soa a campainha.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... "para enfrentar a guerra midiática contra o país que tem um governo legítimo".

A Venezuela é legítima; pessoas pedindo, se manifestando ali em frente ao quartel não é legítimo.

Próximo, por gentileza.

Fidel Castro também, da mesma forma.

Passa, por favor.

Hugo Chávez também: "Viva Chávez!".

Passa, por gentileza.

Nicolás Maduro também – isso em 2018, hein! Quando estava passando tanque de guerra em cima de civil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa, por gentileza.

E, por fim, ela postou, mas apagou – isso foi em 2021 –: "E a fogueira tá alta em Brasília! Olha para o céu, meu amor, vê como ele Stalindo". E Josef Stalin ali.

Passa, por gentileza, só a próxima democrática aí: a Dilma Rousseff com o fundo de Lenin atrás.

Só Lenin e Stalin juntos mataram 20 milhões de pessoas. Che Guevara matou... Foram 144 execuções, segundo o próprio arquivo de Cuba. Cuba matou 17 mil pessoas sob o comando de Fidel Castro. Hugo Chávez matou, com a polícia chavista dele, 14 pessoas por dia. E aí quer vir aqui tentar manchar o Exército Brasileiro, e tentar manchar-nos aqui de direita, como se nós fôssemos defensores de terroristas? Realmente é para acabar.

E, por fim, realmente encerrando, sobre a fala, General Dutra, com relação às pessoas que confiaram no senhor, quando o senhor disse que estaria protegendo-as, mas no outro dia as prendeu, realmente eu achei deselegante, infeliz, porque aquelas pessoas acreditaram. Estive na Papuda e na Colmeia, e aquelas pessoas disseram para mim: "Nikolas, eu achei realmente que eles estavam nos protegendo, porque eu nem cheguei a entrar lá dentro. Eu estava aqui tirando o resto das coisas dos acampamentos que estavam aqui. Fiquei, porque o Exército estava em volta. Eu achei que eles me protegeriam, e, no outro dia, eu fui presa". Então, eu só faço esse ponto, aqui, importante, de que a palavra "criminoso", generalizada, foi infeliz da sua parte, mas deixo aqui registrado, com o respeito a toda a instituição, que eu tenho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador, o Senador Sergio Moro.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – A Jandira democrática...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Eu agradeço.

Cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Arthur Maia, os demais colegas aqui presentes; cumprimento o General Gustavo Dutra.

General, tenho umas perguntas bem pontuais. Antes disso, só quero aqui também registrar o meu apreço pelas Forças Armadas brasileiras. A gente as tem visto serem constantemente atacadas recentemente, muitas vezes com uma discussão de uma cogitação de um golpe, mas o fato é que não houve nenhuma iniciativa da parte das Forças Armadas, naquele 8 de janeiro, para realizar qualquer golpe, e mesmo antes. E, se quisessem, com todo o ônus que isso traria, poderiam tê-lo feito, mas não fizeram, não fizeram! Então, esse é o fato objetivo, esse é o fato muito claro que a gente tem que aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer. Se alguém pensou, eventualmente cogitou, mas não existe aí um crime de cogitação, não houve uma ação das Forças Armadas no sentido de realizar qualquer movimento de força, seja em 8 de janeiro, seja no período anterior. Esse fato é inegável, ninguém pode desdizer esse fato!

Mas eu queria alguns esclarecimentos aqui, General, especificamente sobre os acontecimentos ali do dia 8 e dos dias imediatamente anteriores. V. Sa. apresentou uma manifestação perante a CPI do Distrito Federal. Eu estou, aqui, com ela na minha frente e tenho até alguns documentos que eu gostaria de lhe indagar a respeito. V. Sa. mencionou nesse documento que – vou até ler o trecho aqui –: "Não houve qualquer solicitação por parte do GSI para que o efetivo de reforço que estava a cargo do BGP sofresse aumento. Observa-se, entretanto, que o CMP, em função da chegada ao DF de pessoas que se deslocaram de diversas localidades do país e visando garantir a segurança do Setor Militar Urbano, por iniciativa própria, determinou que ficassem de prontidão uma companhia de choque do BGP e uma companhia de choque na base da administração".

V. Sa. confirma isso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Sergio Moro, boa tarde!

Confirmo, sim, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Foi sua iniciativa deixar essas forças de prontidão ou de sobreaviso?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Prontidão ou sobreaviso, se o senhor puder explicar?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Prontidão... São situações especiais da tropa: prontidão, a tropa já está no quartel; sobreaviso, a tropa, os militares podem ficar em casa, em condições de serem acionados imediatamente.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – E por que V. Sa. tomou essa, adotou essa iniciativa própria? Não houve nenhuma solicitação do GSI anteriormente a essa sua iniciativa?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Desde o início dos movimentos, no dia 31 de outubro, nós estávamos sempre mantendo tropa de prontidão no SMU, pensando na manutenção da integridade do SMU em eventual necessidade.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Se o senhor não tivesse tomado essa iniciativa própria para deixar essas tropas de prontidão no dia 8, teriam as tropas como socorrer o Palácio do Planalto no dia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Teria somente o pelotão que foi acionado, que era um pelotão que naturalmente já tem que... Já tem que ter sempre um pelotão nos quartéis em condições de ser acionado.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então, não teria toda a subunidade de prontidão para socorrer?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – E V. Sa. pode esclarecer qual é a diferença do tamanho de forças de que a gente está falando?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós estamos falando: um pelotão é um grupo de 36 homens; e uma subunidade, um grupo em torno de 120.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Eu vou pedir para ser mostrada aqui ao depoente uma mensagem que se encontra no material da CPMI.

Mensagem do Coronel Boueri, Chefe do Centro de Operações, ao Coronel Fernandes, Comandante do BGP, em 6 de janeiro de 2023, às 12h49. A mensagem diz: "Estou com o comandante agora. Ele pediu uma subunidade (SU) de prontidão e outra de sobreaviso do BGP amanhã".

Pode entregar.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O Coronel Boueri era o meu Chefe do Centro de Operações. Nós estávamos em reunião, e eu estava determinando uma subunidade de prontidão, durante o final de semana, e outra de sobreaviso; a de prontidão ficaria no quartel, e a de sobreaviso em casa, em condições de ser acionada. É isso que essa mensagem traduz.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Esse documento confirma que foi sua iniciativa deixar de prontidão uma subunidade?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Naqueles dias em que havia essas notícias de possível invasão, depredação, não lhe causou estranheza a falta de provocação do GSI pra aumentar a segurança do Palácio do Planalto?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senador, o Plano Escudo é bem claro nessa confecção dos planejamentos a cargo do GSI. Nós simplesmente cumprimos as demandas do GSI. E houve uma mensagem no dia 6, na parte da tarde, aproximadamente às 15h, dizendo que a leitura de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cenário era de normalidade; que, como era o primeiro final de semana do novo Governo, se houvesse qualquer modificação nessa leitura, nós seríamos informados com tempo hábil para mobilizarmos as tropas. Então, essa mensagem foi no dia 6, em torno das 15h, e a próxima mensagem que nós recebemos do GSI foi às 11h54 do dia 8.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Essa mensagem de 11h54 do dia 8 eu tenho aqui – também está no material.

Mensagem do Coronel Garcia, da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI, ao Coronel Boueri, Chefe do Centro de Operações: "Boa tarde, senhores. Haja vista o aumento de manifestantes em frente ao CN, o CSP solicita o apoio de um pelotão de choque desde já. Estou com uma força-reação de 15 agentes".

O que é um pelotão de choque, que foi solicitado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É um grupo de 36 homens com armamento e equipamento para controle de distúrbio.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor prestou informações aqui à própria CPMI, num ofício por V. Sa. assinado, em que o senhor mencionava que, apesar de eles terem solicitado 30, o BGP tinha um efetivo de 198 militares de prontidão naquela data, correto?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É, porque tinha a companhia que estava lá, que eu estou mencionando para o senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Se tivessem solicitado toda a companhia...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Toda a companhia iria.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... V. Sa. teria enviado?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu só posso enviar tropa mediante demanda. Eu não tenho amparo legal para tirar tropa do quartel sem demanda.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Se o GSI tivesse solicitado os 198, V. Sa. teria enviado os 198?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Consta também uma troca de mensagens que V. Sa. juntou, troca de mensagens com o Coronel Boueri, chefe de Centro de Operações, e o Coronel Fernandes em 8 de janeiro, entre 11h56 a 12h06. Novamente às 11h57, questão do pelotão de choque, mas às 15h07 tem uma mensagem: "Pediram agora o restante da SU no PP". Aí tem uma resposta: "Eu provoquei".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O que aconteceu foi que, em torno de 14h30, 14h40, nós verificamos os manifestantes rompendo a barreira da Polícia Militar na altura do Tatuí, após a Rodoviária. Eu imediatamente, quando vi aquelas imagens, liguei para o Coronel Boueri, que era o chefe do COP e pedi para ele colocar em condições as tropas de prontidão para seguirem para o Palácio do Planalto. Ele informou que não havia demanda ainda. Eu liguei para o General Penteado. Imediatamente o General Penteado fez o pedido, e o chefe do COP me informa: "Eles fizeram pedido". Aí eu respondo para ele: "Eu provoquei".

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então foi sua iniciativa encaminhar essas tropas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não posso encaminhar por...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Iniciativa no sentido de que o senhor que avisou a eles: "Olha, nos provoque". Foi isso que aconteceu?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Foi exatamente isso.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – E não lhe causou estranheza o senhor não receber nenhuma solicitação? O senhor teve que tomar essa iniciativa já que o Plano Escudo... E ali nós estamos falando, inclusive, de um órgão de inteligência, o GSI. Porque eles não provocaram o...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senador, eu não tenho noção dos conhecimentos de inteligência, das informações que eles tinham naquele momento.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O General Gonçalves Dias prestou depoimento aqui e ele disse que fez uma ligação para o Comando do Planalto, não sei se para V. Sa. ou alguma outra pessoa. Ele fez de fato essa ligação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Fez sim, senhor. Eu falei com o General Penteado em torno de 14h45, ele provocou, ele fez a solicitação. Coisa de meia hora depois, o General Gonçalves Dias me ligou pedindo tropa. Eu informei para ele que as tropas que eu tinha de prontidão já estavam seguindo para o Palácio do Planalto, e que eu havia acionado o plano de chamada do CMP, ou seja, tinha mandado chamar os militares em casa, e que, à medida que os militares fossem chegando, seriam enviados.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No final da tarde do dia 8, nós tínhamos cerca de 400 militares no Palácio do Planalto.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então, o senhor confirma que o General Gonçalves Dias fez a ligação quando a tropa já estava a caminho?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Eu acredito que ele não soubesse que eu já tinha falado com o Penteadado. Ele ligou, informei que a tropa já estava, a pedido, a caminho e que eu já tinha acionado o plano de chamada.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Se tivesse toda a tropa do Comando do Planalto ou pelo menos esses 198 militares de prontidão, se eles tivessem sido acionados antes do meio dia e estivessem lá no Planalto, eles não teriam melhores condições de deter aquelas invasão e depredação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor chegou a observar a movimentação da Força Nacional de Segurança Pública naquela data?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor viu a atuação da Força Nacional em algum momento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu estava lá no SMU e fiquei de lá coordenando as ações. Eu não vim aqui para a Esplanada.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nós temos informações de que a Força Nacional estava ao lado do Ministério da Justiça. Tinha quatro pelotões ali parados durante a invasão, e a depredação do Planalto, ali do lado. Essas tropas, se tivessem sido utilizadas, poderiam ter evitado essas invasão e depredação?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não conheço a organização desses pelotões da Força Nacional de Segurança Pública, não tenho conhecimento das suas capacidades. Então fica difícil responder para o senhor o que eles poderiam fazer ou não.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora sim, ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia.

Quero dar as boas-vindas também ao General Dutra, aos seus advogados.

Olha, eu acho que, Presidente, eu não tive tanta sorte com CPI nem CPMI. Eu estou nesta Casa há quatro anos e meio, participei de duas. A primeira foi da CPI da Pandemia. Foi uma blindagem que o Brasil todo viu aos poderosos, especialmente ali ao Consórcio Nordeste, Governadores e Prefeitos, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deixaram investigar, embora o requerimento que deu origem tenha sido pra investigar também essas verbas públicas pra estados e municípios.

Aqui, nesta CPI, eu reconheço o seu esforço, inclusive quero lhe cumprimentar pela entrevista que deu, falando que a força de segurança nacional, Senador Sergio Moro, não tem como essa CPMI terminar sem ouvir, porque aí é a desmoralização completa de todos nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E, o que eu queria colocar, o Senador Sergio Moro fez um...

É difícil falar depois do Senador Sergio Moro, depois da sua inquirição, mas eu vou por outro caminho, porque também, com as respostas do General Dutra, fica muito evidente que o *gap*, o hiato que se teve de dois dias, de sexta até domingo, quando o GSI, o General do Lula, G. Dias, recebeu 36 alertas no seu celular pessoal, várias outras agências do Governo receberam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... trinta e três alertas.

E o senhor só foi informado com um desses na sexta-feira, Comando Militar do Planalto, dizendo que não teria, que estava tudo sob controle na sexta-feira. Correto?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E uma já quando estava praticamente a quebraadeira começando, que foi às 11h54 do domingo, que aí foram mandados os 36 homens. Confirma?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Certamente, Senador Sergio Moro, e já foi dito aqui pelo General Dutra, os outros 198 homens... Confirma o número?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Aproximadamente, sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Aproximadamente 198 homens não tinham deixado absolutamente quebrar nada dentro do Palácio do Planalto, não entraria.

Foi tudo muito fácil o que aconteceu, e isso é que intriga, porque as imagens – e é outro defunto na sala, caros colegas, da nossa sala aqui, desta CPI – até agora não foram entregues do Ministério da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um jogo de empurra-empurra, de apaga-apaga, de esconde-esconde, não apenas com este Parlamento, mas com o povo brasileiro, o que o Ministro da Justiça está fazendo. Inclusive desrespeito ao Ministro Alexandre Moraes, que autorizou a entrega das imagens.

Não é possível também que esta CPMI chegue ao fim com esse devaneio autoritário, irresponsável, que faz chacota com um Parlamento sério, que é o Parlamento que a gente se propõe a fazer aqui nesta Comissão.

Mas, General, no dia 8 de janeiro, à noite, depois de tudo isso ter acontecido aqui em Brasília, infelizmente, o senhor, o Ministro Rui Costa, o Ministro Flávio Dino, o Ministro Mucio e o Comandante do Exército se reuniram no Comando Militar do Planalto para planejar a desmontagem do acampamento e a prisão de pessoas em frente ao quartel-general.

Foi identificada a falta de ônibus para transportar os detidos, momento em que Rui Costa solicitou 40 ônibus por telefone. No dia seguinte, aproximadamente 1,2 mil pessoas foram presas e transportadas até a Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, usando os ônibus providenciados nesse misterioso telefonema.

E aí eu quero fazer uma pergunta pro senhor: quem era o proprietário desses ônibus para que, nessa reunião que o senhor estava, o Ministro Rui Costa andou ligando?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senador, eu não tenho conhecimento de pra quem o Ministro Rui Costa ligou. Na ligação ali, ele solicitou os 40 ônibus; perguntou: "Que horas?". Eu respondi: "Ministro, 5h30 da manhã". Ele disse: "6h30", eu: "6h30". No dia seguinte, os ônibus estavam lá. De onde vieram os ônibus, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Como se deu a contratação desses ônibus? O senhor sabe dizer? Também não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Senador, não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pra quem foram devolvidos esses ônibus e onde eles foram entregues?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Também não?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, que eu fiz aqui a solicitação, apresentei requerimento a essa Comissão da quebra de sigilo telefônico e telemático do Ministro do Lula, Rui Costa.

O senhor falou também aí, fez elogios – e eu quero confirmar com o senhor –, que a Polícia Militar, que os policiais militares cumpriram o seu dever, no seu modo de entender.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 8, no dia 9, a operação, cumprindo a ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – No dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, do dia 8 pra 9. Eu estou falando... O senhor está falando da operação na Praça dos Cristais?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu estou falando no contexto geral, na operação... na operação dia 8 e dia 9.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 8, aqui, houve algum problema de planejamento. Eu não participei do planejamento. Eu não sei os fatores da decisão que levaram a polícia às decisões e ao emprego de tropa que executaram, e eu não estava aqui.

No dia 9, na execução da operação que seguiu a ordem judicial...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sei. Aí o senhor já falou.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... a operação foi muito bem planejada e executada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá. Eu queria pedir para passar o vídeo aí, por favor, por gentileza, à nossa sempre atenciosa Secretaria aqui dessa Comissão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Essa fala de um brasileiro justo, de um brasileiro indignado com abusos, que estão acontecendo, de autoridades no Brasil, mostra a violação de direitos humanos, desrespeito ao devido processo legal, perseguição com quem pensa diferente...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... policiais militares presos e sem salários.

Por isso, Sr. Presidente, eu fiz o requerimento hoje da convocação do Desembargador Sebastião Coelho, já que, possivelmente, com um mês que a gente vai ter de CPMI ainda, não sei se a gente vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir ouvir a associação dos presos, advogados que tiveram o seu acesso aos autos negados e uma série de outros abusos.

Então, eu quero dizer também, alertar pra uma coisa grave: o Silvinei, Diretor da PRF, está lá na Papudinha – está lá –, ele que bateu recorde de apreensão de drogas. Isso é risco de vida. Isso não me parece algo equilibrado.

Então, eu quero deixar esse apelo e dizer que nós estamos denunciando internacionalmente. Já fomos aos Estados Unidos, à ONU, vamos, agora, viajar pra Europa, denunciar tudo o que está acontecendo no Brasil, que não tem absolutamente nada a ver com democracia, e o mundo precisa saber disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde, Senador Magno Malta, compondo a mesa; boa tarde, General Dutra, Dr. Jerônimo, Dr. Jorge.

Eu já testemunhei, General, muitas manifestações da extrema-esquerda, manifestações violentas, em especial no Rio de Janeiro, onde eles vinham usando explosivos, morteiros, coquetéis Molotov, usando balaclava pra não serem identificados, inclusive usando máscaras de gás já pra enfrentar a polícia, inclusive fazendo transmissão ao vivo, em muitos casos, Presidente Arthur Maia, exatamente pra chocar a sociedade pela violência que eles praticavam nesses atos, mostrando que eles tinham um papel estratégico e premeditado pra atender aos interesses político-partidários da extrema-esquerda. Tudo absolutamente combinado, Senador Magno Malta.

Eu queria passar um vídeo aqui pra lembrar, porque acho que a gente...

Pode botar o vídeo, por favor.

Eu acho que as pessoas perderam o parâmetro do que é uma manifestação violenta. Então, é importante a gente rememorar o que é uma manifestação violenta.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Assembleia do Rio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Esse é o ídolo da extrema-esquerda, o democrata.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Oficial do PSOL.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Esse é o cinegrafista Santiago Andrade, que foi morto nessa manifestação da extrema-esquerda.

Então, é importante, General, pra gente ter um parâmetro do que é uma manifestação violenta e do que não é.

O primeiro a defender esse tipo de Black Blocs, como foram conhecidos, é a própria extrema-esquerda, vem publicamente fazer a defesa deles, só que eles são assim, Senador Magno Malta: dependendo de quem é o cadáver, eles se posicionam se são a favor ou não são a favor de um movimento. Quando o cadáver é de alguém da oposição eleitoral deles, não tem problema, foi pela causa.

Esse é o parâmetro de manifestação violenta, que a gente tem que ter.

Assim, eu pergunto ao senhor, General: o senhor tem conhecimento de pessoas com esse perfil de Black Blocs no acampamento em Brasília?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Senador Flávio Bolsonaro, boa tarde.

Não, durante o período de acampamento, até o dia 6 de janeiro, não houve ninguém com esse perfil identificado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Os acampamentos aconteceram em todo o país, não só em Brasília. Havia em outros estados, inclusive, em frente a organizações militares do Exército nas principais capitais. As Forças Armadas, à época, emitiram nota pela liberdade de manifestação, como tinha que ser, cumprindo a Constituição, inclusive suas cláusulas pétreas, manifestações pacíficas.

Salvo engano, General, o General Tomás Paiva era Comandante de área em São Paulo. Ele se opôs a manifestações em São Paulo, o senhor sabe dizer, não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A diretriz emanada pelo Comando do Exército é que as manifestações só seriam retiradas com ordem judicial.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Então, obviamente, ele não tomou medidas, porque tinha um embasamento constitucional, porque nada até aquele momento indicava que haveria manifestação violenta, só que hoje o senhor está aqui na CPMI e o General Tomás Paiva é o Comandante do Exército.

Então, se a extrema-esquerda tenta imputar ao General Paiva alguma responsabilização pelo que aconteceu aqui, por algum tipo de omissão, como é que lá, em São Paulo, alguém que estava em uma posição equivalente à do General Dutra aqui em Brasília é promovido a Comandante do Exército e está aqui a extrema-esquerda atacando o General Dutra? É uma incoerência sem tamanho.

Após a posse do novo Governo, no dia 1º de janeiro, houve o esvaziamento do acampamento?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, Sr. Senador. O acampamento, no dia 6, estava com cerca de 200 pessoas, que eram pessoas em situação de vulnerabilidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Perfil completamente diferente das manifestações da extrema-esquerda.

O Comando Militar do Planalto identificou a chegada de manifestantes em mais de 300 ônibus no início de janeiro, entre os dias 4 e 5 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, os ônibus chegaram no dia 7 de janeiro, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Qual a diferença no acampamento antes e depois do dia 6 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Isso que eu estou tentando falar desde o início, o acampamento, até o dia 6, estava praticamente desmontado com pessoas em situação de vulnerabilidade. As pessoas que chegaram no dia 7, nos ônibus, é que participaram... essas pessoas... Tanto é que no acampamento, na noite do 8 para o 9 e 9, de manhã, foram detidas pra averiguação. A maior parte das pessoas é de fora de Brasília.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, está mais do que claro aqui, na CPMI – ela se prestou a vários bons papéis e um dos papéis foi esse –, está muito claro que as manifestações começaram a tomar um contorno mais perigoso do dia 6 para o dia 7 de janeiro. No Governo Lula, com o Ministro da Justiça sabendo de absolutamente tudo, com os informes que tinha, com a inteligência de que disponibilizava, com as várias reuniões que foram feitas com os órgãos de segurança envolvidos aqui no Plano Escudo, na Praça dos Três Poderes. E é porque a gente ainda não conseguiu ter acesso às câmeras do MJ, mas a informação que eu tenho é de que o Ministro da Justiça, no dia 8, chegou de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bermuda, tênis e blusa, caminhando pelo meio dos manifestantes, como se não houvesse amanhã, como se não soubesse a gravidade do que ele já sabia que poderia acontecer há pelo menos 48 horas. Porque a diferença do Comando Militar do Planalto é que ele se preparou, caso houvesse alguma coisa anormal na sua circunscrição. O MJ também, só que não aconteceu no Setor Militar Urbano, aconteceu na Praça dos Três Poderes. E hoje eu vi aqui a base do Governo cobrando do General iniciativas que eu não vi a mesma base do Governo cobrando do Ministro Flávio Dino, que tinha responsabilidade nesse teatro de operações.

Então, Presidente, eu quero mais uma vez agradecer ao senhor pela oportunidade de, nessa CPMI, trazer à luz...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... esses fatos todos, porque isso não apareceria se não fosse a CPMI.

E está cada dia mais do que claro que a narrativa de tentar importar a Jair Bolsonaro alguma responsabilidade sobre isso não tem nenhum fundamento, não tem pé nem cabeça, porque nós sempre soubemos que, se houvesse atos violentos, como aconteceram no dia 8 de janeiro, a culpa seria empurrada artificialmente e injustamente a Bolsonaro, só nos prejudicaria. Então, como é que alguém que não está mais sentado na cadeira de Presidente, já estava em outro país, outro Governo aqui não tomou as responsabilidades que lhe cabiam, e o Bolsonaro incentivando isso, sendo ele o único prejudicado? Isso não tem nenhuma lógica, Presidente.

Então, mais uma vez agradeço aqui a presença do General nessa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Marcos do Val está ausente. Passo a palavra ao Deputado Abilio Brunini, que usará também os cinco minutos a que tem direito o bloco da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Marcos do Val está ausente. Passo a palavra ao Deputado Abilio Brunini, que usará também os cinco minutos a que tem direito o bloco da oposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. *(Risos.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Deixa outra pessoa falar antes, no meu lugar, porque eu enviando um vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não entendi. Como é?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Eu estou mandando um vídeo para a assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, eu passo a palavra ao Prof. Paulo Fernando, que é o próximo orador. O próximo seria o Deputado Sargento Gonçalves, que não está presente.

Prof. Paulo Fernando, por três minutos.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. General, colegas advogados, a ordem de instrução dada aos militares que recolheram as pessoas no dia 9 de janeiro, ou seja, na segunda-feira, essa ordem foi verbal ou havia algo por escrito, orientando os militares subalternos na abordagem das pessoas e no transporte delas?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Professor, boa tarde.

Havia uma ordem judicial muito clara do Supremo Tribunal Federal, determinando a desocupação da praça, a prisão em flagrante das pessoas e a condução para averiguação.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Mas a pessoa que comandou essa operação de transportes não tinha uma ordem de serviço para os militares subalternos pra levarem as pessoas até o ônibus?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, a ordem era pra execução por parte da Polícia Militar do Distrito Federal com o auxílio do Exército, como foi cumprido, e as pessoas foram embarcadas nos ônibus e levadas para averiguação.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O senhor falou pela manhã que seria feita uma triagem, ou seja, um ato de selecionar. Essa seleção seria feita com qual critério?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A partir da hora que eles embarcaram e saíram do SMU, não era mais competência do Exército. Eu não tenho condições de responder isso pro senhor.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Se por um acaso o senhor fosse o Ministro-Chefe do GSI e ciente das informações que o General G. Dias tinha e também sendo General de Divisão, o senhor teria uma atitude diferente dele, ou seja,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilizaria as tropas de prontidão do Comando Militar do Planalto e teria, preventivamente, alertado a tropa, evitando a invasão do Palácio do Planalto?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não tenho condições de responder essa pergunta pro senhor, Deputado, porque eu não sei, eu não tenho conhecimento do nível do acesso aos dados que o General possuía. Então, eu não tenho como responder uma pergunta dessa.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, levando em consideração as perguntas feitas pelo Deputado Filipe hoje pela manhã, eu sugiro – seria de bom alvitre, Sr. Presidente – que a Sra. Relatora requisitasse uma acareação entre o General Dutra e o General G. Dias, a fim de dirimir as dúvidas suscitadas diante do que foi colocado pelo deputado Filipe.

(Soa a campainha.)

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – E, para encerrar, Sr. Presidente, hoje pela manhã a Deputada comunista falou do papel dos comunistas e do Exército. Quero dizer que o nosso Exército verdadeiro, o verde-oliva, genuíno, constitucional e patriótico é o Exército do Coronel José Otaviano Pinto Soares e do Major Luís Júlio, que combateram a Intentona Comunista, em 1935.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem aqui outros inscritos que não estão presentes: Deputado Carlos Jordy, Deputado Marcel Van Hattem, Deputada Julia Zanatta, Deputado Cabo Gilberto.

Então, o último orador inscrito é o Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

São três minutos acrescidos do tempo de oposição.

General, gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. É a seguinte: o senhor recebeu alguma ordem do ex-Presidente Bolsonaro de que o senhor deveria cumprir uma ordem de golpe no dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES (Para depor.) – Deputado, boa tarde.

De maneira nenhuma.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor recebeu alguma ordem falando assim: "O povo vai invadir o Senado, a Câmara, o Planalto, o STF, aí depois o senhor vai e dá cobertura"?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor. De maneira nenhuma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então, o senhor recebeu uma ordem do Lula para que no dia 1º de janeiro o senhor desocupasse o pessoal de lá?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor não recebeu uma ordem do Lula para desocupar no dia 2 de janeiro?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu não teria acesso ao Presidente da República. O Comando do Exército não recebeu.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Tá. O Comando do Exército também não passou nenhuma ordem para o senhor, para desocupar no dia 1, dia 2, dia 3, dia 4?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não senhor, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor recebeu, então, uma notificação lá do STF, de algum pedido de processo do PSOL ou do PT, ou de alguém aí da esquerda que pediu para desocupar a frente do quartel, e aí o Ministro do STF foi lá e deu a decisão e mandou para o senhor?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A única ordem judicial que houve para desocupação foi integralmente cumprida e é a ordem do dia 8 de janeiro.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então, antes do dia 8 de janeiro, o senhor não recebeu nenhuma decisão judicial?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Nem do STF. Ninguém do Comando da Inteligência do Governo, que, cá entre nós, inteligência com G. Dias, que trocava mensagem com a Relatora fica a desejar. Mas não teve nenhuma ordem para o senhor arrancar ninguém de lá antes do dia 8?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então tá.

O senhor recebeu alguma ordem para munir aquelas pessoas que iam pra frente, ou alguém da equipe do senhor foi lá e deu armas pro pessoal invadir os três Poderes?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor encontrou alguma bazuca, metralhadora, alguma arma ali dentro das manifestações ali em frente à praça?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 10, após a desocupação da praça, quando nós estávamos fazendo a limpeza da praça e preparando, foi encontrado, dentro do lago, um revólver.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Só um revólver?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Mas não tinha mais nada? Isso? Só um revólver?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Era um golpe com um revólver.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Brunini, eu vou descontar seu tempo, mas só para...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É que dentro dos três minutos eu posso perguntar, e depois os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode perguntar. Pronto. Perfeitamente. É isso que eu ia falar.

Pode prosseguir.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Eu estou tentando explorar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode prosseguir.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então, tá. Sr. Presidente.

Então, fica a última pergunta. O senhor recebeu da Relatora as perguntas para o senhor responder aqui pra gente?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não senhor, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Bom, então, não teve golpe, não é? Acho que o golpe está na CPMI aqui, né?

Então, bom, já que encerra meu tempo de perguntas pro senhor, eu quero só dizer pro senhor que o que ocorre dentro das Forças Armadas às vezes é um puxa-saquismo, um corporativismo de querer agradar ao Presidente ou quem estiver no exercício, e aí, pra puxar o tapete de alguns, pra tentar favorecer o crescimento de outros; porque assim que o Lula já começou a passar do segundo turno, a gente tem ciência que alguns generais já começaram a negociar com o novo Governo. Quem que vai assumir o comando de tal lugar? Quem que vai pegar tal quartel? Quem que vai fazer qual função? E um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo puxar o tapete do outro pra tentar ganhar espaço do outro. Porque, cá entre nós, os generais também são servidores que às vezes têm aspirações. Pra subir o mais Alto Comando do Exército também tem aquele negócio de puxar saco do Presidente pra tentar conseguir a promoção daquele espaço.

Eu só falo pra cada um dos generais que não estão lá pintando meio-fio que nem o pessoal está, falo pra cada um desses generais: do mesmo jeito que vocês viram as costas, mentem e enganam – eu não estou dizendo que é o caso do senhor –, mas que viram as costas, mentem e enganam pra sua própria tropa, também virarão as costas pra vocês. Do mesmo jeito que estão deixando violar os direitos dos militares, no caso do Braga Netto, do Cid, também vai chegar a hora de virarem as costas pro senhor, pra todos os outros generais que estão lá. Infelizmente, o tempo não perdoa a traição, principalmente daqueles que não honram a farda.

Não estou dizendo que esse seja o caso do senhor, mas estou dando um recado pro Exército Brasileiro. Se alguém do Exército Brasileiro vier pedir alguma emenda para mim, ou qualquer recurso, eu vou pedir para orçar quanto que custa uma lata de tinta e um rodinho para pintar meio-fio. Porque, se eles não respeitam a própria farda – não estou dizendo que é o caso do senhor –, mas se eles não respeitam a própria farda, não têm que dar exemplo para ninguém, dar moral para ninguém.

Agora eu gostaria de pedir um vídeo que está aí reservado.

Passe para mim, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Bom, Presidente, essa aí é a Gleisi Hoffmann, Presidente do PT, em 2017, reclamando que havia infiltrados naquela manifestação deles, daquela época, e está dizendo, relativizando a questão do vandalismo e depredação.

Mas, Presidente, tem um assunto que eu ainda gostaria de encerrar, que trata de um caso sério da Comissão.

Esta Comissão está sendo ignorada por todos, Presidente. Ela está sendo ridicularizada por todos. A partir do momento em que a gente não tem uma medida dura sobre as imagens do Ministério da Justiça, a população começa a falar: "Qual é o critério?". E, aí, eu peço ao senhor: dê uma palavra dura quanto ao Ministro da Justiça, da mesma forma com que, na última sessão, o senhor deu – uma palavra dura – sobre o Ministro Kassio Nunes, naquela decisão que ele deu de que a pessoa não precisava vir; dê uma palavra dura em relação à Relatora, ainda que não vá mudar a Relatora. Mas há um questionamento: ela mandou as mesmas perguntas para os *hackers*, para o *hacker* que veio aí? Ela mandou a pergunta e pediu a resposta? Ela mandou a pergunta e pediu a resposta para os outros



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidados ou aqueles convocados que estavam aqui? Ela vai agora continuar mandando a pergunta sem ser pelo WhatsApp, mas agora por papel? Ela vai fazer como? Ficou uma suspeição, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Como que vai ser conduzido daqui para a frente?

E nada contra, eu não estou falando aqui com a Eliziane como pessoa – Eliziane, tá? Não estou pessoalizando. Mas o fato é que seu chefe de gabinete, de uma forma muito grave, te comprometeu de uma maneira geral. Então, de todas as perguntas que a gente vir, às vezes, a gente vai duvidar. Quando ela é mais ríspida com alguém, é porque, às vezes, não combinou. Ou será que combinou até para ser ríspida? Não tem mais agora como ter certeza de nada nesta CPMI! O resultado da CPMI, se terminar em pizza, vai ser uma vergonha para todo mundo.

Então, eu sei, Presidente Arthur Maia, que o senhor tem uma história muito importante, isto aqui é um dos momentos mais importantes da carreira política do senhor e que o senhor não vai deixar isso ser jogado goela abaixo por ninguém.

Então, em respeito à sua história e à história de todos os Parlamentares aqui, eu peço que seja feita uma revisão, eu peço para que também seja solicitada a quebra de sigilo telefônico dos assessores da Relatora e também dos últimos convidados que passaram por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já tinha até comentado aqui com a Relatora que eu estava estranhando demais que, nesta 18ª Reunião da CPMI, o Deputado Rogério Correia não iria voltar para usar o tempo a que a Liderança do Governo tem direito, mas, então, como ele chegou, como era de se esperar, eu passo...

Antes de passar a palavra, entretanto, eu quero responder ao Deputado Brunini, dizendo, Deputado, que o senhor sabe perfeitamente, naturalmente, que o senhor está falando para os seus eleitores, e eu respeito isso. Obviamente o senhor faz aqui o discurso para o seu eleitorado, é compreensível, mas obviamente que não será o que o senhor chama de palavra dura minha que vai fazer chegar aqui as imagens que o Ministro já disse que foram deletadas, que os senhores mesmos pediram ao Supremo Tribunal Federal, e não foi deferido o seu pedido. Portanto, não use desse expediente como se eu tivesse essa condição de tomar esse... Da mesma forma que não cabe a mim, Deputado, fazer reprimenda a trabalhos de ninguém. Eu só faço reprimenda aqui quando tentam avacalhar os trabalhos da CPMI. Eu não tenho nenhuma... Aqui entre nós, aliás, não há nenhum nexo de submissão de ninguém a ninguém. Não sou eu que vou dizer que o trabalho da Relatora está certo ou está correto – para mim está bom.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: até ficam muitas pessoas, muitos Deputados colocando, nas redes sociais, que eu deveria mudar a Relatora, imagine!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, mas isso é o que só aparece na minha rede social.

Então, eu quero dizer que essas palavras, jogando sobre essa Presidência exigências que nós não temos nenhum poder efetivo para cumprir, eu penso que não são justas para com essa Presidência.

Eu passo a palavra ao último orador desta sessão... Aliás, não; o último será o General.

Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia, pelo tempo de cinco minutos, representando a Liderança do Governo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, mais uma vez me congratular com a nossa Relatora Eliziane Gama. A gente já sabia que os ataques desesperados à Relatora iam continuar. E esses ataques existem exatamente porque estamos chegando já numa etapa em que o relatório será preparado, e não há como no relatório não colocar os fatos e fazer uma ligação desses fatos com uma tentativa de golpe que existiu no Brasil – e esses golpistas serão punidos. E é exatamente por isso que mostra-se o desespero dos bolsonaristas. Alguns deles, inclusive, criticando as Forças Armadas porque não deram o golpe, ou seja, são Deputados golpistas, que também fizeram aqui mesmo, no Senado, reunião golpista assim que perderam as eleições. Então, vai pintando o desespero.

Dezessete anos de prisão agora para um dos que aqui no Senado sentou na cadeira do Presidente do Senado e fez alusão ao golpe, disse que Lula não continuaria no Governo... E foi isso que fizeram. Hoje 17 anos de cadeia – o que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal. Imaginem quem foi mandante deste crime! Imaginem Jair Bolsonaro – agora com o Mauro Cid contando tudo –, o que nós vamos saber que houve de Jair Bolsonaro, aquele que atacava as urnas eletrônicas. O General disse que acredita no processo eleitoral. Já o Presidente da República não acreditava. E dizia isto: que as urnas eram violáveis, que as urnas não eram sérias no Brasil. Disse em uma reunião de embaixadores que o processo eleitoral brasileiro não ia valer se ele não ganhasse as eleições e se as urnas não fossem urnas que fizessem aferição do voto. Falou isso internacionalmente. Ou seja, Bolsonaro o tempo inteiro incentivou o golpe.

É fato que as Forças Armadas, no seu conjunto, não foram nesta onda – ainda bem –, mas muitos generais entraram nesse processo golpista.

Semana que vem, acho que vamos escutar Braga Netto. Esse é um que tem que se explicar. Como é que um General sai do Palácio do Planalto e diz para os outros que estão esperando, que são



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bolsonaristas, que não arredem pé porque algo novo vai acontecer e que não é certo que o Presidente Lula tome posse – isso depois de o Presidente Lula ter ganhado as eleições. Isso não é golpismo? Um general candidato a Vice-Presidente que fala isso de público, para todos escutarem? Um evidente golpismo que aconteceu na figura de Braga Netto, que espero que venha aqui.

Eu digo ao General Dutra que realmente a posição de não retirar de lá, não fazer uma retirada imediata quando a Polícia Militar foi lá naqueles golpistas que estavam lá – porque eram golpistas, General; é óbvio que eram golpistas... Estavam lá fazendo o quê? Eu perguntei ao senhor, e o senhor disse: "Olha, a pauta deles era contra o STF, contra as eleições, contra as urnas e assim por diante". Ora, não era um movimento democrático. Estavam fazendo o que em frente ao quartel depois das eleições? Pedindo intervenção militar. O senhor disse – e foi muito bom que tivesse dito – que... O que era um golpe? O golpe era a tomada violenta dos três Poderes, mas que não se delimitou por golpe porque faltava o quê? Armas. O que é que os golpistas estavam querendo no quartel? Estavam pedindo o quê? As Forças Armadas, estavam pedindo as armas para dar o golpe. Por isso o senhor ouviu aqui Deputados reclamando das Forças Armadas. Tem Deputado aqui que acha que as Forças Armadas foram frouxas, porque tinham que dar o golpe. É a isso que nós assistimos, infelizmente, aqui. Dizendo claramente.

Então, esse problema no Brasil não acabou. Por isso dizem: "Olha, é um exagero a pena de 17 anos". Não é exagero. É porque no processo democrático, se nós não tivermos realmente uma delimitação clara, o golpe volta. Não tenha dúvida.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E a gente vê declarações disso todo o sempre, colocando essas questões ainda e duvidando do processo democrático.

Então eu queria, em primeiro lugar, saudar as Forças Armadas no seu conjunto. E esperar que as Forças Armadas – e nós esperamos dela, Presidente, nesse término – exatamente que cumpram o seu dever constitucional de colocar a ordem, estabelecer o processo democrático, não permitir que golpistas vão à frente do quartel e fiquem lá tencionando o processo democrático. Imagine se o Presidente Lula tivesse perdido as eleições e o MST fosse para a frente do quartel pedir socialismo. Você acha que eles ficariam lá 65 dias? Não ficariam lá um minuto. Os generais já teriam mandado tirar todos de lá de qualquer forma.

Então é óbvio que houve uma convivência de setores das Forças Armadas com o processo de golpe. E isso tem que ser esclarecido. Aqueles que assim agiram terão também que ser punidos.

Presidente, apenas para terminar, o Wellington Macedo, aquele outro que estava lá para colocar a bomba em Brasília, foi preso no Aeroporto de Brasília. Eu estou apresentando um requerimento para que ele também seja ouvido aqui. Porque reclamam muito que não vêm aqui aqueles que foram terroristas de fato. Tem mais um pra vir, que é esse Wellington Macedo, pra explicar o que é que essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bomba ia fazer de estrago e por que ele queria a bomba, se tem relação ou não com o golpe. No meu entendimento, tem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Eu quero registrar a presença dos advogados, meus colegas aqui presentes, os Srs. Paulo Jerônimo Cardoso Waterloo e Jorge Lacerda da Rosa.

Coloco em votação as Atas da 16ª e 17ª Reuniões, solicitando a dispensa de leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, a Relatora quer falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Está saindo aqui o som, gente?

Eu queria cumprimentar, Presidente, o senhor, cumprimentar todos os colegas e fazer apenas um registro. Primeiramente, quero cumprimentar inclusive a decisão também hoje do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que para essa situação o remédio tem que ser amargo mesmo, para dar uma resposta e esses atos não mais se repetirem na história do Brasil.

Foram colocadas aqui algumas questões referentes a acareações. Desde o início dos trabalhos desta Comissão, eu sempre defendi fazermos acareações. Eu sei que o senhor tem adotado uma postura de ir ao limite em relação à construção de acordos – não é? – para aprovação das sessões deliberativas. Então, eu quero fazer um apelo para que a gente possa fazer essa sessão deliberativa e aprovar essas acareações. Eu estou, inclusive, com a assessoria apresentando também mais um pedido de acareação, porque eu acho que é importante.

Nós temos a delação premiada do Sr. Mauro Cid, e há claramente fatos que foram descortinados por essa delação premiada. Não há dúvida nenhuma: ela poderá trazer contribuições significativas nesta reta final da CPMI. E estaremos apresentando um requerimento, Presidente, de acareação do Sr. Mauro Cid com o ex-Presidente Bolsonaro – eu acho que é necessário que isso ocorra –, junto aos demais colegas que queiram apresentar outros requerimentos, para que a gente possa colocar o quanto antes, na próxima sessão deliberativa, porque nós só temos dois ou três convocados aprovados, se não me foge a memória, não é? Então, deveremos também aprovar, até para poder garantir as próximas oitivas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Muito bem.

Eu quero colocar, respondendo aqui à nossa querida Relatora... Como já me manifestei na imprensa, tenho buscado aqui, como instrumento que a Presidência tem, levar sempre à votação o acordo tratando de questões... tentando, inclusive, respeitar a proporção das bancadas, não é? A cada três ou quatro requerimentos de convocação aprovados pela Maioria, aprova-se um da Minoria. É uma reivindicação que me parece muito justa da Minoria, porque, afinal de contas, nós temos, como Presidente desta Comissão, que ter muito cuidado com o direito das minorias, afinal de contas, isso é um elemento essencial da natureza do Parlamento. Eu tenho solicitado – e sei que a senhora tem tentado isso, como o Senador Randolfe, como o Deputado Rogério Correia – para construir um acordo para que também requerimentos da Oposição sejam aprovados, especificamente a vinda aqui de algum representante da Força Nacional, porque não é razoável que, já agora aqui, com o General Dutra, já tenham vindo aqui cerca de quatro militares das Forças Armadas brasileiras, que já tenham vindo aqui vários membros da Polícia Militar do Distrito Federal e que, para a terceira força envolvida no 8 de janeiro, que é a Força Nacional, até agora nós não tenhamos conseguido construir, Deputado André Fernandes, um acordo – para trazer uma única pessoa da Força Nacional, que é um tema recorrente aqui, permanentemente.

Portanto, nós faremos uma reunião deliberativa na hora que construirmos um acordo, porque realmente esta Presidência não se sente nada à vontade em trazer para a votação uma lista de requerimentos para aprovar exclusivamente aqueles da Maioria, porque, se isso acontecer, nós, sem dúvida, estaremos ferindo um princípio básico do Parlamento, que é respeitar o direito das minorias, dado que o Parlamento, pela sua própria natureza, é um órgão, um poder que age em função da proporcionalidade.

Quero registrar aqui: o Deputado... o Senador Magno Malta saiu, mas pediu que eu fizesse o registro de que ele, na sua fala, disse que não conhecia esse crime de abolir o Estado de direito, que foi hoje objeto da condenação imposta pelo Supremo Tribunal Federal, mas que ele depois pesquisou, viu e reconhece, portanto, ele quer retificar a sua fala.

Dito isso e não havendo nada mais a tratar, quero agradecer a presença do General Dutra, dos seus advogados, de todos os que estão aqui, Deputados e Senadores, imprensa, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 19 próximo, às 9h da manhã.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 18 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Evair Vieira de Melo, Josenildo, Paulo Magalhães, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rogério Correia, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Prof. Paulo Fernando, Paulo Paim, Wilder Moraes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Duarte Jr., Amanda Gentil, Dagoberto Nogueira, Duda Salabert, Rafael Brito, Rodrigo Gambale, Filipe Barros e Rubens Pereira Júnior. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Osmar Crivelatti. Finalidade: Depoimento de Osmar Crivelatti. Oitiva do Osmar Crivelatti, em atendimento aos requerimentos 1307/2023, 1430/2023, 1432/2023, 1518/2023, 1571/2023 e 1628/2023. Resultado: Oitiva não realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campanha.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes, em Brasília.

Hoje, como todos sabemos, estava agendado para ouvir o depoimento do Sr. Osmar Crivelatti. Entretanto, da mesma forma que aconteceu na semana passada, fomos surpreendidos por uma liminar do Supremo Tribunal Federal, da lavra do digníssimo Ministro André Mendonça, autorizando que o depoente não viesse, não comparecesse perante esta CPI para prestar o seu depoimento.

Obviamente que nós já recorremos dessa decisão. Ainda na madrugada de ontem para hoje, a Advocacia do Senado, sob nossa orientação, já fez esse recurso e eu já solicitei também audiências tanto ao Ministro André quanto ao Ministro Kassio, quanto à Presidente Rosa Weber, tentando levar a eles a solicitação de que pelo menos essa decisão seja levada a Pleno, uma vez que, havendo o nosso recurso, cabe ao Ministro ou reconsiderá-la ou levar a Pleno.

Entretanto, falei na imprensa e me permitam falar aqui, eu penso que é preciso que haja uma definição efetiva da possibilidade não vou dizer de a CPI convocar alguém ou não, de a CPI existir ou não, porque, obviamente, todos nós sabemos que o instrumento mais importante de qualquer CPMI que já aconteceu no Brasil, desde 1988 para cá, o instrumento mais importante de que se dispõe é justamente a convocação daqueles que o conjunto da CPI aprovam em requerimentos para que venham a este colegiado prestar as informações que nós julgamos pertinentes, de acordo com as investigações que estamos fazendo.

Ora, se um Ministro do Supremo Tribunal Federal, apesar dos ditames constitucionais que atribuem à Comissão Parlamentar de Inquérito poder de investigação... Se um Ministro do Supremo Tribunal Federal se acha com direito, com poder de dar uma liminar autorizando alguém a não comparecer a esta CPMI, por conseguinte, desmoralizando esta CPMI, tirando o poder desta CPMI, esvaziando, obstruindo esta CPI, obviamente que nós estamos, na verdade, brincando de fazer CPMI.

Eu entendo que já passa do momento de que nós possamos – eu falo nós, como Congresso Nacional... que nós possamos fazer uma ação direta de preceito fundamental, ADPF, que é justamente um questionamento ao Supremo Tribunal Federal da possibilidade de um ministro autorizar ou desautorizar uma convocação feita pela CPMI.

Isso é fundamental. Eu vou levar essa posição... Já que nós, como CPMI, não podemos fazê-lo – tem que ser o Presidente de uma das Casas –, eu vou levar essa posição ao Exmo. Sr. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para que se faça esse questionamento ao Supremo Tribunal Federal. Se o Supremo Tribunal Federal responder, Deputado Rogério Correia, a essa ADPF, dizendo que, na compreensão do Supremo, é possível, sim, que um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministro possa impedir que a CPMI convoque alguém, então, vamos acabar com este instituto da CPMI aqui, no Congresso Nacional. Mas o que não dá é para nos reunirmos aqui, nós, que estamos aqui em função do voto popular, Deputados e Senadores, criarmos, na sociedade, a expectativa de que poderemos chamar as pessoas, porque esta CPI realmente tem poderes, e, na medida em que os trabalhos começam a se desenrolar, nós vemos atitudes absurdas como essa, que impedem, obstaculizam o funcionamento da CPMI.

Então, é uma decisão que nós temos que tomar para que esse Parlamento – e eu falo esse Parlamento como Congresso Nacional – tenha noção da dimensão do seu poder "ou não", como diria Caetano Veloso, não é? "Ou não", "ou não" poder, porque, de repente, nós não temos poder; achamos que temos, mas o Supremo vai dizer que nós não temos, apesar de a Constituição dizer que temos.

Então, é mais do que necessário que se faça essa ADPF. Eu, ainda ontem, conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco, mas não toquei nesse assunto da ADPF – foi ideia que eu tive já mais tarde, na noite de ontem –, mas eu vou levar essa proposta tanto ao Presidente Rodrigo Pacheco quando ao Presidente Arthur Lira.

É preciso que a gente esclareça, com muita clareza, esse limite da CPMI e o limite dos Ministros do Supremo em relação a obstaculizar a vinda de convocados a esta CPMI. Dito isso, não há muito mais o que esta Presidência fazer.

Estamos convocando para a próxima quinta-feira... Já está, na verdade, aprovada a convocação. Estamos marcando, porque, na época, esse convocado ainda estava foragido da polícia, mas foi preso. Então, ouviremos, na quinta-feira, o Sr. Wellington Macedo de Souza, se não houver nenhuma liminar que impeça e que conceda também ao Sr. Wellington o direito de não comparecer à CPMI, apesar de ele ser um terrorista que tentou colocar uma bomba no aeroporto de Brasília.

Então, eu vou abrir a palavra, inicialmente, aqui...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu já havia pedido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem muita gente inscrita. Pelo que eu constatei aqui, o primeiro que se inscreveu foi o Deputado... O Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Izalci e a Senadora Jandira Feghali...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, eu pedi para V. Exa. só para fazer um registro...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Questão de ordem, Presidente: dá alguns minutos para cada um falar, para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, eu vou fazer isso. Eu vou fazer isso.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não precisa ser dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o seguinte: eu vou dar três minutos...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para quem quiser falar. Então, pela ordem...

Eu fiz uma relação aqui. Se eu falhei na relação, é normal, porque todo mundo levantou a mão, mas eu anotei aqui... Os quatro primeiros, pelo menos, eu vi. Eu vou anotar todo mundo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas fui a V. Exa. pedir, assim que cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá bom.

Então, com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Eu... Presidente, eu acho que, em primeiro lugar, nós temos que nos dar ao respeito. O que está acontecendo nesta CPMI – já aconteceu, em menor proporção, em anteriores – é uma forçação de barra para direcionar investigações para lugares que não vão levar a lugar nenhum, e usam o palco de uma CPMI para fazer política, para perseguir, para atacar adversário.

Até hoje... Olha como ficaram as imagens do Ministério da Justiça, que o Ministro da Justiça se nega a fornecer a esta CPMI, imagens importantes... E, aí, vamos para o Supremo Tribunal Federal.

Nós estamos dando motivo para o Supremo tomar essas decisões, e eu me incluo aqui, como corpo de CPMI, porque é constante. Uma pessoa que claramente é investigada é convocada para sentar aqui na condição de testemunha. Tá errado! A gente está passando vergonha no mundo jurídico. É óbvio que a pessoa vai buscar o Supremo e vai conseguir um *habeas corpus*!

Da mesma forma hoje, o Crivelatti. Ele não tem absolutamente nada a ver com o 8 de janeiro. A Relatora insiste em pautar questão de joias, de presente do Presidente Bolsonaro... Aqui é uma CPMI do 8 de janeiro. É óbvio, é previsível que algum Ministro do Supremo vai dar ou vai conceder uma ordem para que a pessoa sequer venha aqui, porque não tem que vir mesmo. O que é que o Crivelatti tem a ver com essa situação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais, Presidente: isso dá ensejo para que o senhor ou a Relatora sejam alvos de ações de abuso de autoridade. Vou ler aqui, Lei de Abuso de Autoridade, art. 30: "Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente [...]".

Qual o fundamento para trazer o Crivelatti aqui hoje? Qual a relação, o nexo de causalidade com o escopo da CPMI? Nenhum!

E tem o art. 38 ainda, e aqui à Relatora...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... "Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação [...]".

É o tempo inteiro, desde a primeira audiência na CPMI, a Relatora já dizendo quem é o culpado, onde é que quer chegar, quais são os alvos. Parece que não ouve o que acontece no dia a dia aqui da CPMI.

Então, eu concordo com V. Exa. – para concluir – que tem que haver um consenso geral por parte do Supremo para que essas questões sejam dirimidas e não haja tanta divergência entre os ministros na hora em que têm que decidir sobre um determinado *habeas corpus* – talvez uma ADPF para decidir se a pessoa tem que vir na qualidade de testemunha ou de investigado; para decidir se tem nexo de causa com o escopo da CPMI o fato de a pessoa estar sendo convocada aqui. Porque, no caso de hoje, por óbvio, era previsível que qualquer Ministro do Supremo daria um HC para a pessoa sequer está presente aqui na CPMI porque não tem absolutamente nada a ver com o tema da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu só queria que ele me dissesse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou lhe passar a palavra. É só um minuto, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – É só uma pergunta, na verdade, porque eu quero que ele diga onde, em qual canal, em qual rede social que eu já antecipei algum indiciamento, e de quem é o indiciamento.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Meu Deus!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, entrevistas. A senhora falou que vai indiciar o Presidente Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falei que vou indiciar o Presidente Bolsonaro?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Já falou, já falou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Onde eu falei isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu vou buscar aqui as diversas entrevistas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu gostaria que você lesse.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – A senhora fala que ele é o mentor final do 8 de janeiro, isso várias vezes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu queria que você lesse essa frase. Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olhe só, eu quero responder a V. Exa., Senador, dizendo que, de fato, muitas vezes nós aprovamos aqui seis, oito requerimentos, que são feitos por vários Srs. Parlamentares, para um mesmo personagem. Entretanto, alguns colocam como investigado, outros colocam como testemunha. Mas acontece que já é consagrado no direito brasileiro há muito tempo que ninguém é obrigado a depor criando provas contra si mesmo. Então, essa denominação do cidadão vir aqui, seja como investigado ou como testemunha... se ele tem este direito consagrado na doutrina, na jurisprudência brasileira, de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, ele está resguardado – está resguardado.

Agora, nós temos que entender também – V. Exa. há de convir – que a CPI é um órgão político. Isso é um órgão político, definido constitucionalmente e na doutrina como órgão político. Então, por mais que esta Presidência possa fazer uma limitação do escopo de aonde nós vamos chegar, etc., nós não podemos previamente censurar um depoimento. Então é bom que isso fique claro, porque quantas vezes chegou aqui alguém que poderia não trazer nenhuma informação e trouxe informações muito importantes?

Então, essa... Me perdoe, mas essa questão de vir aqui como investigado sendo testemunha ou vice-versa não é motivo para obstaculizar a vinda de ninguém à CPI, porque prevalece o direito de a pessoa ficar calada e não produzir provas contra si mesma. Isso é um direito.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, só um minuto.

Olha, estão inscritos aqui Flávio Bolsonaro, Izalci, Jandira, Rogério, Sergio Moro, Aluisio, Girão, Laura e Seif.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esperem aí.

Marcos Rogério, Henrique, Marcon, Ramagem, Paulo Magalhães, André Fernandes.

Mais alguém? *(Pausa.)*

Pronto.

E, como...

Então, vamos combinar que esses são os inscritos, e estão encerradas as inscrições.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, agora vem uma decisão do Supremo que não agrada a base de Governo, aí a reação é violenta. Eu fiz uma questão de ordem anteriormente...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... e estou apresentando uma outra questão de ordem hoje, porque veio aqui o Sr. Saulo, uma figura de suma importância no seu relatório, onde ele diz – e prova – dos 33 alertas. Aí depois, na sequência, vem G. Dias. Ambos quebraram o sigilo telefônico. E lá no Saulo, no telefone dele, tem 126 páginas de contato com G. Dias. A gente quebra o sigilo do G. Dias, não vem absolutamente nada, só a partir de 1º de maio. Fiz a questão de ordem, no sentido de buscar realmente, como fazem com todos os demais, descobrir realmente essa questão do diálogo. Aí fica por isso mesmo. Agora, nós fizemos a quebra do G. Dias a partir de maio. Só que, a partir de maio, nós encontramos aqui, como já foi colocado aqui na última reunião, a combinação das perguntas e respostas do G. Dias. É a coisa, assim, mais absurda que eu já vi numa CPMI!

Então, eu estou apresentando uma questão de ordem a V. Exa. para ver o que nós vamos fazer, porque a Relatora... E estão aqui as provas do diálogo, inclusive com o chefe de gabinete, encaminhando aqui os anexos, Anexo 1 e Anexo 2, das perguntas, perguntas essas que foram feitas aqui na última reunião. Estão aqui os documentos. Eu posso ler para vocês o que está aqui na documentação, tem todo o diálogo. Eu não quero ler porque são 22 páginas, mas eu quero que V. Exa., até para que a gente, como disse o Senador Flávio aqui, para que a CPMI realmente possa dar o respeito para poder exigir dos outros... Como é que o Ministro Flávio Dino não manda e fica por isso mesmo? Não manda as imagens! "Não, vou mandar, vou mandar para o Supremo." O Supremo: "Tem que entregar". Não entrega. Depois manda duas câmeras, e fica por isso mesmo, cara.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não é possível que a CPML... E quer cobrar esse tipo de coisa sem a gente mesmo se impor ou colocar no mínimo regras aqui.

Aqui tem a resposta, o Flávio tem aqui, vai responder, mas a Senadora Eliziane, desde o primeiro momento, já declarou... O relatório está pronto. O que estão tentando fazer agora é dar sustentação ao relatório, buscando de todas as formas. E acho que estão desesperados porque não estão encontrando... Nós temos um fato determinado, nós temos um prazo, que querem encerrar de qualquer jeito.

Então, eu vou fazer a questão, vou entregar a questão de ordem para V. Exa. e pediria que V. Exa. desse uma atenção especial para que a gente pudesse resgatar o papel principal da CPML.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe, Senador. A questão de ordem, V. Exa. me pede exatamente, questiona... Porque a questão de ordem diz respeito ao andamento dos trabalhos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O que é que V. Exa. exatamente solicita dessa Presidência através da sua questão de ordem?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pelo óbvio, a Relatora, usando realmente... Eu não sou advogado, não, mas, se você usar os mesmos princípios do processo legal, o juiz não pode dialogar com o depoente, com a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, isso eu entendi. Eu não entendi o que V. Exa. pede a mim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Peço a V. Exa. que tome as providências, porque tem elementos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E quais são as providências que estão previstas no Regimento que eu possa tomar, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pode, a decisão é de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu estou perguntando a V. Exa., porque eu me sigo...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – São 22... V. Exa. quer que eu leia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... pelo Regimento. Pergunto a V. Exa.: quais são as medidas, previstas no Regimento, que eu posso tomar contra o comportamento do mérito da atuação parlamentar de algum Deputado ou Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... vou ler só o pedido, não vou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para questão de ordem.) – Após as mensagens todas, a gente fala aqui do art. 254, do direito, art. 258... Aí depois do princípio da moralidade, da impessoalidade, do pedido. O Regimento Interno... O Regimento Interno da Câmara dos Deputados não possui um dispositivo específico que trate diretamente da suspeição de Relatores das CPIs. De igual modo, o Regimento Interno do Senado Federal não possui um dispositivo específico que trate da suspeição também de Relatores de forma direta. No entanto, em ambos os casos, a conduta de um Relator que possa comprometer a imparcialidade e a integridade de uma investigação pode ser questionada com base em princípios éticos e nas regras gerais de funcionamento das Casas Legislativas. Além disso, a opinião pública e a mídia desempenham um papel importante na avaliação da conduta dos membros de uma CPI.

Desse modo, com base nas evidências e argumentos ora apresentados, lastreado nos princípios da moralidade, da impessoalidade e da publicidade, todos da Constituição Federal de 88, assim como nas regras gerais de funcionamento do Parlamento, em atenção ao contido nos arts. 403 e 404 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com o art. 131 do Regimento Interno do Congresso Nacional, apresento questão de ordem para suscitar a suspeição da Relatora desta Comissão Parlamentar, a Senadora Eliziane, uma vez que sua imparcialidade resta comprometida, e, por conseguinte, promover o seu afastamento para que se proceda a escolha de um novo Relator.

Essa é a questão de ordem que faço, com base...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Sr. Senador Izalci, veja bem, o senhor levanta princípios que permeiam a Constituição brasileira e que, no seu ver, atingem a conduta da Relatora.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entretanto, V. Exa., de maneira expressa, diz que não encontrou nenhuma punição que possa ser dada pelo Presidente da CPMI a quem quer que seja, não é verdade? O senhor coloca isso também com clareza.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E coloco os princípios...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os princípios...

Se eu não tenho poder para isso, eu não posso me arvorar a tomar para mim poderes que eu não tenho – não tenho esse hábito. Agora, se são princípios e V. Exa. entende que os princípios estão sendo prejudicados e isso está inclusive prejudicando o que V. Exa. defende, V. Exa. tem todo o direito de recorrer ao Poder Judiciário. Agora, não é razoável – e não é só nesse aspecto, em vários outros aspectos – que a bancada da oposição atribua a esta Presidência omissões que, na verdade, são omissões de outros Poderes e não meus, porque eu não tenho o direito de fazer o que V. Exas. desejam.

Nas minhas redes sociais, todo dia aparece alguém para que eu destitua a Relatora. Eu nunca vi nem Relator de projeto de lei em Comissão ser destituído – nunca. Aqui na Câmara dos Deputados nem no Senado, o Presidente de Comissão não tem poder nem para destituir Relator de projeto de lei, quanto mais Relator de CPMI.

Então, na verdade, o que V. Exa. está fazendo é um discurso político contra mim...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – De forma alguma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para querer cobrar de mim algo que eu não tenho poder para fazer. E V. Exa. faz aí um malabarismo jurídico para dizer que eu tenho um poder que, na verdade, eu não tenho.

Se V. Exa. quiser tratar esse assunto da forma que acha, deve buscar guarida no Poder Judiciário e não nesta Presidência, porque eu estou aqui na Câmara dos Deputados, há 13 anos, e nunca vi nem Relator de projeto de lei ser destituído, muito menos Relator de Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas V. Exa. já viu alguma Relatora obter...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou entrar nesse mérito, Deputado. O poder que eu tenho...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Olha aqui, ó, Júlio e Binho entraram em contato com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem todo o direito de entrar, de buscar guarida na Justiça. Se V. Exa. acha que está aqui, que os princípios constitucionais que V. Exa. invoca são suficientes para que a Justiça se posicione, o faça, Senador, o faça. Agora, não venha dirigir a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Presidência um requerimento que V. Exa. bem sabe, eu não tenho poder para decidir. Eu não tenho poder para tirar Relatora, para trocar Relatora. Eu não tenho esse poder. E, aliás, Presidente nem da Casa, nem do Senado, nem da Câmara dos Deputados, nem de Comissão nenhuma tem esse poder! Não é razoável V. Exa. querer me colocar nessa condição, jogando a opinião pública contra mim. Se V. Exa. tem convicção do que afirma, eu não vou discutir o mérito. Entre na Justiça, busque no Supremo Tribunal Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tem as instâncias. Tem as instâncias, Presidente. Tem as instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não a esta Presidência! Não é possível um negócio desses!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu nesse caso... A Relatora poderia renunciar. Eu acho que seria o caso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas V. Exa. não está falando em renúncia. Me desculpe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está falando em renúncia, V. Exa. está falando que eu tenho obrigação de destituir, a partir do ponto de vista de V. Exa.! Isso não é justo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor não está sendo justo comigo! O senhor sabe que eu não tenho esse poder e está tentando jogar a opinião pública para cima de mim. Isso não é razoável, Senador. Não é razoável. Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não estou em cima de V. Exa., eu estou em cima da Relatora, que é imparcial...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Eu vou dar a palavra a V. Exa., por três minutos. Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu preciso falar, até em respeito que eu tenho pelo Izalci. Mas o que os colegas da oposição estão colocando aqui, estão tentando colar,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vai colar, porque não existe isso. Veja. Olha, olha o malabarismo – e eu pego a fala, a palavra do Presidente Maia –, o malabarismo que eles estão criando aqui. Na fala, no depoimento que eu tive aqui com o G. Dias, colegas, o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador... O Deputado do Novo, que esteve aqui, que não é membro, mas vem aqui de vez em quando, fez a mesma linha, me acusando inclusive de que eu estaria acusando G. Dias de forma preliminar. Depois, vem essa coisa de que eu teria combinado perguntas. Vejam, o que eles estão tentando colocar aqui não se sustenta. E vão ler o que eles dizem que tem no documento, e a minha pergunta.

Eu quero dizer para vocês, colegas, que quando eu vou fazer um depoimento, eu leio todos os documentos que a minha assessoria me traz. Eu leio todos os inquéritos. Eu leio as manifestações do Ministério Público Federal. Eu não venho para cá participar de um depoimento de forma vazia. Eu sou altamente diligente em tudo que eu faço, não é de hoje não, é de sempre. Quando eu subo na tribuna do Congresso Nacional, eu subo com a informação necessária para fazer o debate. Portanto, quando eu converso aqui, eu leio tudo antes de acontecer. Nenhum depoimento, nenhum depoente que veio até aqui a esta Casa saiu daqui sem ouvir da minha parte perguntas. O depoente que eu fiz menos pergunta foi o fotógrafo, porque não cabia inclusive nem a convocação do jornalista aqui a esta Comissão. Da mesma forma foi com G. Dias.

Aí olha, Jandira, o que eles colocam: a pergunta que estaria num documento deles. O documento deles seria isso: "General, o senhor mandou que o Diretor-Adjunto da Abin, Saulo Cunha, adulterasse o relatório de alertas de segurança sobre os atos antidemocráticos do 8 de janeiro. O senhor determinou uma fraude em documento público?". Aí eu venho com a pergunta. "Minha pergunta para o senhor é clara: o senhor mandou fraudar este segundo documento, este segundo relatório?" Essa é a minha pergunta, que eles dizem que é igual a essa pergunta deles. Agora, qual a motivação da vinda do G. Dias para a CPMI? Não foi a fraude, gente?

Agora, vocês sabem quantas pessoas perguntaram sobre fraude, a mesma pergunta, na mesma linha que eu fiz? Perguntaram... Eu mandei aqui a assessoria levantar. O Senador Flávio Bolsonaro perguntou, na mesma linha, da fraude.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Relatora, ali, fala antes as mensagens.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Mauricio falou.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Isso que é o importante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Deputado Marcon perguntou sobre fraude; o Senador Jorge Seif perguntou sobre fraude; o Deputado Filipe Barros perguntou sobre fraude...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Deputado Cabo Gilberto Silva perguntou sobre fraude. Aí eu fiz essa pergunta.

A outra pergunta que eles dizem que foi... Olha só: "General, o Plano Escudo do Planalto, que estava ativado desde o dia 2, não era insuficiente para conter os protestos. Não era necessário que houvesse mais tropas de prontidão, porque o contingente não se deu e não era suficiente?". Essa é a pergunta que estaria no documento deles. A pergunta que eu fiz aqui, depois de apresentar o Plano Escudo, que está num documento sigiloso do Senado Federal... Eles dizem, inclusive, em uma das falas, que eu teria pego esse Plano Escudo do G. Dias. Eles não leem os documentos que chegam à CPI. Esse é o problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí o que acontece...

Não, eu vou falar, porque vocês passaram meia hora falando.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas o que você está falando não tem nada a ver.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu tenho que explicar, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, eu acho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí veio a minha pergunta: "Mesmo que houvesse todo o efetivo ordinário por parte do Palácio do Planalto...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... na linha azul e na linha verde, ela teria de fato efetividade se as anteriores falhassem? Se essas anteriores, de fato, não tivessem o efetivo da Polícia Militar?". Aí eles estão dizendo que é igual a pergunta, ou seja, eu falo de Plano Escudo e tem uma pergunta, num documento deles, de Plano Escudo. Por favor, gente.

A outra pergunta é na mesma linha. Não tem o menor fundamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, não vamos ficar aqui ouvindo a Relatora...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, olha lá: três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... ficar fazendo discurso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eles falaram meia hora e não deixam eu falar.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente Arthur...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu tenho um minuto e trinta, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Falou três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ela tem um minuto e trinta para concluir. Tenham paciência.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente Arthur...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem Mesa na CPMI, gente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A pergunta do documento deles, Senador Rogério: "O senhor conversou com o Saulo Cunha, com a Coronel Cintia, da PMDF, e com o General Penteado na manhã do dia 8 de janeiro. O que cada um deles falou ao senhor?". Essa é a pergunta do documento. Eu pergunto aqui, em cima do depoimento da Cintia...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... da Polícia Militar do DF, em cima da fala do Penteado, que está no inquérito, inclusive da sindicância também – que chegou ao conhecimento a esta Comissão da sindicância do GSI –, em cima, na verdade, do relatório da Abin... Todos esses documentos apontam da fala do Penteado e da Cintia. Inclusive, na fala do G. Dias na Câmara do DF, ele diz que o Penteado havia dito a ele que não precisava ele vir para cá, porque estava tudo sob controle. Disse ou não disse isso? Óbvio que falou. A minha pergunta é: "Me explique como se deu essa sua conversa tanto com o Penteado quanto com a Cintia". Óbvio que eu teria que perguntar isso, gente. Ora, se eu não pergunto, eu não estou fazendo as perguntas necessárias. Se eu pergunto, eles criam uma engenharia do tamanho do mundo para dizer que foi pergunta combinada.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente Arthur...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente Arthur...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, tem gente inscrita, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Venhamos e convenhamos. Vamos ter o mínimo de senso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está acabando o tempo da Relatora. Acabou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eles não deixam eu falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ter um mínimo de senso de responsabilidade com a colocação que V. Exas. falam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Falou, falou e não explicou nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A próxima inscrita é a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu estou impressionada como, diante de um ataque à CPMI e ao Parlamento brasileiro... É difícil aqui, viu?

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A 5ª série voltou, Presidente.

Eu estou impressionada diante de um ataque ao Parlamento brasileiro e o papel desta CPMI. Ao invés desta CPMI se unir para fazer a defesa do seu papel constitucional, para poder proteger um ministro indicado por Bolsonaro, que tem os mesmos argumentos deles dentro do Supremo Tribunal Federal, eles tentam virar o alvo para a própria CPMI atacando a Relatora. Isso é de uma indignidade, de uma falta de noção do que é que nós estamos vivendo aqui. Sinceramente, eu me solidarizo com V. Exa. neste momento, porque eu esperava que, neste momento, todos aqui, diante da sua informação e da sua conduta, dissessem: "Estamos juntos para defender a CPMI", independentemente das opiniões políticas aqui dentro. Agora, neste momento, ao invés de nós nos somarmos com a sua opinião – e eu me somo, temos que ir à Ministra Rosa Weber, nós temos que trabalhar isso junto ao Supremo, fazer a ADPF, fazer a defesa constitucional desse instrumento do Congresso Nacional, para poder proteger uma opinião política. Estão dizendo aqui que a CPMI é política. Isso é uma posição política. O que está aparecendo aqui... Proteger um ministro bolsonarista dentro do Supremo Tribunal Federal, deixando atacar a CPMI e virando o alvo e o debate contra a Relatora da CPMI. Isso é uma manobra indigna. Sinceramente, eu estou pasma de ver Senadores da República fazendo isso, neste momento.

Então, eu teria, inclusive, muitas coisas a responder aqui. Eu até pedi a V. Exa. que me desse o direito de defesa diante dos ataques que eu sofri aqui, na semana passada, na minha ausência. O que mais me chamou a atenção no ataque foi justificar o golpe de 1964...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... que foi uma coisa com que todo mundo ficou pasmo. Inclusive, colocaram na rede social o discurso, ainda dizendo que renunciaria se eu aprovasse o encontro de três Deputados da CPMI com o filho do G. Dias. Está aqui. Quer falar de *e-mail* e de diálogo? Está aqui. O diálogo está aqui.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu fiz questão de não entrar nesse debate em respeito à sua posição e, neste momento, a gente unificar uma posição do Parlamento contra a invasão de competências do Supremo Tribunal Federal.

Eu só tenho a lamentar e dizer que o desespero certamente não é nosso, Presidente. O desespero é de quem não consegue ter argumentos diante das condenações, de todas as denúncias que estão aparecendo, e as comprovações que estão aparecendo junto a esse núcleo, que é uma organização criminosa do Palácio do Governo Bolsonaro. E, por isso, o Osmar Crivelatti está aqui, está neste depoimento, porque ele estava colado, e ainda é assessor de Bolsonaro, depois da perda da Presidência da República, não é?

Então, assim, eu estou pasma. Eu quero apenas dizer, a V. Exa. que eu me somo às suas iniciativas e estarei presente se assim for convocada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, ao que nós estamos assistindo é uma tentativa, essa, sim, desesperada, de evitar o relatório, mas essa iniciativa deles, desesperada, de obstrução da CPMI está também no mesmo bojo dos dois ministros terrivelmente bolsonaristas, que querem impedir que testemunhas venham até a CPMI.

É claro que isso me parece óbvio, porque o relatório vai significar qual a opinião do Congresso Nacional sobre o processo que ocorreu no Brasil, no dia 8 de janeiro. E o relatório, não sei ainda das pretensões da Relatora, mas me parece óbvio, ele dirá, com certeza, que houve um processo de golpe no Brasil, que é isso que nós estamos vendo aqui, e que, por trás desse processo de golpe, havia o interesse de chamar as Forças Armadas para que elas fizessem uma intervenção, em conjunto com atitudes de bolsonaristas radicais, que levasse à quebra do sistema democrático brasileiro. Então, foi exatamente isso que aconteceu. Por isso, a Relatora está sendo atacada: porque querem atacar o relatório. Para eles, se conseguirem não ter relatório, melhor. E por isso eles vão trabalhar, seja gritando, interferindo nas intervenções que a gente faz, sendo desviando do assunto.

Então, agora, dois Ministros terrivelmente bolsonaristas dizem que não é preciso vir aqui a Marília Alencar, que é aquela que estava lá desde o segundo turno com uma linha com o Anderson Torres, com uma lista para evitar a votação do Presidente Lula do povo nordestino. E, depois, ela foi colocada pelo Anderson Torres. Agora, veio o celular dele à tona pela Polícia Federal, onde ele falava explicitamente em golpe. E ele coloca esta Marília para ser secretária da relação de inteligência, e ela, evidentemente – nós sabemos –, no dia do golpe...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... facilitou todo esse processo. Essa é a Marília, que estava junto com o Anderson Torres com a minuta do golpe.

O Crivelatti, junto com o Mauro Cid – que terá que vir aqui de novo, está abrindo o bico, e por isso o desespero –, fazia diálogos relativos ao passo a passo do golpe, que estava no telefone do Mauro Cid. Ora, os Ministros terrivelmente bolsonaristas não querem que eles venham aqui. E os bolsonaristas que estão aqui querem fazer obstrução e não permitir que exista o relatório. Para isso, atacam o Presidente, atacam a Relatora e procuram criar uma cortina de fumaça, uma atitude que não é legal, não é constitucional de a pessoa não vir aqui, porque isso acaba com o instituto da CPMI. Esse é o debate que nós estamos fazendo. Para que existência de CPMI, se nós não temos o poder de fazer convocações para que as pessoas venham aqui? Que não formem contra si provas de crime? Isso é óbvio, constitucionalmente. Agora, que não venham, que desmoralizem uma Comissão Parlamentar de Inquérito e que Deputados e Senadores desviem do assunto?

Presidente, para concluir um pedido a V. Exa.: nós precisamos, sim, a CPMI tem que ir até à Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, para que ela unifique uma posição em relação a isso. O Supremo Tribunal Federal não pode ficar assistindo ao que esses Ministros, dois Ministros terrivelmente bolsonaristas, querem fazer, obstruindo o Congresso Nacional.

Então, a sugestão que faço a V. Exa. – e concordo com V. Exa. – é ir até a Ministra Rosa Weber, que é a Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já solicitei audiência, Deputado, e ela, marcando audiência, eu, inclusive, convidarei os Deputados e os Senadores que assim o desejarem para nos acompanhar nesse encontro.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Arthur... Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Arthur, vamos simplificar. A Relatora tem subsídio para apresentar o relatório? Vamos votar a apresentação do relatório e, em seguida, nós votamos o relatório. É isso que tem que ser feito. Nós não vamos discutir decisão judicial. Nós vamos tomar uma posição, e essa posição tem que ser tomada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Relatora fez aqui um calendário, Deputado Paulo Magalhães, e ela deverá...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Mas ela pode mudar o relatório. Se ela tem condição de apresentar o relatório na semana que vem, ela o apresenta, e nós votamos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas veja só, ainda tem outras pessoas para serem ouvidas. Tem o Braga Netto, tem o Wellington, tem outras pessoas aí que ainda precisam ser ouvidas para que a Relatora possa concluir. Ela está marcada com...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Mas e se vierem outros *habeas corpus*?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Oremos. É o que nos resta. (*Risos.*)

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Nós não podemos tomar uma posição como essa, ainda mais um Presidente do seu nível. V. Exa. não pode transigir com isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – O nível de desgaste é terrível desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho também, eu acho também, mas vamos para frente.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, existe de fato uma linha diferente que separa aqui a base do Governo e a oposição em relação à investigação, mas aqui tomo a liberdade de endossar a necessidade de resguardar institucionalmente as CPIs, os poderes investigatórios da CPI. Respeito a decisão do Ministro André Mendonça, um Ministro preparadíssimo, tem se destacado lá no Supremo Tribunal Federal, no entanto, a praxe tem sido dar comparecimento de quem é convocado, seja como testemunha ou como acusado, resguardando aí o direito ao silêncio, não responder às perguntas que forem feitas. Então, é em boa hora, a meu ver, essa iniciativa de esclarecer esses poderes e reforçar o poder investigatório da CPMI, e fazer gestões ali no Supremo Tribunal Federal, se for o caso, conversando, dialogando, mas também através de uma ADPF, que me parece ser uma medida positiva, ainda que haja uma decisão do Supremo eventualmente num sentido diferente do que nós gostaríamos, mas pelo menos aclara essa situação e não ficamos sujeitos a dissabores pontuais relacionados a essas convocações.

De outro lado, Presidente, aqui eu quero também endossar algumas falas que nos precederam, porque nós precisamos, para manter a credibilidade da CPMI, fazer as diligências de investigação independentemente dos receios em relação aos resultados investigatórios. E aqui faço um apelo não a V. Exa., mas à base do Governo: nós precisamos prosseguir com a investigação para apurar por que o Governo Federal não conseguiu evitar o 8 de janeiro. Que se responsabilize quem invadiu, quem depredou...

(*Soa a campanha.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... parece que isso já está sendo feito inclusive no Supremo Tribunal Federal com um rigor que não se conhecia, mas o fato é que existe um quadro no qual o Exército não agiu, porque não foi provocado pelo GSI, e ainda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Com licença que eu estou falando, não lhe dei a palavra.

Do outro lado, existe igualmente a Força Nacional, que nós temos aqui a informação de que ficou parada ao lado do estacionamento do Ministério da Justiça.

Foi aprovado aqui, Presidente, o Requerimento 1.340, no começo de agosto, solicitando o envio de cópia das comunicações feitas pelo Ministério da Justiça com os diretores da Força Nacional naqueles dias de 7 e 8 de janeiro. Não foi cumprido, não foi atendido. Foi aprovado aqui nesta Casa e ainda foi aprovado sobre o argumento de que esse seria o primeiro passo antes da convocação do diretor da Força Nacional. Nós aprovamos isso e o Governo votou até, a base do Governo votou favoravelmente, e não tivemos resposta, Requerimento 1.340. Nós precisaríamos, Presidente, ter a reiteração disso, a exigência, se for o caso até, nesse caso, busca e apreensão, para nós termos essa informação que não foi prestada, mais uma vez, com uma reiteração da negligência do Ministério da Justiça.

E aqui eu rogo, mais uma vez, Presidente, não é direcionado a V. Exa., mas aos nossos pares: nós precisamos ouvir o diretor da Força Nacional naquele dia, para entender o comportamento. Se foi legítima a inação da Força Nacional, então, que venha a ser explicada. Agora, a gente não pode ter medo de depoimento, porque, sim, esta CPMI acaba perdendo a sua força, porque tem tido a sua atuação limitada por decisões do Supremo, que a gente respeita, mas a gente não concorda, mas também por uma falta de atuação da própria CPMI, porque requerimentos de diligências importantes não estão sendo aprovados, principalmente pela base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Sergio Moro, aproveitando a sua fala, eu quero dizer que, como tenho dito à imprensa de maneira reiterada, eu conversei com Deputados do Governo, com Deputados da oposição, e foram passados nomes do Governo e da oposição. Na semana passada, tive uma interlocução muito produtiva com vários Deputados da oposição, mas eu vou destacar aqui o Deputado Rogério Correia, que me ligou. Tivemos uma longa conversa sobre nomes para serem ouvidos, e a única questão que realmente impedia o fechamento de um acordo é a convocação do comandante da Força Nacional.

Eu quero colocar aqui que realmente não faz sentido nós não ouvirmos o comandante da Força Nacional no dia 8 de janeiro. Já me fizeram a proposta: "Ouve o atual. Ouve...". Não existe. Quem veio aqui foi o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal no dia – vieram vários –; quem veio aqui foi o comandante do Exército, que estava atuando no dia; quem veio aqui foi o diretor Abin, que estava à frente da Abin, no dia 8 de janeiro. Então, eu já decidi o seguinte: não havendo acordo, eu vou pegar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este bloco, este bloco de requerimentos, e conjuntamente submeterei à votação na próxima terça-feira. Quem quiser votar a favor vota; quem quiser votar contra vota, e cada um se explica diante da sua posição. Mas eu colocarei este bloco para ser votado na próxima terça-feira. Ou aprova todos, ou não aprova nenhum. A votação vai ser em bloco: ou aprova todos, ou não aprova nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o limite a que eu posso chegar, Senador Flávio Bolsonaro. Eu não tenho força para impor que nada seja aprovado. Agora, eu estou colocando aquilo que a oposição pediu, que o Governo pediu, e espero que os Deputados votem com a sua consciência, os Deputados e os Senadores.

Passo a palavra ao próximo orador...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem. Existe este Requerimento 1.340, que foi aprovado por esta Casa, foi oficiado no Ministério da Justiça e não foi atendido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou checar este assunto. Eu realmente não tenho noção deste requerimento. Eu vou checar, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Eu pediria só que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com certeza.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Porque aqui é uma questão de novo descumprimento pelo Ministério da Justiça de uma determinação desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela postura com relação a estes episódios do Supremo Tribunal Federal, não podia esperar de V. Exa. posição diferente por conhecê-lo e ter participado com V. Exa. de outras CPIs e CPMIs. E acho muito importante que o Congresso Nacional tome uma posição. Eu desconheço indignação seletiva, a gente não pode se indignar com relação à decisão, seja a oposição no momento e a situação no outro. O que está acontecendo aqui é a usurpação dos poderes do Congresso Nacional.

Na democracia, se pressupõe a alternância de poder. Hoje uma decisão dessa do Supremo pode atender a um grupo político, mas, na mudança de Governo, ela deixa de atender, e esta Casa perderá uma das prerrogativas mais importantes que são as CPIs e as CPMIs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, é importante que todos nós estejamos unidos nessa troca de forças, nessa busca de força com o Supremo Tribunal Federal. Não podemos admitir decisões do Supremo dessa magnitude.

Eu fiz uma pesquisa: não existe no histórico destas Casas – seja o Senado, seja a Câmara – decisão do Supremo que impeça a vinda de um depoente convocado por uma CPI ou CPMI. Está se inovando. Como sempre o Supremo tem nos surpreendido.

Então, é importante que, independentemente de oposição ou situação, este grupo de Parlamentares, que esta Casa, que o Supremo Tribunal Federal, entendam que nós não iremos admitir mais decisões como essa. E V. Exa. toma a decisão correta: pedir à Ministra Rosa Weber uma audiência. Nós todos vamos a essa audiência questioná-la dessas decisões do Supremo e, mais do que isso, instar os Presidentes do Senado e da Câmara para que façam essa ADPF, para que isso não volte a ocorrer, sob pena de o Congresso Nacional ficar cada vez menor, menor e menor, não tendo o respeito da sociedade.

Por isso, parabéns a V. Exa.

Eu faço aqui um clamor, um chamamento...

(Soa a campanha.)

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – ... à consciência de todos os colegas aqui presentes, porque isso aqui, uma decisão do Supremo dessa, não atende oposição nem situação, atenta contra o Congresso Nacional e as nossas prerrogativas.

Por isso, Presidente, parabéns, e conte comigo nessa luta contra esse absurdo que nós temos observado do Supremo Tribunal Federal com relação ao funcionamento desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Eu estava, esta semana, me recordando de episódios tristes que a gente já viveu neste Senado, de agressões contra esta Casa, a Câmara dos Deputados, e citava o nome de V. Exa., quando eu, Relator da reforma da previdência, estava tendo uma muito produtiva reunião para tratar do direito dos policiais na Liderança do Governo – eu, o senhor e o então Líder, Aguinaldo Ribeiro – e, enquanto fechávamos o acordo, policiais invadiam e quebravam aqui toda a Chapelaria, desfazendo justamente tudo aquilo que nós estávamos acertando naquele dia.

É por isso que eu estou entrando com um projeto de lei para incluir o ataque violento à sede dos três Poderes em crimes de terrorismo.

Eu quero passar a palavra agora ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – MUITÍSSIMO obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que reconhecer, é uma questão de justiça reconhecer o quanto o senhor tenta ser... busca a imparcialidade aqui dentro desta Comissão.

Agora, eu aprendi, lá no Nordeste há um ditado popular que diz – o nosso Nordeste –, que quem muito se abaixa, o fundo aparece.

Nós, todos nós, minha querida Deputada Laura, estamos dando razão – não é de hoje –, estamos dando cabimento para o que o STF faz com esta Casa. Repito: não é de hoje. Eu cheguei em 2019. As invasões de competência, a usurpação tem ocorrido.

E eu fico me perguntando... o Deputado Aluisio Mendes foi muito feliz na colocação. Indignação coletiva, a essa altura do campeonato, me parece algo irracional – irracional.

Direitos humanos são seletivos também. Cadê a oitiva de presos que a base do Governo Lula não quer ouvir os advogados que tiveram seus direitos desrespeitados, acesso aos autos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ninguém aguenta mais briga política neste país. É lulista, é bolsonarista, é o que mais?

É jogo de narrativa. Vamos parar com esses rótulos! Vamos nos respeitar uns aos outros! O respeito é a regra da boa convivência, Sr. Presidente. E o que a gente está vendo é que nós mesmos não estamos nos respeitando quando, por exemplo, numa Comissão que é para investigar o dia 8 de janeiro, nós temos Parlamentares que não querem investigar o dia 8. Essa é a grande realidade.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não trazer a Força, o Comandante da Força Nacional de Segurança, é uma vergonha para todos nós.

Que a Senadora Eliziane tenha uma posição política, e todo mundo sabe que ela é ligada ao Governo Lula, ao Flávio Dino, isso não é... Eu respeito demais a Senadora, mas isso é fato. O que a gente está vendo aqui é uma blindagem da base do Lula para não investigar os poderosos, para não saber por que a omissão foi tão escancarada no dia 8. O Brasil precisa saber disto: por que foi.

Por que a gente não traz o Sr. Glauber Amorim, que é o assessor direto do Ministério da Justiça, tem requerimento para ele, que recebeu 33 alertas?

O Ministro Raul Jungmann – para encerrar, Sr. Presidente –, eu tenho o maior apreço por ele, foi Ministro no Governo Temer, um homem que entende profundamente de segurança também, um humanista, deu uma entrevista na CNN falando que não tinha o menor cabimento, com as reservas que tem de pelotões, no Palácio do Planalto, ter entrado alguém ali. Então, deixaram entrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também que olhar a omissão, assim como a ação a gente deve olhar e punir, mas parece que o STF não está nem aí para gente, que já está condenando todo mundo, já está julgando.

Esta Comissão realmente deu uma desmoralizada perante a opinião pública, e a gente compreende isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, antes que me destituam da possibilidade de investigar, e aqui todos nós temos a mesma qualidade, todos somos Parlamentares, todos temos o dever de investigar – a Relatora, por acaso, relata, mas ela não é maior ou menor que nós, só para deixar claro isso –, então, antes que... Na sexta-feira, Sr. Presidente, eu fiz questão de registrar que eu tive o aniversário de 400 anos da irmandade de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro, e lá encontrei o que será depoente nesta Comissão, Braga Netto, General Braga Netto, o cumprimentei e fiz questão de sentar numa outra mesa para que não restasse qualquer dúvida sobre qualquer tipo de contato.

Mas, Sr. Presidente, em matéria de hoje, acho que esta Casa está virando, esta Comissão está virando alguma coisa muito esquisita, então é melhor a gente registrar. Bom, mas queria, Sr. Presidente, primeiro, dar uma notícia: o mesmo Ministro, Ministro André Mendonça, que impediu a nossa audiência de hoje, acabou de autorizar, de negar um *habeas corpus* ao Ministro G. Dias para comparecer à CPI do MST. Enfim, negou. É no final de julho, que seja.

Aí eu fico imaginando: como é que ele nega...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não! Dois pesos e duas medidas. O que significa dizer, Sr. Presidente – eu não estou aqui para discutir mérito do Supremo –, que as decisões estão sendo políticas e não jurídicas. E isso é muito grave.

Então, não é só a minha solidariedade a V. Exa., eu acho que é mais do que isso. Eu acho que todos nós, esta Comissão, deveríamos, junto com V. Exa., ir ao Presidente do Senado Federal, para que nós tomemos uma atitude enquanto Poder. O Congresso Nacional não pode perder sua prerrogativa de fiscalização, não pode perder sua prerrogativa de...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... de investigação, porque essa é a nossa atividade precípua. Se nós não pudermos ouvir os convocados de uma CPMI, você limita o Poder Legislativo, limita a nossa atribuição, e isso o Supremo não pode fazer.

Então, Sr. Presidente, minha solidariedade. Não há aqui que discutir os convocados. Eu ouvi aqui um... O Supremo não adivinha as perguntas; quem decide como convocar e quem convocar é o Parlamento. Como vai investigar, é esta Comissão ou as Comissões de Inquérito... Não faz nenhum sentido essa ingerência, Sr. Presidente.

Então, dois pesos e duas medidas demonstram que não é só uma violação à democracia e à independência dos Poderes; é uma violação política do Supremo Tribunal Federal, e, contra política, só os políticos. Portanto, nós temos que nos manifestar diretamente ao Presidente da Câmara, e, depois, todos nós, com certeza, estaremos – não é, Ministra Rosa Weber? –, acompanhando V. Exa., que está fazendo um excelente trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tenho aqui uma matéria, dizendo que, no dia 8 de setembro de 2023, um Ministro do Supremo Tribunal Federal, acusado aqui de ultrabolsonarista, não sei o que esses adjetivos que utilizam, teria impedido servidores de irem à CPMI, à CPI do MST.

Eu queria saber com o senhor, perguntar ao senhor se podemos, nós, da oposição, fazer uma convocação para o Marcelo Odebrecht vir aqui falar da lista dos codinomes do departamento de propina. Sabe o que o senhor vai me falar? "Seif, não tem nada a ver com a CPMI."

Então, nós precisamos respeitar também que o Supremo Tribunal Federal está vendo que muitos depoimentos e muitas convocações, infelizmente, Sr. Presidente, estão sendo totalmente fora de escopo. Cadê o Cappelli? Cadê o Dino? Cadê o chefe da Força Nacional?

E eu queria também, Sr. Presidente, aproveitar esses minutos que ainda nos restam, e fazer um pedido para o senhor. Assim como o senhor mencionou, hoje, as nossas redes sociais são a forma de nós interagirmos, é a praça pública atual. As pessoas nos cobram, as pessoas pedem posição, as pessoas criticam, as pessoas elogiam nas suas redes sociais, nas minhas redes sociais e nas de todos aqui. E no que eu queria a sua reflexão? Veja: sete pessoas da Polícia Militar do Distrito Federal já estão presas, inclusive com perda dos seus salários; 280 homens...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... da Força Nacional estavam embaixo do Ministério da Justiça, e o Ministro Flávio Dino nada fez, nada procedeu, não utilizou a sua liderança e o seu cargo para evitar uma tragédia, que foi o 8 de janeiro.

O G. Dias, General G. Dias, conforme, inclusive, depoimento aqui do Dutra, na semana passada, apesar de todas as minhas críticas ao General Dutra, falou: "O Plano Escudo não foi ativado".

Ele, Sr. Presidente, o G. Dias, além das imagens da CNN, além das mensagens que já vieram à tona – os diálogos dele com o Saulo, em que ele falou "teremos problemas"... Ou seja: ele sabia que ia ter problema, não fez nada! E mais: adulterou, falsificou documentos para o Congresso Nacional brasileiro, além das omissões claríssimas!

Sr. Presidente, hoje, sem falta, protocolaremos... E isso é uma resposta à sociedade. Não pode a Polícia Militar do Distrito Federal... Pode ter cometido erros, mas eles estão pagando todo o pato e G. Dias está livre! Hoje, nós, da oposição, porque as pessoas nos cobram... E eu quero a sua reflexão! Pediremos, finalmente... Porque nós não temos voz de prisão, como as pessoas muitas vezes pensam. Isso cabe ao senhor, enquanto Presidente. Mas eu apelo para o seu bom senso de somente adulteração dos documentos para envio para este Congresso Nacional já ser motivo suficiente para prendê-lo. Fora isso, os desmandos e os conflitos que aqui houve dos diálogos com o Saulo, mostrando a omissão dele...

E mais: o Dutra, semana passada, General vestido com a farda do glorioso Exército Brasileiro, dizendo: "Não houve acionamento do Plano Escudo". E mais – para finalizar, e agradeço ao senhor pela tolerância –: o General Dutra, que, mais uma vez, apesar de todas as minhas críticas a ele, tem mais experiência em questões de guerra, de golpe, de estudo, que todos nós, e falou por duas ou três vezes a outros Parlamentares aqui: "Não pode ser considerado golpe de Estado sem liderança, sem que o Presidente da República estivesse sentado e sem armas de fogo".

Então, Sr. Presidente, eu peço, hoje... Nós, da oposição, pediremos, hoje, a prisão finalmente do G. Dias, para mostrar um pouco de coerência contra o que está acontecendo com a polícia *versus* o Ministro da Justiça, que não mandou as imagens até hoje, vergonhosamente, e o que o G. Dias fez, já, comprovadamente, mentindo, adulterando, falsificando documentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... Senador Seif, só para ficar claro... Na fala do senhor, o senhor disse que eu tinha o poder para prender o Ministro Flávio Dino? Foi o que eu entendi...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Fora do microfone.) – Não, não. O G. Dias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O G. Dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O G. Dias poderia ser preso em flagrante delito, aqui, se ele mentisse, e isso não foi identificado durante o seu depoimento. Ele respondeu, da forma que ele achou conveniente, mas, objetivamente, não foi constatada nenhuma mentira que justificasse a sua prisão em flagrante delito. Então, eu não teria como fazer essa prisão, sob pena de estar sendo acusado de abuso de autoridade.

Como o senhor sabe, outros depoentes também estiveram aqui, o Governo solicitou que eu determinasse a prisão, também alegando que haveria, nas suas colocações, essa condição... Foi o caso, de que eu me lembro, por exemplo, muito bem...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Vasques.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Do Vasques e do Lawand, quando ele disse que aquelas mensagens que ele havia trocado com o Cid eram mensagens em que ele, na verdade, pedia que o Presidente Bolsonaro desse uma palavra para acalmar as pessoas e desfazer os acampamentos. Aquilo evidenciava uma mentira.

Eu, que nunca estudei como é que se avaliam provas, me levantei e me dirigi ao único, aqui entre nós, que estudou esse assunto com profundidade, que é o Senador Sergio Moro, que é um ex-magistrado, e o Senador Sergio Moro me disse: "Olha, Arthur, eu acho que seria um exagero determinar a prisão dele nessas condições".

Não foi isso, Senador, naquele momento da fala do Lawand? Não é?

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Sim. Não, perfeito.

Eu acho assim. O falso testemunho aqui tem que estar muito bem caracterizado para justificar para uma prisão, ou para alguém que se recusar... ao se fazer uma pergunta naquela situação de: "Ah, você é obrigado a falar", porque, a avaliação subjetiva do que corresponde à defesa da pessoa, nós não podemos inserir ali, entrar dentro da mente dele para saber se uma resposta circunstancial eventualmente não possa ser utilizada por uma... Não pode ser prejudicial ao direito dele à não autoincriminação. De fato, houve essa situação.

Mas, assim, só acompanho aqui, no caso, o Senador Seif – não na questão da prisão.

Mas um fato que foi destacado aqui pelo Senador Izalci que me parece bastante grave foi a constatação de que o Senador – desculpe-me –, que o General G. Dias forneceu o aparelho de celular. Foram extraídas as mensagens, e depois nós verificamos que ele apagou as mensagens que eram relacionadas aí ao dia 8, inclusive as mensagens que nós obtivemos através do aparelho do Saulo Cunha. Creio que isso tem que ser objeto do relatório da CPMI, que é um caso de obstrução da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não mais que 30 segundos.

Eu creio que é do interesse de todos, seja governista, seja oposição, fazer uma acareação aqui de G. Dias, Saulo, Dutra e Penteado, o que nós teremos outra oportunidade – outra. Só de falsificar documento para o Congresso Nacional, Sr. Presidente, já é motivo suficiente, quanto mais dizer que ativou o Plano Escudo, recebeu mensagens, apagou mensagens, e não ativou. E, mais, infelizmente o Ministro Dino, que se esconde atrás de membros desta CPMI, até hoje não enviou as imagens para nós, em total desrespeito a cada um de nós Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Veja bem, em relação à questão do celular do G. Dias, eu não tenho aqui nenhum motivo para defender o General G. Dias – eu nem o conheço. A única vez em que eu estive com o General G. Dias foi aquele dia em que ele se sentou aqui para prestar o seu depoimento. Entretanto, ele foi solicitado pelo Senador Izalci: se ele, independentemente de um requerimento aprovado pelo Plenário desta CPMI, concordava em entregar o celular dele. Ele entregou. Do celular foram extraídas todas as mensagens.

Agora, ele não cometeu crime se ele previamente apagou as mensagens que ele desejou apagar. Isso não é crime, pelo que eu saiba não é crime. Eu, por exemplo, um tempo atrás, meu celular estava cheio, eu apaguei tudo que estava no meu celular.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu só estou colocando isso...

Cada um vai poder falar na sua hora, por sinal eu vou passar justamente a palavra agora para o próximo orador inscrito, que parece que quer se manifestar sobre esse assunto, que é o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu não iria falar nada sobre isso...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas é porque a fala de V. Exa. é muito, muito grave, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Só para constar, Sr. Presidente, que desde a reunião anterior foi falado aqui que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu também tenho um monte de coisa para constar aqui.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... mesmo não tendo aprovado o requerimento do Sr. G. Dias...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem que seguir a inscrição. Não dá para ser assim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... mas se o senhor puder conferir com a assessoria de V. Exa...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu vou falar também.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Na primeira rodada que nós fizemos de aprovação aqui de requerimentos, nós aprovamos, sim, a quebra de sigilo telemático do Sr. G. Dias. Então, se o senhor puder, de repente, constar aí com sua assessoria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quebrou... não incluía as redes sociais dele, segundo aqui... Mas eu vou... V. Exa. cheque esse requerimento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Marcos Rogério.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Também quero fazer um esclarecimento depois, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pela postura de defesa desta CPMI, inclusive quando o faz sobre a Relatora. Não se aplica impedimento ou suspeição, obviamente, em processo político, e CPI é um processo político, de controle – controle político da administração. Assiste razão a V. Exa.

Agora, qual a autoridade ética e moral de um relatório de quem assume uma posição de base de Governo na condição de relatoria, de quem manda chefe de gabinete se encontrar com testemunha-chave no âmbito de CPI, e de uma CPI que escolhe não ouvir o comandante da Força Nacional, com todas as informações e as evidências de que dispomos, sendo parte central nesse processo investigativo? Indago: qual o valor moral, qual o valor ético, qual a autoridade de um relatório produzido no âmbito dessas circunstâncias?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao passo que concordo com V. Exa... Quando afasta qualquer tentativa, provocação quanto a impedimento ou suspeição da Relatora, assiste razão a V. Exa., como assiste razão também a esses membros da CPI ao questionarem a autoridade do produzido a partir das circunstâncias que verificamos.

Sr. Presidente, eu concordo também com V. Exa. quando faz a defesa dessa CPI contra atos, decisões do Poder Judiciário que extrapolam...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... os limites da separação de Poderes, embora o caso concreto de hoje me parece ser o caso de fuga de objeto: CPI tem fato determinado, prazo determinado, obrigações próprias e instrumentos próprios. Agora, eu não vejo esta mesma base governista, no âmbito dessa CPI, que questiona a decisão do Ministro André... E quero dizer: acho que não contribui com a discussão no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito esse tipo de decisão. Assiste razão a V. Exa., mas os governistas que aqui estão e lamentam e reclamam e brigam não fizeram a mesma coisa quando o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, num canetaço, impediu a vinda de Rui Costa à CPI do MST. E aí eu pergunto: dois pesos e duas medidas?

Então, com todo o respeito, reitero: V. Exa. tem razão quando defende o papel dessa CPI – e, às vezes mesmo discordando, mas eu defendo a mesma coisa. Eu acho que o Supremo Tribunal Federal tem que tirar um entendimento uniforme em relação a isso. Embora a decisão do Ministro André esteja lastreada em precedentes do Pleno do Supremo Tribunal Federal, eu acho que essa é uma questão que o Supremo Tribunal Federal tem que decidir de maneira uniforme para não fazer isso dentro da visão de um ministro de um jeito e de outro ministro de outro jeito. Isso não contribui para o processo político investigativo que cabe a uma CPMI.

Mas cumprimento V. Exa. pela postura firme que tem, sempre, na defesa do papel de uma CPI como esta e da autoridade do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o próximo inscrito, Senador... Deputado Pastor Henrique Vieira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente, só para informar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Não, eu até tinha pedido ao Deputado Henrique para falar sobre isso, porque eu já tinha falado. Mas só para informar o seguinte: esta CPI pediu imagens de várias instituições. Secretaria de Segurança Pública não mandou nenhuma; Alvorada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não mandou nenhuma; Ministério da Defesa não mandou nenhuma apesar da solicitação. O argumento é: imagens apagadas por conta do contrato. A mesma argumentação no Ministério da Justiça, que ainda mandou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, eu não vi ninguém dizer isso aqui. Ninguém reclamou que a Secretaria de Segurança Pública não guardou as imagens do dia 8 de janeiro. O Palácio Planalto também não mandou com a mesma argumentação do contrato. Então, é bom que isso fique claro para parar esse tipo de argumento com alvo único, que é um alvo único político que tem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra o pastor... O Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Sr. Presidente, só para saber qual é a sequência que está sendo seguida...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Na sequência, aqui está o Deputado Marcon, o Deputado Ramagem, o Deputado Paulo Magalhães e o Deputado André Fernandes. E havíamos combinado que encerrávamos as inscrições por aí. Depois apareceram aqui solicitando novas inscrições alguns Srs. Deputados. Eu acho que é razoável. Em respeito à presença de todos aqui, três minutos não vão mudar a vida de ninguém. Então, em respeito a todos que chegaram aqui, devo passar... Tem aqui inscrito mais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A minha pergunta é se os que se inscreveram tempestiva e antecipadamente fazem parte dessa lista.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Na verdade, V. Exa. – me informa aqui a mesa – houvera feito a inscrição para oitiva. Como a oitiva não aconteceu, restou vazio o objeto da sua inscrição. Portanto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, pelo menos...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente, eu cedo a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não precisa. O Senador vai poder falar.

Mas vamos lá.

Com a palavra agora o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero manifestar solidariedade à sua posição. É prerrogativa do Parlamento legislar e fiscalizar, e essa decisão do Ministro nos impede o exercício legítimo da nossa função de fiscalização, especialmente de uma CPMI. Então, concordo com o encaminhamento de procurar a Ministra Rosa Weber e colocar o nosso pleito. E acredito que a sua Presidência precisa ser respeitada.

Além disso, eu queria dizer o seguinte: a extrema-direita parece viver, Jandira, numa espécie de mundo paralelo, como se o dia 8 de janeiro fosse uma aleatoriedade completa. Nós aprovamos um plano de trabalho apresentado pela Senadora Eliziane numa perspectiva de uma cronologia do golpe, de um contexto contra o golpe. Agora, olhe que interessante: as primeiras decisões do STF confirmam esse plano de trabalho, as hipóteses levantadas e a linha de investigação. Ali está se falando em tentativa de golpe de Estado, abolição violenta contra o Estado democrático de direito, associação criminosa. Vai muito além da visão de um Deputado ou outro ou das hipóteses levantadas pela Senadora, é já decisão do STF.

Agora nós já temos delação premiada do Mauro Cid; Silvinei Vasques já foi preso; Anderson Torres, preso e agora com medida cautelar; cúpula da PM presa... Ou seja, eu nem separo mais base governista de oposição. Eu, sinceramente, separo base democrática, em que diversidade é possível e plausível, e uma base completamente extremista com uma narrativa falaciosa, sem nenhuma base na realidade. O STF já acabou de decidir as primeiras condenações. Lá está tentativa de golpe de Estado, abolição...

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... violenta contra o Estado democrático de direito e associação criminosa. Então, olha só, toda solidariedade à Relatora, porque aqui há uma mescla de misoginia com desespero. É uma síntese. E é funcional, para causar o caos e tentar desviar o foco.

A linha que nós estamos apresentando aqui está sendo confirmada. Eu diria que, ao contrário, a CPMI não está sendo desmoralizada, ela está... Na verdade, as decisões que estão sendo feitas estão confirmando que houve uma tentativa de golpe, uma tentativa de abolição violenta contra o Estado democrático de direito e associação criminosa, e que o dia 8 de janeiro não foi uma aleatoriedade espontânea. Então, solidariedade ao Presidente naquilo que ele propõe. E, Senadora, eles vão utilizar isso, numa mescla de misoginia e desespero, para tentar impedir o bom andamento dessa Comissão. Vamos até o fim, com consistência, com ética, com investigação correta e, para concluir, Presidente, apresentando um bom relatório para a sociedade brasileira, porque a tese falaciosa de um governo tentando dar um autogolpe que está caindo em completa desmoralização.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcon.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Semanas atrás, Sr. Presidente, eu mencionava para o senhor que esta CPMI iria terminar em pizza. Lembra disso, Sr. Presidente? Ia terminar em pizza. O senhor se ofendeu comigo e respondeu. E hoje o senhor vem na mesma toada, porque o senhor deu uma entrevista dizendo que a gente está brincando de fazer uma CPMI.

Eu quero lhe dizer que a pizzaiola está sentada ao seu lado. Ela foi colocada ali justamente para fazer um relatório enviesado. Se não, vejamos os fatos, não as narrativas. Parentes no Governo Federal. É verdade ou é mentira que a Senadora tem o marido e a irmã, no mínimo, no Governo Federal? É verdade. Comprovado. Está lá no Portal da Transparência.

Flávio Dino protegido pela Relatora. É verdade ou é mentira? É verdade! Não entregou as imagens. Aí vem a Deputada Jandira me dizer que ele não podia entregar porque foram destruídas as imagens, mas ele entregou de quatro câmeras, por causa do contrato. Ora, foi destruído, apagado, ou não podia entregar por causa do contrato? Tem que se decidir! Senão vocês mesmos se desmentem.

Mensagens com G. Dias. O chefe de gabinete da Senadora conversou com G. Dias. Isso não é narrativa, isso tem provas. Pode ali dar 350 voltas tentando explicar o inexplicável, mas o fato é esse.

Entrevistas. Quantas entrevistas já deu, de que há inúmeras provas para indiciar o Presidente Bolsonaro? Colega Flávio, se eu pedir para ela agora uma prova, ela não sabe, porque de todas que vieram até aqui, ninguém conseguiu juntar Bolsonaro com aquele fiasco do dia 8 de janeiro! Mas segundo ela, já no seu relatório haverá o indiciamento de Bolsonaro, porque ela percebeu inúmeras provas...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... do crime que o ex-Presidente cometeu. Mas faz silêncio quanto à Força Nacional estacionada do lado do Ministério da Justiça, a qual Flávio Dino, gestor da Senadora aqui, não fez nada para impedir os atos do dia 8 de janeiro.

Nós estamos discutindo aqui, Presidente, uma pizza. E por que o STF fez isso hoje? Porque o próprio Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, cancelou a vinda de Rui Costa para CPI do MST, alegando falta de fato determinado, a mesma coisa usada hoje pelo Ministro André Mendonça.

Se nós tivéssemos, nessa CPMI, seguido o que realmente interessa – não tentar criar narrativa de joia, de carteirinha de vacinação, de comer um pastel numa pastelaria que não tinha alvará, tudo para incriminar Bolsonaro... Não conseguem nada, ficam inventando. O fato determinado dessa CPMI é 8 de janeiro. Quando ouviremos Flávio Dino? Quando ouviremos o gestor da Força Nacional? Será que um dia ouviremos? Talvez não, porque o interesse da Relatora não é esse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, Sr. Presidente, fica aqui a minha palavra dizendo que o senhor até agora foi o mais correto: tenta trazer e manter essa CPMI no eixo; tenta trazer a todo custo o gestor da Força Nacional – e o senhor está colocando o seu na reta, indo contra Flávio Dino, para trazer esse cidadão aqui para depor na CPMI. Então, eu entendo o senhor preocupado de não entrar para história como alguém que foi o *pizzaiolo*. E o senhor não é! A *pizzaiola* está sentada ao seu lado. Se ela puder explicar por que o marido trabalha no Governo, porque ela trocou mensagens lá com o G. Dias...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Acabou o tempo, Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... a gente fica aqui para ouvir.

A gente vê que o pessoal está desesperado... Mas eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. citou a Deputada Jandira Feghali, que pede direito de resposta. Eu vou conceder a ela dois minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – São cinco, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não precisa, não... (*Risos.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para explicação pessoal.) – Precisa não? O senhor sabe o que eu vou dizer? (*Risos.*)

Presidente, primeiro eu fico imaginando se o Relator da CPMI fosse uma figura como essas que nos atacam aqui. O dia 8 de janeiro seria uma fantasia: não aconteceu nada, não houve tentativa de golpe, os três Poderes estavam íntegros; Bolsonaro não tem absolutamente nada a ver com isso. E o seu núcleo palaciano que está fazendo delação premiada para contar o que aconteceu sobre a minuta do golpe...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não ia responder das imagens?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador... Deputado...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ela não ia responder das imagens?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, por favor, por favor.

Conclua.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eles têm dificuldade com mulher. Mulher não pode falar nesta CPMI que eles se incomodam. É dificuldade com mulher, e ainda a gente vai descobrir o que é isso. Além da misoginia, obviamente, tem mais algum problema que a gente não sabe ainda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a delação está em qual linha? Golpe – eles estão delatando sobre isso, sobre a minuta do golpe e as Forças Armadas como Poder moderador. Eles estão delatando a corrupção. E a corrupção para quê?

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Para manter uma agenda golpista e contra os direitos do povo e contra a democracia. Estão delatando sobre o cartão de vacina, que foi um crime contra a saúde pública e contra a legislação. Eles estão delatando tudo!

E aqui há uma negação e ainda agredem de forma absurda a Relatora. "*Pizzaíolo*"? "O seu na reta"? Isso é linguagem de um Parlamentar dentro de uma CPMI? Isso é uma indignidade... Isso esvazia, fragiliza, agride a CPMI. É bom que prestem atenção, porque esse desespero vai aumentar, porque está tudo aparecendo. Está tudo aparecendo, e aí o desespero deles só vai aumentar – só vai aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De fato, todos nós temos que ser rigorosamente combativos contra qualquer invasão de nossas atribuições, invasão de poder, usurpação das competências do Legislativo. Agora, não se pode reclamar quando há erro trazido por esta Casa. Com toda a razão, o que nós estamos vendo é uma confusão entre testemunhas e investigados.

E esse precedente, Sr. Presidente, não se iniciou agora com o Ministro Kassio ou o Ministro André Mendonça. Esse precedente foi cunhado antes. Ministro Gilmar Mendes, na ADPF 444: o STF firmou o entendimento no sentido de que a condução coercitiva de investigados não é compatível com a Constituição Federal. É esse o fundamento de não estar se trazendo investigados.

Da mesma forma, a prerrogativa constitucional contra a autoincriminação impede o órgão competente, a CPI, na espécie, de impor a um investigado o dever de comparecimento para efeito de sua inquirição – Ministro Celso de Mello. Portanto, cabe a esta Casa, obstar – e, principalmente, os Presidentes das nossas Casas –, tomar providências para um aperfeiçoamento da persecução penal e dos ditames desta CPMI ou CPIs. Do contrário, ficarão palavras ao vento contra uma decisão já tomada e legislada pelo STF.

Da mesma forma, esta CPMI tem fugido completamente do fato determinado que está contido no art. 58, §3º, da Constituição Federal. É uma dificuldade tremenda de se trazer aqui o comandante da Força Nacional. Se colocar para discussão de Plenário, é ter a certeza que ele não virá. Enquanto que o Sr. Osmar Crivelatti...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... nada tem a ver com o 8 de janeiro. Sua vinda aqui é apenas por uma vinculação ao Presidente Jair Bolsonaro.

O Presidente Jair Bolsonaro esteve no poder por quatro anos. Após não sair vitorioso no pleito eleitoral, esteve ainda dois meses, até o final do ano. Quais foram seus atos governamentais contra uma ruptura, contra as instituições, contra a democracia, contra a Constituição? Nenhum. Pelo contrário, o Presidente Bolsonaro se reuniu com o STF. Há entrevista de Ministros do STF dizendo que ele declarou a derrota, promoveu a transição legal de Governo com seus ministros, e, dois dias antes da posse do novo Presidente, ele deixou o Brasil, não apenas deixou Brasília, mas deixou o Brasil, foi para o exterior, demonstrando não ter vínculo nenhum com a virada do Governo. Qual é a lógica? Não há lógica alguma de se vincular ao Presidente Bolsonaro o 8 de janeiro. Quer dizer que ele daria um golpe depois de estar quatro anos no poder? Não há lógica, não há nexos e não há qualquer suporte probatório.

Está claro que o Presidente Bolsonaro está sendo perseguido, se tornou inelegível por uma reunião com um encontro com chefes de Estado.

Agora o motivo da minha questão de ordem, Sr. Presidente.

Também manifestantes que nem entraram nos prédios públicos estão sendo perseguidos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Há nesta CPMI, ao menos, nada menos do que 134 requerimentos de quebra e relativização de sigilo, Sr. Presidente, sem uma mínima, sem nenhuma fundamentação, sem elementos indiciários mínimos, sem qualquer vinculação temática com a CPMI. Isso não afronta o fato determinado da CPMI apenas, mas também toda a legalidade, toda a doutrina e toda a jurisprudência do próprio STF.

Sr. Presidente, desses 134 requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, para concluir, por favor. V. Exa. já passou bastante.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Vou concluir, 96... porque é muito importante essa questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é uma questão de ordem, Deputado.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – É uma questão de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não é uma questão de ordem. Numa questão de ordem, V. Exa. trata do Regimento.

Eu peço que V. Exa. conclua a sua fala.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para questão de ordem.) – Eu vou fazer o meu pedido, que é uma questão de ordem, para o senhor decidir, por favor.

Noventa e seis desses requerimentos são de quebra de sigilo desde 1º de janeiro de 2019. Qual é o vínculo com o 8 de janeiro? Em janeiro de 2019, alguém queria fazer algum golpe? Em 2019, o Lula estava preso, Sr. Presidente.

Então, a minha questão de ordem é no sentido que sejam anulados todos esses 134 requerimentos, que nada têm a ver com o fato determinado desta CPMI, que, pela hipótese, se o senhor indeferir, nós iremos recorrer, porque é uma questão de salvaguarda da CPMI, para que nós não sejamos atacados pelo Supremo Tribunal Federal, e não apenas para esta CPMI, mas para as próximas CPIs que a sucederão, para que não sejam feitos como um instrumento de quebra da minoria e apenas como cortina de fumaça para se enviar e acabar com as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Obviamente, Deputado, que eu não vou... Não é que eu vá indeferir, eu vou desconhecer a sua questão de ordem, porque obviamente que esta Presidência não tem poder para anular o que o Plenário decidiu coletivamente, inclusive com o voto de V. Exa., porque esses requerimentos, na sua maioria, foram aprovados por unanimidade. Portanto, eu não posso ir contra o voto democrático que V. Exa., na condição de Parlamentar, após a esses requerimentos.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Presidente Arthur Maia, eu tenho que voltar aqui a uma máxima: só não mudam de opinião aqueles que não a têm. Aqui eu vi um figurão do Governo passado e até de Governos passados, que adotaram posições cruéis, hoje apresentarem posições de docilidade.

É por isso, Presidente, que faço questão de dizer que V. Exa. tem tido um posicionamento irretocável. Aqueles que tentam macular a sua postura não o conseguem, porque V. Exa. tem tido um posicionamento irretocável, preciso, duro, quando precisa, mas, acima de tudo, usando o seu saber jurídico.

É por isso que hoje fiz questão de interromper para pedir a V. Exa. que ouvisse e indagasse à Relatora se ela tem condição de apresentar o relatório já. Caso ela realmente tenha condição de apresentar o relatório, eu acho que V. Exa. tem que colocá-lo em votação, para que possamos aprovar esse posicionamento e, em seguida, votarmos o relatório.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos num processo de desgaste muito grande, não de V. Exa., mas de toda esta Comissão. Nas ruas, nós somos sempre indagados: "Aonde vocês vão chegar?".

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Eu digo sempre que isso aqui não é um circo, e V. Exa. não se proporia a comandar um circo. Eu, que conheço V. Exa. de perto e sou seu admirador... Apesar de adversário em alguns momentos da política baiana, sou seu admirador, e somos amigos. Por isso tenho certeza de que V. Exa. vai adotar esse posicionamento.

Eu gostaria de indagar à Relatora se ela tem condição de apresentar o relatório já na próxima semana. E aí, mesmo V. Exa. indo ao Supremo conversar com os ministros, acho que nós estamos num momento crucial, nós temos que apresentar um relatório para dar uma satisfação à sociedade brasileira. Nós não podemos ficar divagando, discutindo, alimentando o ego de alguns e tentando ludibriar o povo. Não. Nós temos que apresentar um relatório, Presidente, e tenho certeza de que V. Exa. vai trabalhar nesse sentido, apresentar um relatório correto, o relatório que o povo brasileiro está querendo, e nós vamos votar. Esse é o relatório de uma CPI presidida pelo baiano Arthur Maia, que, tenho certeza, vai vencer essas adversidades, esses momentos ruins com essa posição definitiva. Vamos apresentar na próxima semana o relatório e aí nós vamos votar e V. Exa. vai sair daqui endeusado pela seriedade, pela correção, mas, acima de tudo, pela humildade com que vem conduzindo os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Eu atribuo sempre esse exagero que V. Exa. faz em relação aos elogios à minha pessoa à nossa fraterna amizade. E é verdade, V. Exa. disse, a gente esteve grande parte do tempo em lados opostos da política, mas isso nunca impediu a nossa fraterna amizade, a amizade que tenho pelos seus filhos, pela sua família. Muito obrigado.

A Relatora certamente vai se manifestar para dizer se ela poderá, a data em que ela vai apresentar o seu relatório.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma pena, mais uma vez, na minha fala, a Relatora não se encontra presente. Eu não consigo entender como alguém que vai fazer o relatório sequer está participando na sua integralidade das reuniões desta CPMI. Não sei, mas, se por acaso o pessoal da mídia do Senado puder mostrar a composição da mesa neste momento, só consta na mesa o Presidente da Comissão Arthur Maia, mas a Eliziane Gama não está presente, e isso vem acontecendo dia após dia. É uma pena, eu até falaria algo aqui para a Relatora, mas ela não se encontra, então não vou falar para ela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, temos conversado aqui, temos falado constantemente sobre o fato de que G. Dias, ao entregar o celular para fazer uma cópia das mensagens de WhatsApp, apagou algumas mensagens e entregou de forma "voluntária", eu faço assim para dizer que é entre aspas. Houve posteriormente questão de ordem dizendo que o Sr. G. Dias não o poderia fazer, não poderia entregar o celular tendo apagado algumas mensagens. O Sr. Presidente veio e falou que, já que ele entregou de forma voluntária, a gente não teria prerrogativa para exigir que as mensagens estivessem na sua totalidade no celular, mas, na primeira rodada de aprovação aqui dos requerimentos, nós aprovamos o Requerimento nº 1.349, de autoria da Relatora Eliziane Gama. Eu juro que no momento talvez a estratégia do Governo fosse outra, mas, na primeira rodada de aprovação de requerimentos, aprovamos o Requerimento nº 1.349, que tratava sobre a quebra e a transferência dos sigilos telefônico e telemático do General G. Dias. E eu leio para V. Exa., no ponto A, fala em quebra e transferência dos sigilos telefônico, registro e duração das ligações, sejam eles das operadoras Oi, Claro, Vivo, TIM, Nextel, etc. Aí tínhamos o ponto B1...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... telemático, em que, no requerimento, pedia para o oficial Google Brasil para que a empresa fornecesse dados cadastrais, registros de conexões, informações de Android, cópia integral de todo o conteúdo armazenado no Google Drive, incluindo o *backup* do WhatsApp. Esse é o ponto B1. Aí vem o ponto B2, oficiando-se a empresa WhatsApp para que forneça, e lá embaixo tem inúmeras informações. Aí tem o ponto B3, oficiando-se a empresa Meta – a empresa Meta, para quem não sabe, é a que cuida de Instagram, Facebook e WhatsApp –, também para buscar mensagens privadas.

Então, esta Comissão aprovou essa quebra de sigilo telefônico e telemático, em que incluíam-se também mensagens de WhatsApp, *backup* de WhatsApp, mensagens da empresa Meta, mensagens do Facebook Messenger, mensagens do Instagram do G. Dias, enfim, tantas outras mensagens privadas. Não aconteceu, não chegaram aqui essas mensagens, e, quando o Sr. General entregou o seu celular, ele entregou tendo apagado algumas mensagens. Então, se esta Comissão não tem a prerrogativa e o poder de exigir que essas mensagens viessem na sua totalidade, então, desculpe-me, mas a CPMI para nada está servindo.

Então, Sr. Presidente, eu queria só que alguma atitude fosse tomada referente a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado André Fernandes, V. Exa. está correto. O Dr. Leandro me informa aqui que a dificuldade de cumprir esse requerimento é porque não havia nenhum telefone com o nome do Sr. G. Dias. Entretanto, é óbvio que o Sr. G. Dias, enquanto esteve trabalhando, deveria ter um celular institucional, e é óbvio que não é difícil identificar o número



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse telefone institucional que ele usava, até porque existem as mensagens que foram trocadas entre ele e o Dr. Saulo. Portanto, eu peço que esse requerimento que o Deputado André Fernandes acaba de ler seja dirigido ao número do telefone que consta da troca de mensagens que existiu nos dias que antecederam o 8 de janeiro entre o Sr. G. Dias e o Sr. Saulo, porque aí é fácil nós identificarmos. Certamente é esse o celular, por óbvio, que ele estava usando. Então, eu solicito que a CPI cumpra o requerimento aprovado nesses termos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para consignar, já que a V. Exa. está abordando esse assunto, e eu acho que é oportuno, agora há pouco, quando V. Exa. falou da questão de repente apagar mensagens, V. Exa. tem razão, mas, apenas para uma reflexão nossa, quando se trata de uma situação em que há um crime praticado e que o personagem do telefone tem informações que poderão ser objeto da investigação que já está em curso, o desfazimento dessas mensagens naquele momento não é uma opção. A preservação de provas, numa situação como essa, é obrigação de quem as tem, é diferente de alguém que não está no bojo de nenhuma investigação ou envolvido em qualquer ato, fato, que esteja sendo objeto de investigação. Então, apenas para consignar isso, para que não fique, no âmbito desta CPI aqui, uma defesa de que a destruição de provas, num ambiente como este, é algo regular e corriqueiro. Apenas essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Marco Feliciano. Isso é para V. Exa. não dizer que eu sempre nego os seus pedidos. V. Exa. já não poderia falar, de acordo com o acordo que foi feito, mas eu ultrapassei o acordo para garantir a importantíssima palavra de V. Exa., que sempre traz contribuições importantes.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu agradeço, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Acompanhada de bênçãos e absolvição.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Com certeza, o Presidente está sempre nas minhas orações, viu, Senador Amin?

Apesar de que eu poderia aqui contestar a fala de V. Exa., porque em todas as Comissões é dito que até uma hora, assim que é aberta a CPI, a gente pode se inscrever. Eu cheguei antes das 10h, uns cinco minutinhos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas o acordo suplanta tudo e a gente fez o acordo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Há um acordo instantâneo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É. O acordo suplanta isso, são os seus colegas todos de bancada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Está bom. Tem como repor meu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, restitua os três minutos do Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vinha – dentro do carro, saindo do aeroporto – ouvindo aqui os debates, e vi a questão de ordem feita pelos Senador Izalci a V. Exa., e é pertinente o argumento de V. Exa. de que não haveria aqui nenhum tipo de dispositivo legal para atender à questão de ordem do Senador a respeito da Relatora Eliziane Gama. Todavia, deveria haver, dentro da Relatora, que deveria estar aqui para ouvir, um dispositivo moral, porque já aconteceu, em outras CPLs aqui desta Casa, de um membro da Mesa ser pego trocando informações com um dos depoentes e ele, por hombridade, por caráter, por ética, simplesmente renunciar ao mandato. Aconteceu isso com o Deputado Paulo Pimenta, do PT, que hoje é Ministro, no dia 11 de agosto de 2005. Ele foi pego falando aqui pelos corredores – na verdade, não foi nem nos corredores, foi lá no subsolo do Palácio – com o membro... O Marcos Valério, o empresário mais falado, na garagem do Senado. Então, a Relatora, que não está aqui, mas deveria estar – ela sempre desaparece daqui –, deveria ter pelo menos um dispositivo moral dentro dela de dar essa satisfação a toda a população brasileira e a todos que acompanham esta CPMI, porque é notório: todos sabem que, desde o início da CPMI, desde a primeira reunião, ela se mostrou parcial. Ela é governista, ela não nega isso. Desde o primeiro dia, a sua primeira fala, ela já rotulou os manifestantes como golpistas. Um Senador aqui falou que, se ela quisesse apresentar o relatório, e se ela dissesse que o relatório não está pronto, eu tenho aqui todo o direito de achar que é uma mentira, porque o relatório dela já está pronto desde o primeiro dia, e incluir o Presidente Bolsonaro nesse relatório nada mais é do que uma grande injustiça.

Bolsonaro sequer estava aqui no Brasil, quando aconteceu isso. Quem deveria ter vindo aqui a esta CPMI e não veio, por exemplo, seria o Ministro da Justiça, Flávio Dino, para dar explicações sobre a questão das câmeras...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... das filmagens que desapareceram. Também, o comandante da Força Nacional, Sandro Queiroz, mas, infelizmente, o Governo, que tomou ponta e assaltou esta CPMI, tomando conta dele, não deixa que nós possamos trazer aqui pessoas que, de fato, têm algo a falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí acontece de a gente trazer para cá ou aprovar requerimentos de pessoas que sequer têm a ver com o tema da CPMI, como era o caso da pessoa de hoje, e isso deu ao STF o direito de achar que a pessoa não deve vir aqui, ou seja, a CPMI, infelizmente, Sr. Presidente, está desmoralizada, desmoralizada diante do público, diante do Brasil, diante dos membros desta Casa, porque ela não consegue trazer para cá as pessoas necessárias, porque o Governo simplesmente não deixa. E, com isso, nós damos ousadia ao STF para fazer o que fez, o que eu acho, também, que é lamentável. A pessoa vindo aqui contribuiria. Pelo menos a gente conseguiria aliviar aqui o fardo de pessoas a quem o Governo quer acusar, como, por exemplo, o Presidente Bolsonaro.

Eu quero terminar, Sr. Presidente, só recitando aqui um versículo. A Senadora sempre recita um versículo, e esse versículo vale para ela, para V. Exa. e para todos os membros desta CPMI. Colossenses, capítulo 3, versículo 25: "Quem cometer injustiça receberá de volta injustiça, e não haverá exceção para ninguém". Isso é uma palavra que está escrita na Bíblia e, com palavra da Bíblia, a gente não brinca, é muito sério isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, vou tentar ser bem direto.

Bom, estou de volta aqui, mas é para deixar claro que, no dia 14 de dezembro, o meu partido me colocou na Comissão Representativa. Na verdade, eu nem sabia que isso existia. A Comissão Representativa é uma Comissão que convoca ministros e, durante o recesso, encaminha a autoridades requerimentos de informações e tudo mais.

Quando houve o fato do dia 8 – e aqui eu cheguei no dia 8, à noite, e comecei, então, a levantar quem poderia ter prevaricado –, é óbvio que eu cheguei aos nomes dos ministros e, por isso, eu comecei a colocar publicamente quem prevaricou no dia 8. Mas isso não impede, não anula o fato de os extremistas terem coordenado para fazer invasão e destruição. O que acontece é que o Governo, o atual Governo, aproveitou, sabendo disso, e falou: "Deixem acontecer, porque nós, assim, vamos acabar logo com esses bolsonaristas". Então, não tem culpa de A ou B. Está, toda hora, todo mundo falando que o Governo não iria fazer golpe contra ele mesmo e tal.

Bom, o Ministro Alexandre de Moraes, ele, sim, com uma decisão monocrática, invadiu o gabinete de um Senador da República com o motivo de, por conta de uma *fake news*, porque eu disse lá no início que o Flávio Dino e o G. Dias sabiam o que iria acontecer no dia 8 – hoje, é verdade, mas, naquela época, ele botou no inquérito como se fosse uma mentira minha. Bom, na questão do documento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sigiloso da Abin, ele colocou como se eu tivesse vazado o documento sigiloso da Abin. Quando eu postei, já não era mais sigiloso, desde maio. E o Dino sempre usou como *modus operandi* dele a polícia. Quando ele era Governador, no Maranhão, ele usava a Polícia Civil; agora, como Ministro, ele tem usado a Polícia Federal, tanto é que, ato falho dele...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... numa última entrevista, ele fala no ouvido de um outro político: "Olha, eu não tenho dinheiro, mas eu tenho a polícia". E, de fato, no dia do meu aniversário, 15 de junho, ele faz o mandado de busca e apreensão embasado numa *fake news*. Entrou num gabinete de um Senador, na casa de um Senador da República, por conta de uma *fake news*, porque ele dizia que tinha vazado o documento da Abin que não estava mais em sigilo. Então, são erros graves de um Poder para outro. Imaginem eu determinando a um relator invadir o gabinete do Alexandre de Moraes para futucar, para ver se eu encontro algum documento para embasar, então, a minha invasão a outro Poder!

Então, nós temos que ter muito cuidado e, ao invés de, no Congresso, ficar, aqui, dentro desta Comissão, um batendo no outro, definhando, brigando, ofendendo, nós temos que estar preservando o nosso Congresso contra o próprio Ministro Alexandre de Moraes, que pegou o STF como refém. Não é nem o STF que está comungando com isso tudo que está acontecendo; o Alexandre de Moraes simplesmente também pegou o STF como refém e está usando para, então, invadir e não cumprir o que está na Constituição. Como nós é que fazemos a lei, eles protegem a lei e o Executivo executa a lei, nós temos que cobrar isso e parar de ficar aqui nesta Comissão um agredindo o outro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Então, para finalizar, eu só queria dizer isso aí: não tem... Foi uma oportunidade que o Governo atual encontrou, que os extremistas, quando perderam a eleição, encontraram, e tudo se juntou no fato do dia 8. Então, desde janeiro, vocês são testemunhas, que eu sempre soltei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... que eu sempre soltei para todos vocês quem eram, quem prevaricou, quem deixou acontecer, quem deixou quebrar e tudo o mais.

Então, é isso que eu queria dizer para vocês, dizer que, em nenhum momento, foi citado o meu nome. Eu saí para deixar na liberdade a CPMI, para levantar, caso aparecesse o meu nome em algum movimento. Não apareceu em depósito, não apareceu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu peço a V. Exa. que conclua. V. Exa. já falou o dobro do seu tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Então, está bom. Então, só vou... E como não apareceu o nome em nada, aqui eu estou de volta, para contribuir com a CPML.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Eu, concluindo aqui a resposta que eu fiz à questão de ordem oportuna, do Deputado André Fernandes... Todas as redes que o senhor pediu, de telefone, não tem problema; agora, o Google não responde aos pedidos da Comissão, porque o número de telefone não é identificado ou válido para o Google. Só é válido o *e-mail* ou o Imei.

Considerando que temos o Imei do telefone do Sr. G. Dias e que esse é o identificador válido, determino que a Secretaria realize a transferência do sigilo do Google, valendo-se do Imei, que foi registrado na apreensão do aparelho celular.

Eu passo a palavra agora ao último orador inscrito. Depois, teremos duas falas de liderança por três minutos hoje: o Senador Cleitinho, depois o Deputado Rogério Correia.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu realmente me inscrevi hoje muito cedo, porque cheguei cedo da minha cidade e me inscrevi para participar da sessão que houvesse; não foi para a sessão de audiência de A ou de B. Eu quero deixar assinalado aqui que esta CPI tem uma relação de dívidas. Não são dívidas suas; são dívidas da CPI.

Eu quero aqui deixar uma bem emoldurada: Força Nacional. O Governo se esconde covardemente da possibilidade de que esta Comissão saiba: havia uma Força Nacional, era de 240 ou de 250 homens, e ela não foi empregada. A que pretexto? Qual é a justificativa dessa omissão?

Então, eu quero deixar pontuados aqui, para tipificação do crime da omissão, primeiro, art. 301 do Código Penal: "Qualquer do povo [...] e as autoridades policiais e seus agentes [...] [poderão] prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito". Havia flagrante delito, e a Força Nacional desapareceu. Nós não podemos ouvir o chefe da Força Nacional, porque isso não tem a ver com o dia 8 de janeiro. O que tem a ver com 8 de janeiro é saber sobre joias, sobre quem vendeu ou quem comprou.

Segundo, mensagem do Ministro Flávio Dino, que deveria ter vindo aqui. Será que nós só vamos poder acareá-lo quando ele foi indicado para o Supremo? Não custa nada aguardar.

Além de todas as forças federais disponíveis em Brasília e da atuação constitucional...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... do Governo do Distrito Federal, teremos nos próximos dias o auxílio da Força Nacional. Assinei agora Portaria autorizando a atuação, em face de ameaças veiculadas contra a democracia". Dia 7 de janeiro, às 7h08 p.m. Portanto, sabia.

Segundo: a portaria, que eu já li aqui, e, finalmente, a então medida provisória, hoje lei de estruturação do Governo, que, no inciso XVI do art. 35, Das Atribuições do Ministério da Justiça, diz: "Defesa dos bens e dos próprios da União [isso é lei!] e das entidades integrantes da administração pública federal indireta" – direta e indireta é responsabilidade do Ministério da Justiça e da segurança pública.

Portanto, é uma omissão escrachada, e eu tenho certeza de que não vai fazer parte do relatório. Por isso, eu deixo aqui registrado, para, oportunamente, recorrer da omissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

V. Exa. não estava aqui no momento em que, em relação a essa justa solicitação de V. Exa., de que seja apreciado o requerimento que convoca o Comandante da Força Nacional, nós fizemos uma manifestação, dizendo que eu tenho tentado, de todas as maneiras possíveis, construir um acordo capaz de nós aprovarmos, de maneira unânime, não só esse requerimento, mas outros também, desejados pelo Governo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Desculpe interromper. Por isso, eu fiz questão de dizer: não é dívida sua, é da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas eu quero colocar que, inclusive – e citei, inclusive vou citar de novo –, que tive uma conversa muito produtiva, na semana passada, com o Deputado Rogério Correia, que está aqui na minha frente, com o Deputado Ramagem, que está aqui ao meu lado, e me passaram nomes que tanto o Governo quanto a oposição... Seis nomes, salvo engano: dois da oposição, quatro do Governo, para serem ouvidos até o final dos nossos trabalhos. Entretanto, não consegui, da parte do Governo, o acordo para a apreciação para votarmos por unanimidade esse requerimento. Entretanto, esta Presidência submeterá esses requerimentos à votação em bloco, em bloco... Portanto, ou serão todos aprovados, ou serão todos rejeitados, na próxima terça-feira.

Então, se as pessoas aqui acham que realmente, depois de ter vindo aqui a Polícia Militar, ter vindo o Exército, que não vale a pena vir a Força Nacional, deverão votar contra o requerimento que traz a Força Nacional. Mas nós submeteremos esse requerimento à votação na próxima terça-feira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Por isso, eu quero só complementar, ratificar: eu não disse que a omissão era sua.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei. Eu sei. Eu sei disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu fui muito claro nisso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu sei, Senador. Eu sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas eu sei também, desde criança, que o diabo foge da cruz, e o diabo vai fugir dessa cruz. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá.

Bom...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, uma questão... Aliás, um pela ordem, rapidamente, meu querido Deputado Rogério Correia.

O senhor vai colocar na votação, na próxima terça-feira, tudo, todos os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Esses seis requerimentos que eu combinei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ah, meia dúzia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Meia dúzia de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Lado a lado.

Bom, então, agora acabaram os inscritos.

Falará, pela Liderança da oposição, o Senador Cleitinho; em seguida, pela Liderança do Governo, o Deputado Rogério Correia.

Três minutos do Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, servidores desta Casa.

Eu acho que aqui tanto base governista e oposição pensam igual em uma situação: a gente descobrir quem financiou, quem organizou, quem motivou e quem foi omissor. Aí, semana passada, eu vi um membro da Comissão aqui dizendo – comemorando – a questão da condenação do Aécio, que foi o primeiro a ser condenado, com quase 17 anos de prisão. Então, por que a gente não faz o requerimento aqui e convoca o Aécio para estar aqui? Já que... Eu estou até lembrando aqui que esse membro disse o seguinte: se esse Aécio pegou 17 anos, quem financiou e quem organizou quantos anos vai ter que pegar? – e comemorando. Então, se quer tanto descobrir quem organizou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que todos nós aqui, tanto quem é da base governista, quem é da oposição, temos a obrigação de fazer um requerimento aqui e convocar o Aécio e convocar os outros que estão sendo condenados. Eles poderão falar para gente aqui, Presidente, quem é que motivou, quem é que financiou, quem é que organizou, porque, desta CPI aqui, na boca do povo aí, ficam falando que vai terminar em pizza. E a gente não pode deixar isso acontecer. Se a gente quer tanto descobrir quem é que organizou isso aqui, por que não traz o Aécio aqui? O Aécio pegou 17 anos de prisão – 17 anos de prisão! Quer dizer, ele é quase organizador de tudo que aconteceu no dia 8. E não vai trazer o Aécio, que já foi condenado aqui? A gente tem a obrigação, tanto a base governista aqui e tanto a oposição, de fazer isso, porque, olha, gente, uma coisa que eu tenho na minha vida é a questão de ser justo e brigar para combater a injustiça. O que estão fazendo com a questão do ex-Presidente Bolsonaro... Para quem está acompanhando aqui, se não se identifica com ele, não gosta dele, tudo bem, mas todo depoente que esteve até agora aqui não falou nada do Presidente Bolsonaro para colocar ele na questão do dia 8, para querer indiciar ele, para querer convocar ele aqui para o dia 8, cara! Até está aqui o Marcos do Val, que... Teve, até agora, saiu uma matéria aí, da questão da Polícia Federal, das mensagens do Marcos do Val com o Daniel, com a questão do Bolsonaro, e Bolsonaro fala: "Coisa de maluco!". Quer dizer, a hora em que foi perguntar trem do Bolsonaro, o Bolsonaro falou: "Coisa de maluco!", porque ele não concorda.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então, assim, vamos ser justos aqui.

Sabe, eu quero ser justo. Se fosse aqui fazendo injustiça com o próprio Rogério, que está aqui agora e que é da base governista, eu estaria aqui querendo combater a injustiça com ele. Eu acho que a gente, como político, tem que ser justo. Se a gente quer descobrir realmente quem quebrou isso aqui, quem organizou, quem financiou, a gente tem agora a obrigação e a oportunidade de trazer o Aécio, que foi condenado, novamente, a 17 anos de prisão. Eu falo novamente: vou comparar o Aécio com um político que pegou quase 400 anos de prisão: tinha que ressuscitar quatro vezes para poder pagar a pena, só que ele já está solto. Então se ele, o Aécio, que foi condenado e hoje está sendo condenado a 17 anos... Tem a obrigação de estar aqui para gente poder perguntar e questionar quem financiou, quem organizou e quem foi omissor. Aqui é obrigação da CPI, a população brasileira quer resposta. É feio para os Parlamentares aqui falar que esta CPI vai terminar em pizza.

Então eu conto com o apoio do Presidente aqui e de todos, quem é de direita e quem é de esquerda. Vamos convocar o Aécio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Cleitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para a Liderança da oposição, eu quero esclarecer o seguinte. Parece que não ficou clara a minha fala: o Deputado de Ramagem estava com uma dúvida.

Serão apresentados seis requerimentos na terça-feira, em um único bloco, que serão votados "sim" ou "não".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quem são os seis?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não tenho aqui na cabeça agora, mas Rogério Correia me indicou quatro nomes, você se lembra?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não são só nomes, mas tem outras informações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quatro requerimentos foram apresentados do Governo, dois da oposição. Eu não tenho aqui de cabeça, mas foi o que foi trazido pelo Governo e pela oposição.

Mas eu quero dizer o seguinte: ou serão aprovados todos, ou serão rejeitados todos. Não há possibilidade de aprovar os do Governo e rejeitar os da oposição. É tudo ou nada. Eu vou botar em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não tem destaque, não é, Presidente? Não vai ter destaque, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vai ter destaque, não vou admitir destaque. Vai ser votado coletivamente. Quem quiser aprovar, aprova; quem quiser rejeitar, rejeita.

Como a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Quanto é que o senhor quer apostar como vai ser rejeitado?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Ah, eu não acredito nessa hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu espero que prevaleça aquela mensagem bíblica. Eu estou aqui diante do meu Pastor Marco Feliciano, e meu pai – você imagine – sempre diz que ele queria morar no estado de Marco Feliciano para votar no Marco Feliciano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Olha isso!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Meu pai, aqui eu mando um beijo para ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Tem que se mudar para Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E quero dizer que o Marco Feliciano... Meu pai sempre fala da admiração que tem por ele.

Eu vou passar a palavra ao último orador inscrito...

Ah, sim, mas eu falei de Marco Feliciano para dizer que tem aquela palavra bíblica que diz que Deus pôs em nossos lábios a palavra da conciliação. É São Paulo, pelo que eu me lembre, não é, Pastor? Eu espero que isso prevaleça até terça-feira.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A primeira vez que o senhor me elogia, o Senador Amin não deixa o senhor falar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está vendo? Só não é verdade que é a primeira vez que eu o elogio.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Este que viria aqui hoje, Osmar Crivelatti, movimentou 2,7 milhões, diz o Coaf, que diz que isto tem indícios de lavagem de dinheiro. Mais um. Também assim está o Coaf do Mauro Cid, do Sargento Reis e de diversos outros que movimentavam as contas e pagavam as contas de Michelle Bolsonaro. Todos esses recursos não são só de joias. Havia aí um financiamento real do processo de golpe no Brasil. E quem buscou esse golpe, quem tentou executá-lo foram bolsonaristas.

O General Braga Netto veio aqui, e foi perguntado a ele o que faltava para ser o golpe, o que é um golpe? Ele falou: "A tomada dos três Poderes. Faltaram as armas". Mas o que faziam os bolsonaristas em frente aos quartéis? Pediam as armas. E muitos Deputados e Senadores incentivaram que eles fossem em frente aos quartéis pedir as armas. Então, é óbvio: junto com Jair Bolsonaro, houve toda uma tentativa de abolir o Estado democrático de direito. Por isso, a CPMI não vai dar em pizza. Ela vai apontar, assim como o STF tem apontado, não apenas os que executaram, mas aqueles que foram autores intelectuais.

Então, eu não tenho dúvida de que tanto aqui, na minha opinião, quanto no Supremo Tribunal Federal, o ex-Presidente Jair Bolsonaro estará neste inquérito de tentativa de golpe, porque era o principal interessado. E existe no Supremo um inquérito específico para aqueles que foram os autores intelectuais, e ele foi incluído pela PGR e pelo Supremo Tribunal Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por isso que está essa gritaria que os bolsonaristas fazem aqui, agora em conjunto com dois ministros que não querem que essas pessoas sejam ouvidas.

Então, alguém que movimentou 2,7 milhões não pode ser visto nesta CPMI? Isso não tinha nada a ver com a tentativa de golpe, sendo ele, colega de Mauro Cid...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que hoje conta tudo e que tinha o passo a passo do golpe?

Não pode ser ouvida a Marília, que é aquela que era do Anderson Torres, que não queria deixar nordestino votar, foi para Inteligência da Segurança Pública e permitiu que aquilo tudo acontecesse, não reunindo a segurança pública para tentar evitar o golpe?

É óbvio, estavam todos no esquema, também, da chamada minuta do golpe.

Então, pessoal, é isso que está acontecendo no Brasil. Agora, Presidente... Ou tentaram que acontecesse e foi evitado.

A Força Nacional de Segurança agiu assim que pôde agir, quando houve a intervenção, porque o Governador do Distrito Federal não tinha autorizado, e o próprio Ministro Alexandre de Moraes, lá no Supremo, disse que, sem autorização, o Supremo não permite isso, é cláusula votada no Supremo.

Mas eu termino apenas perguntando a V. Exa. como fica o calendário. Nós teremos o Wellington Macedo, que é o terrorista, que virá na quinta. Braga Netto está confirmado para o dia 5, Presidente? É a pergunta que eu faço. A ida da Rosa Weber e se nós já temos o Mauro Cid...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A ida da Rosa Weber, eu estou aguardando uma resposta da Presidente do Supremo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Tá.

Mauro Cid, se também ouviremos... Acho que é uma determinação que V. Exa. já tinha dado. E o relatório em si, se nós temos um prazo, uma data colocada, porque o relatório é que vai determinar se é pizza ou não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exato.

O acordo que nós firmamos aqui com a Relatora, que ela manifestou possível para ela, foi apresentar o relatório no dia 17 de outubro. Eu pretendo fazer um acordo de procedimento entre Governo e oposição, porque nós sabemos que dificilmente vai haver apenas um relatório. Acho difícil que o relatório da Relatora possa contemplar a posição aqui dos demais Deputados. Eu acho difícil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor disse que não vai haver uma proposta só de relatório.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho que vai ter um voto em separado, e nós temos que fazer aqui um acordo de procedimento para dar oportunidade também de a oposição fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Depois disso, vamos abrir o debate e depois a votação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso. Terá, no final, um relatório, que é o que vai ser aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sim, claro. Vai fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apenas para concluir o raciocínio, haverá um relatório ao final.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não uma proposta de relatório.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem voto em separado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Voto em separado é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o relatório que será oficial...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o da Relatora, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... é o relatório aprovado. Pode ser o da Relatora ou não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, claro que sim. Claro que sim. Mas V. Exa. sabe que, quando qualquer Relator – não é só na CPMI – apresenta o seu relatório, qualquer Parlamentar pode apresentar uma alternativa de relatório.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E, entre os dois, um será escolhido obviamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu entendi o que V. Exa. falou, mas é porque, às vezes, as palavras não colocadas exatamente são usadas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É isso. O diabo mora nos detalhes. O senhor está certo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apenas dizendo a V. Exa. que entendi o que V. Exa. quis dizer, mas, ao final, a CPMI terá um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É óbvio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... com discussão de relatórios alternativos. Cada um pode ter o seu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sem dúvida.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas terá um relatório votado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E aprovado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que é o que determina... E aprovado.

Eu só pediria a V. Exa. que, para esse relatório ser concluído com tudo isso que eu coloquei aqui, inclusive deste que não veio hoje, desses milhões que eles movimentaram em conta, não é possível terminar esta CPMI sem os RIFs aprovados também de Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro. Então, essa é uma discussão também que precisa ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não foram aprovados esses RIFs até agora.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim, mas eu acho que, para fazermos qualquer tipo de acordo – eu disse a V. Exa. –, este é algo essencial para que a gente vote os requerimentos na semana que vem. Isso foi dito a V. Exa. e eu não poderia deixar de colocar aqui o debate que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Senador, o senhor quer falar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, era apenas sobre essa questão dos relatórios. De fato, no âmbito de uma CPI, você tem um relatório, que é o relatório aprovado, objeto de debate e tal. Agora, no processado, você tem os votos em separado que são apresentados e, quando há encaminhamento do relatório, do processado pela CPI à PGR ou a outros órgãos de persecução penal, ação civil pública, enfim, todo esse conjunto é encaminhado. Então, agora,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão realmente vai discutir e votar um relatório, mas os demais votos em separado compõem o conjunto do processado pela CPI.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, sim, aí tem anexos e tudo vai, mas tem um relatório, que é o relatório oficial...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não há nenhuma controvérsia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que será a posição majoritária do Congresso Nacional – talvez o temor de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exas. estão falando a mesma coisa. Ao fim e ao cabo, a CPI apresentará um único e exclusivo relatório. É óbvio.

Bom, não havendo... Não havendo nada mais a tratar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Só a título de esclarecimento. Eu estava conversando aqui com o Deputado Marco Feliciano, porque, na última CPI de que nós participamos – não é, Senador Marcos Rogério? –, da pandemia da covid, nós tivemos alguns, Deputado Rogério Correia, relatórios lá. Teve o relatório da... Teve o relatório feito pelo Senador Renan Calheiros, teve o relatório feito pelo Senador Marcos Rogério, teve outro relatório feito pelo Senador Heinze e teve um meu.

Eu pergunto para o senhor: vão ser lidos todos e obviamente vai ser votado o um, não é isso? O que ganhar no voto, que a gente já sabe qual é o resultado – não é? –, pelo domínio da base do Governo Lula aqui, é que deve ser votado.

Então, só para discordar do colega, meu irmão querido Marcon, que ele sempre... Ele fala essa questão de pizza... Eu não gosto muito dessa coisa porque não é bom para nós, mas eu acredito que não vai acabar em pizza isso aqui. Eu tenho convicção de que não vai acabar em pizza. A investigação é uma pizza, porque só olha um lado. Mas não vai acabar em pizza porque o relatório da Senadora Eliziane vai ser carregando a tinta, não tenho a menor dúvida, com relação aos interesses políticos do Governo Lula.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas me permita... Já que entramos num debate que parece que podemos pedir um ao outro apartes, também faço um aparte. Acho que isso acontecerá porque ela está retratando a realidade, a verdade dos fatos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O.k. Mas sem ouvir o outro lado, né? Sem ouvir...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um minuto para V. Exa. e eu vou concluir a reunião.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Tá. Eu ouvi o Senador Marcos Rogério falando. Só queria saber. Todos os relatórios, independente do que foi aprovado ou não, são anexados e enviados para a PGR e para as instâncias? Todos ou não? Só são processados aqui. Enviado é apenas o... É só o que é aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, o processado vai ficar na Comissão e qualquer pessoa pode acessar. Agora, o que vai ser a palavra da CPI é o relatório aprovado. Agora...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Porque só esse que vai...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se V. Exa. apresentar um relatório, vai estar processado, vai continuar aqui no *site*, para que qualquer pessoa possa aprovar. Agora...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Era essa a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... a querida amiga e Deputada, baiana, ex-Prefeita Lídice da Mata, ela tem uma... Ela uma vez falou uma palavra muito sábia, bíblica, que eu incorporei ao meu costume político: "Cada dia sua agonia". Então, a gente não sabe quantos relatórios serão aprovados, porque serão apresentados. E aí, Senador Girão, quando nós soubermos quantos relatórios serão aprovados, nós faremos aqui um acordo de procedimento.

Claro que eu acho que é justo, se forem só dois relatórios, que ambos tenham direito a ler o seu relatório, pelo menos um tempo mais extenso do que simplesmente os 15 minutos para discussão. Então, vamos fazer um acordo de procedimento para que todos possam manifestar o seu ponto de vista, as suas conclusões. Eu acho que isso é próprio da democracia.

Coloco em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Nesse ponto, Presidente, eu faria uma ponderação a V. Exa. colaborando com a sua Presidência. Aqui tem Governo e tem oposição. De repente, mesmo o pessoal do Governo queira apresentar uma manifestação de voto. Mas não seria justo com todos os Senadores fazer... para cada um, abrir o tempo e tal. A oposição pode chegar ao entendimento de um membro da oposição...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ler o relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... fazer o voto em nome da oposição, o voto extenso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E na discussão todo mundo fala.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... sem a delimitação de tempo, como é o caso da Relatora. E os demais, o tempo limitado para todos fazerem a discussão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria que se remetesse ao Regimento Interno. Se tem voto em separado, é evidente, isso é previsto no Regimento. Vamos ver os prazos e discutir. Não estou dizendo que não pode haver um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo bem. Então, é como eu disse: "Cada dia sua agonia".

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Vamos esperar a apresentação desses relatórios para a gente poder tratar aqui, através de um acordo, um acordo de procedimento.

Eu coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 21/09, às 9h, neste mesmo recinto.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Cleitinho, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Davi Alcolumbre, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Duarte Jr., Amanda Gentil, Dagoberto Nogueira, Duda Salabert, Aluisio Mendes, Rodrigo Gambale, Delegado Ramagem, Rubens Pereira Júnior e Rogério Correia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às doze horas e cinquenta minutos, a reunião é suspensa. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Wellington Macedo de Souza. Finalidade:** Depoimento de Wellington Macedo de Souza. Oitiva do Wellington Macedo de Souza, em atendimento aos requerimentos 325/2023, 675/2023, 862/2023, 1153/2023 e 1909/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/09/21>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, na sede dos três Poderes da República em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Wellington Macedo de Souza, Requerimento 862, de 2023, que é convocado na condição de testemunha.

Esclarecimentos: por decisão do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, na Petição 14.424, de 2023, de 20 de setembro de 2023, foi informada a Comissão no seguinte sentido:

- a) Apresentado à CPMI, no dia 21/09/2023, às 9h (Plenário [...]), na condição de testemunha, tendo o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e à garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação;
- b) Assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI.

Ainda como esclarecimento, quero trazer a decisão do Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, no Habeas Corpus nº 232.842, Distrito Federal, de 20 de setembro de 2023. Foi informada a Comissão no seguinte sentido:

[...] defiro a medida liminar, em parte. O que faço para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe os direitos de: (i) não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha; (ii) não responder sobre fatos que impliquem autoincriminação; (iii) não serem adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente, ainda, o direito de assistência por advogado e de, com esse, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a referida Comissão Parlamentar [de Inquérito].

Antes de iniciar a nossa reunião, eu quero comunicar que ontem – já foi divulgado pela imprensa – nós desmarcamos uma reunião que havia sido solicitada por esta Presidência à Exma. Sra. Ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber. O motivo desse adiamento foi que nós, apesar de termos, naquele primeiro momento aqui, o pedido de vários Srs. Deputados que com razão solicitaram que nós fôssemos até a Presidência do Supremo Tribunal Federal, refletindo melhor, concluímos, como é óbvio, que não há nenhuma possibilidade de a Presidente do Supremo Tribunal Federal poder interferir em um processo cuja relatoria está submetida a um outro ministro. Então, iremos ao Supremo Tribunal Federal apenas para prestar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma queixa dentro de um processo que está tramitando dentro do Supremo Tribunal Federal, por mais que nós sejamos contra a decisão que foi tomada em desfavor desta CPMI, nós achamos inoportuno.

Esta Presidência já protocolou, desde a data seguinte ao dia de cada uma das decisões que foram apresentadas no Supremo, no caso da semana passada e desta semana, recursos pedindo aos Srs. Ministros que permitiram que os depoentes não viessem a esta Comissão que revissem a sua postura, a sua decisão e, caso entendessem que devem mantê-las, que levem essa decisão para a turma respectiva de cada um dos Srs. Ministros para que, de maneira colegiada, possa se tomar uma decisão final a respeito desse assunto.

Dessa maneira, eu agradei à Sra. Presidente pela atenção de ter marcado para ontem, às 16h, essa reunião, mas declinei do convite... Perdão, declinei desse encontro justamente pelos motivos que eu trago aqui neste momento.

Eu espero que tanto os Ministros que deram posição contrária à CPMI permitindo que convocados não compareçam como esses outros Ministros que estão aqui hoje, por exemplo, o Ministro Alexandre de Moraes e o Ministro Luís Roberto Barroso, também levem essas suas decisões imediatamente para as respectivas turmas, porque, à medida que essa decisão hoje tomada aqui pelo Ministro Barroso e pelo Ministro Alexandre de Moraes forem convalidadas, Deputada Jandira Feghali, obviamente a turma, de maneira majoritária, já mostra qual é a sua posição. O apoio a... A aprovação dessa decisão do Ministro Barroso e do Ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, na turma obviamente mostra que esta posição majoritariamente de permitir, ou melhor, de sempre agir no sentido de permitir que o réu venha, que o depoente venha, que possa usar do direito de ficar calado, mas que tenha a obrigação de vir, de fato seja a posição majoritária.

Independentemente de tudo isso, eu quero dizer que os Presidentes tanto da Câmara como do Senado, nesta semana, estavam em Nova York na reunião da ONU e devem estar chegando hoje. Eu procurarei tanto o Presidente da Câmara, Arthur Lira, como o Presidente do Congresso Nacional e do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, no sentido de solicitar a ambos que façam uma ação direta de preceito fundamental (ADPF), para que o Supremo se manifeste se pode ou se não pode proibir a vinda de um depoente convocado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isso...

Já está aí o depoente? (*Pausa.*)

O depoente está a caminho, mas eu peço que... Eu quero dizer que a presente reunião destina-se a ouvirmos o depoimento do Sr. Wellington Macedo de Souza, como já foi dito, e eu solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

Parece que ele está a caminho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou suspender a sessão por três minutos ou quatro minutos, que é a hora em que ele chega aqui; em seguida, retomaremos nossa reunião.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 9 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sr. Wellington, V. Exa. se compromete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal... *(Pausa.)*

Ah, tá.

A decisão do Sr. Ministro Luís Roberto Barroso dispensa V. Sa. de firmar compromisso como testemunha. Entretanto, o senhor pode fazê-lo voluntariamente.

O termo seria: V. Exa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber ou lhe for perguntado?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Não firmo o compromisso, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu passo a palavra ao senhor, assim o desejando, pelo tempo de 15 minutos. Se não, eu passo direto a palavra para o depoente... para a Relatora.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Bom dia a todos; bom dia à imprensa; bom dia aos nobres Parlamentares; bom dia, ex-Ministra Damares; bom dia, Deputado Marco Feliciano; bom dia, Deputado André Fernandes – cito alguns porque eu os conheço –; bom dia aos Srs. Deputados.

Sra. Eliziane, Presidente desta Comissão, aqui na mesa, obrigado pela oportunidade de poder estar aqui com vocês, e digo que eu vou colaborar com vocês, a partir do momento em que os meus advogados tiverem acesso aos autos acusatórios contra esta pessoa que aqui está, que até hoje não sabe por que tem pago um preço tão alto e tanta humilhação. Então, quando tiver acesso aos autos, vocês podem me convocar novamente aqui que eu vou colaborar com vocês.

Respeitosamente, é só isso que eu tenho a falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

Eu passo a palavra à Sra. Relatora, a Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados...

Sr. Wellington Macedo de Souza, o senhor tem 47 anos, não é isso?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Quarenta e oito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quarenta e oito anos?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o senhor, na verdade, é um dos três condenados pela tentativa de explodir uma bomba no Aeroporto Internacional de Brasília na véspera do Natal de 2022. Portanto, responde aí, é condenado, e respondeu por várias outras denúncias referentes especificamente a *fake news*.

Nós já ouvimos aqui o Sr. George Washington, que também foi condenado, e consta sobre ele que ele teria confeccionado a bomba que foi colocada no veículo com 60 mil litros de combustíveis, que poderia explodir ali nas imediações do Aeroporto de Brasília.

Sr. Wellington, eu vou lhe fazer aqui algumas perguntas, e aí o senhor vai, conforme a situação, nos respondendo ou não. Como já foi colocado, o senhor tem o direito constitucional que lhe assiste de manter, de fato, o silêncio.

Nós fizemos o levantamento, Sr. Wellington, no *site* do Tribunal de Justiça do Ceará, e lá nós localizamos várias ações ajuizadas contra o senhor. Há pelo menos cem registros de ações que foram ajuizadas. Eu diria quase que, na sua totalidade, são ações referentes a notícias falsas. Para além disso, nós... Isso aí é no Estado do Ceará, precisamente em Sobral. O senhor veio para Brasília, e aqui em Brasília temos um registro de que o senhor foi preso no dia 3 de setembro de 2021. Depois o senhor, na verdade, conseguiu o direito à prisão domiciliar, com direito à tornozeleira eletrônica. Na argumentação feita pela sua defesa, o senhor teria sofrido uma depressão e teria perdido aí algo em torno de 18kg. Na sequência, então, o senhor consegue o direito a esse regime domiciliar, precisamente no dia 15 de outubro de 2021, e permanece então com a tornozeleira eletrônica. E daqui a pouquinho nós vamos discorrer mais sobre o que se deu a partir desse momento.

Eu pergunto ao senhor, se o senhor puder nos explicar, por que tantas ações contra o senhor, precisamente sobre *fake news*, sobre notícias falsas?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Com todo respeito, Senadora, eu só vou colaborar com vocês depois que os meus advogados tiverem acesso aos autos de acusação contra a minha pessoa e eu tiver tempo suficiente para articular e conversar com o meu advogado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Wellington, temos, na verdade, a denúncia da PGR e aí depois nós tivemos, inclusive, o mandado de busca e apreensão, que foi decisão do Ministro Alexandre de Moraes, precisamente no mês de agosto de 2021. Mesmo assim, o senhor acabou, na verdade, insistindo e divulgando atos referentes ao Sete de Setembro de 2021, que o Brasil inteiro acompanhou, como se deu, claramente atos antidemocráticos.

Naquele momento, o senhor já vinha, na verdade, de várias ações judiciais, já vinha, inclusive, de mandado de busca e apreensão. Mesmo assim o senhor continua fazendo as divulgações referentes aos atos antidemocráticos e, portanto, na sequência, já mais na frente, culmina aí – na verdade, um pouco antes –, acabou realmente culminando com a sua prisão, obstruindo, naturalmente, uma ação mais intensa da sua parte referente ao Sete de Setembro, mas de que, naturalmente, várias outras pessoas, alcançadas, inclusive, por esse incentivo, acabaram participando.

Eu percebo claramente que, mesmo com o mandado de busca e apreensão, mesmo com prisão, mesmo com várias ações, o senhor continuou ali firme em relação a essa divulgação. Não havia, por exemplo, da sua parte, nenhum medo, nenhum tipo de temor, diante da ação da própria Justiça, de que poderia, inclusive, agravar e aprofundar em relação à evolução do tipo de prisão que o senhor estava sofrendo naquele momento?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Posso responder à senhora numa outra oportunidade, depois que os meus advogados tiverem acesso às investigações, às acusações e eu tiver tempo suficiente para conversar com meus advogados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu vou fazer só mais uma pergunta para você: definitivamente, você não vai responder nenhuma pergunta, Wellington?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A resposta, Senadora, é a mesma: eu só vou colaborar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nenhuma pergunta.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... com vocês quando eu tiver os meus direitos garantidos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Então, não vou mais lhe fazer as perguntas diretamente. Eu vou fazer apenas aqui alguns relatos. Se o senhor, na verdade, quiser falar, para a gente vai ser muito importante, e você poderá nos interromper aqui para fazer, de fato, as suas contribuições.

Eu queria pedir, então, aqui, a primeira postagem aqui, que é aquela postagem...

Pode soltar para mim?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer aqui um levantamento de como...

Aproxima aqui do lado. (*Pausa.*)

É, mas abre aqui. (*Pausa.*)

Ali, olhe. Veja só o que se diz no texto ao lado. Ele coloca a foto ao lado do Sérgio Reis e ao lado – abre um pouquinho mais –: "Nós vamos quebrar o inimigo". E aí ele vem, na verdade, com vários vídeos, inclusive com postagens do Sérgio Reis.

Eu vou ler aqui para vocês a denúncia da PGR. Veja só: segundo a PGR, eles teriam "convocado a população, [...], [por meio] de redes sociais, a praticar atos criminosos e violentos de protesto às vésperas do feriado de 7/9/2021, durante uma suposta manifestação e greve de 'caminhoneiros'".

E aí, nas convocações, viria o seguinte: "'todos os brasileiros, sem exceção' a irem a Brasília 'para fazer um grande acampamento' e exigir 'a exoneração dos onze ministros do [...] [Supremo Tribunal Federal]' e o 'julgamento' pelo Superior Tribunal Militar, contra os crimes que cometeram".

Aí ele cita o seguinte: teriam feito "um contato com 'o agronegócio', que irá 'apoiar sua causa', que pretende 'levantar empresários' para 'custear a viagem' de populares até a capital federal e que tem a pretensão de 'salvar o país [aí cita o termo] dessa carniça podre chamada ministros podres do [...] [Supremo Tribunal Federal]'".

E afirma então, na sequência, que só voltará para casa depois que tudo estiver resolvido.

Mais na frente... (*Pausa.*)

Exato.

Ele lembra que de fato é isto: a gente faz essa referência ainda lá ao ato de 2021, referente ao Sete de Setembro. Veja, nós estamos tratando de 21, já fazendo uma apologia, um incentivo claro em relação a atentados contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

Nesses pronunciamentos, ele diz o seguinte: "a pretexto de fazer um pronunciamento sobre uma suposta greve dos caminhoneiros, [chama] a invadir o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional e 'partir pra cima' do Presidente e do Relator da CPI da Pandemia" – nesse momento, ali atrás, havia em execução ali a CPI da Pandemia – "de modo 'a resolver o problema [...] dos combustíveis no Brasil'". Ou seja, em 2021, dois anos antes do ato do 8 de janeiro, nós temos, então, já o anúncio aí, por parte deles, de quê? De invasão do Supremo Tribunal Federal e também no Congresso Nacional.

Agora, vejam, nessas convocações, inclusive nesse chamamento, ele cita claramente essa invasão. O que me leva a crer, Jandira Feghali? É que o que aconteceu no 8 de janeiro parece que, lá atrás, no Sete de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Setembro, já era uma ação embrionária. Já se pensava, então, a seguir com este intento para se deprender claramente os prédios aqui da Praça dos Três Poderes.

Eu queria que se colocasse, inclusive, aí o vídeo do Wellington. Olha só o que ele já diz nesse vídeo lá atrás. Vejam.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entende? Ou seja, isso aqui é lá atrás, ainda em 2021. A tomada do poder, o acesso ao poder significa, sim, invadir a sede dos Poderes, fisicamente a sede dos Poderes na Praça dos Três Poderes.

Então, veja, em todo o processo, um outro ponto que é muito interessante em relação ao Sr. Wellington é que em todas as postagens – em todas não, mas na maioria absoluta das postagens do Wellington –, ele fazia sempre referência à busca de Pix. Em 7 de setembro de 2021, ele faz, inclusive, a divulgação de um Pix, e depois esse Pix foi bloqueado pelo Ministro Alexandre de Moraes. No dia 12 de novembro de 2022, ele também pede para a manifestação... para receber, na verdade, Pix e, portanto, fazer investimentos no acampamento, já no QG do Exército. Ele faz, então, uma nova busca.

Tem várias fotos, inclusive, ainda hoje das redes sociais dele próprio no Instagram, não é?

No dia 29 de dezembro de 2022, já foragido, ele mais uma vez... Ali são os Pix, na verdade, que ele apresenta, fazendo essa solicitação.

Nesse último Pix, ou melhor, nesse último vídeo, já no dia 29 de dezembro de 2022, ele posta mais um vídeo em suas redes sociais. Além de criticar o Ministro Alexandre de Moraes, ele também faz, mais uma vez, solicitação de transferências.

O que é que, na verdade, Rogério, nos coloca a necessidade de fazer esse aprofundamento? O acampamento, o QG, e não só esse QG, Jandira, mas todas as demais manifestações foram irrigadas financeiramente, elas foram financiadas. E me parece que, no caso específico aqui do Wellington, ele tinha uma missão voltada para a arrecadação financeira; ou seja, havia – e aí não apenas eles, outros mais, mas eu percebo no caso dele – uma ação mais incidente, sempre pedindo Pix, sempre pedindo algum tipo de arrecadação financeira para investimento em todas essas manifestações, Laura: a do 7 de setembro de 2021, a do 12 de novembro... E aí o pedido dele de 12 de novembro... Aí nós tivemos, depois, o 12 de dezembro, e o 29 de dezembro, ainda pedindo uma arrecadação quando ele já estava, de fato, foragido.

Agora, veja, nós fizemos aqui um segundo levantamento. O Sr. Wellington foi, na verdade, funcionário, ele trabalhou durante um período aqui no Ministério da Mulher, na função de assessor da Diretoria de Promoção, e recebia um salário, algo em torno de 10 mil. De lá até a sua prisão, não consta nenhum vínculo empregatício seu. Ele ficou ali desempregado, sem nenhum trabalho. Então, depois do registro de 2021, a esposa dele foi contratada como assistente administrativo com um salário de R\$4 mil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse primeiro salário dele, ele teve apenas seis meses de salário. A esposa manteve uma renda em torno de R\$4 mil, não é? Ele, inclusive, chegou a dizer que teria sido fraude, enfim, mas tanto ele quanto a esposa chegaram a receber o auxílio emergencial – ele, por 4 meses, e a esposa, por 12 meses.

Agora, veja, no meio de todo esse volume, desempregado, sem ter acesso a uma renda financeira que justificasse, em 2021, ele compra uma Mitsubishi Pajero Dakar – pelo levantamento, algo em torno de R\$100 mil –; depois, ele compra um Toyota Corolla, na ordem de R\$87 mil; e, em 2022, a sua esposa compra mais um carro, um Hyundai Creta, no valor de R\$150 mil. É bom lembrar que esse Creta foi o veículo que ele utilizou em relação ao atentado à bomba, não é? Foi exatamente esse veículo. Ou seja, em dois anos, eles compram só de carros, só de veículos o equivalente a mais de R\$300 mil. Quer dizer, de onde veio todo este volume financeiro para a aquisição de todo esse bem? Era uma pergunta que, na verdade, ele poderia, de fato, nos responder.

Vamos, então, na sequência.

No dia 7 de dezembro de 2022, ele participa aqui, na Câmara dos Deputados, de um ato chamado Carta Aberta ao Brasil. Nesse ato, Carta Aberta ao Brasil...

E aí a gente precisa entender, Randolfe Rodrigues, com quem mais o Wellington estava ligado. Ele era um lobo solitário ou ele tinha várias outras pessoas em torno dessa construção? Nós temos, então, nesse mesmo evento do 7 de dezembro de 2022, nós temos a presença do Sr. Alan Diego participando do mesmo ato.

Nesse mesmo momento, havia ali, houve ali a exposição de uma carta, não é? De uma carta, de fato, ao Brasil. E nessa carta... Olha o que se dizia na carta: “Caso não haja nenhuma manifestação do Senado Federal até [...] [o dia] 7/12/2022, hoje, e do presidente da República ou das Forças Armadas até o dia 8/12/2022” – eles dão mais um prazo de um dia –, “nós, o povo, sob a égide da soberania que nos pertence passaremos a adotar medidas com impacto nacional e, dessa forma, estabelecemos a data de 10/12/2022 para a tomada de Brasília e a paralisação de todo o Brasil” – 10 de dezembro foi exatamente dois dias antes do ato do 12 de dezembro, que foi exatamente a tentativa de invasão à sede da Polícia Federal.

Nós também fizemos aqui um cruzamento de dados, que eu queria... E a gente viu claramente o contato dele com o bolsonarista blogueiro, que inclusive, aliás, acabou sendo preso, o Sr. Oswaldo Eustáquio. Também, claramente, teve contatos com o cacique Sererê.

E veja, – eu quero até esse vídeo aqui mostrar –, no dia 5 de dezembro, houve uma tentativa de invasão no hotel Meliá, onde estava, naquele momento, o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Lá houve a presença, inclusive, desses outros atores que eu acabo de citar.

Veja o que diz lá o vídeo em que ele coloca o áudio, lá no hotel Meliá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, isso aí foi no dia 5 de dezembro. No dia 8 de dezembro, ele participa de um planejamento; ele participa, na verdade, da tentativa de invasão ao aeroporto de Brasília, onde claramente ali estava o Sr. Alan e também o índio Sererê.

Mostra o vídeo aí do dia 8 de dezembro.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, vamos lá. No dia 12 de dezembro, quatro dias depois, ele faz então esta postagem aqui.

Coloquem aí postagem. Deixem-me dar uma lida na postagem.

Estou precisando usar óculos, gente. Então, aumenta essa imagem aí para mim, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu tenho que consultar primeiro. *(Risos.)*

Vamos lá: "Brasileiros convocados e residência presidencial ocupada por milhares nesta segunda-feira [...]. Milhares de brasileiros começaram a chegar no Palácio da Alvorada desde a madrugada desta segunda-feira, dia 12. [...] meio-dia, já passa de 5 mil pessoas presentes [...] [numa área, deve ser, com uma área quilométrica] com uma fila [perdão] quilométrica para acessar aqui o local".

Aí, então, ele vai colocando exatamente essa presença de pessoas. Está lá: "O presidente Bolsonaro pode falar com a multidão novamente até o final da tarde. Pela primeira vez na história, as portas da residência oficial do presidente da república são abertas para o público. Centenas de pessoas passaram a noite no local. Eles trouxeram suas cadeiras, sombrinhas e dezenas de carregadores para celular foram disponibilizados na [...] [sombra, eu acho] de uma goiabeira [não é?]"

E aí ele fala que está lá fazendo essa cobertura.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Fora do microfone.) – Pede Pix.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mais uma vez pede Pix, é o que eu estou dizendo. Praticamente, praticamente em todas essas postagens dele, ele sempre vinha lá com esse pedido de Pix. Eu queria saber até se ele tinha uma missão de alguém para arrecadação de Pix, não é?

Vamos, então, aqui na sequência. Além da invasão na sede da polícia – aí é uma outra questão que seria uma pergunta para responder –, tem imagens dele participando da invasão do 12 de dezembro à Polícia Federal, mas aqui também ele faz um registro chamando para o Alvorada no dia 12. Então, fica a dúvida. Ele foi nos dois momentos? Ele estava no Alvorada e também estava lá na invasão da sede da Polícia Federal? Na invasão da sede da Polícia Federal, de fato, tem imagens dessa presença dele, mas eu não consegui ter imagens da presença dele lá no Alvorada, onde foi uma grande quantidade de pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos lá: no dia 12 de dezembro, nós temos, então, a tentativa de invasão à sede da Polícia Federal com a prisão do Serere. O que foi que aconteceu, Rafael, naquele momento? Em nenhum outro momento da história da Polícia Federal, houve a prisão de alguém que fosse levado para a sede da Polícia Federal, ou seja, no caso da prisão dele, ele vai para a sede da Polícia Federal e se cria, em torno da Polícia Federal, uma série de quebradeiras, uma manifestação que foi aquela que a gente viu, inclusive, com vários ônibus, na verdade, quebrados. O que é que acontece? Você tem, então, ali uma ação, depois, na sequência, que foi feita pela Polícia Civil do Distrito Federal e também pela Polícia Federal. Foi criado, inclusive, um relatório de inteligência da Polícia Federal que vem fazendo a identificação de vários criminosos presentes na manifestação do dia 12. E, entre esses vários criminosos, está a presença do Sr. Wellington. Veja, neste momento, ele já estava com tornozeleira eletrônica. Com tornozeleira eletrônica, cumprindo uma prisão domiciliar, ele já participa ativamente do ato do dia 12 de dezembro e não houve, na verdade, um temor da parte dele, claramente, de ser ali identificado, porque, se houvesse, naturalmente, ele não teria participado daqueles atos de vandalismo do dia 12 de dezembro.

Aí, veja, sai, então, um mandado de prisão contra ele pela invasão da sede da Polícia Federal. Junto com esse mandado de prisão, também um mandado de busca e apreensão. Ele, inclusive, faz um vídeo depois falando, de fato, dessa prisão.

Naquele momento, foram 11 mandados de prisão contra 11 pessoas. E aí algumas ficaram foragidas. E também, inclusive, ele não foi encontrado. E também aí contra 40 pessoas investigadas pelo 12 de dezembro.

Veja: do dia 12 de dezembro ao dia 24 de dezembro, ele estava com tornozeleira eletrônica; já havia, naquele momento, inclusive, por essa investigação um mandado de prisão contra ele, mas ele continua com atos terríveis, que foi o ato que, eu diria, é o ponto central da vinda dele a esta Comissão.

E aí veja. Eu quero pegar agora aqui algumas fotos, gente, só pra gente rememorar, porque nós já falamos, inclusive, desse ato aqui quando da vinda do George Washington. Vamos, então, aí na sequência de imagens. *(Pausa.)*

Vamos lá.

Esta daqui... Nós temos, na verdade, duas imagens: esta aqui que é de 3h15 da manhã do dia 24; e também esta segunda imagem. São duas imagens aí praticamente simultâneas. Nestas duas imagens, este veículo aqui é o veículo Creta, que é o veículo que ele utiliza, da esposa. Ora, vai cometer um ato de terrorismo e utiliza o carro da esposa! Então, ele vem com esse carro e se aproxima, então, da concessionária V12 Prime, que fica exatamente ali nas proximidades do posto de combustível.

A terceira imagem, esta imagem aqui, é do Detran. Esta imagem do Detran faz um apanhado por onde o carro Creta passou. E veja que ele circula... De 1h58 da manhã, Randolfe Rodrigues, até 5h44 da manhã, ele fica circulando na região. Este ponto aqui amarelo é exatamente onde ele fazia o percurso. Além



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fazer um ato criminoso, terrorista, ele, com uma tornozeleira eletrônica... Até ajudou, nesse caso, porque acabou se construindo esse monitoramento. Veja quantas vezes ele faz o mesmo percurso. Então, ele passa, gente, quatro horas rodando, tanto é que ele abastece o veículo para poder ter combustível suficiente.

Aí ele vem na sequência. Esse abastecimento aqui é exatamente por volta de 3h30 da manhã no Posto Shell. Ele abastece. Tem duas imagens aí: esta imagem e a outra imagem. A outra imagem... Esta e esta... Estas duas imagens. É exatamente, mais uma vez, o veículo Creta abastecendo. Consumiu tanto combustível – o que nos leva a crer: tentando ver qual seria o melhor local para colocar essa bomba nos arredores do aeroporto de Brasília – que teve que fazer um novo abastecimento.

Então, nós vamos agora para a imagem 7, que é a imagem do carro se aproximando, de fato, do caminhão. Então, o carro... Aqui está o caminhão do lado, e o veículo, então, se aproxima do caminhão. Naturalmente, eu estou supondo, de uma forma intuitiva, que, depois de localizar – "então, está aqui o melhor lugar" –, ele, então, leva esse veículo, o carro dele... Ele vai no veículo, no Creta, até o caminhão com 60 mil litros de combustível, né? Aí, então, ele pega e coloca o explosivo no caminhão.

Vamos lá. Aqui é o caminhão já com a imagem do outro dia, mas que aponta claramente onde estava a bomba, em cima do último pneu.

Segue lá mais outra imagem.

Veja, aqui é uma imagem ainda na madrugada. A caixa lá do explosivo, não é? A caixa de papelão com o explosivo ali na região do pneu, do último pneu do caminhão.

Vai lá na sequência.

Veja, bem aí exatamente onde teria sido colocado o explosivo com uma capacidade de impacto sem precedentes na história de Brasília.

Uma coisa que sempre me choca muito quando eu vejo essas avaliações é o pânico que eu vi na minha amiga Soraya, porque nesse dia, Jandira, o filho da Soraya estava desembarcando no aeroporto de Brasília. Imagina uma mãe acompanhar pela televisão uma bomba no aeroporto quando o filho está desembarcando. Então, imagino a sensação de pânico, de desespero, de fato, que a querida Soraya viveu naquele momento.

Agora, tem algumas perguntas, que o Wellington não vai responder, porque na verdade ele tem um direito que lhe assiste, né... Ele, na verdade, vem com esse Hyundai, com esse Creta, e ele vem com uma pessoa, isso é fato, um motorista do lado, um passageiro do lado, que a gente precisa saber, de fato, quem era esse passageiro e se havia mais outras pessoas dentro do Creta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O inquérito que foi feito pela Polícia Civil do Distrito Federal mostra claramente que havia mais uma pessoa. Então, seria muito bom se ele pudesse nos responder quem era essa outra pessoa que estava com ele no Creta. Se, de fato, ele estava como motorista ou como passageiro, não é? Além...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... é porque, na verdade... mas eu vou perguntar mais uma vez. O senhor estava dirigindo, o senhor era o motorista ou o senhor era o passageiro naquele veículo?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Quando os meus advogados tiverem acesso aos autos acusatórios...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele não vai responder.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... e eu tiver tempo de articular com a minha defesa, eu volto aqui e colaboro com o trabalho de vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá. Além do motorista, então, portanto, poderia haver mais alguém dentro do Creta, mais alguém dentro daquele veículo. E a pergunta aqui, Sr. Wellington...

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... o senhor foi cometer um ato de terrorismo! Colocar uma bomba nos arredores do aeroporto.

A gente precisaria entender se a sua esposa tinha conhecimento disso. Se ela cedeu o carro consciente do que o senhor ia fazer ou se ela não tinha consciência disso. Até acredito que poderia não ter consciência, porque é algo realmente com uma atrocidade vil.

Então, o veículo, na verdade, era da sua esposa. Ela teria ou não teria conhecimento? Ela consentiu ou não consentiu?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Minha resposta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu... Sim, é a mesma, de "não"? Então, não precisa mais responder, não. Se for dizer que não é... que não vai responder, não precisa repetir, para economizar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Fora do microfone.) – Às vezes, é diferente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Hã?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Às vezes, é diferente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu vou fazer a última pergunta: O senhor não se arrepende? A minha pergunta é muito clara. Apenas "sim" ou "não", até em nome da sua família. O senhor não se arrepende de usar o carro da sua esposa para colocar uma bomba dentro de um carro de combustível?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A resposta, Senadora, é a mesma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

Mesmo investigado, e vamos lá, na sequência, mesmo investigado – aí veja, ele continua, nesse ínterim, do dia 12 ao dia 24, participa do ato, lá na Polícia Federal; vem então, volta normalmente para o acampamento, Soraya, ele volta para o acampamento, normalmente; transita, inclusive com imagens...

Cadê a fotografia dele, depois, lá no acampamento?

Normal!

Tenta invadir a sede da Polícia Federal, vai para lá...

Essa fotografia é do dia 20 de dezembro de 2022.

Então, de fato, ele está lá. E lá, então, vem – porque na documentação, no inquérito policial, aponta a relação dele com o Alan Diego, que é o outro condenado...

Ali, no depoimento do Alan Diego, ele afirma, ele fala o seguinte...

Afirma em depoimento, na sede policial, que ligou para o Wellington. Então, o Diego liga para o Wellington e pede para levá-lo ao aeroporto, para implantar a bomba, no dia 24.

E aí, então, eles, na verdade, fazem uma combinação: "Olha, tem uma bomba aqui, feita, a bomba está construída, agora nós temos que levar a bomba para o aeroporto."

Pelas informações que nós temos, do inquérito, a bomba foi construída pelo Sr. George Washington.

Assim, uma coisa que é muito impressionante, Soraya, é que, diante de tudo isso: manifestação, prisão, mandado de busca e apreensão, tornozeleira eletrônica, manifestação... Faz tudo isso e ele continua, na verdade, com uma tranquilidade, que não seria impune.

Aí você entra, por exemplo, no Instagram do Wellington e você vai ver uma série de fotografias com as mais variadas autoridades, do ex-Presidente Bolsonaro, passando, por exemplo, por outros blogueiros que, inclusive, claramente, são investigados – Ministros e outras pessoas –, mas ele participando, numa verdadeira harmonia. Quer dizer, não me parece algo que encontrou na rua. Está ali, dentro de salas, enfim... Então, claramente, pessoas que o receberam e que ele então faz esse tipo de fotografia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí veja, ele então cria uma relação interna, dentro do acampamento, com o Sr. George Washington. E lá o George Washington partilha com esses colegas o arsenal bélico que ele tinha.

Veja só a quantidade de armamento que o George Washington tinha e que, na verdade, havia uma circulação, entre o George Washington e outras pessoas.

Cadê a fotografia?

Aqui, então, é esse armamento.

É um arsenal...

Eu estou com várias imagens – já, já, eu vou mostrar, inclusive essas mensagens. Mas antes de chegar às mensagens... Porque, assim, o tipo de conversa entre eles é uma coisa que você assistia na televisão, é coisa que você ouve e assiste na televisão, de jornais, de países que têm uma implantação fundamentalista, com ato de terrorismo frequente.

O tipo de compartilhamento de dados e de informações, já, já eu vou mostrar... Porque antes de mostrar essas conversas entre eles, por exemplo, o Álvaro Canevari e o Ermeto Silva dos Santos foram pessoas que tentaram, inclusive, comprar...

Veja, foram compradas pistolas, revólveres, rifles, e mais 4.500 munições de diversos calibres. Parte desse acervo foi capturado junto ao George Washington, no apartamento em que ele estava aqui em Brasília.

O poderio bélico naturalmente dava para armar um contingente de manifestantes e causar uma verdadeira revolta armada em Brasília. Nas mensagens apreendidas no celular do George Washington, do outro terrorista, mostra que havia outras pessoas, como o Álvaro Carnevalli e também o Hermeto Silva, que solicitavam a ele a compra de armas para, segundo eles próprios, começar uma guerra, o que indica que George e ele aqui, o Sr. Washington, de fato, não eram lobos solitários.

O George Washington diz o seguinte: "Olha, a minha ida até Brasília tinha como propósito participar dos protestos que ocorriam em frente ao QG do Exército e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegarem armas e derrubar o comunismo".

Agora, vejam como eram as mensagens entre eles, vamos lá, tem uma mensagem de uma senhora chamada Solange... (*Pausa.*)

Abre lá, vamos lá, Solange, ela faz ali uma fala, isso com o George Washington, veja só: "Urgente, urgente", não é? "Serere quer falar", que é exatamente um índio, aí ele continua: "motorista...", ela fala, "motorista esperando instruções". Motorista esperando instruções, quem dirigiu o carro Creta até o caminhão de combustível? Aí o George Washington: "Estou no QG".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O QG, gente, era um espaço de planejamento de atos terroristas, está aqui, "Estou no QG" planejando, organizando, orquestrando. O QG em frente ao Quartel General das Forças Armadas do Exército Brasileiro, a poucos metros, na área de servidão do Exército, que, se a gente quiser ir lá, nós aqui, Senadores, com uma câmera de celular e conversar, com certeza alguém vai vir para saber o que está acontecendo lá. Lá estava um acampamento montado com armas, munição de grosso calibre e também com esse tipo de discussão.

Agora vamos lá ao restante das mensagens, olha só o nível das mensagens que eram, olha o George Washington: "Passei o dia no QG", sequência, "Tem uma missão", aqui já é o Ricardo falando: "Tem uma missão", segue, "Sejam rápidos, treinem os CACs. Não esperem as coisas ficarem mais sérias". Treinar os CACs, que são exatamente os atiradores, aqueles que sabem manusear com a arma, "Vão esperar até quando para ativar os CACs como força de reserva, tem muito CAC atirador *sniper*."

Lembram lá que ele foi treinado, vocês lembram daquela frase que o Presidente Lula não subia a rampa, que alguém poderia estar treinando com *sniper* para isso. Isso é grave, gravíssimo, aí ele vem: "Convoquem os CACs, Srs. Até quando vão esperar? Convoquem e ponham em treinamento militar intensivo." Na sequência, "Tem muito Fuzil à disposição. Será uma honra servir a Pátria. Não nos deixe sair como bandidos nessa situação". Muito fuzil à disposição, não nos deixem sair como bandidos – e muito fuzil à disposição, não nos deixem sair como bandidos! O George Washington numa conversa de um grupo de WhatsApp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O que chama a atenção é a data, na véspera dos atos de terrorismo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato, sempre a data, muito bem, o Randolfe, o Líder Randolfe lembra muito bem.

Essa aqui é no dia 11 de dezembro: "General Girão, vão esperar até quando para acionar os CACs? Tem CACs prontos! Acione, General, coloque em treinamento militar intensivo." Na sequência... Acabaram aí. Este é o nível de mensagem: fuzil, bomba, CAC, *sniper*...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – É guerra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Manifestação é guerra, Deputada Laura, sentimento claro de guerra dentro do acampamento.

E aí eu quero finalizar trazendo aqui um quadro final – trazendo aqui um quadro final. Veja só, coloque aí pra mim o quadro. Eu não acredito honestamente que Wellington... Coloque... Vamos aqui pessoal... Abre um pouquinho mais aqui esse quadro.

Eu não acredito que havia ações solitárias, porque, vamos lá, nós temos aqui quatro atos emblemáticos: nós temos a tentativa de invasão no Meliá, onde o Presidente Lula estava hospedado; nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma tentativa de invasão no Aeroporto de Brasília, famílias, crianças, idosos... É um fato, gente. Aqui não é querendo criar uma narrativa, é um fato. Você vê no aeroporto. O aeroporto... Inclusive, os atos de terroristas mundo afora acontecem assim, nos locais de concentração muito grande e de trânsito de pessoas, aeroportos, praças, escolas, hospitais, metrô, estações de abastecimento de energia... São esses os espaços. A lógica era a mesma, o *modus operandi* é o mesmo *modus operandi* dos terroristas, como eu disse, a que a gente assiste nos jornais. O Brasil é um país pacífico, a gente não vê atos de terrorismo.

E, veja, ato... Só voltando aqui: 5 de dezembro, tentativa de invasão do Meliá; 8 de dezembro, tentativa de invasão no Aeroporto de Brasília; 12 de dezembro, invasão na sede da Polícia Federal; e 24 de dezembro, bomba no caminhão-tanque.

Vamos lá: 5 de dezembro, quem estava lá? Estavam o Wellington, o Alan Diego e o Oswaldo Eustáquio, que é lá o...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o Oswaldo Eustáquio, o Alan Dias e o Wellington estavam, os três, no mesmo ato do dia 5 de janeiro.

Você estava, Wellington, no dia 5? *(Pausa.)*

Ele estava. Tem um vídeo ali que, na verdade, a gente até mostrou.

No dia 8 de dezembro, na invasão do Aeroporto de Brasília, estava o Wellington, estava o Alan Diego e estava o índio Serere.

Aí vamos lá. Veja que vai evoluindo, vai aumentando, o engajamento vai acontecendo, as relações dentro do QG vão se aprofundando.

No dia 12 de dezembro, você tem o Wellington, você tem o Alan Diego, você tem o Oswaldo Eustáquio, você tem o George Washington e você tem o Serere, uma força-tarefa. Os cinco foram então pra lá para...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exatamente, que foi preso. Portanto, ele fazia parte de todo esse processo aí do 12 de dezembro. Foi preso, inclusive, na sede da Polícia Federal.

E, por fim, o 24. No 24, da bomba, estavam o Wellington e o Alan Diego, possivelmente os dois levando a bomba, e o George Washington fabricando a bomba.

Existe algum lobo solitário nisso aqui? Pra mim, isso aqui é uma junção de várias pessoas que se uniram com um objetivo: guerra, tentar matar as pessoas, tentar explodir, na verdade, um caminhão de combustível com 60 mil litros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero finalizar apenas, Presidente, com a imagem que é a imagem que nos traz tristeza, porque, graças a Deus, eles foram incompetentes, graças a Deus, uma boa incompetência na fabricação da bomba. Não conseguiram acionar a bomba, mas, se tivessem acionado... Olha o raio! O vermelho era um raio, um raio claro de mortes. O laranja e o verde, raios que também seriam atingidos e poderiam ferir sabe-se lá quantas vítimas, inclusive fatais, porque não há dúvida nenhuma de que vítima fatal teria aí, nesse ato terrível, terrorista, que foi embrionário, claramente, a partir das divulgações do 7 de setembro de 2021, materializadas no QG, em frente ao Quartel-General do Exército.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Sra. Relatora.

Tem dois autores de requerimento que não estão presentes: o Deputado Duarte Jr. e o Senador Jorge Kajuru. O terceiro autor de requerimento é o Deputado Rogério Correia, a quem eu passo a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Porque o depoente o tempo todo fala que não teve acesso aos inquéritos. Particularmente ao inquérito da bomba no aeroporto, ele já foi sentenciado, portanto isso é público, todos têm acesso. Como é que o advogado dele e ele não tiveram acesso? Isso é público, qualquer um pode ter acesso. Então, neste caso, se ele tem, de fato, essa condição para colaborar, neste caso, ele teria que colaborar, na medida em que esse inquérito é público e esse tem sido o argumento para não falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tenho dúvida, Deputada.

Deputado Rogério Correia, pelo tempo de dez minutos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem. Só um pouquinho antes do Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – É sobre o próprio ambiente de trabalho.

Quando eu cheguei, eu identifiquei com o senhor que havia um cheiro de cigarro no ambiente. Depois eu perguntei os motivos, e parece que uma das Deputadas, não vou citar o nome...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então, está bom. Pronto, está registrado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Laura Carneiro estava fumando ali no corredor, deixando o ambiente muito ruim ali do lado do banheiro. Eu peço que não faça isso novamente, para que a gente possa ter um ambiente um pouco mais agradável.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu sou Presidente da CPMI, não sou Presidente do Congresso Nacional. O senhor dirija a sua reclamação ao Senador Rodrigo Pacheco.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, inclusive o advogado do Sr. Wellington está constituído, ele tem acesso aos autos. Não sei por que essa desculpa esfarrapada de que não teve acesso aos autos. Ele, que era tão valente de convocar golpe, enaltecer, pedir aos militares, agora está aí, caladinho, usando uma desculpa esfarrapada, porque ele está constituído, o advogado, e tem exatamente isso. É mais um bolsonarista medroso que vem aqui e não tem coragem de assumir os atos que fez, inclusive atos de terrorismo, como foi demonstrado aí.

Não fala nada, mas eu vou dizer ao senhor: eu andei essa madrugada aí "stalkeando" suas redes, viu, principalmente o Instagram. E olha... Olha para você ver que o negócio é feio. Tem vídeo que não acaba mais, Presidente, vídeo convocando golpe é o que não falta.

Eu vou mostrar um. Podia colocar o primeiro, porque eu coloquei, que ele vai entender. Ele sabe o que ele estava fazendo nos vídeos e ele não apagou, deixou isso tudo lá. Ele vai contribuir muito para ajudar na prisão do Bolsonaro. Os vídeos são fundamentais para a Polícia Federal ter acesso. Com certeza... Eu vou explicar por quê. Vamos lá. É o primeiro vídeo. Vamos lá...

Tem que botar o áudio desse vídeo, que é importante. Vamos escutar o valente Wellington, o que ele falava na época em que ele queria dar golpe. *(Pausa.)*

Volta, por favor, com o áudio!

Presidente, me dá um tempo aí depois, Presidente, porque o áudio não sai com o... *(Pausa.)*

Presidente, você me dá um desconto do tempo? – porque...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – A tecnologia...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... não está conseguindo...

(Pausa.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por causa do áudio. É importante escutá-lo. Ele não fala. É importante que ele fale pelo que ele já falou, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ó, vamos lá! Eu pediria: silêncio, colocar mais alto e voltar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Autorizados!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, esse vídeo diz tudo por si. Ele estava lá, convidado com aquelas pessoas, no palácio de moradia do Presidente da República – convidou para eles irem lá. Ele chama a atenção de que o Presidente da República sempre dava alguma palavra para eles, de alento. Depois ele vai dizer, para o pessoal não perder a esperança, assim como fez o General Heleno – e outros –, que foi estumar o golpe. Foi exatamente isso que o Sr. Wellington fez nesse procedimento todo.

Eu queria dizer que ele faz isso e ainda busca ganhar dinheiro com Pix – também não é novidade. Eu não sei se tem uma figura aí que eu pedi para colocar, que vai mostrar muito do recurso que eles fazem para alavancar dinheiro e financiar o golpe. Se vocês tiverem uma foto para colocar aí para mim... É uma foto do seguinte. Hoje, fez-se uma síntese daquilo que nós já apuramos, das contas que ficam no entorno do ex-Presidente Jair Bolsonaro. E eles arrecadaram, no entorno dele, 26,7 milhões entre 2020 e 2023. Eu pedi que colocasse uma foto, porque aí vai ter o que Mauro Cid tinha de dinheiro, Luis Marcos dos Reis, Mauro Cesar Lorena Cid, para o Presidente, o senhor, saber que não eram só joias, não. Isso deu 26,7 milhões. Tem o tio da Michelle Bolsonaro, a tia da Michelle Bolsonaro reunindo isso tudo, foram 26,7 milhões.

Então este é o *modus operandi*: pedir Pix e ir acumulando o recurso para financiamento do golpe. E, no entorno do Presidente Jair Bolsonaro, isso também era feito. Por isso é que não é apenas corrupção, é corrupção....

Ah lá, está ali a foto. Isso aí é o que está em torno do Presidente Jair Bolsonaro nas contas dele, que vai fazer esse financiamento absurdo aí do propósito golpista deles. Se você juntar isso a joia, aquilo que foi vendido ilegalmente, aí há tanto corrupção quanto financiamento do golpe.

Agora, nós não podemos tirar a corrupção do processo de golpe, faz parte, porque quem trabalha para fazer esse tipo de golpe trabalha para si também, para se sustentar dentro do processo golpista, que é o que fez o Wellington. Então é outra denúncia a ser feita.

Então era isso que eu queria demonstrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Presidente, o Wellington não quer falar, mas já falou pelos vídeos. Eu falei que estava "stalkeando" lá a rede social dele, e ele falou demais pelos vídeos. Então, quando a Polícia Federal tiver acesso – já deve ter, porque é público –, vai saber o que ele fez.

Agora veja bem, hoje, Sr. Wellington... O senhor conhece o Mauro Cid, não é? O senhor conhece o Mauro Cid?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Eu preciso ter acesso...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Até isso?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... a todas as acusações...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Para saber se conhece Mauro Cid?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... que fazem contra mim...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor era muito valente.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... para conversar com meu advogado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor não está tão valente mais não, hein? O senhor defendia tanto as causas aí do golpismo, e agora o senhor está caladinho. Não tem coragem de defender mais? Depois vai ficar chorando e reclamando dos Deputados que o abandonaram.

O Mauro Cid, olha... Esse já está abrindo o bico. Vocês viram hoje? Em delação...

Olha, Presidente, Senadora Eliziane, por mim, essa questão do indiciamento do Bolsonaro são favas contadas.

"Mauro Cid revela que Bolsonaro fez reunião com cúpula militar para avaliar golpe no país" – isso está no UOL, está no *Globo*. E um dos generais, que foi... Aliás, um Almirante: o Almir Garnier Santos teria dito a Bolsonaro, nesta reunião que Bolsonaro chamou, "que sua tropa estaria pronta para aderir a um chamamento do então presidente". Ele fez uma reunião para falar do golpe, planejar o golpe; o Almirante disse que as tropas dele estavam prontas. Felizmente, diz aqui que o Comando do Exército disse que não embarcaria no plano golpista e, pelo que eu sei, o da Aeronáutica também. Por isso, tem, no telefone do Mauro Cid, aquele desalento de dizer para o Coronel Lawand, que mentiu aqui muito, que o golpe tinha flopado, que eles não tinham conseguido a unidade das Forças Armadas.

Aí, o que eles foram fazer? Tentar bomba no aeroporto... tentar um estopim, uma centelha que alimentasse o golpe, seja com invasão nos quartéis, seja com esse terrorista colocando bomba para explodir o Aeroporto de Brasília, ou seja no dia 8 de janeiro, também tentando um estopim que pudesse permitir que se alastrasse pelo Brasil a revolta – e eles iriam ocupar estradas, etc. – e dar o golpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, gente, isso não é, como se diz, narrativa. Isso são fatos concretos que aconteceram e que nós viemos provando. Então, esse procedimento de golpe está absolutamente claro nessa questão que nós aqui levantamos.

Mas tem mais. Quem é que levou essa proposta de golpe, ou a minuta do golpe, ou o passo a passo do golpe? Filipe Martins, assessor de Bolsonaro, aquele que virou réu por racismo após gesto supremacista que ele fez aqui no Senado; este é que levou ao Bolsonaro, segundo o Mauro Cid, a minuta do golpe. A gente não sabe se é a minuta do Anderson Torres ou o passo a passo no telefone do Mauro Cid.

O senhor chegou a... O Mauro Cid chegou a falar com o senhor dessas tratativas golpistas? Porque o senhor confiava tanto que ia acontecer...

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Quando eu tiver tempo de conversar com a minha defesa e acesso a todas as acusações, eu volto aqui e colaboro com os senhores.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor era tão convicto das teses de que precisava ter um golpe. O senhor não está mais convicto, não? Está arrependido?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A mesma resposta.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A mesma resposta.

Eu fico impressionado de ver como é que os bolsonaristas eram ex-valentes. E depois o senhor vai reclamar dos Deputados, dos Senadores que o abandonaram. Vai chorar. Nós temos vídeo do senhor...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... chorando: "Fui abandonado".

O senhor é o chorão ou é o terrorista? Qual o papel que lhe cabe melhor?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Quando tiver tempo de conversar com a minha defesa e acesso a todas as acusações, eu volto aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor vai ter muito tempo.

Sabe quantos anos pegou o Aécio, que é um que quebrou aqui? Dezesete anos. Quantos anos o senhor acha que o senhor vai pegar? É melhor o senhor já ir refletindo, viu? Dezesete anos foi o Aécio. O senhor não vai pegar menos que ele de jeito nenhum. O senhor vai ter muito tempo para refletir.

Se eu fosse o senhor, eu refletia melhor e colaborava, contava o que o senhor fez, o que Bolsonaro pediu pra fazer, quais os Deputados que estavam também nisso, e o senhor fica aí piscando pra eles. Era bom que o senhor confessasse realmente o que fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Eu preciso desse tempo de reflexão com o meu advogado, com acesso a todas as acusações.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Tomara que o senhor tenha bastante tempo e consiga contribuir, porque... Aliás, contribuir o senhor já está contribuindo: os áudios e vídeos do senhor vão ajudar muito na prisão do Bolsonaro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Carvalho. Próxima oradora inscrita... Perdão, é o Senador Rogério Carvalho, que hoje não está aqui. Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Passo a palavra agora à próxima oradora inscrita, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Wellington, o senhor é a expressão bolsonarista do golpe. E que comprova, inclusive, Presidente, a correção do nosso plano de trabalho aqui aprovado. O 8 de janeiro não é um fato isolado, houve uma construção golpista durante anos, particularmente de 2021 em diante.

É importante a gente dizer isso, porque o Sr. Wellington Macedo tem características dos seguidores de Bolsonaro: participa da milícia digital, inclusive expressando não apenas divergência política, mas preconceito grave contra o ex-Presidente Lula; estimula o ódio nos seus vídeos, a violência, o golpe contra a democracia brasileira. Inclusive, tem um vídeo dele, que eu não vou colocar porque não vai dar tempo, cobrando do Comandante do Exército então, o General Freire Gomes, que deixasse de ser covarde e atuasse nas demandas deste movimento contra a democracia. Ele organizou, junto com o Movimento Verde Amarelo, um dos organizadores, a passeata dos ruralistas e a marcha cristã pela liberdade, contra o distanciamento social na pandemia, contra o STF e contra a CPI da covid do Senado. Ele ajudou a organizar o Sete de Setembro e por isso, inclusive, foi preso, porque no Sete de Setembro o que se fez foi uma tentativa de invasão dos três Poderes, que não aconteceu. Não aconteceu porque o contexto político era outro – não aconteceu. E ele é preso por fazer esses vídeos e, inclusive, agredir o Ministro Alexandre de Moraes, o que o próprio Presidente então, Presidente Bolsonaro, fez nos seus discursos do Sete de Setembro, em Brasília e em São Paulo.

No dia 12, ele participa – no dia 12 –, e já no dia 24, quando foi lá colocar a bomba... Porque não vai me dizer que deu carona. Por favor, não repita isso, porque carona rodando quatro horas e botar um explosivo num caminhão, a não ser que o senhor quisesse dar um presente de Natal para o caminhoneiro, não saber o que estava dentro daquela caixa. No dia 24, quando o senhor foi botar a bomba, o senhor já era o foragido da Operação Nero, do dia 12 de dezembro, já era um procurado. E ainda, para fugir de novo, e aí foge para o Paraguai, ele quebra a tornozela eletrônica que ele já usava desde a sua prisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que, nesse processo todo, teve o 10 de agosto, Presidente. Nós precisamos lembrar do 10 de agosto. O 10 de agosto foi o momento em que houve o desfile de tanques...

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... na Esplanada para pressionar o Congresso Nacional, porque era o dia da votação do voto impresso. Aquele vexame internacional de tanques saindo fumaça, que deram graças a Deus por nunca terem sido chamados a combate. Aliás, essa é uma formulação do jornalista Lúcio de Castro, muito boa a matéria dele publicada, que dá uma sequência de tudo isso. Os tanques entraram de manhã pra pressionar o Congresso quanto ao voto impresso, e os caminhoneiros entraram à noite, com o mesmo objetivo e no mesmo dia, contra o Congresso Nacional, pressionando e intimidando o Congresso Nacional. E o Congresso Nacional não baixou a cabeça: votou contra o voto impresso na Câmara dos Deputados naquele momento.

É importante dizer que, nesse processo de golpe, hoje, a matéria da *Folha de S.Paulo*, as matérias do UOL, as matérias de *O Globo* mostram, na delação de Mauro Cid, o comando de Bolsonaro no processo golpista. Ele denuncia, inclusive, que o Filipe Martins levou a minuta, que o Senhor Presidente Bolsonaro submeteu a minuta aos comandantes, que o Ministro da Marinha da época concordou com o golpe, mas não teve unidade com o Alto-Comando das Forças Armadas. Por isso, ele não empreendeu o golpe naquele momento, ficou inseguro de sustentação do conjunto das Forças Armadas.

Quando nós olhamos o currículo do Sr. Wellington... E aí a pergunta está fora do inquérito. Se o senhor puder, me responda. No currículo do Sr. Wellington, Presidente, tem 59 ações de danos morais movidas por diretores de escolas lá em Sobral, porque ele fez milícia digital contra o projeto educacional de Sobral, que é o melhor do Brasil, tinha o melhor Ideb em 2021 do país, e ele tem 59 ações. Depois, ele é investigado por divulgar vídeos de abuso infantil – está aqui outro processo. Terceiro, investigado por violação de cadáver: ele abre um caixão de uma mulher que morreu de covid para mostrar, em vídeo, para dizer que era a primeira vítima do covid. Esses três processos...

E eu pergunto diante disso... Aí é uma pergunta pra ele, e espero que ele ouça e pare de rir, porque isso é gozação com a CPMI. Ele está rindo o tempo todo aqui, piscando para os seus aliados aqui na CPI, que eu estou vendo.

Diante desses processos todos que violam direitos humanos, os direitos das crianças, quem é que o nomeou para o Ministério dos Direitos Humanos, Mulher e Família? Essa é uma pergunta. O senhor pode dizer quem o nomeou para o ministério? Isso aqui não tem nada a ver com o inquérito.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Quando eu tiver tempo de conversar com a minha defesa e acesso a todas as informações, eu posso responder.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isso não tem nada a ver com o inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi assessor da Secretaria Nacional de proteção de crianças e adolescentes na então gestão da atual Senadora e Ministra dos Direitos Humanos Damarens. Eu não sei quem o indicou, mas, diante disso tudo, ir para a Secretaria Nacional de defesa da criança e do adolescente, depois de atacar a educação, de botar vídeo de abuso infantil e violação de cadáver na covid... É inacreditável ele ter ido para esse ministério.

Por fim, é importante a gente colocar – eu ainda tenho aqui quatro minutos – que ele era frequentador do Alvorada. Tem as datas dele de visita ao Alvorada: abril e maio de 2021...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Senadora.

Está um barulho muito grande aí atrás, e eu queria pedir silêncio para que possamos ouvir aqui a fala da Deputada Jandira Feghali, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele era um frequentador do Alvorada, foi em abril e maio... Teve uma visita de maio em que ele ficou quatro horas dentro do Alvorada. Não vou nem perguntar o que ele conversou lá, porque ele não vai dizer, mas nós já imaginamos.

E, depois, tem também assessor do Deputado do PL Nelson Barbudo, o Sr. Rafael Klas Dal Bo, que foi 12 vezes ao Alvorada! E ele era um dos incitadores dos golpes e das ações contra a democracia no Brasil. Esse assessor, inclusive, foi o anfitrião do caminhoneiro Zé Trovão, na época, que também concorreu à eleição e perdeu. Aliás, ele também, o Sr. Wellington, concorreu à eleição e perdeu.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem dois, tem dois. Vocês têm que conhecer mais a história do Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mesmo nome.

E ele foi para um DAS 4 no ministério – é bom que a gente lembre – com um bom salário.

O Wellington, ele se diz blogueiro, então ele não precisa falar, porque os vídeos dele falam por ele. Tudo dele está registrado em vídeo, está registrado em Twitter e tudo pedindo Pix. Inclusive, ele fez um vídeo já foragido pedindo Pix pra sustentar a fuga dele. Tem um vídeo dele numa caverna escura pedindo Pix pra sustentar a fuga dele, ele foragido da polícia e da Justiça brasileira. Existe o vídeo.

Questionou as urnas eletrônicas, atacou o Congresso, vociferou xingamentos contra os Poderes, exatamente como fez Jair Bolsonaro. Exatamente como fez Jair Bolsonaro. Vociferou contra o Congresso,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra o Supremo Tribunal Federal, xingou o Ministro Alexandre de Moraes e outros Ministros do Supremo e ainda diz que ficou nas quatro linhas da Constituição, incitando a invasão dos três Poderes.

Eu posso dizer, Presidente, que isso aqui é a expressão mais clara – mais clara – de um processo golpista expresso por um que não era o mandante, mas era um dos organizadores de todo o processo: milícia digital, preconceito, ódio, violência, mobilização de ato golpista, visita ao Alvorada, participação com o Presidente Bolsonaro em reunião, fazendo um processo golpista, botando bomba no Aeroporto de Brasília. Além de um golpista, é um terrorista: bomba no Aeroporto de Brasília, colocando em risco vida, integridade de patrimônio público. E continuou postando vídeo foragido, quebrou a tornozeleira, se mandou para o Paraguai, fazendo vídeo pedindo Pix, pra manter a fuga dele, não é?

Então, o que eu quero deixar aqui, Presidente, muito claro é o seguinte: ele está preso, está no lugar certo.

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está preso. E espero que os outros processos também lhe deem a condenação devida por tantos crimes, até porque é uma pessoa que aparentemente não tem nenhum escrúpulo e tem total frieza pra desenvolver o que desenvolveu.

Era amigo de George Washington. Aliás, George Washington divulga um vídeo dele e um Twitter dele pedindo Pix, pra ver como eles eram amiguinhos, ele, George Washington, Alan Diego e Oswaldo Eustáquio. Ele está na prisão. Aliás, ele está na prisão como devem ir todos os seguidores golpistas de Bolsonaro e o mandante maior, que é Bolsonaro, que tem que ir pra cadeia. E isso é o que está claro pra nós, tinha um chefe desse processo, um chefe, e esse chefe comandou todas as ações golpistas dos seus seguidores, que seguiram o mesmo roteiro pra violar o Estado democrático de direito no nosso país, que é o Brasil.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra...

Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. A senhora tem três minutos pra falar.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, para ajudar os colegas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Foi citada, mas não agredi. Só disse que ela era Ministra. Eu só disse que ela era Ministra!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores...

Não, mas tudo bem. A senhora disse que ela era Ministra...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não a acusei de nada!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei que não, não houve nenhuma ofensa, eu registro isso, mas como o nome da Senadora foi citado, e ela quer explicar essa circunstância, eu vou dar três minutos para ela.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para explicação pessoal.) – Inclusive, para a equipe do Governo não cometer mais erros.

Veja só: Sr. Wellington, ele era um jornalista que denunciava estupros e abusos de criança. E ele chega na CPI dos Maus-Tratos aqui, final de 2018, com inúmeras denúncias. No Governo de transição, ele começa a frequentar o Governo de transição em 2018, dizendo, inclusive, que corria risco de vida se ficasse lá em Sobral.

A secretária que estava sendo indicada para ser Secretária da Criança vê o trabalho dele, precisaria de um assessor de comunicação. E ele fazia vídeos incríveis, trazia muita coisa. Ele foi convidado pra ser assessor na Secretaria de Comunicação, e ficou de 8 de fevereiro... Está aqui, gente, nomeação e exoneração: 8 de fevereiro a 18 de outubro. Ele teve problemas com o secretário lá na secretaria.

E aí, eu precisava deixar isso muito claro, porque esse vídeo em que ele expõe uma cena de abuso sexual é lá em 2021, Senadora Jandira. Se isso tivesse acontecido antes, ele não teria sido nomeado. Ele era um jornalista defensor da infância; que isso fique muito claro! Inclusive, todo o material que ele trouxe para a CPMI, para a CPI foi recebido pelo Senado. Tem até requerimento do Senador autor, que ia ouvi-lo na CPI. Ele foi levado para esse momento como um grande defensor da infância.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Foi recebido por mim o material.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Então, que fique claro que ele não foi para lá, para aquela secretaria porque havia um grande golpe; havia um assessor de comunicação que defendia a criança, e a secretária, naquele momento, entendeu que ele podia ser um bom assessor. Não deu certo, e, a partir daí, acabou-se a relação dele com o ministério. Que isso fique claro!

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Muito obrigada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, só uma... Só um...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Deputada Jandira Feghali...

Passo a palavra a...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, só um esclarecimento aqui...

(Intervenções fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputada. Deputada, por favor...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É crime... É crime apresentar vídeo de abuso infantil? Segundo o art. 241...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada, eu vou pedir...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... eu vou ter direito à réplica? Presidente, eu vou ter direito à réplica?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem que esclarecer!

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ela já esclareceu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou suspender a sessão por três minutos, porque o depoente precisa ir ao toalete.

(Suspensa às 10 horas e 41 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O advogado do depoente já está de volta. Vamos, agora, dar prosseguimento às nossas falas.

Próximo orador inscrito, Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todas as pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington, Alan Diego e George Washington, vinculados ao carro-bomba; Aécio Lúcio, Matheus Lima, Thiago de Assis, os primeiros réus condenados por ataque à democracia. O que eles têm em comum? São seguidores do ex-Presidente Jair Bolsonaro. O que eles têm em comum? Eles cometeram crimes que não visavam a um ganho pessoal. Eles não estavam agindo de forma ilícita para ganhar algo para si; eles estavam agindo por conta de uma causa e colocaram a vida e a liberdade deles em risco por causa de uma ideia. Então, o que eu quero hoje falar aqui é sobre o que desperta esse tipo de atitude violenta e o que isso tem a ver com a investigação desta CPMI.

Discurso de ódio estimula emoções negativas. A exposição à retórica violenta de políticos aumenta o apoio à violência política, torna a violência política legítima, ou seja, a palavra estimula uma paixão, um afeto, uma mentalidade. E esse afeto, depois, gera uma atitude violenta.

Na minha opinião, Jandira, pior do que aquilo que Bolsonaro, por exemplo, pensa é ele pensar que aquilo que ele pensa está correto. Não sei se eu me faço entender. O discurso de ódio mobiliza uma visão de mundo, e eu realmente acredito que nossos adversários políticos, inclusive aqui, de fato acreditam naquilo que pensam, o que torna mais grave, na minha opinião, ou seja, a palavra mobiliza a mentalidade, a mentalidade mobiliza uma atitude, e essa atitude violenta ainda ganha um caráter, como nós vimos, de heroísmo, de algo que está salvando a pátria, purificando a pátria, livrando a pátria de um inimigo – quero chamar atenção para isso. A extrema-direita, com a sua mentalidade, precisa construir, o tempo inteiro, um inimigo, um mal a ser extirpado, expurgado e eliminado.

E qual é o meio, Senador Randolfe, em que esse ódio ganhou escala de massas? Por meio do uso indevido e intencional das redes sociais, que é para onde eu estou mais chamando atenção na reta final desta CPMI. Tem vários estudos demonstrando que a invasão do Capitólio nos Estados Unidos e os ataques de 8 de janeiro ocorreram depois que certos grupos decidiram repetidamente usar as redes sociais para deslegitimar processos democráticos.

Nós não devemos acreditar, Rogério, que o ódio *online* fica *online*. O ódio *online* tem como consequência um carro-bomba perto de um aeroporto que pode matar muita gente. Isto para mim é um tema do nosso tempo: a mobilização de milícias digitais, provocando uma mentalidade que cria a imagem de um inimigo a ser eliminado; e a ação violenta contra esse inimigo ganha um *status* de heroísmo. Possivelmente o Wellington se sentia um herói fazendo aquilo. Um ato de violência ganha um sentido, um sentimento, um afeto de heroísmo; está salvando o país de um inimigo.

Só que isso tem mobilização intencional. Bolsonaro utilizou o afeto do ódio para se eleger. Uma vez eleito – e eu quero chamar a atenção para isso – institucionalizou o ódio por meio de uma milícia digital vinculada à Secretaria da Presidência, financiada por dinheiro público, gerando desinformação em massa para milhões de pessoas; pessoas como o Wellington, que pegaram essa ideia, incorporaram na sua subjetividade e foram, com forma violenta, agir para salvar o Brasil do inimigo. Então, tem uma cadeia lógica intencional produzida – inclusive, diretamente ligada ao ex-Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro fez história desprezando mulheres, negros, LGBTs, indígenas, quilombolas, adversários políticos. Isso tudo gera lastro, influencia.

Mas aí – caminhando para os meus cinco minutos finais – eu peguei um estudo, Jandira, do Prof. Marcelo Alves dos Santos Junior, da PUC do Rio de Janeiro. Ele estuda o "gabinete do ódio", que eu tenho insistido para ser uma das linhas do relatório final, debatendo que houve milícia digital produzindo o afeto do ódio intencionalmente, e o efeito final disso é uma pessoa que acredita que está salvando o Brasil colocando um carro-bomba perto de um aeroporto.

Isso não foi pontual ou casuístico; isso é estrutural da extrema-direita. A extrema-direita não sobrevive sem sátira, indiferença ao sofrimento do outro, alegria e prazer quando o outro sofre e, até mesmo, numa atitude violenta contra o outro. E depois tudo isso vira piada, inclusive, porque é preciso petrificar o coração e não se comover diante do sofrimento do outro.

Olha o que diz o estudo: o administrador...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Presidente, está demais. Tanto barulho!

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, só um minuto.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Se puder só recompor 20 segundos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – E ataques ao pastor aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Silêncio aí atrás, por favor.

Pois não, pastor. Pode continuar.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Se puder voltar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá, pode continuar, pastor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Agradeço.

O administrador da página Bolsonaro Opressor 2.0 participou intensamente da campanha presidencial e foi nomeado em 4 de janeiro de 2019 – olha só, Jandira. Uma das postagens...

Uma das postagens: em uma fotomontagem, com a inscrição: "Caso o Bolsonaro seja Presidente"... Atenção a isto: aparece na fotomontagem a Deputada Maria do Rosário caída, como se tivesse levado um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiro; o Deputado Jean Wyllys, a Benedita da Silva, além do ex-Presidente Lula e da Dilma, amarrados com uma camisa de força. Daí vão dizer que isso é qualquer coisa, é uma piada, um comentário qualquer, porque faz parte da estrutura de pensamento da própria extrema-direita minimizar isso.

Outro exemplo: a página Bolsonaro Zuero 3.0, do jovem cearense José Matheus Salles Gomes, que também se tornou assessor especial de Jair Bolsonaro. Por isso que eu estou falando que essa lógica não foi espontânea. Ela se institucionalizou dentro do Governo Bolsonaro. Uma página desativada no Facebook, uma imagem calcada no humor ácido e no discurso de ódio contra adversários e minorias, retratando, em memes, a eliminação de petistas e psolistas, com montagem do rosto de Lula em fotos de enforcamento. Só que isso aqui não foi uma pessoa isolada, com um computador, numa casa; isso aqui é assessor do ex-Presidente.

Eu acho que o debate aqui é civilizatório, é ético. Eu não divido esta CPMI entre Governo e Oposição, de verdade. Eu divido entre uma base democrática – onde cabe direita, centro, esquerda, divergências sobre Estado, modelo de economia – e uma base que aposta nesse tipo de construção existencial e subjetiva.

Na minha opinião, a milícia digital do "gabinete do ódio" é estrutural, estruturante, e tem a ver com o carro bomba, lá no final, que o Sr. Wellington ajudou a montar.

E o pior é que isso tudo, dentro da própria lógica em que a extrema-direita funciona...

(Soa a campanha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... ganha *status* de qualquer coisa, de piada, e não importa...

Mas eu insisto: a palavra gera símbolo, o símbolo forja afeto, o afeto estimula a atitude, a atitude pode matar alguém em nome dessa moralidade.

Por isso, eu quero dizer, Sr. Wellington, de verdade, falando com integridade de coração: eu não desejo ao senhor o mal que o senhor desejou a muitas outras pessoas – de verdade, de coração. A gente pode divergir, debater, mas eu tenho procurado não responder ao mal com o mal, não responder ao ódio com o ódio, não responder ao sarcasmo com o sarcasmo e não responder à mentira com a mentira, porque ganhar da extrema-direita é inclusive não utilizar as armas dela para vencer. É uma batalha ética e civilizatória.

Eu sei que o senhor – para concluir esses 30 segundos, já que fui um pouquinho atrapalhado... Até fico chateado com um certo riso, talvez um sarcasmo, diante das nossas posições; ainda assim, Sr. Wellington, o senhor é um ser humano, carrega uma dignidade própria, e eu não desejo nenhum mal contra a sua vida, mas apenas que você seja responsabilizado pelos erros que cometeu, porque ganhar dessa tese de mundo é não utilizar do ódio dessa tese para vencer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste, Sr. Wellington Macedo, bem-vindo a esta Casa. Jornalista, e por isso os processos. Eu conheço inúmeros jornalistas que, por denunciarem coisas ruins, também têm muitos processos. Mas, neste momento aqui, o senhor é o jornalista do mal para todo mundo. Por isso o senhor está pagando esse preço aí.

Eu queria fazer algumas perguntas. Eu sei que a V. Sa. parece que não pode responder, mas eu preciso deixar aqui registradas as minhas perguntas. Se pudesse, ajudaria em muito. São perguntas que não o incriminam em nada. Sr. Wellington, o senhor conhece o Sr. Erlando Alves?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Deputado, gostaria muito de responder a pergunta do senhor, mas eu preciso ter acesso integral a todas as atualizações.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Compreendo, compreendo. Então, minhas perguntas serão meramente retóricas. O senhor conhece ou foi procurado por alguém em nome da Relatora desta CPMI?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado.

Eu peço, mais uma vez, silêncio aí atrás, porque está atrapalhando o orador aqui na frente, por favor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Peço que recomponha o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. terá 15 segundos, no final, de tolerância.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, o senhor foi procurado por alguém em nome da Relatora desta CPMI? Se fosse só sim ou não, ajudaria.

O senhor é membro da Força Nacional? Como sei que o senhor não é, vou responder. O senhor não é. Então, nós queríamos que estivesse sentado em seu lugar aí um membro da Força Nacional para que ele pudesse contribuir, de fato, com o que aconteceu nos atos do dia 8 de janeiro.

O senhor estava no meio daquela balbúrdia do dia 8 de janeiro aqui? O senhor participou desses atos de vandalismo? Acredito que suas respostas seriam todas "não". Pois bem, então o senhor está aqui apenas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por dois motivos, na verdade: o senhor criticou acidamente o STF. E, no nosso país, você pode criticar qualquer um: critica-se pastor, critica-se Presidente da República; pode-se criticar o Presidente aqui da CPMI; pode-se criticar qualquer Deputado ou Senador; mas não se pode criticar nenhum membro da Alta Corte, da Suprema Corte do nosso país, porque, infelizmente, eles são como se fosse uma casta superior, extremamente maior, exatamente porque há no nosso país um desequilíbrio dos Poderes. Na ausência de homens de verdade que liderem o nosso país, outro Poder acaba tomando conta e, por isso, V. Sa. está sentado aí.

Eu vi aqui, e desde o início eu tenho dito que esta CPMI aqui não vai dar em nada, porque foi uma ação nossa, da oposição. Mas, infelizmente, o Governo que não queria a CPMI tomou ela de assalto. Então isso aqui, tudo é narrativa.

O Presidente disse hoje, em uma entrevista aqui, o Presidente da CPMI, que acha que não vai acontecer nada. Eu estava vendo a entrevista dele para a TV Senado, ele disse que acha que não vai acontecer nada, porque o Supremo Tribunal Federal, o Judiciário já está fazendo.

Então isso aqui não é circo, porque eu tenho muito respeito ao pessoal circense. Até me arrependo de algumas vezes ter comparado esta CPMI ao circo. Isso aqui é pior do que isso. Isso aqui é missão dada ao Governo, tanto a Relatora, quanto a tropa de choque que aqui está sentada.

Por exemplo, eu fico aqui pensando, um petista acusando alguém de ser bandido é igual um batedor de carteira que, depois de roubar alguém, grita: "Pega ladrão, pega ladrão!" E nós temos inúmeros fatos comprovados dentro da justiça por isso. Um comunista, aqui dentro, acusar alguém de violência ou de golpe, ou de colocar bomba, ou de ato terrorista, é falar daquilo que é próprio deles, porque são mestres dessa matéria. Eles têm como herói um brasileiro chamado Marighella, e Marighella tem um livro *Manual do Guerrilheiro Urbano*. Se houvesse de fato alguém querendo dar um golpe no Brasil, teriam que ter lido o livro desse comunista. Porque na página 29, ele fala sobre os tipos e naturezas de modelos de ação para os guerrilheiros urbanos. E ele explica assim:

Antes de qualquer ação, o guerrilheiro urbano tem que pensar nos métodos e no pessoal disponível para realizar a ação.

As operações e ações que demanda a preparação técnica do guerrilheiro urbano não podem ser executadas por alguém que carece de destrezas técnicas. Com estas precauções, os modelos de ação que o guerrilheiro urbano pode realizar são os seguintes:

[Isso aqui é escrito por um comunista, comunistas amam esse rapaz aqui.]

- a. assaltos
- b. invasões
- c. ocupações
- d. emboscadas
- e. táticas de rua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- f. greves e interrupções de trabalho
- g. deserções, desvios, [...] expropriações de armas, munições e explosivos
- h. libertação de prisioneiros
- i. execuções
- j. sequestros
- l. sabotagem
- m. terrorismo
- n. propaganda armada
- o. guerra de nervos

Veja só, o item "m" é terrorismo, o item "i" é execuções. No manual, ele explica como matar um policial, por exemplo, como matar um militar, ele explica como dar um tiro certo na cabeça deles pra tomarem o poder.

Então, se os "golpistas" – abro aspas e fecho aspas – do dia 8 de janeiro tivessem lido aqui o manual de um comunista, repito, idolatrado pelos comunistas do Brasil que dizem: "Tenho orgulho de ser comunista", entre eles, o Presidente da República, talvez, Sr. Presidente Arthur Maia, o golpe que todo mundo aqui fantasia teria dado certo. Mas não, os golpistas do dia 8 de janeiro foram com Bíblias lá pro acampamento, foram com orações, foram cantando o Hino Nacional e vestindo a Bandeira do Brasil, Sr. Presidente. Não tinha uma arma de fogo, não encontraram uma arma de fogo, não encontraram um tanque de guerra, Sr. Presidente, não encontraram um documento assinado por uma superpotência que pudesse dar a eles guarida pra que eles pudessem dar um golpe de Estado – um golpe de Estado em nome do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

O pessoal aqui da esquerda tem uma tara pelo Presidente Bolsonaro, que eu me lembrei aqui de um filme. Tem um filme muito conhecido que é o filme *O Sexto Sentido*. E, no filme *O Sexto Sentido*, tem uma frase que é emblemática. Alguém pergunta pro menininho que sempre vê gente morta e diz assim pra ele: "O que acontece com você?". E ele diz assim: "Eu vejo gente morta". "Com que frequência?" "O tempo todo." Da Relatora aos governistas, eles dormem pensando no Presidente Bolsonaro, acordam pensando no Presidente Bolsonaro, vão tomar banho pensando no Presidente Bolsonaro, vêm pra esta CPMI falando do Presidente Bolsonaro.

O Presidente Bolsonaro nem sequer estava aqui no dia 8 de janeiro, nem sequer deu algum tipo de palavra, comando ou ordem. Hoje aqui usaram uma narrativa falando de uma matéria que saiu em *O Globo* de que o Presidente Bolsonaro se sentou com as Forças Armadas pra falar alguma coisa. Dilma fez a mesma coisa – Dilma fez a mesma coisa. A revista *Veja*, 21 de abril de 2017, publica que o General Villas Lobos disse ter sido procurado por políticos da esquerda pra saber – Villas Bôas – o que é que poderia ser feito a respeito do *impeachment* da Presidente Dilma, se poderia haver uma maneira de bloquear, um golpe de Estado. Isso eles esquecem? Não, não esquecem, eles têm de fato uma seta seletiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pra eles Bolsonaro é uma dor de cabeça. Não basta deixar inelegível, eles querem trucidá-lo, querem destruir a sua reputação, querem colocar na cadeia. Esses democratas abençoados que lutam tanto pela liberdade têm uma sanha por cadeia, têm uma sanha por violência, têm uma sanha por expulsão, têm uma sanha para humilhar pessoas, como estão fazendo aqui com o Sr. Wellington, chamando de um monte de palavras, de palavrões pra o provocar.

De fato, eu não sei o que aconteceu naquele dia porque eu não estava com vocês. Eu tive acesso aos autos dos outros dois, tanto do Washington quanto do Alan, e todos eles, quando foram entrevistados em outra CPMI, disseram que não o conheciam. Então, eu nunca vi alguém que está preso querer proteger o outro sabendo que ele pode se aliviar também ou levar alguém junto com ele.

Então, eu não sou juiz, eu não sou advogado. Eu sou um Parlamentar, eu luto por justiça. O que me dói é saber que muitas pessoas inocentes estão presas até hoje, estão aí sofrendo ao redor do Brasil. O que me dói é saber que alguém que foi preso agora, Sr. Presidente, e julgado... 17 anos de cadeia!

Nem um assassino truculento no nosso país teve uma pena tão pesada dessa forma, e tudo em nome de "atos antidemocráticos" – frases bonitas, copiadas de esquerdistas ao redor do mundo, que já, inclusive, colocaram na cadeia outros Presidentes, como aconteceu aqui na América Latina já. Então, o que nós temos aqui é um circo.

Quando eu falei aqui, nas primeiras perguntas que eu te fiz, sobre o Erlando, ou se o senhor foi procurado aqui por alguém da Senadora – que nunca fica sentada aqui; fica ali pelo corredor ou fica lá dando entrevistas –, simples, porque ela prevaricou aqui. Ela enviou o seu assessor, e não foi qualquer assessor, foi o chefe de gabinete – chefe de gabinete é a sombra do Parlamentar –, pra falar com alguém. Quem sabe a conversa foi nesse sentido, assim, ó: "Vá tranquilo, G. Dias. Fique tranquilo, que você vai ter uma tropa de choque do Governo pra te defender, e a Relatora nunca vai indiciá-lo".

Então, a pessoa senta aí, onde o senhor está, não agora acuado como o senhor está, mas com o peito estufado, com um advogado que custa uma fortuna – ninguém sabe quem está pagando a ele –, pra defender aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Se essa CPMI já não está contaminada, eu não sei o que é mais. Fora isso, tudo que nós vimos sofrendo aqui, Sr. Presidente, tanto do STF, que não deixa as pessoas virem aqui, ou o escárnio que sofremos nas mídias sociais, é lamentável.

Infelizmente, essa CPMI não vai dar ao Brasil aquilo de que o Brasil precisa, mas já deu ao Brasil o tom. A narrativa do golpe já caiu por terra. As pessoas sabem que não houve golpe nenhum. Estão tentando aqui pegar um quebra-cabeça, e, como eu já disse aqui, uma criança que não sabe montar um quebra-cabeça



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pega algumas pecinhas que são parecidas e tenta fincar naquele buraquinho pra montar o quebra-cabeça, mas a peça não encaixa, porque não existem condições disso acontecer. Isso aqui, de fato, é mera narrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Marco Feliciano.

Com a palavra a próxima oradora inscrita...

Mas antes eu quero pedir silêncio, inclusive aqui do lado, para que possamos ouvir agora a palavra da Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Ela vai permutar com o Senador Randolfe.

Então, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria aqui fazer um destaque que considero importante.

O *habeas corpus* a que o Sr. Wellington teve direito, no dia de hoje, foi concedido pelo Ministro Luís Roberto Barroso. Dá a ele o direito, que ele utiliza, que é o direito constitucional do silêncio, mas o obriga a comparecer nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu acho que é importante iniciar fazendo, assinalando a diferença entre esse *habeas corpus*, que tem coerência com toda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Senadora Soraya, até agora, e os demais, em especial, com dois *habeas corpus* que foram concedidos a depoentes nesta CPMI pelos Ministros Kassio Marques e André Mendonça, porque, na prática, se a lógica daqueles *habeas corpus* que possibilitam que o depoente não compareça triunfar na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na prática, inviabiliza a existência de qualquer Comissão de Inquérito no Congresso Nacional.

Muito se fala de interferência do Supremo, de excesso do Supremo. Eu acho que é importante aqui trazer à reflexão a decisão do Ministro Barroso e essas decisões anteriores dos Srs. Kassio Marques e André Mendonça – do Sr. Kassio Nunes e do Sr. André Mendonça.

No mais, Sr. Wellington, o vosso depoimento aqui... Sr. Presidente, é bom que esse depoimento ocorra na data de hoje, com as informações que foram relatadas, com o conjunto de informações que foi relatado nesta manhã pela imprensa, que dão conta do que nós temos dito desde o início. E a razão desta CPMI não é o dia 8 de janeiro, um raio num dia de sol. O dia 8 de janeiro é parte de um movimento golpista, em que o senhor, Sr. Wellington, foi parte destacada dele, foi parte integrante dele.

As notícias do dia de hoje... Eu quero só trazer aqui um Twitter do dia 20 de dezembro que tem significado e diagnóstico com as notícias do dia de hoje. Esse Twitter do Sr. Paulo Generoso, que traz uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícia que na época, que no dia, talvez, Deputado Rogério, que no dia poucas pessoas tinham considerado, mas que hoje, à luz das notícias veiculadas na imprensa no dia de hoje, confirmam o que nós já imaginávamos: ocorreu no mês de dezembro uma tentativa de golpe que não só o Sr. Wellington foi parte dele, que não só os movimentos golpistas foram parte dele, mas que o próprio Presidente da República reuniu o alto-comando militar e assim tentou. O Sr. Paulo Generoso relata isso:

Em reunião esta semana [com a informação privilegiada que ele tem] com o alto comando das Forças Armadas Bolsonaro pediu apoio para barrar o avanço do Judiciário sobre os outros Poderes e pediu para que a posse de Lula fosse adiada por 6 meses até que equipe de juristas fizesse uma investigação sobre favorecimento de Lula.

Esse Twitter – muito obrigado, Ana – só tem coerência com as notícias de hoje. Não é mais produto de imaginação, é fato concreto que consta na delação do Sr. Cid, que deve voltar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A democracia brasileira esteve por uma linha tênue, esteve prestes a ser rompida. Sr. Wellington, o senhor é só um elemento desse movimento golpista que teve seus capítulos seguidos – que teve seus capítulos seguidos –, que teve o não reconhecimento das eleições no dia 30 de outubro, que teve as mobilizações das quais o senhor fez parte, nos quartéis. Aliás, o senhor, nos diálogos relatados aqui pela Senadora Eliziane, pela Relatora, dão conta de que o acampamento na frente aqui do QG do Exército era, como foi dito pelo Ministro Flávio Dino, uma célula terrorista, onde se arquitetavam os movimentos que vieram a se concretizar: 8 de dezembro; 12 de dezembro, no dia de diplomação do Presidente da República, os atos de que o senhor participou; 8 de dezembro, a tentativa de invasão do hotel onde estava o Presidente da República; e 24 de dezembro, que...

O senhor imagina se o ato que o senhor impetrou no dia 24 de dezembro, na véspera de Natal dos brasileiros, tivesse se concretizado? O senhor imagina o que ocorreria? O senhor imagina se a bomba que o senhor levou até aquele caminhão tivesse sido detonada? O senhor imagina quantas mães iam ficar sem os filhos? Quantos filhos iam ficar sem os pais? O senhor tem consciência do que justifica esse tipo de ato do senhor? Eu falo com o senhor neste momento e eu vejo que o senhor não me olha. Eu acho que é uma característica daqueles que têm a consciência da culpa. Ou talvez seja mais grave, talvez seja a característica daqueles que não conseguem olhar os crimes que cometeram.

Mas eu quero aqui adiantar para o senhor o conjunto dos crimes que o senhor irá responder. O senhor não escapará deles. Veja aí: abolição violenta do Estado democrático de direito. Sr. Wellington, é o art. 359 do Código Penal. Isso lhe dará reclusão de 4 a 12 anos, além da pena correspondente à violência pela tentativa da aplicação da execução do crime, ou seja, é um agravante. O senhor está mais próximo dos 12 do que dos 4 anos. Ato de terrorismo, art. 2º da lei do mesmo tipo, §1º, que diz o seguinte: "Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos [...]", o que o senhor fez. Pena: reclusão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12 a 30 anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência. Explosão, art. 251 do Código Penal: "Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem", reclusão de três a oito anos.

Isso aqui eu estou falando só dos crimes por tentar romper o Estado democrático e direito. Só aqui, na soma, o senhor chega a 30 anos de prisão. Mas eu não vou falar dos outros a que o senhor já responde. O senhor tentou romper... O senhor, já detido, tentou romper a tornozeleira. Isso *per se* é um crime. O senhor vilipendiou cadáver durante a pandemia.

Lamentavelmente, Sr. Wellington, o senhor é um retrato de uma página muito triste e infeliz da história brasileira. E – tenha certeza, tenha consciência – o senhor não passará por isso impune. A soma desses crimes, só desses, o levarão a mais de 30 anos de prisão, fora os outros a que o senhor virá responder.

O senhor não está aqui, como foi dito ainda há pouco – alguém chegou a dizer aqui –, o senhor não está aqui porque agrediu o Supremo Tribunal Federal; não é por isso que o senhor está aqui, não. O senhor está aqui porque o senhor tentou matar gente. O senhor está aqui porque o senhor tentou perpetrar um ato terrorista que levaria milhares de compatriotas seus – eu acho muito interessante como, nos vídeos, o senhor chama de patriotas –, o senhor iria levar inocentes compatriotas seus à morte. A sua frieza chega a ser aqui constrangedora. Aliás, a sua frieza deveria ser constrangedora para aqueles que o senhor anteriormente defendeu, ou para aqueles que o senhor defende, ou para aqueles que ainda tentam aqui audaciosamente o defender – audaciosamente! O senhor não está aqui por nada do Supremo Tribunal Federal, não. O senhor está aqui por tentar romper a maior conquista que os brasileiros tiveram em toda a sua história: a democracia. O senhor está aqui porque queria matar gente...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... em série. É por isso que o senhor está aqui. O senhor está aqui por outros crimes que cometeu e pelos crimes que viria a cometer. São essas as razões que o trazem aqui.

Como já foi dito aqui, é também significado diagnóstico o seu comportamento. É um leão nas redes; mas, como já foi dito anteriormente, é cordeirinho aqui para se calar diante da verdade.

Eu espero, do fundo do coração, que o senhor em algum momento faça a reflexão, faça a reflexão do conjunto dos crimes que o senhor praticou, como está sendo feito pelo Sr. Mauro Cid, porque o senhor é o retrato mais vil de uma página muito triste da história do país.

Como já foi dito aqui pelo colega Pastor Henrique Vieira, não se trata aqui de divergência política. Podemos ser de centro, de direita, podemos ser liberais, podemos ser socialistas, isso aí é divergência política; tentar matar gente, romper o Estado de direito, tentar impetrar golpe de Estado, como nós sabemos, isso daí não é posição política, isso é crime. E, sendo crime, deve responder e deve ser punido pelos crimes que se comete.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O próximo orador inscrito, por permuta com a Senadora Soraya, é o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, eu queria só, antes da minha fala, corroborar aqui com a Deputada Jandira, que citou um crime previsto no artigo penal, e eu vou só ler aqui o art. 240, aliás, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo [...] envolvendo criança ou adolescentes" é crime. Art. 241-A: transmitir ou publicar essas cenas é crime. Então, são mais crimes para o senhor, Sr. Wellington, juntando na sua grande coleção.

Eu queria lhe fazer umas perguntas.

O senhor já teve cargo em algum governo?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Quando eu tiver acesso a todas as acusações e tempo para conversar com a minha defesa, eu respondo pra vocês.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quem convidou o senhor para assumir um cargo no Governo em fevereiro de 2019?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A resposta é a mesma, Senador.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu queria só deixar claro aqui que fevereiro de 2019 é início de Governo. Talvez as pessoas aqui não conheçam o que é o Poder Executivo. E ninguém nomeia, ninguém, já em fevereiro, um mês depois da posse, se essa pessoa não for uma pessoa de muita confiança, muito próxima ou se tiver alguma coisa a ter contribuído durante a eleição, durante o processo de voto. Isso é muito importante colocar.

O senhor frequentava o acampamento golpista?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Deputado, a resposta é a mesma. Quando eu tiver tempo...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Foi lá que o senhor conheceu Alan Diego e George Washington?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A resposta é a mesma anterior.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor precisa de acesso a autos pra saber onde você conheceu Alan e George Washington?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Eu preciso conhecer integralmente as acusações que são feitas a mim e ter tempo de articular isso com o meu advogado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor precisa de autos para saber quem que lhe convidou para assumir o Governo em 2019?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Preciso de tempo para conversar com o meu advogado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Já respondia a processos naquela época? Tem autos daquela época, só pra eu poder entender? *(Pausa.)*

Vou lhe fazer a mesma pergunta que fiz aqui para o seu comparsa, George Washington: quantas pessoas você pretendia matar na noite de Natal colocando uma bomba no Aeroporto de Brasília?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Na próxima oportunidade eu respondo ao senhor, depois que eu tiver acesso aos autos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu vi aqui, sabe, Wellington, durante vários momentos, o senhor sorrindo, feliz, tendo até um momento agradável. Deu piscadinha. E o senhor deve estar realmente bem acostumado já com a Papuda, vai passar muito tempo por lá. E eu fiquei aqui do meu lugar imaginando como alguém que tem a capacidade de colocar uma bomba num aeroporto, numa noite de Natal, pode sorrir e achar graça do que está acontecendo aqui nesse exato momento. Se com o seu plano assassino dando errado e o senhor preso neste momento, condenado, como seria o seu sorriso se o senhor tivesse conseguido matar as pessoas que o senhor pretendia e causar a comoção necessária para o seu tão sonhado golpe de Estado?

Alguns membros das Forças Armadas, e repito aqui, alguns membros das Forças Armadas precisam ser punidos. Mas, neste momento, eu quero agradecer ao General Freire Gomes, porque, a cada vez que a gente vai passando nessa investigação, a gente vai vendo que ainda existiam homens nas Forças Armadas que resistiram ao golpe e defenderam a democracia. Os acampamentos ali nos QGs, no quartel que você frequentava, apoiados e acolhidos por muita gente, foram verdadeiras incubadoras do crime. E, como eu já disse, foram um lar para o golpe e para os golpistas. De lá, o senhor planejou o assassinato de milhares de pessoas.

O sorriso que o senhor hoje traz aqui no seu rosto seria arrancado da existência de pais, mães, filhos e filhas dos quatro cantos do país, se sua atitude assassina tivesse dado certo.

Hoje, os jornais de todo o Brasil noticiaram que Mauro Cid ligou o ex-Presidente e alguns líderes das Forças Armadas à tentativa de golpe de Estado, que estamos aqui investigando – esse roteiro criminoso, mas, graças a Deus, muito pueril.

Estamos diante aqui de um criminoso condenado, um assassino em potencial que precisa ser afastado do convívio da sociedade.

Queira ou não, esta CPMI está trazendo luz para um ambiente tenebroso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você é tão culpado de tudo que veio aqui e ficou em silêncio, mesmo tendo tido, sim, acesso e tempo a todos os autos – todos os autos. O seu advogado que está aqui está constituído em todos os autos dos processos a que o senhor responde nesse exato momento.

Você é um risonho – é risonho –, mas deixa eu te dizer o que não é engraçado: abuso sexual, assassinato, violação de cadáver, golpismo e mentira.

O que conforta meu coração, neste momento, nessa fala, e o que me faz sorrir é que temos instituições firmes o suficiente para manter a nossa democracia de pé, mesmo diante de muita gente que não quer enxergar. Andamos à beira do abismo da terra plana, não caímos, não cairemos e nos manteremos firmes e vigilantes para daqui, de onde estamos, empoderados pelo voto popular e pela mais vibrante e livre democracia, cobrar uma condenação exemplar para gente da sua laia.

"Vou colaborar com vocês, se tiver acesso e meus direitos garantidos". Santa democracia que permite que um terrorista que colocou uma bomba no aeroporto na noite de Natal tenha os seus direitos garantidos – e todos serão garantidos.

O senhor, Sr. Wellington, é a mais vil e má expressão de tudo que a gente viveu e que desembocou no 8 de janeiro. O senhor não é um maluco, o senhor não é um alucinado, o senhor é, sim, um criminoso, que hoje, por tanto rir e tanto parecer feliz, me fez ter a certeza e a convicção de que estamos no caminho certo.

E eu tenho certeza e convicção de que o senhor vai ter muito tempo de pena para refletir. Se não refletir agora, daqui a 30, 40, 50 anos, ou, se não refletir, você, com certeza, terá outras oportunidades, seja aqui ou na próxima vida, para se arrepender e pagar pelos crimes que o senhor cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A Senadora Eliziane quer dar uma palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, pela ordem.

Eu queria só, depois da apresentação do tuíte pelo Randolfê, passar um vídeo aqui rapidamente, Presidente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo, já pode...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto. Na verdade, esse vídeo eu fiz questão de colocar, porque esse vídeo o Wellington divulga, Senador Randolfê, exatamente no dia da postagem desse Twitter referente ao Freire Gomes, não é? Onde, na segunda parte, você colocou... Ele diz o seguinte. Veja, ele diz



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seguinte: "Freire Gomes foi contra e disse que não valia a pena ter 20 anos de problema por 20 dias de glória e falou que não apoiaria ou atenderia o chamado do Presidente para moderar a situação mesmo após Bolsonaro apresentar vários indícios de parcialidade em favor de Lula pelo TSE e STF". Veja que, depois dessa postagem, houve uma verdadeira manifestação fazendo um apelo, inclusive carregado de emoção, para que o Freire Gomes de fato viesse a ceder, batendo 100% com o que hoje a imprensa brasileira divulga acerca da delação do Mauro Cid.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente Arthur, Relatora Eliziane, Srs. Deputados, Senadores, Wellington Macedo de Souza, eu não vou aqui denegrir a sua imagem, fazer observações a respeito do seu comportamento, porque, depois de 59 processos, eu tenho muito pouco para fazer qualificando esse cidadão.

O que me deixa pasmo, Presidente Arthur, é o cinismo desse cidadão, é a maneira com que ele enfrenta as colocações que lhe foram feitas.

E aí eu me pergunto: como é que esse cidadão, no vídeo que virá em seguida, chora e diz-se traído e abandonado por alguns que o cercavam? Deve ter algum pecado muito forte pra ele se sentir abandonado.

Aqui estive o Mauro Cid e, na sua estada, eu perguntei até quando ele ia aguentar. Ele aguentou menos de cem dias, já fez a delação. Quando será a próxima delação? Deve ser a desse cidadão que aí está, sorrindo, piscando os olhos. Não tem coração, e é por isso que nós não podemos perder tempo com esse tipo de gente. Aqui nós estamos ouvindo os Deputados todos fazendo colocações, denigrindo a imagem... Que imagem esse cidadão tem? Nós estamos perdendo tempo, estamos perdendo tempo!

Pode passar a palavra para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Isso é uma escória realmente.

O senhor tem alguma coisa a dizer? *(Pausa.)*

O senhor tem a palavra. Pode passar a palavra, talvez seja alguma coisa ilustrativa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – As minhas respostas para o senhor, elas virão logo após os meus direitos de ter acesso integral...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – O senhor não pode dar resposta a ninguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Eu não tive tempo de...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – O senhor é um desqualificado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – O que há?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço que o senhor não adjective o depoente dessa forma. Eu peço que siga no seu discurso sempre educado e certo, por favor.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Muito obrigado, Presidente. Era essa a colocação que eu queria fazer. Realmente eu saí dos meus cuidados, porque o cinismo me toca profundamente. Eu quero que ele responda somente: por que as lágrimas, as lágrimas de crocodilo? É esse crocodilo que aí está.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

Vamos suspender, mais uma vez, a sessão por três minutos, a pedido do depoente.

(Suspensa às 11 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado André Fernandes. *(Pausa.)*

Deputado André Fernandes, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aqui, pelo... Ah, perdão. Espere aí. Aqui, pela nossa conta...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Troquei com o Girão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... é o senhor que teria feito uma permuta com o Senador Rogério Correia...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É Marcos Rogério.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – E a permuta, Presidente, que eu fiz com o Girão? Não seria agora?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olhem, vocês já trocaram tantas vezes... Tem Deputado que trocou aqui três vezes de posição...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ah, Presidente, com todo o respeito, eu troquei uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou aqui seguindo... De acordo com o que me foi passado, o próximo orador é o Deputado André Fernandes, que teria permutado o seu tempo com o Senador Marcos Rogério. Confere?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Confere. Eu tinha trocado realmente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, é o senhor que fala.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Então, vou ficar por último.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vai ficar por último. Então, tá.

Então, vou passar ao próximo orador inscrito, também por permuta, com o Senador Eduardo Girão, que é o Deputado Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

Só pra... Se o senhor me permite fazer justiça à minha pessoa, eu só troquei uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Então, se houve confusão, a culpa não é minha.

Presidente, já que o depoente não está colaborando hoje, eu acho que eu preciso fazer algumas ponderações aqui.

O Pastor da Shopee falou de amor, e o partido dele é que entrou no Supremo Tribunal Federal pra assassinar bebês no útero de suas mães. Esse Pastor defende, colega Girão, o assassinato de bebês indefesos no útero de suas mães e vem a esta CPMI falar de amor! O Presidente dele, colega Cleitinho, falou – abro aspas – "precisamos purificar essa gente" – fecho aspas –, falando de quem votou em Jair Bolsonaro. Essa frase, Pastor da Shopee, é lembrada, pois ela foi dita por Adolf Hitler – Adolf Hitler! O senhor deve



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer! Também provavelmente defendia o assassinato de judeus na barriga de suas mães, como o PSOL defende o assassinato de bebês, dos brasileiros que ainda não tiveram como nascer. Então, antes de falar de amor, amor de crocodilo, amor que não existe, acho que vale a pena repensar as atitudes.

Dizer, como é dito aqui, que todos os eleitores de Jair Bolsonaro são extremistas é colocar metade do país de um lado em que ele não está. Aliás, se é pra dizer que todos que votaram em Jair Bolsonaro são extremistas, nós podemos usar a mesma lógica pra dizer que todos que votaram em Lula são ladrões, são corruptos, são chefes de organização criminosos. Ora, eu não faço essa analogia, apesar de que alguns são. Aliás, caro colega Girão, tem gente aqui que reclama que eleitores de Bolsonaro, apoiadores, colega Damares, fizeram Pix pra ele, mas são os mesmos que estavam na planilha da Odebrecht com apelidos por terem recebido dinheiro roubado do povo. Dinheiro de Pix que o trabalhador ganha e faz o que quer com o seu dinheiro?! Isso não tem crime. Agora, roubar do povo pra financiar a campanha? Isso tem muito crime. Então, antes de falar alguma coisa dos outros, quando se diz de amor, quando se diz de qualquer coisa, é bom olhar um pouquinho pro seu umbigo.

Seu Wellington, dito isso, acho que o senhor vai me responder essa pergunta. Vou apostar que o senhor vai me responder. O senhor chamou a atenção, quando o senhor chegou aqui, num problema crônico hoje do Brasil que é... E eu não estou aqui o defendendo nem sendo o seu advogado, mas eu quero saber quais foram os processos a que o senhor não teve acesso, e lhe pergunto por que, porque outros que estiveram sentados onde o senhor está fizeram o mesmo questionamento e a mesma argumentação.

A gente sabe que muitos que foram presos, muitos, centenas, foram por crime coletivo, algo que a nossa Constituição não diz... Foram recolhidos que nem vacas aqui, no Palácio, na Praça dos Três Poderes; colocados num ônibus, prometeram uma coisa pra eles e levaram, inclusive, crianças presas por algumas horas.

Então, se o senhor pudesse me dizer quais são os crimes a que o senhor responde e o senhor não teve acesso... Posso ter acesso a essa informação? *(Pausa.)*

O advogado, infelizmente... é ele que tem que falar, porque se o senhor não se importar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Pois não. O que é que houve?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Só um pouquinho... O advogado está orientando o seu cliente pra falar.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Deputado, eu sinto muito, mas são os mesmos que já estão no STF, que eu nunca tive acesso integral ao que lá está me acusando e eu preciso sentar pra conversar com o meu advogado sobre o assunto também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Perfeito.

Então, a gente vai poder descobrir quais são os crimes a que o senhor responde e o senhor não teve acesso.

Eu faço essa elucidação, Wellington, porque esse não é um caso que só o senhor está vivendo no Brasil. Hoje, muitos que respondem a inquéritos no Supremo Tribunal Federal... Aliás, que não teriam foro privilegiado, como diz a nossa Constituição, pra responder no Supremo Tribunal Federal, respondem lá.

Nós tivemos, semana passada, julgamentos que deram penas a pessoas mais graves do que esquartejar o marido. Ou seja, no Brasil de hoje, no Brasil do Supremo que a gente tem hoje, é pior entrar no Senado, bater uma foto e fazer um suposto golpe sem arma, sem líder, sem nada, do que pegar e esquartejar o marido, colocar numa mala e sumir com a mala. Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Aí, depois que advogados fizeram o seu trabalho na defesa dos seus clientes, o Supremo Tribunal Federal decidiu fazer o julgamento tudo *online*. Vai ser painel *online* pra que não dê nem a defesa das pessoas... Inclusive, a própria OAB se manifestou contrária, e o Alexandre de Moraes, o arauto da nossa democracia, disse que não ia ouvir OAB, não ouve ninguém, ele ia fazer como ele quiser.

Sr. Presidente, essa CPMI caminha pro seu fim e, por mais que tentem associar Jair Bolsonaro a extremistas, como o Sr. Wellington, como tantos outros que existem em ambos os lados, nada foi provado sobre Jair Bolsonaro. Falam de joias. Nós já propomos aqui a CPI das joias, desde 2000 pra frente nós analisaríamos. Eu inclusive assinei e, infelizmente, os Parlamentares de esquerda não quiseram. Foi colocado, inclusive, numa fala – acho que do Filipe Barros ou do André –, pedindo que o colega assinasse a CPI das joias, mas infelizmente não querem assinar.

Então, vivem de narrativas fajutas, as imagens seguem sem ser entregues; a Força Nacional, graças à força do Presidente, parece que vai vir aqui e vai explicar o que aconteceu no dia. Então, a gente ainda tem muito a investigar nesta CPMI e a gente sabe, porque infelizmente a gente vê, a gente está falando aqui, a nossa Relatora, que tem o marido que ganha R\$27 mil na CGB, que tem a irmã também com cargo aí no Governo Federal e por aí vai, sabe que a intenção dela aqui é manter os seus cargos e não descobrir a verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Marcon.

Pois não.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade. V. Exa. tem três minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Foi citado por quem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa.

V. Exa. falou várias vezes, apontando para o Pastor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro que sim.

Por favor. Tem três minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Mas não falei o nome...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Falou.

Com a palavra.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Era o Feliciano o Pastor da Shopee.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para explicação pessoal.) – Ou é covardia, ou desonestidade, mas, de qualquer forma, vou responder.

Primeiro, eu realmente não acho que todo eleitor de Bolsonaro é um fascista. Tem muitos fatores que influenciam o voto de uma pessoa. Eu acho que, dentro do campo do eleitorado de Bolsonaro, existe uma base com a qual é impossível dialogar, porque é mobilizada pelo ódio, mas não é todo eleitor de Bolsonaro.

Quero dialogar com muita gente, trocar ideia e construir um país de democracia e respeito à diversidade.

A ação do PSOL, no STF, sobre a questão do aborto: milhares de mulheres morrem, todos os anos, por questão clandestina...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu queria pedir...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – O bebê vai morrer, também, pelo assassinato...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Defender matar bebê, cara?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, por favor! Por favor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Está exemplificado para a sociedade brasileira. É disso que eu estou falando.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu defendo os bebês nas barrigas das mães.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, o senhor não está com a palavra... Eu peço a V. Exa. que... V. Exa. já falou.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Eu vou sair, Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É bom mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pastor que defende o debate...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Fica aqui, rapaz... Isso... Vai lá.

Pronto.

A sociedade brasileira está vendo.

Quando uma mulher morre por um aborto inseguro, o bebê morre também. Então, é a quinta causa de morte materna no Brasil.

Eu não quero que essas mulheres sejam presas. Aliás, eu duvido que um pastor, quando uma mulher chega e fala isso pra ele, vá entregar essa mulher à delegacia, sabia? Duvido que, numa prática pastoral, vai dizer assim: "Você tem que ser presa".

Então, eu não quero que essas mulheres sejam presas. Eu quero que elas sejam escutadas.

Isso tem a ver, inclusive, com o acolhimento pastoral.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – É isso. Extrema-direita é isso.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Pelo amor de Deus, você está defendendo aborto voluntário...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não estou defendendo. Não é isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu peço que a gente garanta a palavra a quem está falando.

Não, Deputado, V. Exa. tem que ter tolerância com a palavra alheia. V. Exa. discorda, eu entendo a sua discordância, V. Exa. tem todo o direito de discordar, e na hora em que o senhor falar, o senhor mostra a sua oposição a essa postura do Pastor, mas vamos garantir, sim, o direito de cada um falar.

Por favor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Se puder retomar o meu tempo, Sr. Presidente?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu pediria até dois, eu fui muito atrapalhado no meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem mais um minuto.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu defendo a vida, inclusive dessas mulheres, e por isso é preciso escutá-las e não criminalizá-las. E, conforme eu falei, muitas mulheres que fazem abortos são evangélicas, são católicas, estão nas nossas igrejas, e eu não desejo que elas sejam presas, eu desejo que elas sejam escutadas.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – E, nos países em que há a criminalização, não há redução do número de abortos, inclusive. Ou seja, nem o efeito vida, que eles tanto falam, é alcançado.

Sobre a minha fé, olha, sou formado em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Sou Pastor da Igreja Batista do Caminho, minha amada comunidade de fé lá no Rio. Mas não é nem o diploma...

Olha, eu só quero pautar a minha vida, com as minhas contradições e fraquezas, dependendo do amor de Deus, numa prática mesmo, de amor, de respeito, de solidariedade, de misericórdia, de tolerância...

Eu sou Pastor porque tem uma comunidade que me reconhece. E acredito que pastorear é sobretudo amar e servir. Amar e servir. É menos condenar e mais acolher, é menos se vingar e mais perdoar, é não odiar e amar, é estar no mundo para servir. Com as minhas fraquezas e contradições, essa é a ética da minha vida, e quem me julga é o meu Deus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E falo isso com muito respeito ao Estado laico, à diversidade religiosa e à não crença religiosa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, que é o Senador Marcos Rogério.

Como o Senador não está presente, passamos agora ao próximo orador, que, por permuta com o Pr. Marco Feliciano, é o Deputado Filipe Barros. *(Pausa.)*

O Deputado Filipe Barros não está presente.

Passamos agora a palavra, aí sim, ao Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Já começo falando que é um absurdo, dentro desta Comissão, a gente ver alguém defendendo o assassinato de crianças na barriga da mãe. É um absurdo e, por isso, é revoltante e não tem como a gente ficar aqui calado. Está defendendo abertamente o assassinato.

A ADPF que está tramitando no STF trata sobre aborto voluntário até a 12ª semana de gestação. É assassinato, é um genocídio silencioso. E eles vêm aqui... Lobo em pele de cordeiro, para dizer que está preocupado com a vida da mãe. Está nada! Eu vou além: isso é diabólico! E eu sinto vergonha de alguém usar esse codinome para defender aborto.

Falado isso, Sr. Presidente, voltemos agora para a CPMI.

Eu poderia aqui fazer algumas perguntas para o Sr. Wellington Macedo. Já vi que ele não vai responder, porque não teve acesso ainda à integralidade de todos os documentos e dos autos que o acusam. Eu começaria até perguntando a relação dele com o Alan Diego e com o George Washington. Porque eu, particularmente, assisti ao documento, ao depoimento de ambos. Ambos, quando foram presos, eu assisti ao depoimento.

Em uma situação em que a pessoa é presa, a primeira coisa que ele tenta fazer é o quê? É livrar a culpa dele, pessoal, ou tentar colocar a culpa para o seu comparsa lá, o seu compadre que estava com você atuando naquele momento.

Dentre os depoimentos do Alan Diego e do George Washington, os depoimentos deles conferem um com o outro. Confere que o George Washington estava com esse artefato; confere que foi entregue para o Alan colocar lá; e ambos dizem que não conheciam o Wellington Macedo, que pediram carona e que ele teve conhecimento de que era uma bomba somente no aeroporto.

Eu acho estranho, Sr. Presidente, porque, assim... Se eu fosse preso, na pior das hipóteses, eu diria: "O motorista lá é quem pegou a bomba. Ele que sabia. Eu não sabia de nada". Mas dois condenados – dois



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenados – em depoimentos distantes, distintos, simultâneos, afirmarem a mesma coisa? É no mínimo suspeito.

E eu perguntaria ao Sr. Wellington Macedo, mas ele não vai responder, e eu entendo, então não vou nem entrar nesse mérito.

Mas, já que falamos sobre essa bomba, esse artefato – que não tinha detonador, mas, enfim, sobre esse artefato –, existiam três pessoas: o Wellington, que os outros dois dizem que não conheciam e só pediram carona; George Washington; e Alan Diego.

Alan Diego, senhores, para quem não sabe, é este aqui, olha. Eu não sei por qual motivo ele ainda não veio aqui, não foi convocado para a CPMI do 8 de janeiro.

Eu gostaria só que a assessoria e a Secretaria passassem o vídeo que eu encaminhei, por gentileza.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Por que é que eu pedi para passar esse vídeo? E eu fico aqui olhando a cara dos governistas sorrindo ao assistir a esse vídeo. Eu tive acesso ao Relatório de Inteligência 573, de 2022, da Polícia Civil, o qual eu não posso passar pra vocês porque é um documento sigiloso. Ele contém um pouco do histórico da vida do Sr. Alan Diego, envolvido em uma suposta lavagem de dinheiro. Nessa suposta lavagem de dinheiro que consta no relatório da Polícia Civil do Distrito Federal, ele recebeu... Alan Diego recebeu dinheiro, nessa lavagem de dinheiro, de duas pessoas, em específico de um cara chamado Delemberg de Souza.

Delemberg de Souza foi preso, em novembro de 2022, com quase uma tonelada de cocaína – um traficante. E o dinheiro que ele deu ao Sr. Alan Diego foi pouco tempo antes do que aconteceu. Alan Diego recebeu o dinheiro do traficante Delemberg de Souza. Inclusive, quando foi preso, na mesma operação, foi preso o Sr. Ramon Santiago e dois chefes de facções criminosas, Paulinho Chinês e Ítalo Freire.

Por que é que eu estou falando isso e estou fazendo essa ligação? Traficantes, chefes de facções criminosas junto com o traficante que foi preso com quase uma tonelada de cocaína têm envolvimento com o Sr. Alan Diego, que, por sua vez, no seu depoimento, diz que implantou a bomba e tem medo de falar quem o mandou fazer. Ele tem medo de abrir a boca e sofrer represália. Eu não estou dizendo que foram eles que mandaram, mas, pouco tempo após um traficante que foi preso com Ramon e com outros dois chefes de facções criminosas... É, no mínimo, estranho, porque, somada a isso, tem a notícia de que, no Ceará, uma tal facção criminosa financiou ônibus para manifestantes virem a Brasília na véspera do dia 8.

Eu não me recordo de facção criminosa fazendo festa quando Bolsonaro foi eleito; pelo contrário, eles reclamavam: apreensão recorde de drogas, chefes de facções criminosas transferidos para presídios federais. Mas, quando Lula foi eleito, o tráfico comemorou, os presídios comemoraram. E, de repente, a gente tem uma facção criminosa supostamente financiando ônibus para trazer gente para Brasília. A gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem facções criminosas, junto com um tal de Delemberg, traficante com quase uma tonelada de cocaína, pagando para o Alan Diego, que vem a Brasília, implanta um artefato no aeroporto, mas diz: "Eu não posso falar quem me mandou fazer, eu não posso". Eles insistem, insistem, insistem, e ele diz: "Eu não posso falar, eu não posso, eu tenho medo".

Eu poderia ser baixo, eu poderia ser baixo, igual o Governo é, igual os governistas são, de dizer que Ramon, que foi preso, mesmo preso com chefes de facções criminosas, foi nomeado no gabinete de um Deputado Estadual do Piauí, que é filho da Senadora que assumiu no lugar do Ministro do Lula Wellington Dias – está aqui a foto dele com um chefe de facção criminosa. É isso mesmo. Eu poderia, eu poderia, eu poderia fazer a canalhice que os governistas fazem...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não vou fazer. Eu vou me ater ao simples fato de que é muito estranho facções criminosas no Ceará, financiando ônibus para trazer manifestantes para Brasília, enquanto facções criminosas pagam para um sujeito algum valor pouco antes de ele colocar um artefato no aeroporto, e hoje não pode dizer, porque teme pela vida.

Eu acho que as investigações precisam, sim, ser aprofundadas, e por isso mais uma vez eu peço a esta CPMI – se é que quer investigar – a aprovação do meu Requerimento 1.877, de 2023, para que a gente tenha acesso, Sr. Presidente, às informações e aos detalhes sobre essa suposta operação, envolvendo o Ceará, o Ministério Público Federal, em que tinha facção criminosa envolvida. Já falei e repito: isso pode mudar os rumos das investigações desta CPMI. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, pela ordem apenas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, que o ódio faz parte da característica de alguns aqui a gente já sabe. Agora, chamar de canalhice, baixaria quem é hoje base do Governo eu acho que o senhor tem que bloquear e evitar, por favor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Fora do microfone.) – Os que fazem esse tipo...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não importa. O que importa é que essa palavra é de baixo calão e não tem condições, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós vamos fazer essa avaliação. Eu vou pedir para ler as notas taquigráficas para fazer essa avaliação.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, que é a Deputada Soraya Thronicke.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – A Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora Soraya Thronicke – é que ela, com essa cara de 20 anos, parece mais... Não tem, não chegou ainda aos 35 para ser Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Bondade sua. Bondade sua, Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia, Relatora. Bom dia, Presidente. Bom dia, senhor depoente, Wellington Macedo de Souza...

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Bom dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... e seu advogado, Síldilon Maia Thomaz do Nascimento.

Eu gostaria de perguntar ao senhor, Sr. Wellington: o senhor se considera inocente?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Senadora, eu volto a afirmar o mesmo de antes: só depois que eu tiver acesso integral e tempo suficiente para articular com os meus advogados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor está preso por conta do episódio da bomba no dia 24 de dezembro. O senhor já foi condenado, o senhor teve acesso aos autos, o senhor teve acesso a absolutamente tudo, e o seu processo está aberto, porque não está em segredo de justiça. Então é fácil, muito fácil encontrá-lo. Enfim, mas o senhor quer mentir.

Agora acredito que o senhor possa me responder esta: o senhor tem esposa?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Só vou responder depois que eu tiver os meus direitos garantidos, de acesso integral...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor tem filhos?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – ... em reunião com o meu advogado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor não pode responder nada disso? Absolutamente nada? O senhor se sente ameaçado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Me perdoe, Senadora, com muito respeito, a resposta é a mesma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor está se sentindo ameaçado, intimidado?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Mesma resposta, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Então o senhor deve estar se sentindo ameaçado.

Uma pergunta que eu gostaria muito de saber e o Brasil gostaria de saber: por que um método tão cruel de explodir uma bomba logo na véspera de Natal? Eu fico olhando para o senhor assim e pensando: o senhor queria ser o herói, o patriota herói, explodindo uma bomba no Aeroporto de Brasília, na véspera de Natal.

Como é que o senhor já tinha planejado o seu Natal? O senhor ia comer um peru recheado, uva-passa, champanhe? Que presente para o povo brasileiro...

Mas eu estou... Os colegas aqui me mostraram – eu não tinha nem visto, porque eu não queria nem estar de frente com o senhor – vários vídeos. Um deles, o senhor chorando, chorando copiosamente: que o senhor foi abandonado, que o senhor está largado para as traças, que o senhor ajudou Deputados, Senadores a conseguir engajamento, a serem eleitos, e agora Carla Zambelli não quis nem tirar uma foto com o senhor. É verdade isso?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Mantenho o mesmo posicionamento, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Quem está pagando o seu advogado?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Mesma resposta que dou à senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Quem está pagando, quem está mantendo a sua família? (*Pausa.*)

A sua família, há quanto tempo o senhor não vê?

O senhor chora assim lá na Papuda?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – No tempo certo vocês terão a verdade, depois que as coisas forem cumpridas em relação ao acesso integral e ao tempo suficiente de conversar com o meu advogado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor chora lá na Papuda? O senhor fica sozinho? O senhor está emagrecendo? O senhor está comendo o bem? Como é a marmita lá na Papuda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se sente um inocente patriota lá na Papuda? Como é o convívio com os patriotas lá na Papuda? O senhor tem acesso à biblioteca lá na Papuda?

O senhor conhece esse livro aqui? O senhor conhece... O senhor é jornalista. O senhor conhece esse livro aqui: *Orvil*? Conhece? *Orvil*? O senhor conhece o *Orvil*, hein? É o Santo Graal dos bolsonaristas. Vou contar para o Brasil – vou contar para o Brasil –: urdido em segredo durante três anos, sob encomenda do então Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, *Orvil* foi a resposta da caserna, acusando crimes e conspirações da esquerda e suas tentativas de transformar o país em uma China tropical. Quando ficou pronto, José Sarney, Presidente à época, vetou que viesse a público.

O senhor conhece o *Orvil*, não é?

Quem que treinava vocês? O conteúdo desse livro... E *Orvil*, Brasil, é "livro" ao contrário – "livro" ao contrário. O conteúdo do *Orvil* foi... Virou uma novidade o conteúdo dele, porque é o aspecto essencialmente brasileiro na guerra cultural bolsonarista. Normalmente se acredita que essa ideia tenha chegado aqui em 2013, importada dos Estados Unidos, mas o *Orvil* tem sido o livro que deu e que continua dando base para vocês.

Mas o senhor e os patriotas, o pessoal que está sem dinheiro, não tem dinheiro para pagar advogado... Está todo mundo na Papuda, está todo mundo na Colmeia; ou de tornozeleira eletrônica, ou foragido no Paraguai – atravessam lá pelo Mato Grosso do Sul, pela minha terra. Está cheio de brasileiro, de patriota, pedindo pelo amor de Deus, abandonado por essa turma aqui. Como é que o senhor se sente olhando para eles aqui hoje?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A resposta é a mesma, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Pois é, eu imagino.

Aí olham para o senhor, falam que o senhor é um herói, falam que o senhor é alguém que estava cumprindo uma missão, e o senhor ri. Eu fico indignada. O senhor ri. Todo mundo abandonou o senhor. Bolsonaro abandonou.

E é isso aí, Brasil. São terroristas, são golpistas, são corruptos, são assassinos, disfarçados de inocentes, de jornalistas, de cristãos, de políticos, de conservadores, de heróis, de patriotas, e fazendo todo mundo de besta. Sorte de quem viu antes e caiu fora, porque Bolsonaro – e a turma toda que está ao redor dele – virou chave de cadeia. Bolsonaro é chave de cadeia. E quem pode mais, quem tem mais condições, quem tem uma banca, que tem mais, de repente, sei lá, um acesso, pode conseguir aí diminuir uma pena.

Quem tiver um advogado que não vá fazer uma sustentação oral e esquece do cliente... Doutor, pelo amor de Deus, o senhor não vai fazer isso, não é? O senhor não vai esquecer do Sr. Wellington, o senhor vai fazer os 15 minutos de defesa do seu cliente. Não vai ficar xingando ministro, não é assim que um advogado se comporta. Porque os outros estão tão enlouquecidos que esqueceram os seus clientes na cadeia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que já estou protocolando o pedido de convocação do Sr. Filipe G. Martins, que foi citado por Mauro Cid. Gostaria que colocasse pra aprovar, que os colegas subscrevessem, para ouvirmos Filipe G. Martins o mais rápido possível, que é um dos envolvidos nesta trama golpista. E eu quero ver sentado aí no banco dos réus a alta cúpula, o cérebro ardiloso desta trama golpista e dizer que eu ouvi o choro do Sr. Wellington, eu fico aliviada que não sou eu nem outras mães neste país que estamos chorando.

Então, por isso, eu levo tão a sério essa CPMI, levo tão a sério esse trabalho todo aqui, de todos nós, porque isso significa vidas, significa a nossa liberdade, significa a nossa democracia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Na ausência do próximo orador, que seria o Delegado Ramagem, e do Senador Magno Malta, passo ao próximo orador, que é o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente, todos os colegas aqui.

Olha, em primeiro lugar, seja bem-vindo a esta Casa, Sr. Wellington Macedo, o seu advogado, o senhor...

O SR. SÍLDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO – Síldilon.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Nascimento.

A violência, obviamente, jamais é solução para nada. Nós não podemos sair desse norte de que os fins jamais justificam os meios. Por mais que a gente tenha ideais, que a gente tenha medo de algumas situações, nunca o caminho pode ser a violência. Eu gosto muito de relembrar o Mahatma Gandhi, humanista, que diz o seguinte: no olho por olho, dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes.

Agora, Sr. Presidente, eu não posso ficar calado com o que eu ouvi aqui sobre aborto, que é um tema muito caro pra mim e pra 90% dos brasileiros, que é uma violência contra as crianças e contra as mulheres, porque está já confirmado em muitas universidades do mundo, estatísticas, que além de a criança ser assassinada, sem direito à defesa, a mulher fica com sequelas emocionais, psicológicas, mentais, com mais propensão à síndrome do pânico, a envolvimento com álcool e drogas, e a suicídio, que é a pandemia desse momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, me causa espécie ouvir pessoas, inclusive, com todo respeito a quem pensa diferente, mas religiosas defenderem essa ADPF que legaliza o aborto até a 12ª semana de gestação, com os rins todos formados, o fígado e tudo.

Mas eu queria apenas pontuar isso e trazer para essa situação o seguinte: parece, Senadora Damares, que a omissão deste Governo, que esta CPI não quer investigar de maneira nenhuma, quer abortar a investigação com relação aos poderosos de plantão...

Eu peço pra passar o vídeo pra a gente ver mais um capítulo, porque a população brasileira precisa ter noção de o que a gente poderia estar fazendo, Senador Cleitinho, e não está fazendo. Vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, está muito clara a blindagem, está claro como o sol como o Sr. Cappelli ignora, no inquérito aberto, no seu relatório, o GSI.

Nós já pedimos, inclusive, a prisão do general do Lula, mas no Brasil existe a justiça dos dois pesos e duas medidas. Por que não trazemos o Sr. Cappelli aqui? Cadê as imagens do Ministério da Justiça? É uma pergunta que não quer calar onde nós andamos por esse país. Até quando essa CPMI, nós vamos ficar sem essas imagens? E a incoerência é grande, Sr. Presidente, porque primeiro dizia que não tinha; depois, que precisava da autorização do STF; o STF autoriza; depois, diz que não vai mandar. Pressão na CPMI, diz que as imagens foram apagadas automaticamente pelo contrato. E aí ele entrega duas imagens. Apagou ou não apagou? Quem é que tá mentindo? Sr. Cappelli estava lá – Sr. Cappelli, o segundo homem do Ministro Dino.

Aliás, por falar em subordinado do Ministro Dino, cadê o seu assessor direto de inteligência do Ministério da Justiça, que recebeu, Senador Izalci, não foi um, nem dois, nem três, nem quatro, nem cinco, nem seis, nem sete, nem oito, nem nove, nem dez, nem onze, nem doze, nem treze, nem quatorze, nem quinze, nem dezesseis, nem dezessete, nem dezoito, nem dezenove, nem vinte, nem vinte e um, nem vinte e dois, nem vinte e três, nem vinte e quatro, nem vinte e cinco, nem vinte e seis, nem vinte e sete, nem vinte e oito, nem vinte e nove, nem trinta, nem trinta e um, nem trinta e dois... Recebeu trinta e três alertas de que o objetivo seria destruir a nossa Casa nos atos do dia 8, destruir Senado, Câmara, Palácio do Planalto, STF.

Por que que o Governo Lula não protegeu o nosso patrimônio? Nós tivemos pessoas sentadas onde o Sr. Wellington Macedo está aqui, gerais dizendo que bastavam ali mais uns cem, cento e cinquenta homens, que protegiam, que não entrava ninguém. Só a Força de Segurança Nacional, Senador Cleitinho, tinha mais de 250, fora os pelotões especiais lá do Palácio do Planalto, que o general do Lula não acionou, inclusive falseou documento público, adulterou. Por que que esse homem tá solto ainda, com todo o respeito à pessoa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem a gente ouvir aqui dizer que mulheres que fazem abortos são presas. Não são, é mentira, não têm que ser... Legislação não tem isso. Agora, quem devia estar preso são agentes públicos que prevaricaram. Agora, essa questão de omissão, Sr. Presidente, pra encerrar minha participação, essa questão de omissão é muito clássica...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... nos que fazem parte do Governo Lula. Você pegar o Maranhão, o Estado do Ministro Dino, a taxa, olha aqui, a taxa de homicídio no Brasil em 2022 foi de 19,10 homicídios por 100 mil habitantes. O Maranhão terminou o ano de 2022 com taxa de pessoas mortas de forma violenta de 24,8 por 100 mil habitantes, segundo o Monitor da Violência, ou seja, uma taxa bem superior à média nacional.

A cidade maranhense de Junco do Maranhão teve elevadíssima taxa de 107,2 homicídios por 100 mil: cenário de guerra, de guerra! É uma epidemia que vive o Maranhão. Justamente quem o Presidente Lula escolhe para ser seu Ministro da Justiça e Segurança Pública? Isso é ou não é omissão desse Governador, que não entrega, que faz deboche com esta Casa não entregando as mensagens, não fazendo, não respeitando o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou concordar plenamente com o que foi falado aqui pelo meu querido colega Deputado que foi meu colega na Câmara, o nosso Paulo Magalhães, que é do seu Estado da Bahia e representa muito bem a Bahia. Ele disse assim, claramente: "Estamos perdendo tempo". Disse isso, e eu concordo plenamente. Nós temos tantos depoimentos importantes aqui, e a gente não consegue ouvir.

Eu vou ler agora só o plano de trabalho da Relatora, o plano de trabalho! O plano de trabalho começa assim: "De acordo com a justificção [...] [do requerimento da CPMI] [...] [tem] [...] por objetivo apurar responsabilidade pela invasão da Sede dos Três Poderes, buscando esclarecer quem planejou, quem executou [...] [ou] se omitiu [...]". Isso está na introdução. "[...] averiguar se houve a efetiva emissão de alertas sobre os riscos de violência, quando foram feitas, quem as recebeu e que providências foram tomadas em relação às eventuais advertências". Estou lendo o plano de trabalho.

Objetivos. Aí dentro dos objetivos tem aqui uma parte importante: "[...] é certo que será necessário ouvir, no momento adequado, o Ministro da Justiça, Flávio Dino; o então interventor na Segurança Pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli; e o General Gonçalves Dias, ex-Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República [...]. Todos eles, certamente, têm muito a contribuir



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com esta CPMI". Estou lendo o plano de trabalho. E, de fato, o G. Dias contribuiu muito quando esteve aqui.

Aí, há no final do plano de trabalho. "[Apresentaremos] [...] as linhas gerais de investigação [aí está aqui no plano de trabalho, evidentemente] sem prejuízo de [...] novos fatos [...]: O planejamento e a atuação dos órgãos de segurança pública da União e do Distrito Federal no dia 08 de janeiro, bem como o apagão na execução das medidas de contenção [...]".

Bem, então está muito claro, no plano de trabalho, que um dos itens aqui que seriam apurados seria a omissão, porque é tão grave quanto as ações. Sobre as ações, nós já falamos aqui – acho que é unanimidade, ninguém está passando a mão na cabeça de ninguém –, quem fez tem que pagar por isso individualmente. Agora, quem se omitiu aí também deveria ter sido responsabilizado.

E aqui, em vez de estar perdendo tempo com esses depoentes, porque o próprio Supremo já deu a eles a possibilidade até de ficarem calados, como sempre, e de também nem virem aqui, mas eu digo assim para uma Relatora, para quem quer realmente desvendar a verdade: o Sr. Saulo acabou – o Senador Girão passou o vídeo aqui do Saulo, que é da Abin, era o Adjunto da Abin... Trinta e três alertas, desde sexta-feira. Tinha lá o comunicado, os alertas: "Olha, vai acontecer isso, vai acontecer aquilo".

No domingo, 8h da manhã, o próprio G. Dias diz assim: "Teremos problemas" – está escrito lá.

Nós vimos no Plano Escudo que, após a identificação de qualquer problema, 15 minutos, você tem 25 minutos de deslocamento, ou seja, em 40 minutos, não só o Comando Militar do Planalto, que eu conheço bem, como a Polícia do Exército, o Batalhão da Guarda Presidencial, a Força Nacional, todo mundo, se fosse demandado, estaria aqui em no máximo 40 minutos. Ora, se o Ministro já sabia que ia ter problema, como esse General responsável pelo GSI não tomou nenhuma providência?!

Aí o Saulo... Nós recebemos aqui, porque ele disponibilizou a quebra do sigilo. Nós identificamos que o Saulo... Tem lá 126 páginas do Saulo conversando com o G. Dias. E, aqui, com a maior cara de pau, o G. Dias também coloca o seu celular disponível, como o *e-mail* institucional. Aí não aparece... As mensagens foram apagadas, ou destruíram as provas, até dia 30 de abril. A partir de 1º de maio, é que tem alguma coisa.

Mas, mesmo assim, foi identificada, nessa quebra de sigilo, a troca de informações da Relatora com o Ministro. O Ministro falando com o filho dele, combinando com o chefe de gabinete... Está claro... Era bom passar ali, até como foi feito já aí pela própria Relatora, as mensagenzinhas. É o chefe de gabinete da Senadora? Vai mandar o documento? Estão lá os dois anexos, onde tem o diálogo... "Ah, mas é pergunta que todo mundo faz." Sim, mas quem faz primeiro e por tempo indeterminado é a Relatora.

Agora, vem lá o General Penteado e diz: "Olha, se tivéssemos recebido os alertas, nós teríamos agido, e não teria acontecido o que aconteceu dia 8 de janeiro". Aí nós já sabemos... Os 33 alertas foram recebidos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quem? Nós já sabemos, mas não conseguimos aprovar o requerimento pra trazer as pessoas pra saber o que eles fizeram com os alertas. Jogaram no lixo? Assumiram a responsabilidade e não passaram essa informação pra ninguém? Se passou, para quem? E esse quem, que tem o poder de decisão, fez o quê?

Está aqui no plano de trabalho. Agora, praticamente está encerrando, acho que são duas reuniões próximas aí, porque a outra vai ser aprovação de requerimento. Então, nós temos mais aí uma deliberativa pra votar em bloco os requerimentos... E nós já assistimos a esse filme antes: com certeza, serão todos rejeitados, pelo menos aqueles que querem esclarecer a questão da omissão.

Eu disse antes da CPMI e digo sempre, falei várias vezes no Plenário e aqui: o 8 de janeiro não teria acontecido da forma como aconteceu, se realmente o GSI tivesse agido. Então, a responsabilidade do General G. Dias e também de outras pessoas que também poderiam ter agido, como o próprio Ministro da Justiça... Como é que o Ministro da Justiça não recebeu...? Aliás, tem vídeo, já foi passado aqui, ele dizendo assim: "Não, eu estava lá, sim, e liguei para o Presidente". E o Presidente já sabia. Ora, como uma gravidade dessa... Porque o teor dos alertas era muito claro, ninguém tinha dúvida. Qualquer um que lesse aqueles alertas saberia que teria no dia 8 de janeiro o que aconteceu. Então, a omissão, a falta de atitude e a irresponsabilidade e talvez interesses em que isso ocorresse têm que ser apurados.

Então, eu lamento sinceramente que um Senador, ex-Governador, ministro diga para esta CPI "olha, o contrato..." Olha, um órgão de segurança, o Ministério da Justiça, que tem o GSI sob a sua responsabilidade também, a Abin e outros órgãos. Aí, diz assim: "Não, a empresa contratada apagou todas as imagens do Ministério da Justiça".

O que é isso? Como é que a gente pode aceitar uma coisa dessa? Como a gente pode aceitar alguém que apaga, realmente, propositalmente, as provas do diálogo que ele recebeu da Abin, com Saulo? E fica por isso mesmo, não se apura, de fato, o que aconteceu. Então, é lamentável.

Eu preparei várias perguntas aqui para o Wellington – não é? –, lembrando, inclusive, que ele também foi servidor, ele trabalhou no Governo do Ceará, sob o nosso colega, sob o comando do nosso colega, que foi Governador, Cid Gomes, também foi assessor. Mas isso aqui, acho que a Senadora Damares deixou muito claro...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu já fui secretário, Senadora Damares, e a minha secretaria uma parte funcionava no Setor de Indústria, aqui, e outra, no Buritinga, lá em Taguatinga. E eu não sabia, eu não tinha como acompanhar ou responsabilizar por atos feitos por funcionário lá no Setor de Indústria.

Então, acho que V. Exa. disse muito bem aqui, deixou muito claro que a sua relação não era direta, foi através de uma secretária – não é? – de defesa dos direitos da criança e do adolescente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, da mesma forma, poderíamos trazer aqui a responsabilidade de outros também. Ora, se é assim, então, será que esse plano começou lá no Governo do Ceará, lá atrás, na época?

Então, são coisas absurdas. Será que aquele movimento do 7 de setembro do ano passado, com – sei lá – quase um milhão de pessoas aqui, também estava sendo programado para esse pessoal todo estar aqui?

Então, eu lamento muito que a gente não possa chegar – não é? – na verdade, por falta de iniciativa da CPMI, de coisas que foram declaradas aqui claramente da omissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

A próxima oradora inscrita, essa grande Deputada, que deveria ser representante da Bahia, porque é baiana, mas foi morar no Rio de Janeiro... (*Risos.*)

Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Meio baiana, meu baiano predileto. Filha de baiano.

Bom, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados, eu quero começar com uma questão específica para a Presidência e para a Sra. Relatora.

Nós já ouvimos aqui vários depoentes, mas nenhum financiador. Então, eu pediria que, nessas últimas audiências que teremos, pelo menos um financiador a gente pudesse ouvir. Não faz sentido nenhum, nós já ouvimos gerais, já ouvimos vários depoentes, mas nenhum que fosse, vamos dizer, do escopo do financiamento desses atos.

Bom, queria agora me dirigir ao depoente para lhe dizer que eu fiquei muito preocupada, na sua fala, na sua resposta, e eu acho que isso, claro, foi indicado pelo seu advogado, o nosso colega...

O senhor diz que não quer produzir provas, não quer falar... Por isso entrou com HC...

O senhor não está falando porque o senhor diz que não tem acesso aos autos.

Queria lhe dizer que os autos de uma CPI são públicos.

Aliás, televisionados. Portanto, o senhor tem acesso a esses autos. O senhor não quer falar para não se incriminar.

Mas olha como a vida é complicada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não quer se incriminar agora, mas o senhor passou todo o tempo produzindo provas contra o senhor mesmo. Foi o senhor que gravou, o tempo todo. Foi o senhor que divulgou, o tempo todo, os seus ilícitos. E infelizmente...

E aí eu queria começar pedindo para o senhor passar o vídeo, que eu chamo o vídeo da Jandira, que esse, para mim, é o que diz tudo. Ele não precisava depor não, é só a gente ouvir esse vídeo. Ele está falando tudo.

Então eu queria que a gente pudesse passar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu acho que aí demonstra, Presidente, que essa é a trajetória do depoente. Ele acredita nisso. Ele acredita que é através da força que se transforma uma sociedade.

Na verdade, ele é um antidemocracia. E essa é a posição dele. Ele pensa assim. Que pena que ele pensa assim.

E aí eu fiquei mais assustada, porque eu estava fazendo um cálculo aqui, em função dos julgamentos que já aconteceram na Corte. Provavelmente a condenação do Wellington vai a 30 anos, 50, talvez, que baixa pra 30, porque não pode ultrapassar os... Quer dizer, agora 40. Agora a gente chegou em 40 na nova legislação, então, eventualmente, serão 40 anos de prisão.

E aí eu queria entender, talvez com um fato novo que não foi tocado aqui ainda hoje. O senhor esteve, e tentou se cadastrar como jornalista independente, na posse do Presidente Santiago Peña, no Paraguai, onde estava o Presidente Lula naquele dia.

Qual foi o objetivo, depoente, de o senhor participar da posse do Presidente do Paraguai?

E, aliás, foi ali, logo depois que ele quebrou a tornozela. Eu queria entender, porque isso também não está em autos, em nenhum, não está nos autos nem do inquérito, nem do Supremo, então, acho que não tem nenhuma dificuldade de o senhor nos contar qual era o seu objetivo de participar, como jornalista, na posse de um país-irmão, mas não brasileiro. Eu queria entender.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Vou responder, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Obrigada.

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – A minha resposta vai vir no tempo certo, depois que eu tiver acesso integral ao material e me reunir com tempo com meu advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ah, então o senhor voltou. Está certo, não precisa, isso eu já sei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só registrar que a gente hoje está, na verdade, falando com... De todos, Presidente, todos que nós ouvimos até agora, até o Alan, ninguém participou de todos os atos, só o Wellington. O Wellington é o símbolo da ação. Hoje só se falou... Muitos falaram em omissão, mas o Wellington é o símbolo da ação. Se tem alguém que será condenado a muitos e muitos anos, e aí eu não quero passar isso, porque eu não quero ser indelicada com os Parlamentares, mas tem um vídeo aí também, que depois V. Exa. pode até ver, que é o vídeo que o senhor chora dizendo que o senhor foi abandonado, aliás, que apenas um Parlamentar não o abandonou, todos os outros o abandonaram.

Por que o senhor se sentiu abandonado? Isso não está nos autos, é um sentimento seu. Não vai estar nos autos, não me responda com os autos, porque isso decididamente não estará nos autos. Por que o senhor se sentiu abandonado? O senhor esperava que os Parlamentares e outras pessoas lhe ajudassem a se manter foragido? O senhor acha que essas pessoas deveriam lhe mandar Pix para o senhor se manter foragido? O senhor acha que essas pessoas tinham que lhe sustentar, sustentar sua família, encobrir ou lhe proteger de alguma maneira?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Minha resposta é a mesma, Senadora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ah, eu gostei do Senador, mas eu ainda sou Deputada.

Queria dizer que não... Presidente, eu fico muito assustada quando eu vejo que esse mesmo homem, que agora não quer responder... E aí eu fiquei muito triste, Presidente... Ouvi aqui falarem de aborto, não se falou de aborto. Eu fiquei muito assustada foi que o depoente, Presidente, responde, é investigado por divulgar vídeo de abuso sexual, abuso infantil. Isso, sim, é muito grave.

Não é ele ter participado do governocídio ou do ministério, eu não estou preocupada onde ele trabalhou, é um problema dele com seu contratante. O que me preocupa é um homem como esse ter participado de um ministério que tratava da questão da criança, estando sendo investigado por vídeo de abuso infantil.

Aliás, nós apresentamos e aprovamos, outro dia, um projeto de lei proibindo isso.

(Soa a campainha.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E talvez isto seja o mais degradante: este mesmo homem que foi indicado por vídeos de abuso infantil é o homem que poderia ter matado inúmeras crianças quando colocou a bomba na porta do aeroporto.

E aí, depoente, seu advogado pode ser o melhor do mundo, mas ele não é mágico. Eu tenho muita pena do senhor. O senhor vai ficar na cadeia muitos anos pensando que o senhor poderia ter matado muitas crianças, homens e mulheres, porque colocou uma bomba que, graças a Deus, não explodiu, mas que podia ter causado um dano sobrenatural. E o senhor não ia transformar a eleição, porque a eleição é democrática.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o senhor não tenha aprendido o que é democracia, mas tenha a certeza de que o senhor só fez mal e que vai passar muitos e muitos anos na cadeia pensando nos seus atos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Na ausência do Senador Flávio e do Deputado Eduardo Bolsonaro, eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Nikolas Ferreira.

Ah, perdão, um instante. Eu vou... Mais uma vez, a pedido do depoente, vou suspender por três minutos.

(Suspensa às 12 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dando prosseguimento, passo, agora sim, a palavra ao Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, queridos colegas.

Sr. Wellington Macedo, o senhor foi condenado, está sendo investigado aí pela primeira instância e, se de fato o senhor cometeu, pelo que a Justiça aprova, o senhor tem que se ferrar mesmo, e não tem papo.

Agora, o que acontece aqui nesta CPMI é o seguinte. Há uma tentativa de narrativa fajuta por parte da esquerda, que a gente tem visto desde o começo da CPMI, do seguinte: "Sr. Wellington, o senhor toma água?". Aí: "Sim". "Olhe só quem também toma água, se não é ele, Jair Messias Bolsonaro, culpado, tem total relação com o golpe e com tudo que aconteceu de ruim no mundo."

Hoje, o cara chega em casa, é traído, a culpa é de quem? Só pode ser do Bolsonaro, não é? Ou seja, isso é ridículo.

Agora, o meu papel aqui, porque é de defesa, agora, aos cristãos e às pessoas de direita, que são milhões nesse Brasil – e vocês não ganharam de 7 a 1, mas foi por um pouquinho –, é de defender essas pessoas.

Ouve-se aqui uma fala do Pastor aqui, e a sua igreja invisível, com relação aos cristãos e à direita, dizendo que "o Bolsonaro usou o afeto do ódio para se eleger, institucionalizou o ódio [tá?] e [que] há uma mobilização intencional para que o inimigo seja eliminado". Falso moralista, mentiroso, assim como outros também que se utilizam também da fé da Bíblia e que dizem: "Não, não pode condenar ninguém", mas a todo momento querem condenar o Bolsonaro por todos os crimes que há no Brasil possíveis.

Então, eu gostaria de passar um vídeo, por gentileza!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aumenta, por favor, pra ver quem que de fato...

O vídeo...

Obrigado!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Na minha opinião também se torna bastante grave quando alguém chega aqui pra poder simplesmente acusar a direita, nos taxar, nos rotular, como se nós fôssemos criminosos, baderneiros, criminosos, milicianos, terroristas, nazistas, fascistas, homicidas, tudo de ruim. Ou seja, a esquerda usa o monopólio da virtude: tudo que é da esquerda é bom; tudo que é da direita é horrível.

Agora passa aí pra mim, por gentileza, os eslaides.

E olha que coincidência, meus senhores, olha que coincidência! Quem segue a Maria Flor, que disse que "queria ver aí o Bolsonaro, esfolado com a cara de sangue"? Olha lá. O nome está ali em cima. Eu não vou citar para poder não ganhar um tempinho. Mas vocês estão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Já está? Então, eu falo, excelente! Você fala depois.

Jandira comunista, Jandira Feghali segue Maria Flor.

Passa pra mim, por gentileza.

Olha que coincidência: o mesmo cara que estava lá incentivando o ódio de matar ali o Luciano Hang com um taco de beisebol é seguido pelo pastorzão. Paz e amor! Olha só que democracia!

Passa aí para mim, por gentileza.

Olha se não é ele, o mesmo Pastor da Shopee que diz em amor também segue Duvivier! Aqui, olha só a matéria dele na *Folha de S.Paulo*: "Único jeito de não ficar triste é ficar puto; quanto da sua tristeza você conseguiu converter em ódio?". E uma mulher ali com a cabeça do Bolsonaro arrancada com sangue.

Passa pra mim, por gentileza, que tem mais.

Olha se não é ele, o Pastor do amor falso, que segue o Chico Alencar e o Ivan Valente, que estão ali dando as mãos para quem? Eu dou uma tentativa, uma tentativa. Eu vou pedir pra Jandira depois, já que ela vai usar o tempo, para poder falar quem é esse homem que está ali no meio, hein? Será que é o Silvio Santos? Será que é quem mais? O Batman? Quem é esse cara? Cesare Battisti. E, olha só, um cara que foi condenado à prisão perpétua na Itália porque ele matou quatro pessoas, e está ali, de mãozinhas dadas com Ivan Valente e Chico Alencar, que, coincidentemente, o Pastor também segue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passe aí para mim, por favor. Será que tem mais?

Olha se não é ela novamente! Segue também o Guga Noblat e o pai que está lá: "Jair Bolsonaro é campeão de tiro ao alvo na modalidade de tiro no pé". Ele comenta: "Em breve, no peito". Olha que democráticos!

O Blog do Noblat: "Caiu na rede!" – o Bolsonaro ali em caixão é porque o amor venceu... "Se Trump optar pelo suicídio, o Bolsonaro deveria imitá-lo". Olha o que é isso! Como assim? Está pedindo a morte do Bolsonaro? "Mas para que esperar pela derrota na eleição? Por que não fazer isso já, agora, neste momento? Para o bem do Brasil, nenhum minuto sem Bolsonaro será cedo demais."

Agora passe aí mais uma vez, porque eu acho que tem mais.

Olha quanto amor! Eu não vi o pastorzão do amor falar sobre isso daí que o pessoal da esquerda faz: "Por que torço para que Bolsonaro morra" – e temos ali um LGBT, provavelmente, segurando a cabeça do Bolsonaro, um *cartoon* segurando a cabeça do Bolsonaro, e vários outros.

Agora o que eles dizem é – pode tirar da tela, por gentileza –: "Mas eu não defendo isso". Isso são pessoas que fazem algo contra o Bolsonaro. Nunca vi dizerem que discordam. Publicamente, nunca vi. Nunca vi.

E, digo mais, pessoas que estão aqui que, primeiro, deletaram, postaram, mas depois deletaram, falando: "E a fogueira está alta em Brasília? Olha para o céu, meu amor, vê como ele está lindo" – e uma foto de Stalin. Eu tenho certeza que essa pessoa condena os atos daqui.

Ou seja, tomem vergonha na cara pra poder falar, e lavem a boca para poder falar dos cristãos e pessoas de direita aqui do Brasil! Toda semana vêm cá com esse papinho fajuto pra poder tentar colar aqui nos Deputados que estão aqui, Senadores, Deputados eleitos pelo povo, dizendo que nós somos apoiadores, incentivadores de ódio. Ora, como assim? O que está acontecendo? Na verdade, quando a gente combate o mal, como, por exemplo, aqui você vê um pastor dizendo que é a favor de aborto, matar crianças dentro do ventre, e nós que estamos aqui defendendo a vida desde o ventre, nós somos os radicais. Ou seja, não vamos aceitar que pessoas utilizem dessa tribuna aqui pra poder falar mentiras. Pode falar, pode. Este país aqui é livre. Agora, não ter contradição, isso não vai acontecer. Vai ter contradição aqui, sim. Lá na igreja, lá no curral do PT, lá com o Maduro – entendeu? –, lá com o Daniel Ortega, lá no Foro de São Paulo, podem falar mentira que quiserem e vocês vão ser amplamente amados. Agora aqui, nesta CPMI, ficar utilizando do tempo, do espaço, Sr. Presidente, para poder ficar atacando aqui o opositor de maneira mentirosa, isso aqui nós não vamos aceitar.

Então, eu uso aqui este meu tempo para poder dizer a respeito disso – e finalizar –, de que os cristãos, assim também como as pessoas de direita aqui no Brasil, têm sim o poder de fala, de defesa, e a gente vai lutar até vocês pararem de ficar nos rotulando, porque isso é uma tática bem antiga, inclusive dos nazistas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que colocavam, Sra. Damares, o judeu como um parasita. Há várias propagandas antissemitas colocando o judeu como um inseto. E sabe por que essa estratégia? Porque ninguém tem remorso quando mata um inseto, assim como estão fazendo conosco. Nós não somos seres humanos mais, Deputado Filipe Barros, nós somos genocidas, nós somos intolerantes, homofóbicos, transfóbicos, todos os "istas". Ou seja, daqui a pouco, quando extirparem a direita no Brasil, extirparem os cristãos no Brasil, ninguém mais vai sentir falta. Não me venham com mentiras aqui, porque, enquanto a gente tiver fôlego, a gente vai destruir essas mentiras aqui de gente que não tem moral para falar em amor de Deus nem moral – muito menos – para falar da justiça dele.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira Feghali me solicita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... tempo de resposta. Entretanto...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Não foi nem citada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... como eu já fiz em outras reuniões aqui...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Fui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... inclusive negando, outro dia, ao Senador Moro o direito de resposta... O Capítulo V – Do Uso da Palavra, no seu art. 14, fala aqui no direito de resposta, mas, no inciso VIII, diz: "para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão", etc., etc. Mas, ao final, está explícito: "não sendo a palavra dada, com essa finalidade [direito de resposta], a mais de dois oradores na mesma sessão". No caso, eu já concedi hoje direito de resposta à Senadora Damares e ao Deputado Pastor Henrique. Então eu realmente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – .. não tenho condição de dar direito de resposta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas eu não agredi a Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi direito de resposta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ela deu uma explicação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Este moleque precisa de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não, não...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isto é um moleque.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Moleque? Eu teria vergonha de ser você e disputar...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isto é um moleque.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... três prefeituras, e perder todas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Esse moleque precisa de resposta.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Moleque? Preciso é de respeito. Eu sou Parlamentar como você.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não... Por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço que a gente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, pela ordem.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nesses termos eu não vou dar direito de resposta...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nesses termos... Eu, nesses termos...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nesses termos, não será concedida a palavra... Não vou dar a palavra, não. Nesses termos...

Deputado Nikolas, por favor; por favor, Deputada Jandira; se acalmem.

Eu peço que todos aqui retomemos a calma. Eu não vou dar, nesses termos, direito de resposta a ninguém.

Passo a palavra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu passo a palavra...

Eu peço... Eu peço... Eu peço moderação a todos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Isto é um moleque. Isso é um moleque. Eu respeito...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 12 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dando prosseguimento, eu passo a palavra ao Senador Cleitinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não; se é sobre esse assunto, já está superado, Deputado Rogério Correia. Já está superado esse assunto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira, por favor. Deputada Jandira...

Com a palavra...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Presidente, eu sempre respeito a fala de todo mundo aqui. Eu posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode falar, pode falar.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Aceita ou surta; e, abalou, perdeu. Mas vamos começar aqui.

Sr. Wellington, você podia olhar para mim, por favor, Sr. Wellington? Tudo bem, não é?

Deixe-me fazer uma pergunta para você. Você é inocente?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Eu sinto muito, Senador, mas eu só posso respondê-los depois que o meu advogado tiver acesso...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Você é patriota? É de direita? É cristão?

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA – Minha resposta virá no tempo certo, depois que eu tiver reunião com o meu advogado para discutir isso.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então, assim, você é um covarde. A palavra que tem pra... Você não é patriota, você não é cristão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador... Senador, eu vou interromper V. Exa. logo no início. Nós estamos...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Covarde? Se chamar de covarde, o senhor vai me interromper, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não; isso é... Isso é uma agressão.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não; ele foi muito...

Presidente, você não vai me interromper, não, com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Ele foi muito corajoso. Ele tem que escutar agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deixe-me fazer aqui um aparte a V. Exa. Veja bem, em outras ocasiões, esse termo já foi atribuído, e eu também pedi pra que tirasse da Taquigrafia.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir a V. Exa., que é um Deputado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Covarde não é xingar ou ofender ninguém, não. É covarde!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. aqui é um Parlamentar educado, preparado, representa um estado da importância de Minas Gerais. Eu peço que V. Exa. conduza a sua fala...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Aonde que eu faltei com respeito com ele até agora? Quem faltou com respeito com ele... Foi ele que faltou com a população brasileira, com a família. Ele tem que escutar, esse cara! Esse cara é um charlatão! Esse cara usou de um segmento – fala que é de direita, que é cristão – pra se beneficiar, em benefício próprio. E eu não vou passar pano pra esse cara, não! Esse cara estava pedindo Pix! Está aqui ainda rindo da cara dos outros, ainda. Disse que ainda está perdendo tempo. Se ele fosse homem de verdade mesmo, ele estava respondendo. Se ele tivesse sede de justiça, se ele fosse inocente, ele estava me respondendo aqui, se ele fosse macho de verdade. Isso aí não representa ninguém, não, Presidente! Isso não representa ninguém.

Isso aí tem que pagar por mais: abuso de negócio de criança, passando divulgação de vídeo... Que homem que é isso? Isso não é homem, não! E usava ainda a direita, usava falando que é cristão. Cristão não faz isso, não, meu amigo! Cristão não quer matar pessoas, não, em véspera de Natal, não. Covarde! Usou um segmento aí... Entendeu? Isso não representa a direita, nunca representou a direita, como vários não representam a direita, como ele, como outras pessoas, como aquela tal de Ana Priscila aí – bando de charlatão! Um bando de charlatão.

Eu queria falar uma coisa aqui – porque eu sou assim, certo é certo e errado é errado –: eu não vou passar pano pra você; que você pague pelo que você fez. Se você tiver o mínimo de hombridade, peça desculpa pra população brasileira. Na hora em que for ajoelhar, pede perdão pra Deus. Porque Deus, se for com arrependimento de verdade, de coração, Deus vai te perdoar. Tenha pelo menos a hombridade de fazer isso. Se falar que é cristão de verdade, conhecer a palavra...

Agora eu queria falar uma coisa aqui, Presidente, porque eu escutei aqui no Senado dizendo que ia ter uma CPI da Lava Jato. Eu já falei: qualquer CPI que tiver, eu assino, com o maior prazer. Agora, eu queria ver se a CPI da Lava Jato convoca alguns que precisavam vir aqui na CPI da Lava Jato, trazer algumas pessoas aqui. Podia trazer aqui, porque eu queria ver a mesma forma de apontar o dedo pra esse charlatão apontar o dedo pra esse pessoal da Lava Jato. Quero ver, escutar aqui o Sérgio Cabral, lá do Rio de Janeiro, que pegou 400 anos de prisão, vir aqui falar que é inocente, que é réu confesso; um tal de Palocci, também, que deu delação e um monte de coisa; trazer um Palocci pra cá pra poder falar que ele é inocente. Eu queria muito participar de uma CPI dessa, pra poder olhar na cara desses caras, também, que atrasaram o país e acabaram com o país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, esse aqui não representa ninguém, e ele não quer falar nada, mas eu queria mostrar um vídeo pra vocês, gente, porque eu estou pedindo aqui... Até, agora, a Deputada pediu para convocar quem financiou, mas a gente podia muito convocar, também, Deputada, pessoas que estavam aqui no dia 8, que quebraram, que fizeram essa baderna. Eu acho que se devia convocar. E esse aqui, que pegou 17 anos de prisão... Olha que loucura! Eu não sei se esse vídeo foi editado, eu não sei o que está acontecendo nesse dia 8, gente, mas mostra esse vídeo aí. Foi do Aécio. Escuta.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Esse que deveria estar aqui. Eu insisto em trazer esse que foi condenado a 17 anos pra estar aqui, porque eu acredito que ele vai ter coragem de poder falar. Porque no vídeo aqui mesmo, ele fala... Olha que loucura: ele pega 17 anos e está pedindo pra não quebrar! Está pedindo pra não quebrar e está denunciando: "Ali, ó, tem infiltrado, tem infiltrado".

Se realmente esta CPI do dia 8 aqui, gente, é pra poder resolver quem financiou, quem pegou e patrocinou, quem foi omissos, se teve infiltrado, está na hora de a gente trazer essas pessoas. Esta CPI está acabando.

Esse Aécio que pegou, vou repetir, novamente, 17 anos de prisão, nesse vídeo – não sei se é *fake news* ou o que é; ele, se estiver aqui, vai poder falar –, ele está denunciando, mandando pegar, prender quem estava quebrando! E ele pegou 17 anos, gente! Acorda, CPI! Ele tem que estar aqui! Se a gente quer descobrir realmente quem financiou, quem quebrou e quem fez o diabo a quatro aqui, tragam o Aécio, e não tragam um charlatão desse, que não é de direita.

Quem é de direita faz direito, viu, rapaz? Quem é de direita e fala que é cristão é cristão, ama o próximo como a si mesmo e não quer tacar bomba em lugar, não. Você usou a direita, charlatão, como outros usaram aqui, e a gente vai pra cima de pessoas como você.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou começar, novamente, fazendo aqui a defesa da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro.

Vocês trouxeram aqui pra essa tela o nome da tia e do tio da Michelle. Eu só quero lembrar aos senhores que a tia da Michelle mora numa cidade-satélite aqui na região, e, a cada vez que vocês colocam o nome dela, vocês expõem essa mulher de uma forma indevida, e aquela exposição não vai levar esta CPMI a descobrir nada do ato de 8 de janeiro; é tão somente pra colocar mais uma pessoa em risco no Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo sabe que a tia e o tio de Michelle moravam praticamente com ela no Alvorada. São os dois que cuidavam da menina Laurinha. Gente, não existe uma previsão para que um Presidente da República contrate uma babá com verba pública. Quem contrata é o Presidente, o pai e a mãe, e quem cuidava de Laurinha era a tia. A tia cuidou de Michelle na adolescência, cuidou da primeira filha de Michelle e cuida de Laurinha.

Então, aquele depósito que o ajudante de ordem colocava na conta da tia, gente, era tão somente o pagamento de uma babá. Chega de expor essa mulher! Gente, ela mora em comunidade aqui em volta de Brasília, e estão procurando saber onde essa mulher mora. E se acontecer alguma coisa com essa senhora, gente? Chega! Isso não vai levar a descobrir nada sobre o ato de 8 de janeiro.

Segundo, novamente, eu vou ter que me defender – agora sou eu, vou ter que me defender –, porque, no início deste ano, um membro desta Comissão entrou com um processo de cassação – o primeiro processo de cassação do Senado foi meu neste ano – por conta de genocídio indígena. Claro que o processo não foi aceito e, no dia 13 de junho, foi arquivado, como a Comissão ianomâmi externa que foi montada aqui no Senado também não apontou nada contra a Damares.

Aí eu entro nesta CPMI como terrorista, golpista, genocida, assassina, corrupta, até traficante, mas tudo caiu.

Mas hoje vão querer encerrar a CPMI dizendo que a Senadora Damares é a favor de quem divulga imagens de estupro de criança.

Deixe-me explicar uma coisa: quando o Wellington chega – e chega dizendo que não pode mais voltar para Sobral –, ele apresenta um currículo. No currículo dele, ele foi assessor do ex-Senador Cid por anos. Aqui, olha: na Prefeitura de Sobral, um jornalista com experiência em serviço público. Está aqui: de 2004 a 2008, ele é assessor do Senador Cid. O Governo não fala isso! Os Parlamentares do Governo não falam. Mas, se colocar a palavra "bomba" no Google, sabe o que vai aparecer? "Damares, bomba", "o homem-bomba de Damares". Damares está associada a bomba, inclusive, nas redes sociais de alguns Parlamentares aqui do Governo.

Aí, em 2009, nós temos imagem aqui, olha: Cid já não era mais nem Prefeito, era Governador; sai lá da capital para ir ao interior inaugurar o estúdio de Wellington Macedo. Um Governador, num evento privado, que mostra a relação de amizade dele com o ex-Governador, atual Senador. Em 2010: Wellington e Cid Gomes pedindo voto pra Lula. Ele trabalhou pedindo voto pra Lula, mas esse homem descobre irregularidades na Prefeitura de Sobral, na avaliação da educação, ele descobre uma série de abuso sexual e ele denuncia. Mas, aqui, 2011: ele e Cid de novo em evento juntos, dentro do carro do Senador Cid. E ninguém fala! Mas o homem, porque trabalhou alguns meses no ministério, Damares é a mulher-bomba agora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu precisava fazer isso, Presidente, por quê? Porque eu quero ajudar na construção do relatório e eu não quero que nenhuma suspeição venha em relação a mim.

Ah, quando o Wellington chega lá no ministério, realmente, depois a gente descobriu que ele tinha um monte de processos, porque professores de Sobral processaram esse homem, porque ele denunciou as fraudes na educação, ele denunciou abuso sexual em Sobral. Só que, de uma única vez, ele foi absolvido nos 60 processos. Está aqui, olha: matérias de jornais de Sobral. Ele foi absolvido. Nosso ministério, lá atrás, não contratou um homem que divulgava abuso sexual de criança. Esse vídeo foi muito tempo depois. Inclusive, Presidente, por conta desse vídeo, ele respondeu a um processo do Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, porque, nesse vídeo, o Wellington extrapolou e o Wellington fez severas acusações contra o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A saída dele do ministério não foi tranquila, gente!

Inclusive, agora eu vou finalizando e vou dizer uma coisa: eu fui injustiçada. Eu fui injustiçada pelo Sr. Wellington. Ele sabe disso. Ele causou grandes danos, lá atrás, à minha imagem, à minha reputação. Já pediu desculpa – já pediu desculpa.

E eu vou dizer o seguinte, Sr. Wellington: de tudo o que mostraram aí... Eu não vou questionar nada dos seus vídeos, chamando o povo a ir pra rua, nada. Mas o senhor está condenado por uma bomba e o senhor está alegando que não tem nada a ver com a bomba. Eu vou torcer muito para que o senhor realmente não tenha nada com a bomba, porque seria uma decepção muito maior.

Todos nós que defendemos a infância acreditamos no senhor quando o senhor denunciava abuso de criança. Naquele seu vídeo, o senhor concorda que o senhor exagerou, porque o senhor estava com tanta raiva do Secretário Nacional que o senhor faz um vídeo mostrando uma imagem de abuso que estava circulando no WhatsApp de todo mundo. O senhor mostra aquela imagem; não devia. Respondeu a processo por isso – o senhor sabe. Mas, com relação à bomba, Sr. Wellington, crianças iam morrer. E a gente acreditou num jornalista que protegia a criança. Com relação à bomba, nós estamos realmente torcendo para que o senhor não seja envolvido, porque seria, Sr. Wellington, assim, uma dor muito grande para os defensores da infância que acreditaram no senhor.

Então fica aqui: eu fui injustiçada pelo senhor. Estou sendo injustiçada agora, porque o senhor se envolveu no episódio da bomba, mas eu precisava deixar isso aqui muito claro, porque eu quero continuar colaborando com esta CPMI. E, assim, senhores, eu não passo a mão na cabeça de pedófilo e nem na cabeça de quem faz apologia à pedofilia, tampouco em quem expõe crianças. E o Sr. Wellington sabe disso.

Sr. Wellington, sucesso na sua defesa! Tomara que o senhor prove que não tem nada com a bomba, mas o senhor trouxe muita tristeza pra muita gente que acreditou no senhor.

E aqui eu encerro, Presidente, agradecendo a oportunidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Senadora Damares, Deus está no controle. Tudo vem no seu tempo. Quando eu tiver acesso aos autos na sua integralidade e sentar com o meu advogado, a gente vai trazer as informações necessárias.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Deixa Deus fora disso!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, eu gostaria muito que o depoente trouxesse alguns esclarecimentos. Aqui eu tive a oportunidade, que os senhores que estão aí no plenário não tiveram, de ele ter me colocado algumas questões. E eu propus ao depoente e ao seu advogado que ele... Inclusive, isso aí eu posso dizer, porque tem a ver com o mérito da defesa. Ele me disse que se sentiria pouco à vontade de responder a algumas indagações e não responder a outras. Diante disso, eu propus a ele que nós restituíramos aquele tempo que ele não usou no começo, de 15 minutos, para que ele fizesse os seus esclarecimentos e que, em seguida, em relação às perguntas, ele continuasse sem responder às perguntas de ninguém. Mas eu, como advogado, respeito perfeitamente, e obviamente que cada profissional da advocacia estabelece a sua linha de defesa dentro daquilo que é uma estratégia para que ele dê a melhor solução aos direitos do seu cliente. E o Dr. Síldilon me disse que a estratégia que ele, como advogado, adota, neste momento, é realmente a de que ele fique silente. Entretanto, ele havia inclusive me colocado aqui essa informação que a Senadora Damares traz, neste momento, de que todos esses processos que foram movidos contra ele na cidade de Sobral, todos esses foram arquivados em favor do depoente.

Bom, nós chegamos aqui, ao final...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Tem eu ainda, tem eu ainda!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não entendi.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Eu não estava aqui, na hora em que V. Exa. chamou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, certo.

Então, passo a palavra ainda, pelo tempo de dez minutos, ao Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. No início desta minha fala, já digo que quero, nessa oitiva, aproveitando que o depoente não fará, não responderá a nenhuma pergunta, Sr. Presidente, eu quero já, aproveitando que estamos chegando ao fim desta CPMI, fazer o resumo de alguns fatos que nós pudemos ver nesses últimos meses, aqui na CPMI. Mas, antes disso, eu quero mostrar o primeiro vídeo, que é do Sr. Vagner Freitas, quando do *impeachment* da Dilma.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria, porque eu disse sobre essa fala do Vagner Freitas, fora dos microfones, no início desta audiência, ao Senador Randolfe Rodrigues.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria até que ele estivesse presente aqui, hoje, porque os defensores da paz, os defensores da democracia defendem ditaduras. Do *impeachment* da Dilma, o líder sindical da CUT foi dentro do Palácio do Planalto dizer que estariam entrincheirados e pegariam em armas para defender a Presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, não têm moral alguma os governistas desta CPMI para defender ou para dizer que defendem democracia, que defendem a paz, que defendem a naturalidade democrática.

Quero lembrar também um fato que eu já disse aqui várias vezes: no livro do General Villas Bôas, ele assume que Parlamentares da esquerda o procuraram e perguntaram a ele, se a Presidente da República Dilma Rousseff instituisse o estado de defesa, o estado de sítio, como o Exército agiria. Está escrito no livro dele, meu Deus do céu!

Agora, convém nós lembrarmos um fato importante da transição do Governo Bolsonaro para o Governo Lula.

Pode colocar o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Essas falas foram do atual Presidente da República, o Lula, durante a transição do Governo, transição do Governo, inclusive, que recebeu o primeiro informe de inteligência da Abin, Senadora Eliziane Gama. A transição do Governo recebeu o primeiro informe da Abin sobre possíveis manifestações com invasões de prédios públicos, mas, como nós ouvimos aqui nos últimos depoimentos, os acampamentos foram se esvaziando. O General Dutra disse aqui na semana passada que, próximo ao dia 5, 6, poucas pessoas estavam nos acampamentos, mas, a partir do dia 5, a Abin começa a informar a diversos órgãos que aconteceriam manifestações com invasão de prédios públicos. Existe um informe da Abin, salvo engano, do dia 6 de janeiro, dizendo categoricamente que o Congresso Nacional seria invadido, mas, por incrível que pareça, esse informe da Abin não foi mandado para os representantes do Congresso Nacional, mas a Abin produziu esse tipo de inteligência.

O General Dias recebeu no seu celular pessoal todos esses informes. O General G. Dias, que era o responsável pela segurança do Palácio do Planalto, sabia que aconteceriam manifestações com invasão de prédios públicos e nada fez. Teve uma reunião pra que constituíssem o PAI (plano de ações integradas), e a Coronel Cintia, no seu depoimento na CPI do Distrito Federal, disse que o GSI foi convidado e foi o único órgão que não compareceu, Sr. Presidente. O GSI foi convidado e não compareceu!

E também nós temos mensagem do Saulo Cunha com o Leonardo Singer, mensagens que estão em posse desta CPMI, dizendo que eles já sabiam que forças do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal, fariam corpo mole, mas tem mais dessas mensagens do Saulo Cunha com o Leonardo Singer. O Saulo afirma que o Ministério da Justiça estava sabendo do que ia acontecer, Senadora Eliziane Gama e bancada do Maranhão desta CPMI. Está aqui a mensagem: "Recomendo conseguir um espaço com algum



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

figurão do [...] [Ministério da Justiça] ou [com a] assessoria do [Ministro] Alexandre de Moraes [...] [e] entregar o trabalho todo. O Ministério da Justiça já estava sabendo". Mensagens do Saulo Cunha com o Leonardo Singer, que estão em posse desta CPMI. Aliás, o Ministério da Justiça já sabia, tanto é que convocou a Força Nacional; convocou a Força Nacional, que, por incrível que pareça, no dia 8 nada fez.

E nada fez, Senadora Damares, com a justificativa de que "olha, precisavam da autorização do Governador". Mas não precisavam da autorização do Governador para proteção de prédios públicos federais. Não precisam de autorização do Governador para proteger o prédio do Palácio do Planalto, para proteger o prédio do Supremo Tribunal Federal, para proteger o prédio do Congresso Nacional.

Parece-me que tudo não passou... se passou, Sr. Presidente e Relatora, de uma construção de narrativa.

Eu quero passar o Vídeo 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não é esse o vídeo 3.

O vídeo 3 é o das câmeras.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Isso.

Essas câmeras, Sr. Presidente... foi uma das duas câmeras que o Ministério da Justiça disponibilizou para esta Comissão em descumprimento à totalidade do requerimento.

Mas prestem atenção a esse horário. Ali em cima, consta o horário: 18h34min, aproximadamente. Às 18h34min, esse era o cenário, Senadora Eliziane Gama, na Esplanada dos Ministérios. Às 18h36min – olha, mesmo horário –, estava acontecendo exatamente isso que vocês estão vendo no telão.

Nesse mesmo horário, o Senador Randolfe Rodrigues, Sr. Presidente, peticiona ao Supremo Tribunal Federal, com a narrativa toda pronta. O Senador Randolfe Rodrigues peticiona ao Ministro Alexandre de Moraes, pedindo o afastamento de Anderson Torres e colocando toda a culpa exclusivamente na Polícia Militar do Distrito Federal.

Eu pergunto, como, às 18h36min, com essa cena que nós estávamos vendo ali, o Senador Randolfe Rodrigues já tinha a conclusão de tudo? O Senador Randolfe Rodrigues peticiona – e a petição está aqui na minha mão – ao Ministro Alexandre de Moraes, dizendo: "A culpa é da Polícia Militar do Distrito Federal. Afaste imediatamente o Secretário Anderson Torres".

A população estava ali toda invadindo naquele momento, mas o Senador Randolfe Rodrigues, Líder do Governo, já tinha a conclusão de tudo. Aliás, eu quero lembrar aqui que a CPI começou com a assinatura



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Senadora Soraya, da Senadora Eliziane Gama e do Senador Randolfe Rodrigues. Eles coletaram as assinaturas necessárias para instalar uma CPI exclusivamente no Senado Federal.

Mas, no dia 18 de janeiro, o Presidente Lula diz "CPI não vai ajudar", e, milagrosamente, o Governo desiste da CPI. Não só desiste, como começa a atuar para inviabilizar a CPMI. Começa a oferecer emendas parlamentares para os Deputados e Senadores retirarem suas assinaturas.

Mas tem mais, Sr. Presidente. O interventor, Sr. Ricardo Cappelli, inocenta no seu relatório o Coronel Fábio...

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... da Polícia Militar do Distrito Federal, que é o responsável por ter colocado a tropa de sobreaviso. Inclusive, tem mensagens dizendo que fariam embargos auriculares com o Andrei, o Chefe da Polícia Federal, para soltar o Fábio.

O Coronel Klepter, que transmitiu essa mensagem à tropa, foi promovido pelo Cappelli! Então, como é essa equação do Governo?

Os responsáveis por deixar a tropa de sobreaviso foram promovidos pelo Cappelli, o interventor.

O GSI, que era o responsável pela segurança do Palácio do Planalto, desde o dia 5, sabia do que ia acontecer, não acionou o Plano Escudo, mentiu nesta CPMI.

Nós temos o ofício do Comandante do Exército Brasileiro dizendo que o Plano Escudo não foi acionado, que era responsabilidade do GSI, e ele nada fez.

O GSI, o Sr. G. Dias, o general do Lula, nada fez. Aliás, o Cappelli, interventor, tinha todas essas imagens, Sr. Presidente.

E quando vazam essas imagens para a CNN, não sei de quem, porque vazam... Mas o curioso é que quem tinha as imagens vira Ministro do GSI.

O Ricardo Cappelli virou Ministro do GSI com a demissão do General G. Dias.

É curioso isso.

Um fato curioso.

E agora a Força Nacional, que é a força...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu vou concluir, Deputado.

Pode ficar tranquilo porque quem comanda o tempo é o Presidente da CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em relação à Força Nacional, nós não conseguimos ouvir até agora.

A Força Nacional, que estava acionada desde o dia 6, para a proteção de prédios públicos federais, que não precisava de autorização de governador nenhum, e que nada fez diante das invasões.

Então, Sr. Presidente, cada vez mais, eu chego à conclusão de que tudo não passou de uma grande construção de narrativa, em que o Governo disse: Deixem entrar! Deixem invadir, porque nós teremos lucros políticos em decorrência das invasões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, agora, o último orador inscrito, pelo prazo de três minutos.

Vai usar os cinco da liderança também, Deputado?

Então, pelo tempo de oito minutos, o Deputado Abilio Brunini.

Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, eu estou tentando entender aqui algumas questões desta CPMI. Nós estamos chegando às últimas cinco oitivas e até o momento não mostra, não apresenta, nada substancial sobre quem organizou um possível golpe, quem seria privilegiado sobre um possível golpe, quem assumiria se houvesse um possível golpe... Nada sobre o golpe.

Até o momento, nem a Relatora, nem o pessoal da base do Governo, ninguém conseguiu apresentar uma prova sequer de ligação do Bolsonaro sobre esse assunto.

Não tem uma prova.

Faltam cinco oitivas. Não tem uma ligação, sequer, do Governo Federal, do Bolsonaro, mandando o Exército ir lá organizar, dia 8, alguma coisa nesse sentido.

Não existe uma ação do Governo Federal, não existe uma ação do Bolsonaro, para tentar mobilizar o pessoal. E nem armas tiveram.

Só para você ter ideia, fala-se tanto de CACs. Ah, os CACs isso, os CACs aquilo. E não foi ninguém armado para o dia 8?

Não foi ninguém armado no dia 8? Acusam tanto os CACs, tentam destruir a imagem dos CACs, mas ninguém armado estava no dia 8.

Cadê as provas? Esses Deputados de esquerda, esses Deputados da base do Lula estão aqui tentando construir uma narrativa de golpe para destruir os bolsonaristas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê as provas?

Ah, teve um pessoal que entrou e quebrou, e tudo mais. Então tá, então traz o pessoal que quebrou aqui.

Cadê? Tanto se fala de quem invadiu, quebrou, destruiu. Cadê eles aqui? Tanto se fala da omissão do Governo e tudo mais, mas cadê a Força Nacional aqui? Cadê o pessoal do Governo, do Flávio Dino aqui? Cadê o Cappelli aqui?

Presidente, tem só cinco oitivas. Faltam cinco. Está acabando. Essa narrativa e essa palhaçada não está levando a lugar nenhum. O próprio povo do Governo já parou de participar com tanta eficácia que nem estava, parou de ficar aqui. Eles estão percebendo que a CPMI não vai levar a nada. Não vai chegar a lugar nenhum. Não está virando nada. Só serviu pra fazer busca e apreensão e pegar informações de celulares.

E uma das informações mais relevantes que foram apreendidas no celular foi de que um assessor da Relatora estava mandando perguntas para o G. Dias, um dos principais suspeitos desta CPMI, organizando perguntas e respostas, base do Governo com a relatoria da CPMI. E aí a pergunta que te faço, Presidente, apesar de tanta rivalidade, briga, tanta coisa que tem aqui, tirando perguntas sobre jantar de Natal, que a última Senadora fez, perguntando se o cara comeu no Natal, tirando essas baboseiras, o que vai resultar disso aqui? Quanto custou esta CPMI para o Brasil, Presidente? Quanto está custando o espaço, os políticos, o investimento nos assessores? Quanto está custando esta CPMI pra terminar em pizza? É mais barato se todo mundo for comprar pizza e resolver isso logo.

Agora, se é uma intenção de investigar de fato os atos do dia 8, o Cappelli tem que estar aqui, o Flávio Dino tem que estar aqui, a liderança da Força Nacional tem que estar aqui, as pessoas que quebraram têm que estar aqui, esse cara que foi preso, condenado a 17 anos, igual o Lula foi condenado a 17 anos, lembra? O Lula foi condenado a 17 anos. Esta lava jato às avessas, perseguindo aquelas pessoas da direita que tanto lutaram e foram às ruas, é mais ou menos isso.

A CPMI é um objeto de perseguição às pessoas que foram às ruas. Mas os atos do dia 8, eles não estão investigando, estão fazendo um rodeio, investigando joias, investiga tantas outras baboseiras, mas fazendo um rodeio, os atos do dia 8 não são investigados.

Então eu deixo esse alerta, essa cobrança, porque o Presidente Arthur Maia, apesar de tantas desavenças que nós tivemos, o senhor tem, o senhor tem uma imagem construída até aqui, na sua trajetória política, que não lhe traz essa suspeição de ser uma pessoa que vai deixar esta CPMI acabar em nada. Não lhe traz essa suspeição pela sua história política.

Agora, eu acredito, Sr. Presidente, que esta CPMI deve ser um marco divisório na sua vida política. E o resultado dela, se for em nada, será um sepultamento de carreira política para o senhor. E, se o resultado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dela for um resultado propositivo para a nação, apontando de fato os problemas, acredito que também será uma alavanca política para o senhor. Então, eu deixo esse questionamento à CPMI.

E também quero pedir que passe um vídeo que está aí sobre a questão do Barroso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Então, será que após... Será que após esta CPMI, a Relatora, o Presidente da CPMI e outros vão estar gritando também por aí que estão no caminho de derrotar o bolsonarismo também? Porque, se aqueles que devem julgar saem gritando por aí, tirando a sua imparcialidade, falando que derrotaram o bolsonarismo, aqueles que têm também o dever de investigar, como esta CPMI, vão gritar por aí...

(Soa a campanha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... que estão tentando derrubar o bolsonarismo?

Eu posso dizer a cada um de vocês: nenhum de vocês derrotará o bolsonarismo, nem o Barroso nem ninguém. Bolsonarismo não é um movimento formado por Bolsonaro, apesar de usar o nome dele no título, mas é um levante da população brasileira contra esses corruptos que estão tentando esconder, é um levante da população brasileira em cima dos nossos valores que nós queremos defender, em defesa da família, em defesa da nossa pátria. O bolsonarismo já é um agregar de valores em defesa de uma causa. E, pra derrubar cada brasileiro que se diz bolsonarista, vai ter que derrubar mais de 50 milhões e não vão conseguir.

E, por mais que vocês façam militância de um lado, quero dizer ao Sr. Deputado, aos Srs. Deputados desta CPMI: vocês não vão apagar o verde amarelo da nossa bandeira.

Meu nome é Abilio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, pelo tempo da Liderança do Governo, por cinco minutos, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Wellington, ninguém te protegeu de nada, não é? E ainda negaram os objetivos por que o senhor tanto lutou. Pelo menos lutou, erradamente, mas o fez através de vídeos. Vocês queriam e levaram muita gente à rua e levaram pra quebrar, no dia 8 de janeiro, tudo aqui em Brasília pra evitar que o Lula fosse Presidente da República. Disso tem falas do senhor e são várias. Este era o objetivo.

O próprio Bolsonaro disse isto: "As Forças Armadas estão comigo!". Agora a gente está sabendo que não eram todas e, por isso, ele não conseguiu dar o golpe. Faltavam as armas. As armas eram as Forças Armadas e elas não vieram. Era isso o que o senhor falou diversas vezes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ninguém te protegeu. Viu como é que todos correram? E eles correm não é só de proteger, não. Eles correm agora nos objetivos. Eles não têm mais coragem de defender o objetivo que eles queriam, que era destituir o Presidente Lula e fazer um outro tipo de regime através da chamada minuta do golpe. Todos estão negando o que deu errado, que foi a tentativa de golpe. E, nesse sentido, o senhor vai pagar muitos anos na cadeia junto com outros, e esses aqui realmente não te ajudaram e hoje negam o que fizeram.

Eu peço até pra colocar um vídeo, porque foi o senhor mesmo que disse isso. Vou colocar o vídeo e vai ficar claro o senhor aos prantos dizendo isso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É, Sr. Wellington, nem o Magno Malta hoje, não é? Também ele não veio aqui defendê-lo.

Isso é um vídeo que foi feito por ele, Presidente. Depois ele vai pedir Pix também, mas é um vídeo feito por ele.

Então, mostra exatamente isto, a covardia do bolsonarismo. Eles tentaram dar um golpe no país, de toda forma, não conseguiram dar o golpe e agora negam a causa que eles defendiam. Não têm coragem de dizer a causa que defendiam.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A causa já não vale mais nada. Cada um por si, e o capeta por todos. É mais ou menos isso que a gente pode sentir desse processo.

Então, todos são abandonados. O senhor é um dos abandonados, mas são vários. E o bolsonarismo vai sendo abandonado, sabe por quem? Pelo próprio Jair Bolsonaro.

E agora o Mauro Cid já entendeu isso. Eu queria que o senhor também entendesse. O Mauro Cid já entendeu e já disse que Bolsonaro consultou militares sobre o plano de golpe. Esta é a questão essencial da CPI: quem articulava esse golpe? Por que essas pessoas vieram aqui fazer isso? Não interessa se alguém errou apenas, num determinado sentido, no que veio a acontecer no dia 8. Mas quem pediu para que isso acontecesse?

E, toda vez em que eles mostram a cena, são os bolsonaristas agindo, como o senhor também pediu que viessem aqui, fazer o quê? O senhor estava lá na casa do Bolsonaro pedindo a ele que juntasse mais gente e que o Presidente ia dar uma palavra, e o Presidente deu: "Continuem firmes porque vai vir aí...". Era ele achando que as Forças Armadas iam fazer o que ele queria. Bolsonaro foi o artífice disso.

Não foi sozinho. Teve general, por exemplo... E agora sabemos de um almirante, que o Mauro Cid disse. Braga Netto é outro que precisa responder aqui, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica cada vez mais claro que havia um planejamento para isso e não apenas um dia fatídico.

Então, essa, aí sim, narrativa que os bolsonaristas fazem de que ali foi um evento e que no evento houve falhas e que quebraram, veja bem, a figura do Sr. Wellington desdiz isso. E eles te abandonaram, viu? Abandonaram inclusive na ideologia que o senhor defendia. Tomara que abandonem, sinceramente, para que a gente nunca tenha essa perspectiva de perder o poder democrático, como o senhor queria, e implantar a ditadura nesse país novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A palavra é da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, Rodrigo, Girão, colegas, Presidente, eu queria fazer uma pergunta para o Sr. Wellington. Sr. Wellington, nós aqui... Para o senhor e, na verdade, para a sua defesa.

Nós aqui, no Senado Federal, solicitamos à Advocacia geral do Senado um parecer sobre a colaboração premiada, sobre delação premiada, um instrumento que, aliás, pode ser trabalhado em nível de CPMI. Nós estamos chegando à reta final dos trabalhos desta Comissão, e faço essa colocação, Sr. Wellington, pelo último vídeo que eu acompanhei: claramente, o senhor, carregado de emoção, demonstra um abandono seu por vários companheiros que estiveram ao longo, de fato, da sua caminhada. O senhor, na verdade, é condenado e responderá, naturalmente, por vários outros crimes, porque tem vários processos em curso, inclusive no Supremo Tribunal Federal e nesta CPMI; ou seja, é muito plausível, há uma possibilidade real de que, a quantidade ou os anos, na verdade, de pena dessa sua primeira condenação, eles dobrem ou até tripliquem, a depender, de fato, dos próximos inquéritos e processos, na verdade, quando do seu julgamento.

Eu quero fazer uma pergunta aqui para o senhor. O senhor não tem interesse de colaborar com os trabalhos desta Comissão? – de contribuir, de trazer as informações a esta Comissão. No levantamento que nós fizemos, eu atestei claramente que o senhor não agia de forma solitária. O senhor, na verdade, agia ao lado de várias outras pessoas, ou seja, o senhor não cometeu isso de forma isolada. Isso é um fato que nós temos aqui na Comissão. Ou seja, na medida em que o senhor toma uma decisão de contribuir com os trabalhos aqui desta Comissão, a depender do conjunto de provas materializadas que chegará, naturalmente isso poderá incidir em torno da sua pena ao final do processo.

Então, eu quero deixar aqui isso consignado ao senhor, ao seu advogado, com a permissão do Presidente desta Comissão. Nós temos uma Secretaria nesta Casa, e o nosso gabinete, como Relatora, Dr. Sildilon, está à disposição para recebê-lo e conversar sobre a possibilidade de o Sr. Wellington contribuir com os trabalhos desta Comissão. O senhor não tem esse interesse, Sr. Wellington?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON MACEDO DE SOUZA (Para depor.) – Senadora, eu peço à senhora que possa permitir o meu advogado respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Eu vou autorizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Presidente autoriza?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Autorizo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está autorizado então, Doutor, o senhor responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode usar da palavra, Sr. Síldilon.

O SR. SÍLDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO – Muito obrigado, pela palavra, Sr. Presidente.

Antes de ontem, eu fiz um requerimento de acesso às peças que faltavam, no Supremo. O Ministro Alexandre ainda não despachou a tempo de chegar. Até fui intimado de um outro despacho no mesmo inquérito ontem à noite, por um oficial de Justiça do Supremo, mas não ainda analisando o pedido que eu fiz.

Eu acredito que, o mais tardar, na segunda-feira eu já terei acesso a esses elementos e me coloco à disposição da senhora, para, junto com a Advocacia do Senado, a gente ter esse diálogo, ter acesso ao parecer que trata desse tema aqui internamente. Não temos nenhuma restrição e nenhuma limitação quanto a isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito bom. Fico muito feliz com as suas colocações.

E, na semana que vem, a nossa consultoria, a nossa assessoria, fará o contato com o senhor. Está bom?

Muito obrigada.

O SR. SÍLDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO – Pode confiar que o nosso trabalho é totalmente republicano.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – (*Fora do microfone.*)... mais nenhum orador inscrito, eu coloco em votação a Ata da 19ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 26 de setembro 2023, às 9h.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)